CAPÍTULO I
APRESENTAÇÃO

1.1 Apresentação

1.1.1 O PPA 2004-2007: Objetivos, Diretrizes Estratégicas e Compromissos

1.1.1.1 O novo papel do Estado

1.1.1.2 O Novo PPA

1.2 Perspectivas da Economia Brasileira, Parâmetros Macroeconômicos e Projeções para o Médio Prazo

1.2.1 Introdução

1.2.2 Perspectivas de curto prazo

1.2.3 O Médio e Longo Prazos

1.2.3.1 Cenário Externo

1.2.3.2 Resumo das projeções: nível de atividade

1.2.3.3 Resumo das projeções: Setor Externo

1.3 Perspectivas para o Estado de São Paulo no Período do PPA

1.3.1 São Paulo no Contexto Nacional: Atividade Econômica

1.3.2 Perspectivas da Economia Paulista no Período do PPA

1.4 Gestão Pública

1.5 Parcerias

1.6 Síntese dos Capítulos: Programas e Ações do PPA

O Plano Plurianual – PPA que se apresenta a seguir em obediência ao artigo 174, §1º, da Constituição do Estado, estabelece os programas do Executivo estadual e dos demais Poderes para o período 2004-2007 com seus respectivos objetivos, indicadores, custos e metas para as despesas de capital, e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada. Seguindo as orientações constitucionais, ele visa ainda a orientar as proposições das diretrizes orçamentárias e disciplinar as leis orçamentárias anuais.

Este Plano está sendo encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo para discussão e captação de contribuições dos parlamentares do Estado. O PPA é um instrumento de planejamento dinâmico e flexível no qual os diferentes segmentos e setores da sociedade paulista não só se vejam retratados, mas, também, tenham espaço no qual suas demandas possam ser analisadas, discutidas e tornadas realidade.

Na sua elaboração foram incorporadas valiosas contribuições de diversos segmentos sociais, políticos, econômicos e culturais. Essas contribuições foram recolhidas em várias instâncias e, em particular, nas diversas reuniões realizadas no âmbito das audiências públicas relacionadas à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do PPA e nas reuniões do "Fórum São Paulo: Governo Presente", as quais são oportunidades em que os agentes do Poder Executivo têm a experiência de interagir com a sociedade civil e com o setor produtivo das diferentes regiões do Estado para concretizar os investimentos destinados à geração de emprego, renda e trabalho que são os desafios da Administração do Estado.

Mais do que um documento formal, indispensável ao cumprimento das regras jurídico-institucionais, este Plano objetiva ser um instrumento de coordenação de esforços coletivos, do Governo e da Sociedade, que estabelece de forma clara e propositiva os compromissos quanto ao futuro considerados pertinentes para transformar São Paulo em uma sociedade mais justa e solidária, onde seja possível o desenvolvimento integral de todos os habitantes.

Para efeito de apresentação, o Plano está estruturado em cinco capítulos cujos temas guardam correspondência com as estratégias de ação a que se sujeitarão todos os programas de administração pública estadual durante os próximos quatro anos[1].

Este primeiro capítulo é introdutório aos demais. Ele contém: uma seção de apresentação na qual se expõem as principais idéias que norteiam o PPA; uma segunda seção, na qual se discutem as perspectivas para a economia brasileira no período de que trata esse PPA; uma terceira em que se apresentam os rebatimentos econômicos do cenário nacional sobre a economia paulista. A quarta seção expõe a filosofia de gestão da coisa pública a que se propõe essa administração e a quinta seção enfatiza a importância das parceiras público privadas, com o governo federal e municipal. Finalmente, na sexta seção, estão relacionados os programas e ações que compõem o PPA 2004-2007.

1.1 Apresentação

1.1.1 O PPA 2004-2007: Objetivos, Diretrizes Estratégicas e Compromissos.

Pensar o futuro sempre foi uma preocupação das sociedades. Uma das diferenças fundamentais no desenvolvimento dos povos e nações é a que resulta das distintas formas de pensar o futuro. Algumas sociedades têm sido mais capazes do que outras em entender que o futuro não é o que irremediavelmente ocorrerá - o futuro não é imprevisível de forma absoluta - mas, sim, produto de decisões coletivas do momento

[1] Textos complementares, utilizados para a concepção deste PPA poderão ser encontrados no site da Secretaria de Planejamento

presente que imaginam e projetam como as comunidades desejam que o futuro seja e como estabelecer uma trajetória para torná-lo realidade.

Essa nunca é uma tarefa fácil. As profundas transformações que ocorreram no Brasil na atual fase de democracia plena, assim como as grandes transições que se verificam em escala global, estabelecem desafios imensos. Mas representam oportunidades para novos caminhos.

O trilhar desses novos caminhos impõe à ação governamental, entre outras responsabilidades, a de estabelecer uma complexa combinação de continuidade e mudança. Isso requer atuar com sensibilidade para saber o que manter e o que modificar, pois na esteira das mudanças sempre existe o que preservar e o que mudar.

A essência do Plano Plurianual que ora apresentamos é a de fazer com que São Paulo responda, com o dinamismo e a firmeza que sempre caracterizaram nosso Estado, aos desafios que resultam das diferentes transições que o Brasil vem experimentando – seja no âmbito político, demográfico, econômico ou social. Nesse processo, tem-se em conta que o êxito não é produto da sorte ou da casualidade. Ele resulta, principalmente, do estabelecimento de objetivos claros e da aplicação correta de estratégias bem definidas para fazer possível o que todos desejam: construir uma sociedade mais próspera e com maior grau de inclusão social.

As bases para isso foram solidamente fundadas no Estado de São Paulo ao longo de quase uma década de trabalho árduo. Em três eleições consecutivas, o povo do Estado consagrou uma proposta política e administrativa voltada para reerguer São Paulo. Nessa trajetória, graças à obra do saudoso Governador Mário Covas e do Governador Geraldo Alckmin, São Paulo passou por avanços significativos, quer éticos, no que diz respeito à governança pública; quer fiscais, que permitiram a retomada do espírito empreendedor característico de nossa gente. Esses avanços, que resgataram a dignidade de São Paulo, é que serão preservados e aperfeiçoados durante os próximos anos, de modo a garantir que o Estado esteja apto para seguir impulsionando os rumos do desenvolvimento do País.

Os objetivos maiores propostos neste Plano Plurianual são sintetizados num tripé: **desenvolvimento** para gerar empregos, **educação** para melhorar o capital humano e **solidariedade** para combater a desigualdade e a miséria.

Ciente das tarefas mais urgentes que se colocam para tanto, o Governo Geraldo Alckmin baseia as proposições deste Plano em um conjunto de quatro diretrizes estratégicas para ação, onde, simultaneamente, o Governo seja Empreendedor, Educador, Solidário e Prestador de serviços de qualidade:

?? **Empreendedor** – visando a um Governo pró-ativo, indutor do desenvolvimento, para gerar renda e emprego.

?? **Educador** – visando à universalização do acesso ao ensino médio e profissionalizante.

?? **Solidário** – visando à inclusão e à promoção social.

?? **Prestador de Serviços de Qualidade** – visando à transparência e à universalização do acesso aos serviços públicos, especialmente para a população de baixa renda, nas áreas de segurança pública, saúde, saneamento básico, infra-estrutura urbana, moradia, transporte público e a melhoria da qualidade de vida.

Essas diretrizes são complementares e sintetizam, para o quadriênio 2004-2007, a idéia-força subjacente à ação do governo – a permanente busca da eficiência em toda e

qualquer iniciativa governamental. Esta deve ser entendida não como um fim em si mesma, mas, sobretudo, como pré-requisito para aumentar a competitividade sistêmica da economia paulista, a crescente melhoria na prestação dos serviços ofertados à população, o uso mais eficaz dos recursos públicos e a eqüidade na sua distribuição.

Como é sabido, crescimento, renda e emprego dependem, em grande medida, de políticas públicas macroeconômicas de competência federal. Mas não apenas. O poder de emulação e de organização de São Paulo é indispensável para avançar segundo novos rumos. O governo paulista, seguindo os passos caminhados nos últimos oito anos, continuará imprimindo a sua marca de governo dinâmico e empreendedor, utilizando integralmente seu poder de alavancar e incentivar a economia, além de estimular a iniciativa privada para garantir a retomada das taxas históricas de crescimento econômico.

Mas para São Paulo não basta crescer. É preciso crescer com melhorias nas condições de vida que possibilitem, ao mesmo tempo, integrar-se positivamente à economia brasileira e mundial e reduzir as assimetrias sociais e regionais.

Para responder a isso, as ações previstas no Plano promovem a responsabilidade pela articulação de políticas públicas em uma perspectiva integral, que reflita maior coordenação e congruência nos planos institucional e regional, eliminando-se a duplicidade de funções, o conseqüente desperdício de recursos e garantam eficácia aos resultados.

Na vertente empreendedora, são quatro os eixos básicos de atuação que orientam essa dimensão: forte estímulo às exportações e substituição seletiva de importações; rompimento dos gargalos na infra-estrutura, em particular de energia, transportes, água e saneamento; criação de mecanismos fiscais e estabelecimento de pólos de apoio à produção e exportação conforme a vocação de cada região e correspondentes cadeias produtivas; e a implantação de instrumentos eficazes de coordenação das ações públicas e privadas visando ao desenvolvimento e à conseqüente geração de postos de trabalho.

Os novos caminhos para o desenvolvimento exigem que a educação, mais do que nunca, como instrumento primordial de progresso individual e democratização de oportunidades, esteja organicamente vinculada ao mundo do trabalho. As ações na área da educação estão centradas na promoção de políticas educacionais que objetivam assegurar uma estratégia inteligente para alcançarmos o nosso futuro, mediante a ampliação das possibilidades de realização plena de cada cidadão e a qualificação necessária para um ambiente socioeconômico em constante mudança.

As carências que ainda permanecem na educação têm profundas raízes históricas que seguirão sendo enfrentadas. Os inegáveis avanços registrados nos últimos anos, onde se destaca a forte expansão do acesso ao ensino fundamental, comprovam que São Paulo acertou o passo e está recuperando o atraso nessa área. Há mais jovens hoje concluindo esse nível de ensino e prosseguindo os estudos, até mesmo por exigência de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Como forma de ampliar os avanços já conquistados, a ação do Governo Educador, cuja premissa básica é a da qualidade da educação para todos os segmentos sociais, confere prioridade à expansão do ensino médio e profissionalizante, buscando assim garantir aos jovens na faixa etária relevante as condições indispensáveis à continuidade de sua escolarização e à possibilidade de maior mobilidade social. Além disso, objetiva a qualificação dos mestres de modo a melhorar a qualidade de ensino em todos os níveis.

A ação programática para combater a exclusão, por sua vez, está focalizada na ampliação dos programas estaduais de solidariedade social e na ênfase às políticas compensatórias que ajudam a combater a miséria, a fome e a exclusão. Nessa ótica, os rumos do combate à pobreza e de promoção do desenvolvimento não se restringem aos recursos públicos dirigidos à assistência social. Eles incluem também, e sobretudo, a

promoção e a generalização de oportunidades que promovam as capacidades próprias, individuais e coletivas, especialmente daqueles que, por muito tempo, vêm esperando a justiça social e dependem quase que exclusivamente do Estado para assegurar a sua sobrevivência.

Nesse passo, cumpre ao Governo expandir ainda mais as parcerias com a sociedade civil, sobretudo com o terceiro setor, de modo a tecer uma rede de apoio mútuo que amplie a construção de espaços de colaboração da cidadania para o atendimento integral às pessoas.

Na dimensão da qualidade do serviço público, prioridade é dada à saúde e à segurança pública. Cabe ao Governo não apenas oferecer atendimento ágil e digno ao cidadão, mas, principalmente, garantir transparência e eficácia à gestão pública, com vistas a democratizar de fato o acesso da população aos serviços essenciais. O atendimento de boa qualidade já ocorre com o Poupatempo e ações correlatas e continuará a ser estimulado.

1.1.1.1 O novo papel do Estado

A globalização, a abertura da economia e o Plano Real levaram a uma profunda reestruturação produtiva e institucional da economia brasileira. Os impactos dessas transformações sobre a economia paulista não são desprezíveis. Elas determinaram uma nova inserção internacional que, junto com o novo regime cambial de 1999 e o regime de metas de inflação, têm tido implicações sobre a competitividade e sobre o próprio desempenho da economia paulista, dados seus impactos diferenciados sobre os diversos setores e agentes econômicos nas diferentes regiões. Isso implica que é fundamental pensar o futuro de São Paulo dentro de uma nova inserção internacional do País.

Nesse contexto de transformações, a questão da responsabilidade fiscal passou para primeiro plano tanto em âmbito nacional quanto estadual. Ela passou do nível da retórica para o da práxis efetiva na medida em que sua importância para a estabilidade permanente do sistema de preços – e, conseqüentemente, para a competitividade da economia como um todo – vem sendo progressivamente entendida e aceita pela sociedade.

Uma economia competitiva tem que ser, no atual contexto mundial, uma economia do conhecimento. Assim, a ênfase na criação da nova estrutura produtiva e social paulista estará em atingir estágios mais elevados na direção da economia do conhecimento, no desenvolvimento tecnológico por meio de maior integração universidade-empresa, no desenvolvimento de um moderno setor produtor de serviços, uma agropecuária eficiente e uma indústria competitiva.

É com esse pano de fundo que deve ser entendido o novo papel do Estado de São Paulo e a conseqüente construção de uma nova agenda de desenvolvimento para a qual se necessita de um governo moderno, empreendedor, solidário e prestador de serviços de qualidade que tenha a exata dimensão do seu papel pró-ativo por meio de novos programas e instrumentos de atuação.

Trata-se de aproveitar a oportunidade criada pelas precondições dadas pelo saneamento das contas públicas do Estado de São Paulo, e que permitirão a mescla de continuidade e mudança que é a tônica deste PPA. A superação do conflito entre a manutenção da austeridade fiscal e as justas demandas da sociedade paulista na área social será atingida graças ao legado de saneamento fiscal do passado recente juntamente com novas articulações entre os setores público e privado e parcerias com o investimento estrangeiro que serão parte das novas linhas de ação do governo. Elas é que permitirão que a restrição financeira não seja impeditiva de ações públicas na direção do desenvolvimento humano e social almejado pela sociedade paulista.

Do ponto de vista dos objetivos estratégicos, a ênfase estará centrada:

I - na redução do custo São Paulo como uma das condições principais de melhoria da competitividade sistêmica visando à atração de novos investimentos e sem comprometer o equilíbrio fiscal;

II - na redução das desigualdades sociais não só como um dos aspectos da redução do custo São Paulo, mas também pela melhoria contínua da qualidade de vida da população paulistana;

III - na redução das desigualdades regionais;

IV - na qualificação de sua mão-de-obra.

Os desafios para a consecução desses objetivos estão centrados em um conjunto de áreas-tema em relação às quais o PPA dedicará especial atenção: infra-estrutura, transportes, energia, meio ambiente, e desenvolvimento do enorme potencial de seus recursos humanos.

A implementação do PPA do governo de SP deverá basear-se nas seguintes estratégias principais:

?? Busca de sintonia estreita das ações do PPA às demandas e potencialidades das diferentes regiões do território do Estado de São Paulo.

?? Ação mais articulada entre os diferentes órgãos de Governo. A atuação integrada dos instrumentos setoriais de ação promove maior eficiência das políticas públicas.

?? Melhoria da interface com o setor privado e administrações municipais de modo a potencializar parcerias e investimentos no Estado.

?? Promoção da articulação e convergência dos programas do Governo Federal com os do Plano Plurianual de São Paulo.

1.1.1.2 O Novo PPA e a sua importância para o desenvolvimento paulista

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, introduziu um processo integrado de alocação de recursos compreendendo as atividades de planejamento e orçamento públicos, posteriormente reproduzido no artigo 174 da Constituição Estadual.

Esse processo deve se dar mediante a interação de três instrumentos: o **Plano Plurianual –** PPA, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias** – LDO e a **Lei Orçamentária Anual** – LOA. O PPA é fundamental para a orientação da ação governamental, pois permite que a programação das ações de longo prazo, prevista para o quadriênio que se estende do início do segundo ano de mandato até o término do primeiro ano do mandato subseqüente, seja concretizada ao longo de quatro anos, sendo refletida nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias e viabilizada com dotações específicas nas correspondentes leis orçamentárias anuais.

No plano formal, o PPA promove a estruturação das ações do governo em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período de sua vigência. Para cada programa adota-se um modelo de gerenciamento por resultados, com a definição das unidades responsáveis, controle de prazos e custos, sistemas de informações gerenciais e a designação de gerentes responsáveis por cada um dos programas. Esses programas, núcleos de elaboração e controle das ações administrativas, devem ser avaliados quanto ao desempenho físico-financeiro, à obtenção

de resultados e ao grau de satisfação da sociedade em relação aos produtos e serviços ofertados.

A importância do planejamento plurianual não é só destacada pelo fato de as ações previstas no Plano terem uma vida mais longa do que um mandato de governo, permitindo permanência e continuidade à ação governamental, mas, também, pela possibilidade efetiva da revitalização da função planificadora e a sua indispensável interação com o processo orçamentário.

Fundamental, no entanto, é o seu propósito substantivo que é o de dar mais foco e perspectiva à visão da sociedade, do próprio governo e dos demais poderes do Estado sobre as políticas de longo prazo que conformam a agenda pública eleita para ser implementada.

O Governo do Estado de São Paulo, após quase uma década de trabalho cotidiano voltado para a recuperação dos instrumentos básicos de ação do poder público - entre os quais o planejamento governamental e a adoção de práticas orçamentárias realistas quanto à sua viabilidade de execução - tem hoje uma oportunidade ímpar para redesenhar e impulsionar os rumos do processo de desenvolvimento paulista.

A experiência acumulada com a implementação do Plano Plurianual 2000/2003 (Lei nº 10.694/2000), único com aprovação legislativa desde a edição da Carta de 1988, permitirá, com a necessária correção de desvios e a adequação de seus pressupostos à nova realidade nacional, aprimorar a coerência das ações de governo e ampliar as condições para o exercício regular da avaliação e do controle do gasto público.

Nesse cenário, apurar a coordenação executiva das ações governamentais, mediante a sua realista articulação nas várias dimensões do Plano e com os diferentes setores da sociedade é não só funcional para consolidar o ajuste fiscal realizado por São Paulo mas concorre, também, para orientar o desenvolvimento de cada região, estimular suas vocações, promover seus eixos de desenvolvimento e complementar as cadeias produtivas instaladas em seu território.

Para tanto, o PPA 2004-2007 amplia a ótica do planejamento para além da perspectiva setorial dos órgãos governamentais e estende as suas proposições às diferentes regiões do Estado, cujas vantagens comparativas e competitivas reconhecidamente robustas não mais permitam que sejam vistas no estreito limite de suas fronteiras político-administrativas, mas, sim, como espaços econômicos integrados, ainda que de forma desigual, cujas carências e potenciais vocações socioeconômicas reclamam a ação integrada dos diferentes agentes do setor público e a sua indispensável articulação com as demais forças produtivas do setor privado para serem satisfeitas.

Ao planejamento governamental impõe-se a tarefa de organizar e traduzir as ações de governo capazes de alcançar o objetivo central: um estágio seguro de desenvolvimento sustentado. Esse objetivo, por todos perseguido, não se materializa espontaneamente ou por um mero ato de expressão de vontades. Trata-se, como é sabido, do resultado de um processo a ser construído coletivamente, com esforço cotidiano, pelo conjunto da sociedade.

É indispensável, pois, que o poder público exerça de forma plena o seu papel insubstituível na condução desse processo, agindo de forma ativa na conformação de interesses, na coordenação de esforços e mobilizando todos os recursos disponíveis, com o estrito cumprimento da disciplina fiscal, em ações prioritárias, estruturantes e administrativamente integradas no que diz respeito aos programas e projetos sob a sua responsabilidade. Ele sinalizará, assim, rumos seguros para o investimento, fomentando novas formas de parceria Estado-Sociedade, combatendo as desigualdades e definindo de forma clara regras e compromissos que orientem os diferentes atores sociais.

Daí decorre um dos principais benefícios do PPA: o de promover a sinergia das forças ativas da sociedade de modo a impulsionar um novo ciclo de progresso e de

redução de injustiças. Ao Estado de São Paulo, pela sua importância no cenário nacional, cabe a responsabilidade histórica de ser e de ampliar o seu papel como o centro irradiador de desenvolvimento em nosso País.

O governo Geraldo Alckmin, consciente dessa responsabilidade, propõe à sociedade o PPA 2004-2007, cujas diretrizes, democraticamente consagradas nas urnas, são sintetizadas nos conceitos do Governo Empreendedor, Educador, Solidário e Prestador de Serviços de Qualidade.

A formulação do PPA deve partir de um cenário macroeconômico que represente as expectativas mais prováveis de evolução do Produto Nacional Bruto, da inflação, da trajetória dos juros e da taxa de câmbio para o período de 2004/2007. Na próxima seção expomos o cenário macroeconômico hoje mais provável para o país, a partir do qual construímos o cenário para São Paulo, que é parâmetro para a estimativa dos valores fiscais agregados do Estado. Tais agregados balizam nossa capacidade de ação por preservar a consistência orçamentária dos programas e ações do Governo do Estado.

1.2 Perspectivas da Economia Brasileira, Parâmetros Macroeconômicos e Projeções para o Médio Prazo.

1.2.1 Introdução

O Brasil passou por dois choques econômicos significativos nos últimos quatro anos. Em 1999, sob o peso de elevados déficits em conta corrente e da pressão do mercado financeiro internacional, o regime de câmbio administrado com desvalorizações graduais foi substituído por outro, baseado na flutuação da taxa de câmbio.

Em seu momento inicial, o novo regime produziu uma desvalorização nominal do real de cerca de 50%, mas os temidos efeitos inflacionários acabaram sendo relativamente modestos. Para isso foram fundamentais não só a mudança radical na política fiscal – que a partir do final de 1998, no contexto de um acordo com o FMI que disponibilizou US$ 41,5 bilhões ao País, passou a se orientar para a obtenção de superávits primários relativamente elevados – e a introdução do regime de metas de inflação, como as transformações na estrutura produtiva brasileira que vinham ocorrendo em decorrência da abertura da economia e do Plano Real.

Depois de um período de turbulências em 2001 que, apesar de revertido, resultou em forte aumento da parcela da dívida pública indexada às variações da taxa de câmbio, em 2002 a taxa de câmbio voltou a se depreciar de forma significativa. As dificuldades da Argentina, a reversão do ciclo global de crescimento da segunda metade dos anos 90, o estouro da bolha de ativos de empresas de tecnologia nos Estados Unidos e as fraudes contábeis nesse mesmo país produziram um forte aumento da aversão ao risco e uma súbita interrupção de fluxos de capital para países emergentes.

No Brasil, esses fatores foram amplificados pelo ambiente de incertezas associado à perspectiva de chegada ao governo do principal partido de oposição, tradicionalmente contrário às políticas de austeridade fiscal e monetária que vinham garantindo uma transição relativamente suave no sentido de reduzir a vulnerabilidade externa. Como resultado, apesar da situação macroeconômica equilibrada no fim do primeiro trimestre, entre março e outubro de 2002 o câmbio desvalorizou mais de 60%.

Já em 2003, a manutenção das diretrizes básicas da política econômica por parte do novo governo – com o aprofundamento do ajuste fiscal para fazer frente à elevação da relação dívida-PIB ocorrida em 2002 e um aperto adicional na política monetária para reverter a aceleração da inflação – e o desenvolvimento de condições conjunturais

favoráveis no mercado financeiro internacional levaram a uma retomada dos fluxos de capital para o Brasil.

Diante da seqüência de choques, e não obstante o crescimento de 4,5% do PIB real com inflação de apenas 6% em 2000, a economia brasileira caminha para o seu sexto ano consecutivo de taxas de crescimento anual abaixo de 2% (exceto 2000). Por outro lado, é preciso reconhecer que houve avanços institucionais significativos no período, e que a questão externa deixou de representar uma restrição tão severa quanto há alguns anos. Nesse sentido, algumas das pré-condições para a retomada do crescimento sustentado parecem mais maduras do que em outros momentos do passado recente.

Infelizmente, entretanto, apesar das precondições para a retomada do crescimento estarem sendo enfrentadas, condições importantes como a construção de uma política industrial moderna e um mercado de capitais que garanta o financiamento dos investimentos necessários para a retomada sustentada do crescimento ainda estão sendo tratadas marginalmente.

1.2.2 Perspectivas de curto prazo

Quando se considera o curto prazo – por exemplo, um horizonte de 12 a 18 meses, até o final de 2004 – três fatores principais surgem com maior destaque na formação do quadro macroeconômico:

I – a capacidade de reverter a aceleração da inflação que resultou da instabilidade cambial de 2002, propiciando assim uma redução sustentada da taxa de juros;

II – a aprovação de parte das reformas estruturais, à medida que sinalizem com uma trajetória sustentável para a dívida pública, via reforma da Previdência;

III – e, por fim, o cenário externo, cujas perspectivas são ainda incertas em face dos desequilíbrios que dificultam a retomada do crescimento nas economias centrais.

Os efeitos da política monetária contracionista, colocada em prática a partir do final de 2002, começaram a ser sentidos com mais intensidade no segundo trimestre deste ano. Em particular, o consumo, que havia ensaiado uma recuperação no último trimestre de 2002, passou a refletir o impacto de taxas de juros reais elevadas e os efeitos da aceleração inflacionária sobre os rendimentos médios reais do trabalho.

Os resultados relativos ao mercado de trabalho – taxa de desemprego crescente, queda da massa real de rendimentos do trabalho desde o início do ano e forte redução dos rendimentos médios pelo conceito de rendimento habitualmente recebido – afetam diretamente o comportamento das vendas no comércio e, conseqüentemente, sinalizam um quadro pouco favorável a curto prazo – fenômeno que já vem se refletindo nas arrecadações estaduais de ICMS, especialmente em São Paulo.

A queda dos investimentos configura o elemento mais preocupante da conjuntura atual, na medida em que sinaliza para o segundo ano seguido sem crescimento, após a queda de 4% registrada no ano passado. Dentre seus componentes, a construção civil exibiu quedas nos dois últimos anos e a perspectiva para 2003 tampouco se desenha favorável. O consumo aparente de bens de capital, por seu turno, que chegou a se beneficiar indiretamente da crise de energia devido ao esforço de ampliação da capacidade de geração e de substituição das fontes hidroelétricas - tendo crescido quase 20% em 2001, perdeu dinamismo diante da instabilidade macroeconômica de 2002.

Essa situação é especialmente preocupante na medida em que diversos setores da economia apresentam crescente capacidade ociosa e, portanto, retardaram seus planos de investimento. As exceções estão nos produtores de bens intermediários, que têm desempenho superior à média da indústria. Isso indica que em alguns setores a mudança

de preços relativos associada à desvalorização real da taxa de câmbio criou incentivos para a ampliação da utilização da capacidade produtiva instalada. Esse comportamento reflete, entre outros fatores, uma forte expansão no *quantum* exportado, na mesma base de comparação.

A preocupação com a queda dos investimentos amplia-se quando se constata que setores importantes da economia, de bens intermediários e/ou exportadores tais como celulose, papel e papelão, petroquímicos e metalurgia, entre outros, estão próximos ao limite de sua capacidade produtiva, criando um problema adicional tanto para a retomada do crescimento econômico quanto para a manutenção de taxas elevadas de crescimento das exportações.

As exportações líquidas contribuíram para sustentar o crescimento em 2002 e em 2003, mas não parecem capazes de sustentar o crescimento à frente. Vale destacar que o desempenho exportador está ligado ao esforço de diversificação de mercados. Assim, nos primeiros cinco meses do ano houve recuperação de vendas para a Argentina, com crescimento de 85%, bem como expansão em mercados não-tradicionais, com aumentos de 74% nas exportações para a Ásia e de 37% para a Europa Oriental. As importações, por outro lado, registram estabilidade na comparação com igual período de 2002. A maior queda está precisamente nas importações de bens de capital.

As perspectivas para 2003, do ponto de vista da balança comercial, são de que se atinja um superávit superior a US$ 17 bilhões, o que contribuirá para manter o déficit em conta corrente entre US$ 3 e 4 bilhões. A esse desempenho deve somar-se uma normalização dos fluxos de capital externo após a violenta retração ocorrida em 2002. Embora o retorno dos capitais externos esteja concentrado ainda nos fluxos de curto prazo, houve forte recuperação nos porcentuais de rolagem da dívida de médio e longo prazos do setor privado a partir de abril, com os porcentuais atingindo 90% no caso de créditos comerciais e empréstimos e cerca de 200% no caso de *notes* e *commercial papers*. Entretanto, apesar desse cenário relativamente otimista, a retração dos fluxos de investimento estrangeiro direto é preocupante porque se soma a outras dificuldades com severas implicações para a retomada do crescimento.

Do ponto de vista do setor externo, portanto, as perspectivas de curto prazo são bem mais favoráveis do que em anos anteriores, o que tem levado, inclusive, à reversão parcial da forte desvalorização ocorrida em 2002. Não obstante, a questão inflacionária permaneceu como foco central da política econômica na maior parte do ano de 2003, dada a magnitude do choque cambial de 2002. A condução da política monetária nos meses finais de 2002 e início de 2003 assumiu um viés marcadamente contracionista, dada a forte aceleração ocorrida a partir de setembro de 2002.

Assim, a trajetória da inflação, apesar do ritmo mais lento que aquele consistente com o cumprimento das metas em 2003, é de forte queda. A desaceleração da atividade econômica se acentuou no segundo trimestre deste ano e seus reflexos sobre a inflação aparentemente ganharam corpo, o que tem levado, inclusive, o Banco Central a reduzir a taxa de juros.

A perspectiva para essa taxa é a de que o Banco Central promova reduções graduais de modo a não comprometer a estratégia de redução da inflação e sua convergência para a meta de 2004. O impacto dessa estratégia gradual sobre o crescimento, contudo, não deve ser menosprezado. Desde o começo do segundo trimestre de 2003 que a estrutura a termo da taxa de juros tem sido negativa. Associada à superação das incertezas e à consolidação da confiança, essa expectativa de juros futuros em queda pode se traduzir em expansão da oferta de crédito a médio prazo.

A política fiscal tem sido o suporte mais importante para o resgate da confiança na economia e na capacidade de resposta dos instrumentos de política econômica, em particular da política monetária. A obtenção de superávits primários crescentes desde

1999, até atingiram cerca de 4% do PIB em 2002, resultou na manutenção de uma relação dívida-PIB sob relativo controle. Para o período 2003-2005 espera-se o aprofundamento do ajuste no superávit primário, fixado em 4,25% do PIB ao ano.

A manutenção desses superávits primários, associada a uma evolução mais favorável da taxa de juros, da taxa de câmbio e do próprio crescimento, deve produzir uma trajetória declinante para a relação dívida-PIB.

1.2.3 O Médio e Longo Prazos

Em um horizonte de mais longo prazo, é preciso considerar que o recente ajuste do balanço de pagamentos implicou reduzir a absorção de poupança externa de cerca de 4,5% para 0,5% do PIB. O brutal aumento da transferência de recursos reais para o exterior (o saldo da conta de bens e serviços não-fatores saltou de um déficit de US$ 16,7 bilhões para um superávit de US$ 8,1 bilhões, ou de – 2,2% para 2,1% do PIB, entre 1998 e 2002) alimentou a inflação e deprimiu o investimento diante da necessidade de conter a demanda interna via aumento das taxas reais de juros. À medida que se for recuperando o controle sobre a inflação, e com a perspectiva de se afrouxar as amarras sobre a absorção doméstica, voltam a adquirir importância os fatores que irão garantir o equilíbrio macroeconômico num contexto de crescimento mais elevado.

Nesse sentido, se a retomada do crescimento pode ocorrer no curto prazo por meio de aumento da utilização da capacidade ociosa existente em alguns setores – ou seja, sem que haja necessidade imediata de aumento dos investimentos – a médio e longo prazos a continuidade do crescimento certamente exigirá que a taxa de investimento em capital fixo, que em 2002 foi de 18,7% do PIB, aumente de forma significativa para permitir que a expansão da demanda ocorra sem pressões seja sobre a inflação, seja sobre a balança comercial. No entanto, como já assinalado, existem setores nos quais as margens de utilização da capacidade estão muito elevadas, o que pode gerar pressões inflacionárias ou sobre a balança comercial.

Neste contexto macroeconômico, a questão do financiamento passa a ser central. Ampliar o crédito ao consumo, especialmente de bens duráveis, financiar a ampliação da capacidade instalada nos setores que trabalham no seu limite e financiar a expansão das exportações serão decisivos para a retomada sustentada do crescimento.

No cenário apresentado a seguir, a taxa de crescimento do PIB acelera apenas gradualmente de modo a permitir a obtenção de taxas de inflação declinantes – que permanecem, contudo, ainda acima das metas pelo menos até 2004 – e a consolidação do ajuste externo. O crescimento futuro reflete a aceleração do consumo e do investimento em decorrência da redução das taxas reais de juros e da própria queda da inflação, com seus efeitos colaterais positivos sobre os rendimentos reais do trabalho e sobre os indicadores de confiança.

1.2.3.1 Cenário Externo

A economia internacional passa por um momento caracterizado por elevada incerteza. A forte expansão da década de 90 nos Estados Unidos foi capaz de alavancar o crescimento em escala global, mas sua reversão a partir de 2001 parece atuar agora em sentido inverso, só não exercendo efeito mais negativo sobre a economia mundial devido à sustentação da atividade econômica na Ásia em função do dinamismo da economia chinesa. Por outro lado, os desequilíbrios em conta corrente entre os países centrais gerados ao longo da última década colocam questões delicadas para a articulação da política econômica desses países de modo a evitar a consolidação do cenário de baixo crescimento.

Projeções recentes indicam que os efeitos das políticas expansionistas tendem a ocorrer de forma relativamente lenta nos países desenvolvidos, e que o crescimento mundial deverá recuperar-se apenas gradualmente em relação aos baixos níveis registrados em 2001 e 2002, quando a taxa média anual foi de 1,5% a.a. As projeções indicam crescimento de apenas 2,2% da economia mundial em 2003 (PIB), acelerando para 3,1% a.a. de 2004 em diante.

Tabela 1.1

Crescimento do PIB e Exportações Mundiais (% a.a.)			
	2003	**2004**	**2005-07**
Economia Mundial	2,2	3,1	3,1
Países Industrializados	1,7	2,6	2,5
Estados Unidos	2,6	3,9	3,0
União Européia	1,3	2,4	2,6
Japão	0,7	0,7	1,4
Países em Desenvolvimento	3,7	4,9	4,9
América Latina	1,7	3,7	4,3
Sudeste Asiático	4,2	5,2	5,0
China	8,0	7,8	7,5
Comércio Internacional	3,8	7,0	6,6

Fonte: Projeto Link, ONU (Abril de 2003)

O comércio internacional tende a refletir essa retomada lenta do crescimento mundial sob a forma de recuperação apenas gradual dos fluxos de comércio. Em termos de exportações mundiais, após um crescimento de 11% em 2000 e queda de 1% em 2001, espera-se uma aceleração até 2004, quando ocorreria expansão de 7%, estabilizando-se nesse patamar para os anos seguintes. Vale notar que essas taxas são um patamar para o crescimento das nossas exportações. Estas têm se expandido desde 2002 num ambiente externo adverso devido à ampliação da parcela brasileira no mercado global e novos mercados.

1.2.3.2 Resumo das projeções: nível de atividade

Conforme discutido acima, a necessidade de reverter o surto inflacionário gerado pela instabilidade de 2002 ainda deverá limitar o crescimento em 2003 e 2004. A austeridade monetária significa que as taxas de juros tendem a declinar apenas gradualmente no médio prazo, permanecendo relativamente elevadas em termos reais nesses dois anos, antes de declinarem no período 2005-07. Combinada ao cenário externo, em que prevalecem taxas de juros em patamar histórico relativamente baixo e uma melhora progressiva do risco-país, esse quadro gera um aumento de financiamento externo, permitindo relaxar um pouco a restrição do balanço de pagamentos.

Tabela 1.2

Crescimento do PIB, demanda agregada e setores (taxa real ao ano) - Brasil					
	2003	2004	2005	2006	2007
PIB	1,6	2,8	3,4	3,7	3,8
Consumo	0,2	2,1	3,0	3,4	3,0
Investimento	0,2	4,8	6,4	8,3	8,8
Exportações	9,8	5,0	6,1	6,4	8,7
Importações	1,1	4,2	8,6	11,4	12,0
Agropecuário	4,2	4,2	4,4	4,3	4,2
Indústria	1,5	2,8	3,6	4,8	5,4
Serviços	1,3	2,6	3,1	2,9	2,7
Taxa de Investimento (preços de 2002)	18,5%	18,9%	19,4%	20,3%	21,3%
PIB – R$ bilhões (preços correntes)	1.544,0	1.706,3	1.870,2	2.046,2	2.225,9
PIB - US$ bilhões (correntes)	467,9	502,2	524,8	555,2	586,7

O ajuste significativo no déficit em conta corrente – que deve alcançar 0,7% do PIB em 2003 – pode ser parcialmente revertido sem que isso implique aumentar a vulnerabilidade externa da economia brasileira no curto prazo. Abre-se assim espaço para uma recuperação do consumo e, principalmente, do investimento ao longo do período de projeção, conforme mostrado na tabela 1.2.

1.2.3.3 Resumo das projeções: Setor Externo

O ajuste externo da economia brasileira vem sendo obtido tanto por um crescimento das exportações quanto por uma contenção das importações – em parte substituídas por produção doméstica em face da forte desvalorização cambial dos dois últimos anos, em parte deprimidas pelo baixo crescimento, especialmente do investimento. Uma retomada do crescimento, portanto, deve produzir uma aceleração das importações em relação às taxas de crescimento observadas em 2002 e 2003, principalmente porque um dos motores do crescimento deveria ser a expansão do investimento, normalmente mais intensivo em importações do que o consumo. As exportações, por seu turno, tendem a manter taxas de crescimento ainda elevadas, porém menores do que neste ano.

Tabela 1.3

Balanço de Pagamentos - Transações Correntes (US$ bilhões correntes) – Brasil					
	2003	2004	2005	2006	2007
Exportações	67,0	70,4	74,6	79,4	86,3
Importações	50,0	52,1	56,6	63,0	70,6
Balança Comercial	17,0	18,3	18,1	16,4	15,7
Serviços	-4,2	-4,3	-5,0	-6,1	-7,3
Receitas	10,5	11,1	11,7	12,5	13,6
Despesas	14,8	15,4	16,7	18,6	20,8
Rendas	18,4	19,2	19,8	20,1	21,9
Transferências Unilaterais	2,5	2,6	2,7	2,8	2,9
Transações Correntes (STC)	-3,1	-2,7	-4,0	-7,0	-10,5
Memo: STC % do PIB	-0,7%	-0,5%	-0,8%	-1,3%	-1,8%

1.3 Perspectivas para o Estado de São Paulo no Período do PPA

1.3.1 São Paulo no Contexto Nacional: Atividade Econômica[2]

O Estado de São Paulo é o maior centro industrial, comercial e financeiro da América Latina. A economia paulista gera 34% do PIB nacional e é responsável por 32% das exportações e 45% das importações brasileiras. Do ponto de vista do mercado interno, a economia paulista possui grande parte do mercado consumidor nacional, com uma população de 37 milhões de habitantes e PIB per capita de US$ 5.463.

O grau de urbanização (93%) semelhante ao dos países mais desenvolvidos reflete a intensa modernização da agricultura e o rápido crescimento econômico liderado pelo setor industrial. Esse dinamismo determinou uma expansão ainda mais vigorosa nas atividades de serviços, estratégicos ao desenvolvimento futuro da economia do Estado.

INDÚSTRIA

A abertura da economia ao comércio internacional, nos anos 90, colocou novas exigências para o setor industrial, dentre elas a necessidade de rápida adequação ao processo de renovação tecnológica e a internacionalização de suas atividades. Mesmo as indústrias tradicionais, como a têxtil, foram reestruturadas e operam em São Paulo com grande sofisticação tecnológica.

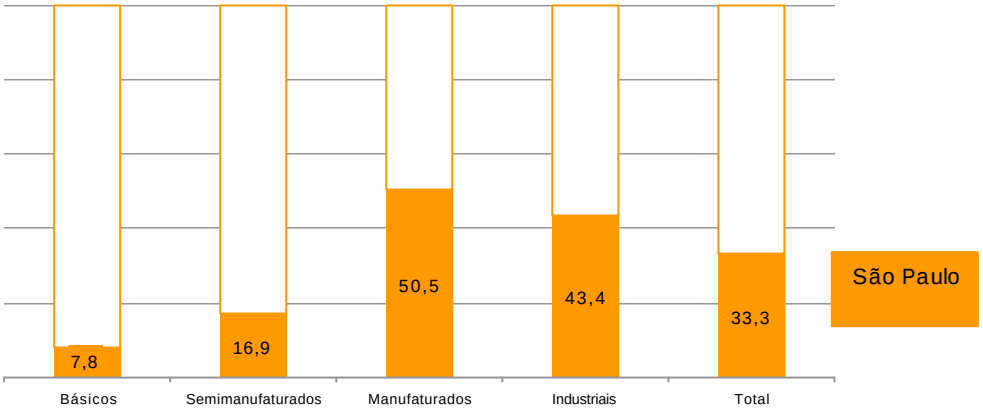
A maior concorrência internacional, a busca por novos mercados e requisitos de qualidade têm estimulado enorme esforço de mudanças organizacionais, racionalização e modernização da indústria paulista. A indústria de São Paulo tem dado atenção cada vez maior para a qualidade e a inovação de produtos e processos, transformando as mudanças tecnológicas em oportunidades de novos investimentos, principalmente nas áreas de informática, biotecnologia, novos materiais e química fina. Esses setores geram impactos positivos sobre a produtividade dos demais setores econômicos e viabilizam o dinamismo e o progresso técnico das economias paulista e brasileira.

Nos últimos anos, a economia de São Paulo caminhou na direção de obter superávit na sua balança comercial. A partir de 2002 esse resultado foi obtido com amplo predomínio das exportações de setores mais industrializados. Nesse período, o Estado concentrou cerca de 50,5% do total das exportações brasileiras de bens manufaturados (gráfico 1.1) sendo, dentre os Estados, o maior exportador do País. São Paulo participa também na exportação de produtos básicos e semimanufaturados (com, respectivamente, 7,8% e 16,8%, das exportações brasileiras).

[2] Para uma análise mais detalhada, ver Capítulo 5.

Gráfico 1.1

PARTICIPAÇÃO DE SÃO PAULO NAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL (2002) Em %



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, 2003

A atividade econômica paulista, sobretudo a indústria, tem revelado tendência cíclica um pouco mais acentuada do que a média nacional: o PIB paulista tende a crescer acima da média nacional quando o crescimento acelera; e abaixo da média nacional na desaceleração. Isso se deve ao maior peso relativo dos ramos produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis na indústria do Estado.

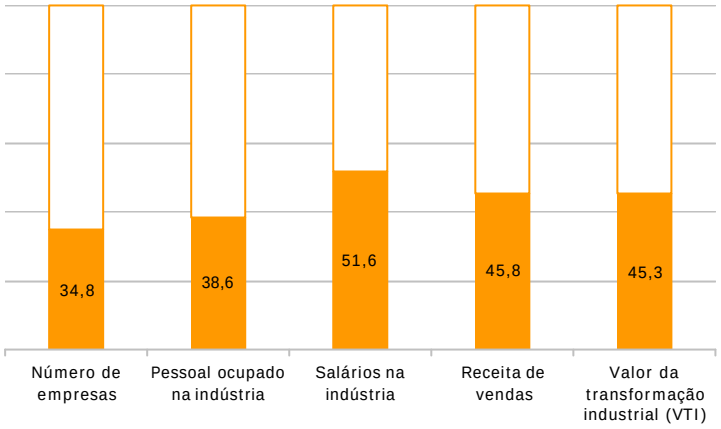
A estrutura industrial paulista caracteriza-se por:

I – ser extremamente diversificada e integrada;
II – conter cadeias produtivas completas; e,
III – concentrar grande parte das indústrias mais modernas do País.

O gráfico a seguir mostra a importância relativa de São Paulo no conjunto da economia nacional. O Estado participa com cerca de 51,6% dos salários pagos na indústria; 45,8% das vendas industriais; 45,3% do Valor da Transformação Industrial (VTI) e 38,6% do pessoal ocupado na indústria do País.

Gráfico 1.2

PARTICIPAÇÃO DE SÃO PAULO NO BRASIL variáveis selecionadas (2000) Em %



Fonte: Pesquisa Industrial Anual -PIA/IBGE, 2000

AGRICULTURA

A Agropecuária, a despeito de representar de 4 a 5% no PIB estadual, possui papel importante para a economia paulista em razão do forte efeito multiplicador do complexo agroindustrial sobre o nível de atividade e de seu peso na pauta de exportações. O complexo agroindustrial representa cerca de um terço do PIB estadual e São Paulo responde por mais de 30% das exportações do agronegócio brasileiro.

A competitividade paulista nesse setor reflete a potencialidade da economia do Estado. São Paulo é o maior produtor de suco de laranja, dominando 50% do mercado mundial. São produzidos anualmente quase 7,7 bilhões de litros de álcool e 14 milhões de toneladas de açúcar.

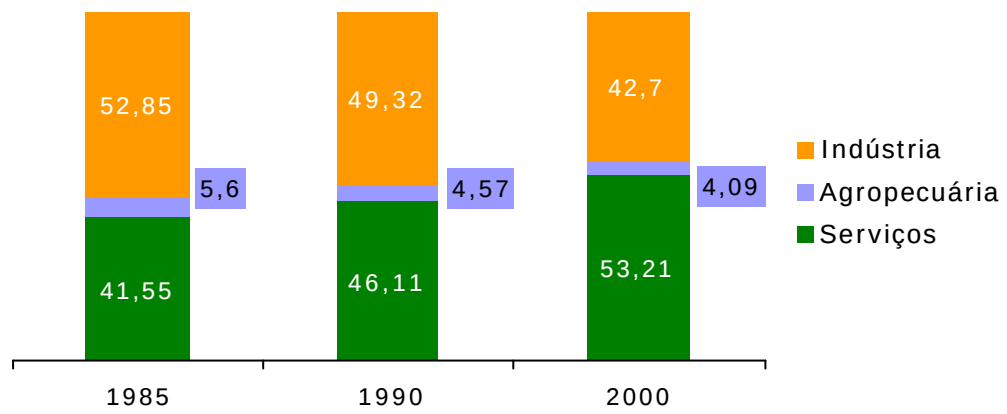
A agricultura paulista apresenta elevados índices de mecanização, intensificando o uso de modernas técnicas de produção (como correção dos solos, emprego de sementes selecionadas, aperfeiçoamento genético, mecanização, etc.) vem induzindo o fortalecimento das cadeias produtivas e a incorporação de inovações tecnológicas à produção e à comercialização de produtos agropecuários, seguindo uma tendência internacional no setor agroalimentar que combina especialização, com elevados requerimentos de produtividade e variedade, o que exige atenção ao consumidor e agilidade de resposta a mudanças na configuração de diferentes mercados.

SERVIÇOS

Como resultado do novo paradigma econômico-tecnológico, baseado no avanço da microeletrônica, das comunicações, das demandas surgidas com as mudanças no estilo de vida, aprimoramento dos serviços de saúde, educação, lazer, expansão da infra-estrutura de transportes e comunicações, dentre outras, o setor de serviços tem sido o mais dinâmico em São Paulo do ponto de vista de ganhos de participação relativa no PIB paulista, tendo ampliado sua participação de 42%, em 1985, para 53%, em 2000 (gráfico a seguir).

Gráfico 1.3

PIB SETORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: Seade / IBGE (2001) Nota: Valor adicionado bruto a preços correntes.

Os líderes na expansão dos serviços no Estado são o comércio, as telecomunicações e o sistema financeiro. Traços comuns dessa expansão são a incorporação de novas técnicas produtivas e gerenciais, a crescente diversificação de serviços, produtos e a disseminação para todo o território paulista das novas modalidades de consumo e de integração produtiva.

O sistema financeiro nacional é, entre os componentes do terciário, um dos que mais se concentram em São Paulo. As sedes de sete dos 10 maiores bancos e de oito das 10 maiores companhias de seguro do Brasil estão em São Paulo e comportam mais da metade dos depósitos bancários.

Ainda no setor de serviços, São Paulo conta com mais de 250.000 estabelecimentos comerciais, nos quais emprega mais de 1.390.000 pessoas, e 92 *shopping centers*. Concentram-se no Estado as melhores redes de ensino básico e médio do País, as melhores universidades[3], os mais bem equipados hospitais, modernos centros de convenções, grandes aeroportos e uma infra-estrutura hoteleira de excelente qualidade.

Favorecido por essa gama de serviços, o turismo tem sido uma atividade em expansão, principalmente o turismo de negócios, cuja importância e sofisticação têm acompanhado o crescimento da capital paulista, o mais importante centro de negócios da América Latina.

Nas telecomunicações, a importância de São Paulo decorre da elevada concentração de atividades econômicas no Estado, o que demanda eficiente suporte de telefonia (nacional e internacional) e acaba alavancando o papel do Estado como centro gerador de informações.

[3] São Paulo concentra a maior rede de produção de conhecimento científico-tecnológico da América Latina e abriga universidades e institutos de pesquisa integrados às mais avançadas experiências e realizações no campo da ciência e tecnologia, formando pesquisadores que desenvolvem projetos nos setores de ponta.Além de inúmeras instituições de ensino e pesquisa federais e privadas existentes no Estado, destacam-se as três universidades estaduais – Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp), centros de referência em praticamente todas as áreas de conhecimento; a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)

No setor de telefonia móvel, São Paulo, além de ser o maior mercado do País com 8,7 milhões de celulares em 2002, também se destacou como um pólo produtor de equipamentos. Novas fábricas foram instaladas no Estado, o que alterou seu perfil industrial e refletiu significativamente na cesta de produtos exportados, dentre os quais se destacam-se os terminais portáteis de telefonia móvel.

Na onda dessa transformação, a internet se desenvolveu rapidamente: aproximadamente 95% das cidades paulistas dispõem de internet de alta velocidade. Isso beneficia, sobretudo, as empresas com grande necessidade de transmissão de dados e a rede pública de ensino.

O setor de transportes é outra das vantagens comparativas do Estado para atração de investimentos. São Paulo possui um complexo e bem estruturado sistema de transportes, em que se destacam todos os meios: rodoviário, ferroviário, fluvial, aeroviário, portuário e dutoviário. A variedade da infra-estrutura disponível permite o rápido acesso não só aos diferentes pontos do mercado paulista como aos demais Estados brasileiros, ao Mercosul e às principais rotas de exportação, graças à sua posição geográfica estratégica. Ressalta-se, ainda, a facilidade de acesso ao exterior por meio do sistema de telecomunicações mais avançado do País e de seus modernos aeroportos.

São Paulo iniciou o processo de concessões das rodovias estaduais em 1996, concedeu gradativamente o sistema rodoviário à iniciativa privada garantindo atualmente não apenas rodovias modernas e bem conservadas como a ampliação de todo o sistema, a exemplo da nova pista da Imigrantes. Os recursos das concessões estão permitindo a recuperação de toda a rede alimentadora.

O Estado também foi pioneiro no Brasil na articulação dos sistemas intermodais e na concepção de anéis de circulação. O Rodoanel e as negociações avançadas para o Ferroanel são obras fundamentais para o comércio internacional e no âmbito do Mercosul. As estratégias e investimentos em entrepostos articulados com os sistemas de transporte também assumem importância para a exportação, a exemplo do CIASP – Centro Integrado de Abastecimento, que será implementado junto com o rodoanel e contará com mais de 2.000 operadores.

Dentre os investimentos em infra-estrutura para facilitar o comércio internacional temos a duplicação da Rodovia dos Tamoios e a ampliação e modernização do Porto de São Sebastião e a Hidrovia Tietê-Paraná que possibilitará a conexão do Centro-Oeste e Sul do Brasil com a Argentina, Paraguai e Bolívia, por meio dos seus 2.400 km e sua área de influência de 800 mil km².

INVESTIMENTOS

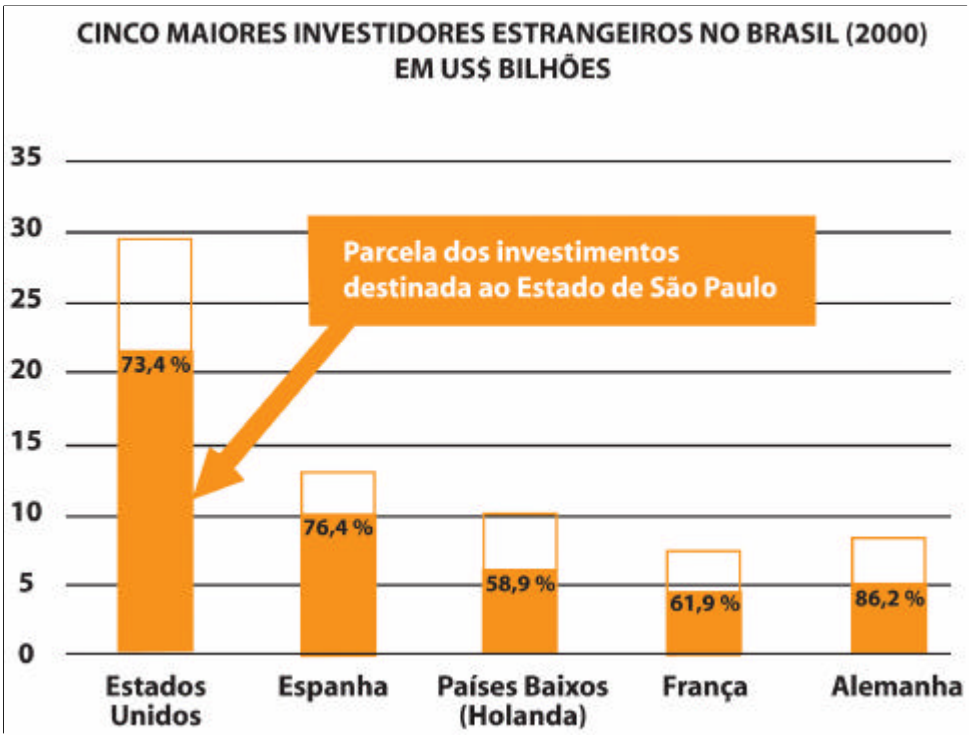
A pesquisa e a indústria caminham juntas para o desenvolvimento do Estado. Os investimentos no setor industrial de alta tecnologia somaram mais de US$ 1,9 bilhão em 2002. A partir da rede de conhecimento que o Estado dispõe, a indústria paulista apresenta um dinamismo e competitividade sem igual no Brasil. Dos 4.650 certificados ISO 9000, 2.315 são de paulistas. A articulação com os principais mercados mundiais e a especialização em manufaturas de maior valor agregado e conteúdo tecnológico, como aeronaves, eletrônicos, automóveis, máquinas, químicos e plásticos, equiparam a indústria paulista, em vários aspectos, às economias mais desenvolvidas do mundo.

Essa rede de conhecimento é maximizada pelas parcerias público-privadas (PPP). Adicionalmente, o Governo do Estado e o setor industrial, por meio de entidades especializadas, como o Senai, Sebrae, Senac, empreendem importante esforço de qualificação e requalificação da mão-de-obra para enfrentar os novos desafios de uma economia cada vez mais internacionalizada.

No período de 1996 a 2002 São Paulo atraiu investimentos que somam aproximadamente US$ 152 bilhões, dos quais resultaram na criação de mais de 7.000 novos empreendimentos. São números que revelam o dinamismo e a competitividade da economia paulista.

A maior parte dos recursos aplicados pelos cinco principais países investidores no Brasil destina-se a São Paulo.

Gráfico 1.4



Fonte: Banco Central do Brasil, Censo de Capitais Estrangeiros e Câmbio, 2003.

No que diz respeito ao Perfil dos Novos Investimentos, São Paulo, com a indústria mais diversificada e dinâmica e o maior mercado consumidor do País, uma infra-estrutura apropriada e a ciência e tecnologia mais avançada, tem todas as condições de inserir-se em um círculo virtuoso de atração de novos investimentos. As indústrias de maior densidade tecnológica, que exigem mão-de-obra altamente qualificada, serviços técnicos de apoio e rede de fornecedores também qualificados, tendem a se instalar no Estado, o que acaba contribuindo para o significativo aumento da produtividade de seu parque industrial.

1.3.2 Finanças Públicas Paulistas

No contexto de uma ampla reforma do Estado e de mudança das relações fiscais e financeiras entre os vários entes federados, o governo estadual adotou, nos últimos oito anos, uma série de medidas de ajuste fiscal que priorizaram a modernização operacional da estrutura administrativa, a ampliação da informatização e a maior eficiência da fiscalização e arrecadação o que se refletiu na obtenção de crescentes superávits primários. Ademais, efetuou a renegociação da sua dívida com o Governo Federal e

implementou amplo programa de privatizações em áreas de infra-estrutura, o que foi decisivo para a obtenção do equilíbrio orçamentário a partir de 1997.

No PPA 2004-2007 reforça-se a continuidade do esforço fiscal empreendido até agora, alicerçado no crescimento real da receita (11,6% em relação ao orçado em 2003). Destaque-se que as projeções fiscais adotaram os seguintes parâmetros e premissas:

a) o cenário econômico projetado para a evolução do crescimento real do PIB estadual, das taxas de inflação, juros e do câmbio é o da tabela a seguir:

Tabela 1.4

PROJEÇÕES PARA 2004 A 2007
PIB paulista, IGP-DI (FGV); Taxa de Câmbio e Taxa de Juros Nominal (Selic)

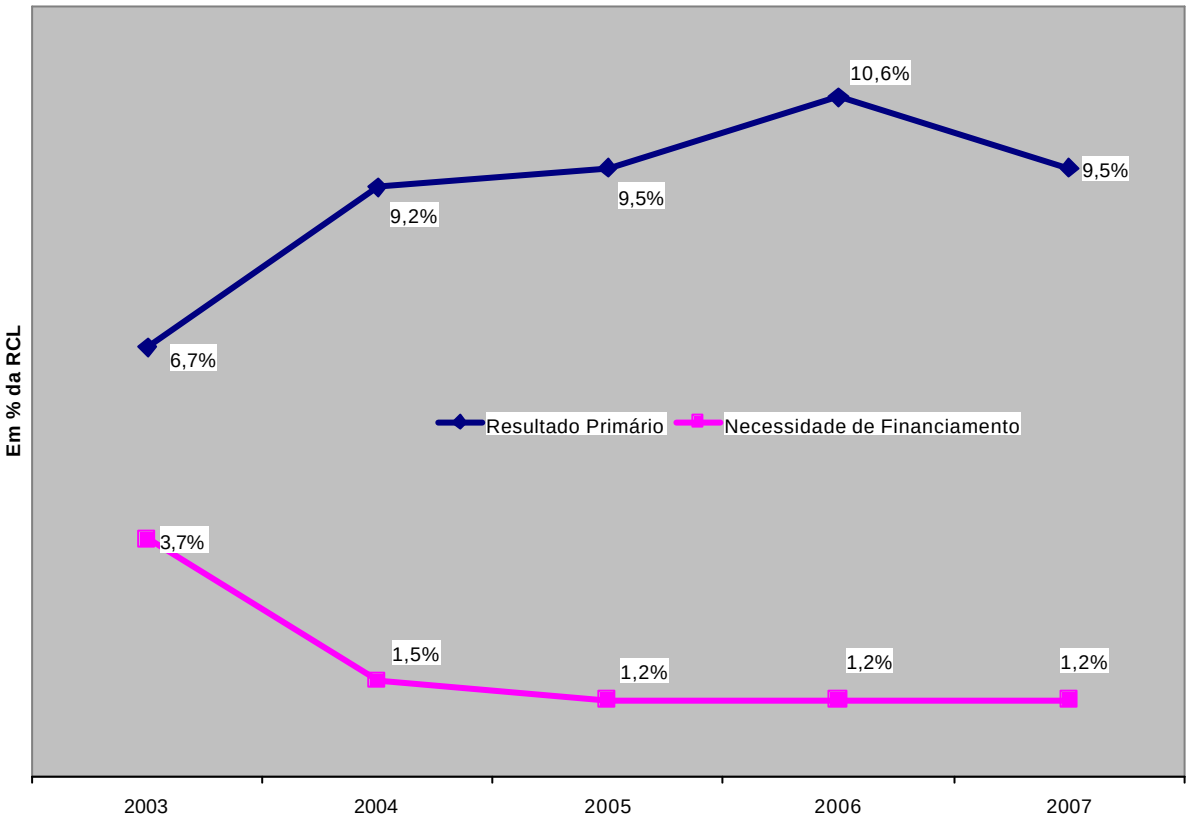
	2004	2005	2006	2007
PIB Paulista	3,0%	3,5%	3,9%	4,0%
IGP-DI (FGV)	7,0%	5,2%	4,7%	4,3%
Taxas de Câmbio (Em R$)	3,44	3,61	3,86	4,00
Taxa de Juros Nominal (Selic)	16,0%	14,0%	13,0%	12,0%

Fonte: Focus/Bacen e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda/SP

b) continuidade do ressarcimento das perdas do ICMS, decorrentes da desoneração das exportações e do aproveitamento do crédito das operações de aquisição de ativo imobilizado;
c) taxa de crescimento para a despesa de pessoal, e o recolhimento da contribuição de servidores como determinado pela LC 943, de 23/06/2003, de tal forma que as despesas líquidas de pessoal permaneçam abaixo de 60% da receita corrente líquida obedecendo ao limite legal definido pela LRF;
d) gastos de custeio estáveis em relação à receita corrente líquida;
e) expansão real dos investimentos no final do período;
f) serviço da dívida definido pelas condições contratuais firmadas com o Governo Federal e com os demais credores; e
g) contratação de novas operações de crédito limitadas ao cronograma definido pelo Acordo de Dívida com a União.

Com base nas hipóteses formuladas, é possível projetar um crescimento do resultado primário, que deverá ser da ordem de 6,7% da receita corrente líquida (RCL) em 2003, conforme o estimado no Orçamento de 2003, alcançando 9,5% da RCL em 2007. Cabe notar ainda que em face da evolução positiva do saldo primário, as necessidades de financiamento deverão permanecer estáveis até 2007 (ver Gráfico 1.5).

GRÁFICO 1.5: Resultado Primário e Necessidade de Financiamento



.

***Em* porcentagem da receita corrente líquida.**
Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 2003.

O resultado esperado decorrerá da ampliação da receita corrente em razão do crescimento do PIB, do comportamento da taxa de inflação e do esforço de fiscalização. Conforme as projeções realizadas, as receitas próprias do Estado devem evoluir, em termos nominais, de R$ 52,9 bilhões em 2004 para R$ 66,5 bilhões em 2007 (ver Tabela 1.5). Considerando-se apenas a arrecadação da quota-parte do ICMS estadual, prevê-se um crescimento de 31,9 bilhões em 2004 para R$ 40,9 bilhões em 2007, o que representa aumento nominal de 28,4%.

Tabela 1.5

Orçamento Fiscal do Governo do Estado – Orçamento Inicial 2003 e Projeções 2004-2007 (Em R$ milhões)					
Discriminação	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
I. Receita total	54.618	60.435	65.058	69.966	74.161
(-) Operação de Crédito e Receita Financeira*	2.125	1.419	1.390	1.452	1.522
II. Receita Bruta	52.493	59.017	63.668	68.515	72.639
Transferências Federais	3.982	6.157	6.474	6.750	6.099
Receitas Próprias	48.510	52.860	57.194	61.765	66.540
III. Transferências Municípios	11.780	12.597	13.746	14.894	16.101
IV. Receitas Líquidas (II – III)	40.713	46.420	49.922	53.621	56.538
V. Despesas	38.003	42.264	45.275	48.071	51.299
VI. Resultado Primário (IV – V)	2.710	4.156	4.647	5.550	5.239
VII. Serviço da Dívida (líquida)	4.203	4.821	5.239	6.164	5.886
VIII. Necessidade de Financiamento	1.493	665	592	614	647

* Inclui alienação de bens e restos a pagar em 2003.
Fonte: Secretaria da Fazenda/SP

Por outro lado, a evolução do Resultado Primário estará condicionada pelo comportamento das Despesas. Com relação a pessoal, adotam-se os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os gastos com o custeio da máquina estadual, por sua vez, serão mantidos em torno de 23% da RCL para o período de 2004 a 2007.

Garantidas essas condições, a perspectiva para a despesa com investimento é bastante favorável. Com base nas projeções realizadas, o investimento total deve passar de R$ 3,4 bilhões para R$ 4,5 bilhões, destacando-se o investimento da administração direta que, em média, será de R$ 1,1 bilhão no período – acima, portanto, da média realizada no PPA anterior. Em termos da RCL, o investimento será 7,5% em 2003 devendo atingir 8,2% em 2007.

Em síntese, as estimativas para as finanças estaduais sinalizam para a manutenção do ajuste fiscal para o período de 2004 e 2007. A elevação do saldo primário, amparada na expectativa de crescimento da receita própria e da estabilização do gasto com custeio deverá garantir o aumento dos investimentos do Estado com recursos próprios. O maior volume de inversões no território paulista dependerá da capacidade de endividamento do Estado e da sua habilidade quanto à atração de novas parcerias para investimento, expressa por sua competitividade sistêmica, de forma a viabilizar o crescimento e desenvolvimento esperados.

1.4 Gestão Pública

A necessidade de uma nova gestão pública é uma questão que extrapola o âmbito de São Paulo. Essa nova gestão implica revisões das funções e formas de operação do Estado por três razões básicas:

?? a existência de limites fiscais bastante estreitos, quando confrontados com o elevado nível de demandas por parte das sociedades, seja para tornar suas economias competitivas em um mundo globalizado, seja para alcançar um novo patamar de qualidade de vida;

?? a emergência de novas concepções sobre a Democracia – que implicam uma maior participação dos cidadãos, um maior cuidado com seu atendimento, a escuta de suas demandas específicas e uma maior aproximação por meio de processos de descentralização;

?? o amadurecimento de um novo padrão tecnológico, baseado na Tecnologia da Informação, também associado à globalização.

Políticas de privatização, regulação, terceirização, delegação, descentralização, criação de parcerias, busca e monitoramento de resultados, transparência, responsabilização (*accuontability*), horizontalização de estruturas, intersetorialidade, gestão do conhecimento, inovação, tornaram-se elementos constitutivos de reformas de Estado, mais ou menos abrangentes. Todas essas estratégias têm buscado responder aos três desafios – a crise fiscal, os desafios da globalização e novas concepções democráticas – enquanto o uso das tecnologias da informação se oferece como apoio para novas soluções. O Estado assume, portanto, o papel de catalisador e articulador de processos de mudança, cuja implementação é realizada por diversos protagonistas internos – diferentes níveis de governo, diferentes poderes – e externos, como o setor privado, a sociedade civil e agências multilaterais.

Os dois mandatos do Governador Mário Covas, marcados por um determinado ajuste fiscal, se caracterizaram por um significativo processo de privatização. Outras iniciativas devem ser mencionadas: a introdução do Governo Eletrônico, as centrais do Poupatempo, a modernização de sistemas administrativos (como o de compras), o Promocat e Promociaf de modernização fiscal e tributária, a criação do Sistema Estratégico de Informações, a Comissão de Serviços Públicos de Energia, a Comissão de Monitoramento, Concessões e Permissões de Serviço Público, a Lei de Defesa do Usuário de Serviços Públicos, as Organizações Sociais. Do ponto de vista da descentralização, tiveram prosseguimento os processos nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social.

Assim, é possível afirmar que as mudanças no Estado de São Paulo rumo a uma administração gerencial estão em curso. As propostas contidas neste PPA aprofundam e complementam esse movimento.

Esforços de Articulação, Territorialidade e Intersetorialidade são fundamentais.

A maior eficácia e aceleração nas estratégias de mudança são hoje obtidas a partir da cooperação de vários atores. Nenhum deles pode, isoladamente, alcançar o êxito necessário para a promoção de processos de desenvolvimento. A cooperação de diferentes agentes em espaços regionais é fundamental, por exemplo, para o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (*clusters*), que facilitem a criação de redes de empresas e estimulem processos de aprendizagem e inovação, alavancando a competitividade.

Por outro lado, as políticas que visam à inclusão social dos segmentos vulneráveis da população têm que ser integradas e coerentes para que sejam obtidos resultados significativos. As múltiplas ações exercidas pelos governos estadual e municipais, entidades do terceiro setor e empresas devem permitir a intervenção simultânea nas várias dimensões sociais para que tenham maior impacto.

Em grande medida, é esse o papel contemporâneo dos governos estaduais: induzir o aparecimento dessas redes e proporcionar condições institucionais para o exercício de uma governança territorializada e intersetorial. Tornar a ação do governo estadual territorializada significa tornar a ação setorial adequada às especificidades de

microrregiões, de espaços metropolitanos ou submetropolitanos, de aglomerações ou outros recortes espaciais, o que permite, ademais, a incorporação de parceiros nessas escalas geográficas.

Diversos programas de Gestão Pública permitirão a concretização dessas estratégias: ações de Governo Eletrônico, que possibilitarão tornar mais ágeis as transações dentro do Governo estadual e as transações com outros níveis de governo e com a sociedade; e a reunião em um mesmo lugar, sempre que possível, das representações regionais das secretarias estaduais. Atuando no território de modo coordenado, os diversos setores do governo estadual e os demais atores serão capazes de identificar as oportunidades para ganhos crescentes pela exploração de ativos regionais pouco ou ainda não utilizados.

Projetos de ações integradas, cadastros unificados e o fortalecimento operacional dos órgãos para a utilização ampliada do governo eletrônico deverão permitir a ação intersetorial, favorecendo os resultados na área social. A coordenação de governo induzirá fortemente a intersetorialidade e a formação de múltiplos vínculos da esfera estadual com agentes privados e públicos. A busca de parceiros internacionais em todas as frentes de atuação governamental fortalecerá as possibilidades dessas parcerias.

Para ampliar ações em parceria ou terceirizadas, o governo deverá reforçar suas funções de formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Nesse sentido, cabe ao governo estadual desenvolver capacidades que lhe permitam identificar as estratégias mais eficazes e eficientes para responder às demandas da sociedade que possam atrair terceiros para implementá-las. Esse processo de formulação e acompanhamento é realizado pelas Secretarias da administração direta. Para tanto, serão propostas novas formas de contrato de gestão nas quais metas e resultados sejam previamente acordados.

Identificação de metas, monitoramento da execução e incentivos para melhorias de desempenho passam a ser estratégicos para um controle mais amplo, dependendo, portanto, do aperfeiçoamento do sistema de avaliação e dos sistemas de análise de dados.

A separação entre as atividades de formulação e execução deverá dar ensejo à multiplicação de organizações sociais de interesse público, expandindo a experiência de sucesso que o Governo do Estado já alcança no setor de saúde.

Com os olhos voltados para os novos papéis do governo estadual, é preciso planejar qual o corpo de servidores públicos mais adequado para que o governo exerça suas funções. Deixando progressivamente de prestar serviços diretos ao cidadão, a nova forma de trabalhar do governo estadual requer competências necessárias para realizá-las.

Qual o perfil mais adequado da força de trabalho para a consecução de atividades como a articulação, a maior formalização de contratos, a negociação, a formulação de políticas e o monitoramento de políticas, a gestão eficiente de recursos e o trabalho baseado em tecnologia da informação? Que tamanhos devem ter esses contingentes? Que processos de trabalho podem substituir os existentes para uma estrutura de força de trabalho mais adequada? Como transitar para a nova situação? Essas são algumas das questões que devem ser enfrentadas por uma Política de Recursos Humanos para o Estado de São Paulo que deverá ser proposta. Para realizar essa mudança será necessário requalificar os servidores em atividade, adicionando anualmente novos talentos para que rejuvenesça o quadro atual.

Para se elevar a produtividade e o desempenho dos funcionários devem ser estudados:

?? contratos de trabalho mais flexíveis;

?? remuneração variável, conforme desempenho;

?? requalificação permanente;

?? redesenho dos processos de trabalho e gestão do desenvolvimento ;

?? fortalecimento dos gerentes;

?? descentralização do poder e responsabilização das organizações e seus dirigentes pela gestão dos RH;

?? sistemas de informação ágeis;

?? monitoramento de variáveis motivacionais como clima organizacional, diversidade, ética e comunicação.

O desenvolvimento de novas competências, especialmente gerenciais, deverá ser apoiado por um amplo programa de capacitação; paralelamente, o sistema de capacitação estadual deverá ser reforçado.

Ao mesmo tempo, faz-se urgente a criação de um sistema de informações de recursos humanos que permita planejar e controlar adequadamente esse que é o mais importante ativo da administração pública estadual. O acompanhamento mais preciso dos gastos nessa área, que se tornará possível por meio de informações transparentes, deverá levar à contração de despesas desnecessárias e uso mais adequado dos recursos existentes.

A desburocratização virá combinada às ações de governo eletrônico, propiciando assim os reais ganhos do novo padrão tecnológico.

A prática da Qualidade na Gestão Pública deve criar nas organizações a cultura de um permanente cuidado na gestão de todos seus ativos. A gestão do conhecimento garantirá que esse processo de aprendizado organizacional possa ser registrado e disseminado, barateando, portanto, o custo desse conhecimento.

O aperfeiçoamento metodológico do PPA, com a fixação de metas, indicadores e públicos-alvo, deverá dar crescente objetividade à ação governamental. A avaliação anual dos programas deverá possibilitar a correção de rumos. A gestão por programas, com gerentes claramente definidos e capacitados, dará a flexibilidade necessária a ajustes finos que devem se operar no curtíssimo prazo e nas situações concretas.

O PPA permitirá que a sociedade acompanhe a ação governamental por meio da transparência criada pelo sistema de informações e por sua divulgação. A alocação do gasto estará vinculada aos programas aqui presentes, para que os recursos públicos sejam utilizados da forma mais consistente possível.

Os investimentos na qualificação do Controle Interno continuarão contribuindo para um acompanhamento competente da contabilidade governamental, enquanto o Legislativo exercerá seu papel de controle externo, por meio do Tribunal de Contas, de modo aprimorado.

Novas estratégias para as compras governamentais virão se somar às ações já iniciadas pela Bolsa Eletrônica de Compras, pregões eletrônicos ou presenciais, tornando o governo estadual um gestor de contratos mais eficiente.

Seja como usuário de serviços públicos, seja como contribuinte, o cidadão deverá cada vez mais receber um atendimento aprimorado pelas organizações públicas estaduais. A disseminação do Padrão Poupatempo, as ações de Desburocratização e o trabalho das ouvidorias terão por objetivo que o atendimento corresponda às necessidades de rapidez e conveniência do cidadão. Os investimentos relativos à inclusão digital visam a garantir que o acesso aos serviços disponíveis na Internet possa ser feito por segmentos cada vez mais amplos da população.

A publicidade dos dados estaduais, da gestão fiscal, do PPA e de suas avaliações periódicas, assim como o processo mais amplo de comunicação do Governo, deverão

permitir a ampliação do controle social, da transparência e da responsabilização (*accountability*). O progresso das relações baseadas em contratos também implicará maior informação para que a sociedade possa acompanhar o desempenho governamental.

Novos investimentos nos diversos setores da Justiça darão maior celeridade ao andamento dos processos, fortalecendo dessa maneira a confiança nas instituições do Estado.

O Poder Legislativo também reserva recursos para dar maior transparência a seus atos e atividades, garantindo o aprimoramento dos procedimentos democráticos no Estado.

De outra parte, a defesa do Estado, protegendo o interesse público, será apoiada por meio do aprimoramento da Procuradoria-Geral do Estado. Recorde-se que enquanto não for criada a Defensoria Pública (art. 103, CE) cabe à Procuradoria a realização da assistência judiciária aos necessitados, nos termos do artigo 10 das Disposições Constitucionais Transitórias.

A atual gestão da PGE tem procurado otimizar os recursos existentes e aumentar os níveis de eficiência dos serviços jurídicos, estimulando a qualidade e agilidade na execução dos trabalhos afetos aos Procuradores do Estado, com foco em uma advocacia propositiva e sintonizada com os programas de governo.

A realização desses esforços implicou, em um primeiro momento, a regulamentação de disposições da Lei Orgânica da PGE, com a finalidade de melhor distribuir a atividade judicial entre as unidades, especialmente aquelas que dizem respeito às áreas do patrimônio imobiliário e ambiental do Estado. Ainda na regulamentação de disposições de sua Lei Orgânica, a Procuradoria-Geral do Estado estabeleceu como meta implantar a Procuradoria para Assuntos Tributários, prevista pelo artigo 3º, inciso III, letra "b", e 25, da Lei Complementar nº 478/86, para prestar consultoria e assessoria jurídica em matéria tributária ao Secretário da Fazenda, inclusive com análise jurídica dos atos normativos desta natureza.

Quanto à competência para a realização de procedimentos disciplinares não regulados por leis especiais (art. 99, IX, da Constituição do Estado), a Procuradoria-Geral do Estado atuou na elaboração de anteprojeto transformado na Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003, instituindo a chamada "via rápida".

A "via rápida" pressupõe a extinção das Comissões Processantes Permanentes nas Secretarias de Estado e, por conseqüência, das despesas que as Pastas tinham com a manutenção desses órgãos. Os procedimentos disciplinares punitivos dos servidores da administração centralizada e autárquica não regulados por lei especial passarão a ser realizados por unidade própria da Procuradoria-Geral do Estado, a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares – PPD, cuja criação é objeto de projeto de lei complementar em fase de aprovação pela Assembléia Legislativa.

A PGE irá aprimorar suas atividades no quadriênio 2004-2007 por meio da melhoria quantitativa e qualitativa em face de suas múltiplas atribuições e novas competências; atualizará seus sistemas e equipamentos de informática, permitindo a formação de bases de dados consistentes que irão subsidiar a atuação do Procurador do Estado e viabilizar o planejamento estratégico e a implementação dos projetos de sua modernização. Pretende-se que a comunidade tenha acesso a parte desses dados, permitindo-lhe acompanhar os processos que tramitam pela PGE.

1.5 Parcerias

O novo papel do Estado e a agenda de desenvolvimento assumida por este governo por meio do presente PPA impõem um governo moderno que tenha a exata dimensão do seu papel pró-ativo através de novos programas e instrumentos de atuação.

Entre os novos e mais modernos instrumentos de ação destacam-se as parcerias entre os setores público e privado (PPP). Essas parcerias são formas de gestão de projetos e serviços públicos que representam uma modalidade inovadora de colaboração, sobretudo para viabilizar projetos de infra-estrutura e a prestação de serviços de interesse público.[4] Combinam elementos públicos e privados no tocante à natureza jurídica, recursos financeiros e gerenciamento[5], e visam a maximizar os investimentos privados, que podem ser alavancados para atender ao interesse público. Para as PPP, São Paulo se apresenta com longa experiência de respeito a contratos e regras claras em marcos institucionais estáveis.

Para o futuro próximo o governo do Estado de São Paulo enviará à Assembléia projeto de lei propondo nova legislação para reger essas parcerias.

Por outro lado, dada sua importância no conjunto da Federação, a parceria entre São Paulo e o Governo Federal é decisiva para que o País volte a crescer de forma sustentada a partir de uma inserção positiva na economia mundial. Um conjunto de investimentos estratégicos, tanto na área de infra-estrutura quanto na área social, é decisivo para que São Paulo possa contribuir para o aumento da competitividade da produção brasileira e, através dela, das exportações.

Nesse contexto, os principais investimentos em infra-estrutura contemplados pertencem aos setores de transportes, infra-estrutura metropolitana, de água e saneamento e de energia. Na área social destacam-se parcerias em sistemas de aprimoramento da Segurança Pública e de estabelecimentos penais, em unidades de saúde e medicamentos de alto custo, além de atendimento a crianças, idosos, adolescentes e portadores de deficiência. Nos capítulos à frente, esses programas e ações serão detalhados.

O desenvolvimento regional sustentável também exige uma percepção espacial das ações que permita clara aderência entre a visão estratégica do Estado no longo prazo e as realidades regionais, aspecto que será mais adequadamente explorado no Capítulo 2. Mas desde logo cumpre salientar que para dar maior efetividade às políticas públicas regionais o Estado poderá adotar o modelo de organização dos municípios em consórcios intermunicipais. Esse modelo de ação, baseado em parcerias entre o Estado, prefeituras e eventualmente também governo federal e sociedade civil, vem dando resultados positivos em experiências já realizadas, em áreas distintas, como é o caso dos consórcios do Pró-estrada, dos Consórcios Municipais de Saúde, dos Consórcios de Bacias Hidrográficas e dos Consórcios de Desenvolvimento Regional. Essas parcerias, de forma genérica, aumentam a eficiência no atendimento das necessidades de cada município individualmente.

Os consórcios serão estimulados, com autonomia regional e com características organizacionais, para que permitam solucionar problemas de forma integrada, fortalecendo a cooperação como elemento catalisador das ações conjuntas dentro da realidade regional. Os consórcios serão, na execução do Plano Plurianual, a ponta de lança da ação governamental na busca da eqüidade de desenvolvimento, resgate do déficit social e geração emprego e renda.

---

[4] Ver também o Capítulo 4.

[5] Um contrato de Parceria Público-Privada é aquele por meio do qual o particular assume a condição de encarregado de serviços, atividades, infra-estruturas, estabelecimentos ou empreendimentos de interesse público, sendo remunerado segundo seu desempenho, pelas utilidades e serviços que disponibilizar. Essas parcerias são caracterizadas pela repartição compartilhada entre os parceiros, dos investimentos, riscos, responsabilidades e ganhos. As condições para o estabelecimento de tais parcerias variam, mas geralmente envolvem o financiamento, projeto, construção, operação e manutenção dos equipamentos e serviços de infra-estrutura.

1.6 Síntese dos Capítulos: Programas e Ações do PPA

O PPA 2004-2007 inclui 212 Programas, com a seguinte distribuição segundo áreas de atuação:

Capítulo 1. Programas na Área de Gestão Pública (40 Programas)

Modernização e Reforma do Estado; Governo Eletrônico; Capacitação e Promoção de Recursos Humanos – 11 Programas
Reforma da Previdência e Ações no Campo Previdenciário – 8 programas
Ações da Procuradoria-Geral em Defesa dos Interesses do Estado – 3 programas
A Secretaria de Planejamento e a Modernização do Processo Orçamentário – 7 programas
Aperfeiçoamento do Aparelho de Arrecadação e Fiscalização e as Ações da Secretaria da Fazenda – 7 programas
Ações da Casa Civil – 4 programas

Demais Programas do Executivo – 3 Programas
Outros Poderes
- Modernização do Legislativo – 4 programas
- Modernização do Judiciário – 7 programas
- Ministério Público – 2 programas

Capítulo 2. Desenvolvimento Regional – 4 Programas

Regiões de São Paulo – 2 programas
Regiões metropolitanas – 1 programa
Região metropolitana da Baixada Santista – 1 programa

Capítulo 3. Desenvolvimento Social – 87 Programas

Educação – 10 programas
Saúde – 13 programas
Habitação Popular e infra-estrutura – 3 programas
Cultura, Esporte, Lazer e Juventude – 13 programas
Segurança Pública – 12 programas
Justiça – 21 programas
Emprego, Trabalho – 5 programas
Assistência e Desenvolvimento Social – 10 programas

Capítulo 4. Desenvolvimento da Infra-Estrutura – 37 Programas

Transportes – 11 programas
Transportes Metropolitanos – 4 programas
Energia – 9 programas
Recursos Hídricos – 8 programas
Saneamento – 4 programas
Obras – 1 programa

Capítulo 5. Desenvolvimento Econômico – 31 Programas

Agropecuária e Agro negócios – 5 programas
Estratégia de Indústria – 7 programas
Serviços – 3 programas
Turismo – 1 programa
Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação (Ações relacionadas à Economia do Conhecimento) – 10 programas
Recursos Naturais e meio ambiente – 5 programas

Demonstrativo dos Programas e Ações do PPA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.329.608.888
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.319.608.888	10.000.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.319.608.888	10.000.000

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

OBJETIVO

PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL E HOSPITALAR, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, A TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, SEUS DEPENDENTES E AGREGADOS.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE PRESTAR ASSISTENCIA MÉDICA AMBULATORIAL E HOSPITALAR A TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS E SEUS DEPENDENTES E AGREGADOS, CONFORME DETERMINAÇÃO LEGAL, ATRAVÉS DO HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL E DE INSTITUIÇÕES CONTRATADAS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS AO PACIENTE AMBULATORIAL	425.500	655.500
NÚMERO DE CONSULTAS AMBULATORIAIS REALIZADAS	2.091.470	2.584.961
NÚMERO DE EXAMES LABORATORIAIS REALIZADOS	4.716.156	5.776.858
NÚMERO DE INTERNAÇÕES REALIZADAS	59.362	72.209

PÚLICO ALVO

3 000 000 DE USUÁRIOS, DISTRIBUIDOS POR TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA O SERVIDOR E DEPENDENTES	2.232.000	PACIENTES ATENDIDOS COM MEDICAMENTOS
ASSISTÊNCIA MÉDICO AMBULATORIAL NOS CEAMAS	585.652	PACIENTES ATENDIDOS
ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR POR TERCEIROS	1.287.938	PACIENTES ATENDIDOS
ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL E HOSPITALAR	4.617.528	PACIENTES ATENDIDOS
CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO NA ÁREA DA SAÚDE	92.000 M2	OBRAS REALIZADAS
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL DO IAMSPE	4.213.898	AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS
QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	36.000	PROFISSIONAIS QUALIFICADOS
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	100 %	SERVIÇOS INFORMATIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		29.727.840
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	24.727.840	5.000.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	24.727.840	5.000.000

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

ATENDIMENTO DE SAÚDE AOS POLICIAIS MILITARES

OBJETIVO

PROMOVER A MEDICINA PREVENTIVA E CURATIVA NO POLICIAL MILITAR NOS ASPECTOS PSICOBIOSSOCIAIS, REDUZINDO-SE O ABSENTEÍSMO NA POLÍCIA MILITAR, ATRAVÉS DE ATENDIMENTOS EM NÍVEL PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO.

JUSTIFICATIVA

IDENTIFICAR, PREVENIR E TRATAR PROBLEMAS DE SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES, PROPORCIONANDO CONDIÇÕES IDEAIS DE SAÚDE, DE MODO QUE O MESMO POSSA CUMPRIR SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL PERANTE A COMUNIDADE.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO MÉDICO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE POLICIAIS MILITARES	0,82	1,3
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE POLICIAIS MILITARES	1,91	1,82

PÚLICO ALVO

POLICIAIS MILITARES DA ATIVA E INATIVOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATENDIMENTO MÉDICO AOS POLICIAIS MILITARES	378.000	PACIENTES ATENDIDOS
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO AOS POLICIAIS MILITARES	58.000	PACIENTES ATENDIDOS
MODERNIZAÇÃO DO HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR	2	HOSPITAL MODERNIZADO
PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MEDIC. E MAT. MÉDICO- HOSPITALARES DA POLÍCIA MILITAR.	157.500	UNIDADE PRODUZIDA/ADQUIRIDA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.499.863.444
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.499.863.444	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.499.863.444	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

OBJETIVO

ATENDER AOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO QUE PERCEBAM ATÉ 120 UFESP´S.

JUSTIFICATIVA

CUMPRIMENTO DA LEI Nº 7.564, DE 28 DE OUTUBRO DE 1991, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 34.064, DA MESMA DATA.

ÓRGÃO

CASA CIVIL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE SERVIDORES BENEFICIADOS COM VALES-ALIMENTAÇÃO	4.836.288	7.080.529

PÚLICO ALVO

SERVIDORES.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AQUISIÇÃO E GERENCIAMENTO DE VALES - ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.160.512	SERVIDORES BENEFICIADOS
AQUISIÇÃO E GERENCIAMENTO DE VALES - EDUCAÇÃO	10.720.877	SERVIDORES BENEFICIADOS
AQUISIÇÃO E GERENCIAMENTO DE VALES - SAÚDE	4.708.512	SERVIDORES BENEFICIADOS
AQUISIÇÃO E GERENCIAMENTO DE VALES - SEGURANÇA PÚBLICA	6.099.504	SERVIDORES BENEFICIADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		126.582.096
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	112.782.096	1.800.000
DEMAIS RECURSOS	12.000.000	
TOTAL	124.782.096	1.800.000

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

CENTRO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

OBJETIVO

CONSOLIDAR-SE COMO UM CENTRO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA.

JUSTIFICATIVA

O GOVERNO DO ESTADO BUSCA A CONSTANTE MELHORIA DE ATUAÇÃO. A FUNDAP DEVE GERAR, ANALISAR E DISSEMINAR CONHECIMENTO, CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA GESTÃO DO ESTADO MEDIANTE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE EXECUTIVOS, DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA ADMINISTRATIVA, PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E REALIZAÇÃO DE PESQUISAS APLICADAS À ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO.

ÓRGÃO

CASA CIVIL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA	100	150

PÚLICO ALVO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS	84	RELATÓRIO PRODUZIDO
ADMINISTRAÇÃO DOS ESTÁGIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8.500	ESTAGIÁRIOS COLOCADOS
APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	4	UNIDADES ADMINISTRADAS
AVALIAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	70 %	SISTEMA IMPLANTADO
CONSULTORIAS FUNDAP	75	CONSULTORIA REALIZADA
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES	175.000	PROFISSIONAL CAPACITADO
IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DO SERVIÇO PÚBLICO	100 %	SISTEMA IMPLANTADO
PROMOÇÃO DO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	100 %	PROJETO IMPLANTADO
PRÊMIO INOVAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA PAULISTA	40	PRÊMIO CONCEDIDO
PUBLICAÇÃO DA REVISTA PARA O GESTOR PÚBLICO	66	REVISTA EDITADA
PUBLICAÇÃO DO PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PAULISTA	20.000	DADO ATUALIZADO E EDIÇÃO ANUAL PUBLICADA.
QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO: GENERALIZAÇÃO DO PADRÃO POUPATEMPO	100 %	SISTEMA IMPLANTADO
RESIDÊNCIA MÉDICA E APRIMORAMENTO PROFISSIONAL	26.500	PROFISSIONAL CAPACITADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		14.000.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	14.000.000	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	14.000.000	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

OBJETIVO

DOTAR O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO DE FERRAMENTAS QUE PERMITAM UMA ATUAÇÃO FORTE, COMPETENTE E ESTRATÉGICA E UMA MELHORIA VISÍVEL DE SEU DESEMPENHO.

JUSTIFICATIVA

CRESCEM AS DEMANDAS POR MAIS E MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS. MAIOR AGILIDADE E EFICIÊNCIA IMPACTAM FORTEMENTE SOBRE OS RESULTADOS DO GOVERNO E EMPRESAS. A TRANSPARÊNCIA AMPLIA CREDIBILIDADE JUNTO AOS INVESTIDORES E CIDADÃOS.

ÓRGÃO

CASA CIVIL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ÍNDICE DE MELHORIA DO DESEMPENHO DAS ORGANIZAÇÕES DO ESTADO	Não Disponível	20
ÍNDICE DE RECONHECIMENTO POR PARTE DA POPULAÇÃO (AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS)	Não Disponível	80

PÚLICO ALVO

TODO O GOVERNO E A SOCIEDADE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PNAGE (EMPRÉSTIMO DO BID A SER CONCEDIDO AOS ESTADOS)	100 %	PNAGE IMPLANTADO
ASSESSORAMENTO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	100 %	BANCO DE DADOS DISPONIBILIZADO
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS	12	PROJETOS DESENVOLVIDOS
FOMENTO À INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE COM O PODER PÚBLICO	100 %	REDES INTEGRADORAS; AÇÕES E PROJETOS INTEGRADOS (SETORIAL, TEMÁTICA, LOCAL)
GESTÃO ESTRATÉGICA	20	ESTRUTURAS E ORGANIZAÇÕES TRANSFORMADAS, OPERANDO DENTRO DE UMA LÓGICA GERENCIAL
MELHORIA DA GESTÃO DO ESTADO	20	ORGANIZAÇÕES QUE APRESENTAM COMPROVADA MELHORIA EM GESTÃO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		91.475.434
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	91.475.434	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	91.475.434	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO

PADRONIZAR E INTEGRAR A GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO

JUSTIFICATIVA

EM CONTINUIDADE AO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO IMPLANTADO NA SECRETARIA DA FAZENDA SURGE A NECESSIDADE DE SE IMPLANTAR UM PROJETO DE GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HUMANOS PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO QUE PERMITA AUTOMATIZAR AS ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DA FOLHA DE PAGAMENTO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	46,76	49

PÚLICO ALVO

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MODERNIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO	100 %	SISTEMA IMPLANTADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		1.378.119.227
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	496.908.545	181.363.122
DEMAIS RECURSOS	181.200.959	518.646.601
TOTAL	**678.109.504**	**700.009.723**

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO I - INFRA-ESTRUTURA

OBJETIVO

DOTAR TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE UMA INFRA ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NECESSÁRIA PARA VIABILIZAÇÃO DOS SISTEMAS APLICATIVOS E PROCESSOS QUE COMPÕEM O GOVERNO ELETRÔNICO.

JUSTIFICATIVA

PARA UMA EVOLUÇÃO ADEQUADA DOS AVANÇOS DO GOVERNO ELETRÔNICO É NECESSÁRIO QUE O ESTADO POSSUA UMA ADEQUADA INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO QUE SUPORTE A AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS E APLICAÇÕES E FACILITE SEU RELACIONAMENTO INTERNO E EXTERNO.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
INTEGRAÇÃO DE UNIDADES ADMINISTRAÇÃO INTEGRADAS A REDE INTRAGOV	0,13	1
RELAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRABALHO POR FUNCIONÁRIOS	0,15	0,3
RELAÇÃO DO USO DE VOIP PELAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	0	0,75

PÚLICO ALVO

TODOS OS ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, OUTRAS ESFERAS DE GOVERNO (FEDERAL, MUNICIPAL) E ENTIDADES SOCIAIS DENTRO DO TERRITÓRIO DO ESTADO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
INTEGRAÇÃO À REDE INTRAGOV	17.278	REDE PRÓPRIA DE COMUNICAÇÃO DA SEC.DA EDUCAÇÃO E BASES DE DADOS INTEGRADAS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DATACENTER DA SAÚDE	100 %	DATACENTER IMPLANTADO

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO I - INFRA-ESTRUTURA

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATUALIZAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ACESSO À INTRAGOV	100 %	INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL ATUALIZADA

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DOS SIST. DE INFORMAÇÕES	12	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ADEQUADOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
EXPANSÃO DA REDE INTRAGOV NA SECRETARIA DE AGRICULTURA PARA VOZ, DADOS E IMAGEM	961	LINKS DE DADOS E VOZ

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATUALIZAÇÃO DOS RECURSOS DE HARDWARE E SOFTWARE	100 %	UNIDADES REGIONAIS INFORMATIZADAS OU ATUALIZADAS

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATUALIZAÇÃO DOS RECURSOS DE SOFTWARES E HARDWARES	100 %	SISTEMA IMPLANTADO

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATUALIZAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOL. DA INFORM. E COMUNICAÇÃO C/ACESSO À INTRAGOV	18.304	INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL ATUALIZADA

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
INFRA-ESTRUTURA, GERENCIAMENTO DE PROCESSOS E SEGURANÇA	8	DISPONIBILIDADE DE REDE,SERVIÇOS;AMBIENTE SEGURO E SOFTWARE GERENCIÁVEL

ÓRGÃO

SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO I - INFRA-ESTRUTURA

ÓRGÃO

SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATUALIZAÇÃO DOS RECURSOS DE HARDWARE E SOFTWARE	25 %	REDUÇÃO DE CUSTOS DE MANUTENÇÃO

ÓRGÃO

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
GESTÃO DE RECURSOS DE INFORMÁTICA	100 %	ESTAÇÃO CONECTADA À REDE

ÓRGÃO

CASA CIVIL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADEQUAÇÃO DE CENTRAIS TELEFONICAS DOS PALÁCIOS E ÓRGÃOS VINCULADOS À CASA CIVIL.	12	CENTRAIS DE TELEFONIA DOS PALÁCIOS DO GOVERNO E ÓRGÃOS VINCULADOS ADEQUADO.
ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS REDES SETORIAIS DA CASA CIVIL E VINCULADAS	6	REDES SETORIAIS DA CASA CIVIL E ÓRGÃOS VINCULADOS EXPANDIDAS E MODERNIZADAS.
ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS REDES SETORIAIS DA PRODESP	100 %	REDES SETORIAS DA PRODESP EXPANDIDAS E MODERNIZADAS
DATACENTER COMPARTILHADO DO GOVERNO	1.000	SISTEMAS HOSPEDADOS E ATENDIMENTOS REALIZADOS
IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	66	ORGÃOS COM POLÍTICA E FERRAMENTAS IMPLANTADAS
IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL	2.600.000	CERTIFICADO DIGITAL EMITIDO
INTRAGOV - REDE INTEGRADA DE COMUNICAÇÕES DO GOVERNO	11.500	CONEXÕES (LINKS) INSTALADAS
MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE EXECUTIVA	100 %	REDE EXECUTIVA EM OPERAÇÃO
MODERNIZAÇÃO DO AMBIENTE DE TECNOL.DA INFORM.E COMUN. DA DEF.CIVIL E C. MILITAR	100 %	AMBIENTE DE TECNOL.DA INFORM.E COMUNICAÇÃO MODERNIZADO
OTIMIZAÇÃO DOS CUSTOS DE TELEFONIA FIXA E MÓVEL	292.838.568	REDUÇÃO DO VALOR TOTAL DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS ATUAIS

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO DE PORTA DE ACESSO AOS MUNICÍPIOS	100 %	PREFEITURAS CONECTADAS À SEP

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO I - INFRA-ESTRUTURA

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TIC DA STM E EMPRESAS VINCULADAS	100 %	RECURSOS DE INFRA-ESTRUTURA MODERNIZADOS

ÓRGÃO

SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATUALIZAÇÃO DE HARDWARE, SOFTWARE E COMUNICAÇÃO	272	EQUIPAMENTOS ATUALIZADOS

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO	100 %	MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO

ÓRGÃO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
INFORMATIZAÇÃO INTEGRADA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	100 %	IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE REDE COM RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MODERNIZAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COM ACESSO À INTRAGOV	100 %	INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL ATUALIZADA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		173.450.294
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	147.985.309	4.363.900
DEMAIS RECURSOS	16.243.304	4.857.781
TOTAL	**164.228.613**	**9.221.681**

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO II - TRANSAÇÕES INTERNAS

OBJETIVO

MIGRAÇÃO PARA O MEIO ELETRÔNICO DE TODOS OS PROCESSOS INTERNOS E DE INTERAÇÃO INTRA GOVERNAMENTAL, ENVOLVENDO INCLUSIVE AS DIFERENTES ESFERAS DE GOVERNO.

JUSTIFICATIVA

A RACIONALIZAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DE PROCESSOS, AUMENTO DAS BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E A INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DEVEM OFERECER CONDIÇÕES PARA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE SERVIDORES INCLUÍDOS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	8.900	540.000
ROTINAS OPERACIONAIS INFORMATIZADAS	3	38
SERVIDORES COM CORREIO ELETRÔNICO	50.000	120.000
ÍNDICE DE USO DO PROTOCOLO ÚNICO PELAS SECRETARIAS DE ESTADO	4,6	100

PÚLICO ALVO

TODAS AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS E OUTRAS ESFERAS DE GOVERNO (PREFEITURAS, JUDICIÁRIO, GOVERNO FEDERAL).

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
TRANSEC - TRANSAÇÕES ENTRE SECRETARIAS	12	APLICATIVOS-BANCO DE DADOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DATAWAREHOUSE - "DE OLHO NA SAÚDE"	100 %	BANCOS DE DADOS PREENCHIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO II - TRANSAÇÕES INTERNAS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS	36	SISTEMAS IMPLANTADOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
SUBSTITUIÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS POR PROCESSOS DIGITAIS	38	DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES NA SECRETARIA DOS TRANSPORTES	100 %	SISTEMA IMPLANTADO

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS INTERNOS COM OUTRAS ESFERAS DE PODER	100 %	SISTEMA IMPLANTADO

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DISSEMINAÇÃO DO USO DA INTRANET, SISTEMAS GED E DE INTELIGÊNCIA POLICIAL	63	RECURSOS DE SOFTWARE DISSEMINADOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
SISTEMAS CORPORATIVOS E INFORMAÇÕES	72	SISTEMAS IMPLANTADOS

ÓRGÃO

SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA NA ADMINISTRAÇÃO	339	FUNCIONÁRIOS TREINADOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO II - TRANSAÇÕES INTERNAS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES INFORMATIZADAS	100 %	SISTEMAS IMPLANTADOS

ÓRGÃO

CASA CIVIL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAPACIT.EM TECNOL.DE INF.EM COMPRAS E GESTÃO DE CONTRATOS, COMPRAS E SUPRIMENTOS	2.920	SERVIDORES CAPACITADOS
CAPACITAÇÃO NO USO DE FERRAMENTAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	250	SERVIDORES CAPACITADOS
DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	100 %	SISTEMA DE GESTÃO EM OPERAÇÃO
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DA CASA MILITAR.	100 %	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES IMPLANTADO
IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE GOVERNO ELETRÔNICO	1	CENTRO DE GOVERNO ELETRÔNICO IMPLANTADO
MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES	100 %	SISTEMA ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES AMPLIADO

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES INTERNOS DA STM E EMPRESAS VINCULADAS	100 %	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES INTERNAS

ÓRGÃO

SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	276	SISTEMAS IMPLANTADOS

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MODERNIZAÇÃO DOS SIST. INFORMATIZ. NECESSÁRIOS À SERHS E SEUS ÓRGÃOS VINCULADOS	100 %	SISTEMAS GERENCIAIS

ÓRGÃO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA PGE	100 %	SISTEMAS IMPLANTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO II - TRANSAÇÕES INTERNAS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	55	PROGRAMAS IMPLANTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		493.001.125
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	268.871.556	24.364.916
DEMAIS RECURSOS	170.078.923	29.685.730
TOTAL	**438.950.479**	**54.050.646**

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO III - TRANSAÇÕES COM A SOCIEDADE

OBJETIVO

DISPONIBILIZAR SERVIÇOS E INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE (CIDADÃO, CONTRIBUINTE, FORNECEDOR) TENDO COMO ALVO UM GOVERNO PRESTADOR DE SERVIÇOS DE QUALIDADE COM RAPIDEZ, REDUÇÃO DE CUSTOS E PROMOVENDO TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA.

JUSTIFICATIVA

O ESTADO DEVE PROVER MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES AOS CIDADÃOS, CONTRIBUINTES, FORNECEDORES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E UMA DAS FORMAS MAIS EFICIENTES É POR MEIO ELETRÔNICO, EM PARTICULAR PELA INTERNET.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE	198	300
NÚMERO DE PAGE-VIEWS NO PORTAL DO GOVERNO	850.000	1.200.000
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO ANUAL DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO PELO POUPA TEMPO	0	50
SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS NA INTERNET (E-POUPATEMPO)	62	2.000
VOLUME DE COMPRAS POR MEIO ELETRÔNICO	18	100

PÚLICO ALVO

SOCIEDADE EM GERAL

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
EDUC.PÚBLICO - INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS PARA O PÚBLICO	4	APLICATIVOS COM ACESSO PÚBLICO VIA INTERNET

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PORTAL DA SAÚDE	100 %	PORTAL IMPLANTADO

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO III - TRANSAÇÕES COM A SOCIEDADE

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO CONHECIMENTO NO IPT	174.768	SISTEMA INFORMATIZADO ACESSÍVEL VIA INTERNET

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA ÁREA DA CULTURA	136	PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MODERNIZADOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESENVOLVIMENTO DE PORTAL DE SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	110	INFORMAÇÕES E SERVIÇOS AO PÚBLICO VIA WEB
DISPONIBILIZAÇÃO À SOCIEDADE DOS SERVIÇOS E INFORMAÇÕES PERTINENTES À CODASP	8	PESSOAS ATENDIDAS POR PRESTAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS E INFORMAÇÕES

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES SOBRE A SECRETARIA DOS TRANSPORTES	100 %	SISTEMA IMPLANTADO

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS E SIST. DE OUVIDORIA PÚBLICA	100 %	SISTEMA IMPLANTADO

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS GEOREFERENCIADOS, DELEGACIA ELETRÔNICA E PORTAL DA SSP	52	SERVIÇOS ELETRÔNICOS AMPLIADOS

ÓRGÃO

SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
SISTEMA DE TELE-ATENDIMENTO AUTOMÁTICO	18.600.000	CONSULTAS A SERVIÇOS/INFORMAÇÕES POR MEIO DE SISTEMA DE VOZ - CONS. ELETRÔNICAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO III - TRANSAÇÕES COM A SOCIEDADE

ÓRGÃO

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS E INFORMAÇÕES NA WEB PARA A SOCIEDADE	100 %	SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAIS INTEGRADOS	5	MÓDULOS DO SISTEMA IMPLANTADOS

ÓRGÃO

CASA CIVIL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CRIAÇÃO DE UM PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO	100 %	PORTAL DE COMPRAS IMPLANTADO
DISPONIBILIZAÇÃO DE UM PORTAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	100 %	E-POUPATEMPO IMPLANTADO
HOSPEDAGEM DO PORTAL DO GOVERNO	100 %	PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO MANTIDO
IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIM. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	100 %	PORTAL IMPLANTADO
IMPLANTAÇÃO DE NOVOS POSTOS FIXOS E MÓVEIS DO POUPATEMPO	8	NOVOS POSTOS POUPATEMPO IMPLANTADOS
IMPLANTAÇÃO DO PORTAL ELETRÔNICO DA DEFESA CIVIL E DA CASA MILITAR	100 %	PORTAIS IMPLANTADOS
IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DE INFORMAÇÕES PARA INVESTIDORES NO ESTADO DE SÃO PAULO.	49.009	ATENDIMENTOS REALIZADOS
IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NOVO PORTAL DO GOVERNO	100 %	NOVO PORTAL IMPLANTADO
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS POSTOS POUPATEMPO.	56	POSTO POUPATEMPO EM OPERAÇÃO

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DE PORTAIS	100 %	INTERAÇÃO DIRETA COM O CIDADÃO

ÓRGÃO

SECR.EST. DE ASSISTÊNCIA E DESENV.SOCIAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO PRÓ-SOCIAL	100 %	CADASTRO IMPLANTADO

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO III - TRANSAÇÕES COM A SOCIEDADE

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MODERNIZAÇÃO SIST. INFORMAÇÕES DA STM E EMP.VINCUL.VOLTADOS P/ATEND.AO PÚBLICO	100 %	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DE APOIO À CIDADANIA

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PORTAL DA SERHS E SEUS ÓRGÃOS VINCULADOS	100 %	PORTAL DA SERHS E DE SEUS ÓRGÃOS VINCULADOS

ÓRGÃO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO DO POUPATEMPO-ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E PORTAL INTERNET	100 %	SISTEMAS IMPLANTADOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO DE PORTAL E SERVIÇOS ELETRÔNICOS À COMUNIDADE	100 %	PORTAL IMPLANTADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		53.580.643
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	9.711.225	23.082.372
DEMAIS RECURSOS	14.142.082	6.644.964
TOTAL	**23.853.307**	**29.727.336**

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO IV - INCLUSÃO DIGITAL

OBJETIVO

UNIVERSALIZAR O ACESSO À INTERNET.

JUSTIFICATIVA

TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE, EM ESPECIAL OS MENOS FAVORECIDOS, DEVEM TER ACESSO E CAPACITAÇÃO PARA UTILIZAR RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA ALAVANCAR O DESENVOLVIMENTO, BEM ESTAR E CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE ATENDIMENTO NO PROGRAMA ACESSA SÃO PAULO	3.621.705	35.000.000
NÚMERO DE PESSOAS CADASTRADAS NO PROGRAMA ACESSA SÃO PAULO	226.122	4.200.000
NÚMERO DE PONTOS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET	1.211	6.600
PERCENTUAL DE PREFEITURAS NA INTERNET	41	100
PERCENTUAL DE SERVIDORES COM ACESSO À INTERNET NO LOCAL DE TRABALHO	7,41	100

PÚLICO ALVO

CIDADÃOS, EM ESPECIAL O DE BAIXA RENDA, OS SERVIDORES PÚBLICOS E AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
SITE DA ESCOLA	18.267	EQUIPAMENTOS UTILIZADOS E MANTIDOS NAS UNIDADES ESCOLARES

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL NA ÁREA DA CULTURA	65.250	CIDADÃOS INCLUÍDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO IV - INCLUSÃO DIGITAL

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
INCLUSÃO DIGITAL DOS PRODUTORES RURAIS - AGRICULTURA - CATI E CDA	553.200 PESSOAS	PRODUTORES RURAIS COM ACESSO A SERVIÇOS INFORMATIZADOS

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAPACITAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL DOS SERVIDORES	200	SERVIDOR CAPACITADO

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
INCLUSÃO DIGITAL DE FUNCIONÁRIOS	28	PONTOS DE ACESSO

ÓRGÃO

SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAPACITAÇÃO DE NANO/MICRO-EMPRESÁRIOS	700.000	NANO/MICRO EMPRESÁRIOS TREINADOS NO AMBIENTE DIGITAL

ÓRGÃO

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AMPLIAÇÃO DE PONTOS DE ACESSO À INTERNET	100 %	PONTO INSTALADO

ÓRGÃO

CASA CIVIL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PROGRAMA ACESSA SÃO PAULO	2.264	INFOCENTRO MANTIDO E INSTALADO
MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DO ACESSA SÃO PAULO	4.015.000	PESSOAS ATENDIDAS

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MANUTENÇAO E EXPANSÃO DO ACESSA SÃO PAULO-SEADE	100 %	INFOCENTRO DISPONIBILIZADO

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

GOVERNO ELETRÔNICO IV - INCLUSÃO DIGITAL

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO DE FACILIDADES TECNOLÓGICAS PARA APOIO À INCLUSÃO DIGITAL	100 %	QUIOSQUES IMPLANTADOS E CIDADÃOS COM CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
INCLUSÃO DIGITAL DOS SERVIDORES DA SERHS E SEUS ÓRGÃOS VINCULADOS	800	SERVIDORES CAPACITADOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAPACITAÇÃO EM INFORMÁTICA PARA SERVIDORES E ATLETAS	100 %	SERVIDORES E ATLETAS CAPACITADOS EM INFORMÁTICA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		282.008.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	162.004.000	4.000
DEMAIS RECURSOS		120.000.000
TOTAL	162.004.000	120.004.000

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO ESTADO, GOVERNO ELETRÔNICO, CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS*

RECOMPOSIÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO E DA GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVO

FORMULAR E IMPLEMENTAR UMA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS QUE RESULTE EM UM QUADRO DE SERVIDORES CIVIS ATUALIZADO, QUALIFICADO, MOTIVADO, RESPONSABILIZADO, REJUVENESCIDO E REMUNERADO DE ACORDO COM SEU DESEMPENHO.

JUSTIFICATIVA

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 TEM TORNADO OS GOVERNOS ESTADUAIS COLABORADORES DA UNIÃO E DOS MUNICÍPIOS. A TRANSFERÊNCIA DE SERVIÇOS PARA O SETOR PRIVADO TEM IMPACTADO SOBRE O QUADRO DAS FUNÇÕES DO ESTADO. DOTAR O GOVERNO DE UM SERVIÇO CIVIL, COMPATÍVEL COM O GOVERNO PRESTADOR DE SERVIÇOS DE QUALIDADE EM CONSONÂNCIA COM OS DESAFIOS PRESENTES E COM O FUTURO QUE SE DESEJA CONSTRUIR.

ÓRGÃO

CASA CIVIL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DE SERVIDORES AVALIADOS POR DESEMPENHO	Não Disponível	60
TAXA DE RESOLUÇÃO DE PROCESSOS RELATIVOS AOS SERVIDORES	70	100
ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES	20	100

PÚLICO ALVO

OS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAPACITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	500.000	SERVIDORES CAPACITADOS
FORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS PARA O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	100 %	POLÍTICA FORMULADA
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	100 %	SISTEMA IMPLANTADO
RECRUTAMENTO DE NOVOS SERVIDORES PARA A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	50.000	SERVIDORES RECRUTADOS
REESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS SETORIAIS DE RECURSOS HUMANOS	20	ÁREAS DE RECURSOS HUMANOS REQUALIFICADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		178.874.640
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	178.874.640	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	178.874.640	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E AÇÕES NO CAMPO PREVIDENCIÁRIO*

ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA DE CARÁTER ESPECIAL

OBJETIVO

POSSIBILITAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE CARÁTER ESPECIAL, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

JUSTIFICATIVA

ENGLOBA DESPESAS COM ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA, DE CARÁTER ESPECIAL, NÃO INCLUÍDAS NOS PROGRAMAS DE TRABALHO DOS ÓRGÃOS DO ESTADO.

ÓRGÃO

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

PÚLICO ALVO

BENEFICIÁRIOS DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES DE CARÁTER ESPECIAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE CARÁTER ESPECIAL	9.400	PENSIONISTAS/MÊS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		2.574.110.663
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2.573.110.663	1.000.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	2.573.110.663	1.000.000

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E AÇÕES NO CAMPO PREVIDENCIÁRIO*

ASSISTÊNCIA À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

OBJETIVO

ATENDER AS NECESSIDADES BÁSICAS PARA SUBSISTÊNCIA DE PENSIONISTAS DE POLICIAIS MILITARES E SEUS DEPENDENTES.

JUSTIFICATIVA

UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA APERFEIÇOAR A EFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA AUTARQUIA.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE ATENDIMENTOS DE PENSIONISTAS E DEPENDENTES DE POLICIAIS MILITARES.	29.500	32.500

PÚLICO ALVO

PENSIONISTAS DE POLICIAIS MILITARES E SEUS DEPENDENTES.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO GERAL DA CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR	1	UNIDADE ATENDIDA
ASSISTÊNCIA AOS INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR	126.000	PENSIONISTAS ASSISTIDOS
ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA AOS PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR	890.000	PACIENTES ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.661.362.097
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.661.362.097	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.661.362.097	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E AÇÕES NO CAMPO PREVIDENCIÁRIO*

CARTEIRAS AUTÔNOMAS DE PREVIDÊNCIA

OBJETIVO

PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES PARA OS BENEFICIÁRIOS DAS CARTEIRAS DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO, CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA DAS SERVENTIAS NÃO OFICIALIZADAS DO ESTADO E CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA DOS ECONOMISTAS DE SÃO PAULO.

JUSTIFICATIVA

CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS PARA O PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO MENSAL PARA OS BENEFICIÁRIOS DAS CARTEIRAS DOS ADVOGADOS, SERVENTIAS E ECONOMISTAS.	8.028	9.281

PÚLICO ALVO

SERVENTUÁRIOS, ADVOGADOS E ECONOMISTAS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA	34.576	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS (APOSENTADORIA/PENSÕES)

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		90.630.511
	CORRENTES	**CAPITAL**
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	90.630.511	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	**90.630.511**	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E AÇÕES NO CAMPO PREVIDENCIÁRIO*

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

OBJETIVO

POSSIBILITAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

JUSTIFICATIVA

CUMPRIR AS DETERMINAÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 9.796/99 QUE INSTITUIU A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E O REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO, NOS CASOS DE CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA EFEITO DE APOSENTADORIA.

ÓRGÃO

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

PÚLICO ALVO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E ESTADUAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	81.564	PROCESSOS/ANO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		24.441.784.315
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	24.441.784.315	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	24.441.784.315	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E AÇÕES NO CAMPO PREVIDENCIÁRIO*

OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

OBJETIVO

POSSIBILITAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIAS, REFORMAS DE PESSOAL MILITAR E PENSÕES A CARGO DO ESTADO.

JUSTIFICATIVA

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE PROVENTOS, PENSÕES E DE REFORMAS DO PESSOAL MILITAR DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO E DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS PODERES.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

PÚLICO ALVO

PESSOAL INATIVO, REFORMADOS E PENSIONISTAS.

ÓRGÃO

GABINETE DO GOVERNADOR

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	824	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	85.348	INATIVOS ATENDIDOS
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS-ENSINO FUNDAMENTAL	222.342	INATIVOS ATENDIDOS
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS-FUNDEF	227.285	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	82.555	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E AÇÕES NO CAMPO PREVIDENCIÁRIO*

OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	51.031	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	1.237	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	22.903	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	37.561	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	6.929	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	46.690	INATIVOS ATENDIDOS
PAGAMENTO DE PENSÕES DA POLÍCIA MILITAR	147.929	PENSIONISTAS ATENDIDOS
PAGAMENTO DE PROVENTOS DE REFORMA MILITAR	159.245	MILITARES REFORMADOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	27.018	INATIVOS ATENDIDOS
PAGAMENTO DE PENSÕES - PESSOAL CIVIL	393.681	PENSIONISTAS ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E AÇÕES NO CAMPO PREVIDENCIÁRIO*

OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

ÓRGÃO

SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	6.645	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	176	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	4.012	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

CASA CIVIL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	3.732	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	926	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECR.EST. DE ASSISTÊNCIA E DESENV.SOCIAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	2.245	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	8	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	3.719	INATIVOS ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E AÇÕES NO CAMPO PREVIDENCIÁRIO*

OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	13.491	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	1.461	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	1.129	INATIVOS ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		2.404.026.728
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2.404.026.728	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	2.404.026.728	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E AÇÕES NO CAMPO PREVIDENCIÁRIO*

OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO

OBJETIVO

POSSIBILITAR A ALOCAÇÃO RE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES AOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS PELA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974.

JUSTIFICATIVA

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974, REFERENTES AO PESSOAL REGIDO PELA CLT ADMITIDOS ATÉ 13/05/1974, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

PÚLICO ALVO

PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES L.200/74-IPT	1.086	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES L.200/74-DERSA	1.056	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTAD.E PENSÕES L.200/74 E 8236/93-B.NC	16.737	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES L.200/74-CDHU	95	INATIVOS ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E AÇÕES NO CAMPO PREVIDENCIÁRIO*

OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES L.200/74-CETESB	1.190	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES L.200/74-CTEE-PAULISTA	27.876	INATIVOS ATENDIDOS
PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES L.200/74-SABESP	12.375	INATIVOS ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.358.829.964
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.358.829.964	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.358.829.964	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E AÇÕES NO CAMPO PREVIDENCIÁRIO*

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR A INATIVOS - CLT

OBJETIVO

POSSIBILITAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DECORRENTES DA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES.

JUSTIFICATIVA

CUMPRIR AS DETERMINAÇÕES DA LEI Nº 4.819/58 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, QUE C0NCEDE AOS SERVIDORES DAS AUTARQUIAS E DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS EM QUE O ESTADO É ACIONISTA,AS VANTAGENS CONCEDIDAS AOS DEMAIS SERVIDORES PÚBLICOS, BEM COMO AS COMPLEMENTAÇÕES DE APOSENTADORIAS E PENSÕES.

ÓRGÃO

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

PÚLICO ALVO

BENEFICIÁRIOS DA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE ENTIDADES PRIVATIZADAS OU EXTINTAS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE COMPLEM. DE APOSENT.E PENSÕES-L 200/74-ENTID.PRIVATIZ. OU EXTINTAS	171.440	PENSIONISTAS/MÊS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		6.859.810.869
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	6.855.810.869	4.000.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	6.855.810.869	4.000.000

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E AÇÕES NO CAMPO PREVIDENCIÁRIO*

PREVIDÊNCIA ESTADUAL

OBJETIVO

ASSEGURAR CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS DEPENDENTES DOS CONTRIBUINTES DA PENSÃO MENSAL

JUSTIFICATIVA

CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO MENSAL AOS DEPENDENTES DOS CONTRIBUINTES DESTE REGIME

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO MENSAL AOS DEPENDENTES DOS CONTRIBUINTES DESTE REGINE	94.218	98.042

PÚLICO ALVO

DEPENDENTES DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS CONTRIBUINTES DA PENSÃO MENSAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO DA AUTARQUIA	386.385	ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DA PENSÃO MENSAL
PENSÃO MENSAL	386.385	PENSÃO MENSAL

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		898.489.276
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	898.489.276	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	898.489.276	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *AÇÕES DA PROCURADORIA GERAL EM DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO*

ADVOCACIA DO ESTADO

OBJETIVO

PATROCINAR A ORIENTAÇÃO JURÍDICA DO ESTADO, A DEFESA DOS SEUS INTERESSES EM JUÍZO PARA EFETIVO CUMPRIMENTO DA SUA COMPETÊNCIA LEGAL CONFORME DISPOSTO NO ART. 98 DA LC 478/86

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE PROPORCIONAR AOS PROCURADORES DO ESTADO OS MEIOS NECESSÁRIOS PARA VIABILIZAR A DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO, JUDICIAL E EXTRAJUDICIALMENTE.

ÓRGÃO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
APRESENTAÇÃO DE DEFESA EM TODOS OS PROCESSOS AJUIZADOS EM FACE DA FAZENDA DO ESTADO.	15.500	25.000
PERCENTUAL DE ATUAÇÃO CONSULTIVA REFERENTE A ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, OBJETIVANDO A OTIMIZAR A ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO	0	100
PERCENTUAL DE CENTRALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DISCIPLINARES EM ORGÃO ESPECÍFICO PARA ATUAÇÃO UNIFORME, EFICIENTE E CÉLERE	0	100
PERCENTUAL DE CENTRALIZAÇÃO REFENTE À ORIENTAÇÃO JURÍDICA DAS AUTARQUIAS	0	100
PERCENTUAL DO CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	10	100

PÚLICO ALVO

O ESTADO DE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA PROCURADORIA DAS AUTARQUIAS	100	UNIDADE CRIADA/IMPLANTADA
CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA PROCURADORIA DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS	100	UNIDADE CRIADA/IMPLANTADA
CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA PROCURADORIA DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES	100	UNIDADE CRIADA/IMPLANTADA
ENCARGOS JUDICIAIS	1.950.000	MANDADOS JUDICIAIS
MANUTENÇÃO DA PGE	88	UNIDADES ADMINISTRADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		202.906.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	202.506.000	400.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	202.506.000	400.000

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *AÇÕES DA PROCURADORIA GERAL EM DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO*

APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA ADVOCACIA DO ESTADO

OBJETIVO

PROMOVER A CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO.

ÓRGÃO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE PROCURADORES E SERVIDORES QUE DEMANDA CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO CONTÍNUO.	79	320

PÚLICO ALVO

PROCURADORES DE ESTADO E SERVIDORES DA PGE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DA PGE	60	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE ADVOCACIA PÚBLICA	105	PROCURADORES APRIMORADOS PROFISSIONALMENTE
MANUTENÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO	240	BIBLIOTECAS ORGANIZADAS
SUPORTE TÉCNICO JURÍDICO	2.000	REALIZAÇÃO DE EVENTOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		808.909.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	786.301.000	22.608.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	786.301.000	22.608.000

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *AÇÕES DA PROCURADORIA GERAL EM DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO*

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AOS LEGALMENTE NECESSITADOS

OBJETIVO

PRESTAR ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA E ORIENTAÇÃO JURÍDICA À POPULAÇÃO CARENTE.

JUSTIFICATIVA

A NECESSIDADE DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO CARENTE, COM O SURGIMENTO DE NOVAS NECESSIDADES DE ATENDIMENTO ESPECÍFICO E COM O AUMENTO DA DEMANDA DOS SERVIÇOS JÁ EXISTENTES.

ÓRGÃO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE ATENDIMENTOS	4.308.673	9.000.000

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO CARENTE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA CUSTEAR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, CUSTAS DE DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CELEBRAÇÃO E RENOVAÇÃO DE CONVÊNIOS	412	CONVÊNIOS CELEBRADOS E RENOVADOS
EDIÇÃO DE CARTILHAS DE ORIENTAÇÃO AO PÚBLICO	8	CARTILHAS EDITADAS
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA	200	CONTRATOS CELEBRADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		120.556.154
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	118.998.154	1.558.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	118.998.154	1.558.000

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA

A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E A MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS

OBJETIVO

PROMOVER A QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DA GESTÃO MUNICIPAL.

JUSTIFICATIVA

AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS REQUEREM, PARA O MELHOR DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, O ASSESSORAMENTO NA RESOLUÇÃO DE QUESTÕES CONTÁBEIS, ORCAMENTÁRIAS, TÉCNICAS, JURÍDICAS, ADMINISTRATIVAS E SOCIAIS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
MUNICÍPIOS ASSINANTES	241	388

PÚLICO ALVO

PREFEITOS, VEREADORES, SERVIDORES MUNICIPAIS E AGENTES PÚBLICOS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS	1.351	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
AÇÕES INFORMATIZADAS DO CEPAM	312	EQUIPAMENTOS ATUALIZADOS.
CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS	15.420	AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS
GESTÃO DO CEPAM	1.351	UNIDADE ADMINISTRADA.
SUPORTE À IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	300	MUNICÍPIOS ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		85.649.008
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	84.525.008	1.124.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	84.525.008	1.124.000

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA

A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E A MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

GESTÃO EM ECONOMIA E PLANEJAMENTO

OBJETIVO

APOIAR, NO ÂMBITO INTERNO DA SECRETARIA, O PLANEJAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS VOLTADOS AO DESEMPENHO DE SUA MISSÃO COMO ÓRGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO NA FORMULAÇÃO E REVISÃO DE POLÍTICAS E DE PROGRAMAÇÕES SETORIAIS.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE FORTALECER A IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, QUE PRIVILEGIE A ARTICULAÇÃO E A INTERLOCUÇÃO INTERNA NO ÂMBITO DO ÓRGÃO CENTRAL E ASSEGURE A INTEGRAÇÃO NECESSÁRIA DOS INSTRUMENTOS - PLANO PLURIANUAL, DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E ORÇAMENTOS, EM CONSONÂNCIA COM AS DIRETRIZES DE GOVERNO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NOVOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONOMICO DAS REGIÕES DO ESTADO	0	60

PÚLICO ALVO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	720	PARECERES EMITIDOS
GESTÃO DA SEP	64	UNIDADES MANTIDAS
INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO ESTADO	12	SISTEMAS ATUALIZADOS
SUPORTE ÀS AÇÕES DE REFORMA DO ESTADO.	16	RELATÓRIOS ELABORADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		28.000.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	16.700.000	11.300.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	16.700.000	11.300.000

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA

A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E A MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

MODERNIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETIVO

INCLUIR O ESTADO DE SÃO PAULO NO PROGRAMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - PNAGE.

JUSTIFICATIVA

O PLANEJAMENTO PÚBLICO NECESSITA IMPULSIONAR A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE SEUS RECUSOS HUMANOS E DESENVOLVER METODOLOGIAS QUE GARANTAM A FORMULAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, MEDIANTE A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E A ADOÇÃO DE UMA VISÃO INTEGRADA DAS FUNÇÕES DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO,GESTÃO E CONTROLE.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DO PROGRAMA APROVADO	0	100

PÚLICO ALVO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO	550	AGENTES CAPACITADOS
CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ORÇAMENTO	100 %	SISTEMA DESENVOLVIDO
REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	100 %	SISTEMA ORGANIZADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		13.211.716
	CORRENTES	**CAPITAL**
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	13.200.916	10.800
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	**13.200.916**	**10.800**

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA

A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E A MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETIVO

OBTER MECANISMOS EFICAZES E DIVULGAR METODOLOGIAS EFICIENTES QUE GARANTAM A QUALIDADE DA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO.

JUSTIFICATIVA

COMPETE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL IMPLANTAR E MANTER FERRAMENTAS DE GESTÃO, COMO O ORÇAMENTO E A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, PEÇAS FUNDAMENTAIS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO PÚBLICO.PARA TANTO NECESSITA DE SISTEMAS E METODOLOGIAS DE ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO SETORIAL E DO ESTADO, COM OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
TAXA DE ADERÊNCIA ENTRE O ORÇAMENTO PREVISTO E O ORÇAMENTO REALIZADO	95	100
TAXA DE ASSIMILAÇÃO DAS METODOLOGIAS E PROCEDIMENTOS NOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	40	90

PÚLICO ALVO

ÓRGÃOS E ENTIDADES DOS PODERES DO ESTADO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO	8	LDO E ORÇAMENTOS ELABORADOS E ACOMPANHADOS
ESTUDOS E PESQUISAS PARA O ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	96	RELATÓRIOS EMITIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		63.158.909
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3.158.909	
DEMAIS RECURSOS		60.000.000
TOTAL	3.158.909	60.000.000

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA

A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E A MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

SISTEMA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

OBJETIVO

DESENVOLVER E CONSOLIDAR UM SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO INTEGRADO, QUE POSSIBILITE AO PPA FUNCIONAR ENQUANTO INSTRUMENTO EFETIVO PARA O CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DE GOVERNO.

JUSTIFICATIVA

APRIMORAR OS SISTEMAS SETORIAIS DE PLANEJAMENTO QUE ATUEM NO SENTIDO DE IDENTIFICAR PRIORIDADES, MONITORAR PROGRAMAS E AVALIAR O CONJUNTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO INTEGRADO IMPLANTADO.	0	100

PÚLICO ALVO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APERFEIÇOAMENTO DE MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	100 %	SISTEMAS IMPLANTADOS
APOIO AOS PROJETOS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - PPP	16	ESTUDOS METODOLÓGICOS REALIZADOS
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	16	ESTUDOS REALIZADOS
ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPA	4	DOCUMENTOS PERIÓDICOS
FORTALECIMENTO DA COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS EM ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	40	PROJETOS PILOTOS IMPLANTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		159.338.820
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	157.389.600	1.949.220
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	157.389.600	1.949.220

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA

A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E A MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS

OBJETIVO

ATUAR DE FORMA IMPRESCINDÍVEL PARA IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PAULISTA ATRAVÉS DA OFERTA DE INFORMAÇÕES CONJUNTURAIS E EXTRUTURAIS NECESSÁRIAS PARA O GERENCIAMENTO E A TOMADA DE DECISÕES.

JUSTIFICATIVA

DESCENDENTE EM LINHA DIRETA DA REPARTIÇÃO ESTATÍSTICA E ARQUIVO DO ESTADO, CRIADA EM MARÇO DE 1892, TRNSFORMADA EM FUNDAÇÃO SEADE EM 12/78 É HOJE UM DOS MAIS ESPECIALIZADOS CENTROS NACIONAIS DE PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE PESQUISAS, ANÁLISES, E ESTATÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS, SENDO RESPONSÁVEL PELA CRIAÇÃO DE UMA SÉRIE DE PROCEDIMENTOS E METODOLOGIAS NESSES CAMPO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS	36	36

PÚLICO ALVO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PAULISTA, GOVERNO FEDERAL, DEMAIS ESTADOS DA UNIÃO, UNIVERSIDADES, PESQUISADORES, EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS E A POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ANÁLISE DE INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS	4	RELATÓRIOS PRODUZIDOS
ATUALIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	100 %	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO ATUALIZADOS
ATUALIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA	204	EQUIPAMENTOS ATUALIZADOS
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	8	POLÍTICAS AVALIADAS
CAPACITAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS	80	FUNCIONÁRIOS COM PÓS-GRADUAÇÃO
DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS	40.000	INFORMAÇÕES NA INTERNET, BOLETINS E REVISTAS
GESTÃO DO SEADE	4	UNIDADE ADMINISTRADA
INDICADORES ESTATÍSTICOS POR ETNIA	37	RELATÓRIOS PRODUZIDOS
PRODUÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS	146	PESQUISAS REALIZADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		11.246.550
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	7.018.270	178.280
DEMAIS RECURSOS		4.050.000
TOTAL	7.018.270	4.228.280

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA

A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E A MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E CARTOGRÁFICAS

OBJETIVO

DOTAR O ESTADO DE BASES CARTOGRÁFICAS TOPOGRÁFICAS E TEMÁTICAS NO FORMATO DIGITAL PRECISAS E ATUALIZADAS.

JUSTIFICATIVA

É INERENTE AO ESTADO DISPOR DE INFORMAÇÕES GEOCARTOGRÁFICAS PARA SUBSIDIAR AÇÕES DE PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E DE TOMADA DE DECISÃO.OS PRODUTOS CARTOGRÁFICOS E GEOGRÁFICOS DESENVOLVIDOS CONSTITUI-SE NUM INSUMO FUNDAMENTAL PARA VIABILIZAR AS PRIORIDADES DE GOVERNO VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL VISANDO RACIONALIZAR RECURSOS E ELIMINAR DUPLICIDADE DE INFORMAÇÕES.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PORCENTAGEM DE SERVIÇOS PRESTADOS EM RELAÇÃO A DEMANDA ESTIMADA	78	78
PROPORÇÃO DE MAPAS MUNICIPAIS NA ESCALA 1:50 000 EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICIPIOS	0	50
PROPORÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS EXECUTADOS EM RELAÇÃO A PROPOSTA DO PERÍODO 2004 / 2007	25	100
PROPORÇÃO DE MUNICIPIOS MAPEADOS NA ESCALA 1:10 000 EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICIPIOS	7	15

PÚLICO ALVO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL, EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS, FUNDAÇÕES, UNIVERSIDADES, INSTITUIÇÕES DE PESQUISA, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO.	2	MANUAL TÉCNICO
NORMATIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E CARTOGRÁFICAS	1	MANUAL TÉCNICO
PLANO CARTOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.	633	MAPAS TOPOGRÁFICOS E TEMÁTICOS
PRESTAÇÃO DE SERV. RELACIONADOS AO QUADRO TERRITORIAL- ADMINISTRATIVO DO ESTADO.	664	INFORMAÇÃO TÉCNICA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		222.980.106
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	217.098.139	5.881.967
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	217.098.139	5.881.967

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *APERFEIÇOAMENTO DO APARELHO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E AS AÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA*

ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DA FAZENDA

OBJETIVO

ATENDER ÀS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DAS UNIDADES FAZENDÁRIAS, FACILITANTO O DESENVOLVIMENTO DAS SUAS ATIVIDADES FINAIS, OFERECENDO SERVIÇOS, MATERIAIS, INFORMAÇÕES E INSTALAÇÕES NECESSÁRIAS E ADEQUADAS.

JUSTIFICATIVA

GERENCIAMENTO E MAXIMIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DISPONÍVEIS A FIM DE: OFERECER SERVIÇOS E INFORMAÇÕES COM AGILIDADE, EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO INTERNO E EXTERNO; OFERECER SUPORTE ADMINISTRATIVO ÀS ÁREAS FINS DA SECRETARIA, POSSIBILITANDO O DESENVOLVIMENTO PLENO DE SUAS ATIVIDADES, MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
QUANTIDADE DE UNIDADES CONTRUÍDAS E/OU REFORMADAS	0	43
QUANTIDADE DE UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS ATENDIDAS	75	75

PÚLICO ALVO

UNIDADES FAZENDÁRIAS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO GERAL	288	UNIDADES ADMINISTRADAS
RECUPERAÇÃO DE AMBIENTES DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO	43	UNIDADES CONSTRUÍDAS E/OU REFORMADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		860.052
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	860.052	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	860.052	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *APERFEIÇOAMENTO DO APARELHO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E AS AÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA*

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E EDUCAÇÃO FISCAL PARA CIDADÃOS

OBJETIVO

TORNAR OS PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO APTOS A DESEMPENHAR SEUS PAPÉIS DE FORMA EFICIENTE, EFICAZ E RESPONSÁVEL.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE PROCESSO CONTINUADO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES FAZENDÁRIOS, DE TODOS AQUELES QUE UTILIZAM OS SISTEMAS VINCULADOS À FAZENDA E DO CIDADÃO EM GERAL.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE HORAS-AULA DE CAPACITAÇÃO USUFRUÍDAS POR ANO.	400.000	300.000

PÚLICO ALVO

SERVIDORES PÚBLICOS, CONTRIBUINTES E CIDADÃOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAPACITAÇÃO EM LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	200.000	HORAS/AULA
CAPACITAÇÃO GERENCIAL	100.000	HORAS/AULA
CAPACITAÇÃO P/ DESENVOLV., GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	120.000	HORAS/AULA
CAPACITAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO	20.000	HORAS/AULA
CAPACITAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS PELA FISCALIZAÇÃO	60.000	HORAS/AULA
EDUCAÇÃO FISCAL PARA A CIDADANIA	140.000	HORAS/AULA
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO NO USO DE SISTEMAS ORÇAMENT./FINANCEIROS DO ESTADO	160.000	HORAS/AULA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		85.930.486
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	85.930.486	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	85.930.486	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *APERFEIÇOAMENTO DO APARELHO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E AS AÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA*

CONTROLE INTERNO

OBJETIVO

AUDITAR E CONTROLAR A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO E NORMATIZAR OS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E DE CONTRATAÇÕES ELETRÔNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

JUSTIFICATIVA

EM OBEDIÊNCIA À CONSTITUIÇÃO,NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, O CONTROLE INTERNO INCLUI A REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPROBATÓRIOS, FISCALIZANDO E MONITORANDO AS UNIDADES GESTORAS DO PODER EXECUTIVO E NORMATIZAÇÃO DAS ROTINAS CONTÁBEIS E DE CONTRATAÇÕES ELETRÔNICAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS ÀS UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS REALIZADOS PELO CENTRO DE APOIO AO USUÁRIO	86.000	88.000
TAXA PERCENTUAL DE UNIDADES AUDITADAS POR EQUIPES TÉCNICAS DO CONTROLE INTERNO PELAS UNIDADES EXISTENTES PERTENCENTES AO PODER EXECUTIVO.	44	47
TAXA PERCENTUAL DE UNIDADES QUE OPERAM NA BOLSA ELETRÔNICA DE COMPRAS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SISTEMA BEC/SP PELAS UNIDADES EXISTENTES NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.	42	75

PÚLICO ALVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO DA COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO	5.430	INFORMAÇÕES ELABORADAS
AUDITORIA	1.940	RELATÓRIOS DE AUDITORIA ELABORADOS
GESTÃO OPERACIONAL DA CONTABILIDADE	232	RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS DIVULGADOS
GESTÃO OPERACIONAL DO SISTEMA BOLSA ELETRÔNICA DE COMPRAS/SP - BEC/SP	54.000	NEGÓCIOS REALIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		2.764.379.163
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2.764.379.163	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	2.764.379.163	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *APERFEIÇOAMENTO DO APARELHO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E AS AÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA*

FISCO E CIDADANIA

OBJETIVO

PRODUZIR UMA ARRECADAÇÃO MAIOR E MAIS EFICIENTE, ALÉM DE UM ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO PARTICIPATIVO E ORIENTADO PARA RESULTADOS.

JUSTIFICATIVA

A MODERNIZAÇÃO DA COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DEVE SER APROFUNDADA E ACOMPANHADA POR AÇÕES QUE ENVOLVAM OS FUNCIONÁRIOS NO ESFORÇO DE AUMENTO DE PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS VISANDO MUDANÇAS NA CULTURA INSTITUCIONAL QUE AMPLIEM OS CONCEITOS DE FISCO-CIDADÃO E DE CONTRIBUINTE-CIDADÃO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ESFORÇO FISCAL - VARIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO ACIMA DA VARIAÇÃO DO PIB TRIBUTÁVEL PAULISTA	1,82	1,9
NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA DE ATENDIMENTO ELETRÔNICO	Não Disponível	90
OFERTA DE SERVIÇOS DISPONÍVEIS NO POSTO FISCAL ELETRÔNICO	Não Disponível	95

PÚLICO ALVO

FUNCIONÁRIOS, CONTRIBUINTES E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DA FAZENDA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATENDIMENTO ELETRÔNICO	90 %	ATENDIMENTO ELETRÔNICO DE EXCELÊNCIA IMPLANTADO
EQUIPES DE FISCALIZAÇÃO	100	EQUIPES DE FISCALIZAÇÃO IMPLANTADAS
GESTÃO DE SISTEMAS TRIBUTÁRIOS DE INFORMAÇÃO	90 %	SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DE QUALIDADE EM TEMPO EFICAZ
GESTÃO ESTRATÉGICA	100 %	SISTEMA DE GESTÃO IMPLANTADO
PAGAMENTO ATRAVÉS DE ADJUDICAÇÃO	1	SISTEMA DE GESTÃO E ADJUDICAÇÃO IMPLANTADOS
PERFIL PROFISSIONAL	100 %	CULTURA INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA E ORIENTADA PARA RESULTADOS IMPLANTADA
SISTEMA IMAGEM - REFORMA DO SISTEMA PREVENTIVO/REPRESSIVO DA FAZENDA PAULISTA	1,9 %	DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS SUPERIOR AO DA ECONOMIA
SISTEMAS DE REMUNERAÇÃO E PROMOÇÃO	100 %	NOVOS CRITÉRIOS DE REMUNERAÇÃO E

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *APERFEIÇOAMENTO DO APARELHO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E AS AÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA*

FISCO E CIDADANIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
VALORIZAÇÃO DAS CATEGORIAS DE APOIO	100 %	EQUIPES DE SUPORTE ESTRUTURADAS E IMPLANTADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		114.399.997
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	114.399.997	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	114.399.997	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *APERFEIÇOAMENTO DO APARELHO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E AS AÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA*

FORTALECIMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETIVO

MELHORAR A EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS MEDIANTE A MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DA FAZENDA E DA SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO.

JUSTIFICATIVA

COM O SUCESSO ALCANÇADO PELO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO (PNAFE) SURGIU A NECESSIDADE DE EXECUTAR UMA NOVA ETAPA DE INTEGRAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PRODUTOS DESENVOLVIDOS PARA CUMPRIMENTO DE UM NOVO PATAMAR DE MODERNIZAÇÃO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
RESULTADO PRIMÁRIO ANUAL	3,1	5,6

PÚLICO ALVO

SERVIDORES DAS SECRETARIAS ENVOLVIDAS, FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS E DEMAIS CONTRIBUINTES

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS	100 %	SISTEMAS EXPANDIDOS E IMPLANTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		39.867.692
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	39.867.692	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	39.867.692	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *APERFEIÇOAMENTO DO APARELHO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E AS AÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA*

GESTÃO FINANCEIRA

OBJETIVO

GERENCIAR OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS BUSCANDO O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS E ADMINISTRAR A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS ASSEGURANDO SUA LEGALIDADE E LEGITIMIDADE

JUSTIFICATIVA

CUMPRE À COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA EFETUAR O CONTROLE E PLANEJAMENTO DA ENTRADA E SAÍDA DE RECURSOS COLOCANDO-OS À DISPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOLICITANTES

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
VARIAÇÃO PORCENTUAL DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APURADO PELA COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA ATUALIZADA	100	100

PÚLICO ALVO

AS UNIDADES GESTORAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA, OS BANCOS ESTADUAIS, AS UNIDADES MUNICIPAIS E FEDERAIS QUE SE RELACIONAM COM RECURSOS PÚBLICOS E OS FORNECEDORES DO ESTADO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	100 %	MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO ANUAL DO TESOURO DO ESTADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		8.288.784
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS		8.288.784
TOTAL		8.288.784

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *APERFEIÇOAMENTO DO APARELHO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E AS AÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA*

MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA

OBJETIVO

MODERNIZAR OS SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CONTROLE INTERNO E GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E CAPACITAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA, BEM COMO A IMPLEMENTAÇÃO DESTES SISTEMAS EM OUTRAS SECRETARIAS DE ESTADO.

JUSTIFICATIVA

ESTABELECIMENTO DO PROGRAMA DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO FISCAL PARA OS ESTADOS BRASILEIROS (PNAFE), FINANCIADO, PARCIALMENTE, COM RECURSOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, PARA IMPLANTAÇÃO DO PROMOCAT E PROMOCIAF.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
RESULTADO PRIMÁRIO ANUAL ATÉ DEZEMBRO DE 2004	3,1	3,3

PÚLICO ALVO

SERVIDORES E CONTRIBUINTES

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MODERNIZAÇÃO DA COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	2 %	ESTUDOS CONCLUÍDOS E SISTEMAS IMPLANTADOS
MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	50 %	SISTEMAS DESENVOLVIDOS E IMPLANTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		15.720.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	15.720.000	
TOTAL	15.720.000	

GESTÃO PÚBLICA

AÇÕES DA CASA CIVIL

PROGRAMA

CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL DA PRODESP

OBJETIVO

PERMITIR QUE A PRODESP EVOLUA EM TODOS OS ASPECTOS COMO EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA PARA GARANTIR A QUALIDADE E EXCELENCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

JUSTIFICATIVA

A PRODESP ATUA COMO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) DO ESTADO. COM O PROGRAMA DE GOVERNO ELETRÔNICO (E-GOV) A DEMANDA POR INFRA-ESTRUTURA DE REDES, IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TEVE UM AUMENTO EXPRESSIVO, O QUE OBRIGA A PRODESP A MELHORAR SUA ESTRUTURA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA.

ÓRGÃO

CASA CIVIL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE CONTRATOS	481	962
NÚMERO DE LINKS DE COMUNICAÇÃO	600	3.000
NÚMERO DE SISTEMAS EM OPERAÇÃO NO DATACENTER	528	1.300

PÚLICO ALVO

TODOS OS ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO GOVERNO DO ESTADO E OS PODERES EXECUTIVO E LEGISTATIVO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO DE GESTÃO DE QUALIDADE DE SERVIÇOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	100 %	SISTEMAS IMPLANTADOS
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	100 %	PLANO DE MODERNIZAÇÃO IMPLEMENTADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		122.005.253
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	121.971.065	34.188
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	**121.971.065**	**34.188**

GESTÃO PÚBLICA

AÇÕES DA CASA CIVIL

PROGRAMA

COMUNICAÇÃO SOCIAL

OBJETIVO

IMPLEMENTAR A COMUNICAÇÃO VISANDO A INFORMAÇÃO E A DIFUSÃO AMPLA DOS PROJETOS E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO NAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE DA SOCIEDADE.

JUSTIFICATIVA

A COMUNICAÇÃO DAS AÇÕES DO GOVERNO CONSTITUI UM DEVER DO ESTADO JUNTO A SOCIEDADE EM GERAL, QUE O MANTÉM E JUSTIFICA A SUA EXISTÊNCIA.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
CAMPANHA E EVENTOS	348	348

PÚLICO ALVO

SOCIEDADE EM GERAL

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO

ÓRGÃO

CASA CIVIL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO À REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE COMUNICAÇÃO	4	UNIDADE ADMINISTRADA
COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO	1.392	MATERIAIS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		14.000.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4.632.757	9.367.243
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	4.632.757	9.367.243

GESTÃO PÚBLICA

AÇÕES DA CASA CIVIL

PROGRAMA

DEFESA CIVIL

OBJETIVO

REALIZAR AÇÕES DE PLANEJAMENTO, PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA IMEDIATA PARA EVITAR DESASTRES OU MINIMIZAR SUAS CONSEQUÊNCIAS, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL EVITÁ-LOS, BEM COMO REALIZAR OBRAS, SERVIÇOS OU TRANSFERÊNCIA DE MEIOS MATERIAIS, COMO MEDIDAS PREVENTIVAS OU RECUPERATIVAS DE DEFESA CIVIL.

JUSTIFICATIVA

O CRESCIMENTO URBANO, MUITAS VEZES DESORDENADO, E O AUMENTO DA DENSIDADE DEMOGRÁFICA POTENCIALIZAM A VULNERABILIDADE DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS AOS DESASTRES NATURAIS, HUMANOS OU MISTOS, QUE PROVOCAM DANOS HUMANOS, MATERIAIS E AMBIENTAIS, POR VEZES GRAVES E PREJUÍZOS ECONÔMICOS E SOCIAIS QUE PODEM SER VULTOSOS.

ÓRGÃO

CASA CIVIL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
EVENTOS E CAMPANHAS EDUCATIVAS PARA A COMUNIDADE	22	72
MUNICÍPIOS COM ÁREAS DE RISCO MAPEADAS	Não Disponível	129
NÚMERO DE MEDIDAS ESTRUTURAIS REALIZADAS	136	315
NÚMERO DE PESSOAS ASSISTIDAS EMERGENCIALMENTE	33.443	24.000
PESSOAS FORMADAS EM CURSOS E TREINAMENTOS DE DEFESA CIVIL	647	4.400
PLANOS PREVENTIVOS E MEDIDAS DE MONITORAMENTO E ALERTA EM OPERAÇÃO	6	30

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO MUNICIPAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AVALIAÇÃO E MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	129	MAPAS IDENTIFICADOS
DESENVOLVIMENTO CULTURAL EM PREVENÇÃO DE ACIDENTES	72	EVENTOS REALIZADOS
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS EM DEFESA CIVIL	4.400	PESSOAS CAPACITADAS
MEDIDAS PREVENTIVAS E RECUPERATIVAS DE DEFESA CIVIL	315	OBRAS
MONITORAMENTO E PLANOS PREVENTIVOS DE VULNERABILIDADES EM ÁREAS URBANAS E RURAIS	30	PLANOS
SOCORRO E ASSISTÊNCIA EM EMERGÊNCIAS	24.000	UNIDADES ATENDIDAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		56.233.900
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	8.860.000	47.373.900
TOTAL	8.860.000	47.373.900

GESTÃO PÚBLICA

AÇÕES DA CASA CIVIL

PROGRAMA

MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DA IMPRENSA OFICIAL

OBJETIVO

DISPONIBILIZAR UMA INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA COM RECURSOS CAPAZES DE MEDIR A PERFORMANCE DA EMPRESA, DE SUAS DIVERSAS ÁREAS DE NEGÓCIOS E DE SUAS ÁREAS DE APOIO, TANTO DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO COMO FINANCEIRO, VISANDO A SUA EXCELÊNCIA OPERACIONAL.

JUSTIFICATIVA

A IMPRENSA OFICIAL ATUA COM A FABRICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ALTAMENTE INTERDEPENDENTES EM TERMOS DE FLUXOS DE RECURSOS, COM ENVOLVIMENTO MÚLTIPLO DE SUAS ÁREAS. ISTO FAZ COM QUE A EFICIÊNCIA DE SUAS OPERAÇÕES REPERCUTA IMEDIATA E SIGNIFICATIVAMENTE EM CUSTOS E PRAZOS.

ÓRGÃO

CASA CIVIL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

PÚLICO ALVO

CLENTES DA EMPRESA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AGILIZAÇÃO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO GRÁFICA	22.300	HORA/MÁQUINA
DIGITALIZAÇÃO E INDEXAÇÃO DO ACERVO DO DIÁRIO OFICIAL.	5.000.000	PÁGINA DIGITALIZADA E INDEXADA
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO INDUSTRIAL, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	100 %	SISTEMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E INDUSTRIAL IMPLANTADO
MIGRAÇÃO DA PLATAFORMA DE REDE E DE DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVOS.	62	SERVIDOR COM SISTEMA OPERACIONAL E APLICATIVOS INSTALADOS.

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		31.391.474.581
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	24.653.976.947	6.737.497.634
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	**24.653.976.947**	**6.737.497.634**

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *DEMAIS PROGRAMAS DO EXECUTIVO*

ENCARGOS GERAIS

OBJETIVO

POSSIBILITAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DECORRENTES DO PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR, E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

JUSTIFICATIVA

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

PÚLICO ALVO

TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

AÇÕES

PAGAMENTO DA DÍVIDA DA CPTM

PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA

PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS

PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR

PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS-ADM.INDIRETA

PAGAMENTO DE PENSÕES ESPECIAIS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO

PAGAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS DO ESTADO

SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA

SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA CPTM PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA

SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA DERSA PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA

SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DO METRO PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		15.339.524.433
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	14.651.969.991	687.554.442
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	**14.651.969.991**	**687.554.442**

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *DEMAIS PROGRAMAS DO EXECUTIVO*

SUPORTE ADMINISTRATIVO

OBJETIVO

PROVER OS ÓRGÃOS DO ESTADO DOS MEIOS DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE PARA A GESTÃO ADMINISTRATIVA DE SEUS PROGRAMAS E QUE NÃO CONCORRAM DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS ESPECÍFICOS GERADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES FINS.

JUSTIFICATIVA

NÃO HÁ.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

PÚLICO ALVO

A PRÓPRIA UNIDADE

ÓRGÃO

GABINETE DO GOVERNADOR

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	4	MATERIAIS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKENTING.
DIREÇÃO E ADM. SUPERIOR-VICE GOVERNADOR	48	REPRESENTAÇÕES
DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR-GOVERNADOR	48	REPRESENTAÇÕES

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO DA FEBEM	4	UNIDADE ADMINISTRADA
ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	4	UNIDADE ADMINISTRADA
APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	28	UNIDADES ADMINISTRADAS
OBRAS E INSTALAÇÕES - PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS	93	OBRA EXECUTADA

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	16.360	AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *DEMAIS PROGRAMAS DO EXECUTIVO*

SUPORTE ADMINISTRATIVO

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	100 %	SUPORTE ADMINISTRATIVO COM QUALIDADE
OBRAS E INSTALAÇÕES	400 M2	INSTALAÇÕES ADEQUADAS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO	4	UNIDADE ADMINISTRADA
CENTRO DE CONVIVÊNCIA INFANTIL	28	CRIANÇAS ATENDIDAS
IMPLANTAÇÃO DA LOTERIA DA CULTURA	100	EVENTOS REALIZADOS
PARLAMENTO LATINO AMERICANO	4	EVENTOS REALIZADOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES	16	UNIDADES ADMINISTRADAS
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	1.250	VEÍCULOS MANTIDOS

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS - ITESP	4	UNIDADE ADMINISTRADA
ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL E CRIMINOLOGIA - IMESC	4	UNIDADE ADMINISTRADA
APOIO ADMINISTRATIVO	66	UNIDADES ADMINISTRADAS
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E BENEFICIÁRIOS DA FUNDAÇÃO ITESP	12.000	TÉCNICOS E BENEFICIÁRIOS TREINADOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA	17	UNIDADES ATENDIDAS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *DEMAIS PROGRAMAS DO EXECUTIVO*

SUPORTE ADMINISTRATIVO

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	40	UNIDADE MANTIDAS

ÓRGÃO

SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	904	UNIDADES ADMINISTRADAS
ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SUTACO	24	UNIDADES ADMINISTRADAS
ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CERET	52	UNIDADES MANTIDAS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇAO DA PASTA	350	UNIDADE ADMINISTRADA

ÓRGÃO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO ADMINISTRATIVO	916	UNIDADES ADMINISTRADAS
COORDENAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL-SEAQUA	752	PROGRAMAS REALIZADOS

ÓRGÃO

CASA CIVIL

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *DEMAIS PROGRAMAS DO EXECUTIVO*

SUPORTE ADMINISTRATIVO

ÓRGÃO

CASA CIVIL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO DO TRANSPORTE AÉREO	16	AERONAVES MANTIDAS
APOIO AO CONSELHO DA CONDIÇÃO FEMININA	1 %	APOIO AO CONSELHO
APOIO AOS CONSELHOS	20	CONSELHOS APOIADOS
ASSESSORAMENTO E COORDENAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA GOVERNAMENTAL	4	UNIDADE ADMINISTRADA
ASSESSORAMENTO TÉCNICO-LEGISLATIVO	8	UNIDADE ADMINISTRADA
FRETAMENTO DE AERONAVES	5.588	HORAS DE VÔO
FUNCIONAMENTO DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DE SÃO PAULO	20	UNIDADE ADMINISTRADA
MANUTENÇÃO DOS PALÁCIOS DO GOVERNO E ANEXOS	24	IMÓVEIS MANTIDOS
OBRAS E REFORMAS DOS PALÁCIOS DO GOVERNO E ANEXOS	114.513,76 M2	OBRAS EXECUTADAS.
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CASA CIVIL	56	UNIDADE ADMINISTRADA
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CASA MILITAR	20	UNIDADE ADMINISTRADA
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	172	UNIDADE ADMINISTRADA

ÓRGÃO

SECR.EST. DE ASSISTÊNCIA E DESENV.SOCIAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO ADMINISTRATIVO	100	UNIDADES ADMINISTRADAS

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO GERAL	12	UNIDADES ADMINISTRADAS
REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DO DAEE	1 %	AUTARQUIA REFORMULADA

ÓRGÃO

SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO ADMINISTRATIVO	4	UNIDADES ADMINISTRADAS
MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE ESPORTES E LAZER	288	EVENTOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		57.338.500.926
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	57.338.500.926	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	57.338.500.926	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *DEMAIS PROGRAMAS DO EXECUTIVO*

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

OBJETIVO

POSSIBILITAR ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS ÀS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ENTIDADES DIVERSAS E A MUNICÍPIOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

JUSTIFICATIVA

ENGLOBA AS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ENTIDADES DIVERSAS E A MUNICÍPIOS, NÃO CLASSIFICÁVEIS EM UM ÓRGÃO ESPECÍFICO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

ÓRGÃO

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

PÚLICO ALVO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		8.400.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	8.400.000	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	8.400.000	

GESTÃO PÚBLICA

MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO

PROGRAMA

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO PODER JUDICIÁRIO

OBJETIVO

SELECIONAR CANDIDATOS À MAGISTRATURA DO ESTADO; FORMAR E APERFEIÇOAR O MAGISTRADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL PREVÊ, COMO INSTRUMENTO PARA O APRIMORAMENTO E A MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA, A CRIAÇÃO DE ESCOLAS, QUE NO JUDICIÁRIO SE CONCRETIZOU COM A INSTITUIÇÃO DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA.

ÓRGÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
CURSOS/EVENTOS CONCLUÍDOS	47	47

PÚLICO ALVO

MAGISTRADOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
FUNCIONAMENTO DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA	44	CURSO
REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA A FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS MAGISTRADOS	144	EVENTOS REALIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		2.849.743.154
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2.849.743.154	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	2.849.743.154	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO*

OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

OBJETIVO

POSSIBILITAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIAS, REFORMAS DE PESSOAL MILITAR E PENSÕES A CARGO DO ESTADO.

JUSTIFICATIVA

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE PROVENTOS, PENSÕES E DE REFORMAS DO PESSOAL MILITAR DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO E DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS PODERES.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

PÚLICO ALVO

PESSOAL INATIVO, REFORMADOS E PENSIONISTAS.

ÓRGÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	40.170	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	1.470	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	1.461	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	181	INATIVOS ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO*

OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

ÓRGÃO

SEGUNDO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	1.202	INATIVOS ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		63.667.343
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	63.516.559	150.784
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	63.516.559	150.784

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO*

PROCESSO JUDICIÁRIO MILITAR

OBJETIVO

PROCEDER A DISTRIBUIÇÃO DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA, VISANDO MINIMIZAR A CRIMINALIDADE E MANTER OS PRINCÍPIOS DE DISCIPLINA E HIERARQUIA, BEM COMO PROMOVER O CONSTANTE INCENTIVO AO APRIMORAMENTO FUNCIONAL DOS OFICIAIS E PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO, COM CONSEQÜENTE APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE, MEDIANTE JULGAMENTO DE PROCESSOS JUDICIAIS.

JUSTIFICATIVA

DELITOS PRATICADOS, BEM COMO DISTINÇÕES POR RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS, NO CUMPRIMENTO DO DEVER, POR INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO.

ÓRGÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
INDICADOR DE JULGAMENTO DE PROCESSOS	61	68

PÚLICO ALVO

POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DISTRIBUIÇÃO DE JUSTIÇA MILITAR	12.392	PROCESSOS JULGADOS
INFORMATIZAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR	75 %	SERVIÇOS INFORMATIZADOS
INSTALAÇÃO DAS 5ª E 6ª AUDITORIAS	2	AUDITORIAS INSTALADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		359.515.734
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	357.016.829	2.498.905
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	357.016.829	2.498.905

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO*

PROCESSO JUDICIÁRIO NO PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL

OBJETIVO

PROCESSAR E JULGAR: AÇÕES E RECURSOS ORIGINÁRIOS; AÇÕES EM GRAU DE RECURSO PROVENIENTES DE 1º GRAU DE JURISDIÇÃO E JUÍZOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DIRIGIDOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES, INCLUINDO OS AGRAVOS PERTINENTES.

JUSTIFICATIVA

CONTINUAR E APERFEIÇOAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS JURISDICIONADOS COM EFICIÊNCIA E EFICÁCIA, CONTRIBUINDO PARA A REALIZAÇÃO DE AÇÕES EM CONSONÂNCIA COM AS DIRETRIZES DE GOVERNO: "GOVERNO PRESTADOR DE SERVIÇOS DE QUALIDADE".

ÓRGÃO

PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PROCESSAR E JULGAR 55.000 PROCESSOS POR ANO.	55.000	55.000

PÚLICO ALVO

JURISDICIONADOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM IMÓVEL PRÓPRIO	840 M2	ÁREA CONSTRUÍDA
DISTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA CIVIL EM SEGUNDA INSTÂNCIA	220.000	PROCESSOS JULGADOS
EXPANSÃO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DO PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL	100 %	PERCENTUAL EXPANDIDO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		359.519.122
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	358.276.654	1.242.468
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	358.276.654	1.242.468

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO*

PROCESSO JUDICIÁRIO NO SEGUNDO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL

OBJETIVO

CRIAR CONDIÇÕES ESTRUTURAIS PARA ATINGIR UM MAIOR NÚMERO DE PROCESSOS JULGADOS.

JUSTIFICATIVA

ATENDIMENTO À SOCIEDADE EM GERAL DAS PENDÊNCIAS ATINENTES A ESTA CORTE, VISANDO UMA MAIOR DEMANDA DE JULGAMENTO DE FEITOS, UMA VEZ OCORRIDAS MUDANÇAS EM SUA COMPETÊNCIA RECURSAL; AUMENTO DO NÚMERO DE JUÍZES E CRIAÇÃO DE CÂMARAS EXTRAORDINÁRIAS.

ÓRGÃO

SEGUNDO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
RELAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE AUTOS, REFERENTE PROCESSOS ENTRADOS E JULGADOS.	148.572	200.000

PÚLICO ALVO

INTERESSADOS EM PROCESSOS JUDICIAIS; RECORRENTES DE AÇÕES CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO, ALÉM DOS SRS. JUÍZES E SERVIDORES DO TRIBUNAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DISTRIBUIÇÃO DE JUSTIÇA CIVIL EM SEGUNDA INSTÂNCIA	200.000	AÇÕES JULGADAS
INFORMATIZAÇÃO DO SEGUNDO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL	600	COMPUTADORES ATUALIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		383.125.962
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	382.776.474	349.488
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	382.776.474	349.488

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO*

PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL

OBJETIVO

TER A JUSTIÇA CRIMINAL AMPLIADA E AGILIZADA, COM MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS ATRAVÉS DE UMA ESTRUTURA JUDICANTE E ADMINISTRATIVA ADEQUADA.

JUSTIFICATIVA

ATENDIMENTO DA DEMANDA NATURAL DA SOCIEDADE, QUE BUSCA NA JUDICATURA CRIMINAL DE NOSSA COMPETÊNCIA SOLUÇÃO PARA AS AÇÕES PENAIS INTERPOSTAS. ESSA DEMANDA PODERÁ CRESCER UM TERÇO NA QUANTIDADE ATUAL DE PROCESSOS JULGADOS AO ANO, UMA VEZ QUE HÁ PREVISÃO DE AMPLIAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DESTA CORTE.

ÓRGÃO

TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
RELAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS ENTRADOS E JULGADOS.	90	100

PÚLICO ALVO

RÉUS, MINISTÉRIO PÚBLICO E DEMAIS INTERESSADOS NAS AÇÕES PENAIS DE COMPETÊNCIA DESTA CORTE.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DISTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	186.000	AÇÕES JULGADAS
INFORMATIZAÇÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	3	SISTEMAS IMPLANTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		9.737.012.459
	CORRENTES	**CAPITAL**
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	9.607.768.025	129.244.434
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	**9.607.768.025**	**129.244.434**

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO*

PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

OBJETIVO

AMPLIAR E MODERNIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM 1ª E 2ª INSTÂNCIA ÀS CAUSAS QUE TRATAM DA CAPACIDADE E ESTADO DAS PESSOAS.

JUSTIFICATIVA

GRANDE DEMANDA DE PROCESSOS ACOLHIDOS.

ÓRGÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
MOVIMENTO JUDICIÁRIO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA	5.022.899	6.292.000

PÚLICO ALVO

O CIDADÃO QUE RECORRE À JUSTIÇA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONCURSO PÚBLICO PARA MAGISTRADOS	4	CONCURSOS REALIZADOS
CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL DE ALÇADA DE CAMPINAS	1	TRIBUNAL CRIADO E INSTALADO
DILIGÊNCIAS JUDICIAIS	43.200.000	DILIGÊNCIA
DISTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA	23.500.000	AÇÕES JULGADAS
INFORMATIZAÇÃO	100 %	UNIDADES INFORMATIZADAS
INSTALAÇÃO DE VARAS JUDICIAIS	496	VARAS INSTALADAS
REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	52.000	SERVIDORES BENEFICIADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		697.930.660
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	669.702.638	28.228.022
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	669.702.638	28.228.022

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO DO LEGISLATIVO*

CONTROLE EXTERNO

OBJETIVO

ASSEGURAR A BOA GESTÃO NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE.

JUSTIFICATIVA

DADAS A AMPLITUDE E COMPLEXIDADE DO ESTADO, O GRANDE VOLUME DOS SEUS ATOS E A COBRANÇA DO CIDADÃO PELA EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS, O TRIBUNAL VEM SOFRENDO DESAFIOS, JÁ QUE TAMBÉM É INSTADO PELA SOCIEDADE A BUSCAR MEIOS E TÉCNICAS MODERNAS DE VERIFICAÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS PARA COBRAR CADA VEZ MAIS RESULTADOS DA PARTE DOS PODERES DO ESTADO.

ÓRGÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
TAXA DE CONTAS APROVADAS	40	60

PÚLICO ALVO

ORDENADORES DE DESPESA, GESTORES E REPONSÁVEIS POR BENS E VALORES PÚBLICOS NO ÂMBITO DO ESTADO DE SÃO PAULO E DE SEUS MUNICÍPIOS, EXCETO O DA CAPITAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE SEDES DO TRIBUNAL DE CONTAS	10	OBRAS REALIZADAS
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	12.000	FISCALIZAÇÕES REALIZADAS
FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA	132	ENCONTROS REALIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		698.453.504
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	698.453.504	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	698.453.504	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO DO LEGISLATIVO*

OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

OBJETIVO

POSSIBILITAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIAS, REFORMAS DE PESSOAL MILITAR E PENSÕES A CARGO DO ESTADO.

JUSTIFICATIVA

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE PROVENTOS, PENSÕES E DE REFORMAS DO PESSOAL MILITAR DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO E DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS PODERES.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

PÚLICO ALVO

PESSOAL INATIVO, REFORMADOS E PENSIONISTAS.

ÓRGÃO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	3.443	INATIVOS ATENDIDOS

ÓRGÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	3.266	INATIVOS ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		15.350.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	12.350.000	3.000.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	12.350.000	3.000.000

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO DO LEGISLATIVO*

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA

OBJETIVO

UTILIZAR FERRAMENTAS DA INFORMÁTICA PARA LEVAR INFORMAÇÃO À SOCIEDADE, DE FORMA TRANSPARENTE E OBJETIVA.

JUSTIFICATIVA

NO PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA ESTÃO CONTIDOS OS PROJETOS ALINHADOS COM AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELA DIREÇÃO DA CASA, QUE VISAM LEVAR INFORMAÇÃO À SOCIEDADE.

ÓRGÃO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
GRAU DE INTEGRAÇÃO COM MUNICÍPIOS-POLO	0	20
NÍVEL DE INFORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ALESP	42,5	75

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO PAULISTA.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	100 %	SISTEMAS DESENVOLVIDOS
INTEGRAÇÃO DO LEGISLATIVO	20	MUNICÍPIOS-POLO INTEGRADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.121.239.496
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.096.556.446	24.683.050
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.096.556.446	24.683.050

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MODERNIZAÇÃO DO LEGISLATIVO*

PROCESSO LEGISLATIVO

OBJETIVO

GARANTIR SUPORTE MATERIAL E TÉCNICO AO ADEQUADO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS E SUA DIVULGAÇÃO.

JUSTIFICATIVA

O DESENVOLVIMENTO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS NECESSITA DE SUPORTE PARA ATINGIR A CONSECUÇÃO DE SUA FINALIDADE JUNTO À SOCIEDADE.

ÓRGÃO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS	25.000	25.000

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO PAULISTA.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AMPLIAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS INFORMATIZADOS	9.400	EQUIPAMENTOS, SOFTWARES, INFRAESTRUTURA DE REDE
CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PAULISTA	12	TEMAS LEGAIS CONSOLIDADOS
DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS	35.040	HORAS TRANSMITIDAS
ESTUDOS E PESQUISAS PARA SUBSIDIAR ATIVIDADES POLÍTICAS	160	ESTUDOS REALIZADOS
FUNCIONAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO	1.292	SESSÕES LEGISLATIVAS
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	452	NORMAS, PROCEDIMENTOS, INDICADORES DE DESEMPENHO IMPLANTADOS
PALÁCIO 9 DE JULHO - REFORMAS/INSTALAÇÕES	108	INSTALAÇÕES ADEQUADAS
QUALIDADE TOTAL	536	CERTIFICAÇÕES, NORMAS, PROCEDIMENTOS, EVENTOS, PROJETOS SOCIAIS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		2.507.498.038
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2.489.419.127	18.078.911
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	2.489.419.127	18.078.911

GESTÃO PÚBLICA

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROGRAMA

DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS E DA ORDEM JURÍDICA

OBJETIVO

EXERCER AS FUNÇÕES DA INSTITUIÇÃO, NA DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, REGIME DEMOCRÁTICO E INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS, COM ATUAÇÃO NA ÁREA CRIMINAL, CIVIL E INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS, GARANTINDO O RESPEITO DOS PODERES PÚBLICOS, AOS DIREITOS GARANTIDOS CONSTITUCIONALMENTE, COM ÊNFASE NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, MEIO AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS

JUSTIFICATIVA

ATENDER AS DETERMINAÇÕES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1989 E LEI COMPLEMENTAR Nº 734 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1993 (LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO)

ÓRGÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ATENDIMENTO AO PÚBLICO	473.052	2.754.050
FEITOS	8.845.961	51.500.079
VISITAS A ESTABELECIMENTOS	6.688	38.937

PÚLICO ALVO

SOCIEDADE EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO	28	NOVAS INICIATIVAS
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO	160	CURSOS MINISTRADOS
DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS	1.825	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA,PROMOTORIAS DE JUSTIÇA E GRUPOS DE ATUAÇÃO ESPECIAL
INFORMATIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	3.205	UNIDADES INFORMATIZADAS
INFORMÁTICA - MINISTÉRIO PÚBLICO	3.205	UNIDADES INFORMATIZADAS
INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	8	CONCURSOS DE INGRESSO À CARREIRA REALIZADOS
MINISTÉRIO PÚBLICO-AQUISIÇÕES, OBRAS E INSTALAÇÕES	93	AQUISIÇÕES,CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES DE IMÓVEIS
REPARAÇÃO DE INTERESSES DIFUSOS LESADOS	28	INTERESSES DIFUSOS LESADOS REPARADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		871.958.321
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	871.958.321	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	871.958.321	

GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA *MINISTÉRIO PÚBLICO*

OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

OBJETIVO

POSSIBILITAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIAS, REFORMAS DE PESSOAL MILITAR E PENSÕES A CARGO DO ESTADO.

JUSTIFICATIVA

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE PROVENTOS, PENSÕES E DE REFORMAS DO PESSOAL MILITAR DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO E DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS PODERES.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

PÚLICO ALVO

PESSOAL INATIVO, REFORMADOS E PENSIONISTAS.

ÓRGÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	3.352	INATIVOS ATENDIDOS

CAPÍTULO II
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E METROPOLITANO

2.1 O Enfoque Regional como Instrumento para a compreensão dos problemas do Estado e para a Formulação de Políticas Públicas

2.2 As Regiões de São Paulo

2.3 As Regiões Metropolitanas

2.4 Região Metropolitana de São Paulo

2.5 Região Metropolitana de Campinas

2.6 Região Metropolitana da Baixada Santista

2.7 Programas e Ações do PPA

2.1 O Enfoque Regional como Instrumento para a compreensão dos problemas do Estado e para a Formulação de Políticas Públicas

Na década de 70, em todo o Brasil, foram introduzidas importantes reformas nos padrões de gestão pública. Especificamente em São Paulo, o enfoque regional como instrumento para a formulação e implementação de políticas públicas foi introduzido e adotado de forma bastante ampla. O Estado foi dividido em regiões que passaram a pautar a ação pública, permitindo a homogeneização de bases de dados e a compatibilização das análises e avaliações que permitiam formular as políticas públicas setoriais. A regionalização do território permitia, igualmente, a ampliação da articulação entre essas políticas setoriais.

Desde então, em movimentos contraditórios, enquanto o debate sobre o assunto sofisticava-se, com participação crescente da universidade e dos segmentos responsáveis pelo planejamento das políticas públicas setoriais, a utilização de um enfoque regional único nas ações de governo diluía-se, com as ações governamentais pulverizando-se segundo uma estrutura setorial tradicional.

Historicamente, a lógica das estruturas setoriais de governo, em face da permanente insuficiência de recursos (humanos, financeiros e inclusive de gestão), é fundamentalmente pautada pela resolução de problemas imediatos e não por uma preocupação de planejamento estratégico para a construção do futuro. Ao mesmo tempo, às estruturas supra-setoriais, às quais compete em tese a gestão do planejamento estratégico, careceu por vezes o investimento político e gerencial que lhes consignaria a centralidade que é pressuposto da gestão estratégica.

Sem um enfoque regional unificado, sem processos permanentes e articulados de planejamento, perdia-se um importante instrumento. Cada Secretaria, segmento e órgão de governo passou a assumir a sua regionalização, a sua política, em busca de resultados imediatos, que, apesar de legítimos, enfraqueciam o resultado final da ação pública. As regiões foram sendo redivididas e reagrupadas em função de problemas setoriais a enfrentar e não em função de uma visão de planejamento estratégico, contribuindo para que as políticas públicas permanecessem desarticuladas.

Evidentemente, não basta fazer coincidir os perímetros das regiões administrativas para garantir que as políticas públicas setoriais sejam articuladas e ganhem eficácia. A região administrativa da Grande São Paulo, por exemplo, cujo perímetro sempre foi comum às diversas Secretarias para efeito de implementação de políticas públicas, não foi objeto de integração dessas políticas. Nessa região, como em outras, as políticas de habitação não mantêm coerência com a de mananciais, assim como a de transportes não atende às necessidades da de habitação. Como resultado, proliferou, por décadas, não só o desperdício de recursos escassos, como também o enfraquecimento das políticas setoriais, tanto em termos de seus resultados sociais como na sua contribuição para o aumento da competitividade da economia paulista.

Nos anos 90, houve uma retomada no esforço de planejar, resultando na definição de novos formatos de organização da gestão pública, agora baseados em conceitos substancialmente distintos dos da década de 70. Nesse período, toda a reflexão sobre a regionalização buscou introduzir procedimentos de tomada de decisão pelo Estado que fossem *descentralizados* (ou seja, garantindo que as decisões fossem tomadas na esfera locacional em que ocorrem os fatos que motivam as decisões), *participativos* (ou seja, garantindo tanto a presença de municípios como da sociedade civil organizada nas decisões) e *integrados* (trazendo para as decisões tanto o cotejo das políticas setoriais, dos interesses públicos e privados e das três esferas de governo).

Esses princípios pautaram a formação de duas novas Regiões Metropolitanas, a da Baixada Santista e a de Campinas. Pautaram, também, a definição de uma estrutura de

planejamento por bacias hidrográficas, o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos, modelo esse reproduzido a seguir no governo federal e em grande número de Estados.

Curiosamente, na ausência de estruturas de tomada de decisão e de planejamento estratégico regionalizadas ou, no mínimo, que refletissem sobre as questões regionais, o sistema de gestão de recursos hídricos, concebido como uma estrutura setorial, resvalava em definições que ultrapassavam sua competência, ressentindo-se da insuficiência dos processos mais amplos de planejamento estratégico.

Já as regiões metropolitanas criadas para Campinas e para a Baixada Santista têm estruturas gerenciais às quais compete planejar tanto do ponto de vista setorial (indústria, agricultura, recursos hídricos, educação e transporte) como territorial (uso do solo, apropriação de recursos naturais), sendo necessário, para garantir esse esforço, fortes doses de suporte político e institucional.

Agora, no momento que o governo do Estado de São Paulo se prepara para apresentar, para a sociedade paulista e seus legítimos representantes, seu Plano Plurianual para 2004 -2007, é o momento de retomar e aprofundar o enfoque regional como um instrumento fundamental para a formulação de Políticas Públicas.

Esse enfoque possibilita não só a maximização dos resultados da ação pública como muito mais, pois permite a integração de políticas, por meio da identificação de objetivos estratégicos comuns, da identificação e da minimização de conflitos e contradições, assim como garante ganho de sinergias com as diversas formas de organização da sociedade. O processo continuado de planejamento, quando estruturado com base na discussão local, na interlocução com diferentes segmentos interessados, e em procedimentos negociais, permite ganhos significativos para a gestão pública.

Nessa ótica, os critérios para a decisão a respeito de qual será a definição dos perímetros dessas regiões deixa de ser um problema setorial e passa a ser um problema estratégico, de governo.

No momento em que os procedimentos de planejamento voltam a ter centralidade nos processos de decisão pública, é preciso voltar a fazer novas escolhas, inclusive quanto aos novos perímetros a serem aplicados às regiões administrativas.

Não cabe, porém arbitrá-los unilateralmente, ainda que com acuidade técnica. Pelo contrário, a regionalização e as políticas dela decorrentes partem do reconhecimento das identidades políticas e culturais, assim como dos padrões de ocupação do território e das sinergias econômicas de cada segmento do território paulista. Trata-se, fundamentalmente, de discussão a ser realizada de forma ampliada, com a participação política de segmentos variados, uma vez que definirá novos procedimentos de decisão governamental.

O Governador Geraldo Alckmin pretende realizar um grande esforço de articulação das diferentes políticas públicas, identificando as demandas locais e dando um tratamento regional para as decisões, enfrentando assim as questões de cada segmento do território de forma abrangente, pois acredita que desta forma os custos serão menores e os resultados maiores.

O objetivo é, sem o abandono do enfrentamento das questões emergenciais, que não são poucas, a formulação e a construção do futuro desejável, por meio do planejamento estratégico.

Na elaboração do Plano Plurianual 2004-2007, tomou-se como premissa que as regiões representam quadros diferenciados de desenvolvimento econômico e social, implicando, portanto, diversas estratégias de planejamento regional na implementação de ações de políticas públicas igualmente diversas.

Também tomou-se como premissa que as ações de governo devem estar sintonizadas com as necessidades, aspirações e desejos dos vários agentes econômicos e

sociais, de forma a garantir um planejamento representativo das forças que agem na organização da economia, da sociedade e do espaço. Busca-se, assim, alcançar a formulação de estratégias territoriais consentâneas com a vontade regional.

O próprio desenvolvimento regional depende da participação ativa e integrada dos agentes sociais, econômicos e governamentais atuantes em cada segmento do território. Poder público, segmentos produtivos e sociedade são pilares fundamentais para a formulação de quaisquer ações voltadas ao desenvolvimento regional. A sinergia entre essas diferentes esferas pode criar as bases para o desenvolvimento socioeconômico, potencializado pela solidariedade e laços de confiança entre os agentes em torno de um projeto político comum: o do próprio desenvolvimento regional.

Assim, partindo dessas premissas, realizaram-se nas diferentes regiões do Estado diversas Audiências Públicas[1], fóruns regionais com amplo processo participativo e de consulta junto aos agentes públicos, privados e sociedade civil envolvidos na arquitetura, conscientização e implementação das ações de desenvolvimento socioeconômico em todo o território do Estado.

O resultado é um conjunto de demandas, as quais são a expressão do conhecimento das necessidades e vontades regionais, que passam a ser referência básica para as ações governamentais de articulação setorial-regional.

Esses procedimentos que precederam a formulação deste PPA manifestam o esforço do governo em promover o estreitamento da colaboração e do campo comum de ação entre as instâncias executivas da administração estadual, a iniciativa privada, o chamado terceiro setor, a União e os Municípios, com base em decisões construídas em comum, em prol do desenvolvimento econômico sustentável e, especialmente, de mais eqüidade social.

Mesmo antes da exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece a obrigatoriedade de audiências públicas, o Governo de São Paulo já as havia adotado para a feitura do Plano Plurianual 2000/2003. Isso indica claramente que estas se vêm afirmando como instrumento de participação da sociedade.

Neste ano foram realizadas 19 audiências públicas, estrategicamente distribuídas de forma abarcar a totalidade das regiões do território paulista, com presença significativa de representantes dos poderes públicos, da iniciativa privada, da sociedade civil organizada, das universidades e a própria comunidade.

Reforçou-se, nesse processo, a concepção já assumida de enfoque multissetorial, integrando a análise de problemas e a definição de estratégias de governo, rompendo os limites típicos de ações segmentadas, restritas ao âmbito de cada órgão ou Secretaria de Estado. Amplia-se o potencial das ações governamentais, em particular nas articulações setor-espaço. Da mesma forma, ganha-se nova capacidade de sinergia entre iniciativa privada e setor público, gerando alternativas para alavancar a competitividade da economia paulista e para promover o desenvolvimento regional.

Dessa forma, as Audiências Públicas não foram atos isolados, mas fizeram parte de uma estratégia de planejamento, de um processo que se auto-alimentará, ao longo dos quatro anos de validade do PPA, por ocasião das audiências públicas anuais a serem realizadas para a elaboração das LDO's. Nessas oportunidades, as demandas levantadas passam a ser analisadas no contexto de cada uma das regiões, qualificadas por meio de diagnósticos regionais e compatibilizadas com a elaboração de planos de intervenção governamental.

Planejamento é um processo permanente, não se esgotando neste PPA. Daí a opção por um processo de planejamento no qual a territorialidade das ações será

[1] O documento "Audiências Públicas LDO 2004 – PPA 2004/2007 Relatórios Regionais" foi disponibilizado para todas as Secretarias de Estado, outros órgãos de Governo e Assembléia Legislativa. Está também disponível na internet.

permanentemente explicitada e os diferentes segmentos sociais de cada região serão chamados não só a identificar os problemas que obstaculizam o desenvolvimento social e econômico, como também a construir políticas para enfrentá-los. Fóruns Governo Presente, Comitês de Bacias[2], Conselhos das Regiões Metropolitanas, Consórcios Municipais e as microrregiões serão agentes pró-ativos desse processo.

Entre outras iniciativas para aprimorar políticas regionais, destacamos:

?? Articular a implantação de agências regionais de desenvolvimento;
?? Criar condições de competitividade, identificando e monitorando as ações para a eliminação de gargalos que restringem as oportunidades regionais;
?? Implantar infra-estrutura de pesquisa regionais e serviços especializados;
?? Promover a implantação de processos que incorporem proteção ambiental e a segurança industrial;
?? Promover o aprimoramento técnico aos municípios e à gestão;
?? Desenvolver projetos para orientar a aplicação de recursos de fundos regionais;
?? Desenvolver projetos de produção mais limpa nas indústrias paulistas;
?? Desenvolver estudos, pesquisa e monitoramento de regiões sujeitas a situações de risco;
?? Apoiar a implantação do sistema integrado de hidrometeorologia do ESP;
?? Promover estudos de prospecção de demandas locais e regionais.
?? Promover articulação dos programas de atendimento às comunidades indígenas.

2.2 As Regiões de São Paulo

Desde a década de 70 teve início um processo de "interiorização do desenvolvimento" que levou o interior paulista a se destacar no processo de crescimento econômico do Estado, até então concentrado na capital.

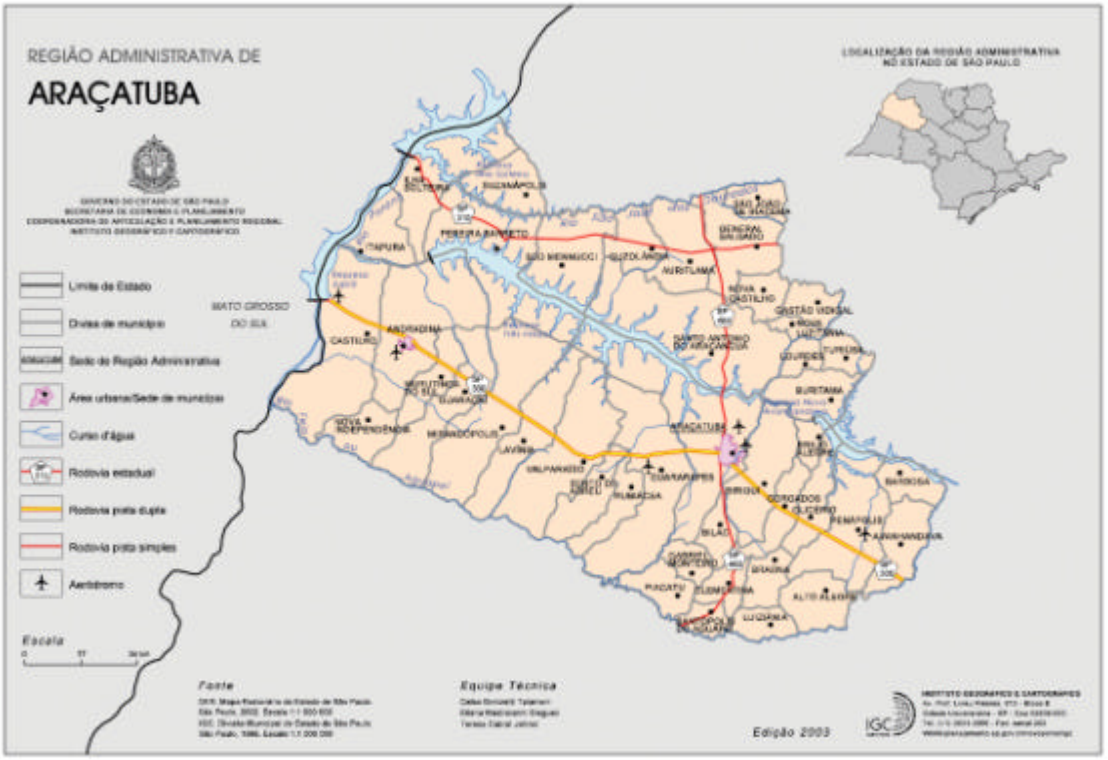
Esse movimento de desconcentração econômica pode ser explicado por vários fatores, de intensidade e natureza diversas, que ocorreram ao longo das últimas três décadas. De um lado, as deseconomias de aglomeração, expressas na saturação da infra-estrutura de transporte, na valorização imobiliária, nas restrições impostas pela legislação ambiental, "expulsavam" os investidores da capital. De outro, as ações governamentais indutoras do crescimento industrial, os investimentos estatais em infra-estrutura energética e de transportes e o crescimento da agroindústria atraíam os investidores para o interior do Estado.

Hoje, portanto, o Estado de São Paulo conta com uma economia dinâmica, com vários pólos importantes espalhados por seu território, cujas especificidades estão sendo levadas em conta na concepção deste Plano Plurianual.

[2] Fóruns criados por lei em 1991 que articulam governo estadual, governos municipais e usuários de água (governos e setores da economia) para discutir planejamento estratégico de uso da água.

2.2.1 Região Administrativa de Araçatuba

Mapa 2.1



2.2.1.1 Caracterização

A Região Administrativa de Araçatuba é composta por 43 municípios. Sua estrutura viária a torna importante rota de passagem do tráfego destinado ao centro-oeste do país. A região é cortada pelas Hidrovia Tietê-Paraná, Ferrovia Novoeste S.A. e Rodovia Marechal Rondon.

A economia regional baseia-se na agropecuária, sendo o principal centro estadual de comercialização de bovinos. Vem se configurando, também, como fronteira de expansão do cultivo de cana-de-açúcar. Na indústria, além do processamento de produtos agropecuários, com peso importante, destaca-se a indústria calçadista de Birigüi.

A presença do Gasoduto Brasil-Bolívia e a existência de um pólo gerador de energia hidrelétrica de Jupiá, Ilha Solteira e Três Irmãos, ao lado da viabilidade de exploração das atividades turísticas da Hidrovia Tietê-Paraná, dos lagos, rios e paisagens privilegiadas, são destaques do setor terciário, com possibilidade de dinamizar a economia regional.

2.2.1.2 Potencialidades e necessidades

1. Implementação de ações no setor agropecuário, como a dinamização do Programa de Extensão Rural, a aplicação de recursos do Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca-FEAP, a disponibilização de suporte tecnológico, pesquisa e laboratórios para os agronegócios regionais.

2. Exploração do turismo na Hidrovia Tietê-Paraná, com implantação de infra-estrutura, nas áreas dos lagos, e implementação de programas de turismo pesqueiro.

3. Melhoria da infra-estrutura viária, incluindo a operação do Porto Fluvial de Pereira Barreto.

4. Integração regional às atividades geradas pela Hidrovia Tietê-Paraná e utilização da energia do Gasoduto Brasil-Bolívia.

5. Integração do Programa de Microbacias Hidrográficas com outras ações que visem à preservação ambiental.

6. Implementação de políticas de inclusão social, como a implantação ou a ampliação de programas de geração de emprego e renda, qualificação profissional e atendimento a crianças e idosos.

2.2.2 Região Administrativa de Barretos

Mapa 2.2

2.2.2.1 Caracterização

A Região Administrativa de Barretos é composta por 19 municípios e é cortada pelas rodovias Brigadeiro Faria Lima, Armando Salles Oliveira e a Assis Chateaubriand. É servida também pela Ferroban e está na área de influência da Hidrovia Tietê-Paraná.

A região tem sua base econômica na agropecuária, com destaque para as culturas de cana-de-açúcar, laranja, milho e soja, e sua estrutura industrial é direcionada ao processamento de produtos agropecuários**.** As agroindústrias concentram-se, principalmente, nos municípios de Bebedouro, Guaíra, Olímpia e Barretos.

O turismo tem sido importante na geração da atividade econômica do município de Barretos, em função da grande tradição de rodeios, exposições e festas rurais, herdada do período em que a criação de gado era sua principal atividade econômica.

Os pequenos municípios da região encontram-se polarizados por municípios maiores e mais ricos, como Bebedouro, por exemplo, que é sede de grandes empresas de processamento de laranja e exportadoras de suco cítrico.

2.2.2.2 Potencialidades e necessidades

1. Dinamização do espaço econômico regional, buscando a diversificação das atividades agropecuária e industrial.

2. Apoio às micros, pequenas e médias empresas do setor agroindustrial, tendo em vista a base agropecuária da economia regional.

3. Implantação de políticas de fomento ao turismo de eventos, ecológico e rural, envolvendo treinamento de mão-de-obra.

4. Recuperação de estradas vicinais, objetivando o melhor escoamento da produção.

5. Implantação de políticas de ocupação e uso do solo, que levem em conta a preservação ambiental, e complementação das redes de saneamento básico.

6. Implementação de políticas de inclusão social, tais como: os programas de qualificação e capacitação profissional; de geração de emprego e renda; e de atendimento ao idoso e à família.

2.2.3 Região Administrativa de Bauru

Mapa 2.3

2.2.3.1 Caracterização

A Região Administrativa de Bauru é composta por 39 municípios e ocupa posição privilegiada para comércio, comunicações e transportes, em função de sua localização central, no Estado, e de se constituir um importante entroncamento rodo-hidro-ferroviário. Sua malha viária inclui as rodovias Castelo Branco e Marechal Rondon, ferrovias, o aeroporto de Bauru e a Hidrovia Tietê-Paraná. A região é servida pelo Gasoduto Brasil-Bolívia.

Tem como base econômica a agropecuária, sendo a cana-de-açúcar sua principal lavoura. Sua indústria está calcada em atividades de beneficiamento agropecuário e na produção de bens finais. A parte sudeste da região concentra a maior parte das indústrias, principalmente nos municípios de Bauru e Jaú, onde se localiza importante pólo calçadista.

As atividades terciárias estão, em grande parte, localizadas nos municípios de Bauru e, em menor escala, nos de Jaú e Lins. Bauru ostenta um comércio dinâmico, é entreposto de grande expressão e possui hospitais de referência nacional. O turismo é outra atividade importante para a economia regional, dada a presença da Hidrovia Tietê-Paraná e a riqueza arquitetônica de edificações erguidas no auge do período cafeeiro.

2.2.3.2 Potencialidades e necessidades

1. Fomento à diversificação da agropecuária e implantação de novas agroindústrias, visando a aproveitar a matéria-prima local e gerar emprego e renda.

2. Qualificação e capacitação de mão-de-obra, em especial daquela desempregada pela mecanização da colheita de cana-de-açúcar.

3. Dinamização da economia regional, através da ampliação do turismo cultural, de lazer etc.

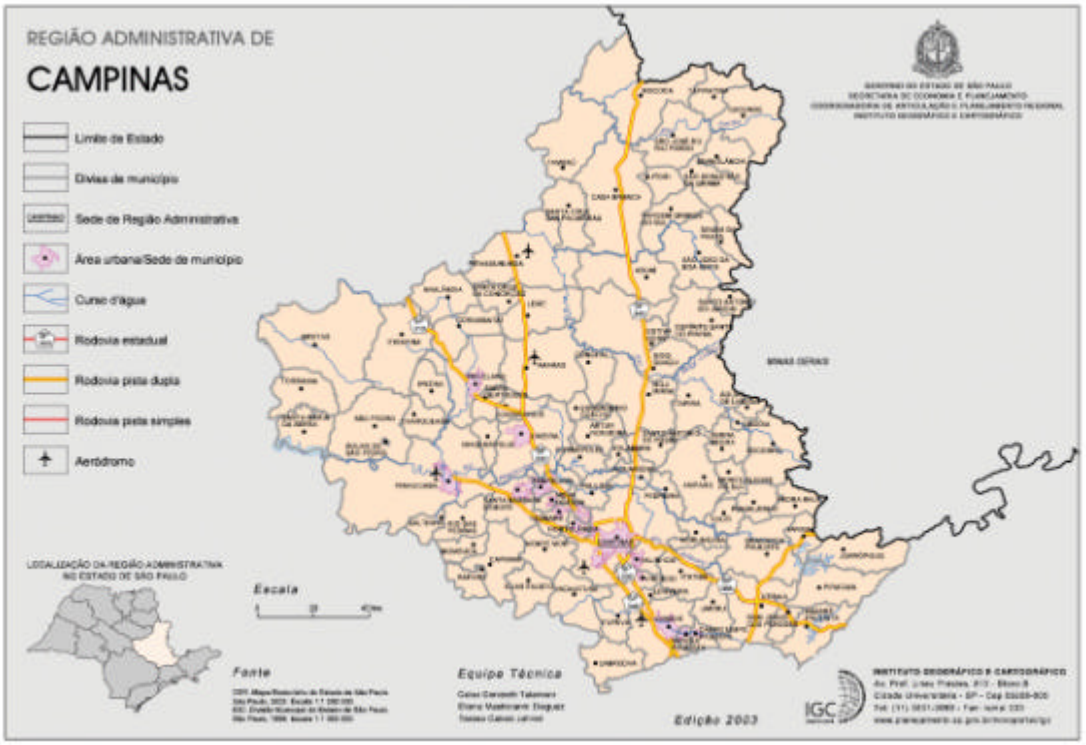
4. Melhoria da infra-estrurura viária e aproveitamento do potencial do Gasoduto Brasil-Bolívia.

5. Melhoria da infra-estrutura urbana, incluindo a expansão das redes de saneamento básico, e desenvolvimento de ações de preservação ambiental, para enfrentar os problemas de erosão e assoreamento dos cursos d'água.

6. Implementação de ações sociais, envolvendo as áreas de saúde, educação, incluindo qualificação e capacitação da mão-de-obra, segurança pública e assistência social.

2.2.4 Região Administrativa de Campinas

Mapa 2.4



2.2.4.1 Caracterização

A Região Administrativa de Campinas é formada por 90 municípios, dos quais 19 compõem a Região Metropolitana de Campinas. Na sua infra-estrutura viária, destacam-se o Aeroporto de Viracopos, a densa malha rodoviária, ferrovia e a Hidrovia Tietê-Paraná. A região é servida pelo Gasoduto Brasil-Bolívia.

Sua estrutura produtiva é bastante complexa, apresentando uma agricultura diversificada, fortemente encadeada com a agroindústria, com elevada participação de produtos exportáveis ou destinados ao mercado urbano de maior poder aquisitivo.

O parque industrial tem forte presença de indústrias que se articulam em complexas cadeias produtivas e de empresas de alta tecnologia, que incluem, por exemplo, o pólo petroquímico de Paulínia, indústrias do setor automotivo e de telefonia móvel e as empresas ligadas à nova tecnologia de informação.

O setor terciário é moderno e diversificado, abrigando, entre outros, o segundo maior Hospital das Clínicas do Estado e universidades e instituições de pesquisa, que lhe permitem possuir um dos mais importantes sistemas científicos e tecnológicos do país. O turismo é atividade de destaque, principalmente nas estâncias hidrominerais e nas áreas de turismo rural, parques temáticos e exposições periódicas.

2.2.4.2 Potencialidades e necessidades

1. Expansão das funções básicas da economia regional, através do apoio à constante modernização tecnológica e produtiva dos setores mais dinâmicos e à dinamização das micros, pequenas e médias empresas, especialmente nas localidades menos desenvolvidas.

2. Incentivo ao turismo regional já instalado e aos novos empreendimentos turísticos e de lazer.

3. Aprimoramento da infra-estrutura viária e urbana, envolvendo a ampliação do Aeroporto de Viracopos, melhoria dos transportes metropolitanos, expansão das redes de saneamento básico, entre outros.

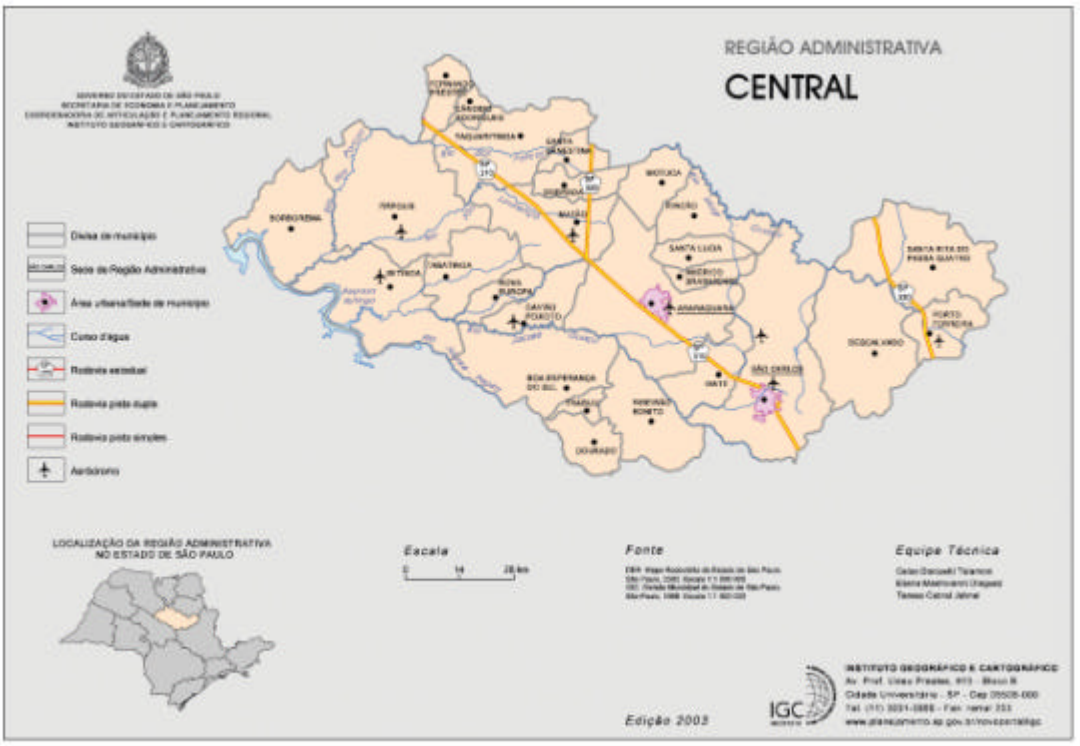
4. Utilização do gás natural do Gasoduto Brasil-Bolívia, para geração de energia elétrica.

5. Desenvolvimento de ações de preservação do meio ambiente, especialmente dos recursos hídricos, envolvendo a despoluição de rios e a preservação ambiental das bacias hidrográficas.

6. Implementação de políticas sociais e de geração de emprego e renda, incluindo programas de assistência social, saúde, educação, segurança pública e qualificação e capacitação profissional.

2.2.5 Região Administrativa Central

Mapa 2.5



2.2.5.1 Caracterização

A Região Administrativa Central é composta por 26 municípios. Sua privilegiada posição geográfica possibilita a utilização de um sistema viário multimodal, composto por importantes rodovias que têm como eixo a Rodovia Washington Luiz, ferrovias e um grande número de vias secundárias, para o relacionamento com outras regiões do Estado

e do país. Araraquara e São Carlos possuem aeroporto e são entroncamentos da infovia, uma rede de comunicação de alta velocidade com tecnologia de fibras óticas, que interliga as principais cidades do país. A infovia passa por Araraquara, seguindo a malha da Rodovia Washington Luiz (SP-310) e da Rodovia Machado Santana (SP-255).

A região tem a agropecuária como a base da sua economia. As principais atividades econômicas são o cultivo e o processamento agroindustrial de citros para a exportação e de cana-de-açúcar. Destaca-se, ainda, a indústria mecânica, com forte influência na fabricação de máquinas e equipamentos agrícolas.

Araraquara e São Carlos abrigam importantes *campi* universitários e centros de pesquisa, que atraem empresas industriais e prestadoras de serviços à região, como é o caso do pólo aeronáutico e aeroespacial da Embraer, em Gavião Peixoto. Em São Carlos, localizam-se inúmeras empresas de base tecnológica, atuando nas áreas de automação, instrumentação eletrônica, mecânica de precisão, química fina, ótica, novos materiais etc.

2.2.5.2 Potencialidades e necessidades

1. Diversificação da produção local, através do apoio aos pequenos empresários e proprietários rurais, e adensamento das cadeias produtivas.

2. Aproveitamento da capacitação científica e tecnológica das universidades e centros de pesquisa da região, para promoção do desenvolvimento socioeconômico e do aumento da produtividade e competitividade das empresas.

3. Melhoria e/ou expansão do sistema viário, para o escoamento da produção, e das redes de saneamento básico.

4. Implementação de uma política de desenvolvimento sustentável, para a região, envolvendo ações de recuperação do meio ambiente.

5. Qualificação e capacitação de mão-de-obra, para adaptação do trabalhador, especialmente daquele desempregado pela modernização da atividade agrícola, às novas atividades que vêm surgindo, na região.

6. Implementação de ações de inclusão social, envolvendo programas de saúde, segurança pública, educação e assistência social.

2.2.6 Região Administrativa de Franca

Mapa 2.6

2.2.6.1 Caracterização

A Região Administrativa de Franca compõe-se de 23 municípios. Sua principal via de acesso à Capital é a Rodovia Anhangüera. A Rodovia Cândido Portinari, que se estende no sentido norte-sul, paralela à primeira, ligando Franca a Ribeirão Preto, é o principal canal de escoamento da produção regional.

O principal produto agropecuário é a cana-de-açúcar, mas destacam-se, também, as culturas de soja, milho e café. A parte mais ao norte da região possui terras de menor qualidade, com formação típica de cerrado, motivo pelo qual, historicamente, se dedicou mais à pecuária.

Entre os rios Pardo e Sapucaí, as terras de excelente qualidade permitiram o desenvolvimento da agroindústria de açúcar e álcool e de processamento de soja, concentradas em São Joaquim da Barra, Orlândia, Morro Agudo, Sales de Oliveira e Batatais.

Franca é um dos principais pólos calçadistas do país e o maior núcleo exportador de calçados masculinos, além de importante pólo diamantífero, com atividades de lapidação e ourivesaria. A presença da indústria de calçados atraiu curtumes, indústrias de borracha, de processamento de couros e de colas, formando um *cluster* de calçados, em Franca e municípios vizinhos.

O setor terciário, especialmente o comércio e o turismo, tem apresentado dinamismo. Os rios e a topografia da região estimulam o turismo ecológico.

2.2.6.2 Potencialidades e necessidades

1. Diversificação das atividades econômicas agropecuárias e industriais, visando a criação de novas oportunidades econômicas e de emprego, na região.

2. Desenvolvimento de ações que visem à agregação de valor aos produtos do setor coureiro-calçadista e à redução dos resíduos industriais, objetivando seu reaproveitamento.

3. Melhoria da infra-estrutura viária, para o escoamento da produção, e das redes de saneamento básico.

4. Desenvolvimento de ações de preservação ambiental, incluindo o reflorestamento e a recomposição de matas ciliares.

5. Criação de uma agenda de desenvolvimento para o turismo ecológico, cultural e de lazer, na região.

6. Implementação de ações sociais, especialmente nas áreas de saúde, educação, segurança pública e assistência social, envolvendo programas de qualificação e capacitação profissional e de geração de emprego e renda.

2.2.7 Região Administrativa de Marília

Mapa 2.7

2.2.7.1 Caracterização

A Região Administrativa de Marília compõe-se de 51 municípios. Sua interligação com outras regiões do Estado e do país é feita através das rodovias estaduais, como a

Abrão Assed e a Comandante João Ribeiro de Barros, e da rodovia federal BR-153. Outra opção de acesso é o transporte hidroviário, possibilitado pelo Terminal Intermodal de Pederneiras, na Hidrovia Tietê-Paraná, e o transporte aeroviário, através dos aeroportos de Marília, Ourinhos, Assis e Tupã.

A região tem como base produtiva a agropecuária, sendo que a tradicional cultura do café vem sendo renovada e a produção agrícola diversificada. São importantes a cana-de-açúcar, a pecuária leiteira e de corte e a avicultura.

A estrutura industrial, fortemente direcionada ao processamento de produtos agropecuários, encontra-se relativamente espalhada em diversos municípios.

No setor terciário, a região possui várias instituições de ensino superior, com destaque para a área de medicina. Além disso, seu patrimônio natural e a presença de estâncias termais e de importante acervo cultural lhe possibilitam o aproveitamento econômico do turismo.

2.2.7.2 Potencialidades e necessidades

1. Estímulo ao setor agropecuário, através de assistência técnica e do apoio aos produtores agropecuários, visando a incrementar a produção e a produtividade, e ao setor agroindustrial, buscando agregar valor à produção primária.

2. Aproveitamento do potencial de vários municípios para o turismo náutico, histórico, cultural, ecológico etc.

3. Reforço do papel de Marília como centro regional de formação e prestação de serviços médicos e hospitalares.

4. Melhoria da infra-estrutura viária, visando a facilitar o escoamento da produção, e das redes de saneamento básico.

5. Aumento das ações de preservação ambiental, buscando proteger os mananciais, combater a erosão e o assoreamento dos corpos d'água e recompor as matas ciliares.

6. Implementação de programas sociais, especialmente nas áreas de educação, incluindo programas de capacitação profissional, e de segurança pública.

2.2.8 Região Administrativa de Presidente Prudente

Mapa 2.8

2.2.8.1 Caracterização

A Região Administrativa de Presidente Prudente possui 53 municípios. Situada no extremo oeste do Estado, às margens da Hidrovia Tietê – Paraná, constitui-se um acesso tradicional ao Centro-Oeste brasileiro. A região é servida por ferrovia e pelas rodovias Raposo Tavares, Assis Chateaubriand e Júlio Budiski.

A economia regional é fortemente calcada no setor primário – com destaque para a pecuária e a cana-de-açúcar –, que não apresenta forte integração produtiva em direção à indústria. Nesta, predomina a agroindústria, ligada à produção alimentícia de origem agrícola e animal, bebidas, líquidos alcoólicos/vinagre e os frigoríficos. Existe um desequilíbrio espacial na localização das atividades industriais, uma vez que a maior parte dos estabelecimentos concentra-se nas proximidades do município de Presidente Prudente.

Além de problemas de titularidade das terras, os solos da região, por possuírem alto teor de areia, que gera problemas de erosão e déficit hídrico, também contribuem para o baixo dinamismo da agropecuária regional.

A localização da região, às margens da Hidrovia Tietê-Paraná, que propicia belas paisagens, com áreas de mata preservada e de grandes lagos, além das próprias barragens e eclusas, poderá dar à região um significativo dinamismo econômico.

2.2.8.2 Potencialidades e necessidades

1. Incentivo à agropecuária, em particular aos pequenos agricultores, tendo em vista a base econômica regional estar centrada no setor primário.

2. Apoio à expansão da agroindústria, para aproveitamento da produção agropecuária local e geração de emprego e renda.

3. Incentivo ao turismo, principalmente ao aquático e de esportes náuticos, nos rios Paraná e Paranapanema.

4. Melhoria e recuperação da malha viária, envolvendo rodovias estaduais e estradas vicinais, para facilitar o escoamento da produção regional;

5. Implementação de ações de preservação ambiental, incluindo a recomposição de matas ciliares e a conservação do solo e da água, e expansão das redes de saneamento básico.

6. Implementação de programas sociais, através de ações nas áreas de saúde, educação, incluindo capacitação profissional, segurança pública e assistência social.

2.2.9 Região Administrativa de Registro

Mapa 2.9

2.2.9.1 Caracterização

A Região Administrativa de Registro é formada por 14 municípios. A Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que liga São Paulo a Curitiba e corta a região longitudinalmente, estrutura seu sistema de transportes, constituindo-se uma rota para o sul do país e o Mercosul. Apesar de a região apresentar baixo desenvolvimento econômico, sua economia possui atividades nos segmentos agropecuário, agroindustrial, de mineração e de turismo. Na agricultura, predomina a produção familiar, e o principal produto comercial é a banana. Destacam-se, também, a pesca e o cultivo de chá, hortaliças, cebola e alho, além da pecuária.

Além da agroindústria, os principais setores industriais são os de produtos químicos e metalúrgicos. No município de Registro, concentram-se pequenas e médias agroindústrias de processamento de banana e na produção de chá, que são importantes geradoras de empregos. A indústria extrativa mineral, localizada principalmente em Cajati, tem papel fundamental, já que a região detém o principal potencial mineral do Estado.

O setor terciário vem se desenvolvendo, induzido pelo ecoturismo, aproveitando os atrativos das cavernas de Eldorado; das praias de Iguape, Ilha Comprida e Cananéia; das áreas de pesca, como o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape; das cachoeiras etc. A extraordinária riqueza ambiental dá à região um grande potencial de aproveitamento turístico, tendo em vista que diferentes ecossistemas formam ali o maior patrimônio de cobertura vegetal preservada do Estado de São Paulo.

2.2.9.2 Potencialidades e necessidades

1. Desenvolvimento de ações de apoio à agricultura familiar, incluindo pesquisa agropecuária e extensão rural.

2. Apoio às atividades turísticas, importantes geradoras de emprego e renda.

3. Desenvolvimento de novas atividades econômicas compatíveis com a preservação do patrimônio ambiental da região.

4. Melhoria da infra-estrutura viária e das redes de saneamento básico da região.

5. Preservação ambiental, destacando-se, entre outros aspectos, a recuperação da matar ciliar do rio Ribeira do Iguape.

6. Desenvolvimento de programas de geração de emprego e renda e sociais, especialmente nas áreas de saúde; educação, incluindo os de alfabetização de adultos e de capacitação e qualificação profissional; segurança pública; e justiça, buscando agilizar a regularização fundiária e o uso da terra.

2.2.10 Região Administrativa de Ribeirão Preto

Mapa 2.10

2.2.10.1 Caracterização

A Região Administrativa de Ribeirão Preto é composta por 25 municípios e possui uma extensa rede viária. O município de Ribeirão Preto constitui-se um importante entroncamento logístico, onde se articulam a Rodovia Anhangüera e outras rodovias, que possibilitam o acesso a diferentes regiões do Estado e do país, com uma linha-tronco da Ferroban e o Aeroporto Leite Lopes.

É um dos principais pólos econômicos regionais do Brasil, caracterizado pela elevada capitalização do setor agropecuário, pelo moderno setor industrial, com destaque para a agroindústria sucro-alcooleira, e por um setor terciário diversificado e desenvolvido. Sua força econômica decorre de um conjunto de fatores: localização privilegiada, terra de ótima qualidade, presença de universidades e centros de pesquisa, mão-de-obra qualificada, boa infra-estrutura de transporte e comunicação e mercado consumidor dinâmico, entre outros.

Ribeirão Preto é referência nacional em serviços de saúde, atraindo pessoas de todo o Brasil à sua rede de consultórios, laboratórios, hemocentro e hospitais, principalmente para o Hospital das Clínicas da USP. Esse setor encadeia-se diretamente com a rede de serviços de apoio e com os segmentos industriais especializados que ali se implantaram.

2.2.10.2 Potencialidades e necessidades

1. Incentivo à diversificação da atividade econômica – em especial da atividade agropecuária – e à produção das micros, pequenas e médias empresas do setor industrial, para a criação de novas oportunidades de emprego e renda.

2. Melhoria da infra-estrutura viária, incluindo estradas vicinais, rodovias, ferrovias e aeroporto, para melhor escoamento da produção.

3. Aproveitamento do ramal do Gasoduto Bolívia-Brasil e da co-geração de energia a partir da biomassa da cana-de-açúcar.

4. Reforço do papel de Ribeirão Preto como pólo médico-hospitalar de referência nacional, incluindo apoio ao HC e treinamento de pessoal da área da saúde.

5. Implementação de programas de preservação ambiental, com a recuperação das matas ciliares, controle da poluição atmosférica, da água e do solo, e expansão das redes de saneamento básico.

6. Implementação de programas de geração de emprego e renda e sociais, especialmente nas áreas de saúde, educação, incluindo a capacitação e qualificação da mão-de-obra, segurança pública e assistência social.

2.2.11 Região Administrativa de São José do Rio Preto

Mapa 2.11

2.2.11.1 Caracterização

A Região Administrativa de São José do Rio Preto localiza-se no noroeste do Estado e é composta de 96 municípios, que se interligam às várias regiões do Estado e do país, através das rodovias Washington Luís, Assis Chateaubriand e Transbrasiliana (BR-153), de ferrovia e do Aeroporto Estadual Prof. Eribelto Manuel do Reino, localizado em São José do Rio Preto.

Sua economia é baseada na produção agropecuária que, além da pecuária de corte e de leite e da avicultura, se caracteriza pela produção de café, algodão, milho, cana-de-

açúcar, cítricos, seringueiras e frutas. Fortemente integrada a ela, a região possui indústrias de alimentos, bebidas, líquidos alcoólicos/vinagre, frigoríficos, de borracha e de móveis, tendo destaque as grandes unidades processadoras de suco de laranja concentrado/congelado.

A estrutura do setor de serviços, no município de São José do Rio Preto, espelha suas funções regionais. Possui um comércio diversificado e modernos serviços pessoais e de apoio à produção, além de ser pólo educacional e médico-hospitalar, considerado centro de referência em diversas especialidades e na produção de equipamentos. O turismo é outra atividade de destaque, dada a existência, em diversas cidades, de riqueza cultural e de lagos, praias fluviais, clubes náuticos e águas termais – além do represamento de rios, para a construção de usinas hidrelétricas, que resultou na formação de grandes lagos.

2.2.11.2 Potencialidades e necessidades

1. Expansão dos agronegócios, especialmente nos pequenos e médios municípios, incluindo a capacitação e a formação de mão-de-obra, de forma a gerar emprego e renda.

2. Reforço do papel de São José do Rio Preto como centro médico-hospitalar e produtor de equipamentos médico-cirúrgicos e aumento da produtividade e competitividade das micros e pequenas empresas, através da articulação das forças empreendedoras regionais, das instituições de ensino e pesquisa e do setor público.

3. Apoio ao desenvolvimento do setor turístico regional, notadamente nos municípios de menor atividade econômica.

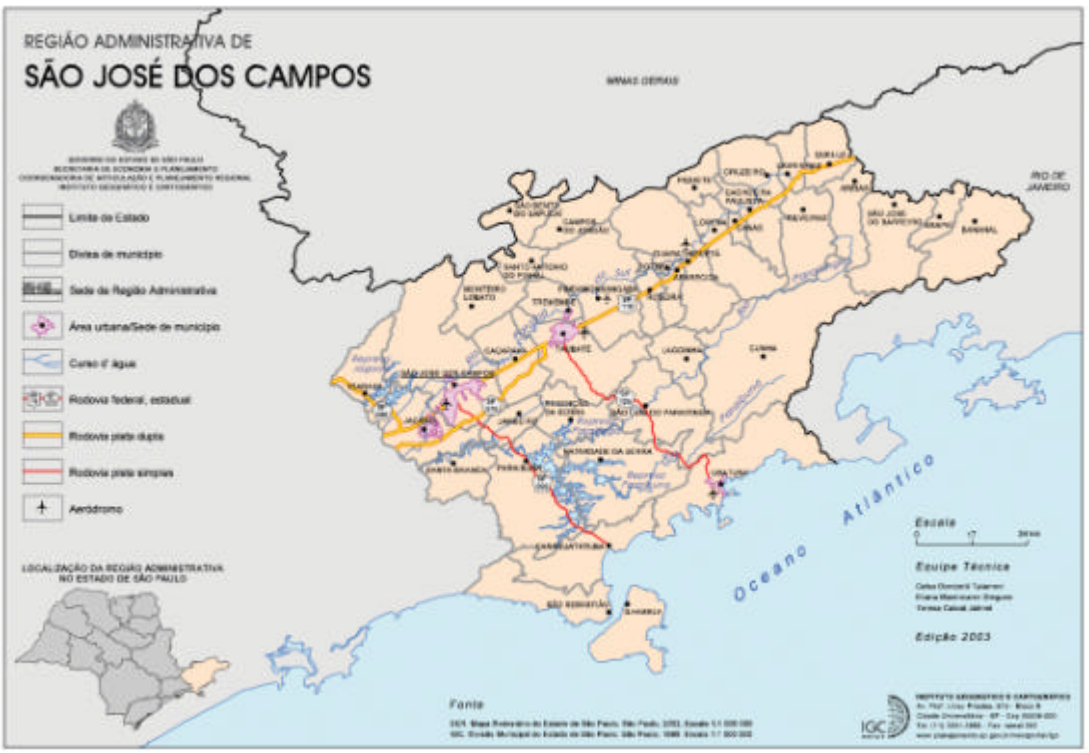
4. Aprimoramento do sistema viário, para melhorar o escoamento da produção, a preços mais competitivos.

5. Controle da erosão e da poluição da água e do solo, utilizando de forma racional os recursos hídricos para abastecimento humano e irrigação e recompondo as matas ciliares.

6. Implementação de programas sociais, nas áreas de educação, incluindo capacitação e qualificação profissional, saúde, segurança pública e assistência social.

2.2.12 Região Administrativa de São José dos Campos

Mapa 2.12



2.2.12.1 Caracterização

A Região Administrativa de São José dos Campos compõe-se de 39 municípios. É cortada pela Rodovia Presidente Dutra e pela ferrovia da MRS Logística, além de ser servida por outras rodovias que fazem a ligação com Minas Gerais, Litoral Norte, Região Metropolitana de São Paulo, Campinas e o interior do Estado.

A região apresenta panorama econômico diversificado. Ao longo da Rodovia Presidente Dutra, há um eixo dinâmico com municípios industrializados e que apresentam complexa infra-estrutura urbana, mas, há, também, parcela de municípios cuja atividade econômica é centrada na agricultura de subsistência e nas atividades turísticas que estão em franca expansão.

A região apresenta uma estrutura industrial direcionada aos segmentos intensivos em capital e tecnologia, contando com grandes unidades ligadas aos setores químico e petroquímico, automobilístico, de telecomunicações, bélico, farmacêutico, veterinário e, sobretudo, aeronáutico, que inclui a Embraer e todo o *cluster* aeronáutico e aeroespacial, cuja produção constitui-se um dos principais itens da pauta de exportações do país.

Em São José dos Campos, encontram-se o Instituto Tecnológico da Aeronáutica-ITA, ligado ao CTA, e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE, além de inúmeras empresas do setor aeronáutico, constituindo o maior pólo de alta tecnologia voltado à pesquisa, ao desenvolvimento e à produção industrial aeroespacial.

O turismo se desenvolve, principalmente, na área litorânea, na região serrana, em Aparecida do Norte e no "Vale Histórico", cujo patrimônio foi construído durante os ciclos cafeeiro e aurífero.

2.2.12.2 Potencialidades e necessidades

1. Intensificação do desenvolvimento dos agronegócios, com a expansão de produtos que utilizem a especificidade da região e preservem seu meio ambiente.

2. Estímulo ao adensamento da cadeia produtiva do setor aeronáutico – visando a formação de *cluster* exportador – e à diversificação da atividade econômica, em um número maior de municípios.

3. Apoio às atividades turísticas da região, dada a importância de seu patrimônio natural, histórico e religioso.

4. Melhoria da infra-estrutura viária, para escoar a produção e facilitar o trânsito de pessoas, com ênfase na logística da cadeia automotiva e de autopeças.

5. Desenvolvimento de ações de preservação e controle ambiental na bacia do Paraíba do Sul e de disposição adequada de resíduos sólidos, além de melhorias das redes de saneamento básico.

6. Implementação de ações sociais, especialmente nas áreas de saúde, educação, segurança pública, justiça e de combate à pobreza rural.

2.2.13 Região Administrativa de Sorocaba

Mapa 2.13

2.2.13.1 Caracterização

A Região Administrativa de Sorocaba compõe-se de 79 municípios. Possui posição privilegiada quanto à logística, sendo servida por rodovias como a Castelo Branco, a Raposo Tavares e a Santos Dumont, rede ferroviária e o Aeroporto Estadual de Sorocaba. O município de Conchas possui um porto fluvial, na Hidrovia Tietê-Paraná.

Apesar de a região apresentar expressivos indicadores econômicos nos setores agropecuário, industrial e de serviços, uma parte importante, localizada ao sul, sudoeste e sudeste, apresenta fraca atividade econômica, baseada na agricultura familiar de subsistência.

Exceto nessas regiões, a agropecuária é bastante diversificada, incluindo a pecuária de corte e de leite, e a produção de carne suína, aves, ovos, café, citros, frutas, hortaliças, feijão e milho, além do reflorestamento.

A indústria regional é concentrada espacialmente no eixo da Rodovia Castelo Branco, com perfil bastante diversificado. Nos últimos anos novas empresas, sobretudo dos gêneros intensivos em capital, instalaram-se na região, atraindo diversas cadeias de fornecedores.

No setor terciário, destaca-se uma rede complementar de empresas prestadoras de serviços para a indústria e centros universitários, como o da Unesp, em Botucatu, importante no ensino e nas pesquisas de alta tecnologia, sobretudo na área biomédica.

Na região, há cidades históricas e locais de grande interesse ecológico, com potencial de exploração turística. O turismo tem especial importância para a população dos municípios que possuem extensas áreas de Mata Atlântica.

2.2.13.2 Potencialidades e necessidades

1. Desenvolvimento de ações de apoio ao setor agropecuário, com implantação de sistema de orientação técnica de produção e comercialização para pequenos agricultores.

2. Apoio à implantação de incubadoras de pequenas indústrias e ao desenvolvimento de micros e pequenas empresas.

3. Implantação de programas de fomento ao turismo regional, tanto o ecoturismo como o turismo histórico.

4. Melhoria da infra-estrutura viária e das redes de tratamento de água e esgoto e aproveitamento econômico do tramo sul do Gasoduto Brasil-Bolívia.

5. Desenvolvimento das atividades econômicas compatíveis com a preservação dos diferentes ecossistemas, em função de sua rica biodiversidade.

6. Desenvolvimento de programas sociais, envolvendo ações nas áreas de saúde, educação, incluindo capacitação e qualificação de mão-de-obra, segurança pública e assistência social.

2.3 As Regiões Metropolitanas

A existência de três Regiões Metropolitanas no Estado de São Paulo revela, a um só tempo, a imensa complexidade da economia, da ocupação do território e, portanto, da gestão pública no Estado. Revela, igualmente, o seu enorme potencial.

Se de um lado as regiões metropolitanas concentram e potencializam os problemas das grandes cidades, especialmente as de crescimento acelerado que apresentam grandes desigualdades de renda e pouco planejamento estratégico, de outro lado estas regiões detêm características que, corretamente tratadas, podem torná-las importantes agentes do desenvolvimento social e econômico do Estado e do País.

Nos anos 90, a redução do ritmo de crescimento econômico atingiu as regiões metropolitanas de São Paulo de forma contundente. O país foi levado a reestruturar rapidamente sua estrutura produtiva, e o impacto sobre esses aglomerados urbanos foi significativo. As três regiões metropolitanas, que respondem por 17% da área do Estado de São Paulo, abrigam 21 milhões de habitantes, representam 64% do PIB do Estado e 23% do PIB nacional, foram duramente atingidas.

Tendências latentes foram aguçadas, e assim, deseconomias decorrentes da concentração desordenada tornaram os custos imobiliários, de transporte, de mão-de-obra e outros, proibitivos, especialmente na Região Metropolitana de São Paulo, tornando-a pouco atrativa para novos investimentos nos setores industriais tradicionais. Mesmo negócios já consolidados, preocupados em reduzir custos e aumentar sua competitividade deixaram essas regiões, localizando-se no interior do Estado ou em outras regiões do país.

Houve uma continuidade e aprofundamento da desconcentração das atividades produtivas. No entanto, por não ter sido feita organizadamente e, além disso, em meio a sucessivas crises econômicas que impediram a retomada de um crescimento sustentado, essa desconcentração acabou gerando novos problemas, principalmente de desemprego e, conseqüentemente, de aumento das desigualdades sociais. Não se realizou a expectativa de que se chegasse a "desafogar" as regiões metropolitanas.

Em meio a esse processo, por si já bastante intenso e de complexa gestão, as dificuldades econômicas pelas quais o país vem passando neste início de milênio, explicitadas especialmente pela dificuldade de retomar o crescimento de forma sustentada, atingem essas regiões de forma intensa, agravando os problemas e tornando ainda mais prementes as políticas públicas para sua solução.

O PPA pretende precisamente tentar romper essas dificuldades, a partir de uma combinação de políticas que consigam combater os problemas estruturais das regiões metropolitanas paulistas.

São Paulo não está inventando esse caminho. Em todo o mundo as metrópoles estão passando por processos de adaptação. A maior parte das capitais européias, com grande destaque para Berlim, Londres e Paris, passou por processos de adaptação profundos. Metrópoles regionais, tais como Barcelona, Milão, Lyon, Roterdã, entre outras, adotaram planos de ação voltados para a modernização dos respectivos territórios urbanos.

Entretanto, para se tornarem verdadeiros “motores do desenvolvimento” as metrópoles exigem investimento sob a forma de intervenções que transformem de maneira concreta o padrão de vida urbana da sua população. Para que o investimento feito pelo Poder Público promova efetivamente o desenvolvimento urbano, é necessário que, ao lado da qualificação de alguns setores urbanos identificados como modernizadores, sejam também implementadas intervenções em setores precários da metrópole.

O equilíbrio desses investimentos é complexo e exige uma avaliação criteriosa das demandas. A existência de imensas áreas desprovidas de infra-estrutura básica não poderá ser "compensada" pela concentração de equipamentos e serviços muito avançados nas suas imediações. Vale lembrar algo simples que muitas vezes perdemos de vista: a qualidade urbana é resultado da clássica, e sempre complexa, conjugação entre a oferta de serviços de infra-estrutura básica (água e esgoto), de infra-estrutura viária, de transporte público, de sistemas de telecomunicações e de variadas formas de informação. Acrescente-se ainda a presença de recursos humanos qualificados e centros de ensino e pesquisa atuantes.

A proposta do PPA é a de estabelecer vínculos coerentes entre os diversos diagnósticos e propostas setoriais, para produzir ações concretas (projetos e obras), tanto de iniciativa pública quanto privada, com base em processos continuados de participação organizada de todos os atores sociais urbanos. A participação não é um mero instrumento de legitimação da ação. Tal participação visa, sobretudo, a ampliar a margem de "acerto" na elaboração e implementação da intervenção proposta.

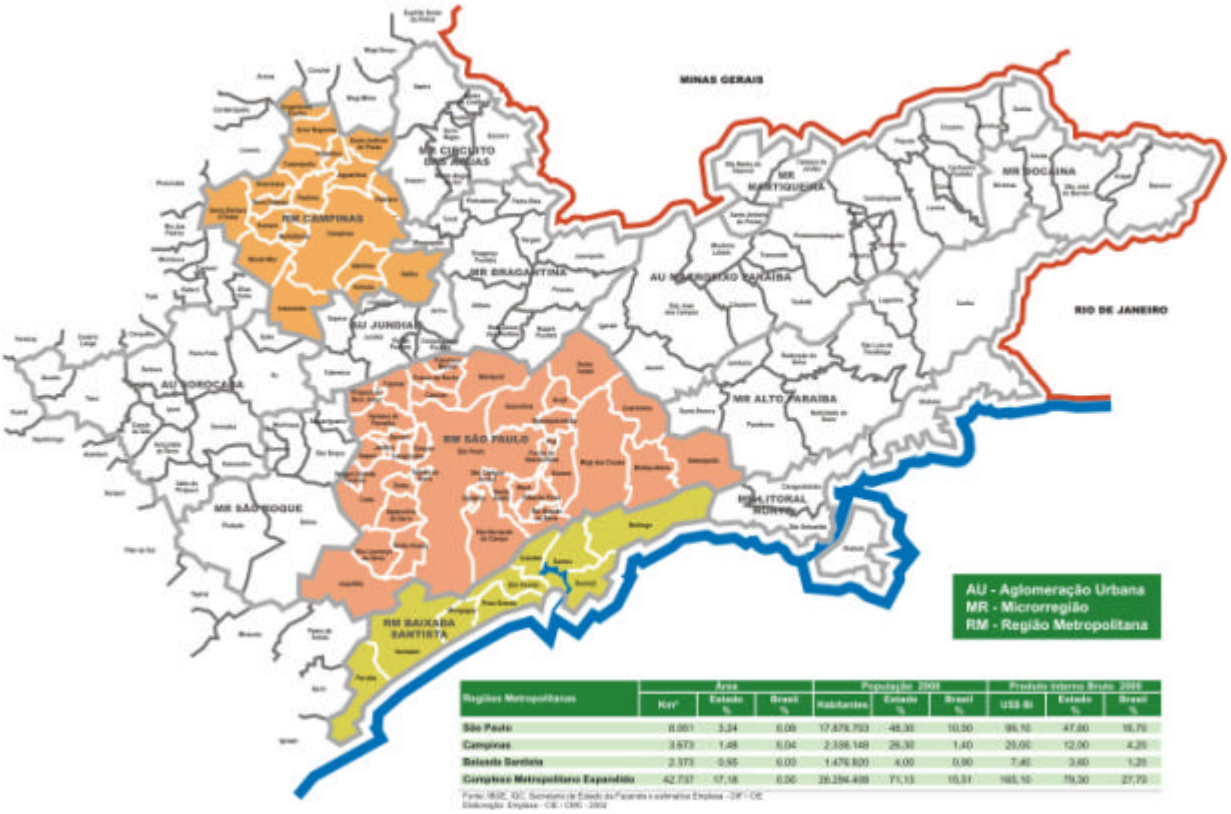
Como a finalidade do PPA é a ação direta, e não a elaboração de um plano normativo de ordenação do território, sendo acima de tudo um "plano de ação" voltado para a realização de projetos e obras precisamente definidas, é vital para a sua consecução que as ações ali definidas sejam condutoras de processos de transformação do território. Da mesma forma, é vital que os procedimentos de decisão sejam definidos e acompanhados dentro de uma permanente apreciação da sociedade.

O principal traço das metrópoles brasileiras, não apenas no Estado de São Paulo, no âmbito da gestão, é a fragmentação administrativa caracterizada pela ausência de uma instância que conjugue os municípios metropolitanos. A capacidade de gestão e a governabilidade das metrópoles dependem hoje do fortalecimento e redefinição de entidades metropolitanas já existentes. Essas novas formas de gestão devem ser formuladas a partir da revisão, atualização e modernização tanto das formas de associação intermunicipal como de articulação entre as esferas governamentais, aprofundando os procedimentos de cooperação em face de problemas comuns, cujas soluções se mostram mais racionais se enfrentadas conjuntamente.

No que toca às regiões metropolitanas brasileiras, a de São Paulo destaca-se das demais, entre outros fatores, por concentrar o maior contingente populacional, por apresentar a maior densidade demográfica (2.548,72 hab/km^2) e por se relacionar intensamente no contexto regional – em um raio de 200 km – com um território ampliado, a *Macrometrópole* ou *Complexo Metropolitano Expandido*.

Mapa 2.14

CME – COMPLEXO METROPOLITANO EXPANDIDO



Regiões Metropolitanas	Área			População 2008			Produto Interno Bruto 2008		
	Km²	Estado %	Brasil %	Habitantes	Estado %	Brasil %	US$ Bi	Estado %	Brasil %
São Paulo	8.051	3,24	0,09	17.879.703	46,30	10,50	99,10	47,60	18,70
Campinas	3.673	1,48	0,04	2.338.148	26,30	1,40	25,00	12,00	4,20
Baixada Santista	2.373	0,95	0,03	1.476.820	4,00	0,90	7,40	3,60	1,20
Complexo Metropolitano Expandido	42.737	17,18	0,50	39.294.409	71,13	15,51	165,10	79,30	27,70

Fonte: IBGE, IQC, Secretaria de Estado da Fazenda e estimativas Emplasa - DPT / DE
Elaboração: Emplasa - DE / DPT - 2009

Esse complexo compreende, além da região metropolitana de São Paulo (17,9 milhões de habitantes), as regiões metropolitanas da Baixada Santista (1,5 milhão de habitantes) e de Campinas (2,3 milhões habitantes); as aglomerações urbanas de Sorocaba e do Vale do Paraíba; e microrregiões contidas no seu perímetro.

Nesse território está concentrado o mais avançado pólo produtivo, de pesquisa e tecnologia do país, que abriga as atividades metropolitanas típicas de centro financeiro, centro administrativo, centro direcional de empresas e organizações econômicas em geral, polarizadas na Grande São Paulo; centros de pesquisa e investigação científico-tecnológica, distribuídos pelo núcleo metropolitano, por Campinas e São José dos Campos; centros universitários e tecnológicos de formação de mão-de-obra qualificada (ao lado da Grande São Paulo, Santos, Sorocaba, Campinas, São José dos Campos); refinarias de petróleo (Baixada Santista-Cubatão, Vale do Paraíba, regiões de Campinas-Paulínea, Grande São Paulo-Capuava); amplos setores da produção industrial distribuídos ao longo das regiões de influência direta dos pólos metropolitanos e dos que se caracterizam como capitais regionais; além de uma área portuária e retroportuária de grande capacidade, ainda que de implantação administrativa e operacional ineficientes (porto de Santos/Vicente de Carvalho-Guarujá).

Na década de 90, a redução nas taxas de crescimento dos municípios sede e o crescimento das periferias é um fenômeno generalizado nas metrópoles brasileiras. No Estado de São Paulo, esse fenômeno é especialmente forte: na região metropolitana de São Paulo o município sede São Paulo cresceu a taxas de 0,8% ao ano, enquanto os demais municípios cresceram a taxas medias de 2,9% ao ano; na região metropolitana de

Campinas, o município sede cresceu 1,5% a.a. contra 3,3% a.a. nos demais municípios e na Baixada Santista, encontramos taxas negativas no município de Santos, -0,3% a.a. contra 3,1% a.a. nos demais municípios.

Tabela 2.1

População e taxas de crescimento por Região Metropolitana do Estado de São Paulo – Município sede e demais municípios (por mil)

Região	População		Taxa de Crescimento Anual
	1991	2000	91-2000
São Paulo	15445	17878	1,6%
Município Sede	9646	10406	0,8%
Demais Municípios	5799	7472	2,9%
Campinas	1779	2215	2,5%
Município Sede	848	968	1,5%
Demais Municípios	931	1247	3,3%
Baixada Santista	1232	1474	2,0%
Município Sede	429	418	-0,3%
Demais Municípios	803	1057	3,1%

Fontes: IBGE (1991, 2000)

2.4 Região Metropolitana de São Paulo

Mapa 2.15

2.4.1 Caracterização da RMSP

A região metropolitana de São Paulo[3], com 8.051 km^2, é formada por 39 municípios, sendo o de São Paulo com 1.509 km^2, o seu centro. Nessa região reside uma população de 17,9 milhões de habitantes e três características se destacam: 95,75% da população é urbana, 10,4 milhões estão concentrados no município de São Paulo e apenas 8 dos 39 municípios metropolitanos não formam uma mancha urbana contínua com os demais municípios[4]. Os dados apontam que a participação da população do Município de São Paulo na RMSP vem reduzindo-se significativamente, com crescimento expressivo das periferias metropolitanas.

Tabela 2.2

Participação da população do Município de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo

População	1950	1960	1970	1980	1991	2000
MSP	2198096	3824102	5978977	8475380	9646185	10406166
RMSP	2696031	4905421	8172542	12575655	15452537	17878703
MSP/RMSP	81,53%	77,96%	73,16%	67,40%	62,42%	58,20%

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000)

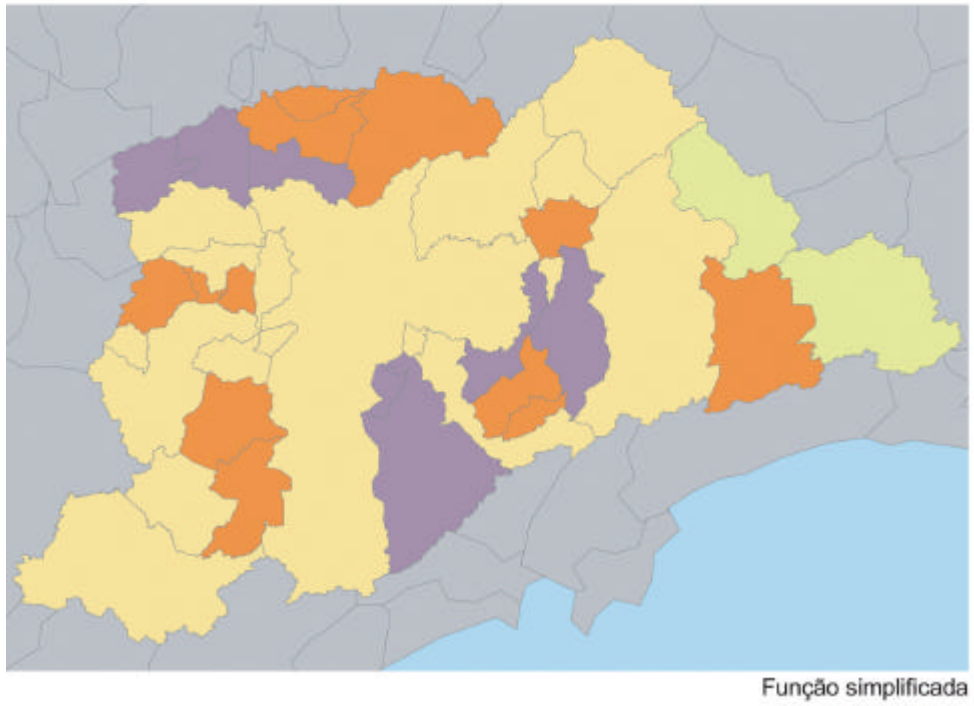
Os mapas a seguir mostram a divisão funcional dos municípios da região metropolitana de São Paulo classificados como *diversificados*, *industriais*, *agrícolas* e *municípios dormitório*.

[3] 7 Os municípios que compõem a região metropolitana são os seguintes: ao centro, São Paulo; a oeste Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira, Santana do Parnaíba, Itapevi, Pirapora do Bom Jesus, Cotia, Vargem Grande Paulista; a sudoeste, Taboão da Serra, Embu Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra, Embu-Guaçu e Juquitiba; a sudeste São Caetano do Sul, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra; a leste, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Itaquaquecetuba, Suzano, Mogi das Cruzes Guararema, Biritiba Mirim, e Salesópolis; a nordeste, Guarulhos, Arujá e Santa Isabel; ao norte, Cajamar, Caieiras, Franco da Rocha, Mairiporã, e Francisco Morato.

[4] municípios não conurbados de Salesópolis, Biritiba-Mirim, Guararema, Santa Isabel, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus, Juquitiba e São Lourenço da Serra.

Mapa 2.16

Classificação dos Municípios Metropolitanos segundo a predominância de funções: *diversificado, industrial, agrícola e dormitório*

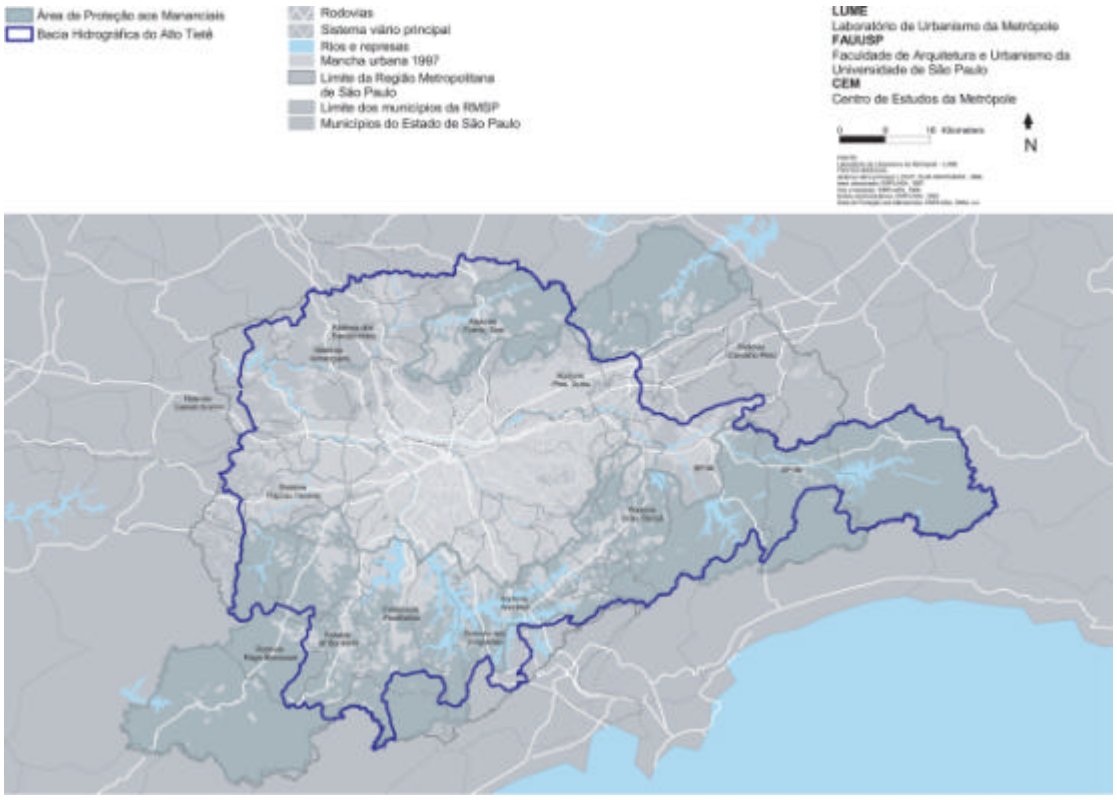


Função simplificada

A mancha urbana metropolitana, que era de aproximadamente 1.765 km^2 em 1990, já chegou a 2.139 km^2. Grande parte deste incremento de área urbanizada ocorreu pela multiplicação de loteamentos populares – *irregulares ou clandestinos* – em áreas impróprias, geralmente em localizações classificadas como áreas de proteção aos mananciais metropolitanos. Foi uma ocupação desordenada, com baixos investimentos iniciais, tanto públicos quanto privados, que atingiu áreas de importância ambiental e legalmente protegidas, comprometendo recursos naturais e expondo essas populações a situações de risco.

Mapa 2.17

Área de proteção aos manaciais



A forma como tem avançado a urbanização nas bacias hidrográficas dos principais sistemas produtores de água da região metropolitana coloca em risco mananciais que deveriam permanecer protegidos da ocupação predatória. A região metropolitana de São Paulo, considerada de baixa disponibilidade hídrica, comporta uma das maiores aglomerações urbanas do país e depende atualmente da importação de 50% da água que consome de outras bacias.

Os subcentros regionais mais expressivos são quatro: Santo André (sudeste), na região do Grande ABCD, Guarulhos (nordeste), Osasco (oeste) e Mogi das Cruzes (leste).

Trata-se de pontos diferenciados do território metropolitano que concentram investimentos públicos e privados e têm uma oferta diversificada de equipamentos sociais e serviços, o que os torna pontos de irradiação de oferta de comércio e serviços para suas áreas de influência. Verifica-se também a partir desses subcentros a reprodução de padrões de expansão urbana semelhantes aos que se desenvolveram a partir do município sede da região metropolitana, São Paulo. Assim, os subcentros regionais desempenham papéis complementares ao do município sede e formam, em conjunto com os demais municípios metropolitanos, uma mancha urbana contínua.

No decorrer da década de 80, o ritmo de crescimento na região metropolitana (1,89% a.a.) se reduziu à metade dos valores verificados na década anterior. O desaquecimento da economia no período, a redução na taxa de fecundidade, as políticas estaduais de descentralização do desenvolvimento industrial, bem como a busca por redução de custos por parte das empresas, explicam essa diminuição. Entretanto, é relevante observar que esse processo de desaceleração não se deu de forma uniforme, e enquanto o ritmo de crescimento da capital se reduzia significativamente, alcançando 1,18% ao ano na década de 80 e 0,88% ao ano na de 90, nos demais municípios metropolitanos sucedia o inverso, ocorrendo um expressivo crescimento populacional com valores médios de 2 e 9% a.a. nos anos 90. Em alguns municípios as taxas foram ainda mais expressivas, acima de 5% aa, como em Embu-Guaçu (5,13%aa); São Lourenço da Serra (5,40%a.a.), Caieiras (6,84%a.a.); Cabreuva (6,90%a.a.); Francisco Morato (5,32%a.a.); Itaquaquecetuba (5,75%a.a.); Arujá (5,16%a.a.) e Santana do Parnaíba (7,89%a.a.), confirmando o processo de periferização em escala metropolitana.

A análise por sub-regiões da metrópole na década de 90 acrescenta um aspecto significativo à compreensão das dinâmicas instaladas. Com exceção da sub-região centro (São Paulo) e sub-região sudeste (Santo André, São Caetano, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) que cresceram respectivamente 0,88%a.a. e 1,56%a.a. próximo ou abaixo da média metropolitana de 1,63% a.a., todas as outras sub-regiões tiveram um crescimento superior, oscilando na faixa entre 3% e 5% e maior que 5%. Esse movimento indica que espaços regionais consolidados e mais antigos, como o município de São Paulo e a sub-região sudeste que contém o subcentro regional do Grande ABC paulista, estão em processo de desaceleração de suas dinâmicas populacionais, enquanto outras ainda em processo de consolidação mantém taxas de crescimento expressivas como a sub-região norte que cresceu 4,63%a.a na última década, mantendo taxas próximas de 5%a.a de décadas anteriores.

Na sub-região nordeste, polarizada por Guarulhos, verificou-se um crescimento populacional expressivo. A instalação do Aeroporto Internacional de Cumbica na década de 80, nos arredores do município de Guarulhos, provocou transformações significativas no quadro urbano deste município e seus arredores, especialmente na direção do aeroporto. Em 2000, Guarulhos se tornou o município mais populoso do Estado, depois da Capital, com 1.072.717 habitantes. Ao longo da rodovia de acesso ao aeroporto desde Guarulhos a São Paulo multiplicaram-se os hotéis e atividades aeroportuárias e de serviços.

Esse movimento populacional revela uma situação paradoxal. Por um lado o crescimento expressivo das periferias metropolitanas com dispersão da população no território metropolitano – tanto da população de baixa renda quanto das classes mais favorecidas –, enquanto áreas urbanas com infra-estrutura e serviços estão sofrendo redução de população. A transformação funcional de espaços urbanos, especialmente na capital, tem sido acompanhada por uma redução no número de habitantes nas áreas mais estruturadas da cidade. Isso ocorreu na área central – Centro e bairros centrais – e também está ocorrendo em regiões com intensa dinâmica imobiliária no centro expandido. Os últimos dados censitários confirmam esse movimento: 53 dos 96 distritos do município de São Paulo estão perdendo moradores, e são distritos localizados no centro expandido entre os rios Pinheiros e Tietê, e distritos adjacentes. Como parte do mesmo processo, verificou-se o acréscimo significativo de moradores nos 43 distritos periféricos restantes, que são em grande parte regiões carentes de infra-estrutura e serviços públicos.

De acordo com estudos recentes, o déficit habitacional estimado na região metropolitana de São Paulo é de 596 mil unidades, praticamente metade do déficit do Estado de São Paulo. Como esse déficit está concentrado na faixa de renda de até três

salários mínimos, seu atendimento depende da eficiência das políticas públicas metropolitanas, caso contrário o fenômeno das favelas na periferia tenderá a se agravar.

Embora o ritmo de crescimento da RMSP tenha se atenuado, o crescimento populacional em valores absolutos é expressivo (na década de 90 foi de 2,4 milhões de habitantes). Assim sendo, a população da região metropolitana em números absolutos cresceu na década de 90 15,70%, uma taxa de 1,63%a.a., enquanto a população em favelas cresceu 57,96%[1], uma taxa de 5,21%aa (ver tabela 2.3). Ao mesmo tempo se acentua o processo de dispersão de favelas nos municípios metropolitanos.

Mapa 2.3

Setores Subnormais, População residente, Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) e porcentagem de crescimento entre 1991 e 2000 e total por município na RMSP

NOME do MUNICIPIO	POP 1991	POP 2000	TGCA_91_00	% do crescimento TOTAL
TOTAL BARUERI	10218	11988	1,79%	17,32%
TOTAL CARAPICUÍBA	14964	36963	10,57%	147,01%
TOTAL DIADEMA	62016	86781	3,80%	39,93%
TOTAL EMBU	9381	21824	9,84%	132,64%
TOTAL F.DE VASCONCELOS	0	1660		
TOTAL GUARULHOS	52506	163757	13,47%	211,88%
TOTAL ITAPECERICA	2216	3038	3,57%	37,09%
TOTAL ITAQUAQUECETUBA	254	579	9,59%	127,95%
TOTAL MAUÁ	38930	68437	6,47%	75,80%
TOTAL OSASCO	64656	114584	6,56%	77,22%
TOTAL RIBEIRÃO PIRES	351	1614	18,47%	359,83%
TOTAL S. PARNAÍBA	0	854		
TOTAL SANTO ANDRÉ	53985	70022	2,93%	29,71%
TOTAL SÃO BERNARDO DO CAMPO	80139	147483	7,01%	84,03%
TOTAL SÃO PAULO	647400	909628	3,85%	40,50%
TOTAL TABOÃO DA SERRA	12125	18024	4,50%	48,65%
TOTAL RMSP	1049141	1657236	5,21%	57,96%

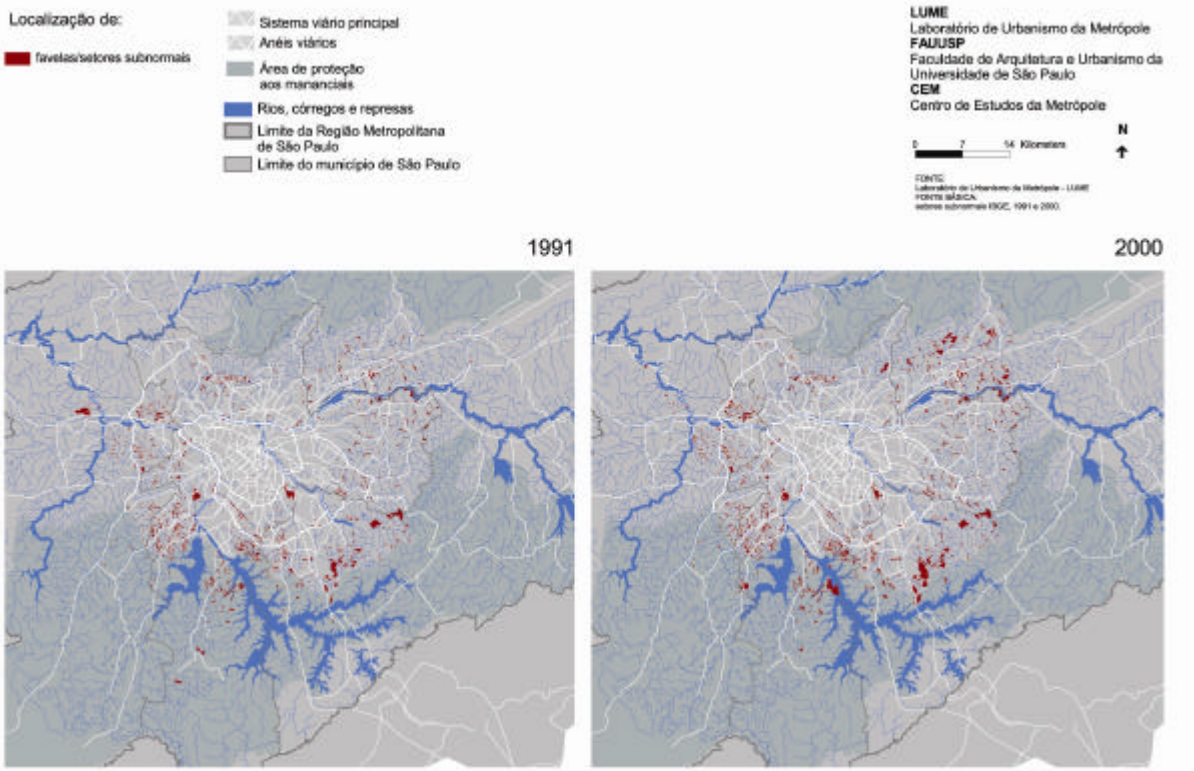
Fonte: SEADE/CEM (setores censitários), IBGE 1991, 2000 (dados populacionais), LUME (tabulação),2002 (Vinte e um municípios foram mapeados, nestes encontram-se 90% da população da RMSP. São eles: São Paulo, Barueri, Carapicuíba, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itaquaquecetuba, Jandira, Mauá, Osasco, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Suzano e Taboão da Serra.)

Moram em conjuntos habitacionais de interesse social na região metropolitana de São Paulo aproximadamente 900 mil habitantes.

[1] O cálculo da população favelada foi feito com as informações disponíveis até o momento relativa aos setores subnormais em 25 municípios da região metropolitana, mas que congregam 95% da população metropolitana.

Mapa 2.18

Favelas / Setores subnormais na RMSP



Desde a década de 70 o poder público – Estado e Município - construiu na região metropolitana de São Paulo aproximadamente 210.000 unidades habitacionais em *conjuntos habitacionais de interesse social*, sendo 130.574 unidades através da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP)[2], e 79.270 pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado (CDHU)[3]. Cotejando o estoque construído com os dados relativos ao déficit habitacional estimado na região, pode-se avaliar a dificuldade em atender a essa demanda, sobretudo se considerarmos as dificuldades do setor público em suprir esta carência, e a baixa disponibilidade de financiamentos que atendam às faixas de renda de até três salários mínimos, onde está concentrada a maior parte desse déficit.

Embora o volume da produção pública não dá conta das necessidades, a sua influência na qualidade do espaço urbano das periferias metropolitanas não pode ser desprezada. Os conjuntos habitacionais encontram-se concentrados nos *municípios dormitórios* de Carapicuíba, Itapevi, Jandira, e Franco da Rocha e nos distritos do extremo leste do município de São Paulo.

Apesar dos grandes investimentos nos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento na década de 80 e das melhorias na acessibilidade e no transporte público na década de 90, permaneceram insuficientes os serviços de saúde, educação, áreas de lazer e cultura, para atender ao expressivo contingente populacional aí instalado.

---

[2] Até a extinção do Banco Nacional da Habitação - BNH em 1986 , a produção habitacional da COHAB não se limitou ao município de São Paulo, tendo produzido 19.533 unidades nos municípios de Itapevi (4697), Guarulhos (476) e Carapicuíba (14360), correspondendo a 14,45% das unidades produzidas. Até 1999, a COHAB produziu 55 conjuntos habitacionais, sendo que 39 estão localizados no extremo leste do município, in SLOMIANSKY 2002.

[3] Unidades Habitacionais por Gestão. Gerência de Controle de Informações. GCI e Vice-Presidência SPE - CDHU 2002. A CDHU produziu na região metropolitana 25% de sua produção total no Estado de São Paulo, das quais 51.834 unidades na capital e 27.886 nos demais municípios.

É conhecido que a universalização de determinados serviços urbanos, como o de abastecimento de água, impacta diretamente as condições de saúde da população, entretanto exerce pouca influência nas dinâmicas de transformação nessas áreas, em comparação com melhorias nas possibilidades de mobilidade da população ou de acessibilidade a essas periferias mais distantes, como é o caso dos investimentos públicos mais recentes de melhorias no sistema de transporte urbano sobre trilhos, no sentido das periferias a leste e sudeste[4], ou a construção de avenidas perimetrais de alcance regional que cortam periferias mais distantes, permitindo novas ligações entre regiões, como a de Guarulhos com o ABC paulista e o litoral, sem cruzar o Centro de São Paulo[5].

2.4.2 As questões estruturais e conjunturais da RMSP

Para subsidiar decisões práticas de intervenção e gestão metropolitana, foi realizada uma extensa análise da realidade dos 39 municípios que integram a metrópole. O objetivo é a constituição de uma agenda para o planejamento metropolitano e para intervenções urbanas específicas em trechos precisos do território, envolvendo sempre aspectos multissetoriais e até mesmo supra-setoriais.

Tanto a constituição de uma agenda para planejar quanto a elaboração de propostas concretas para intervir no território deverão conter as duas dimensões da gestão urbana – a normativa e a executiva. Não é retórico afirmar que a simples articulação dessas duas dimensões será um considerável avanço para a criação de uma maior racionalidade no uso do território metropolitano.

As propostas devem ser estratégicas, isto é, conjugar diretrizes que visam a transformar a RMSP numa região socialmente equilibrada e moderna. De uma forma geral, as propostas se dividem inicialmente em dois grandes grupos de execução concomitante: aquelas que atendem às demandas de origem social e devem enfrentar os problemas e déficits internos, e aquelas que buscam consolidar a RMSP como um centro empreendedor com influência nacional. Os temas para a ação metropolitana devem voltar-se para as dinâmicas presentes tanto nos municípios metropolitanos como no Município Sede.

Dinâmicas dos municípios metropolitanos

?? Novos pólos de atração metropolitana: Osasco, Barueri, Guarulhos.

?? Antigos pólos industriais de municípios metropolitanos em processo de transformação funcional: Santo André, São Bernardo e Diadema.

?? Novos arranjos físicos sob a forma de “espaços controlados” (condomínios fechados, por exemplo): Barueri, Cotia, Arujá, Santana do Parnaíba.

?? Novos setores industriais: Arujá e Cajamar.

?? Pólo funcional de grande porte, com potencial de alcançar níveis elevados de auto-suficiência: Guarulhos / Aeroporto Internacional de Cumbica.

?? Municípios *dormitório*: Franco da Rocha, Ribeirão Pires, Poá, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos.

?? Impacto da presença ou potencial de grandes obras públicas: Traçado do Rodoanel, Traçado do Ferroanel, Orla Ferroviária, Realocação do Ceagesp.

[4] Destacam-se as obras do Metrô no sentido leste (1982-1988) e seu prolongamento até Guaianazes, e sudeste no sentido Campo Limpo (2003), melhorias no sistema de trens metropolitanos (leste/oeste), a construção de corredores metropolitanos de ônibus, como o corredor São Mateus / ABC.

[5] É o caso das avenidas Jacu Pêssego, do Iguatemi, da Passagem Funda e Aricanduva, nos quadrantes nordeste e sudeste, e o Rodoanel no trecho oeste.

Dinâmicas urbanas do Município Sede

?? Ampliação da precariedade em conjuntos habitacionais periféricos: Conjuntos Habitacionais nos municípios metropolitanos.

?? Impacto das novas acessibilidades viárias periféricas: Avenidas Aricanduva e Jacu Pêssego.

?? Novas Centralidades de Serviços Modernos: Águas Espraiadas, Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, Rua Verbo Divino.

?? Disparidades sociais na ocupação residencial: Morumbi (Panamby e Paraisópolis).

?? Conjugação da fragilidade ambiental com altos índices de expansão habitacional precária e invasões: Área de Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo; APA da Várzea do Tietê.

?? Bairros centrais consolidados com forte processo de transformação de uso e processo de *gentrification* (expulsão da população de menor poder aquisitivo, melhorias que valorizam a região e "expulsam" a população de menor poder aquisitivo para áreas periféricas): Brooklin, Itaim, Tatuapé

?? Novos setores com concentração de sedes de empresas: Vila Olímpia (Nova Faria Lima).

?? Verticalização residencial junto às saídas metropolitanas: Área urbana das rodovias Raposo Tavares e Regis Bittencourt.

?? Esvaziamento residencial dos bairros centrais: Centro de bairros centrais (Barra Funda, Brás, Pari, Mooca, Bela Vista, Liberdade, Santa Efigênia, Campos Elíseos).

?? Áreas definidas pelo poder público municipal para implantação de Operações Urbanas (1975/1997): Água Branca, Águas Espraiadas, Santana, Tucuruvi, Centro, Paraisópolis.

2.4.3 Programas, projetos e ações.

2.4.3.1 Elaboração de um Plano Metropolitano de Ações e Programas Integrados.

O **Plano Metropolitano de Projetos e Ações Integradas** deverá articular as diferentes diretrizes definidas nos planos e programas setoriais de escala metropolitana que orientam os grandes sistemas de infra-estrutura e estabelecer uma política de desenvolvimento metropolitano.

Foram selecionados os planos que envolvem o transporte público, a circulação metropolitana e acessibilidade, transporte de cargas, provisão de habitação e melhorias habitacionais, saneamento ambiental (água, esgoto, lixo e drenagem) e preservação de recursos hídricos. Essa seleção enfatiza a necessária relação entre funções urbanas cujos pontos de partida para elaboração de projetos obedecem a prioridades setoriais, mas que, no seu conjunto, interferem nas políticas de uso e ocupação do solo.

Entre os planos setoriais mais significativos destacam-se: Plano Integrado de Transportes Urbanos para 2020 – Pitu 2020 (transporte público e mobilidade); Rodoanel Metropolitano (circulação e acessibilidade); Ferroanel – (transporte de cargas); Plano Estadual de Habitação (provisão de habitação e melhorias habitacionais); Plano Diretor de Macrodrenagem do Alto Tietê (drenagem urbana e pontos de inundação); Plano da Bacia do Alto Tiete (recuperar e conservar a qualidade da água na Bacia); Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) da Billings e Lei específica; Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) da Guarapiranga e Lei Específica; Plano Diretor de Resíduos Sólidos da RMSP.

O resultado desses investimentos setoriais está diretamente associado à forma como são estabelecidas as prioridades de cada um dos setores e trabalhadas as suas interações. Além desse aspecto intersetorial, é necessário analisar também cada um desses planos e projetos selecionados, de um ponto de vista estritamente administrativo, isto é, procurando situá-los no interior dos municípios metropolitanos.

Por se tratar de uma série de planos e obras que envolvem investimentos de grande porte, é também indispensável analisar e propor as parcerias cabíveis com o governo federal, com instituições internacionais e com o setor privado. O fato de as ações relativas ao controle do uso e ocupação do solo serem de responsabilidade municipal, instância onde são formulados os planos diretores e a legislação de uso e ocupação do solo, produz claros conflitos de gestão na medida em que a instância formuladora de cada um dos planos selecionados acima e seu sistema de gestão (por exemplo, de recursos hídricos, de transporte público ou de saneamento básico e ambiental) dependem, para alcançar seus objetivos, de políticas de uso e ocupação do solo que são definidas e implementadas fora de seu sistema de gestão e controle.

No contexto metropolitano, onde as condições e interesses dos municípios são distintos e, algumas vezes, complementares, é evidente a necessidade de uma instância integradora, que defina parâmetros para o desenvolvimento metropolitano considerando os condicionantes impostos pelos planos e programas setoriais e os interesses metropolitanos. O planejamento urbano metropolitano, comprometido com o desenvolvimento econômico e social, não poderá mais prescindir de um território ordenado. A definição dos parâmetros e a busca de encaminhamentos de uma política de abrangência e escala metropolitana parte do pressuposto que não se trata de uma instância de governo, mas de instância de decisão colaborativa.

Portanto, a elaboração de um **Plano Metropolitano de Projetos e Ações Integradas** deverá conter uma dupla abordagem: partir de interesses e condicionantes metropolitanos e considerar, em outra escala, as necessidades e interesses de cada um dos municípios que a compõe. Tendo em vista a múltipla presença de instâncias municipais dotadas cada uma delas de regras, normas e planos diretores, um plano metropolitano torna-se, em essência, uma proposição negociada em torno de vantagens e restrições comuns ao conjunto dos municípios envolvidos.

2.4.3.2 Precariedade urbana

A precariedade urbana em São Paulo é multifacetada. Hoje, depois de um processo de aprofundamento que vem ocorrendo há pelo menos quatro décadas, se apresenta de forma muito diversificada e complexa. Suas características mais essenciais são sem dúvida de ordem material e, sobretudo traduzidas nos aspectos da vida cotidiana da população. A sua área de situação mais aguda no município de São Paulo é a *periferia*, na metrópole são os denominados "municípios *dormitório*", áreas que se caracterizam pela baixa oferta de empregos e pela concentração de população de baixa renda em moradias precárias – produzidas ou não pelo poder público e que têm como traço principal a insuficiência de serviços básicos, como de educação, saúde e saneamento, e pela mobilidade limitada de seus moradores, dependentes de um transporte público de baixa eficiência. A precariedade assume também a configuração de um enclave urbano, isto é, inserida em áreas estruturadas da metrópole, na forma de ocupações, favelas e cortiços.

A maior parte dos planos e projetos previstos atinge positivamente as periferias metropolitanas. No entanto, consideramos que é necessária a elaboração de uma política urbana especificamente voltada para as "questões da periferia metropolitana". O principal objetivo dessa política deverá ser a melhoria de condições de *habitabilidade*, isto é, as condições da própria moradia, mas também da mobilidade das populações que

vivem no conjunto de municípios denominados genericamente "municípios *dormitório*". A qualificação metropolitana passa efetivamente por uma agenda ampla de questões voltadas para a organização da vida nesses municípios, onde a concorrência de dois fatores está na origem do problema: a ausência de postos de emprego e a precária condição de mobilidade da população para os pontos de maior oferta.

Um programa de **Requalificação Urbana nos Municípios Dormitório** compreende um conjunto de ações, entre elas:

?? a gestão metropolitana da ilegalidade nos assentamentos populares, que deve estabelecer com os municípios as condições necessárias para aplicação do Estatuto da Cidade;

?? a construção de unidades habitacionais;

?? a requalificação de áreas de conjuntos habitacionais de interesse social;

?? a recuperação urbana e ambiental de áreas protegidas (área de proteção aos mananciais e áreas de proteção ambiental);

?? a urbanização de favelas e a atuação em cortiços.

2.4.3.3 Recuperação urbana e ambiental em áreas degradadas, de proteção aos mananciais e em áreas de risco.

Esses programas intersetoriais têm como meta o desenvolvimento urbano sustentável em áreas ambientalmente protegidas. Visam a múltiplos objetivos: a recuperação ambiental de áreas protegidas ocupadas ilegalmente, a proteção das áreas remanescentes e a prevenção de situações indesejáveis. A ênfase desses programas está na reurbanização dos assentamentos existentes (provisão de infra-estrutura e equipamentos sociais), no reassentamento habitacional de ocupações em áreas de risco; na proposição de medidas para o desenvolvimento econômico dos municípios que possuem parcelas significativas de seus territórios em áreas protegidas e na inserção social da população moradora.

A obtenção de desenvolvimento sustentável em qualquer escala – nacional regional, municipal, urbana e de bairro – significa o gerenciamento de objetivos muitas vezes conflitantes: o crescimento econômico, a equidade social e a sustentabilidade ambiental que não se alcança de forma automática senão a partir de uma série de acordos entre atores e gestores para conseguir adequado manejo do ambiente urbano e natural.

2.4.3.4 Requalificação urbanística dos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social.

Este programa compreende a integração física, funcional e social de áreas formadas por conjuntos habitacionais de interesse social. Tem como meta a requalificação da área através de melhorias no interior do conjunto, de integração do conjunto com seu entorno e da integração do conjunto na cidade. Do ponto de vista social as proposições do programa se darão no âmbito da educação, cultura, saúde e esporte, de modo melhorar as condições de vida nessas áreas.

2.4.3.5 Adensamento habitacional de setores urbanos que estão em transformação funcional (Orla ferroviária)

Este programa visa ao reaproveitamento de espaços intraurbanos, tais como os terrenos lindeiros ao leito ferroviário, da grande área denominado Orla Ferroviária. As mudanças de gestão e operação do sistema ferroviário paulistano, hoje privatizado, liberaram um considerável estoque de terras, que do ponto de vista legal permanecem

propriedade pública, localizadas ao longo de seu trecho que atravessa o Município de São Paulo.

Pela própria conformação do sistema ferroviário, os terrenos associados ao seu funcionamento, tanto os espaços dos trilhos quanto os pátios de manobra, encontram-se hoje, devido a estas transformações, bastante subtilizados. A localização estratégica dessas áreas, no interior de bairros de antiga urbanização e, bem servidos pelo transporte público, possuem na conjuntura atual um imenso potencial de renovação e refuncionalização de bairros tais como Água Branca, Bom Retiro, Pari, Mooca, Brás, Ipiranga, dentre outros. Situações semelhantes vividas por outras cidades, sobretudo européias, atestam o potencial de oferta de serviços e moradia em áreas plenamente servidas por infra-estrutura urbana.

2.4.3.6 Modernização e potencialização da RMSP

As metrópoles em todo o mundo estão vivendo um processo de modernização baseado, sobretudo, na sua capacitação para atuar como centros avançados do setor terciário avançado. Isso significa, basicamente, criar uma potente infra-estrutura de comunicação. Os programas já implantados ou em curso de implantação procuram criar uma *metrópole de qualidade*, explorando o potencial do fenômeno metropolitano contemporâneo criando as condições técnicas para o seu desempenho.

?? **A Nova Indústria Metropolitana**

Embora a tendência seja, evidentemente, a expansão do setor de serviços modernos, existe alguma evidência da permanência no território metropolitano de uma parcela da atividade industrial compatível com a metrópole terciária. Essa *nova indústria* se distingue da "antiga" pela sua pequena escala e pelo fato de estar atrelada à demanda da atividade terciária. A reestruturação industrial é um fato que deve ser entendido pelo Estado como a modernização do território metropolitano tendo em vista a demanda por uma infra-estrutura técnica específica.

Um exemplo dessa *nova indústria* que tem origem no terciário avançado são as atividades e produtos publicitários e todos os desdobramentos que geram. A proliferação dos parques gráficos e centros de produção de vídeos e filmes é um exemplo desse novo perfil industrial. As principais exigências dessas novas atividades são muito distintas daquelas feitas pelas montadoras do ABC nos anos 60, que demandavam grandes glebas, proximidade e sistema rodoviário moderno conectado com o porto e abastecimento de água abundante.

O dado importante desse novo perfil industrial, para o estabelecimento de uma política urbana voltada para a qualificação do território metropolitano, é a ausência de uma lógica de localização tão restrita quanto foi aquela que guiou o sistema industrial no período anterior. Hoje, a infra-estrutura tecnicamente moderna deve estar disponível em todo o território.

?? **São Paulo Centro de Tecnologia e Pesquisa**

Criação de empresa (São Paulo Tecnologia) conectada às Universidades Paulistas e à FAPESP, assim como a outros centros universitários, visando ao desenvolvimento de produtos pesquisados na esfera acadêmica.

?? **Oferta ampla de Centros de Logística**

Localização em municípios estrategicamente selecionados de Centros de Logística para atender os setores novos da economia.

?? **Centro de Turismo de Negócios**

Desenvolver a infra-estrutura necessária para criar condições concretas de converter São Paulo em centro de turismo de negócios. As exigências centrais são: segurança pública; presença diversificada e de qualidade de atividades culturais de padrão internacional, como, por exemplo, teatros, salas de concerto, museus e etc.

?? **São Paulo Centro de Referência em Saúde**

Estimular e ampliar a presença de centros de saúde avançados reconhecidos no Estado de São Paulo, no Brasil e na América Latina.

?? **Centro de Referência de Ensino Superior**

2.4.3.7 Um novo instrumento de planejamento e ação para o governo do Estado.

Zona de Interesse Metropolitano – ZIM

A Zona de Interesse Metropolitano organiza-se como uma unidade urbana que incorpora aspectos físicos, espaciais e funcionais do território. A sua definição possibilita a consideração simultânea de questões que devem ser tratadas no contexto de um **plano urbano** e outras cujas características impõem a necessidade de abordagem através do **projeto urbano**.

Assim, a Zona de Interesse Metropolitano está baseada em uma dupla premissa de trabalho. A primeira relaciona-se à indispensável necessidade de estabelecer um plano que contemple as questões consideradas de âmbito sistêmico e global, levando em conta a inserção da Zona na área metropolitana. A segunda premissa está associada ao conjunto de questões que emergem da análise dos problemas e das potencialidades identificadas como pertencentes à *escala local*.

Um dos mais importantes objetivos para a criação e implantação de uma Zona de Interesse Metropolitano é o de promover a articulação e, conseqüentemente, a integração entre as duas escalas do território que emergem em pontos precisos do município e da metrópole, capazes de criar o indispensável diálogo entre as lógicas urbanas globais e setoriais. Busca-se através de sua criação identificar pontos do território urbano onde a presença de equipamentos de escala metropolitana incidem em áreas que permaneceram com uma forte organização local. A convergência de problemas e de oportunidades de intervenção tornam esses pontos do território lugares propícios para a instalação de políticas públicas, tanto em nível do plano conjunto quanto de projetos urbanos específicos, tanto pelo seu conteúdo programático quanto pela sua configuração físico-espacial.

A União, o Estado e o Município possuem interesses comuns na área em questão. São detentores de imóveis e de equipamentos urbanos e de infra-estrutura com competências e atribuições legais a serem exercidas na região. Constitucionalmente, cabe aos três níveis de governo promover a manutenção, a ampliação e o desenvolvimento das condições materiais, culturais e ambientais da vida urbana. Com a criação de uma ZIM o

Governo do Estado chama para si a iniciativa legal de estabelecer ZIM's nas áreas (entorno/perímetro de ação) onde as suas diversas secretarias estão implementando seus projetos específicos.

A área deve receber grande quantidade de investimentos, previstos pelos três níveis de governo, em função de sua importância na estrutura metropolitana. Assim, para propiciar o máximo de aproveitamento dos recursos mobilizados pelo Governo do Estado, toda a ação será através da articulação e integração dos órgãos e entidades com atuação na área.

A construção de um projeto único, de interesse metropolitano, que integre os demais planos, projetos e programas deverá ser coordenado por entidade pública de planejamento com atribuições técnicas e jurídicas para tal.

A concretização desse instrumento (ZIM) pressupõe a criação da **Agência de Desenvolvimento Urbano Metropolitano.**

Critérios para o estabelecimento de uma Zona de Interesse Metropolitano:

- ?? Acatamento e reconhecimento da importância das metas estabelecidas e priorizadas por um Plano Geral Metropolitano.
- ?? A constatação de dinâmicas de transformação oriundas de políticas abrangentes e sistêmicas, sobretudo aquelas que estão associadas aos projetos de infra-estrutura e transporte público.
- ?? Estabelecimento de um quadro que contemple o conjunto de ações públicas e privadas em andamento no setor a ser definido como ZIM;
- ?? Possibilidade de criar uma "peça urbana" sobre a qual o Plano/Projeto deverá considerar os seguintes elementos:
  - ?? a procura de continuidade na trama viária deverá garantir a integridade do espaço proposto para a intervenção;
  - ?? perímetro proposto criará um trecho urbano que permanecerá submetido a um tratamento jurídico e institucional especial.
  - ?? tanto a definição quanto a reavaliação do perímetro nas primeiras etapas do trabalho devem submeter-se às dinâmicas de transformação em curso.
- ?? Estabelecer estratégias de ação para que dentro de um cronograma preciso o conjunto de obras propostos no interior da ZIM possa efetivamente ser executado pelo poder público nas suas várias instâncias: municipal, estadual e federal, e pelas possíveis parcerias que se estabelecerem.
- ?? tendo em vista uma nova organização espacial da ZIM, ficam também definidas áreas adjacentes complementares e candidatas ao mesmo processo de intervenção
- ?? estabelecer relações e articulações funcionais e espaciais para que a área opere de forma integrada.
- ?? estabelecer relações de complementaridade entre os equipamentos públicos e privados situados na área.

2.5 Região Metropolitana de Campinas

Mapa 2.19

Nos últimos 30 anos a evolução socioeconômica e espacial da Região Metropolitana de Campinas (RMC) transformou-a num espaço metropolitano com uma estrutura produtiva moderna, com alto grau de complexidade e grande riqueza concentrada em seu território. Tornou-se o terceiro pólo industrial do país, respondendo por 9% do PIB do Estado de São Paulo.

Desde a década de 1970, quando a cidade de São Paulo começou a reduzir sua função industrial, desenvolvendo novas funções e papéis, altera-se a relação entre metrópole e interior paulistas, com a desconcentração relativa da indústria metropolitana. Coube à cidade de Campinas um papel relevante, tanto ao comandar a região que assumiu em definitivo a liderança da expansão industrial no interior como ao assumir papéis e funções que configuram uma nova metrópole, de âmbito regional.

Contando com rodovias de alto padrão, sofisticados complexos aeroportuário e médico/hospitalar, áreas de comércio atacadista (como o de combustível) e importante centro de ensino superior na área de ciência e tecnologia (que prepara mão-de-obra altamente qualificada), a região atraiu importantes investimentos, especialmente para o segmento de base tecnológica, que se intensificaram no anos 90 em decorrência das transformações ocorridas no Brasil após a abertura da economia e o Plano Real. Consolidou-se como um pólo de indústrias de alta tecnologia (informática, micro-eletrônica, telecomunicações, química fina), que se beneficia da proximidade com universidades e centros de pesquisa científica e tecnológica da região.

Na década de 90, como resultado de políticas de estímulo – inclusive de investimentos federais que procuravam uma descentralização da indústria metropolitana devido ao agravamento das condições urbanas da Região Metropolitana de São Paulo – a

região de Campinas tem sido a mais dinâmica das regiões do interior paulista, com conseqüente processo de urbanização que resultou em acelerado processo de "metropolização".

O perfil industrial do interior aproximou-se do da região metropolitana da Capital, na medida em que o peso relativo de sua produção no total do Estado saltou de 30% em 1970 para 34% em 1975, 41% em 1980 e 51% em 2000.

Três características tem distinguido Campinas das demais regiões dinâmicas do Estado:

?? base produtiva diversificada, tanto na agricultura quanto nas atividades urbanas;

?? função de centralidade, que adquiriu ainda na economia cafeeira;

?? posição estratégia no território, como interface entre a Capital e o interior.

Em decorrência dos processos específicos da região (sociais, econômicos e demográficos), a configuração metropolitana de Campinas expandiu o delineamento de sua espacialidade urbana para fora das fronteiras da metrópole.

O aglomerado urbano campineiro vem se delineando como um processo nítido de ocupação das áreas periféricas, acompanhado pela desconcentração da população da sede regional. Existe, portanto, permeabilidade entre os espaços urbanos e pouca heterogeneidade regional, com uma periferia aberta tanto para recepção migratória como para investimentos econômicos. Assim, o município de Campinas chegou a 2000 sem ter alcançado um milhão de habitantes, enquanto seu entorno já totalizava 1,4 milhão.

Essa reorganização da população no espaço metropolitano apresenta aspectos positivos: a desconcentração populacional contribuiu para a dinamização e inclusão de localidades na região de influência metropolitana, bem como para menor crescimento de áreas precárias de infra-estrutura urbana na sede regional. Municípios vizinhos acabam por compartilhar problemas locais que, na verdade, são de âmbito metropolitano, tais como: expansão das áreas periféricas intramunicipais, alocação de população em áreas de riscos ambientais, imensas áreas conurbadas, entre outros.

O componente migratório (interestadual, intra-estadual e intrametropolitano) desempenhou papel fundamental na configuração populacional da área, desde a consolidação da sede regional até a conformação e estruturação do espaço metropolitano, mesmo com a tendência atual de menores volumes de migrantes.

A migração para a sede regional, nos anos 70, resultou mais de movimentos migratórios com origem em outros Estados e na Região Metropolitana de São Paulo. Uma vez diminuído esse fluxo para o município sede, a migração dos anos 80 e 90 configurou-se como intra-estadual e, mais recentemente, intrametropolitana, dando novos contornos ao fenômeno migratório no âmbito regional. Os municípios que se vêm constituindo em eixos do processo de expansão e ocupação regional têm sido marcados, desde os anos 70, pela forte presença da migração com origem na sede metropolitana (Município de Campinas). Este serviu de etapa intermediária entre a procedência e a direção final dos migrantes que chegaram à Região de Campinas.

A intensidade desse processo se manifesta através da “perda” populacional do município de Campinas para os demais municípios da área, marcando a formação do espaço urbano metropolitano, no qual os limites municipais passam a ser considerados praticamente apenas para efeito de divisão político-administrativa. Há uma configuração de subcentros regionais, que pode ser observada através do movimento pendular que para eles se dirige diariamente. Esse movimento é uma das conseqüências mais impactantes da redistribuição da população pela região, conforme atestam o surgimento e intensificação desses deslocamentos populacionais na área, atualmente um dos fenômenos mais característicos da região.

Hoje, a região apresenta problemas típicos de grandes metrópoles de países periféricos que, dadas suas escala e complexidade, só podem ser enfrentados de forma integrada e cooperativa, já que dificilmente estão circunscritos a um único município ou podem ser passíveis de inserções pontuais ou descontínuas.

Apesar da grande diversidade e assimetria de situações municipais na RMC, por estarem próximos e se inter-relacionarem política, econômica, social e ambientalmente, seus 19 municípios [6] necessitam se equipar para além das fronteiras locais, para enfrentar as dificuldades de reordenamento e desenvolvimento urbano-regional.

Esse enfrentamento exige investimento, monitoramento e fiscalização constantes, assim como uma atuação técnica capaz de promover maior sustentabilidade ambiental e eqüidade social.

2.5.1 Perfil da Região

2.5.1.1 Rede de infra-estrutura e serviços

A RMC tem uma sofisticada infra-estrutura regional, que atinge níveis comparáveis aos de países desenvolvidos nos setores de transporte, educação, saúde e tecnologia.

Seus complexos viário e aeroviário são responsáveis pelo maior volume de transporte de carga do país, resultante do entroncamento das rodovias Anhangüera, Bandeirantes, D.Pedro I, Santos Dumont e das linhas tronco das concessionárias FERROBAN, tendo como principais origens/ destinos os portos marítimos de Santos e São Sebastião e o Aeroporto Internacional de Viracopos.

Com importantes equipamentos e recursos humanos da rede pública, e destacados hospitais universitários e da rede privada, na região de Campinas concretizou-se um aglomerado de saúde integrado por 87 municípios (num recorte territorial distinto da Divisão Regional de Saúde do Estado, ou mesmo da delimitação da Região Metropolitana), tendo Campinas como pólo. Configura-se como o segundo aglomerado de saúde do Estado de São Paulo, em número de habitantes e de autorizações de internação hospitalar—AIHs.

A inauguração, no final de 2000, do Hospital Estadual de Sumaré ampliou significativamente a oferta de serviços de saúde numa sub-área da RMC que concentra cerca de 600 mil habitantes (municípios de Sumaré, Nova Odessa, Hortolândia, Santa Bárbara d'Oeste e Monte-Mor). Essa unidade deverá se constituir em referência hospitalar, desafogando, ainda que parcialmente, o complexo hospitalar da Universidade Estadual de Campinas —Unicamp.

No tocante à saúde, entretanto, há diversidade de situações municipais, inclusive em relação às condições de saneamento básico, mas o Coeficiente de Mortalidade Infantil tem diminuído na maioria dos municípios da RMC.

Existe, por outro lado, uma grande variedade de programas de atenção à saúde sendo implementada por alguns municípios da região, tais como: atendimento domiciliar à família; atenção à saúde da criança, do adolescente, da mulher e do idoso; acompanhamento de pacientes com problemas crônicos; de aleitamento, de suplementação nutricional e de fornecimento de medicamentos;

[6] A Região Metropolitana de Campinas é constituída pelos seguintes municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte-Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

A situação educacional na RMC é privilegiada em relação ao conjunto do país e do Estado de São Paulo. Os indicadores educacionais mostram taxas elevadas de cobertura para todos os níveis de ensino e condições de oferta bastante adequadas ao perfil da demanda.

No tocante às taxas de analfabetismo, os indicadores são melhores que as médias nacionais, mas inferiores aos do Estado de São Paulo. A educação infantil apresenta taxas de cobertura similares às médias do Estado, porém ainda distantes da meta desejável do pleno atendimento de crianças de 4 a 6 anos de idade.

Como já foi destacado, o ensino universitário, englobando ciência e tecnologia, não só é de alta qualidade, como é um dos fatores de atração de investimentos para a região.

2.5.1.2 Principais pontos críticos

A Região Metropolitana de Campinas apresenta características típicas das regiões metropolitanas que cresceram desorganizadamente, apresentando alta concentração de renda, taxas elevadas de migração e recente aumento da pobreza. Por conseqüência, existem graves questões sociais e ambientais, com problemas que ameaçam as condições de vida da população. São eles: desemprego; violência; deterioração ambiental (sobretudo dos recursos hídricos, pela disposição de resíduos e tratamento de esgoto); e estrangulamento na infra-estrutura, particularmente em Habitação e Transporte.

?? **Desemprego**

Apesar de os indicadores sociais de Campinas não se assemelharem ao perfil dramático da RMSP, colocando os municípios da região em melhor situação em termos de renda, longevidade e escolaridade, o desemprego e a pobreza são elevados entre os chefes de domicílios, transformando o desemprego em um grande desafio.

Não só o mercado de trabalho não absorveu os intensos fluxos migratórios para a região, como a mudança no perfil ocupacional que vem ocorrendo no país criou um processo seletivo que atingiu os trabalhadores menos escolarizados. Como conseqüência, a desigualdade de renda na população é marcante.

?? **Violência**

O aumento da violência e dos crimes em Campinas aponta para quatro tendências:

- Crescimento da delinqüência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante seqüestro) e de homicídios dolosos (voluntários);
- Emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas, que modifica os modelos e perfis convencionais da delinqüência urbana e propõe problemas novos para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal;
- Violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática;
- Explosão de conflitos nas relações intersubjetivas, como conflitos de vizinhança que tendem a convergir para desfechos fatais.

Entre 1997 e 2001, a cidade de Campinas revelou taxas bem altas de crescimento de homicídios. Os de tipo doloso estiveram acima das taxas do município de São Paulo.

Uma das modalidades que vêm contribuindo para a exacerbação do sentimento de medo e insegurança coletivos tem a ver com a ocorrência de extorsão mediante

seqüestro, item que tem destacado Campinas na mídia como uma das cidades mais vulneráveis a essa modalidade criminosa.

?? **Deterioração ambiental**

A evolução da região nas décadas de 1970 e 1980 disseminou problemas característicos das grandes cidades, como os relativos ao saneamento básico e à degradação dos recursos naturais – degradação resultante não só dos lançamentos de efluentes domésticos e industriais, feitos nos cursos de água sem prévio tratamento, como também pela devastação indiscriminada da cobertura vegetal, pela ocupação desordenada e imprópria de várzeas e cabeceiras de rios, pela invasão de áreas de proteção de mananciais, pela disposição inadequada de resíduos sólidos e, finalmente, pela incipiente gestão dos recursos hídricos.

?? **Infra-estrutura: Habitação e Transporte**

A questão habitacional é um dos temas sociais pendentes na RMC. Cerca de 221 mil dos 989 mil domicílios do Aglomerado Urbano Leste do Estado (área que compreende os municípios com 50 mil habitantes ou mais, compreendidos na Região Administrativa de Campinas) são inadequados à moradia (barracos em favelas ou quartos em cortiços, sem serviços básicos de infra-estrutura urbana, com espaço interno insuficiente). O déficit habitacional é de ordem de 30 mil moradias.

Os investimentos por família atendida pelos programas desenvolvidos pela Companhia do Desenvolvimento Habitacional e Urbano--CDHU do governo do Estado são relativamente altos, em decorrência de uma ação concentrada na produção de novas unidades habitacionais. A produção total, embora elevada, está sempre muito aquém da demanda – segundo informações do Escritório Regional de CDHU, no município de Campinas, para uma oferta de 2.340 apartamentos, houve inscrição de 13.509 interessados.

No tocante aos transportes, o setor é obrigado a suportar fluxos externos de carga e de passageiros, tanto os cativos das cidades (intercidades, metropolitanos, regionais), como os de turismo e de passagem, sobre os quais não tem governabilidade. Tudo isso resulta em perdas significativas de qualidade de vida e de produtividade econômica.

?? **Outras Limitações**

?? O Sistema Cantareira, de abastecimento de água para a Grande São Paulo, partilha água da bacia do Piracicaba, gerando necessidades de articulação para evitar problemas de abastecimento na área.

?? Investimentos imobiliários recentes, sob a forma de condomínios fechados, vêm elevando os processos de exclusão e segregação social e espacial.

?? Ausência de integração entre municípios, com predomínio acentuado da visão local inibe soluções de porte regional para questões que se apresentam nesta escala.

?? O aumento da violência urbana, cujas causas são similares às presentes na Grande São Paulo, comprometendo a competitividade da área.

2.5.1.3 Potencialidades

Caracteriza-se pela complementaridade de funções econômicas exercidas por seus 19 municípios, tais como:

?? Produção industrial diversificada, com ênfase em setores dinâmicos e de alto *input* científico-tecnológico, notadamente nos municípios de Campinas, Paulínia, Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste e Americana.

?? O intenso intercâmbio com centros de pesquisa vem resultando em crescentes ganhos de competitividade nos mercados internos e externos.

?? Presença da Refinaria da Petrobrás, em Paulínia, pólo petroquímico indutor da atividade industrial, e do Gasoduto Brasil-Bolívia, trecho norte, ligando Corumbá a Paulínia e Paulínia a Guararema, com Estações de Entrega em sete municípios da Região.

?? Centro avançado de serviços médicos de alcance nacional e internacional.

?? Entroncamento estratégico multimodal para o transporte de carga, apoiando as operações de exportação e importação.

?? Centro de apoio ao desenvolvimento agropecuário, abrigando importantes áreas agrícolas localizadas, sobretudo, em Valinhos, Vinhedo, Monte-Mor, Sumaré e Holambra.

?? Atividades de comércio e serviços de expressiva especialização.

?? Presença de importante aeroporto especializado em cargas, integrante estratégico dos sistemas nacional e regional.

2.5.2 Proposições para a Região Metropolitana de Campinas

O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas fixou, para o exercício de 2004 e o Plano Plurianual 2004/2007, as diversas diretrizes para a região.

O Governo do Estado de São Paulo tratará de articular suas secretarias de forma a atender as proposições da Deliberação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas nº 004/2003, que fixa diretrizes por campo funcional para a Região.

A coordenadoria de Planejamento Metropolitano da Secretaria de Economia e Planejamento se incumbirá de organizar a sistemática de acompanhamento, bem como o rebatimento possível das proposições nas Leis Orçamentárias.

2.6 Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)

Mapa 2.20

2.6.1 Perfil da Região

Terceiro maior aglomerado urbano do Estado, esta Região apresentou na última década uma taxa de crescimento médio anual de 2,16%. Atualmente, possui uma população fixa de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes distribuídos pelos seus nove municípios.

A Região da Baixada Santista é uma área de especialização em ramos e segmentos complementares ao pólo paulistano caracterizados por grande diversidade:

?? Oferta de serviços, facilidades de veraneio e turismo de grande expressão, atendendo às demandas de lazer da Metrópole e do Interior.

?? Função portuária de grande relevância, com o principal equipamento portuário e retroportuário nacional, o Porto de Santos, por onde passam 37% das operações de produtos manufaturados, considerado o maior e mais moderno da América Latina, movimenta por ano mais de 43 milhões de toneladas de carga em seus 12 quilômetros de cais.

?? atividades de transportes, voltadas majoritariamente para as cargas e as movimentações de média e longa distância;

?? indústrias de refino do petróleo e de processamento de derivados associadas;

?? indústria siderúrgica pesada especializada na produção de chapas planas;

?? atividades de veraneio, majoritariamente realizadas mediante a propriedade de imóveis residenciais destinados às mesmas, ou pela locação temporária, que se comportou historicamente como indutora da indústria imobiliária e da construção civil;

?? atividades da indústria imobiliária e da construção civil;

?? atividades do comércio varejista voltadas essencialmente para o mercado local e regional constituído na aglomeração urbana que caracteriza a região;

?? atividades de serviços voltadas prioritariamente para o mercado fixo local e regional, bem como para a população flutuante gerada pelo segmento veraneio/turismo, com alguma expressão em segmentos com atratividade para mercados externos, a exemplo do de ensino superior;

?? atividades da indústria energética no segmento elétrico, outrora de grande expressão no provimento para as áreas mais dinâmicas do Estado, hoje bem restritas à complementação da oferta principal daquele segmento.

Excetuados os setores diretamente voltados para os mercados de aglomeração urbana, todos os demais que conformam a especialização regional são de importância estratégica para a economia paulista e nacional e, em parte, para o setor agropecuário externo à região. Nessa condição, apresentam fortes suscetibilidades as políticas e conjunturas definidas fora da região, seja no plano macroeconômico, seja no das políticas públicas nacionais de concessões, juros, incentivos, participação do setor estatal/privatização, e da política trabalhista. Em especial, as iniciativas de adaptação dos paradigmas produtivos e da prestação de serviços à produção, no âmbito nacional, têm imposto à região fortes desafios e sobressaltos. É o caso, por exemplo, do segmento portuário, no âmbito do qual o processo de privatização, indispensável à modernização do porto de Santos e conseqüente aumento da competitividade do país, que acarretou impactos negativos nos níveis de emprego nas atividades portuárias dos Municípios de Santos e Guarujá, com desdobramentos sobre os setores comercial e de serviços da área como um todo.

Por outro lado, considerando os aspectos puramente internos às atividades econômicas da região, têm-se verificado problemas localizadas como no caso da poluição atmosférica e do solo gerada pela indústria de base implantada em Cubatão, que, abatendo-se com forte impacto sobre as áreas sensíveis, colocadas sob regimes legais de conservação, da vizinha Serra do Mar, impuseram conotações negativas àquele segmento da produção.

É também, o caso da oferta de infra-estrutura de transportes, energética, e, principalmente, de saneamento básico, que, confrontada com parâmetros extremados de demanda correspondentes à baixa e à alta estação do veraneio/turismo, é forçada a operar no limite máximo de tensão.

Em seu conjunto, a Baixada Santista tem apresentado participação decrescente na economia do Estado, como aponta a queda do valor adicionado e do consumo de energia total da região no período de 1980 até o final da década de 90.

Em 1995, dos municípios da região, apenas Cubatão e Santos se apresentavam entre os vinte municípios de valor adicionado mais alto. Em 2000, apenas Cubatão mantinha sua inserção, como o oitavo município do Estado. Tal posição se deve ao componente da indústria de base instalada no Município, também responsável por sua terceira colocação na arrecadação dentre os municípios da região. A esse respeito, em Santos é destacada a presença, como fatores de geração de renda, das atividades portuárias e conexas e das ligadas à indústria imobiliária e da construção civil. Guarujá é outro município no qual esses segmentos alcançam grande destaque, refletindo o peso que a atividade de veraneio baseada na propriedade imobiliária mantém na economia regional.

A peculiaridade econômica regional da Baixada Santista é, em grande medida, determinada por sua peculiaridade fisiográfica e ambiental, que, ao mesmo tempo em que comporta amenidades naturais e paisagísticas de grande valor para o turismo, impõe severas restrições ao seu aproveitamento.

Das vinte praias da região pelo menos metade é dotada de grande beleza paisagística e boas condições de uso para fins de turismo. Os morros, isolados, ou se

constituindo em estribações da formação serrana do Noroeste da região, são outro fator de grande atração paisagística, ainda que, no presente, menos desfrutados que as praias. Além disso, diversas áreas da Serra do Mar têm grande poder de atração turística, contendo espaços propícios para trilhas, cachoeiras e correntezas aptas ao desfrute para banhos e travessias desportivas.

No seu conjunto, esses elementos dão origem a uma paisagem de grande imponência e poder de atração, que se configura como um importante referencial da identidade regional.

Ao mesmo tempo, trata-se, todos, de elementos que requerem grande cuidado em seu desfrute, mostrando-se com forte suscetibilidade às agressões derivadas da poluição do ar, com origem industrial – caso das vertentes da Serra – do desmatamento indiscriminado – também verificado nessas vertentes – da ocupação de áreas de alta declividade e risco de erosão – caso das vertentes e topos de morros isolados e das vertentes ocupadas pelos chamados "bairros-cota" – dos trechos de braços de mar interiores, estuário e praias, afetados de forma extremamente negativa pelo lançamento de resíduos líquidos do esgotamento sanitário de origem doméstica e industrial – dos manguezais, destruídos, tanto pelo aterramento irresponsável voltado à construção quanto pela remoção para formação de atracadouros e base de calado para embarcações.

A tomada de consciência da sociedade civil e Poder Público a respeito dessas questões ambientais, e das ocorrências concretas de danos ambientais aos ecossistemas/unidades de paisagem da região, deu origem, já desde a década de 1960/70, a políticas e medidas de conservação e restauração, cujos resultados hoje se fazem sentir de forma positiva: foi grandemente reduzida a emissão de poluentes do ar e solo pelas indústrias do parque instalado junto à raiz da Serra do Mar, em Cubatão; foram intensificadas as restrições às agressões aos manguezais costeiros; medidas de contenção foram aplicadas a encostas suscetíveis de erosão; procurou-se conter a expansão dos "bairros-cota". Esforços de grande monta foram despendidos no saneamento básico, notadamente na coleta, afastamento e lançamento final dos efluentes do esgotamento sanitário, indispensáveis à recuperação da qualidade das águas das praias e estuários, e à defesa da flora e fauna que têm seu "habitat" natural nos braços de mar e orlas adjacentes. No entanto, a obtenção de resultados mais efetivos nesses aspectos depende ainda de maior soma de investimentos, dada, inclusive, a demanda ampliada originada pela população flutuante nos picos sazonais do veraneio/turismo.

As peculiaridades ambientais da região, além de imporem fortes restrições de ocupação à atividade econômica em sua implantação, qualquer que seja o ramo/segmento considerado, implicam outra restrição, a de espaços aptos a receber o assentamento em geral. Do cômputo total de áreas da região – 2.373 km² – descontadas as áreas já ocupadas, e as que por razões ambientais não o podem ser, restam menos de 20% em condições de abrigar novos assentamentos. Cabe ressaltar que as áreas já ocupadas, mais centrais e muitas vezes ociosas, podem ser requalificadas para abrigar novos usos visando a aproveitar a infra-estrutura já instalada.

Uma situação desse tipo impõe a necessidade de definição e aplicação de políticas de uso e ocupação do solo concatenadas entres os diversos municípios da região e destes com o Estado. O atendimento dessa necessidade representa investimentos de monta em organização administrativa e treinamento de pessoal de controle do uso e ocupação das prefeituras da região, bem como em sistemas de informação geográficas – SIG – que se constituem, hoje, em instrumentos indispensáveis à eficácia de disciplina de controle espacial e dos assentamentos.

2.6.1.1 Principais pontos críticos

Entre os pontos críticos da região destacam-se como fatores de bloqueio ao desenvolvimento regional:

?? dificuldades técnicas e urbanísticas para a interligação completa das duas pistas da Rodovia dos Imigrantes às áreas de produção industrial e atividade portuária da região;

?? persistência de dificuldades de controle, prevenção, e remoção de assentamentos de risco nas encostas de morros e da Serra, pelos chamados "bairros-cota", que vão tornando permanentes as ameaças de ocorrências danosas ao meio ambiente e à urbanização regionais;

?? ausência, ou insipiência, de programas ou medidas singulares de prevenção de sobrecargas excessivas aos sistemas de infra-estrutura regionais, por ocasião dos picos sazonais de veraneio/turismo;

?? atraso no planejamento de âmbito regional, da atividade turística/de veraneio, a partir do qual uma programação concatenada, de longo e médio prazos, pudesse ser estabelecida, visando à estabilidade, sem processos prematuros de erosão, dessa atividade, e à captação ampliada de recursos para investimento na mesma.

2.6.2 Proposições

O debate na Baixada Santista tem polarizado entre duas opções estratégicas: promover a diversificação da produção, conseguindo, com isso, reter uma parcela maior do produto e da renda gerados nas atividades da área; ou prosseguir concebendo o desenvolvimento regional na linha histórica da complementaridade ao pólo metropolitano da Grande São Paulo.

A criação da Região Metropolitana da Baixada Santista, e a instituição de sua Agência de Desenvolvimento – Agem – ao lado da elaboração do primeiro Plano Regional, o PMDI – RMBS, contribuíram bastante para levar o debate regional quanto a essas linhas alternativas a um nível avançado de maturidade, propiciando a definição de um elenco de iniciativas fundamentadas, que podem propiciar uma conciliação positiva entre aquelas linhas.

Atualmente, as definições referentes à programação regional seguem as seguintes perspectivas:

?? prossegue em seu processo de ajuste a atividade do porto de Santos, sendo superadas as dificuldades iniciais enfrentadas nesse processo; o porto não só não teve reversões em suas operações e indicadores técnicos, como vem, a cada período considerado, superando suas marcas históricas de desempenho;

?? mostram-se consolidadas, ao que tudo indica sem perspectiva de reversão, as disciplinas de contenção da emissão de poluentes aéreos na área industrial da raiz da serra, em Cubatão, assegurando ao parque produtivo aí instalado condições de estabilidade e pré-requisitos favoráveis a sua expansão, que dependerá, menos que de fatores locais/regionais, do quadro conjuntural e das políticas macroeconômicas;

?? grandes intervenções na infra-estrutura regional vieram sendo equacionadas e encaminhadas, podendo ganhar, no período emergente, condições de implantação, a saber:

- instalações para aportamento em Santos de embarcações de passageiros de geração recente e grande porte, favorecendo o turismo internacional na região;
- ampliação do calado em áreas criticas do estuário, com o derrocamento de formações rochosas submersas, já claramente identificadas;
- abertura, por obra em túnel submarino sob o estuário, da ligação rodoviária entre as duas margens da área portuária;
- reaproveitamento do antigo traçado da EFS/Fepasa interligando o planalto à Baixada, no trecho Itanhaém/Santos, para modo de transporte coletivo de passageiros, intensificando a ligação longitudinal entre os municípios da porção Sul da região e a cabeceira desta, a cidade de Santos (sistema TIM – Trem Intermetropolitano);
- ampliação dos sistemas de saneamento básico que servem à região, em especial do de esgotamento sanitário, com apoio em financiamento parcial do Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), em processo de encaminhamento final;
- reaproveitamento de áreas portuárias desativadas para implantação de facilidades culturais.

?? Implantação do Sistema de Veículo Leve sobre Trilho na Baixada Santista – VLT –RMBS.

?? Plano Viário Metropolitano da Região Metropolitana da Baixada Santista – Viário RMBS.

?? Programa de Integrado de Despoluição do Estuário da Baixada Santista.

?? Implantação de Sistema de Informações Geo-referenciadas – SIG.

2.7 Programas e Ações do PPA

Desenvolvimento Regional – 4 programas

Regiões de São Paulo – 2 programas
Regiões metropolitanas – 1 programa
Região metropolitana da Baixada Santista – 1 programa

Demonstrativo dos Programas e Ações do PPA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		330.537.143
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	325.032.783	5.504.360
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	325.032.783	5.504.360

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E METROPOLITANO

REGIÕES DE SÃO PAULO

PROGRAMA

DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO

PROMOVER OS AGENTES LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO COMO ARTICULADORES DAS FORÇAS PRESENTES NOS MUNICÍPIOS, VISANDO CONJUGAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, A PROMOÇÃO DA CIDADANIA E A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

JUSTIFICATIVA

A AUSÊNCIA DE ARTICULAÇÕES MUNICIPAIS E REGIONAIS PARA DIAGNOSTICAR, PLANEJAR AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E CAPTAR RECURSOS PARA SUA EXECUÇÃO, NÃO ENCORAJA OS MUNICÍPIOS A SE ASSOCIAREM VISANDO VALORIZAR O TERRITÓRIO QUE COMPARTILHAM, FORNECENDO À COMUNIDADE LOCAL MEIOS NECESSÁRIOS AO DESENCADEAMENTO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
VALOR DA PRODUÇÃO PER CAPITA, EM REAIS	9.194	10.000
ÍNDICE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	46,78	60
ÍNDICE DE CONSERVAÇÃO DE SOLO	50,73	60

PÚLICO ALVO

COMUNIDADE RURAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO MUNICIPAL	1.800	PLANOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL IMPLEMENTADOS
ATUALIZAÇÃO ELETRÔNICA DO LEVANTAMENTO DE UNIDADES PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS-LUPA	100 %	SISTEMA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO AGRONEGÓCIO IMPLANTADO
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO ECONÔMICA DE FRUTAS COM QUALIDADE	10	SISTEMAS DE PRODUÇÃO ECONÔMICA DE FRUTAS DESENVOLVIDOS
DIFUSÃO DE TÉCNICAS PARA GESTÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA À PEQUENOS PRODUTORES	800	PROPRIEDADES ATENDIDAS
GERENCIAMENTO DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS	1.000	MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS GERENCIADAS
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS SUSTENTÁVEIS DE TURISMO RURAL NOS MUNICÍPIOS	80	SISTEMAS SUSTENTÁVEIS DE TURISMO RURAL IMPLANTADOS
IMPLEMENTAÇÃO DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS	1.000	MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS IMPLEMENTADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E METROPOLITANO

REGIÕES DE SÃO PAULO

PROGRAMA

DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS	2.400	MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM SEMENTES E MUDAS DE QUALIDADE
QUALIDADE DA AÇÃO PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO RURAL	120.000	APOIO ADMINISTRATIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL
RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS E UNIDADES REGIONAIS DA CATI	70	IMÓVEIS RECUPERADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		490.880.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	30.880.000	260.000.000
DEMAIS RECURSOS		200.000.000
TOTAL	30.880.000	460.000.000

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E METROPOLITANO

PROGRAMA *REGIÕES DE SÃO PAULO*

PLANEJAMENTO E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OBJETIVO

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E REGIONAL.

JUSTIFICATIVA

A NECESSIDADE DE APOIAR E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS INTEGRANDO OS DIVERSOS AGENTES COM A FINALIDADE DE ARTICULAR E DESENVOLVER OS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
CONVÊNIOS A FUNDO PERDIDO PARA IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA NOS MUNICÍPIOS E TAMBEM COM ENTIDADES FILANTRÖPICAS,	742	600

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ARTICULAÇÃO MUNICIPAL E CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS	600	CONVÊNIOS FIRMADOS
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO PONTAL DO PARANAPANEMA	14	PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	15	PROJETOS FINANCIADOS
FINANCIAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS - FUMEFI	72	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO REGIONAL	15	AÇÕES DESENVOLVIDAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		78.957.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	78.807.000	150.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	78.807.000	150.000

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E METROPOLITANO

PROGRAMA *REGIÕES METROPOLITANAS*

SISTEMA DE PLANEJAMENTO REGIONAL / METROPOLITANO

OBJETIVO

SUSBSIDIAR AS AÇÕES E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DAS METRÓPOLES E SUA INTEGRAÇÃO À REDE URBANA ESTADUAL.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE ARTICULAÇÃO, INTEGRAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO GOVERNO NAS REGIÕES METROPOLITANAS.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA POLÍTICA URBANA	0	100
PERCENTUAL DO CUMPRIMENTO DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO.	0	100
PERCENTUAL DO CUMPRIMENTO DOS PLANOS E PROJETOS.	0	100

PÚLICO ALVO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1	AGÊNCIA IMPLEMENTADA
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA RMSP	1	FUNDO IMPLEMENTADO
ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO REGIONAL DA RMSP	1	AÇÃO DESENVOLVIDA
PLANEJAMENTO METROPOLITANO DO ESTADO DE SÃO PAULO	12	RELATÓRIOS ELABORADOS
PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS	100 %	PLANOS/PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EDITADOS
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DAS REGIÕES METROPOLITANAS	100 %	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS IMPLEMENTADO

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E METROPOLITANO

REGIÕES METROPOLITANAS

PROGRAMA

SISTEMA DE PLANEJAMENTO REGIONAL / METROPOLITANO

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	36	PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS ESTABELECIDOS
PLANEJAMENTO E ORGANIZ.DE AÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE DA REG.METROP.DE CAMPINAS	200	FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		6.035.677
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3.595.134	2.440.543
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	3.595.134	2.440.543

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E METROPOLITANO

PROGRAMA *REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA*

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA DESENVOLVIMENTO DA BAIXADA SANTISTA

OBJETIVO

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECÔNOMICO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA.

JUSTIFICATIVA

DESENVOLVER PROGRAMAS E PROJETOS ESSENCIAIS, DE INTERESSE COMUM DOS NOVE MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA, VISANDO A MELHORIA DO SERVIÇO PÚBLICO, QUALIDADE DE VIDA,DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECÔNOMICO E REDUÇÃO DAS DESIGUALDES SOCIAIS DA REGIÃO.

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

SANTOS

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
RELAÇÃO PERCENTUAL NÚMERO DE CONTRATOS ELABORADOS/NÚMERO DE CONTRATOS PREVISTOS	0	100

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA BAIXADA SANTISTA.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL DA AGEM	1	UNIDADE ATENDIDA
PROJETOS DE INTERESSE METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	99	CONTRATO ELABORADO
PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO DA BAIXADA SANTISTA- RMBS	48	CONTRATO ELABORADO

CAPÍTULO III
DESENVOLVIMENTO SOCIAL: ORIENTAÇÃO E ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

3.1 Apresentação: Princípios e Objetivos da Ação do Estado na Área Social

3.2 Situação social do Estado: Sumário

3.3 Educação
3.3.1 Introdução
3.3.2 A Ação da Secretaria de Educação no Período do PPA

3.4 Saúde
3.4.1 Quadro da situação atual
3.4.2 Ações da Secretaria de Saúde no Período do PPA

3.5 Habitação Popular e Infra-estrutura
3.5.1 São Paulo no contexto nacional dos indicadores de habitação e infra-estrutura urbana
3.5.2 A questão habitacional
3.5.3 Ações da Secretaria no Período do PPA

3.6 Cultura, Esporte e Lazer
3.6.1 Cultura, Esporte e Lazer no Estado de São Paulo
3.6.2 Prioridades da Secretaria de Estado no Período do PPA

3.7 Segurança Pública
3.7.1 A Questão da Violência
3.7.2 A Ação da Secretaria de Segurança Pública no Período do PPA
3.7.3 A Segurança Penitenciária

3.8 Justiça
3.8.1 Ações da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania no Período do PPA
3.8.2 Regularização e Assentamento: Ações do ITESP

3.9 Emprego e Trabalho
3.9.1 Ações da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho no Período do PPA

3.10 Assistência e Desenvolvimento Social
3.10.1 Promoção do Desenvolvimento Social e Articulação de Ações
3.10.2 Ações da SEADS

3.11 Programas e Ações do PPA

3.1 Apresentação: Princípios e Objetivos da Ação do Estado na Área Social

O PPA é o instrumento que sinaliza, para o médio e longo prazos, a estratégia da política social do Estado de São Paulo, traduzindo seus princípios nos seguintes **objetivos principais**:

Enraizar a política social no desenvolvimento econômico a partir da sintonia com as necessidades territoriais. Esse processo não é um desdobramento natural do crescimento econômico. Para sua concretização é fundamental conhecer as potencialidades e demandas de cada região do Estado. Para elas é que serão orientados, com as especificidades requeridas, os esforços financeiros, regulatórios e institucionais do governo, visando desenvolvimentos individuais e contribuições para o progresso social e econômico do Estado.

Reduzir as desigualdades sociais entre pessoas, regiões e municípios. Para além da promoção do desenvolvimento humano do Estado e de suas regiões, o Governo Geraldo Alckmin objetiva, por meio das suas políticas e investimentos na área social, a redução das desigualdades ainda existentes. São consideradas inaceitáveis desigualdades no acesso à educação, à saúde básica, à água tratada, à coleta do lixo e à habitação digna. O esforço na área social é no sentido de sua erradicação. Reduzir drasticamente as diferenças entre níveis de acesso a esses bens, ou brechas de eqüidade, é outro dos objetivos estratégicos do desenvolvimento humano a que se propõe o Governo do Estado.[1]

Deve ser destacado, a propósito, que o Estado de São Paulo já alcançou níveis elevados de desenvolvimento econômico e social em vários campos, bem acima das médias nacionais, praticamente equiparando-se aos níveis observados em países mais desenvolvidos da América Latina.[2]

A concepção de políticas públicas subjacente à ação do Estado de São Paulo na área social é a de valorização do desenvolvimento humano, entendido como o resultado de um complexo processo que inclui fatores sociais, econômicos, demográficos, políticos, ambientais e culturais. Esse processo procura atingir as seguintes metas:

?? **Aumento da Produtividade –** pelo aumento do capital humano, o qual requer permanente investimento nas pessoas, assim como ambientes micro e macroeconômicos favoráveis.

?? **Melhoria da Eqüidade –** por meio da ampliação e garantia da igualdade de oportunidades para todos os setores e grupos humanos.

?? **Melhorias Permanentes –** pela adoção de mecanismos capazes de assegurar o livre acesso às oportunidades tanto no presente quanto no futuro; mecanismos que constantemente recomponham e regenerem todo o capital e os recursos utilizados, permitindo às futuras gerações igualdade de opções e no mínimo os mesmos recursos para seu bem-estar.

---

[1] Ainda que admita distintas interpretações, o conceito de *brechas sociais* ou *brechas de eqüidade* refere-se às assimetrias produzidas por fatores específicos, as quais geram diferenças observáveis e quantificáveis entre grupos, setores ou sociedades. Esse conceito é relativo aos parâmetros ou aos níveis de desenvolvimento almejados pela sociedade. Isto é, as distâncias às quais se refere são estimadas ou medidas em relação a um padrão adotado como meta.

[2] O Estado apresenta significativos indicadores de progresso social. O IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,814, tal como medido pelo IPEA, Fundação João Pinheiro e PNUD em 2000, situa o Estado de São Paulo na classe de alto desenvolvimento humano, juntamente com países como a Costa Rica (0,820), o Chile (0,831), a Argentina (0,844) e superando o México (0, 796).

?? **Melhoria na Capacitação das Pessoas *(empowerment)* –** por meio do desenvolvimento humano, que não se confunde com assistencialismo, paternalismo ou caridade. Antes, tem por referência a dignidade humana e o suposto de que as pessoas têm capacidades para eleger por si mesmas oportunidades. Para tanto, devem gozar de liberdade e poder para influir nas decisões.

A **universalidade**, a **solidariedade**, a **integralidade** das ações sociais e a eficiência da gestão pública na área social constituem os princípios que orientam as proposições de políticas públicas de que se ocupa este documento.

Universalidade. Os objetivos de melhoria dos padrões de eqüidade e igualdade serão tanto melhor alcançados quanto mais universais sejam as políticas e programas sociais oferecidos. Um dos pilares da edificação dos modernos Estados de bem-estar social, a universalidade traduz, no escopo das políticas, o direito social. Programas universais em geral se referem a políticas sociais de base – tais como educação e saúde –, são financiados principalmente por recursos fiscais e não admitem, para seu acesso, discriminações de qualquer ordem, como sejam as de classe, renda, gênero, raça, religião, etc. Destaque-se que o universalismo não se contrapõe à diversidade sociocultural.

Solidariedade. A ação solidária do Estado se dá principalmente por meio das ações sociais voltadas à eliminação da pobreza e à redução das desigualdades socioeconômicas. Entre as várias dimensões e características da pobreza e da carência extrema está sua alta probabilidade de reprodução entre gerações, o que pode ocorrer mesmo quando as gerações mais novas das famílias pobres têm acesso a programas sociais universais que, em princípio, tenderiam a romper tal círculo de reprodução da pobreza. Isso se dá pelas conhecidas dificuldades de que essas pessoas se beneficiem completamente dos programas oferecidos. No caso da educação básica, por exemplo, tendem a apresentar dificuldades de permanecer na escola e cumprir a escolaridade básica, ou apresentam dificuldades de aprendizagem muitas vezes relacionadas com carências experimentadas na primeira infância. Por isso mesmo, ações focalizadas junto a tais populações tornam-se necessárias, seja para ampliar seu bem-estar, seja para reforçar sua posição relativa na apropriação dos benefícios dos programas universais.

Integralidade - Gestão Integrada e Eficiente dos Programas. A ação espacial do Estado, efetivada pelas intervenções programáticas integradas e coerentes, constitui o eixo da gestão eficiente dos seus programas sociais. O PPA, enquanto instrumento organizador e orientador da estratégia e das ações programáticas do governo, além de definir o adequado espaço que cabe aos programas de desenvolvimento social, permite um tratamento integrado e regionalizado das ações econômicas e sociais. A própria área social requer um esforço de integração e coordenação, além de sua especificação territorial, de modo a considerar a diversidade de demandas e a superar as fragmentações, sobreposições e dispersão que tradicionalmente comprometeram sua eficiência.

Três **eixos estratégicos** concentrarão de forma prioritária a ação de indução e de intervenção do Governo de São Paulo:

?? **Universalização do Acesso a Bens e Serviços Essenciais**. Trata-se aqui de articular e integrar, de forma específica e segundo carências e demandas definidas territorialmente, os serviços básicos de atenção à saúde, saneamento básico; infra-

estrutura urbana e moradia visando a universalização gradativa do acesso por parte da população de baixa renda. Isso deverá ser feito sempre que possível de forma integrada e pactuada com os municípios.

?? **Geração de Renda, Emprego e Desenvolvimento Social**. Neste eixo procurar-se-á criar melhores condições de vida para a população de baixa renda por meio de ações combinadas de transferência de renda, geração de emprego, promoção social e agricultura familiar. Novamente aqui a especificação dos programas e suas prioridades de intervenção devem obedecer a critérios específicos de territorialização e, sempre que possível, articulados com os programas desenvolvidos nos outros eixos de intervenção.

?? **Universalização do Acesso ao Ensino Médio e Profissionalizante**. Com a universalização do ensino fundamental praticamente alcançada no Estado – devendo ser completada naqueles municípios onde ainda não ocorre – o foco central deste eixo é a universalização do Ensino Médio e a ampliação da oferta pública e privada do ensino profissionalizante, sempre de acordo com as vocações econômicas das diferentes regiões do Estado. Será também atribuída maior ênfase ao Ensino Supletivo, devido à grande demanda por parte de jovens que procuram aumentar seus níveis educacionais tempos após terem saído da escola.

Para o planejamento das ações governamentais nesses termos é importante estabelecer metas com referência estadual. A identificação de áreas-problema para condução integrada de várias políticas coloca-se como imperativo para dar maior eficiência às políticas e para reduzir o seu custo. No entanto, também é imperativo que as regiões de risco sejam tratadas de forma específica, e para elas sejam estabelecidas submetas. Essas últimas devem atender à urgência da recuperação regional, intra-regional e à realidade do atraso, justamente para possibilitar uma intervenção setorial integrada factível e passível de monitoramento e avaliação contínuos.

Dois tipos de ação podem estar associados na superação dos problemas sociais do Estado. O primeiro se destina a enfrentar os problemas e as carências observadas nos municípios classificados como em situação de risco estadual, por meio de conjuntos específicos de programas tendo como meta alcançar indicadores sociais que reflitam o valor médio observado no Estado, isto é, o valor médio estadual como piso. O segundo, objetivando eliminar as situações críticas regionais, deverá envolver atuação incisiva para reverter os indicadores dessas cidades ao piso crítico regional no primeiro ano, e à média regional no segundo ano.

3.2 Situação social do Estado[3]

A situação do Estado de São Paulo nos anos iniciais do século XXI pode ser caracterizada como de transição social, entendendo-se por isto um contexto que combina boas situações de bem-estar com indicadores de condições de vida ainda insuficientes para parcelas da população. Esta caracterização vale tanto para o Estado como um todo quanto para suas 15 regiões administrativas e municípios: é possível identificar no interior de cada uma dessas divisões uma dicotomia semelhante.

Essa situação de transição social retrata dois fenômenos que desafiarão a atuação governamental no futuro próximo. O primeiro é um aspecto positivo: no plano do

[3] O site da Secretaria de Planejamento na internet permite ao público interessado ter acesso aos textos que serviram de apoio para a elaboração do PPA.

progresso social, o Estado de São Paulo se encontra amadurecido e prestes a se afastar, definitivamente, das carências absolutas de condições básicas de vida.

O segundo é um aspecto negativo: ainda existem diferenças sociais básicas que dividem os paulistas, implicando um nível de desigualdade exatamente quanto às condições sociais básicas da população. Eliminar estas desigualdades mais agudas das condições básicas de vida e dar o grande salto nos níveis do progresso social constituem os principais desafios da ação do governo estadual no futuro próximo.

Dinâmica Demográfica e Ação Social. A dinâmica demográfica do Estado de São Paulo para estes primeiros anos do Século XXI projeta o crescimento da população para 42,7 milhões de pessoas em 2010. Isso significa uma taxa de crescimento de 15,6% frente aos 37 milhões observados em 2000, de onde resulta uma taxa de crescimento anual de 1,46%. Mas a dinâmica de crescimento das diversas regiões não será homogênea: das 15 regiões administrativas, 4 deverão superar a média de crescimento estadual e outras quatro ficarão abaixo dela. As sete regiões restantes deverão ter crescimento próximo da média estadual.

A amplitude das variações de crescimento regional deverá ter, na ponta inferior, de 0,83% e 0,88% de crescimento populacional ao ano para Presidente Prudente e Araçatuba, respectivamente. Enquanto na situação de crescimento mais intenso estarão Sorocaba (1,93%) e Santos (1,89%). O crescimento superior à média da RA de Campinas e a expectativa de crescimento inferior da RA Metropolitana de São Paulo deverão reduzir a distância entre as duas mais populosas regiões do Estado.

A dinâmica demográfica indica, também, uma forte tendência de redução da participação da população com menos de 14 anos e incremento da participação porcentual dos idosos na população total. Para o Estado, o porcentual de menores de 14 anos deve cair de 26,3%, em 2000, para 23,3%, em 2010. A relação entre a população de idosos (mais de 64 anos) e a faixa etária de 15 a 64 anos deve subir, de 9,1%, em 2000, para 10,3%, em 2010.

A despeito dessa queda de participação da população com menos de 14 anos na população total, ter-se-á ainda até 2010 um crescimento de seu número absoluto em algumas regiões do Estado. Além disso, a queda não é muito expressiva. Isso significa que os municípios devem continuar atentos no atendimento em termos de serviços sociais destinados a essa faixa etária. Ao mesmo tempo, a população de mais de 65 anos cresce de forma significativa, tornando mais urgentes as necessidades de atendimento específicas dessa faixa etária.

Nesse sentido, o crescimento da população até 14 anos se dará exclusivamente em 4 regiões administrativas: Santos (6,9%), Metropolitana de São Paulo (6,0%), Sorocaba (2,3%) e São José dos Campos (1,2%). As regiões de Campinas e Franca permanecerão com o número de crianças até 14 anos praticamente inalterado. Nas demais ocorrem quedas, muitas delas bastante significativas.

A população idosa**,** ao contrário, apresenta um crescimento expressivo em números absolutos no conjunto do Estado, e em todas as regiões, superior a 25%, atingindo mais de 40% em São José dos Campos, Franca e mais de 30% nas outras regiões à exceção de Bauru.

As variações na população masculina até 14 anos são maiores do que na feminina nas regiões onde há crescimento do número absoluto de crianças. No caso da população idosa, o crescimento da população feminina é sempre maior.

Saúde e ação social. A análise da mortalidade infantil oferece uma medida das condições da saúde para a população como um todo. De fato, os resultados dos anos recentes são animadores. O coeficiente de mortalidade infantil vem diminuindo no

Estado de São Paulo de forma contínua desde a década de 70, de valores acima de 80 óbitos/mil nascidos vivos no início daquela década, para 15,0 em 2002. Além disso, esta redução se deu em todos os componentes da mortalidade infantil, embora fosse mais acentuada no componente pós-neonatal. Os coeficientes para os diferentes componentes são 10,4 em 2002 de mortalidade neonatal total (sendo 7,7 de mortalidade neonatal precoce e 2,7 de mortalidade neonatal tardia) e 4,6 de mortalidade pós-neonatal.

A redução da taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos foi de 16,9 entre 1999 e 2001 para o conjunto do Estado de São Paulo. Do ponto de vista regional, a amplitude de variação desta redução foi elevada: de menos que 13 na Região Administrativa (RA) Central e de Ribeirão Preto, a 21,2 na RA de Santos. A situação é pior nas Regiões Administrativas de Sorocaba e Registro.

A esperança de vida ao nascer, outro indicador síntese das condições de saúde da população, era de cerca de 71 anos em 1999-2001. As diferenças regionais são de cerca de dois anos para mais e para menos. A melhor situação é da RA de São José do Rio Preto com 73,5 anos, seguida de Araçatuba e Presidente Prudente, ainda acima de 73 anos. A pior situação é de Santos (68,8). Todas as demais regiões têm índice superior a 70.

Síntese das Carências Regionais e Intra-regionais. A avaliação da distribuição dos municípios em situação de risco entre as distintas regiões administrativas do Estado permite destacar a existência de carências. No que se refere à infra-estrutura urbana de água e esgoto, a inadequação dos serviços é mais importante nas RA de Santos, Registro, Baixada Santista e São Paulo. Enquanto isto, a questão de moradia afeta principalmente Santos e a Região Metropolitana de São Paulo.

Um segundo aspecto refere-se à taxa de escolaridade: os municípios que apresentam mais problemas situam-se nas RA de Santos, Registro, Franca, São José dos Campos e Sorocaba. No que diz respeito aos menores de 14 anos que vivem em famílias com renda de até dois salários mínimos, a RA de Registro é a mais problemática, sendo que Marília, São José do Rio Preto e Araçatuba apresentam vulnerabilidade em mais da metade de seus municípios.

Um terceiro ponto a destacar é a forte heterogeneidade regional nas questões de renda e desemprego. As Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista têm o desemprego em situação de risco quase universal entre seus municípios. Já no campo da carência de renda, definida a partir da participação da renda das famílias que ganham até 2 mínimos no total das famílias, Registro e Presidente Prudente atingem os mais deteriorados patamares.

Por fim, as questões da mortalidade infantil e da violência. No caso da mortalidade infantil, a situação é pior na Baixada Santista, onde 55% dos municípios estão em situação de risco. No caso das mortes por agressões, a situação mais delicada é a de Registro.

3.3 Educação

3.3.1 Introdução

Uma das principais preocupações do Governo Geraldo Alckmin é não só com a universalização, mas, também, com a qualidade do ensino. Dada a dinâmica demográfica que se desenha para o Estado – em que o número absoluto de jovens tende a não crescer no futuro previsível – é possível pensar em investimento na qualidade do ensino. Isto se justifica quando se leva em conta que cerca de 1,57 milhão é o número de jovens de 7 a 19 anos que não freqüentam ou não completaram o Ensino Fundamental – sendo,

portanto, candidatos naturais e potencias ao Supletivo. Isso significa também que, resolvido o problema do acesso ao ensino, o Estado poderá, conjuntamente com as Prefeituras, dedicar-se à melhoria de sua qualidade.

Outra questão importante é que ainda existe analfabetismo, embora em níveis baixos em termos nacionais. A taxa no Estado é de 6,0% no grupo etário de mais de 15 anos. Esta taxa é devida, em boa medida, aos maiores de 50 anos. Nas situações regionais, Registro (11,8%) e Presidente Prudente (10,5%) são as que apresentam os maiores porcentuais de analfabetos neste grupo etário. Vale notar que Registro é a região com pior situação em faixas etárias mais jovens, como será analisado posteriormente. Um aspecto relacionado é o das taxas de analfabetismo na população rural, as quais são bastante diferenciadas regionalmente.[4]

Já para a educação infantil, a cargo das prefeituras, registra-se uma taxa de atendimento de 29% no Estado, mas com grande variância regional. Quatro regiões têm atendimento classificado como alto, enquanto outras quatro situam-se bem abaixo da média. As demais regionais estão próximas da média estadual de atendimento. Individualmente, vale destacar a RA de Marília com a maior taxa de atendimento (cerca de 43%). Na outra ponta, a RA de Registro tem a menor cobertura (20%).

O Estado de São Paulo vem apresentando melhorias nos indicadores de escolarização e em suas taxas de atendimento no Ensino Fundamental e no Médio. Ainda assim, propiciar o acesso e permanência a toda e qualquer criança em cada município do Estado no ensino fundamental é uma preocupação constante.

No Ensino Médio, a universalização, meta do Governo Alckmin, requer um esforço mais significativo dado que a taxa de escolarização líquida permanece em cerca de 53,7%. A taxa de atendimento da população da 15 a 17 anos é de 82,7% para o conjunto do Estado.

3.3.2 A Ação da Secretaria de Estado de Educação

A atual Administração tem a preocupação de preservar e garantir a continuidade dos programas e ações bem sucedidas implementadas nos últimos oito anos, estabelecendo, entretanto, claras diretrizes para uma nova política educacional, que privilegiará a qualificação do cidadão.

Para tanto, executa um programa de valorização profissional pela formação permanente dos educadores e transforma a escola num espaço em que o processo de aprendizagem é simultaneamente meio e fim, mantendo-se permanentemente capaz de alterar rumos, recolocar práticas e concepções e atender às necessidades colocadas por uma sociedade em rápida transformação. A implementação dessa nova política tem como meta a garantia de :

?? escola eficaz para o aluno;
?? boas condições de trabalho para os agentes educacionais;
?? integração dos órgãos por intermédio da: descentralização, da autonomia e da garantia da unidade na diversidade, evitando a fragmentação;
?? racionalização dos recursos;
?? otimização dos investimentos realizados no ensino.

[4] Na população de maiores de 15 anos, a média estadual é de 12%, mas as RA de Registro (19%), Santos (17%) e São José dos Campos (15%) apresentam porcentuais mais elevados. Ao contrário, a RA Metropolitana apresenta indicador de 9,4%. Nas três regiões em piores condições, a situação que mais chama atenção é a incidência do analfabetismo na população rural e na faixa de 30 a 49 anos de idade.

A principal ação do Governo para o período do PPA estará voltada para atingir a meta de universalização do ensino médio. Outras ações planejadas pela Secretaria da Educação irão implementar uma política educacional fincada no contínuo aperfeiçoamento do pessoal docente e dos demais integrantes do Quadro do Magistério – visando a melhoria da qualidade do ensino – e para o desenvolvimento de ações preventivas, visando integrar o jovem na comunidade escolar.

Para atender a esse objetivo, a Secretaria da Educação concebeu o Programa de Formação Continuada – Teia do Saber que a partir de 2003 atenderá às diferentes demandas da rede. Para isso, combina ações centralizadas com ações descentralizadas, geradas nas Diretorias Regionais de Ensino e escolas da rede.[5] Em continuidade da política educacional de valorização do profissional do magistério, esta Administração lançou também o Programa Bolsa-mestrado, destinado aos docentes interessados no aperfeiçoamento e atualização profissional.

Com o objetivo de integrar os jovens e suas respectivas famílias ao cenário escolar, a partir do segundo semestre as escolas da rede abrirão seus portões nos finais de semana, para que a comunidade tenha acesso às atividades esportivas, culturais e de lazer, que terão lugar naquele espaço. Isso dará início ao o Programa "Escola da Família: Espaços de Paz", que agregará novos elementos ao ambiente escolar aberto à participação da comunidade, estimulando dessa forma a interação democrática entre pais, alunos, educadores e toda população do seu entorno, viabilizando também a reversão do quadro de violência escolar.[6]

Outra ação iniciada no primeiro semestre de 2003 é o Programa de Alfabetização e Inclusão – PAI, que deverá alfabetizar cerca de 700 mil adultos com idade mínima de 15 anos num prazo de quatro anos, assegurando dessa forma o cumprimento do preceito constitucional que determina que "o Ensino Fundamental Público e gratuito será também garantido aos jovens e adultos que, na idade própria, a ele não tiveram acesso".[7]

No Programa do atual Governo será assegurada, igualmente, a continuidade de diversos projetos e/ou ações consolidadas nos últimos anos e que são em grande parte responsáveis pela garantia de atendimento à demanda da população do Estado. Com esse objetivo, e em cumprimento aos preceitos constitucionais vigentes e às determinações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estado continuará mantendo cooperação técnica e financeira com os Municípios, assegurando o funcionamento de escolas tendo em vista a oferta do Ensino Fundamental, com corpo técnico qualificado e elevado padrão de qualidade. São também implementadas ações que garantem às escolas da rede o recebimento do apoio indispensável para que a Merenda Escolar seja preparada e distribuída diariamente ao alunado da rede em todo Estado.

---

[5] As ações centralizadas têm a grande abrangência e a simultaneidade como principais características. Por essa razão, serão veiculadas pela Rede do Saber – que nada mais é que uma rede gestora de formação continuada para agentes educacionais, com capacidade para atender, ao mesmo tempo, 12 mil pessoas por dia, utilizando vários ambientes e abrangendo todas as 89 Diretorias Regionais de Ensino da rede. Essas ações serão veiculadas por intermédio de mídias interativas, na forma de teleconferências e videoconferências.

[6] A execução desse programa contará com a participação de 25 mil estudantes universitários, todos ex-alunos do Ensino Médio da rede estadual, inscritos no Programa Bolsa – Universidade. Os candidatos receberão bolsa equivalente a até 50% do valor de suas respectivas mensalidades escolares, limitada a um teto de R$ 267,00/mês. Em contrapartida, os estudantes bolsistas terão de cumprir uma carga horária mínima de 12 horas por final de semana, desenvolvendo atividades nas escolas da rede.

[7] Esse programa é fruto de uma parceria entre o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Educação, e o Sindicato das Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior – SEMESP, contando com a adesão inicial de 106 Instituições de Ensino Superior Particulares, que se encarregarão de proporcionar, em suas respectivas unidades de ensino, toda infra-estrutura necessária para o sucesso dessa ação, tanto do ponto de vista físico, como na área de recursos humanos.

Há que se ressaltar também, que o Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria de Estado da Educação, permite a agilização e o aprimoramento do processo de matrícula na rede pública de ensino, unindo Estado e Município com um objetivo único: atender a demanda de forma racional, ágil e eficaz, permitindo sua completa desburocratização.

3.4 Saúde

3.4.1 Quadro da situação atual

A saúde pública brasileira é objeto de preocupação constante de legisladores e técnicos, apesar dos inegáveis progressos alcançados desde a Oitava Conferência Nacional da Saúde (1986), Constituição Federal (1988), regulamentação do Sistema Único de Saúde (1990) e Normas Operacionais Básicas (1993 e 1996). Os temas que sempre fizeram parte da agenda de discussões e prioridades da saúde pública no Brasil evoluíram muito nas três últimas décadas: a mortalidade infantil e materna e a desnutrição infantil. No caso específico da população de São Paulo, o perfil da morbi-mortalidade vem passando por fortes transformações. Juntamente com o aumento da expectativa de vida, da redução nas taxas de mortalidade infantil, da diminuição das doenças infecciosas, tem-se um aumento das doenças crônico-degenerativas, revelando as dificuldades inerentes ao combate às velhas endemias e o aparecimento de novas doenças.

O quadro da saúde pública no Estado no limiar do século XXI revela os seguintes aspectos em relação a essas doenças e condições a elas associadas:

?? Doenças imunopreveníveis (poliomielite, difteria, sarampo, rubéola, tétano acidental e neonatal): por meio de campanhas maciças de vacinações, essas doenças estão praticamente erradicadas, merecendo algum cuidado adicional apenas o sarampo.

?? Aids: ainda é um problema grave, particularmente na Capital (onde os casos notificados no período 1980-97 representam cerca de 47% do total do Estado). Observa-se um rápido crescimento da doença até 1995, estabilizando-se a seguir nesse patamar, numa proporção de dois casos masculinos para cada caso feminino.[8]

?? Tuberculose: esta doença tem apresentado aumento no número de casos notificados, mantendo-se em um patamar acima dos 50 / 100.000 habitantes desde o início dos anos 90. Isso está associado à expansão da Aids, à persistência da pobreza, e a tratamentos mal conduzidos. Esta tendência, observada também em países desenvolvidos, aponta para previsões pessimistas para os próximos anos.

?? Dengue: o controle é difícil, tendo em vista sua fácil disseminação, a falta de vacina eficaz e a existência de algumas condições sanitárias precárias nas cidades, o que facilita a proliferação do mosquito transmissor.

?? Hanseníase: a doença ainda não está totalmente erradicada do Estado, mas em diversas áreas não têm sido detectados novos casos. Isso indica que o controle tem sido eficaz.

?? Tracoma: esta doença usualmente incide apenas sobre a população carente e está associada a condições inadequadas de habitação, grande concentração populacional e precariedade no abastecimento de água e coleta do lixo. A taxa de

[8] As taxas são de 38 casos para cada 100.000 habitantes na Capital e 25 por 100.000 no total do Estado.

detecção da doença, depois de um pico de 32,1/ 100.000 casos por habitante, em 1991, vem apresentando queda, com uma taxa de 2,7/100.000 casos em 1996.

?? Saúde da Criança: a taxa de mortalidade infantil no Estado, como vimos, passou de 51,2/1.000 nascidos em 1980 para 15/1.000 nascidos em 2002. As principais causas mudaram de eixo: das diarréicas – parasitárias e respiratórias passaram para causas perinatais, resultantes das ausências de um pré-natal de qualidade, atenção à gravidez de alto risco, acompanhamento do puerpério e estímulo ao aleitamento materno. O quadro existente permite inferir que os grandes desafios a serem enfrentados serão: continuidade de redução da mortalidade infantil, controle da febre, redução das disparidades entre situações de saúde e nutrição nos grandes centros urbanos e entre as áreas urbanas e rurais.

?? Saúde da Adolescência: a preocupação com as causas da morbi-mortalidade na adolescência tem mudado de eixo, voltando-se para variáveis comportamentais. As pesquisas indicam precocidade nas relações sexuais, possibilitando aumento dos riscos de gravidez sem planejamento e ocorrência de doenças sexuais e da Aids. Indicam também crescente envolvimento no fenômeno da violência e o uso indevido do álcool e drogas.

?? Saúde da Mulher: o Programa da Saúde da Mulher da Secretaria de Estado da Saúde elegeu como prioridades: a redução da morbi-mortalidade materna; a realização de diagnóstico e tratamento precoce de DST (doença sexualmente transmissível); atenção à mulher vítima de violência; o incremento do atendimento à mulher no climatério e à terceira idade; implementação das ações educativas do conhecimento da sexualidade e dos direitos da mulher.

?? Saúde do Idoso: as principais causas de morte para idosos são a doença isquêmica do coração, as doenças cérebro-vasculares, a pneumonia e a diabetes mellitus. A análise dos dados referentes às internações hospitalares indicam custos médios de hospitalização mais altos para a faixa etária acima de 60 anos, como seria de se esperar.[9]

3.4.2 Ações da Secretaria de Saúde no Período do PPA

O Plano Plurianual da Secretaria de Estado da Saúde – SES para o período 2004 – 2007 contempla 16 Programas que refletem as diretrizes definidas pelo Governo do Estado e buscam o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde – SUS em São Paulo. No eixo do **Governo Empreendedor** incluem-se os programas que prevêem investimentos na produção de insumos essenciais para a saúde:

?? **Programa de Produção de Imunobiológicos, Biofármacos e Hemoderivados**, que tem como objetivos principais o desenvolvimento das tecnologias de produção e de processamento para utilização no SUS, trazendo a auto-suficiência ao Estado e ao País nessas áreas estratégicas para a política de saúde.

?? **Programa de Produção de Medicamentos**, que prevê a ampliação e modernização das instalações de produção para ampliar também a linha de medicamentos produzidos e distribuídos no SUS e, com isto, melhorar a capacidade resolutiva das ações e serviços de saúde e beneficiar a população dependente do sistema público de saúde.

[9] Têm-se os seguintes custos: acima de 60 anos, R$500,00; para a faixa de 0-14 anos , R$345,00; e para a faixa de 15-49 anos, R$360,00. O tempo médio de internação foi de 9,4 dias para os idosos, 5,4 dias para a faixa de 0-14 anos de idade e 7,3 dias para a faixa etária de 15-49 anos.

No eixo do **Governo Educador** destaca-se o **Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos**, voltado para a preparação dos servidores envolvidos direta ou indiretamente com a prestação de serviços de saúde à população, não só da SES, mas também dos municípios. A Secretaria é também responsável pelo Programa de Residência Médica e de outros aprimorandos, no âmbito do SUS, garantindo novos profissionais com boa formação para atuação no sistema.

No eixo do **Governo Solidário** inclui-se o **Programa de Apoio à Atenção Básica de Competência Municipal com o Objetivo de Universalidade**, com atividades que reduzem as desigualdades de acesso aos serviços e ações de saúde, beneficiando os segmentos da população e as regiões mais vulneráveis aos problemas de saúde, como por exemplo, o auxílio do Governo do Estado às prefeituras para o Programa de Saúde da Famíla – QUALIS/PSF. Ele se destina aos municípios considerados prioritários segundo critérios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, às áreas de assentamento, às comunidades remanescentes de quilombos. Além disso, temos neste Programa os recursos para apoio às campanhas de vacinação e distribuição de medicamentos essenciais para todos os municípios do Estado.

No eixo do **Governo Prestador de Serviços de Qualidade** estão os Programas que envolvem a melhoria do padrão de qualidade dos serviços de saúde, o acompanhamento e avaliação das ações, tais como:

?? O **Controle de Doenças e Promoção de Saúde**, que integra as ações de vigilância epidemiológica e sanitária da SES, além do apoio e acompanhamento das atividades desenvolvidas nos municípios.

?? O **Programa de Governo Eletrônico**, que objetiva o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços de saúde pela melhor utilização da tecnologia de informação aplicável à área de saúde.

?? O **Programa de Inovação Tecnológica, Desenvolvimento Científico, Informação e Comunicação**, com o objetivo de realizar e apoiar estudos e pesquisas de interesse em saúde pública que colaborem no desenvolvimento de novas tecnologias que possam ser utilizadas pelo setor.

?? O **Programa de Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP**, que prevê recursos para reformar e ampliar a rede de serviços de saúde da SES, além do apoio aos parceiros do SUS, isto é, os hospitais filantrópicos (Santas Casas) e os serviços estaduais gerenciados pelas Organizações Sociais de Saúde, fundamentais para a garantia do atendimento à saúde da população, principalmente na atenção secundária e terciária.

?? O **Programa de Suporte Administrativo**, que garante os recursos para as atividades rotineiras da administração.[10]

[10] Todos os demais Programas são referentes às unidades da Administração Indireta. A Fundação para o Remédio Popular – FURP, a Fundação Oncocentro de São Paulo – FOSP, a Fundação Hemocentro, a Superintendência de Controle de Endemias – SUCEM, o Hospital das Clínicas - HC de Ribeirão Preto e de São Paulo e o Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual – IAMSPE estão contemplados no PPA com Programas próprios, tendo em vista a peculiaridade dessas instituições, que facilitará o acompanhamento e implementação das ações nos 4 pilares de governo.

3.5 Habitação Popular e Infra-estrutura Urbana

3.5.1 São Paulo no contexto nacional dos indicadores de habitação e infra-estrutura urbana

As condições de habitação e infra-estrutura do Estado de São Paulo são bem melhores do que as observadas no restante do País.[11] O mesmo se observa no que diz respeito ao esgotamento sanitário.[12] A remoção de lixo[13] e o acesso à água.[14] são outros pontos nos quais o Estado de São Paulo ganha destaque no cenário nacional.

Ainda assim, o Estado de São Paulo possui mais de 600 mil domicílios precários, entre favelas, cortiços e improvisados. Isto significa 6,5% do total de 9,9 milhões de domicílios urbanos identificados em 2000. A questão dos domicílios em favelas é, certamente, a mais complexa. Em termos absolutos, a RA Metropolitana de São Paulo detém 387 mil dos 485 mil domicílios nesta situação. A participação destes no total de domicílios é de 8%, bem superior à média estadual de 4,9%. Em termos relativos, o principal problema é a RA de Santos, com 11,2% de seus domicílios localizados em favelas. Em conjunto, as duas regiões representam 90% dos problemas do Estado. Vale notar que o problema não existe nas RA de Registro, Franca, Barretos e Central.

Já o abastecimento de água é inadequado em apenas 3,6% dos domicílios urbanos paulistas. Nas RA Central, de Barretos, Franca e Bauru, este nível é de menos que 2%. Grave, no entanto, é a situação das RA de Registro (7,3%), São José dos Campos (6,1%), Santos (5,4%) e Campinas (4,6%). Vale notar que esta questão afeta relativamente pouco a maior parte da população, dado que apenas 16% dos domicílios estão nas três regiões que têm marcas superiores a 30% da média estadual.

3.5.2 A questão habitacional

A análise da questão habitacional revela que as necessidades do setor no Estado se concentram mais na categoria de inadequação do que de déficit de estoque. Cerca de um terço dos domicílios do Estado tem algum problema. A maior parte dessas necessidades demanda reformas nos domicílios existentes, não implicando a ampliação do estoque. As necessidades habitacionais do Estado no final dos anos 90 somavam cerca de 2,7 milhões, das quais 2,3 constituíam necessidades de inadequação, enquanto as

---

[11] As condições de habitação brasileiras, tomadas pelo tipo de material utilizado nas construções indicam que 90,4% dos 39,6 milhões de domicílios particulares permanentes urbanos do Brasil apresentam paredes de alvenaria. Já na Região Sudeste, 98,4% dos 19,5 milhões de domicílios são feitos de alvenaria. No caso do Estado de São Paulo, que tem 10,2 milhões de domicílios (25,8% do total nacional) este índice é de 98%. A RMSP supera o índice do conjunto do Estado, com 98,6%.

[12] Enquanto apenas 52,8% dos domicílios urbanos brasileiros dispõem de rede coletora, o Estado de São Paulo tem 87,7% de seus domicílios com este serviço. Vale frisar que o índice do Estado é superior ao da Região Metropolitana (82,9%) e ao do conjunto da Região Sudeste (79,0%). Cabe também destacar o fato de que os domicílios que dispunham de fossas rudimentares ou não tinham acesso ao esgotamento sanitário eram 5,8% no Estado, contra 9,8% na Região Sudeste.

[13] Enquanto 86,6% dos domicílios urbanos brasileiros são servidos por coleta direta, o mesmo índice para o Estado de São Paulo é de 94,8%, que é superior, também, ao índice da Região Sudeste, de 91,2%. Ao mesmo tempo, 5,1% dos domicílios urbanos brasileiros têm destinação do lixo inequivocamente inadequada, o que só ocorre em 0,6% dos domicílios urbanos paulistas.

[14] O Estado de São Paulo apresenta um índice de canalização interna de água vinculada à rede geral de 98,2%, enquanto o Brasil e a Região Sudeste apresentam índices razoavelmente inferiores: 88,5% e 95,3%, respectivamente. Na situação de maior precariedade encontram-se 6,7% dos domicílios brasileiros, sem acesso à canalização interna, enquanto este índice é de apenas 0,9% para os domicílios urbanos paulistas.

restantes constituíam déficit. Para a RMSP, as necessidades somavam 2 milhões, sendo 1,7 de inadequação e o restante de déficit (dados da Fundação SEADE).[15]

Observa-se, pois, que as carências habitacionais são mais prementes na RMSP do que no interior. Esses resultados contrastam com as políticas estaduais e municipais voltadas, sobretudo, para a construção de casa própria, deixando em segundo plano outras linhas de ação (intervenção em cortiços, urbanização e regularização de favelas, locação social, lotes urbanizados, fornecimento de cestas de material de construção, etc.).[16]

3.5.3 Ações da Secretaria no Período do PPA

Nas últimas duas décadas, o desafio de suprir o crescimento vegetativo e diminuir o déficit acumulado tem sido enfrentado pela ação da Secretaria da Habitação e da CDHU, essencialmente com a construção de moradias novas destinadas à habitação de interesse social. O público-alvo desta política é o das famílias com rendimento mensal entre 1 e 10 salários mínimos, com prioridade para aquelas com renda entre 1 e 3 salários mínimos. Na proposta da Política Habitacional de Interesse Social, que tem por base a estruturação do Programa PRÓ-LAR em 2003, as novas linhas de atuação e formas de acesso à moradia pretendem ampliar o leque de atendimento das necessidades habitacionais do Estado. Para tanto, está previsto um fortalecimento das parcerias com prefeituras, movimentos de moradia, ONGs, entidades governamentais e iniciativa privada para promover:

?? construção de casas pelo processo de autoconstrução assistida, em cidades pequenas e médias do interior;
?? mutirões associativos nas cidades médias e grandes das regiões metropolitanas;
?? remoção e reassentamento de famílias em áreas de risco;
?? construção e ampliação de casas para trabalhadores rurais assentados pelo Estado;
?? reformas e ampliações de moradias por meio de microcrédito pessoal pelo Banco do Povo;
?? reassentamento e urbanização de favelas;
?? atendimento às comunidades quilombolas e indígenas;
?? erradicação de cortiços;
?? financiamento para construção em lotes próprios;
?? melhorias de conjuntos habitacionais: equipamentos e infra-estrutura;
?? produção adequada de casas e edifícios para a população de baixa renda por meio de empreitada global e integral; e
?? programa e ações de regularização fundiária.

Este conjunto de linhas de ação tem por base uma política de financiamento e de subsídios às famílias de baixa renda que lhes possibilita o acesso às diferentes soluções habitacionais.

[15] Ver análise contida no Capítulo 2 deste documento, relativa à Região Metropolitana de São Paulo.
[16] Os programas estaduais de produção de casa própria têm se conduzido através de "empreitada global"(obras executadas por terceiros e licitadas pelo CDHU), "habiteto" (associação Estado, prefeitura e auto-construtores) e o Programa de Mutirão com Associações Comunitárias.

O Programa Pró-Lar objetiva diversificar sua forma de atendimento atingindo as demandas dos diferentes municípios e regiões do Estado, bem como priorizar os segmentos sociais que apresentam maior vulnerabilidade nas suas condições de moradia.

Para o período 2004-2007 estabeleceu-se como meta cerca de 270.000 atendimentos habitacionais, incluídas as obras em andamento em 2003. Desse total, 25% dos casos deverão ser melhorias habitacionais.

O Pró-Lar – Autoconstrução é feito em parceria com as prefeituras para a construção de casas populares de baixo custo, com infra-estrutura e terreno doados pelas prefeituras. É a linha de atuação prioritária com os municípios paulistas de pequeno e médio porte.

O Pró-Lar – Rural destina-se às famílias em assentamentos do ITESP / INCRA, promovendo a melhoria das condições de produtividade e vida social no campo.

O Pró-Lar – Ação em Favelas e Áreas de Risco privilegia as situações críticas e emergenciais que as prefeituras enfrentam nas áreas degradadas de seus municípios, por meio de vários tipos de atendimento: desfavelamento, autoconstrução, cartas de crédito, infra-estrutura.

O Pró-Lar – Melhorias Urbanas e Habitacionais é direcionado à requalificação dos núcleos habitacionais e assentamentos urbanos degradados, oferecendo possibilidades de ações de infra-estrutura, equipamentos comunitários e projetos de inclusão social em parceria com prefeituras e entidades sociais.

O Pró-Lar – Núcleo Habitacional por Empreitada promove a construção de casas e edifícios para a população em geral, por meio de empreitada global ou empreitada integral, tendo uma grande participação em todo o Estado.

O Pró-Lar – Microcrédito é uma linha de financiamento a baixo custo para famílias que necessitam ampliar ou reformar suas moradias, em parceria com o Banco do Povo.

O Pró-Lar – Crédito Habitacional é uma linha de financiamento destinada aos proprietários de lotes próprios, que já contam com os benefícios da urbanização, sendo executado em parceria com prefeituras e associações de profissionais.

O Pró-Lar – Mutirão Associativo trabalha diretamente com as associações organizadas de moradia que promovem a construção de casas e edifícios em processo de mutirão.

O Pró-Lar – Atuação em Cortiços se dirige às famílias moradoras em cortiços nas áreas centrais degradadas das regiões metropolitanas do Estado. Esse programa conta com a parceria do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Pró-Lar – Moradias Indígenas e Comunidades Quilombolas, atende a populações específicas que merecem uma atenção especial do Estado.

Além desses programas de provisão de moradias e melhorias urbanas, a Secretaria da Habitação/CDHU, com a adesão dos municípios, se empenha numa ação propositiva de regularização de núcleos habitacionais de interesse social para promover a integração das comunidades de baixa renda às conquistas dos benefícios da cidade legal.

É importante, por fim, ressaltar o papel estratégico do Plano Habitacional de Interesse Social, que integra essa propositura do PPA, tanto no campo do fortalecimento da cadeia produtiva da construção civil, gerando uma média de 75.000 empregos diretos e indiretos, quanto da revitalização das redes de inclusão social e promoção da cidadania e qualidade de vida.

3.6 Cultura, Esporte e Lazer.

3.6.1 Cultura, Esporte e Lazer no Estado de São Paulo.

A Constituição Brasileira destaca a cultura no elenco de direitos e deveres que se combinam no exercício da cidadania (Artigo 215, da seção 2). Ao assumir a abrangência das questões culturais, o País faz um movimento para sua recuperação – embora esses assuntos ainda sejam considerados secundários na ordem hierárquica das urgências nacionais.

As questões culturais assumem, nos dias de hoje, caráter estratégico no processo de afirmação das identidades coletivas de cada comunidade ou nação no reconhecimento da diversidade como fator primordial e indissociável dessa nova universalidade, acelerada pelos meios de comunicação. O grande desafio da ação do estado é o de implementar um projeto cultural e educacional interdisciplinar, voltado à pesquisa e à informação, ao estímulo da inventividade e da criatividade, à produção de diferentes expressões culturais e à preservação do patrimônio cultural, criando meios para que o cidadão reflita sobre a sua realidade particular, a relacione com outras realidades, de seu país e do mundo, e que a transforme com o desempenho do seu trabalho. Assim sendo, cada sociedade tem a responsabilidade, por meio dos vários mecanismos tecnológicos de que hoje dispomos, de trazer para seu cidadão a cultura acumulada pelo seu povo e pela humanidade para situá-lo historicamente e provê-lo assim dos instrumentos necessários para a consecução do seu trabalho atual.

Uma síntese da situação da infra-estrutura cultural do Estado de São Paulo destaca os seguintes aspectos:

?? Teatros – Cerca de 20% dos municípios possuem teatros; mas 70% da população vive em cidades onde existem teatros. Logo, sua presença nos municípios é diretamente proporcional ao número de habitantes.[17]

?? Bibliotecas Públicas – Há no Brasil uma carência de bibliotecas públicas, e é fato exaustivamente comentado a pouca familiaridade dos brasileiros com a leitura. Apesar do aumento substancial do mercado editorial nos últimos anos, o consumo de livros não-didáticos per capita é de apenas 0,8 livro por ano. Um destaque do Estado de São Paulo é que a biblioteca pública é o mais presente de todos os equipamentos culturais.[18]

?? Centros Culturais/ Casas de Cultura – 37% dos municípios paulistas possuem Centros de Cultura. Nesses municípios, porém, reside a maioria da população paulista: 79%. Na RMSP chega a 90% a parcela da população que vive em cidades que dispõem desse equipamento. Assim como acontece com os demais equipamentos culturais, os centros de cultura são mais presentes nos municípios mais populosos. Nos municípios com mais de 50 mil habitantes, mais de 70% os possuem.

?? Museus – 24 % dos municípios possuem museus. Mas nesses municípios residem 76% dos habitantes do Estado.

?? Cinemas – Poucos municípios possuem cinema: apenas 11% do total. A parcela da população que tem acesso a cinemas em seu município, porém, é de 65%.

---

[17] 84% dos municípios com mais de 200 mil habitantes possuem teatros; cerca de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes não os possuem.

[18] Apenas 24% dos municípios não as possuem. Nesses municípios residem 2% dos habitantes paulistas. Existem bibliotecas em pelo menos 87% das cidades com mais de 10 mil habitantes.

?? Bandas e fanfarras – A existência de bandas e fanfarras, diferentemente do que acontece com outras atividades culturais, não é prerrogativa dos grandes centros urbanos. Esta atividade representa uma oportunidade para a construção de carreiras artísticas a serem ainda mais exploradas.[19]

?? Escolas de Samba – Um dos maiores emblemas da cultura nacional, as escolas de samba, estão presentes em 17% dos municípios.

?? Grupos Folclóricos – Em 19% das cidades paulistas existem grupos folclóricos abrangendo 56% da população paulista.

?? Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Arqueológico e Turístico – Apenas 15 % das cidades do Estado possuem algum órgão municipal voltado para a preservação dos patrimônios mencionados. A RMSP e a de São José dos Campos são as que possuem o maior número de municípios que sediam tais órgãos de preservação.

?? Convênios de Cooperação Técnica nas Áreas de Cultura, Turismo ou Comunicação – Existem convênios de cooperação em 6% dos municípios nas áreas mencionadas.

?? Convênios de Parceria com o Setor Privado nas Áreas de Cultura, Turismo ou Comunicação – O número de empresas que participa de projetos culturais em troca dos incentivos existentes (Lei de Incentivo à Cultura e Lei do Audiovisual) tem crescido fortemente – embora essa participação ainda seja pequena quando comparada à de outros países.

Observa-se, assim, que o estoque de equipamentos culturais concentra-se nos grandes centros urbanos. Mas é nesses que se concentra também a maioria da população do Estado. Tendo em vista o planejamento de longo prazo – e considerando-se que a democratização da cultura é um dos objetivos do Governo Geraldo Alckmin – o Estado, associado aos municípios e à iniciativa privada, se propõe a articular uma proliferação espacial dos equipamentos culturais.

Quanto ao Esporte, não parece ser verdade que não existam espaços adequados para as atividades culturais e esportivas em nosso Estado. Soluções engenhosas como a transformação de terrenos baldios, vias públicas, parques públicos, salões paroquiais, salões de festas dos prédios, espaços em escolas e quartéis em espaços para a prática esportiva e atividade de lazer podem e devem ser consideradas enquanto alternativas válidas. Já com relação às instalações esportivas mais adequadas e apropriadas, deve-se considerar que estas, embora bastante disseminadas, estão aquém das necessidades. Os principais estoques relevantes são:

?? Estádio Esportivo Público – Cerca de 440 municípios possuem estádios esportivos públicos, notadamente os municípios de maior porte.

?? Ginásio Esportivo Público – Dos 645 municípios do Estado, 430 possuem ginásios esportivos.

?? Quadra Poliesportiva Coberta Pública – 180 municípios apresentam esse tipo de equipamento.

?? Quadra Poliesportiva Descoberta Pública – 345 municípios possuem esse equipamento.

[19] Em apenas um terço dos municípios existem bandas e fanfarras. Esses municípios detém 80% de toda a população do Estado. A relação entre tamanho populacional do município e a existência desse equipamento cultural não é tão significativa como constatada nos demais.

?? Campo de futebol Público – 441 municípios possuem essa instalação pública.
?? Piscina Olímpica Pública – Apenas 46 municípios a possuem; 229 municípios possuem piscina semi-olímpica.
?? Quadra de Tênis Pública – existe em 64 municípios.
?? Pista Pública de Atletismo – existente em 139 municípios.

3.6.2 Prioridades da Secretaria de Estado de Cultura

As diretrizes básicas da Secretaria são as de:

I – estimular o desenvolvimento cultural do Estado levando em devida conta a pluralidade e a diversidade de sua composição demográfica e, conseqüentemente, cultural. Isso engloba tanto os processos de produção artística (criação, produção, difusão, fruição e consumo) quanto a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural;
II – aprofundar o tratamento interdisciplinar em relação a todas as formas do fazer cultural, o que implica uma parceria com diversas outras Secretarias;
III – ampliar quantitativa e qualitativamente o acesso dos cidadãos à cultura, perseguindo a democratização e a universalização deste acesso.

Um aspecto importante que norteia a ação da Secretaria parte do reconhecimento de que violência e falta de opções de cultura e lazer podem estar relacionadas, especialmente entre a população jovem. Levando isso em conta a Secretaria desenvolve quatro projetos visando a inclusão social dos jovens e redução da sua vulnerabilidade pela oferta de opções. Entre os projetos em desenvolvimento destacam-se:

1. Projeto Guri, para desenvolver habilidades e potencialidades musicais em crianças e adolescentes em áreas carentes.
2. Projeto Arquimedes, que estimula comunidades selecionadas a desenvolver atividades culturais para os jovens.
3. Programa São Paulo: um Estado de Leitores, visando implantar políticas capazes de desenvolver o gosto pela leitura, em especial entre crianças e jovens.
4. Programa Fábricas de Cultura, com recursos do BID, para a criação de nove centros culturais multidisciplinares.

3.7 Segurança Pública

3.7.1 A Questão da Violência

As mortes por causas violentas ou externas sofreram considerável aumento de importância em São Paulo e no Brasil desde a década de 80, tanto em número absoluto, como proporcionalmente às outras causas. Em São Paulo, representam o terceiro maior grupo de óbitos, perdendo apenas para as doenças do aparelho circulatório e praticamente empatando com as neoplasias. As mortes por agressão (homicídios) representavam a primeira causa de óbito entre as externas. A segunda maior causa eram os acidentes de trânsito.

O Estado de São Paulo apresentou, entre 1999 e 2001, em média anual, uma proporção de óbitos por agressões em relação aos óbitos totais de 6,3%. Quando adicionados os causados por acidentes de trânsito, os óbitos por causas externas

significam 8,9% do total. A Região Metropolitana de São Paulo respondeu por mais da metade dos 20,9 mil óbitos por agressões e acidentes de trânsito.[20]

3.7.2 A Ação da Secretaria de Segurança Pública no Período do PPA

A ação da Secretaria no período do PPA 2004-2007 objetivará consolidar o processo de modernização da infra-estrutura da polícia paulista, bem como aprimorar seus serviços de inteligência, continuando a investir no seu reaparelhamento e a desenvolver programas que reflitam as diretrizes já definidas no binômio modernização e eficiência, com objetivo de oferecer serviços de melhor qualidade à população. Os seguintes programas e ações serão executados:

?? O Programa **Modernização da Segurança Pública** – aplicado a todas as áreas de competência da Polícia Paulista, como segue: Polícia Civil e seus Departamentos; Polícia Militar e suas unidades, incluindo-se o Corpo de Bombeiros; Superintendência da Polícia Técnico-Científica e o DETRAN – continuará a ser executado tendo por escopo a valorização profissional dos membros das polícias paulistas, com adoção de política de recursos humanos, assim como dotando as polícias com equipamentos de informática, veículos, armas, munições e equipamentos de proteção individual.

?? O Programa **Governo Eletrônico,** que permeia todos os programas existentes na Secretaria da Segurança Pública, visa dotar todas as unidades com equipamentos de informática e modernização de sua infra-estrutura, possibilitando, desta forma, a expansão da INTRANET nas unidades policiais civis e militares; disponibilizar o INFOCRIM por meio da rede informatizada.[21]

?? O Programa Estadual de **Proteção às Testemunhas**, que tem por objetivo a proteção de pessoas ameaçadas em decorrência de terem presenciado crimes, é realizado em parceria com a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania e a sociedade.

?? O Programa **Prevenção e Repressão à Criminalidade**, cuja execução compete à Delegacia Geral de Polícia, prioriza a inteligência policial mediante elaboração de estratégias destinadas ao combate ao crime organizado, com apuração das infrações penais e sua autoria, mediante instauração de inquéritos policiais com

---

[20] Regionalmente, a violência ficou distribuída de forma bastante diferenciada. Apenas as RA Metropolitana de São Paulo (9,5%) e Santos (6,4%) registraram óbitos por agressão maiores do que a média do Estado. As RA de Barretos, Bauru, Franca, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto nem chegaram a 2%. O Grau de Concentração, medido pela participação das RA que têm média regional superior a 30% acima da média estadual nos eventos de morte por agressão, é muito elevado, chegando a 70,5% dos 14.806 óbitos por agressão. Vale frisar que a única RA que se enquadrou neste caso foi a Metropolitana de São Paulo. No conjunto do coeficiente de mortes por acidentes de transporte e agressões, frente aos óbitos totais, a RA Metropolitana de São Paulo é a primeira colocada (11,7%), seguida de perto por São José dos Campos, Registro e Santos. As RA de Bauru, Franca, Marília e Presidente Prudente estão abaixo dos 5%.

[21] Sistema de informações criminais que permite o mapeamento e controle on-line das ocorrências policiais e o cruzamento de informações dos locais e hora das ocorrências, através dos quais são elaborados mapeamentos estatísticos de informações geo-referenciadas. Atualmente, todas as unidades policiais da Capital, Grande São Paulo e dos municípios de Campinas e São José dos Campos acessam o INFOCRIM. O sistema será estendido aos demais municípios sede de regiões no Interior. Ele permite ainda: a implantação de protocolo único; a inclusão digital de funcionários, ministrando-lhes cursos de capacitação em informática; o acompanhamento de inquéritos policiais; e a reformulação do Site SSP. No âmbito da Delegacia Geral de Polícia, este programa destina-se também à expedição de Boletins de Ocorrência pela Internet, através da Delegacia Eletrônica.

elementos necessários visando a solução dos crimes desconhecidos e o desbaratamento de quadrilhas.[22]

?? O Programa de **Policiamento Ostensivo**, de responsabilidade da Polícia Militar, compreende o aprimoramento dos serviços prestados à população, por meio do policiamento comunitário, reduzindo os índices de criminalidade e, conseqüentemente, trazendo maior sensação de segurança à sociedade, principalmente a de baixa renda.[23]

?? O Programa **Segurança Escolar**, numa parceria com a Secretaria da Educação, tem por finalidade o policiamento ostensivo no entorno das escolas, para garantia da segurança de alunos e professores, assim como para prevenção às drogas e violência, promovendo maior interação com a comunidade, por meio de palestras, cursos e simpósios dirigidos aos jovens, ensinando-os valores de cidadania para o desenvolvimento da sua auto-estima.

?? O **Programa de Saúde aos Policiais Militares** visa prestar serviços de qualidade de saúde aos policiais por meio do atendimento médico, ambulatorial e odontológico; a modernização do atendimento hospitalar, com a implantação da clínica de reabilitação físico-mental no Hospital Militar; com a adequada manutenção e modernização dos equipamentos médicos disponíveis e com a produção e aquisição de medicamentos e de materiais médico-hospitalares.

?? O projeto **SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania**, a ser expandido para outras regiões do Estado após sua implantação como projeto-piloto em seis Postos de Corpo de Bombeiros da Capital, atendendo 360 crianças e adolescentes, de 10 a 15 anos, em situação de risco pessoal e/ou social, na maioria evadidos da escola pública e oriundos de famílias desestruturadas e de baixa renda (até dois salários mínimos).[24]

?? O Programa de **Modernização e Aperfeiçoamento da Polícia Técnico-científica** compreende a aquisição de equipamentos de alta tecnologia na área forense para os núcleos dos Institutos de Criminalística e Médico-legal; a manutenção e ampliação dos Centros de Atendimento às vítimas de violência sexual; a construção de novas unidades do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico-legal na Capital, Grande São Paulo e Interior do Estado; a organização de centros de tecnologia de ponta no campo forense; a reestruturação dos recursos humanos, com a criação de novos cargos e abertura de concursos para o preenchimento das vagas disponíveis, visando ampliar seu quadro efetivo; o aperfeiçoamento e atualização do profissional; a realização de cursos de aperfeiçoamento, objetivando a melhoria de qualidade na prestação de serviços à Justiça, com a manutenção e suporte administrativo e operacional das atividades técnico-científicas e com o fornecimento de laudos e peritagem de qualidade".

---

[22] Além disso, este programa prevê a reforma e adequação de Delegacias de Polícia existentes ao novo modelo de "Delegacia Participativa" com o objetivo de oferecer um novo padrão de atendimento e de prestação de serviços que corresponda às necessidades do cidadão envolvendo: recursos humanos; treinamento; e recursos de informática e de comunicação visual.

[23] O programa promove ainda uma maior interação com a comunidade por meio de palestras dirigidas a jovens estudantes, através do PROERD-Programa de Prevenção e Resistência às Drogas. Com a instituição do Serviço Auxiliar Temporário, a Polícia Militar mantém milhares de jovens entre 18 e 23 prestando serviços administrativos e tendo condições de deslocar seu efetivo no reforço ao policiamento ostensivo.

[24] Esse Projeto, desenvolvido em parceria com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, utiliza-se do espaço físico dos postos de bombeiros, para ministrar nos períodos complementares ao horário escolar, de metodologia de arte-educação e de educação moral, fortalecendo suas relações familiares e proporcionando lazer, reforço de aprendizagem escolar e atendimento à sua saúde.

?? O Programa **Sinal Verde**, cuja execução é da competência do DETRAN, busca a excelência dos serviços prestados mediante o aperfeiçoamento dos serviços de expedição da Carteira Nacional de Habilitação, de registro e licenciamento de veículos automotores; a manutenção dos veículos e motos da sua frota; a implantação de novas unidades de trânsito na Capital e no Interior, que necessitará do provimento dos cargos vagos mediante realização de concursos públicos, bem como a criação de cursos de formação.

?? O Programa de **Educação e Segurança no Trânsito**, igualmente a cargo do DETRAN, compreende os Programas Educativos, com a realização de palestras e campanhas educativas de trânsito, assim como a elaboração de projetos de sinalização viária, buscando a melhoria dos serviços prestados, por meio de fiscalização eficiente.

Além disso, e especificamente para auxiliar o combate à ocorrência de delitos, principalmente os promovidos por organizações bem estruturadas, o governo do Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública vem investindo fortemente nas suas polícias, equipando-as com melhores armamentos, equipamentos, viaturas, etc. No novo PPA procura-se privilegiar novas tecnologias e sistemas geo-refenciados entre os quais destacam-se:

?? **Copom *on-line* –** Sistema Informatizado De Administração Geoprocessada de Policiamento Ostensivo em Tempo Real: é um sistema inteligente que utiliza os recursos de geoprocessamento e registros de ocorrências.[25]

?? **Fotocrim** – **Base Informatizada de Fotografias Criminais**: sistema inteligente que permite armazenar eletronicamente fotografias de pessoas que possuem registros policiais e judiciais na esfera criminal, visando à monitoração da atividade criminosa.[26]

?? **Infocrim** – **Sistema de Informações Criminais**: implantado pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, é uma importante ferramenta no combate à criminalidade. Planejado no início de 2000 como instrumento

---

[25] O sistema permite aos diversos níveis de comando operacional, e também administrativo, acompanhar, em tempo real, pela tela do computador, em um mapa geocodificado, a dinâmica da criminalidade na cidade pelas chamadas do telefone 190, bem assim, as ocorrências que estão em andamento e os meios humanos e materiais para atendimento da demanda. Essa tecnologia permite otimizar o atendimento à população levando em conta a demanda por segurança, os serviços prestados e, a possibilidade de se antecipar aos fatos, em algumas situações, estando nos locais de maior probabilidade de ocorrerem ilícitos, pois permitem visualizar, em mapas, os locais onde estão ocorrendo os fatos, bem como os meios de que dispõe, podendo o comandante redirecionar esses meios, mudando o "desenho operacional" da área para o atendimento da demanda momentânea, voltando ao status anterior assim que a normalidade for restabelecida. Implantado inicialmente na Capital e região metropolitana, hoje o sistema já atinge as grandes cidades do interior do Estado - Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru, Santos, São Vicente e Sorocaba e com ampliação prevista para todos os municípios do Estado em médio prazo, em conjunto com a informatização dos Centros de Atendimento e Despacho (Sistema de Emergência 190).

[26] Modelo pioneiro na segurança pública de todo o país, a Fotocrim, fruto do trabalho tecnológico da própria instituição policial, proporciona às polícias subsídios para a execução do mapeamento do crime, objetivando, conseqüentemente, a redução dos índices criminais. Com aproximadamente cem mil delinqüentes cadastrados, a Fotocrim possibilita aos policiais identificar pela fotografia criminal a autoria de delitos por meio das características pessoais de suspeitos, crimes praticados, *modus operandi* e região de atuação. Lado a lado com a tecnologia da informação, a polícia, empregando técnicas de polícia inteligente, utiliza os bancos de dados criminais para direcionar seus recursos humanos e materiais de forma racional e eficiente, visando atender a política de segurança pública do governo estadual. As fontes de alimentação do sistema Fotocrim são: a atividade de inteligência, jornais impressos e televisivos, revistas, internet etc, além de dados obtidos juntos a órgãos públicos responsáveis direta ou indiretamente pela segurança.

fundamental para o Programa de Integração das Polícias, contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura de cooperação e otimização dos recursos humanos e materiais das instituições policiais.[27] Estes objetivos foram alcançados graças ao intercâmbio de informações criminais, planejamento conjunto e eficiente de ações policiais e estabelecimentos de metas de redução da criminalidade contidos no sistema.

?? **Sistema AFIS** – *Automated Fingerprint Identification System* (Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais): em processo de implantação, esse sistema é o modo mais rápido, preciso e fácil de se identificar uma pessoa por meio da impressão digital.[28]

?? **Sistema de Comunicação**: O governo do Estado está investindo também na melhoria do sistema de comunicação, tanto na região metropolitana quanto no interior do Estado. A mudança do atual sistema trará como principais benefícios a melhoria da qualidade nas comunicações e maior segurança. Para os próximos quatro anos está prevista a expansão da digitalização para todos os Órgãos de Polícia do Interior.

?? **Implementação de Tecnologia IP:** A implementação da tecnologia IP, trafegando dados, voz e imagem por redes de processamento de dados, vai permitir de imediato, a redução dos custos de comunicação, uma vez que todas as organizações policiais estarão interligadas pela rede INTRAGOV.[29]

3.7.3 A Segurança Penitenciária

A ação da Secretaria da Administração Penitenciária no âmbito do PPA 2004-2007 continuará a ser no sentido de aprofundar o processo de modernização e adequação da infra-estrutura do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo. O trabalho a ser desenvolvido continuará visando a sintonia entre os avanços no âmbito legislativo e os projetos na área administrativo-penitenciária.

A superpopulação prisional é uma constatação que ultrapassa os limites do Estado de São Paulo e do Brasil. Não obstante os esforços para evitar o aprisionamento

---

[27] O Infocrim é um sistema on-line que disponibiliza informações criminais geradas a partir dos Boletins de Ocorrência (BOs) elaborados nos Distritos Policiais. Dados como local, data e horário, características físicas dos envolvidos, modo de agir e outras particularidades, são apresentados em planilhas, gráficos e mapas, permitindo, assim, uma melhor visualização dos vários tipos de delitos e o combate mais eficiente à criminalidade. O Infocrim, que também é utilizado pela Policia Fardada, permite a distribuição dos recursos da polícia segundo as áreas de maior incidência criminal, além de permitir a análise do modo de operação utilizado pelos criminosos nos delitos. Com isso, a polícia consegue ligar vários delitos a uma mesma quadrilha, seguindo a descrição dos autores do crime dada pelas vítimas e pelo modo como eles agiram.

[28] O AFIS é utilizado com sucesso por agências de polícia e institutos de identificação civil em todo o mundo, em razão da sua capacidade única de identificar positivamente uma pessoa dentro de um universo de milhões de registros. A identificação de fragmentos de impressões digitais encontrados em cenas de crimes, conhecidos como impressões latentes, poderá ser feita comparando com a base de dados que está sendo digitalizada e incluída em um grande banco de dados. O sistema permitirá que a investigação policial seja mais ágil, mais precisa e mais oportuna, direcionando para a identificação rápida dos responsáveis pelos delitos. Todos os sistemas inteligentes são interligados, ou seja, um complementa o outro.

[29] Essa tecnologia também permitirá a integração e o compartilhamento de informações existentes em diversas bases de dados policiais, melhorando a qualidade do atendimento à população, pois o policial poderá intervir nas ocorrências munido de maiores informações sobre o local – perto de escolas, ponto de tráfico de entorpecentes, etc. -, tipo de delito, marginais que agem na região, podendo consultar rapidamente a situação das pessoas envolvidas sem ter que transportá-las até um distrito policial. Permitirá também que as informaçõ es trafeguem com segurança, dentro de redes privativas – Virtual Private Network (VPN) – impedindo que sejam interceptadas por pessoas não autorizadas e utilizadas indevidamente, além de serem transmitidas de forma mais ágil.

desnecessário com a criação de novas Centrais de Penas Alternativas, é necessário ampliar o número de vagas com a utilização de Unidades Prisionais de menor capacidade, concebidas conforme projetos que se apresentam como referência.

No marco de um novo modelo de gestão, o Governo de São Paulo continuará a construir Centros de Detenção Provisória, Penitenciárias Compactas, Centros de Progressão Penitenciária, Alas de Progressão Penitenciária, Centros de Ressocialização e Centros de Readaptação Penitenciária, salientando que esse último modelo seguirá como exceção à regra de prevenção especial. As Unidades Prisionais referidas comportam quantidades menores de presos e propiciam condições mais favoráveis ao objetivo de reintegração social. Esse objetivo é expresso pelas construções das Penitenciárias Compactas e Centros de Progressão Penitenciária que serviram para a desativação da Casa de Detenção de São Paulo e continuarão sendo utilizados para comportar os detentos dos regimes penitenciários fechado e semi-aberto.

Os Centros de Detenção Provisória servem e continuarão sendo utilizados para receber os presos provisórios, o que viabilizará, por igual, a desativação de todas as Cadeias Públicas vinculadas à Secretaria da Segurança Pública.

Os Centros de Ressocialização seguirão como referência de parceria entre o Estado e a Sociedade Civil, Unidades Prisionais mistas, com capacidade mínima, composta por presos provisórios e/ou definitivos, de regime penitenciário fechado ou semi-aberto.

Outras alternativas, que visam criar novas vagas e que podem envolver parceria entre a iniciativa pública e privada, serão avaliadas e ajustadas aos objetivos traçados pela Administração Penitenciária. Providências continuarão sendo implementadas visando dotar os serviços básicos de infra-estrutura de tecnologia de informação, tornando célere e segura a comunicação no âmbito interno.

Já é possível aferir a qualidade das atividades vinculadas à assistência ao preso e ao internado a partir da descentralização e criação das Coordenadorias Regionais e da Saúde, do Departamento de Reintegração Social, da atuação da FUNAP, da Corregedoria, da Ouvidoria, das parcerias com a sociedade civil, das propostas de adaptações de textos legislativos, padronização de normatizações internas e da postura firme da própria Secretaria da Administração Penitenciária.

No tocante à padronização, esta regra está incorporada à Administração Penitenciária e servirá para orientar a execução e desenvolvimento das atividades básicas de suporte, adoção de meios alternativos que visem redução ou minimização de gastos com investimentos e custeio, sem descuidar da formação e capacitação do corpo funcional.

3.8 Justiça

3.8.1 Programas da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

Os programas da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania para o período do PPA contemplam uma ampla gama de temas e atividades dentro de suas áreas de competência:

?? Uma atividade é a construção de cinco novas unidades dos Centros de Integração da Cidadania, a entrada de mais três no próximo ano, além de outras 12 em estudo para os demais exercícios de abrangência do PPA.

?? Outra atividade é a de apoio aos Conselhos diretamente vinculados à Pasta, que é realizada com a promoção de cursos, seminários, palestras e a celebração de

convênios com entidades de direito público e municípios sobre assuntos pertinentes ao Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEN, que coordena, desenvolve e estimula programas de repressão ao tráfico e de prevenção ao uso indevido de substâncias psico-trópicas ou que determinem dependência, e ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CONDEPE, que investiga as violações dos direitos humanos no Estado de São Paulo.

?? O CRAVI – Centro de Referência de Apoio à Vítima, é um programa que presta atendimento jurídico, social e psicológico às vítimas de homicídios, latrocínios e outros casos graves de violência. O PROVITA – Programa de Proteção a Testemunhas, é um programa que combate a impunidade, protegendo a testemunha, vítima e familiares de vítimas de violência, coagidas, ameaçadas ou expostas a perigos, em razão de informações prestadas, defendendo e promovendo o direito fundamental à vida e consolidando o Estado Democrático de Direito.

?? Para aumentar a eficácia no combate à criminalidade organizada e contribuir com os esforços que objetivam uma segurança pública eficaz é também necessário melhorar a infra-estrutura do Poder Judiciário. Sendo assim, é de responsabilidade da Secretaria a reforma, ampliação e construção de prédios forenses. Já se encontram programadas para os próximos quatro anos 40 obras e adequações de 154 Fóruns ao acesso de pessoas portadoras de deficiências.

?? Outros Programas relevantes que integram o PPA são a proposta para Capacitação, Desenvolvimento e Treinamento. A idéia é promover cursos, palestras e seminários internos e permitir aos servidores da Pasta o acesso a cursos de especialização e capacitação.

?? A Modernização do Complexo Barra Funda, no qual estão instalados órgãos da Secretaria e entes a ela vinculados, constitui outra atividade.[30]

?? Com relação ao IPEM/SP – Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo destacam-se os objetivos de verificação e acompanhamento do atendimento aos regulamentos de qualidade e certificação às normas de garantia de oferta e comercialização de produtos que atendam às exigências requeridas, promovendo a igualdade na concorrência de mercado e a inspeção dos veículos que transportam produtos perigosos, com o emprego de critérios técnicos de fabricação e operação, visando a segurança no transporte.[31]

?? Modernização da Junta Comercial do Estado de São Paulo de modo a dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos submetidos a registro na forma da lei. O objetivo á a automação dos processos de forma a aumentar a segurança e diminuir o prazo de trâmite, melhorando os serviços prestados ao usuário.

?? No que toca ao Governo Eletrônico da Secretaria foram adotados os conceitos dos quatro programas preestabelecidos pelo Governo.

---

[30] O propósito é dotar o Complexo da infra-estrutura de instalações hidráulicas, elétricas e de acessibilidade aos portadores de deficiências. São necessárias medidas preventivas de manutenção e conservação das áreas comuns aos diversos órgãos pertencentes ao Complexo, no qual ocorre o atendimento diário de centenas de pessoas, que buscam o PROCON, a JUCESP, o IMESC e o CRAVI.

[31] Dada a sua importância para a expansão da inserção internacional da economia brasileira, as ações do IPEM estarão estreitamente articuladas com as da Secretaria de Ciência e Tecnologia visando adaptar a produção brasileira às normas vigentes no comércio internacional, como se detalha no Capítulo 5 deste documento.

?? A Secretaria de Justiça programa ainda a criação de um Sistema de Ouvidorias e um site para dispor de uma central de informações, difundir as demandas recebidas e propagar as ações implementadas.

3.8.2 Regularização e Assentamento: Ações do ITESP — Instituto de Terras do Estado de São Paulo

A Fundação ITESP atua, em suas políticas de desenvolvimento, capacitação, regularização e assentamento, na missão estabelecida de "planejar, implantar e viabilizar, com participação e sustentabilidade, o desenvolvimento socioeconômico das comunidades atendidas". Para tanto, adota uma concepção de trabalho que considera as especificidades culturais, ambientais e econômicas de cada local de modo a gerar contextos em que a responsabilidade seja compartilhada por todos os envolvidos.

Os programas em que atua envolvem equipes de campo num trabalho de formalizar parcerias no âmbito federal, estadual e municipal para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, capacitação profissional e aumento da produção, por meio de convênios. A partir de 2004 será também adotada a descentralização das ações e equipes, distribuindo os recursos humanos que ainda estejam concentrados na sede, na capital, para os escritórios de campo, de forma a atender mais eficazmente o público alvo.

O objetivo no período do PPA é a efetivação do assentamento de 8.500 famílias em todo o Estado. As ações estratégicas adotadas para a consecução desse objetivo são:

1. Regularização das comunidades e assistência técnica: contratação de serviços técnicos especializados e indenização aos ocupantes não-quilombolas em terras devolutas; prestação de assistência técnica e extensão rural, distribuição de bens e serviços necessários ao aumento da produção agrícola, melhoria na comercialização e da geração de renda.
2. Arrecadação de terras para assentamento: a obtenção de terras por transferência de próprios públicos, parcerias com a União e destinação de áreas devolutas passíveis de assentamento.
3. Regularização de Terras com a realização de Pesquisa Cartorial, cadastros técnicos, levantamentos topográficos em áreas rurais e urbanas sujeitas à regularização, celebração de convênios e contratos com as Administrações Municipal, Estadual, Federal e entidades privadas, apoiando tecnicamente a Procuradoria Geral do Estado na proposição de ações.
4. Desenvolvimento de ações de assistência técnica agropecuária e extensão rural, para produtores familiares assentados.
5. Execução de ações para recuperação e preservação do meio natural, por meio de atividades educativas, obras e serviços. Execução e manutenção de banco de dados e acervo. Promoção de campanhas e ações que permitam a organização social e a conquista e expansão dos direitos à cidadania nas localidades dos projetos de assentamento.
6. Distribuição de materiais, bens e serviços necessários ao aumento da produção agropecuária, melhoria da comercialização e da geração de renda nas localidades dos projetos de assentamento.
7. Realização de obras e serviços necessários ao assentamento de famílias e à manutenção das condições necessárias à habitação, exploração econômica e convívio social nas localidades dos assentamentos.
8. Ações que objetivam a migração para o meio eletrônico de todos os processos internos e intra-governamentais, integrando o sistema aos órgãos do Estado,

gerando interfaces para disponibilizar on-line as informações e promover a inclusão digital previstas no Programa Governo Eletrônico.

3.9 Emprego e Trabalho

3.9.1 Ações da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho (SERT)

A Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho atuará, no período do PPA, em duas grandes frentes: a primeira atende o setor formal e a segunda o setor informal. Para tanto, estuda-se a ampliação das ações por meio da transformação dos atuais Postos de Atendimento ao Trabalhador em Agências da SERT, onde os trabalhadores, empresas, entidades e órgãos do Poder Público das diversas esferas de governo poderão obter informações e formular solicitações sobre os produtos e serviços oferecidos pela Secretaria.

Relativamente às políticas de geração de emprego e renda no setor formal, serão incrementadas as ações para inserção de jovens no mercado de trabalho. O programa que hoje atende a Região Metropolitana de São Paulo será levado ao Interior do Estado, buscando-se uma participação financeira das Prefeituras Municipais. Serão contemplados os estudantes entre 16 e 21 anos de idade, do ensino médio da rede pública estadual (e, eventualmente da rede pública municipal), para receber o primeiro contato com o mundo do trabalho, por meio de estágio nas empresas. Atualmente essas ações são desenvolvidas nesta Secretaria pelo Programa Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho.

À medida que o desemprego permanece em níveis elevados, torna-se necessária a intensificação da parceria com o Governo Federal nas ações do Sistema Público de Emprego – SINE para operar o seguro desemprego, a intermediação de mão-de-obra e o cadastramento de desempregados para cursos de qualificação profissional. Serão fortalecidas as parcerias com as instituições de ensino para a realização de cursos de qualificação, com os recursos financeiros do Fundo de Amparo ao Trabalhador, de forma a proporcionar a melhoria da empregabilidade e a recolocação dos trabalhadores. Esses cursos serão estruturados a partir das estatísticas desta Secretaria, como também das sugestões das Comissões Municipais e da Comissão Estadual de Emprego.

Pretende-se manter o atendimento ao desempregado há mais de um ano, por meio de uma bolsa-auxílio em até nove meses e cursos de qualificação a esses bolsistas, como forma de se atender emergencialmente um dos segmentos mais necessitados da população da RMSP, que concentra o maior contingente de desempregados do Estado. Vale ressaltar o grande interesse dos entes municipais do Litoral e Interior na extensão deste para além das divisas da região atualmente atendida.

Paralelamente a essas ações a SERT prestará orientação trabalhista e desenvolverá políticas de prevenção de acidentes do trabalho, com vistas a melhorar a qualidade do trabalho em nosso Estado.

Estudos têm demonstrado que pessoas físicas de baixa renda com características empreendedoras ou pequenas empresas, formalmente constituídas ou não, em geral encontram dificuldades na obtenção de financiamentos para iniciar ou dar continuidade aos seus negócios. Nesta linha, a parceria entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais permite à SERT facilitar o acesso ao crédito aos pequenos empreendedores – com firma aberta ou não – por meio do Banco do Povo Paulista.

Ainda em relação ao setor informal a SERT buscará despertar a semente empreendedora nas pessoas de baixa renda, atuando nas comunidades carentes previamente prospectadas pelos seus técnicos, preparando-as para atender às

necessidades do local, individualmente ou em forma de associações de produção ou cooperativas, sempre respeitando a vocação comercial da região.

3.10 Assistência e Desenvolvimento Social

3.10.1 Promoção do Desenvolvimento Social e Articulação de Ações

A assistência social, conforme estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), "é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas". E, diante de sua especificidade, deve também se integrar "às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais".

A LOAS define ainda que as ações na área da assistência social devem ser organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social, de forma a articular meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área. Todos estes atores participam diretamente na formulação e execução dos Planos de Assistência Social orientando e controlando os respectivos Fundos de Assistência Social.

A integração de ações nesta área implica, sobretudo, a intervenção simultânea nas várias dimensões sociais do desenvolvimento, o que se alcança por uma correta identificação das demandas nas diferentes regiões do Estado. Isso implica duas diretrizes:

Promoção do desenvolvimento social integrado e inclusivo. Além da promoção da maior eqüidade, a política social objetiva, no curto prazo, trazer para a rota do desenvolvimento social, no mais rápido tempo possível, aqueles grupos da população que, por distintas razões, se encontram marginalizados do progresso social e das oportunidades existentes conferidas pelos programas sociais universais.

Este esforço de inserção social dos grupos mais carentes, um dos vetores do investimento social do Estado, vem se traduzindo na concepção e implementação de uma efetiva rede de proteção social atuante junto aos municípios que registram as maiores carências sociais, principalmente as relacionadas com as necessidades básicas e os grupos etários mais jovens.

Vários são os significados e objetivos desse esforço concentrado e focalizado da política social. Trata-se aqui de remover os obstáculos que vêm impedindo os grupos carentes de se beneficiarem dos bens e serviços sociais desde há muito oferecidos a outras parcelas da população. Como se sabe, as carências são cumulativas e tendem a aprisionar as pessoas nos círculos viciosos da pobreza. Romper com tal estado de coisas é um dos objetivos da rede social.

O outro é a promoção do reconhecimento, da identificação e da mobilização, por parte desses mesmos grupos e comunidades carentes, das suas potencialidades e capacidades, forma única de alcançar a sustentabilidade, no tempo, do progresso econômico e social. O aproveitamento do capital social próprio, o estímulo à participação ativa e construtiva, o desenvolvimento institucional adequado são alguns dos mecanismos que, estimulados pela ação inteligente da autoridade estadual, contribuirão para a inclusão social efetiva.

E tanto mais efetiva será tal estratégia de inclusão social quanto mais integrados, coesos e complementares forem os programas e as ações sociais desencadeadas por meio da rede de proteção social. Não se rompe o círculo da pobreza e da exclusão com ações

fragmentadas e dispersas no espaço e no tempo. A forte definição da base territorial da estratégia de inserção – o município – constitui já uma decisão estratégica para o tratamento integrado das ações e programas, esforço que deve propagar-se ao longo de toda a cadeia institucional do Estado, até o vértice de suas secretarias e administração central.

Articulação de programas universais com estratégias focalizadas. Finalmente, mas não menos importante, os objetivos estratégicos da ação social do Estado se completam por meio da articulação entre os programas sociais universais e as ações sociais focalizadas – estratégia que reforça a eficácia e a efetividade da ação pública em prol do desenvolvimento humano desejado.

Um dos alicerces do progresso social nas modernas democracias é, sabidamente, o decisivo e ativo papel do Estado na oferta universal e gratuita de bens e serviços sociais básicos. Alcançado certo patamar de oferta, como já se alcançou no Estado de São Paulo, não cessa o esforço público neste campo. Ao contrário, deve avançar decisivamente para completar as metas quantitativas esperadas – referidas e medidas pelas brechas de eqüidade - e, mais ainda, deve avançar para a substancial melhora da qualidade desses mesmos serviços indispensáveis à vida cidadã.

Entretanto, obstáculos de ordens diversas impedem que determinados grupos da população se beneficiem igualmente dos serviços sociais básicos. A ação focalizada, dirigida a tais grupos por meio de estratégias como a da rede social, visam exatamente remover tais obstáculos no mais curto espaço de tempo possível.

3.10.2 Ações da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS)

A SEADS exerce seu papel por meio de relações formais com os Municípios (caso estejam em gestão Municipal) ou diretamente com Entidades (Gestão Estadual) para a execução dos diversos programas criados pelo Estado. Ressalte-se que atualmente cerca de 95% dos municípios paulistas já estão em gestão municipal.

Até hoje as políticas da SEADS têm sido voltadas para o atendimento de necessidades básicas de grupos despossuídos, atuando apenas de maneira pontual e com baixos índices de cobertura. A operacionalização dos programas estaduais, por sua vez, envolve um grande número de convênios que deverão ser racionalizados mediante uma visão estratégica que assegure territorialmente a focalização de públicos-alvo e o estabelecimento de metas globais e locais.

A Secretaria implantará também mecanismos sistemáticos e ágeis de acompanhamento, avaliação e geração de informações que propiciem diagnósticos situacionais e apontem para intervenções capazes de corrigir as ações desenvolvidas.

A análise das relações formais existentes na SEADS demonstrou a necessidade de uma maior compatibilização entre os convênios, seus planos de trabalho e o desenvolvimento real das ações. Dessa forma, o monitoramento e a avaliação dos objetivos e metas propostas nos convênios permitirão uma permanente reavaliação da natureza e o objeto de tais instrumentos. Adicionalmente, a Secretaria tratará de desburocratizar os procedimentos burocráticos, de modo a permitir que os objetivos reais de atendimento básico e/ou especial sejam atingidos.

No novo papel que se projeta para a SEADS ela se estrutura segundo uma estratégia de atuação com alterações significativas em seus procedimentos. De um lado, buscar-se-á superar a pulverização de ações e convênios por meio da identificação dos principais públicos-alvos, integração de objetivos, metas e programas. Ademais, em um ambiente de programas e ações descentralizadas, a nova estratégia da SEADS reforça seu papel na orientação, monitoramento e avaliação das ações de assistência e

desenvolvimento social do Estado de forma a permitir o acompanhamento dos resultados e sua absorção em futuras ações.

Esta nova estratégia incorpora ainda a concepção e apoio a experiências regionais, com o intuito de ajudar a superar as desigualdades marcantes hoje existentes entre as diversas regiões do Estado. Completa este papel o desenvolvimento e a implementação de uma comunicação social eficiente e efetiva, que dê conta da divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

As principais ações da SEADS para assegurar seu novo papel são:

1. **Proteção Social Básica.** Consiste na implementação de um conjunto de ações de natureza emancipatória, que possibilitem aos indivíduos, em situação de risco social, o acesso a serviços e programas oferecidos em regime de meio aberto, privilegiando os processos de ampliação do universo informacional e cultural, o fortalecimento de vínculos relacionais, o apoio pessoal e familiar e o desenvolvimento de competências com vistas à sua autonomia e inserção social. Tem como foco famílias tornadas vulneráveis pela pobreza, crianças e adolescentes excluídos das políticas sociais básicas, idosos carentes, indivíduos com deficiências ou incapacidades que limitam ou impedem uma atividade normal e grupos ou indivíduos fragilizados economicamente em vias de migrar ou viver em situação de rua.
2. **Proteção Social Especial.** Consiste na implementação de ações de natureza compensatória a indivíduos e grupos fragilizados e em situação de risco, por meio de acolhimento e abrigamento, garantindo sua proteção e propiciando os mínimos básicos de sobrevivência, bem como a reinserção nas políticas e direitos sociais. Destina-se a crianças e adolescentes desamparados ou desabrigados, vítimas de violência ou em situação de trabalho penoso ou degradante, idosos e portadores de deficiência desabrigados ou vítimas de maus tratos e pessoas moradoras de rua ou itinerantes.
3. **A Rede Social-SP.** Criada em março de 2003, a Rede Social-SP é composta por representantes do governo, empresariado e organizações não-governamentais e tem, entre seus princípios básicos: a integração e a articulação dos programas do governo, das organizações da sociedade civil e do empresariado, bem como a territorialização da ação, priorizando inicialmente os 50 municípios com baixo IDH e áreas com altíssima vulnerabilidade social nas Regiões Metropolitanas. O maior desafio são as Regiões Metropolitanas que concentram 72% da população do Estado, em particular a de São Paulo, onde há 482 mil famílias com rendimento inferior a 1 salário mínimo. Para enfrentar com eficiência os desafios da Grande São Paulo, sobretudo dos municípios com alto grau de exclusão no entorno da capital, é imprescindível o estabelecimento de parcerias, entre o Estado, setor privado, terceiro setor e prefeituras.
4. **Orientação e Capacitação.** Cabe à SEADS, enquanto principal agente orientador de posturas, gerar documentos (manuais, cartilhas, etc.) que contenham as principais políticas da Secretaria, quer nas ações voltadas a proteção especial (abrigos), quer naquelas de proteção básica (programas com crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiência, etc.) de forma a assegurar a sintonia e articulação das ações locais. As ações a serem implementadas somente serão consolidadas se os diferentes interlocutores da SEADS estiverem em sintonia com o novo modelo. Desta forma, a capacitação das várias instâncias envolvidas (DRADS, municípios, entidades e Conselhos) têm papel de vital importância para a concretização dos movimentos pretendidos,

referentes à elaboração das políticas e planos de trabalho, execução e acompanhamento das ações dentro da nova postura pretendida.

5. **Estabelecimento de Convênio Único.** Este novo instrumento, a ser implantado em 2004, possibilitará ao Estado participar de maneira integral nas propostas de assistência e desenvolvimento social de cada município. De fato, este mecanismo de articulação com os municípios virá reforçar uma realidade de atuação que já se faz presente no âmbito local, onde os atores municipais já realizam a assistência de maneira integrada, não apenas com vistas a otimizar recursos (pessoais, infra-estrutura e financeiros), mas também em decorrência de uma concepção de assistência social que tem na integração dos grupos um objetivo específico. Desta forma, a SEADS não mais atuaria com os municípios explicitando atendimento *per capita*, mas com o apoio técnico e financeiro aos programas e projetos de enfrentamento à pobreza tanto em âmbito regional, como em âmbito local. O Estado participaria das ações desenvolvidas pelos Municípios, estando presente na integralidade dos programas, ampliando sua competência de supervisão e obtendo informações sobre o número real de beneficiários dos programas.
6. **Estruturação de um Sistema de Informações Estratégicas.** O Sistema de Informações Estratégicas contempla três ações: desenvolvimento e implantação do Cadastro Pró-social; desenvolvimento e implantação de instrumentos de monitoramento e de avaliação de programas na área social no Estado de São Paulo e; implementação de estratégia de comunicação social. O Cadastro Pró-social é um sistema informatizado para coletar e disponibilizar informações de instituições sociais, programas/ações por elas desenvolvidos e famílias/beneficiários atendidos. O Monitoramento e Avaliação contempla um conjunto de indicadores de desempenho e avaliação dos programas sociais, quantitativos e qualitativos, que estejam relacionados com as metas estabelecidas nas políticas sociais implementadas no Estado de São Paulo. A comunicação social tem por finalidade: (a) disponibilizar, divulgar e democratizar o acesso a indicadores, análises e experiências de êxito da área social, para subsidiar os atores públicos e privados nas suas ações e políticas, por meio de publicações, site na web, bem como outras mídias; (b) promover campanhas de mobilização, concursos e certificação de qualidade de projetos e ações para a ampliação e o aprimoramento da atuação na área social.
7. **Supervisão.** As DRADS – Divisões Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social deverão proceder a supervisão das ações desenvolvidas no âmbito de seu território. Essa atividade objetivará o acompanhamento e suporte técnico para a correção de eventuais distorções identificadas. Para tanto, serão definidos formatos e instrumentos específicos para auxiliar esta atividade.
8. Coordenar e apoiar programas de segurança alimentar no Estado em parceria com o Governo Federal, os municípios, entidades não-governamentais e o setor privado.

3.11 Desenvolvimento Social – 87 Programas

Educação – 10 programas
Saúde – 13 programas
Habitação Popular e infra-estrutura - 3 programas
Cultura, Esporte, Lazer e Juventude - 13 programas
Segurança Pública – 12 programas
Justiça - 21 programas
Emprego, Trabalho – 5 programas
Assistência e Desenvolvimento Social – 10 programas

Demonstrativo dos Programas e Ações do PPA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		7.367.533.100
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	7.065.193.362	302.339.738
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	7.065.193.362	302.339.738

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *EDUCAÇÃO*

ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

OBJETIVO

MANTER E AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS E CURSOS SUPERIORES EM ÁREAS ESTRATÉGICAS, BEM COMO O SUPORTE À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, APERFEIÇOANDO CONSTANTEMENTE A QUALIDADE DA FORMAÇÃO EM GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.

JUSTIFICATIVA

O DES.ECONÔMICO ESTÁ RELACIONADO COM A CAPACIDADE DE SUPERAR OS GRANDES DESAFIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS, ATRAVÉS DO DES.E APOIO DE ATIVIDADES QUE FAVOREÇAM AS PESQUISAS BÁSICA E APLICADA,O AUMENTO DO CONHECIMENTO E A MANTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE VAGAS EM CURSOS SUPERIORES DE QUALIDADE. A NÍVEL DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
VAGAS OFERECIDAS NO VESTIBULARALUNOS MATRICULADOS NA GRADUAÇÃOALUNOS MATRICULADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO. TESE DEFENDIDAS. ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS DE EXTENSÃO	100	110

PÚLICO ALVO

ALUNOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATIVIDADES EM CURSOS DE DIFUSÃO CIENTÍFICA E CULTURAL DA UNICAMP	1.950	EVENTOS REALIZADOS
ATIVIDADES EM CURSOS DE DIFUSÃO CIENTÍFICA E CULTURAL DA USP	1.800.000	EVENTOS CULTURAIS, EXPOSIÇÕES
ATIVIDADES EM MUSEUS DA USP	2.130.000	EXPOSIÇÕES E MOSTRAS DO ACERVO.
BOLSAS DE CURSOS DE MEDICINA E DE ENFERMAGEM DA FAC. MEDICINA SÃO JOSÉ RIO PRETO	267	BOLSAS PARA PROJETOS DE PESQUISA.
CONGRESSOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADES	81	CONGRESSOS TÉCNICOS / CIENTÍFICOS E JORNADAS MÉDICAS
CONSTRUÇÃO DO CAMPUS DA USP NA ZONA LESTE	45.000 M2	ÁREA CONSTRUÍDA
CURSOS DE DIFUSÃO CULTURAL DA FAC. DE MEDICINA DE MARÍLIA PARA A COMUNIDADE	810	PROFISSIONAL CAPACITADO E MEMBROS DA COMUNIDADE TREINADOS
CURSOS DE DIFUSÃO CULTURAL DA UNICAMP PARA A COMUNIDADE	98.300	ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS DE EXTENSÃO
CURSOS DE DIFUSÃO CULTURAL DA USP PARA A COMUNIDADE	190.200	CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO
CURSOS DE MEDICINA E DE ENFERMAGEM DA FAC. MEDICINA SÃO JOSÉ RIO PRETO	496	MÉDICOS E ENFERMEIROS
CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO DA UNICAMP	61.930	ALUNOS MATRICULADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *EDUCAÇÃO*

ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ENSINO DE GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS	255.473	ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS	137.042	TESES DE MESTRADO E DOUTORADO
EXPANSÃO DA ÁREA INSTALADA DA FAC. MEDICINA SÃO JOSÉ RIO PRETO	20.210 M2	SALAS DE AULA, LABORAT.DIDÁTICOS , DE PESQUISA E ÁREAS OPERACIONAIS INSTALADAS
EXPANSÃO DE ENSINO SUPERIOR NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS	5.639	NOVAS VAGAS OFERECIDAS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO
EXPANSÕES E REALIZAÇÕES DE OBRAS NOS CAMPI DA FAC. ENGENHARIA QUÍMICA DE LORENA	29.240 M2	OBRAS REALIZADAS
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DIF. CULTURAL E PRESTAÇÃO DE SERV. À COMUNIDADE - UNESP	148.701	CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO, SERVIÇOS OFERECIDOS, AÇÕES DE DIFUSÃO CULTURAL
FORMAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES - FAC. MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	346	DOUTORES E MESTRES.
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FAC. DE MEDICINA DE MARÍLIA	480	ALUNOS FORMADOS EM MEDICINA E ALUNOS FORMADOS EM ENFERMAGEM/ANO.
GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA - FAC. ENGENHARIA QUÍMICA DE LORENA	400	ENGENHEIROS
OBRAS E INSTALAÇÕES	70.170 M2	INSTALAÇÕES ADEQUADAS
PESQUISA CIENTÍFICA EM ENGENHARIA QUÍMICA, MATERIAIS E BIOTECNOLOGIA - FAENQUIL	257	PESSOA CAPACITADA
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FAC. DE MEDICINA DE MARÍLIA	1.181	PROFESSORES TITULADOS,RESIDENTES FORMADOS E PROFISSIONAIS CAPACITADOS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA - FAC. ENGENHARIA QUÍMICA DE LORENA	620	MESTRES/DOUTORES
RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	16.570.932	REFEIÇÕES SERVIDAS.
SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO	160.306	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SOFTWARES
SUPORTE TÉCNICO DE INFORMÁTICA DA FAC. MEDICINA SÃO JOSÉ RIO PRETO	1.000	EQUIPAMENTOS, REDES, LINK'S E SOFTWARE'S.

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		18.216.151
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	14.336.951	3.879.200
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	14.336.951	3.879.200

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO

PROGRAMA

ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO

OBJETIVO

MANTER E AMPLIAR A OFERTA DE CURSOS TECNOLÓGICOS VISANDO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO. FORMAR PROFISSIONAIS EM NÍVEL SUPERIOR EM DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO, VISANDO SUA INSERÇÃO EM DIFERENTES SETORES PROFISSIONAIS.

JUSTIFICATIVA

SUPRIR A NECESSIDADE DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM NOVOS PATAMARES DE COMPETITIVIDADE.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
AUMENTO DO NÚMERO DE VAGAS EXISTENTES	5.560	10.000

PÚLICO ALVO

EGRESSOS DE ENSINO MÉDIO, DO ENSINO TÉCNICO E DE CURSOS DE GRADUAÇÃO; PROFISSIONAIS COM CERTIFICAÇÃO NECESSÁRIA, ATUANDO NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESCENTRALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL DO CENTRO PAULA SOUZA	16	CENTROS REGIONAIS DE TECNOLOGIA IMPLANTADOS
ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO	22.000	VAGAS EXISTENTES MANTIDAS
EXPANSÃO DO ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO	100 %	VAGAS AMPLIADAS EM 100%
IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS TECNOLÓGICOS	650	NOVOS CURSOS IMPLANTADOS
IMPLANTAÇÃO DE REDE CORPORATIVA	100 %	REDE IMPLANTADA
INCLUSÃO DIGITAL	30	CONTEÚDOS EDUCACIONAIS E DA INFORMAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		227.685.197
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	109.194.633	118.490.564
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	109.194.633	118.490.564

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO

PROGRAMA

ENSINO PÚBLICO TÉCNICO

OBJETIVO

MANTER E AMPLIAR A OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E BÁSICO VISANDO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO. FORMAR PROFISSIONAIS EM NÍVEL TÉCNICO EM DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO, VISANDO SUA INSERÇÃO EM DIFERENTES SETORES PROFISSIONAIS.

JUSTIFICATIVA

SUPRIR A NECESSIDADE DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM NOVOS PATAMARES DE COMPETITIVIDADE.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
AUMENTO DO NÚMERO DE VAGAS EXISTENTES	44.000	81.000

PÚLICO ALVO

EGRESSOS DE ENSINO MÉDIO E DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, ALUNOS CURSANDO 2º CICLO DO ENSINO MÉDIO, PROFISSIONAIS COM CERTIFICAÇÃO NECESSÁRIA, ATUANDO NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA; JOVENS E ADULTOS, EMPREGADOS OU DESEMPREGADOS, EM BUSCA DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATENDIMENTO DA DEMANDA DE TÉCNICOS EM QUÍMICA	160	TÉCNICOS EM QUÍMICA ATENDIDOS
DESCENTRALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL DO CENTRO PAULA SOUZA	16	CENTROS REGIONAIS DE TECNOLOGIA IMPLANTADOS
ENSINO PÚBLICO TÉCNICO	176.000	VAGAS EXISTENTES MANTIDAS
ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO - UNICAMP	13.569	ALUNOS MATRICULADOS
EXPANSÃO DO ENSINO PÚBLICO TÉCNICO - UNICAMP	120	NOVAS VAGAS OFERECIDAS
EXPANSÃO DO ENSINO PÚBLICO TÉCNICO DO CENTRO PAULA SOUZA	100 %	VAGAS AUMENTADAS
FORMAÇÃO TÉC.DE NÍVEL MÉDIO E PROF.DE NÍVEL BÁSICO/ SETOR PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO	2.400	ALUNOS FORMADOS
IMPLANTAÇÃO DA REDE CORPORATIVA	328	IMPLANTAÇÃO E CRIAÇÃO DE UMA INTRANET .
IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS TÉCNICOS	20 %	NOVOS CURSOS IMPLANTADOS
INCLUSÃO DIGITAL	278	CONTEÚDOS EDUCACIONAIS E DA INFORMAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		420.463.755
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	420.463.755	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	420.463.755	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO

PROGRAMA

ESCOLA DA FAMÍLIA

OBJETIVO

CRIAR OPORTUNIDADES DE AMPLIAÇÃO DE HORIZONTES E PERSPECTIVAS PARA OS JOVENS, ADULTOS E CRIANÇAS, COM ATIVIDADE RELACIONADAS AOS EIXOS: SAÚDE, ESPORTE, CULTURA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, A SEREM REALIZADAS EM AMBIENTE ACOLHEDOR E SAUDÁVEL, CULTIVANDO A PAZ E FORTALECENDO O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO DA COMUNIDADE INTRA E EXTRA-ESCOLAR, A AUTO-ESTIMA E A IDENTIDADE CULTURAL.

JUSTIFICATIVA

NÚMERO REDUZIDO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA INTEGRAÇÃO E CONVIVÊNCIA ENTRE OS VÁRIOS SEGMENTOS SOCIAIS, PARA PROMOÇÃO DA PRÁTICA DE ATIVIDADES CULTURAIS E ESPORTIVAS ENTRE OS JOVENS, COLABORANDO PARA A REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO ESCOLAR EM RELAÇÃO ÀS DST/AIDS, DROGAS E SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA E O PATRIMÔNIO PÚBLICO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
UNIDADES ESCOLARES ESTADUAIS ABERTAS AOS FINAIS DE SEMANA.	400	6.000

PÚLICO ALVO

ALUNOS E EDUCADORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO E COMUNIDADES.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ESCOLA ABERTA	48.000	ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS ABERTAS AOS FINAIS DE SEMANA
FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE INTEGRAÇÃO ESCOLA/COMUNIDADE	234	PROJETOS, AÇÕES E PARCERIAS DESENVOLVIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		449.105.918
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	449.105.918	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	449.105.918	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *EDUCAÇÃO*

FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES - TEIA DO SABER

OBJETIVO

DESENVOLVER AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA, CENTRALIZADAS E DESCENTRALIZADAS, PRESENCIAIS E POR MEIO DE MÍDIAS INTERATIVAS, BEM COMO PROPICIAR ESTUDOS DE PÓS-GRADUAÇÃO PARA OS EDUCADORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, VISANDO AO APERFEIÇOAMENTO PERMANENTE DA GESTÃO PEDAGÓGICA E DAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS EM SALA DE AULA, TENDO EM VISTA A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO.

JUSTIFICATIVA

ANALISANDO OS INDICADORES EXISTENTES NOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAIS, BEM COMO OS ÍNDICES DE EVASÃO E REPETÊNCIA DA REDE, A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONSTATOU A NECESSIDADE DE ASSEGURAR AÇÕES VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DOCENTES E ESPECIALISTAS DA EDUCAÇÃO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DE EDUCADORES CAPACITADOS	32	100

PÚLICO ALVO

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	240.009	EDUCADORES CAPACITADOS
CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO	236.300	EDUCADORES CAPACITADOS
CAPACITAÇÃO TÉCNICA DO PESSOAL ADMINISTRATIVO	232.448	FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES CAPACITADOS
REDE DO SABER	75 %	OTIMIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
VALORIZAÇÃO E CONCESSÃO DE BOLSAS AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	3.560	EDUCADORES BENEFICIADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		169.476.500
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	96.318.824	73.157.676
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	96.318.824	73.157.676

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO

PROGRAMA

INFORMATIZAÇÃO ESCOLAR

OBJETIVO

PROVER DE RECURSOS TECNOLÓGICOS (HARDWARE E SOFTWARE) PARA INFORMATIZAÇÃO DA ÁREA ADMINISTRATIVA DE TODAS AS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL, INTEGRANDO COM QUALIDADE AS BASES DE DADOS OPERACIONAIS DA SEE, INTERLIGANDO, VIA INTERNET,AS ESCOLAS ÀS DIRETORIAS DE ENSINO E AOS ÓRGÃOS CENTRAIS.

JUSTIFICATIVA

ESTABELECER A CONECTIVIDADE ENTRE AS UNIDADES ESCOLARES E OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTAGEM DE APLICATIVOS DISPONIBILIZADOS	10	100
PROFESSORES CAPACITADOS	Não Disponível	250.000
QUANTIDADE DE MICROS ADMINISTRATIVOS ADQUIRIDOS	4.600	9.600

PÚLICO ALVO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO; ÓRGÃOS CENTRAIS; DIRETORIAS DE ENSINO E UNIDADES ESCOLARES.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA LIDAR COM INFORMÁTICA	250.000	PROFESSORES ATENDIDOS
GESTÃO DINÂMICA DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR-GEDAE	90 %	SISTEMA IMPLANTADO
INFORMATIZAÇÃO GERENCIAL DA REDE ESCOLAR	90 %	SISTEMA IMPLANTADO
INFRA-ESTRUTURA DE INFORMÁTICA NAS ESCOLAS	9.600	MICROS-ADMINISTRATIVOS ADQUIRIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		18.791.626.213
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	18.154.978.782	636.647.431
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	18.154.978.782	636.647.431

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO

PROGRAMA

MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL

OBJETIVO

ASSEGURAR A TODAS AS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PERCURSO ESCOLAR, COM AÇÕES, QUE PROMOVAM A MELHORIA DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM E AFERIR O NÍVEL DE APRENDIZAGEM DO ALUNADO POR INTERMÉDIO DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR.

JUSTIFICATIVA

DAR CONTINUIDADE AO INVESTIMENTO NA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA DA REDE, PARA ATENDER A DEMANDA DO ENSINO FUNDAMENTAL, QUE, EM 2003 É DE 3.300.000 ALUNOS, REPRESENTANDO 63% DO ALUNADO DO ESTADO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
TAXA DE APROVAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	92	99

PÚLICO ALVO

ALUNOS E EDUCADORES

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS	253.000	JOVENS E ADULTOS ALFABETIZADOS
AMPLIAR ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ÀS CRIANÇAS NECESSIDADES ESPECIAIS	510.448	ALUNOS ATENDIDOS
APOIO AO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DE CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS	33.565.828	ALUNOS ATENDIDOS
AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR	1.920.000	RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO/INDICADORES
AÇÕES DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	20.800	ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES ATENDIDAS
FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DE SUPORTE PEDAGÓGICO AO ENSINO FUNDAMENTAL	212.150	MATERIAIS DIDÁTICOS FORNECIDOS
MANUTENÇÃO DA REDE ESCOLAR	20.700	ESCOLAS ATENDIDAS
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	23.964	ESCOLAS ATENDIDAS
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEF	16,2 %	RESULTADO AUFERIDO
OBRAS DE EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE ESCOLAR	17.942.420	VAGAS PARA ALUNOS
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS FÍSICOS E SERVIÇOS EDUCACIONAIS	2	PROJETOS IMPLANTADOS
REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES - FUNDEF	230.432	FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES BENEFICIADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *EDUCAÇÃO*

MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - FUNDEF	792.484	FUNCIONÁRIOS BENEFICIADOS
SUPORTE TECNOLÓGICO E SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	120.200	EQUIPAMENTOS/ MATERIAIS/ SALAS-AMBIENTE
SUPORTE À IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.040	PROJETOS IMPLEMENTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		6.284.089.600
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	6.125.876.849	158.212.751
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	6.125.876.849	158.212.751

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO

PROGRAMA

MELHORIA E EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO

OBJETIVO

MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO, POSSIBILITANDO O PROSSEGUIMENTO DE ESTUDOS E A PREPARAÇÃO BÁSICA PARA O TRABALHO, TENDO EM VISTA A REDUÇÃO DAS TAXAS DE REPETÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO.

JUSTIFICATIVA

À VISTA DO PRECEITO CONSTITUCIONAL QUE DETERMINA PROGRESSIVA UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO, AMPLIAR O ATENDIMENTO AOS ALUNOS QUE COMPLETAM O ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTAGEM DE ALUNOS APROVADOS NO ENSINO MÉDIO	82,3	87
PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE ABANDONAM O ENSINO MÉDIO.	8,4	6
PERCENTAGEM DE ALUNOS REPROVADOS NO ENSINO MÉDIO.	9,3	7

PÚLICO ALVO

ALUNOS ADVINDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL E POPULAÇÃO JOVEM.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO AO ENSINO MÉDIO COM RECURSOS DE CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS	8.152.892	ALUNOS ATENDIDOS
APOIO À EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO	80	UNIDADES ESCOLARES CONSTRUÍDAS E ATENDIDAS
INFORMATIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO	3.120	SALAS AMBIENTE DE INFORMÁTICA E CENTROS DE ESTUDO E ENSINO SUPLETIVO EQUIPADAS
MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	8.152.932	ALUNOS ATENDIDOS
SUPORTE TECNOLÓGICO E SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO	118.284	EQUIPAMENTOS EM FUNCIONAMENTO
SUPORTE À IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO	1.200	PROJETOS EXECUTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		449.352.952
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	432.386.666	16.966.286
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	432.386.666	16.966.286

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO

PROGRAMA

MERENDA ESCOLAR

OBJETIVO

FORNECER AOS ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL O EQUIVALENTE A 15% DAS RECOMENDAÇÕES NUTRICIONAIS DIÁRIAS PARA AS FAIXAS ETÁRIAS ATENDIDAS, COM VISTAS A PROPORCIONAR O BEM ESTAR INDISPENSÁVEL AO BOM RENDIMENTO ESCOLAR, COLABORANDO PARA A REDUÇÃO DA EVASÃO E REPETÊNCIA E FORMAR BONS HÁBITOS ALIMENTARES.

JUSTIFICATIVA

PROGRAMA VOLTADO A ATENDER OS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, SUPRINDO PARTE DAS NECESSIDADES NUTRICIONAIS, PROPORCIONANDO BEM ESTAR FÍSICO DURANTE O PERÍODO ESCOLAR, CONSEQUENTEMENTE DIMINUINDO A EVASÃO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PORCENTAGEM DE ALUNOS ATENDIDOS SOBRE O NUMERO DE ALUNOS MATRICULADOS DOS SISTEMAS CENTRALIZADO E DESCENTRALIZADO.	85	100
PORCENTAGEM DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL ATENDIDOS	71	85

PÚLICO ALVO

ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA ESTADUAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO, TREINAMENTO, APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL.	8.000	PROFISSIONAIS CAPACITADOS
APOIO A MERENDA COM RECURSOS DE CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS	3.520.000	ALUNOS ATENDIDOS
SUPRIMENTO DE ALIMENTAÇÃO, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR	11.779.096	ALUNOS ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		2.151.743.961
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2.151.743.961	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	2.151.743.961	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *EDUCAÇÃO*

PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO-MUNICÍPIO

OBJETIVO

MUNICIPALIZAR 1,65% AO ANO, DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ESPECIALMENTE OS DAS 1ª A 4ª SÉRIES.

JUSTIFICATIVA

A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL OCORRE DE FORMA SISTEMÁTICA DESDE 1996 E TEM CONTRIBUÍDO POSITIVAMENTE PARA A MELHORIA DO ENSINO.
A PARTIR DESSE DIAGNÓSTICO, O ESTADO JULGA POSITIVA A POLÍTICA DE MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, ESPECIALMENTE DOS ALUNOS DAS 1ª A 4ª SÉRIES E ENTENDE QUE A MESMA DEVE TER CONTINUIDADE.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
TAXA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPALIZADOS	38	45

PÚLICO ALVO

ALUNOS MATRICULADOS NA REDE ESTADUAL DO ENSINO FUNDAMENTAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESCENTRALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	6,6 %	ALUNOS MUNICIPALIZADOS
TRANSPORTE DE ALUNOS	1.046.888	ALUNOS TRANSPORTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		903.068.020
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	903.008.020	60.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	903.008.020	60.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

OBJETIVO

CONJUGAR O ESTÍMULO À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E SEU ESCOAMENTO A PROJETOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR ASSEGURANDO O ACESSO DA POPULAÇÃO A ALIMENTOS COM QUALIDADE, DIVERSIDADE E ALTO VALOR NUTRITIVO.

JUSTIFICATIVA

A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD 2.001, DO IBGE, IDENTIFICOU UM CONTIGENTE DE 2.349.615 FAMÍLIAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, COM RENDA DE ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS, QUE É INSUFICIENTE PARA GARANTIR SUA SEGURANÇA ALIMENTAR, ESTANDO PORTANTO, VULNERÁVEL À FOME.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
CESTAS BÁSICAS DISTRIBUÍDAS PELO ALIMENTA SÃO PAULO NA CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO	824.976	960.000
CRIANÇAS ATENDIDAS PELO VIVALEITE	675.085	680.000
FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO ALIMENTA SÃO PAULO NA CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO	80.000	80.000
IDOSOS ATENDIDOS PELO VIVALEITE, NA CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO	39.010	60.000
LANCHES FORNECIDOS PELO BOM LANCHE NA CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO	4.530.000	5.280.000
LITROS DE LEITE DISTRIBUÍDOS PELO VIVALEITE	121.364.380	133.200.000
REFEIÇÕES SERVIDAS NOS RESTAURANTES BOM PRATO	506.484	1.042.236

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ABASTECIMENTO POPULAR - ESTAÇÃO ECONOMIA	280	PONTOS DE VENDA IMPLANTADOS
ALIMENTA SÃO PAULO	320.000	FAMÍLIAS ATENDIDAS
AÇÕES INTEGRADAS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	1.461.600	PESSOAS ATENDIDAS
BOM LANCHE	21.120.000	LANCHES FORNECIDOS
BOM PRATO	3.388.944	REFEIÇÕES SERVIDAS
CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE DO PRODUTO DE SÃO PAULO - SELO SÃO PAULO	80	PRODUTOS CERTIFICADOS
EDUCAÇÃO ALIMENTAR	1.000.000	PESSOAS EDUCADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO PROGRAMA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	44	SISTEMAS INFORMATIZADOS
VIVALEITE	2.960.000	PESSOAS ATENDIDAS - IDOSOS E CRIANÇAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		435.354.865
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	435.354.865	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	435.354.865	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

APOIO À ATENÇÃO BÁSICA DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL COM O OBJETIVO DE UNIVERSALIDADE

OBJETIVO

APOIAR E COMPLEMENTAR A AÇÃO MUNICIPAL PARA ATINGIR A UNIVERSALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA LOCAL.

JUSTIFICATIVA

INSUFICIÊNCIA FUNCIONAL DO GESTOR MUNICIPAL EM IMPLANTAR AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE PARA GARANTIR O PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE EQUIPES QUALIS - PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADAS NOS MUNICÍPIOS COM BAIXO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO E REMANESCENTES DE QUILOMBOS	71	195
NÚMERO DE UNIDADES FARMACÊUTICAS DO DOSE CERTA DISTRIBUIDAS AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	850.000.000	1.518.000.000

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DOSE CERTA - PROGRAMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	6.046.708.170	UNIDADES FARMACÊUTICAS DISTRIBUÍDAS
QUALIS - PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	124	EQUIPES DE PSF/QUALIS IMPLANTADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.448.047.152
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.444.047.152	4.000.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.444.047.152	4.000.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

OBJETIVO

PROMOVER A FORMAÇÃO DE PESSOAL QUALIFICADO NA ÁREA DE SAÚDE, EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, CONCOMITANTEMENTE COM A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL, MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA, E PROCEDIMENTOS HOSPITALARES DE ALTA COMPLEXIDADE.

JUSTIFICATIVA

OS ATUAIS INDICADORES DE PRODUÇÃO SITUAM OS HOSPITAIS DE ENSINO NUM LIMITE PRÓXIMO DE SUA CAPACIDADE MÁXIMA DE ATENDIMENTO E FINANCIAMENTO. MUDANÇAS DO PERFIL DE ATENDIMENTO DESSES HOSPITAIS PROVOCARAM UM FORTE CRESCIMENTO DO USO DE PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE, EXIGINDO A IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS E SERVIÇOS COM ELEVADO GRÁU DE INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PACIENTES INTERNADOS	100	110

PÚLICO ALVO

ALUNOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR, CLIENTELA DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APERFEIÇOAMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE PROMOVIDAS PELOS HOSP.UNIVERSITÁRIOS - FAMEMA	6.175.942	PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E DE INTERNAÇÕES
ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL	224.138	PACIENTES, LEITOS, CIRURGIAS, EXAMES LABORATORIAIS E INTERNAÇÕES
ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL-FAMERP	747.900	ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS
PROCEDIM.ALTA COMPLEX./ÁREAS DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS-DEFICIÊNCIA AUDITIVA-USP	46.765	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE ALTA COMPLEXIDADE
PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE - UNICAMP	1.400	TRANSPLANTES DE MEDULA ÓSSEA, RIM, FÍGADO, CÓRNEA E CARDÍACOS
PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE-UNESP	1.287	TRANSPLANTES DE MEDULA ÓSSEA, RIM, FÍGADO, CÓRNEA E CARDÍACOS
PROMOÇÃO DA COOP.TÉCNICO GERENCIAL COM ÓRGÃOS GESTORES DO SISTEMA DE SAÚDE	35	CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.
PROMOÇÃO DA INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS ATENÇÃO À SAÚDE/ALTA COMPLEXIDADE	283	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		549.099.431
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	526.538.871	22.560.560
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	526.538.871	22.560.560

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM RIB. PRETO

OBJETIVO

GARANTIR À POPULAÇÃO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO ACESSO À ASSISTÊNCIA MÉDICA INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE.

JUSTIFICATIVA

DESENVOLVER ATIVIDADES VISANDO ATINGIR OS OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO QUE SÃO O ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL E HOSPITALAR, INCLUINDO APOIO LABORATORIAL E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

RIBEIRÃO PRETO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS A PACIENTES AMBULATORIAIS	6.252.288	7.237.804
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS A PACIENTES INTERNADOS	13.141.812	15.213.291
NÚMERO DE ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REALIZADOS	51.458	59.569
NÚMERO DE CONSULTAS REALIZADAS	539.080	624.053
NÚMERO DE EXAMES ESPECIALIZADOS REALIZADOS	495.388	573.473
NÚMERO DE INTERNAÇÕES REALIZADAS	34.292	39.697

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DA MACRO REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	452.482	PACIENTES ATENDIDOS COM MEDICAMENTOS
ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	2.471.304	ATENDIMENTOS REALIZADOS
BOLSA DE RESIDÊNCIA MÉDICA	2.068	BOLSAS CONCEDIDAS
CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO NA ÁREA DA SAÚDE	57.108,82 M2	OBRAS REALIZADAS
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	23.064	AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS
TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO - TIC	100 %	SERVIÇOS INFORMATIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		2.223.236.613
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2.133.114.373	90.122.240
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	2.133.114.373	90.122.240

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM SÃO PAULO

OBJETIVO

GARANTIR À POPULAÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICA INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE.

JUSTIFICATIVA

DESENVOLVER ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR, INCLUINDO APOIO LABORATORIAL E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE CONSULTAS AMBULATORIAIS, DE PRONTO ATENDIMENTO E DE PRONTO SOCORRO REALIZADAS	1.537.290	2.250.746
NÚMERO DE INTERNAÇÕES REALIZADAS	66.726	97.693

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	8.188.661	PACIENTES ATENDIDOS COM MEDICAMENTOS
ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	7.686.664	ATENDIMENTOS REALIZADOS
BOLSA DE RESIDÊNCIA MÉDICA	3.472	BOLSAS CONCEDIDAS
CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO NA ÁREA DA SAÚDE	26.175 M2	OBRAS REALIZADAS
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.197	AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS
TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO-TIC	100 %	SERVIÇOS INFORMATIZADOS
UNIDADES DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES DEPENDENTES QUÍMICOS/DROGADITOS	7	UNIDADE DE ATENDIMENTO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		7.572.763.332
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	7.186.117.738	386.645.594
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	7.186.117.738	386.645.594

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP

OBJETIVO

COORDENAR O PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO, EXECUTAR O CONTROLE E AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA PRESTADA PELOS MUNICÍPIOS, VISANDO GARANTIR A EQÜIDADE, A INTEGRALIDADE E A UNIVERSALIDADE DAS AÇÕES.

JUSTIFICATIVA

O PAPEL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS ESTÁ SE MODIFICANDO, NÃO CABENDO MAIS A ELA, COMO GESTOR ESTADUAL DO SUS, A EXECUÇÃO DIRETA DA ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE. SEU PAPEL COMPREENDE A GESTÃO DE SERVIÇOS REGIONAIS E DE ALTO CUSTO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE ATENDIMENTOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REALIZADOS NOS HOSPITAIS PRÓPRIOS E NOS GERENCIADOS PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	3.209.692	3.378.623
NÚMERO DE EXAMES RADIOLÓGICOS AMBULATORIAIS REALIZADOS NAS UNIDADES PRÓPRIAS E NOS HOSPITAIS GERENCIADOS PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	2.238.902	2.574.738
NÚMERO DE INTERNAÇÕES REALIZADAS NOS HOSPITAIS PRÓPRIOS E NOS GERENCIADOS PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	414.812	456.293

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES FILANTRÓPICAS E MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	6.160	NÚMERO DE CONVÊNIOS/TERMOS ADITIVOS ATENDIDOS
ATENDIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR PELOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DE REFERÊNCIA ESTADUAL	23.981.104	ATENDIMENTOS REALIZADOS
CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO PARA SERVIÇOS DE REFERÊNCIA	563.012 M2	OBRAS REALIZADAS
PAGAMENTO DE PENSÃO AOS HANSENIANOS	50.976	PENSÕES PAGAS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	3.187	NÚMERO DE CONTRATOS
REPASSE DE RECURSOS P/ ATEND. MÉDICO À ORGAN.SOCIAIS DE SAÚDE E OUTRAS ENTIDADES	24.959.120	ATENDIMENTOS REALIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		366.391.298
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	366.391.298	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	366.391.298	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO

PROMOVER A CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PROFISSINAIS DE SAÚDE, DIRECIONADOS AO ENSINO, TREINAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, DE FORMA PERMANENTE, ATIVIDADES DE FORMAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, COM O INTUITO DE ELEVAR O DESEMPENHO TÉCNICO E DE PRODUTIVIDADE, ABRANGENDO OS ÓRGÃOS SUBSETORIAIS, CENTROS FORMADORES DA SECRETARIA E INSTITUIÇÕES CONVENIADAS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE POLOS DE CAPACITAÇÃO IMPLANTADOS PARA O SUS	0	7
NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS	8.341	9.307
QUANTIDADE DE BOLSAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA OFERECIDAS	4.553	4.553

PÚLICO ALVO

SERVIDORES DA SAÚDE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE	37.228	SERVIDORES CAPACITADOS
PAP - PROGRAMA DE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL	4.704	SERVIDORES FORMADOS
RESIDÊNCIA MÉDICA	18.212	BOLSAS CONCEDIDAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		2.781.031.966
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2.433.859.816	347.172.150
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	2.433.859.816	347.172.150

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAÚDE

OBJETIVO

INTEGRAR E CONFORMAR UM NOVO PAPEL DO GESTOR ESTADUAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA SUPERVISÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE DAS AÇÕES DE SAÚDE COLETIVA.

JUSTIFICATIVA

BUSCA-SE ESTABELECER UMA NOVA RACIONALIDADE NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, INTEGRANDO OS DIVERSOS SERVIÇOS QUE TEM POR FINALIDADE O CONTROLE DE DOENÇAS E A PROMOÇÃO DE SAÚDE.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DE AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO COM RESULTADO SATISFATÓRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO	96	100
PERCENTUAL DE CASOS DE MENINGITE BACTERIANA NOTIFICADOS E CONFIRMADOS POR CULTURA NO ESTADO DE SÃO PAULO	25,86	30
PERCENTUAL DE CASOS NOTIFICADOS E ENCERRADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO	80	80
PERCENTUAL DE CASOS NOVOS CURADOS DE TUBERCULOSE NO ESTADO DE SÃO PAULO	63	85
PERCENTUAL DE CONSULTAS MÉDICAS REALIZADAS NOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NO CONTROLE DE DOENÇAS	Não Disponível	85
PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS INSPECIONADOS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO	18	75
PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO COM QUALIDADE SATISFATÓRIA PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA	83	90
PERCENTUAL DE INTERNAÇÕES REALIZADAS NOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NO CONTROLE DE DOENÇAS	Não Disponível	80
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA MUNICIPAL COM PROGRAMA DE SAÚDE DO TRABALHADOR IMPLANTADO	52	80
PERCENTUAL DE PESQUISAS PUBLICADAS EM REVISTAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE	Não Disponível	75
TOTAL DE CASOS INVESTIGADOS DE PARALISIA FLÁCIDA AGUDA NOTIFICADA EM MENORES DE 15 ANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO	100	100
TOTAL DE VACINA ORAL CONTRA POLIOMIELITE APLICADAS NAS CAMPANHAS NACIONAIS DE IMUNIZAÇÃO EM CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS	6.510.154	7.000.000
TOTAL DE VACINAS ANTI-RÁBICAS APLICADAS EM CÃES NO ESTADO DE SÃO PAULO	5.000.000	5.000.000

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	40.173.564	ATENDIMENTOS REALIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAÚDE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAMPANHAS DE VACINAÇÃO	63.000.000	DOSES APLICADAS
EXAMES DE LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA	4.863.497	EXAMES REALIZADOS
PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	550	PESQUISAS REALIZADAS
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	1.140.452	RELATÓRIOS DE INVESTIGAÇÕES DE CASOS NOTIFICADOS
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	23.000	RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO ELABORADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		150.466.777
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	145.960.665	4.506.112
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	145.960.665	4.506.112

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS

OBJETIVO

CONTROLAR AS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS POR VETORES E HOSPEDEIROS INTERMEDIÁRIOS, REALIZANDO PESQUISAS E ATIVIDADES NECESSÁRIAS AO AVANÇO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E DAR APOIO E ORIENTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS PARA A EXECUÇÃO DESSAS ATIVIDADES.

JUSTIFICATIVA

A NECESSIDADE DE COMBATER AS ENDEMIAS TROPICAIS TRANSMITIDAS POR VETORES E HOSPEDEIROS INTERMEDIÁRIOS ATRAVÉS DA ELIMINAÇÃO DE SEUS FOCOS E CRIADOUROS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE ASSESSORIAS DADAS AOS MUNICÍPIOS PARA CONTROLE DE ENDEMIAS.	5.253	16.500
NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM AVALIAÇÃO DE DENSIDADE LARVÁRIA DE AEDES.	144	500
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE CONTROLE DO VETOR DA DENGUE	72	100
PERCENTUAL DE PROJETOS DE PESQUISA CONCLUÍDOS	Não Disponível	85

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO E ORIENTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS	52.581	ASSESSORIA AOS MUNICÍPIOS
CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE	19.112	SERVIDORES CAPACITADOS
CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO NA ÁREA DA SAÚDE	502 M2	OBRAS REALIZADAS
CONTROLE DE ENDEMIAS	30.000.000	PESSOAS ATENDIDAS
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	62.162	AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS
PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA ÁREA DE ENDEMIAS	420	PESQUISAS REALIZADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		30.022.370
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	25.516.258	4.506.112
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	25.516.258	4.506.112

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO, ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO EM CÂNCER

OBJETIVO

DIMINUIR A INCIDÊNCIA, A MORBIDADE E MORTALIDADE POR CÂNCER.

JUSTIFICATIVA

COMO O CÂNCER É A SEGUNDA CAUSA DE MORTALIDADE NO ESTADO DE SÃO PAULO, É NECESSÁRIO INVESTIR PRIORITARIAMENTE NA SUA PREVENÇÃO E DETECÇÃO PRECOCE.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE CITOTÉCNICOS FORMADOS E DE PROFISSIONAIS TREINADOS EM PREVENÇÃO DE CÂNCER	165	200
NÚMERO DE EXAMES CITOLÓGICOS E ANATOMOPATOLÓGICOS REALIZADOS PARA A DETECÇÃO DE VÁRIOS TIPOS DE CÂNCER	22.500	27.500
NÚMERO DE PACIENTES COM CÂNCER DE CABEÇA E PESCOÇO REABILITADOS	550	700

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO EM GERAL E PACIENTES ONCOLÓGICOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APARELHAMENTO NA ÁREA DA SAÚDE	40	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	740	AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS
PREVENÇÃO E EPIDEMIOLOGIA DE CÂNCER	117.200	CASOS NOVOS DE CÂNCER REGISTRADOS
TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO - TIC	80 %	SERVIÇOS INFORMATIZADOS.

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		258.250.357
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	21.326.045	236.924.312
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	21.326.045	236.924.312

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS, BIOFÁRMACOS E HEMODERIVADOS

OBJETIVO

DESENVOLVER E PRODUZIR IMUNOBIOLÓGICOS, BIOFÁRMACOS E HEMODERIVADOS PARA ATENDER A CLIENTELA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO PAÍS.

JUSTIFICATIVA

O INSTITUTO BUTANTAN TEM O MAIS MODERNO PARQUE DE PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS DA AMÉRICA LATINA E UM DOS MAIS BEM EQUIPADOS DENTRE OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, O QUE PERMITE O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA E PRODUÇÃO DE SOROS, VACINAS E BIOFÁRMACOS, PRIMORDIALMENTE PARA A SAÚDE HUMANA, DE FORMA A CONTRIBUIR NO ESFORÇO DE PROVER O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DE DOSES DE VACINAS E SOROS PRODUZIDOS	100	100

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO ASSISTIDA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO DA VACINA CONTRA A GRIPE	2.500 M2	OBRA REALIZADA
CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO DE HEMODERIVADOS	4.000 M2	OBRA REALIZADA
PRODUÇÃO DE SUBSTÂNCIAS PARA SAÚDE PÚBLICA	8.000.000 ML	BIOFÁRMACOS PRODUZIDOS
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE HEMODERIVADOS	360.000.000 ML	HEMODERIVADOS PRODUZIDOS
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS	496.910.600	SOROS E VACINAS PRODUZIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		620.076.077
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	589.072.278	31.003.799
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	589.072.278	31.003.799

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS

OBJETIVO

GARANTIR O ACESSO DA POPULAÇÃO ASSISTIDA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS A MEDICAMENTOS ESSENCIAIS.

JUSTIFICATIVA

A PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS DE INTERESSE DA SAÚDE PÚBLICA, COM CUSTOS REDUZIDOS E QUALIDADE GARANTIDA, É IMPRESCINDÍVEL PARA O SETOR PÚBLICO COMO PROVEDOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE UNIDADES DE MEDICAMENTOS PRODUZIDAS PARA O ATENDIMENTO DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DO SUS CADASTRADAS NA FURP.	750.561.053	2.339.853.000
NÚMERO DE UNIDADES PRODUZIDAS PARA O ATENDIMENTO DO PROGRAMA DOSE CERTA DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO PAULO.	1.361.806.900	1.518.000.000

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO ATENDIDA NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E DE APROXIMADAMENTE 3.000 MUNICÍPIOS DOS DEMAIS ESTADOS DO PAÍS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO NA ÁREA DA SAÚDE	47.550 M2	OBRAS REALIZADAS
FABRICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	12.640.580.000	MEDICAMENTOS PRODUZIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		225.534.127
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	225.534.127	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	225.534.127	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SAÚDE*

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SANGUE E HEMOCOMPONENTES

OBJETIVO

COLETAR, PROCESSAR E DISTRIBUIR SANGUE E HEMOCOMPONENTES COM QUALIDADE.

JUSTIFICATIVA

A FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO TEM COMO MISSÃO REALIZAR A COLETA, O PROCESSAMENTO E A DISTRIBUIÇÃO DE SANGUE E HEMOCOMPONENTES PARA OS HOSPITAIS PÚBLICOS E OS PRIVADOS CONVENIADOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DA REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO E, EXECUTAR EXAMES LABORATORIAIS EM DOADORES NO ÂMBITO DA HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

GRANDE SÃO PAULO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
EXAMES SOROLÓGICOS E IMUNOHEMATOLÓGICOS REALIZADOS	2.533.918	3.582.372
NÚMERO DE BOLSAS DE SANGUE COLETADAS	195.223	276.000
NÚMERO DE BOLSAS DE SANGUE E HEMOCOMPONENTES DISTRIBUÍDOS	388.884	549.792

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
COLETA DE SANGUE, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO	2.029.449	BOLSAS DISTRIBUÍDAS
CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO NA ÁREA DA SAÚDE	6.102 M2	OBRAS REALIZADAS
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.395	AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		2.724.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.524.000	
DEMAIS RECURSOS	1.200.000	
TOTAL	2.724.000	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *HABITAÇÃO POPULAR E INFRA-ESTRUTURA*

GESTÃO HABITACIONAL

OBJETIVO

DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES SISTEMATIZADAS, DE ACESSO RÁPIDO E ATUALIZADAS AOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E GESTÃO DA SH E DA CDHU,PROMOVENDO A AGILIZAÇÃO DOS SEU PROCESSOS

JUSTIFICATIVA

O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA SH DEPENDE DO APRIMORAMENTO E MODERNIZAÇÃO OPERACIONAIS PERMANENTES, IMPLEMENTANDO CONTINUAMENTE NOVOS INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE APOIO. A AUSÊNCIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES HABITACIONAIS, DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE IMPLICA EM DIMINUIR A AGILIDADE DAS DECISÕES E NO RETARDO DA SISTEMATIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DA LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA	Não Disponível	100
PERCENTUAL DE EVENTOS REALIZADOS EM RELAÇÃO AO PROGRAMADO	Não Disponível	100
PERCENTUAL DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA	Não Disponível	100

PÚLICO ALVO

SH-CDHU-POPULAÇÃO E MUNICÍPIOS EM GERAL; TÉCNICOS LOTADOS NAS AGÊNCIAS METROPOLITANAS E PREFEITURAS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO	100 %	LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA E MAIOR AGILIDADE DE AÇÕES DECORRENTES
INTEGRAÇÃO METROPOLITANA	100 %	NORMATIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E CAPACITAÇÃO TÉCNICA
SISTEMA DE INFORMAÇÕES HABITACIONAIS - SIHAB	100 %	BASE DE DADOS COM INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E HABITACIONAIS EM NÍVEL MUNICIPAL

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		4.864.218.426
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2.652.576	2.954.314.151
DEMAIS RECURSOS	540.444.223	1.366.807.476
TOTAL	543.096.799	4.321.121.627

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *HABITAÇÃO POPULAR E INFRA-ESTRUTURA*

PRÓ-LAR

OBJETIVO

PROMOVER ACESSO A MORADIAS E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, OBJETIVANDO ATENDER ÀS CARÊNCIA HABITACIONAIS E DE INFRAESTRUTURA URBANA E AMBIENTAL.

JUSTIFICATIVA

O ESTADO POSSUÍA EM 1998, 2.927.000 DOMICÍLIOS INADEQUADOS DEMANDANDO SUBSTITUIÇÃO DE MORADIAS E UM DÉFICIT DE 242.000 DOMICÍLIOS. PARA O PROGRAMA PRÓ-LAR, FOI ESTIMADA A DEMANDA GERAL DO ESTADO, EM APROXIMADAMENTE 1.400.000 FAMÍLIAS, QUE SE ENQUADRAM NOS CRITÉRIOS GERAIS DE ATENDIMENTO DA CDHU. HÁ TAMBÉM COMUNIDADES ESPECÍFICAS A SEREM ATENDIDAS PELA SECRETARIA DA HABITAÇÃO A FUNDO PERDIDO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ATENDER AS FAMÍLIAS QUE MORAM EM ÁREAS DE INTERESSE DO ESTADO	Não Disponível	60.000
ATENDIMENTO HABITACIONAL PARA FAMÍLIAS RESIDENTES EM FAVELAS, ÁREAS DE RISCO E CORTIÇOS E OUTRAS REFORMAS E MELHORIAS - EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE DOMICÍLIOS INADEQUADOS - PORCENTAGEM	0,13	20
OFERTA DE NOVAS MORADIAS EM RELAÇÃO À DEMANDA GERAL - PORCENTAGEM	1,17	10
PERCENTUAL DE FAMÍLIAS ATENDIDAS POR AÇÕES DE PÓS OCUPAÇÃO	Não Disponível	100

PÚLICO ALVO

FORMADO POR FAMÍLIAS COM RENDIMENTO MENSAL ENTRE 1 E 10 S.M., PRIORITARIAMENTE ENTRE 1 E 5 E QUE APRESENTAM CARÊNCIAS HABITACIONAIS. ABRANGE TAMBÉM SEGMENTOS SOCIAIS ESPECÍFICOS COMO IDOSOS, FAMÍLIAS COM PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, TRABALHADORES RURAIS, POLICIAIS E RESIDENTES EM BAIRROS DEGRADADOS E EM ÁREAS DE RISCO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATENDER ÀS FAMÍLIAS DE ÁREAS ONDE O ESTADO TENHA INTERESSE DE INTERVIR	60.000	FAMÍLIAS ATENDIDAS
ATUAÇÃO EM CORTIÇOS	7.000	FAMÍLIAS ATENDIDAS
AUTOCONSTRUÇÃO	85.000	FAMÍLIAS ATENDIDAS EM CONJUNTOS COM INFRA-ESTRUTURA E UNIDADES EM LOTES RURAIS
COMUNIDADE QUILOMBOLA	1.000	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
CRÉDITO HABITACIONAL	35.000	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM CARTAS DE CRÉDITO HABITACIONAIS
MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS	250.000	FAMÍLIAS BENEFICIADAS RESIDENTES EM EMPREEND. PROMOVIDOS PELO PODER

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *HABITAÇÃO POPULAR E INFRA-ESTRUTURA*

PRÓ-LAR

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MORADIA INDÍGENA	1.000	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
MORAR MELHOR	100.000	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
MUTIRÃO ASSOCIATIVO	15.000	FAMÍLIAS BENEFICIADAS EM CONJ. HABITACIONAIS URBANOS DOTADOS DE INFRA-ESTRUTURA
MUTIRÃO PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS E INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO	30.000	FAMÍLIAS ATENDIDAS
NÚCLEOS HABITACIONAIS POR EMPREITADA	50.000	FAMÍLIAS BENEFICIADAS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS DOTADOS DE INFRA-ESTRUTURA
PROLURB PROGRAMA DE LOTES SOCIAIS URBANIZADOS	40.000	FAMÍLIAS ATENDIDAS
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E DE NÚCLEOS HABITACIONAIS	70.000	FAMÍLIAS EM BAIRROS DEGRADADOS E CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		12.210.384
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	12.210.384	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	12.210.384	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *HABITAÇÃO POPULAR E INFRA-ESTRUTURA*

REGULARIZAÇÃO DE NÚCLEOS HABITACIONAIS

OBJETIVO

AGILIZAR A REGULARIZAÇÃO DA TITULARIDADE DE IMÓVEIS OBJETO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL.

JUSTIFICATIVA

NÚCLEOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL PROMOVIDOS POR AGENTES PÚBLICOS PERMANECEM AINDA COM PENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS QUE IMPEDEM O PROVIMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. A RECENTE LEI FEDERAL 10.257/01 – ESTATUTO DA CIDADE – RENOVA A OPORTUNIDADE DE EQUACIONAR E SOLUCIONAR ESSAS PENDÊNCIAS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
500 NÚCLEOS/ANO	Não Disponível	2.000
REGULARIZAÇÃO DE NÚCLEOS HABITACIONAIS COM BASE NA MP 2220/01	Não Disponível	2.000

PÚLICO ALVO

FAMÍLIAS DE ASSENTAMENTOS URBANOS PRECÁRIOS; FAVELAS E BAIRROS DEGRADADOS; LOTEAMENTOS E CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
REGULARIZAÇÃO DE NÚCLEOS HABIT.EM ÁREAS PERTENCENTES AO ESTADO C/BASE MP 2220/01	2.000	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
REGULARIZAÇÃO DE NÚCLEOS HABITACIONAIS	2.000	NÚCLEOS HABITACIONAIS REGULARIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		58.418.140
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	32.919.711	25.498.429
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	32.919.711	25.498.429

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE*

CULTURA E CIDADANIA PARA INCLUSÃO SOCIAL- FÁBRICAS DE CULTURA

OBJETIVO

PROMOVER O ACESSO EQÜITATIVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESTADO DE RISCO SOCIAL DA PERIFERIA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO À ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DE QUALIDADE, QUE CONTRIBUAM PARA SEU DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E SUA INSERÇÃO SOCIAL E FAMILIAR.

JUSTIFICATIVA

PESQUISAS APONTAM QUE A VIOLÊNCIA E A FALTA DE OPÇÕES DE CULTURA E LAZER ESTÃO CORRELACIONADAS, ESPECIALMENTE PARA A POPULAÇÃO JOVEM. FORAM IDENTIFICADAS ÁREAS DA PERIFERIA DE SÃO PAULO ONDE A VULNERABILIDADE JUVENIL É MAIS INTENSA, E NESSAS ÁREAS SERÃO CRIADOS CENTROS CULTURAIS MULTIDISCIPLINARES.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS ATIVIDADES CULTURAIS	Não Disponível	30
REDUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO DE JOVENS, ENTRE 15 E 19 ANOS, PARA 100 MIL HABITANTES	321	273
REDUÇÃO DE GRAVIDEZ NÃO DESEJADA DAS ADOLESCENTES ENTRE 14 E 17 ANOS (%)	9	6
REDUÇÃO DE JOVENS ENTRE 15 A 19 ANOS QUE NÃO FREQUENTAM AS ESCOLAS (%)	31	25
REDUÇÃO DE PESSOAS COM CURSO BÁSICO INCOMPLETO (%)	49	41

PÚLICO ALVO

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 7 A 19 ANOS, EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL, RESIDENTES NA PERIFERIA DA CIDADE DE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS-FÁBRICAS DE CULTURA	234.360	ALUNOS ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		181.242.928
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	177.294.129	3.948.799
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	177.294.129	3.948.799

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

PROGRAMA

DIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

OBJETIVO

DIFUNDIR A MÚSICA E AS ARTES CÊNICAS EM TODAS AS SUAS MODALIDADES; ESTIMULAR JUNTO ÀS ESCOLAS O INTERESSE PELAS ARTES CÊNICAS; FOMENTAR A PRODUÇAO CULTURAL.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE AMPLIAR QUANTITATIVAMENTE E QUALITATIVAMENTE O ACESSO DOS CIDADÃOS À CULTURA, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO A PLURALIDADE E A DIVERSIDADE DA COMPOSIÇÃO DEMOGRÁFICA E CULTURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
APRESENTAÇÕES DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO	97	103
CRIANÇAS E JOVENS PARTICIPANTES DOS EVENTOS TEATRAIS E MUSICAIS	500	1.000
FREQÜÊNCIA DE PÚBLICO NO FESTIVAL DE INVERNO DE CAMPOS DO JORDÃO	78.000	90.000
FREQÜÊNCIA NOS EVENTOS MULTICULTURAIS	870.000	1.044.000
NÚMERO DE INSCRIÇÕES NO PROGRAMA DE APOIO ÀS BANDAS DE MÚSICA - PRÓ -BANDAS	1.294	1.800
NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS ENCONTROS MUSICAIS	11.000	16.000
QUANTIDADE DE CONCERTOS DAS ORQUESTRAS INSTALADAS	205	305

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APRESENTAÇÕES MUSICAIS	508	EVENTOS REALIZADOS
ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS	1.500	ATENDIMENTOS
ATIVIDADES CONTÍNUAS DE DIFUSÃO CULTURAL	960	SERVIÇOS PRESTADOS
CARAVANA PAULISTA DE ARTES	192	MOSTRAS DE ARTES CÊNICAS
EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS DE ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS	5.000	LIVROS PUBLICADOS
EXPOSIÇÕES CULTURAIS	16	EXPOSIÇÕES
INTEGRAÇAO CINEMA/TV - PIC-TV	400	PEÇAS CINEMATOGRÁFICAS PRODUZIDAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE*

DIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MANUTENÇÃO DE TEATROS E CASAS DE ESPETÁCULOS	180	UNIDADE ADMINISTRADA
MAPA CULTURAL	108	MOSTRAS COMPETITIVAS REALIZADAS
PAVILHÃO DA CULTURA - CARANDIRU	48.000	PESSOAS ATENDIDAS
PROGRAMAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO	400	NÚMERO DE APRESENTAÇÕES
PROJETO REVELANDO SÃO PAULO	4	MOSTRAS DE MANIFESTAÇÕES DE CULTURA E EXPOSIÇÕES DE ARTE POPULAR
PRÊMIOS ESTÍMULO À PRODUÇÃO CULTURAL	352	PRÊMIOS CONCEDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		678.137
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	678.137	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	678.137	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE*

DIVERSIDADE E HERANÇA CULTURAL AFRO-BRASILEIRA

OBJETIVO

RECONHECER AS ESPECIFICIDADES ÉTNICAS/RACIAIS, DANDO-LHES MAIOR VISIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA, COMO FORMA DE ALCANÇAR UMA CONDIÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL E CULTURAL, ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA.

JUSTIFICATIVA

DESENVOLVER AÇÕES VOLTADAS PARA O RECONHECIMENTO DOS VALORES E DA CONTRIBUIÇAO CULTURAL DOS AFRO-BRASILEIROS NESTE ESTADO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
CONCURSOS SOBRE A CULTURA NEGRA NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL	Não Disponível	8
ESPAÇOS DE MATRIZES AFRICANAS PRESERVADOS	Não Disponível	80
EXPOSIÇÕES CULTURAIS	1	4
PUBLICAÇÕES SOBRE O RESGATE DA MEMÓRIA DOS AFRO-DESCENDENTES	Não Disponível	8
SEMANAS COMEMORATIVAS AFRO-BRASILEIRAS	Não Disponível	12

PÚLICO ALVO

OS NEGROS E AFRO-DESCENDENTES

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PRESERVAÇÃO DE ESPAÇOS DE MATRIZES AFRICANAS	80	CLUBES, SÍTIOS E QUILOMBOS RECUPERADOS
PROJETOS CULTURAIS VOLTADOS PARA A CULTURA AFRO-BRASILEIRA	40	EVENTOS REALIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		16.000.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	16.000.000	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	16.000.000	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE*

ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA

OBJETIVO

UTILIZAR O ESPORTE E O LAZER COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO PARA ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO PAULISTA.

JUSTIFICATIVA

TODO CIDADÃO TEM DIREITO À PRÁTICA DE ATIVIDADE ESPORTIVA E DE LAZER.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE ATENDIMENTOS COM O TOTAL POPULACIONAL DO ESTADO.	Não Disponível	0,177

PÚLICO ALVO

CIDADÃO PAULISTA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATIVIDADE NA MELHOR IDADE	180.000	IDOSOS ATENDIDOS
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE E LAZER	60.000	PESSOAS TREINADAS
ESPELHO OLÍMPICO	4	CAMPANHAS REALIZADAS
ESPORTE PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	180.000	EVENTOS
ESPORTE SOLIDÁRIO	1.032.000	CRIANÇAS E JOVENS ATENDIDOS
JOGOS COM IDENTIDADE CULTURAL	20	EVENTOS REALIZADOS
VIDA ATIVA	3.700.000	PESSOAS ATENDIDAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		143.345.393
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	136.644.583	6.700.810
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	136.644.583	6.700.810

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

PROGRAMA

FORMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL

OBJETIVO

FORMAR PROFISSIONAIS NA ÁREA INSTRUMENTAL E VOCAL EM TODOS OS NÍVEIS DA INICIAÇÃO; PROMOVER O ACESSO DE CRIANÇAS E JOVENS EM ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DE QUALIDADE NOS DIVERSOS SEGMENTOS CULTURAIS DE FORMAÇÃO.

JUSTIFICATIVA

PRECÁRIAS CONDIÇÕES SOCIAIS PODEM REDUZIR A CAPACIDADE DE PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA SOCIEDADE DE MANEIRA EQUITATIVA, E DESSA FORMA SEREM CADA VEZ MAIS EXCLUIDOS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
BOLSAS CONCEDIDAS	343	413
MUNICÍPIOS ATENDIDOS NA FORMAÇÃO DE TEATRO AMADOR	92	302
NÚMERO DE MUNÍCIPIOS COM MENOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ATENDIDOS COM PROJETOS	Não Disponível	200
NÚMERO DE NÚCLEOS DE PESQUISAS MUNICIPAIS VOLTADOS PARA A ÁREA DE FORMAÇÃO CULTURAL	Não Disponível	12
NÚMERO DE OFICINAS INSTALADAS	14	22
PÓLOS DO PROJETO GURI	101	301
VAGAS OFERECIDAS EM CURSOS REGULARES DE FORMAÇÃO MUSICAL	8.031	36.800
VAGAS OFERECIDAS EM OFICINAS CULTURAIS	46.000	88.226

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO EM GERAL, ESPECIALMENTE CRIANÇAS E JOVENS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADEQUAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO	400	UNIDADES EM FUNCIONAMENTO
APOIO AO PROJETO SINFÔNICO SENNA	600	ALUNOS INSCRITOS
ATENDIMENTO ÀS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO	160	PROJETOS ATENDIDOS
IMPLANTAÇAO DE PROJETOS SOCIAIS COM A UNESCO	9	PROJETOS DESENVOLVIDOS
IMPLANTAÇAO FÍSICA DE UM ARQUIVO MUSICAL E AQUISIÇÃO DE PARTITURAS	1	ARQUIVO IMPLANTADO
IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CENTROS DE FORMAÇÃO	84	UNIDADES EM FUNCIONAMENTO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE*

FORMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE FORMAÇÃO	492	UNIDADES EM FUNCIONAMENTO
PROJETO GURI	904	POLOS ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		71.016.959
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	8.034.559	62.982.400
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	8.034.559	62.982.400

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE*

INFRA-ESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER

OBJETIVO

DIFUNDIR E INCREMENTAR A PRÁTICA DO ESPORTE, ADEQUANDO OS CONJUNTOS DESPORTIVOS, PARQUES, UNIDADES DA PASTA E OUTRAS QUE VIRÃO COM OS NOVOS PROGRAMAS, POR MEIO DE CONSTRUÇÃO, MODERNIZAÇÃO E REFORMA.

JUSTIFICATIVA

O ESTADO DE SP COM 645 MUNICÍPIOS É CARENTE DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVO E DE LAZER PARA A DIFUSÃO E O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE. OS PARQUES, CONJUNTOS DESPORTIVOS, UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PASTA E NOVOS PROGRAMAS NECESSITAM DE MODERNIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO, MATERIAIS PERMANENTES E DE CONSUMO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
REALIZAÇÃO DE OBRAS/REFORMAS, EM MUNICÏPIOS E ENTIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO, E PRÓPRIOS ADMINISTRADOS PELA SEJEL	1.256	4.680

PÚLICO ALVO

ATLETAS PROFISSIONAIS E AMADORES; USUÁRIOS FREQUENTADORES DOS PARQUES, POPULAÇÃO EM GERAL, COM FOCO PRIORITÁRIO EM PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADAPTAÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS P/ACESSIBILIDADE AOS PORTAD. DE DEFICIÊNCIA	750	INSTALAÇÕES COM ACESSIBILIDADE AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA
AQUISIÇÃO E PRODUÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E DE LAZER	761.140	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ESPORTIVOS E DE LAZER DISPONIBILIZADOS
ESTRUTURA ESPORTIVA DOS 50 MUNICÍPIOS DE MENOR IDH	50	EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS
IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE EXCELÊNCIA ESPORTIVA	8	CENTROS DE EXCELÊNCIA CONSTRUÍDOS E REFORMADOS
IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPAÇO DA JUVENTUDE	300	ESPAÇOS REFORMADOS E CONSTRUÍDOS
MANUTENÇÃO DAS UNIDADES E PROGRAMAS DA SEJEL	5	INSTALAÇÕES ADEQUADAS
MODERNIZAÇÃO, REFORMAS E CONSTRUÇÕES NOS PARQUES E CONJUNTOS DESPORTIVOS	28	PARQUES E CONJUNTOS DESPORTIVOS ADEQUADOS
REFORMA, CONSTRUÇÃO E COBERTURA DE QUADRAS EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	968	CONVÊNIOS CELEBRADOS
REFORMA, MODERNIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO EQUIPAM. ESPORTIVOS E DE LAZER DO ESTADO	1.712	OBRAS, REFORMAS E AMPLIAÇÕES REALIZADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		31.069.741
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	31.009.741	60.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	31.009.741	60.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

PROGRAMA

INTEGRAÇÃO DAS CULTURAS LATINO-AMERICANAS

OBJETIVO

DIFUNDIR A CULTURA LATINO-AMERICANA ATRAVÉS DA MÚSICA, ARTES PLÁSTICAS, POESIA, FOLCLORE E OUTRAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS.

JUSTIFICATIVA

PROMOVER O ENCONTRO DA POPULAÇÃO COM A CULTURA DOS DEMAIS PAÍSES LATINO-AMERICANOS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE FREQUENTADORES	219.162	252.036

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	4	UNIDADES ADMINISTRADAS
PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	2.014	EVENTOS REALIZADOS
RESTAURO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO	100 %	OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		8.000.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	8.000.000	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	8.000.000	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE*

JUVENTUDE PRESENTE

OBJETIVO

CONSCIENTIZAR E EDUCAR JOVENS, AMPLIANDO A OFERTA DE SERVIÇOS SÓCIO-CULTURAIS, ARTICULANDO E POTENCIALIZANDO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

JUSTIFICATIVA

A POPULAÇÃO DO ESTADO É COMPOSTA POR MAIS DE 19% DE JOVENS, SENDO SUA MAIORIA VÍTIMA DE GRANDES PROBLEMAS SOCIAIS. ESSE SEGMENTO NECESSITA DE AÇÕES ESPECÍFICAS E DIRECIONADAS AO SEU DESENVOLVIMENTO PLENO, COMO FORMA DE SUPERAR AS ADVERSIDADES.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE ATENDIMENTOS E O NÚMERO DE JOVENS NO ESTADO DE SÃO PAULO	Não Disponível	0,15

PÚLICO ALVO

JOVENS COM IDADE ENTRE 15 E 24 ANOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CIDADANIA PRESENTE	6.400	CURSOS E PALESTRAS REALIZADOS
CONSELHO DE JUVENTUDE - CEJUV	1	CONSELHO INSTITUÍDO
CONSELHOS MUNICIPAIS DA JUVENTUDE	40	MATERIAL INFORMATIVO
ESPAÇO DA JUVENTUDE	300	ESPAÇO DA JUVENTUDE INSTALADO / JOVEM ATENDIDO
FESTIVAL DA JUVENTUDE	24	EVENTOS REALIZADOS
FÓRUNS DA JUVENTUDE	74	EVENTOS REALIZADOS
JOVEM EMPREENDEDOR	260	OFICINAS REALIZADAS
KIT DE ASSOCIATIVISMO JUVENIL	120.000	KITS DE ASSOCIATIVISMO PRODUZIDO E DISTRIBUÍDO
PUBLICAÇÕES DE JUVENTUDE	8.000.000	PUBLICAÇÃO IMPRESSA E DISTRIBUÍDA / TEMAS RELEVANTES DISCUTIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.620.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.620.000	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.620.000	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE*

MONUMENTA

OBJETIVO

POSSIBILITAR O RESGATE E A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA REGIÃO DA LUZ, IMPORTANTE CONJUNTO TOMBADO A NÏVEL FEDERAL, VISANDO TORNÁ-LO AUTO-SUSTENTÁVEL.

JUSTIFICATIVA

RESGATE DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO, VISANDO A REQUALIFICAÇÃO E DEVOLUÇÃO DO SEU USO PARA A POPULAÇÃO DE SÃO PAULO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

MUNÍCIPIOS

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS PLANOS E PROJETOS PARA A REGIÃO DA LUZ	50	100

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PLANO URBANÍSTICO - LUZ	1	PLANO CONTRATADO
REVITALIZAÇÃO DO CENTRO - PLANO URBANÍSTICO	1 %	PLANOS CONTRATADOS E OBRAS EXECUTADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		40.485.923
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	40.197.965	287.958
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	40.197.965	287.958

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE*

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

OBJETIVO

DIVULGAR E PRESERVAR O ACERVO HISTÓRICO E CULTURAL, POSSIBILITANDO O ACESSO AO PÚBLICO, CADA VEZ MAIS EXPRESSIVO

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PARA DISPONIBILIZÁ-LO AO PÚBLICO FRENQUENTADOR DOS ESPAÇOS ADMINISTRADOS PELO ESTADO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
FREQÜÊNCIA DE VISITAÇÃO A MUSEUS	890.407	1.335.611
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM PROJETOS	40	240
NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO	2.500	3.100

PÚLICO ALVO

ALUNOS, PROFESSORES, PESQUISADORES, PROFISSIONAIS DA ÁREA MUSEOLÓGICA E OUTROS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO TÉCNICO E DE INFRA-ESTRUTURA/ATENDIMENTO AO PÚBLICO	16	SERVIÇOS PRESTADOS
ATIVIDADES NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO	16	ATIVIDADE ATENDIDA
BONDE TURÍSTICO CULTURAL	1	BONDE CIRCULANDO
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MULTAS PARA INFRAÇÃO CONTRA O PATRIMÔNIO	1	SISTEMA DE MULTAS IMPLANTADO
INSTITUCIONALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	240	ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS CRIADOS
MANUTENÇÃO DAS UNIDADES	80	UNIDADES MANTIDAS
PRESERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O ACERVO DA BIBLIOTECA	10.000	ACERVO PRESERVADO
PUBLICAÇÕES TÉCNICAS	24	EDIÇÕES / MATERIAL IMPRESSO
REFORMA, RESTAURAÇÃO, CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESPAÇOS	21	ESPAÇOS MANTIDOS/MODIFICADOS/RESTAURADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		473.320.101
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	436.148.101	37.172.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	436.148.101	37.172.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

PROGRAMA

RÁDIO E TV EDUCATIVOS

OBJETIVO

PROMOVER A FORMAÇÃO CRÍTICA DO HOMEM PARA A CIDADANIA.

JUSTIFICATIVA

ATENDER A SOCIEDADE PAULISTA E BRASILEIRA ATRAVÉS DA REDE PÚBLICA DE TELEVISÃO, NOTADAMENTE O PÚBLICO INFANTO-JUVENIL E OS SEGMENTOS COM DÉFICIT DE FORMAÇÃO FORMAL.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
HORAS DE TRANSMISSÃO	22.438	24.220
MÉDIA DE AUDIÊNCIA	2	5

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AMPLIAÇÃO DA REDE DE TRANSMISSÃO DE RÁDIO E TV	100 %	REDE DE TRANSMISSÃO ADEQUADA
APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	4	UNIDADE ADMINISTRADA
DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROGRAMAS/PROJETOS	208	HORAS
DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROGRAMAS/PROJETOS.	100	POLO MULTICULTURAL
IMPLANTAÇÃO DE RÁDIO E TV DIGITAL	100 %	TECNOLOGIA DIGITAL IMPLANTADA
PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DA TV	26.800	HORAS DE TRANSMISSÃO
PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DAS RÁDIOS AM/FM	64.914	HORAS DE TRANSMISSÃO
REAPARELHAMENTO DAS RÁDIOS E DA TV	100 %	EMISSORAS REAPARELHADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		5.297.963
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	5.297.963	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	5.297.963	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE*

SÃO PAULO : UM ESTADO DE LEITORES

OBJETIVO

FOMENTAR O HÁBITO DE LEITURA POR PRAZER EM TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS, ESPECIALMENTE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, FACILITANDO O ACESSO AOS LIVROS, CAPACITANDO BIBLIOTECÁRIOS E AGENTES DE LEITURA, ESTIMULANDO PROJETOS CONVERGENTES EM TODOS OS SETORES, VALORIZANDO INICIATIVAS LOCAIS E BUSCANDO PARCERIAS.

JUSTIFICATIVA

AS PESQUISAS SOBRE ANALFABETISMO FUNCIONAL NO BRASIL APONTAM O BAIXO ÍNDICE DE LEITURA DOS ESTUDANTES BRASILEIROS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA CULTURA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
LIVROS DOADOS ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS	75.000	182.500
NÚMERO DE ESPAÇOS DE LEITURA CRIADOS	0	30
NÚMERO DE PESSOAS ATINGIDAS PELOS PROJETOS DE ESTÍMULO À LEITURA	37.000	74.000
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA ATENDIDOS EM PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO	486	972
TAXA DE MUNICÍPIOS COM BIBLIOTECAS PÚBLICAS	89	100

PÚLICO ALVO

SOCIEDADE PAULISTA, INICIANDO PELOS EDUCADORES, FAMÍLIAS E SEUS JOVENS, PRINCIPALMENTE A PRIMEIRA INFÂNCIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAMPANHAS PARA DOAÇÃO DE LIVROS	12	CAMPANHAS REALIZADAS
INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	71	BIBLIOTECAS INSTALADAS
O ESCRITOR NA CIDADE	240 EVENTOS	ENCONTRO DO AUTOR COM A COMUNIDADE
PROJETOS DE ESTÍMULO À LEITURA	40	PROJETOS APOIADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		57.336.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	57.336.000	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	57.336.000	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE*

SÃO PAULO POTÊNCIA ESPORTIVA

OBJETIVO

ARTICULAR POLITICAS PÚBLICAS DESTINADAS AO SURGIMENTO DE APTIDÕES DESPORTIVAS, INTEGRANDO AÇÕES ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO NA PROMOÇÃO E GESTÃO ESTADUAL DE COMPETIÇÕES, SEGUNDO REGRAS OFICIAIS ADOTADAS NAS DIVERSAS MODALIDADES. TAMBÉM OBJETIVA DAR PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES DO CALENDÁRIO OFICIAL, DOS REGULAMENTOS E RESULTADOS ESPORTIVOS ALCANÇADOS.

JUSTIFICATIVA

DEMOCRATIZAR O ESPORTE DE RENDIMENTO, NÃO PROFISSIONAL, COM QUALIDADE E EFICIÊNCIA, REVELANDO E SELECIONANDO POTENCIAIS CAMPEÕES, DIRIGENTES E TÉCNICOS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE ATLETAS/DIRIGENTES/PROFISSIONAIS AFINS DA ÁREA DO ESPORTE DE RENDIMENTO	388.919	1.723.452

PÚLICO ALVO

PESSOAS COM POTENCIAL E APTIDÃO PARA O ESPORTE DE RENDIMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAMPANHAS E CAPTAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS PARA SÃO PAULO	40	MARKETING DAS AÇÕES DE GOVERNO, DO ESPORTE DE RENDIMENTO, EM SÃO PAULO
CAMPEONATOS ESTADUAIS DE ESPORTE	1.719.739	ATLETA A SER SELECIONADO ANO A ANO
CEESP- CENTRO DE EXCELÊNCIA ESPORTIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO	24	CENTRO DE EXCELÊNCIA ESPORTIVA
CURSOS NA ÁREA ESPORTIVA	3.713	AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS
ESPORTE ESPECIAL	1.610	ATLETA ADAPTADO A SER SELECIONADO ANO A ANO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		897.219.283
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	887.219.283	10.000.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	887.219.283	10.000.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA

ASSISTÊNCIA AO PRESO E REINTEGRAÇÃO DO EGRESSO

OBJETIVO

PROPORCIONAR ASSISTÊNCIA BÁSICA COMO ALIMENTAÇÃO,HIGIENE, SAÚDE, EDUCAÇÃO, JURÍDICA E RECUPERAÇÃO SOCIAL, POR MEIO DE LABORTERAPIA OCUPACIONAL,ASSOCIAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS,ETC.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE PROVER SUBSISTÊNCIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS PRESOS

ÓRGÃO

SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NUMERO DE PRESOS ATENDIDOS	92.218	200.150

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO PRISIONAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA	5.300	PRESOS ALOCADOS
APOIO PSICOSSOCIAL AO EGRESSO	6.800	EGRESSO ATENDIDO
ATENDIMENTO JURÍDICO À POPULAÇÃO CARCERÁRIA	5.083.250	ATENDIMENTOS JURÍDICOS
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA	4.000	PRESOS ATENDIDOS
FORMAÇÃO CULTURAL E ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO À POPULAÇÃO CARCERÁRIA	155.000	PRESOS ATENDIDOS
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO À POPULAÇÃO CARCERÁRIA	448.661.550	NÚMERO DE REFEIÇÕES
FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS À POPULAÇÃO CARCERÁRIA	664.680	PRESOS ATENDIDOS
GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES DA FUNAP	266	UNIDADES ATENDIDAS
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES INDUSTRIAIS E EDUCACIONAIS	6	UNIDADES IMPLANTADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.201.334.437
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.125.734.437	75.600.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.125.734.437	75.600.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA

ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

OBJETIVO

PRESTAR ATENDIMENTO INTEGRAL DIRETA E INDIRETAMENTE A ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL, DE AMBOS OS SEXOS, NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 12 E 21 ANOS INCOMPLETOS.

JUSTIFICATIVA

O AUMENTO SIGNIFICATIVO DE ENTRADAS DE ADOLESCENTES SENTENCIADOS INDICA A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES PARA GARANTIR UM TRABALHO EFICAZ E EFICIENTE.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
Nº DE ADOLESCENTES ACOMPANHADOS NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Á COMUNIDADE	12.258	12.871
Nº DE ADOLESCENTES CUMPRINDO MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Á COMUNIDADE X ESTUDANDO	0,4	1
Nº DE ADOLESCENTES INTERNADOS X CASOS ESTUDADOS E CONCLUÍDOS	0,73	1
Nº DE CASAS ALUGADAS NA COMUNIDADE X VAGAS CRIADAS PARA ATENDER A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE	440	660
Nº DE CASAS IMPLANTADAS NA COMUNIDADE PARA ATENDER A SEMILIBERDADE X DESCENTRALIZAÇÃO	17	34
Nº DE CONVENIOS ESTABELECIDOS X ATENDIMENTO DE LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Á COMUNIDADE	126	252
Nº DE ENTRADAS DE ADOLESCENTES X DESINTERNAÇÕES	0,1284	0,2
Nº DE FAMÍLIAS ATENDIDAS	17.570	18.495
Nº DE UNIDADES IMPLANTADAS X DESCENTRALIZAÇÃO	68	104
Nº DE UNIDADES X VAGAS CRIADAS PARA A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	5.793	9.116
Nº DE VAGAS MUNICIPALIZADAS X ATENDIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE LIBERDADE ASSISTIDA E P.S.COMUNIDADE	0,74	1
NÚMERO DE ADOLESCENTES ACOMPANHADOS NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE QUE ESTÃO ESTUDANDO E TRABALHANDO	0,9324	1
NÚMERO DE ADOLESCENTES QUE CUMPREM A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	30,57	33,63
NÚMERO DE ADOLESCENTES REINCIDENTES	1,472	0,736
NÚMERO DE EGRESSOS ACOMPANHADOS INSERIDOS NOS RECURSOS COMUNITÁRIOS.	0	1

PÚLICO ALVO

ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SEGURANÇA PÚBLICA*

ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ACOMPANHAMENTO E APOIO A ADOLESCENTES EGRESSOS	2.080	ADOLESCENTES INSERIDOS NA COMUNIDADE
DESCENTRALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE	544.808	ADOLESCENTES INTERNADOS E ATENDIDOS PRÓXIMO DOS DOMICÍLIOS
EXECUÇÃO DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	154.432	ADOLESCENTES DESINTERNADOS
EXECUÇÃO DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA E P.S.COMUNIDADE	1.056.396	ADOLESCENTES INCLUÍDOS NA REDE DE SERVIÇOS DA COMUN IDADE
EXECUÇÃO DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE SEMILIBERDADE	45.452	ADOLESCENTES TRABALHANDO E ESTUDANDO
MUNICIPALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE	780	PARCERIAS: MUNICÍPIOS E ENTIDADES

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.854.596
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.854.596	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.854.596	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA

ASSISTÊNCIA À VÍTIMA

OBJETIVO

PRESTAR ATENDIMENTO PSICOLÓGICO, JURÍDICO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A FAMILIARES DE VÍTIMAS DE MORTES VIOLENTAS E TAMBÉM A SOBREVIVENTES, IDENTIFICANDO, COMPREENDENDO E ATENDENDO SUAS DEMANDAS POR JUSTIÇA, ATUANDO NA GARANTIA DE SEUS DIREITOS BÁSICOS E FUNDAMENTAIS.

JUSTIFICATIVA

ATENDER FAMILIARES DE VÍTIMAS DE MORTE VIOLENTA E TAMBÉM SOBREVIVENTES, DANDO, ASSIM, CUMPRIMENTO AO QUE DETERMINA O ART. 245, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88, TENDO EM VISTA, A INEXISTÊNCIA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DIANTE DO CRESCENTE NÚMERO DE CASOS DE HOMICÍDIOS E LATROCÍNIOS.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	Não Disponível	4.800

PÚLICO ALVO

FAMILIARES DE VÍTIMAS DE MORTES VIOLENTAS E SOBREVIVENTES (DE HOMICÍDIOS E LATROCÍNIOS).

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATENDIMENTO A VÍTIMAS E FAMILIARES	4.800	ATENDIMENTOS EFETUADOS
CAPACITAÇÃO ESPECIALIZADA	700	PESSOA CAPACITADA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		992.177.291
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	9.547.333	127.629.958
DEMAIS RECURSOS		855.000.000
TOTAL	9.547.333	982.629.958

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA

MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVO

POSSIBILITAR A MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS POLICIAIS, COM A OBTENÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DE FONTES PRÓPRIAS, DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, ALÉM DE DOAÇÕES DE ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS,ATENDENDO AS DEMANDAS VISANDO A TRANQUILIDADE PÚBLICA NAS VÁRIAS COMUNIDADES.

JUSTIFICATIVA

A CRIMINALIDADE, A VIOLÊNCIA E A PREVENÇÃO DE CRIMES REQUEREM AÇÕES RÁPIDAS E SERVIÇOS DE INTELIGENCIA ADEQUADOS, VOLTADOS À QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, E AO CONSTANTE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA PAULISTA.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PROJETOS ELABORADOS DE MODERNIZAÇÃO DA POLICIA	10	15
PROJETOS ELABORADOS DE VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	0	10

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA PAULISTA	197	UNIDADES MODERNIZADAS
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA	139	CURSOS/SIMPOSIOS/PESQUISAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		948.052.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		137.552.000
DEMAIS RECURSOS		810.500.000
TOTAL		948.052.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

OBJETIVO

AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS PRISIONAIS, ADEQUAR E REFORMAR ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS EXISTENTES.

JUSTIFICATIVA

CRESCIMENTO DE APROXIMADAMENTE 1.600 DETENTOS/MÊS NO SISTEMA E DÉFCIT ATUAL DE APROXIMADAMENTE 30.000 VAGAS.

ÓRGÃO

SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE VAGAS CRIADAS /ANO	11.776	26.604
REFORMA E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES	7	15

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO CARCERÁRIA SOB ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONSTRUÇÃO DE ALA DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - COBERTURA DA DEMANDA DE VAGAS	864	VAGAS CRIADAS
CONSTRUÇÃO DE ALA DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - COBERTURA DO DÉFICIT DE VAGAS	1.080	VAGAS CRIADAS
CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - COBERTURA DA DEMANDA DE VAGAS	28.416	Nº DE UNIDADES PRISIONAIS
CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - COBERTURA DO DÉFICIT DE VAGAS	9.216	VAGAS CRIADAS
CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE RESSOCIALIZAÇÃO - COBERTURA DA DEMANDA DE VAGAS	7.560	VAGAS CRIADAS
CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE RESSOCIALIZAÇÃO - COBERTURA DO DÉFICIT DE VAGAS	4.410	VAGAS CRIADAS
CONSTRUÇÃO DE PENITENCIÁRIA COMPACTA - COBERTURA DA DEMANDA DE VAGAS	39.936	VAGAS CRIADAS
CONSTRUÇÃO DE PENITENCIÁRIA COMPACTA - COBERTURA DO DÉFICIT DE VAGAS	15.360	VAGAS CRIADAS
REFORMA E ADEQUAÇÃO DAS CADEIAS PÚBLICAS E UNIDADES PRIS. SOB A ADM. DA SAP	60	REFORMAS EFETUADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		562.643.896
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	558.493.896	4.150.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	558.493.896	4.150.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *SEGURANÇA PÚBLICA*

MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

OBJETIVO

DAR DIRECIONAMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO ÀS SUAS ATIVIDADES FINS, OBJETIVANDO A IRREFUTÁVEL MATERIALIDADE DO FATO DELITUOSO,OU SEJA, REPRESENTADA POR LAUDO PERICIAL DE QUALIDADE, RESPALDADO POR PADRÕES CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE LAUDOS PERICIAIS DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL E DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA PARA SUBSIDIAR E EMBASAR AS INVESTIGAÇÕES E OS TRABALHOS DAS POLÍCIAS, DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA, BUSCANDO MANTER UMA NEUTRALIDADE NECESSÁRIA ÀS INVESTIGAÇÕES.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
QUALIDADE DOS LAUDOS EXPEDIDOS (EM PERCENTUAL)	20	50
TEMPO DE ELABORAÇÃO E EXPEDIÇÃO DO LAUDO PERICIAL(EM DIAS)	30	10

PÚLICO ALVO

POLÍCIA JUDICIÁRIA; PODER JUDICIÁRIO E SOCIEDADE VÍTIMA DE ILÍCITO PENAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
A CIÊNCIA A SERVIÇO DA JUSTIÇA: PERÍCIAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS	3.600.000	LAUDO EXPEDIDO
ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA	191	UNIDADES ATENDIDAS
APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	9.125	PROFISSIONAIS TREINADOS
OBRAS E INSTALAÇÕES DE UNIDADES DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	158	UNIDADES CONSTRUÍDAS
REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	1.020	CARGOS CRIADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		9.337.731.021
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	9.218.660.046	119.070.975
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	9.218.660.046	119.070.975

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA

POLICIAMENTO OSTENSIVO

OBJETIVO

POSSIBILITAR QUE O POLICIAMENTO OSTENSIVO FORNEÇA SERVIÇOS DE QUALIDADE COM A EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE NECESSÁRIAS, PARA A AMPLA OBTENÇÃO DOS MELHORES RESULTADOS NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA.

JUSTIFICATIVA

A CRIMINALIDADE E A VIOLÊNCIA DECORRENTE, FRUTO DE ATITUDES ANTI-SOCIAIS, REQUEREM UMA PRONTA AÇÃO DO ESTADO VISANDO A PROTEÇÃO DA SOCIEDADE POR MEIO DA CONQUISTA DE NÍVEIS DE SEGURANÇA ACEITÁVEIS, O QUE JÁ VEM SENDO EXERCITADO PELA POLÍCIA MILITAR NO QUE CONCERNE À PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E, NO OFERECIMENTO DE MELHORES SERVIÇOS COM QUALIDADE.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ADEQUAÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS MILITARES	50	111
POLICIAIS MILITARES TREINADOS, FORMADOS E ESPECIALIZADOS.	2.070	4.144
REDUZIR O ÍNDICE DE CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA (NºDE DELITOS/POPULAÇÃO/100.0000)	30,9	25
TAXA DE AMPLIAÇÃO DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO POLICIAMENTO COMUNITARIO.	2.860.467	3.500.000

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADEQUAÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS MILITARES	439	UNIDADES POLICIAIS MILITARES ADEQUADAS E EQUIPADAS
ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA MILITAR	428	UNIDADES ATENDIDAS
CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DA DELEGACIA DA MULHER	8	NOVAS DELEGACIAS DA MULHER CONSTRUÍDAS
DEFESA DO CIDADÃO	25.000	POLICIAIS ENVOLVIDOS
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE POLÍCIA	16.576	POLICIAIS MILITARES FORMADOS, TREINADOS E APERFEIÇOADOS.
POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	3.500.000	POPULAÇÃO ABRANGIDA PELO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO
SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO	24.000	Nº DE CONTRATADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		4.778.459.224
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4.715.159.224	63.300.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	4.715.159.224	63.300.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA

PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

OBJETIVO

INVESTIGAR OS DELITOS DE AUTORIA DESCONHECIDA POR MEIO DE ATIVIDADES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA, ADMINISTRATIVA E PREVENTIVA ESPECIALIZADA, COM ESPECIAL ÊNFASE À REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO, NARCOTRÁFICO E HOMICÍDIOS. MANTER E EXPANDIR AS DELEGACIAS PARTICIPATIVAS.

JUSTIFICATIVA

A EVOLUÇÃO ORGANIZACIONAL E TECNOLÓGICA DA CRIMINALIDADE IMPÕE A CONSTANTE ADEQUAÇÃO E APRIMORAMENTO DAS AÇÕES POLICIAIS E DOS EQUIPAMENTOS DESTINADOS A DESENVOLVÊ-LAS, BEM COMO O PERMANENTE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DOS POLICIAIS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ATENDER POLICIAIS NOS CURSOS REALIZADOS PELA ACADEMIA DE POLICIA	7.361	7.400
EMISSÃO DE CÉDULAS DE IDENTIDADE	2.655.677	2.700.000
INQUÉRITOS POLICIAIS RELATADOS	328.476	330.000

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIVIL	87	UNIDADES ATENDIDAS
ASSISTÊNCIA AO PRESO EM CUSTÓDIA DA POLÍCIA CIVIL	104.000	PRESOS ATENDIDOS
CONCURSO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS POLICIAIS CIVIS	480	CURSOS E CONCURSOS REALIZADOS
IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL	16.800.000	DOCUMENTOS EMITIDOS
INSTALAÇÕES DA POLÍCIA CIVIL	15	OBRAS REALIZADAS
POLÍCIA JUDICIÁRIA	1.320.000	INQUÉRITOS RELATADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		316.194.165
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	57.094.165	111.650.000
DEMAIS RECURSOS	114.100.000	33.350.000
TOTAL	171.194.165	145.000.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA

PROTEÇÃO DA VIDA, DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO

OBJETIVO

DESENVOLVER ATIVIDADES EM RESPOSTA AOS CASOS DE EMERGÊNCIAS DA DEFESA CIVIL, VISANDO A PROTEÇÃO DA VIDA, DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO.

JUSTIFICATIVA

CATÁSTROFES NATURAIS E OS SINISTROS DECORRENTES DA ATIVIDADE HUMANA, RECLAMAM UMA INTERVENÇÃO RÁPIDA E ADEQUADA DO PODER PÚBLICO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
TEMPO DE RESPOSTA AOS CHAMADOS EMERGENCIAIS (EM MINUTOS)	9,22	7

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS	20	UNIDADES ATENDIDAS
BOMBEIRO SOLIDÁRIO	12	PROJETOS ASSISTENCIAIS
DEFESA CONTRA SINISTROS E ATIVIDADES DE SALVAMENTOS	390.500	ATENDIMENTOS OPERACIONAIS EM EMERGÊNCIAS
INSTALAÇÕES DE POSTOS DE BOMBEIROS	36	POSTOS DE ATENDIMENTO INSTALADOS
SALVAMENTO MARÍTIMO	14.800	ATENDIMENTOS OPERACIONAIS DE EMERGÊNCIA
SERVIÇOS DE RESGATE	1.120.000	ATENDIMENTO EMERGÊNCIAL DE VÍTIMAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		7.997.311
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	7.997.311	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	7.997.311	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA

RACIONALIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

OBJETIVO

BUSCAR FORMAS ALTERNATIVAS QUE VISEM REDUÇÃO OU MINIMIZAÇÃO DE GASTOS COM INVESTIMENTOS E CUSTEIO E PROMOVER FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS EM TODOS OS NÍVEIS E COMO CONSEQUÊNCIA, CONSEGUIR MELHORIA NOS RESULTADOS FÍSICOS (TRABALHOS) E ECONÔMICOS (UTILIZAÇÃO DE RECURSOS).

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE OTIMIZAÇÃO NO USO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, MELHORIA NA PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DOS TRABALHOS DOS FUNCIONÁRIOS.

ÓRGÃO

SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
FUNCIONÁRIOS CAPACITADOS E/OU FORMADOS	11.354	44.055

PÚLICO ALVO

FUNCIONÁRIOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE FUNCIONÁRIOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	145.399	FUNCIONÁRIOS CAPACITADOS
OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS	62 %	ECONOMIA OBTIDA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		63.642.757
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	63.642.757	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	63.642.757	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA

SEGURANÇA ESCOLAR

OBJETIVO

INCREMENTAR A REALIZAÇÃO DO POLICIAMENTO ESCOLAR PARA A PREVENÇÃO DE CRIMES E CONTRAVENÇÕES ATRAVÉS DE AÇÕES POLICIAIS E SOCIAIS NO ENTORNO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.

JUSTIFICATIVA

INCIDÊNCIA DE CRIMES E CONTRAVENÇÕES PENAIS NO PERÍMETRO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO ESTADO ENVOLVENDO ALUNOS, PROFESSORES E DEMAIS JOVENS EM IDADE ESCOLAR.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
INSTRUTORES FORMADOS	1.119	1.230
NÚMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS	414.057	455.462
NÚMERO DE ESCOLAS ENVOLVIDAS	3.957	4.352
NÚMERO JOVENS BENEFICIADOS	55.000	60.500

PÚLICO ALVO

COMUNIDADE ESCOLAR

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
JOVENS CONSTRUINDO A CIDADANIA	28.077	LIDERANÇAS DESENVOLVIDAS
POLICIAMENTO ESCOLAR	12.500	ESCOLAS POLICIADAS
PREVENÇÃO ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA/ PROERD	2.113.796	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ORIENTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		2.851.774.711
	CORRENTES	**CAPITAL**
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2.762.323.858	89.450.853
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	**2.762.323.858**	**89.450.853**

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA

SUPORTE À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

OBJETIVO

DAR APOIO ADMINISTRATIVO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA ESTADUAL, GARANTINDO ESTRUTURA ADEQUADA ÀS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, TRANSPORTES, UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E REALIZAÇÃO DE OBRAS.

JUSTIFICATIVA

PROGRAMA FUNDAMENTAL E ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIO PARA O CORRETO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.

ÓRGÃO

SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
UNIDADES ATENDIDAS	115	327

PÚLICO ALVO

SISTEMA PENITENCIÁRIO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	335	UNIDADES ATENDIDAS
ATIVIDADES DO FUNPESP	2.321	EVENTOS REALIZADOS
GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DAS UNIDADES PRISIONAIS	12.240	EVENTO REALIZADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		33.418.472
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	33.418.472	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	33.418.472	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

ACESSO AOS SERVIÇOS DE DEFESA DO CONSUMIDOR

OBJETIVO

AMPLIAR TÉCNICAS E MECANISMO QUE PERMITAM MAIOR ACESSIBILIDADE, AGILIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DO PROCON-SP AOS CONSUMIDORES.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE AVANÇAR NO TRABALHO DE CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ACERCA DE SEUS DIREITOS, OFERECENDO AO CONSUMIDOR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ATENDIMENTOS PRESTADOS	Não Disponível	15.200
TOTAL DE CONSULTAS (POR ANO)	Não Disponível	5.200

PÚLICO ALVO

CONSUMIDOR, PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE ADQUIRE OU UTILIZA PRODUTO OU SERVIÇO COM DESTINATÁRIO FINAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATENDIMENTO AOS CONSUMIDORES E FORNECEDORES	1.520.000	CONSUMIDOR ATENDIDO
FISCALIZAÇÃO DO MERCADO DE CONSUMO	5.200	ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS
IMPLANTAÇÃO DO SIGA - SISTEMA GLOBAL DE ATENDIMENTO	200	PREFEITURAS CADASTRADAS
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA FUNDAÇÃO PROCON	2.400	FUNCIONÁRIO CAPACITADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		388.972
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	388.972	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	388.972	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

APOIO AOS CONSELHOS

OBJETIVO

DEFENDER OS DIREITOS DA PESSOA HUMANA NO TERRITÓRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO E REALIZAR A PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES.

JUSTIFICATIVA

HÁ UMA SIGNIFICATIVA DEMANDA SOCIAL PARA INVESTIGAÇÃO DAS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS E PREVENÇÃO DO USO DE ENTORPECENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
INCIDÊNCIA DO USO DE ENTORPECENTES NA POPULAÇÃO JOVEM DO ESTADO DE SÃO PAULO	1.720.000	3.000.000
NÚMERO DE CASOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	Não Disponível	240.000
USUÁRIOS DE ENTORPECENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO	1.720.000	2.000.000

PÚLICO ALVO

SOCIEDADE EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
COORDENAÇÃO, PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO USO INDEVIDO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	8.000.000	POPULAÇÃO ATENDIDA/ORIENTADA/ENCAMINHADA
IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS MUNICIPAIS DO CONSELHO DE DIREITO E DA PESSOA HUMANA	150	CONDEPES IMPLANTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		14.187.951
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	14.187.951	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	14.187.951	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *JUSTIÇA*

ASSENTAMENTO FUNDIÁRIO

OBJETIVO

IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA, MEIOS E SERVIÇOS PARA O ASSENTAMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DE FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO

JUSTIFICATIVA

O ESTADO DE SÃO PAULO POSSUI UMA GRANDE POPULAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS QUE NÃO TEM ACESSO À TERRA E NEM A POSTOS DE TRABALHO RURAL, CAPAZES DE PROPORCIONAR VIDA DIGNA E ACESSO À CIDADANIA. O ASSENTAMENTO FUNDIÁRIO DE FORMA SUSTENTÁVEL É MEIO DE DEMOCRATIZAR O ACESSO À TERRA E, ATRAVÉS DELA, AO DESENVOLVIMENTO E À CIDADANIA.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	79	8.500
NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS.	9.145	19.387

PÚLICO ALVO

FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL ESPECIALIZADA PARA ASSENTADOS	64.798	FAMÍLIAS ATENDIDAS
INFRA-ESTRUTURA AGRÁRIA	27.007	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
PRODUÇÃO E RENDA NOS ASSENTAMENTOS	29.114	FAMÍLIAS ATENDIDAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		111.504
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	111.504	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	111.504	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE FUNCIONÁRIOS

OBJETIVO

AMPLIAR E DESENVOLVER A CAPACITACÃO E OS NÍVEIS DE ESPECIALIZAÇÃO REQUERIDOS PARA OS SERVIDORES DA PASTA.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE GARANTIR AOS SERVIDORES O ACESSO PERMANENTE AO CONHECIMENTO NECESSÁRIO AO BOM DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, POR MEIO DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO , CAPACITAÇÃO E DE CONDIÇÕES NECESSÁRIAS EM TERMOS DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE SERVIDORES TREINADOS E CAPACITADOS	Não Disponível	170

PÚLICO ALVO

SERVIDORES DA PASTA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA TREINAMENTOS INTERNOS	1	SALA ADEQUADA
FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES	40	AGENTES CAPACITADOS
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	564	SERVIDORES TREINADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		80.000.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		80.000.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL		80.000.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *JUSTIÇA*

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES FORENSES DO JUDICIÁRIO

OBJETIVO

DOTAR AS COMARCAS DE EDIFICAÇÕES FORENSES ADEQUADAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM QUALIDADE

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE MELHORIA DAS INSTALAÇÕES DE ÓRGÃOS DO JUDICIÁRIO, VISANDO À QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FORENSES

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
COMARCAS COM INSTALAÇÕES FORENSES ADEQUADAS / TOTAL DE COMARCAS	Não Disponível	47

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO EM GERAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE FÓRUNS	56	OBRAS REALIZADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		12.700.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	12.700.000	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	12.700.000	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E QUILOMBOLAS

OBJETIVO

IDENTIFICAR, RECONHECER, TITULAR E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

JUSTIFICATIVA

EXISTEM NO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS A SEREM IDENTIFICADAS, RECONHECIDAS, TITULADAS E ATENDIDAS POR PROGRAMA QUE VISA PRESERVAR SUA CULTURA, PROPICIANDO SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
COMUNIDADES ATENDIDAS	18	28
NÚMERO DE PESSOAS E SERVIDORES ATENDIDOS	0	11.200

PÚLICO ALVO

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
FORMALIZAÇÃO DE PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	28	COMUNIDADES ATENDIDAS
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E QUILOMBOLAS	600	PESSOAS CAPACITADAS
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	600	SERVIDORES CAPACITADOS
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO	10.000	PESSOAS CAPACITADAS
PROJETOS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	28	COMUNIDADES ATENDIDAS
REGULARIZAÇÃO DAS COMUNIDADES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	93	COMUNIDADES ATENDIDAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		967.579
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	917.579	50.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	917.579	50.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO

OBJETIVO

INTENSIFICAR AS AÇÕES EDUCATIVAS, ORIENTAR E FISCALIZAR O TRÂNSITO, REALIZAR PROJETOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, A FIM DE DAR CONDIÇÕES ADEQUADAS À CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS E PEDESTRES, VISANDO REDUZIR OS ACIDENTES E INFRAÇÕES DE TRÂNSITO.

JUSTIFICATIVA

AUMENTO DO NÚMERO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS.	11.950	29.716
NÚMERO DE PROJETOS DE SINALIZAÇÃO.	54	78

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATIVIDADES EDUCATIVAS DE TRÂNSITO.	92.321	ATIVIDADES REALIZADAS
SINALIZAÇÃO VIÁRIA	371	PROJETOS DE SINALIZAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.149.944
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.149.944	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.149.944	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL PARA O CONSUMO

OBJETIVO

SENSIBILIZAR, TREINAR E CAPACITAR VISANDO À EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE INTRODUZIR NO CURRÍCULO ESCOLAR TEMAS DE EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO PARA O FORNECEDOR DO MERCADO DE CONSUMO DE PRODUTOS E SERVIÇOS, ATUANDO PERMANENTEMENTE PARA A HARMONIZAÇÃO E EQUILÍBRIO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ESCOLAS COM TEMAS DE EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO NO CURRÍCULO	0	200
NÚMERO DE MULTIPLICADORES DE ESCOLAS TREINADOS E CAPACITADOS SOBRE O TEMA CONSUMO.	Não Disponível	7.200
PARCELA DA POPULAÇÃO ATINGIDA PELAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS	Não Disponível	2.400

PÚLICO ALVO

PROFESSORES, ESTUDANTES,CONSUMIDORES E FORNECEDORES.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
INSTRUÇÃO FORMAL E INFORMAL PARA O CONSUMO	7.200	CIDADÃO ATENDIDO
PESQUISAS DE PREÇOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS NO MERCADO DE CONSUMO	500	PESQUISAS REALIZADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		11.551.706
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	11.551.706	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	11.551.706	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

OBJETIVO

IMPLEMENTAR E FORTALECER A POLÍTICA DE DEFESA DO CONSUMIDOR NO ESTADO DE SÃO PAULO.

JUSTIFICATIVA

OS TRABALHOS NA ÁREA DE DEFESA DO CONSUMIDOR VISAM À PRESERVAÇÃO E CONSOLIDADÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SEUS RESULTADOS SÃO AMPLA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE EM SUA CONCIENTIZAÇÃO DE SEUS DIREITOS COMO CIDADÃO.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
CONVÊNIOS CELEBRADOS COM MUNICÍPIOS NO ESTADO.	Não Disponível	12
ÍNDICE DE MUNICIPALIZAÇÃO DA DEFESA DO CONSUMIDOR: MUNICÍPIOS CONVENIADOS / TOTAL DE MUNICÍPIOS	Não Disponível	200

PÚLICO ALVO

CONSUMIDORES EM GERAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO PROCON	28	UNIDADE ADMINISTRADA
MUNICIPALIZAÇÃO DA DEFESA DO CONSUMIDOR	21	CONVÊNIOS FIRMADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		4.300.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	3.640.000	660.000
TOTAL	3.640.000	660.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

INSPEÇÃO E CAPACITAÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

OBJETIVO

CONSTATAR ATRAVÉS DE INSPEÇÕES PERIÓDICAS O ATENDIMENTO AOS REQUISITOS E CRITÉRIOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS NA REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL.

JUSTIFICATIVA

OS VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS DEVEM ATENDER A CRITÉRIOS TÉCNICOS DE FABRICAÇÃO E OPERAÇÃO, PARA DAR SEGURANÇA AO TRANSPORTE E EVITAR A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES QUE PÕEM EM RISCO A VIDA E CAUSAM PREJUÍZO AO MEIO AMBIENTE E AO PATRIMONIO PÚBLICO E PRIVADO.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE VEÍCULOS TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS (VTPP) INSPECIONADOS	Não Disponível	26.000
VEÍCULOS (VTPP) SEM CONDIÇÕES DE SEGURANÇA / TOTAL DE VEÍCULOS (VTPP) INSPECIONADOS	Não Disponível	0,3

PÚLICO ALVO

SOCIEDADE EM GERAL QUE ESTÁ EXPOSTA E CONVIVE DE ALGUMA FORMA COM O TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
INSPEÇÃO E CAPACITAÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE GLP FRACIONADO	26.000	INSPEÇÃO E CAPACITAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		25.585.300
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	5.585.300	20.000.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	5.585.300	20.000.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA CIDADANIA-CIC'S

OBJETIVO

OFERECER AO CIDADÃO ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, COM ÊNFASE NO ACESSO À JUSTIÇA E À EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA. A BASE RESIDE NA OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DIVERSAS NATUREZAS, DE MANEIRA INTEGRADA, SISTEMÁTICA E LOCALIZADA, AMPLIANDO AS OPORTUNIDADES E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS SEUS HABITANTES.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE MAIOR INTEGRAÇÃO ENTRE OS VÁRIOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, PRINCIPALMENTE ENTRE O EXECUTIVO E O JUDICIÁRIO. NECESSIDADE DE ATUAÇÃO EM ÁREAS COM ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA E NA MEDIAÇÃO PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ASSISTIDA PELO PROGRAMA	Não Disponível	4.000.000

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO CARENTE DA PERIFERIA E DAS REGIÕES COM ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA E DIFICULDADE DE ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
COORDENAÇÃO E OPERAÇÃO DOS CENTROS DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA	4.000.000	ATENDIMENTOS EFETUADOS
IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA - CIC	20	CENTROS IMPLANTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		400.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	400.000	
TOTAL	400.000	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS

OBJETIVO

ACOMPANHAMENTO E MEDIAÇÃO DE TODOS OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS QUE ENVOLVEM AGENTES COLETIVOS

JUSTIFICATIVA

HÁ EM SÃO PAULO DIVERSAS FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA ACAMPADAS EM TODAS AS REGIÕES DO ESTADO, OCASIONANDO CONFLITOS PELA POSSE E USO DA TERRA.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS	80	20
FAMÍLIAS ATENDIDAS	5.433	11.032

PÚLICO ALVO

FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA ACAMPADAS; FAMÍLIAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS	190	CONFLITOS MEDIADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		132.163.452
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	125.792.840	6.370.612
TOTAL	125.792.840	6.370.612

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE INDUSTRIAL

OBJETIVO

EXECUTAR DE FORMA EFICIENTE A POLÍTICA METROLÓGICA E DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, VISANDO À PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR, À ORIENTAÇÃO PARA O CONSUMO E À LEAL CONCORRENCIA, ENFATIZANDO O RESPEITO À SOCIEDADE E O DIREITO À CIDADANIA.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE ASSEGURAR AO CONSUMIDOR A BOA RELAÇÃO DE CONSUMO, NO QUE SE REFERE À METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE INDUSTRIAL, COIBINDO A CONCORRÊNCIA DESLEAL, RESPEITADAS A LEGISLAÇÃO FEDERAL E OS TERMOS DA DELEGAÇÃO CONFERIDO PELO INMETRO.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PRODUTOS AFERIDOS	Não Disponível	12.516.056
PRODUTOS REPROVADOS	Não Disponível	94.000

PÚLICO ALVO

CONSUMIDORES DE PRODUTOS E SERVIÇOS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS PRÉ MEDIDOS	483.600	PRODUTOS PRÉ MEDIDOS VERIFICADOS
FISCALIZAÇÃO TEXTIL	1.088.100	PRODUTOS TEXTEIS FISCALIZADOS
VERIFICAÇÃO/FISCALIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESAR E MEDIR E MEDIDAS MATERIALIZAD	10.880.000	INSTRUMENTO VERIFICADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		10.229.100
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	10.229.100	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	10.229.100	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

MODERNIZAÇÃO DO COMPLEXO BARRA FUNDA

OBJETIVO

MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS E O ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM GERAL E, EM ESPECIAL, ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE DOTAR O COMPLEXO BARRA FUNDA DE INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, ELÉTRICAS E DE ACESSIBILIDADE ESPECIAL AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	660.000	900.000

PÚLICO ALVO

SERVIDORES E PÚBLICO EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO DO COMPLEXO BARRA FUNDA	82.832 M2	ÁREA ADMINISTRADA
REFORMA E ADAPTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO COMPLEXO BARRA FUNDA	8	REFORMA CONCLUÍDA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		28.088.642
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	28.088.642	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	28.088.642	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *JUSTIÇA*

PERÍCIA JUDICIAL

OBJETIVO

ATENDER DEMANDA ORIUNDA DA JUSTIÇA GRATUÍTA, CONFORME ESTABELECE O DECRETO NO. 9.934 E SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO NAS ÁREAS MÉDICO-LEGAL E PSIQUIÁTRICA.

JUSTIFICATIVA

HÁ UMA SIGNIFICATIVA DEMANDA DE PERÍCIAS, SOLICITADAS PELO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL, FEDERAL E DA JUSTIÇA DO TRABALHO, ORIUNDAS DE TODAS AS REGIÕES DE SÃO PAULO, POR CONTA DOS PRECEITOS DA LEI NO.9.934, DE 16/04/98 E DO DECRETO NO. 44.336, DE 15/10/1999.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE EXAMES REALIZADOS	28.800	123.900
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	18.900	81.600

PÚLICO ALVO

PERICIANDOS FUNDAMENTALMENTE CARENTES.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
GENÉTICA MOLECULAR (DNA)	123.900	LAUDOS
INFODROGAS	64.480	ACESSOS VIA INTERNET

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		8.030.938
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	8.030.938	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	8.030.938	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO À TESTEMUNHAS

OBJETIVO

COMBATER A IMPUNIDADE, PROTEGER TESTEMUNHAS E FAMILIARES DE TESTEMUNHAS, DA VIOLENCIA, COAGIDAS,AMEAÇADAS OU EXPOSTAS A GRAVES AMEAÇAS.

JUSTIFICATIVA

COMBATE À IMPUNIDADE, PROTEGENDO TESTEMUNHAS, VÍTIMAS E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE VIOLENCIA

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
TESTEMUNHAS PROTEGIDAS	260	1.050

PÚLICO ALVO

TESTEMUNHAS E FAMILIARES AMEAÇADOS.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PROTEÇÃO À TESTEMUNHAS	1.050	TESTEMUNHAS PROTEGIDAS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PROTEÇÃO À TESTEMUNHAS	880	PESSOAS ATENDIDAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		16.032.712
	CORRENTES	**CAPITAL**
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	16.032.712	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	**16.032.712**	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS

OBJETIVO

DIFUNDIR O PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS.

JUSTIFICATIVA

ESTABELECER UM PROCESSO CONTINUADO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, EM QUE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL INTERAJAM DE FORMA EFICAZ, RUMO À CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
POPULAÇÃO INFORMADA SOBRE O PROGRAMA	120.000	530.000

PÚLICO ALVO

TODA A POPULAÇÃO DO ESTADO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CIDADANIA PARA TODOS	480.000	INDENIZAÇÕES PAGAS
INFORMAÇÃO SOBRE A LEI ESTADUAL Nº 10.948/2001	50.000	POPULAÇÃO INFORMADA SOBRE ESTA LEI
PROGRAMA DE ESTÁGIOS NA ÁREA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA	120	PROFISSIONAIS CAPACITADOS.

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		3.060.770
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	2.780.770	280.000
TOTAL	2.780.770	280.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *JUSTIÇA*

QUALIDADE, CERTIFICAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DE PRODUTOS

OBJETIVO

GARANTIR QUE A OFERTA E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ATENDAM ÀS EXIGENCIAS REQUERIDAS, SEGUNDO OS REGULAMENTOS E NORMAS DE QUALIDADE E CERTIFICAÇÃO, PROMOVENDO À IGUALDADE NA CONCORRÊNCIA DE MERCADO.

JUSTIFICATIVA

OS PRODUTOS COMERCIALIZADOS E OFERECIDOS À POPULAÇÃO E QUE SEJAM ALVO DE REGULAMENTAÇÃO OU NORMATIZAÇÃO, DEVEM ATENDER AOS REQUISITOS E CRITÉRIOS ESTABELECIDOS, QUE VISAM PRESERVAR A SAÚDE A SEGURANÇA E O MEIO AMBIENTE.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PRODUTOS FORA DAS NORMAS E REGULAMENTOS	Não Disponível	280.000
PRODUTOS INSPECIONADOS POR TIPO	Não Disponível	2.384

PÚLICO ALVO

SOCIEDADE COMO UM TODO, INCLUINDO OS PODERES INSTITUÍDOS QUE ADQUIREM PRODUTOS DE TODA NATUREZA E QUE ESTÃO SUJEITOS AO CUMPRIMENTO E ATENDIMENTO AOS ATOS NORMATIVOS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
FISCALIZAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS	6.000.000	FISCALIZAÇÃO
FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DE COMBUSTÍVEIS	2.384	COLETAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		17.504.021
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	17.504.021	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	17.504.021	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

REGISTRO DO COMÉRCIO

OBJETIVO

REGISTRAR E ARQUIVAR DE FORMA EFICIENTE DOCUMENTOS RELATIVOS AOS DIVERSOS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS, INCLUINDO SOCIEDADE LTDA, SOCIEDADE ANÔNIMA, EMPRESÁRIOS E COOPERATIVAS.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE ADEQUAÇÕES ESTRUTURAIS, PROCEDIMENTAIS E ADMINISTRATIVAS, VISANDO DIMINUIR O PRAZO DE ATENDIMENTO AOS USUARIOS.

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
Nº DOCUMENTOS PROCESSADOS	1.172.398	1.348.250

PÚLICO ALVO

ADVOGADOS,CONTABILISTAS,EMPRESARIOS E DEMAIS USUÁRIOS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO DA JUNTA COMERCIAL	4	UNIDADE ADMINISTRADA
CONTROLE DAS ATIVIDADES DOS ESCRITORIOS REGIONAIS	13	ESCRITORIOS INSTALADOS
IMPLANTAÇÃO DE NOVO ARQUIVO PARA OS DOCUMENTOS REGISTRADOS	1	NOVO ARQUIVO
REESTRUTURAÇÃO DO PROTOCOLO	5.393.000	DOCUMENTOS PROCESSADOS
REGISTRO E ARQUIVO DE DOCUMENTOS EMPRESARIAIS	5.393.000	DOCUMENTOS PROCESSADOS
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS FUNCIONARIOS DA JUCESP	540	FUNCIONÁRIOS TREINADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		3.241.860
	CORRENTES	**CAPITAL**
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3.241.860	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	**3.241.860**	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *JUSTIÇA*

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

OBJETIVO

DIAGNOSTICAR ÁREAS COM INDEFINIÇÃO DOMINIAL E/OU SITUADAS EM ÁREAS DEVOLUTAS OU PRESUMIVELMENTE DEVOLUTAS, DESCREVENDO-AS COM PRECISÃO E APONTANDO DISPOSITIVOS LEGAIS ADEQUADOS À SUA LEGALIZAÇÃO.

JUSTIFICATIVA

A INDEFINIÇÃO DOMINIAL DA PROPRIEDADE É APONTADA COMO FATOR INIBIDOR DE INVESTIMENTOS, CRÉDITO E PRODUÇÃO ALÉM DE FOMENTAR CONFLITOS E INSEGURANÇA

ÓRGÃO

SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
HECTARES	3.664	200.000
TÍTULOS	1.697	22.500

PÚLICO ALVO

OCUPANTES DE ÁREAS RURAIS E URBANAS EM ÁREAS DEVOLUTAS OU PRESUMIVELMENTE DEVOLUTAS OU CUJO DOMÍNIO SE APRESENTE DUVIDOSO OU INDEFINIDO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ARRECADAÇÃO DE TERRAS PARA ASSENTAMENTOS	200.000 HA	ÁREAS ARRECADADAS
REGULARIZAÇÃO DE TERRAS	22.500	TÍTULOS DE DOMÍNIO E PROPRIEDADE

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		281.021.410
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	220.071.410	60.950.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	220.071.410	60.950.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA

PROGRAMA

SINAL VERDE

OBJETIVO

ATENDER A POPULAÇÃO DE TODO O ESTADO, EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DE TRÂNSITO, VISANDO OFERECER AO CIDADÃO UM ATENDIMENTO QUALIFICADO, PERSONALIZADO, SEGURO E EFICAZ, AGILIZANDO O TRÂMITE DA DOCUMENTAÇÃO E MINIMIZANDO CUSTOS.

JUSTIFICATIVA

CUMPRIR A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE CARTEIRAS NACIONAL DE HABILITAÇÃO.	3.126.030	4.700.000
NÚMERO DE UNIDADES DE TRÂNSITO IMPLANTADAS.	330	365
NÚMERO DE VEÍCULOS LICENCIADOS.	12.157.788	28.468.000

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO DETRAN	365	UNIDADES ATENDIDAS
OBRAS E INSTALAÇÕES NAS UNIDADES DE TRÂNSITO.	26	NÚMERO DE OBRAS.
SERVIÇOS DE TRÂNSITO	112.695.000	DOCUMENTOS EMITIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		9.523.372
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	9.523.372	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	9.523.372	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EMPREGO E TRABALHO

PROGRAMA

DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E METODOLÓGICO PARA A EMPREGABILIDADE

OBJETIVO

SUBSIDIAR O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E METODOLÓGICO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO, RELAÇÕES DO TRABALHO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREENDEDORISMO.

JUSTIFICATIVA

CONSTATAÇÃO DA NECESSIDADE DE AMPLIAR INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS, PESQUISAS DO MERCADO DE TRABALHO E CRIAR DIFERENTES METODOLOGIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA MELHORAR A QUALIDADE DOS PROGRAMAS.

ÓRGÃO

SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NOVAS METODOLOGIAS DESENVOLVIDAS	12	60
RELATORIOS PRODUZIDOS	7.800	40.000

PÚLICO ALVO

GESTORES E TÉCNICOS DA SECRETARIA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APRENDENDO APRENDER	60	METODOLOGIAS DESENVOLVIDAS
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DO MERCADO DE TRABALHO	40.000	RELATÓRIOS PRODUZIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		556.930.300
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	556.379.480	550.820
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	556.379.480	550.820

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EMPREGO E TRABALHO

PROGRAMA

FOMENTO AO EMPREGO E RENDA

OBJETIVO

PROPICIAR AOS DESEMPREGADOS E AOS JOVENS, ALTERNATIVAS DE OCUPAÇÃO E RENDA, OFERECENDO QUALIFICAÇÃO, TREINAMENTO E OPORTUNIDADES DE COLOCAÇÃO E RECOLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.

JUSTIFICATIVA

AS PESQUISAS APONTAM O ALTO ÍNDICE DE DESEMPREGO, O QUAL ATINGE GRANDE PARTE DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO ESTADO E DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, HAVENDO NECESSIDADE DE DAR FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO À POPULAÇÃO DESEMPREGADA, FACILITANDO SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.

ÓRGÃO

SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
BOLSISTAS ATENDIDOS	24.822	25.000
COMISSÕES MUNICIPAIS DE EMPREGO CRIADAS E HOMOLOGADAS	50	230
ESTUDANTES ATENDIDOS	5.500	8.500
TRABALHADORES QUE RETORNARAM AO MERCADO DE TRABALHO	205	3.500
TRABALHADORES TREINADOS	158	1.013.404
VAGAS CAPTADAS	10.110	424.746

PÚLICO ALVO

DESEMPREGADOS EM GERAL E JOVENS ENTRE 16 A 21 ANOS QUE ESTEJAM CURSANDO O ENSINO MÉDIO DA REDE PUBLICA ESTADUAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
COMISSÕES DE EMPREGO	230	COMISSÕES CRIADAS E HOMOLOGADAS
FRENTES DE TRABALHO	100.000	BOLSISTAS ATENDIDOS
INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	424.746	VAGAS CAPTADAS
JOVEM CIDADÃO - MEU PRIMEIRO TRABALHO	34.000	ESTUDANTES ATENDIDOS
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	1.200.400	TRABALHADORES TREINADOS
TIMES DO EMPREGO	2.800	TRABALHADORES RECOLOCADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.588.756
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.576.952	11.804
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.576.952	11.804

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EMPREGO E TRABALHO

PROGRAMA

FOMENTO AO TRABALHO ARTESANAL

OBJETIVO

DIFUNDIR E COMERCIALIZAR PRODUTOS ARTESANAIS E OFERECER SUPORTE TÉCNICO AO TRABALHO ARTESANAL.

JUSTIFICATIVA

O ARTESANATO DESTACA-SE COMO SEGMENTO DA ECONOMIA INFORMAL QUE DESEMPENHA PAPEL IMPORTANTE COMO GERADOR DE EMPREGO E RENDA E EXPRESSÃO CULTURAL. NESSE SENTIDO SE FAZ NECESSÁRIO FOMENTAR ESSE SETOR, CONSIDERANDO SUAS DIFICULDADES DE ACESSO À INFORMAÇÕES SOBRE MERCADO, TECNOLOGIA, DESIGN E CAPITAL DE GIRO, ALÉM DE CARECER DE UMA POLÍTICA ORGANIZACIONAL E DE APRIMORAMENTO TÉCNICO DO ARTESÃO.

ÓRGÃO

SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ARTESÃO ATENDIDOS	3.000	25.000
PONTOS DE VENDA	15	75

PÚLICO ALVO

ARTESÃOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESENVOLVIMENTO E SUPORTE TÉCNICO AO TRABALHO ARTESANAL	25.000	ARTESÃO ATENDIDO
DIFUSÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ARTESANAIS	75	ARTESÃO ATENDIDO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		41.711.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	21.681.000	
DEMAIS RECURSOS	20.030.000	
TOTAL	41.711.000	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EMPREGO E TRABALHO

PROGRAMA

GERAÇÃO DE RENDA

OBJETIVO

PROMOVER A AUTO-SUSTENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E ENTIDADES SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS COMUNITÁRIOS DE GERAÇÃO DE RENDA, MEDIANTE A CONCESSÃO DE CRÉDITO E APOIO TÉCNICO A PROJETOS DE PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.

JUSTIFICATIVA

DEMANDA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL PARA SUA INCLUSÃO EM PROGRAMAS COMUNITÁRIOS DE GERAÇÃO DE RENDA, APOIADA POR ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, AS QUAIS CONSTITUEM-SE EM UM DOS GRANDES DESAFIOS DO TERCEIRO SETOR, NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ÓRGÃO

SECR.EST. DE ASSISTÊNCIA E DESENV.SOCIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
FINANCIAMENTO DE UNIDADES PRODUTIVAS DE GERAÇÃO DE RENDA	150	645

PÚLICO ALVO

ENTIDADES SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS JURIDICAMENTE CONSTITUÍDAS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO DE UN PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS GERADORAS DE RENDA TRABALHO	450	ORGANIZAÇÕES E ENTIDADES SOCIAIS BENEFICIADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		15.632.353
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	15.617.765	14.588
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	15.617.765	14.588

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EMPREGO E TRABALHO

PROGRAMA

QUALIDADE DO TRABALHO

OBJETIVO

ATENDER A DEMANDA POR SERVIÇOS QUE PROPICIEM MELHOR QUALIDADE DO TRABALHO E RECREAÇÃO DO TRABALHADOR.

JUSTIFICATIVA

EXISTÊNCIA DE DEMANDA POR SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO TRABALHISTA, FISCALIZAÇÕES, AVALIAÇÕES DE RISCOS, CURSOS PARA AS COMISSÕES INTERNAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES-CIPA, PROMOÇÃO DE SEMANAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO-SIPAT E ATIVIDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS.

ÓRGÃO

SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE ACORDOS REALIZADOS	65	83
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS	7.972	8.905
NÚMERO DE CARTEIRAS DE TRABALHO EMITIDAS	45.005	60.172
NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS	4	4
NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	565	1.770
NÚMERO DE TRABALHADORES ABRANGIDOS	33.900	30.050
NÚMERO DE USUÁRIOS	22.000	226.000

PÚLICO ALVO

TRABALHADORES EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ESPORTE E RECREAÇÃO DO TRABALHADOR	10.847.800	TRABALHADORES PARTICIPANTES
FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	84.931	FISCALIZAÇÕES REALIZADAS
ORIENTAÇÃO TRABALHISTA	2.888.260	ATENDIMENTOS REALIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		3.925.288
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3.925.288	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	3.925.288	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*

ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL

OBJETIVO

EFETIVAR ENCAMINHAMENTOS PARA A REDE DE ABRIGOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ORIUNDAS DO PODER JUDICIÁRIO E CONSELHOS TUTELARES QUE NECESSITAM DA MEDIDA PROTETIVA DE ABRIGO, ACOLHENDO-OS, PROVISORIAMENTE NAS CASA DE RETAGUARDA, ENQUANTO PERDURAR O PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO DE VAGAS ADEQUADAS AO CASO

JUSTIFICATIVA

O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL AINDA NÃO ESTÁ CONCLUÍDO. POR ESSE MOTIVO O SERVIÇO PERMANECE EM FUNCIONAMENTO COM ATENDIMENTO ININTERRUPTO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE ENTRADASX NÚMERO DE ABRIGADOS	0,097	0,017

PÚLICO ALVO

CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NA FAIXA ETÁRIA DE 7 A 18 ANOS INCOMPLETOS, EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL COM DETERMINAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA DE ABRIGO, APLICADA PELO PODER JUDICIÁRIO E CONSELHOS TUTELARES.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ABRIGAMENTO TEMPORÁRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS CASAS DE RETAGUARDA	4.656	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS
RECEPÇÃO E ENCAMINHAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM MEDIDA DE ABRIGO	3.600	CRIANÇAS E ADOLESCENTES RECEPCIONADOS E ABRIGADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		6.971.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.001.088	5.969.912
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.001.088	5.969.912

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*

ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO CARENTE

OBJETIVO

APOIAR TÉCNICA E FINANCEIRAMENTE PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA DOS FUNDOS MUNICIPAIS, DISTRIBUINDO ITENS BÁSICOS E PROMOVENDO APROXIMAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA COM A COMUNIDADE CARENTE.

JUSTIFICATIVA

HÁ UMA PARCELA DA POPULAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO DESPROVIDA DE RECURSOS E CABE AO FUSSESP PRESTAR ASSISTÊNCIA A ESSA POPULAÇÃO PARA ERRADICAR A POBREZA E A MARGINALIZAÇÃO E REDUZIR AS DESIGUALDADES SOCIAIS, ATRAVÉS DE AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DE PARCERIA DO ESTADO COM A SOCIEDADE CIVIL, PROMOVENDO MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E O RESGATE DA CIDADANIA.

ÓRGÃO

CASA CIVIL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DE AGENTES CAPACITADOS	25	100
TAXA DE ATENDIMENTO DAS ENTIDADES SOCIAIS CADASTRADAS NO FUSSESP E FUNDOS DE SOLIDARIEDADE DOS MUNICÍPIOS	50	100

PÚLICO ALVO

ENTIDADES SOCIAIS, FUNDOS SOCIAIS DE SOLIDARIEDADE DOS MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO CARENTE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS DOS FUNDOS MUNICIPAIS	700	FUNDO MUNICIPAL ATENDIDO
APROXIMAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA COM A COMUNIDADE CARENTE	50	COMUNIDADE CARENTE ATENDIDA
CAPACITAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES	5.800	AGENTE MULTIPLICADOR CAPACITADO
DISTRIBUIÇÃO DE DOAÇÕES À POPULAÇÃO CARENTE	4.800	ENTIDADE SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL ATENDIDO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		800.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	800.000	
TOTAL	800.000	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*

ATENDIMENTO A COMUNIDADES ISOLADAS - PACI

OBJETIVO

FOMENTAR E EXECUTAR PROJETOS PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DO USO DE ALTERNATIVAS TAIS COMO: A CONVERSÃO FOTOVOLTAICA DA ENERGIA SOLAR.

JUSTIFICATIVA

A EXISTÊNCIA DE COMUNIDADES E CONSUMIDORES ISOLADOS DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, CONFORME OBSERVADO ATRAVÉS DE DADOS DO IBGE/1998 E RELATÓRIOS DA ELETROBRÁS.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE SISTEMAS INSTALADOS	60	110
POPULAÇÃO ATENDIDA	60	110

PÚLICO ALVO

COMUNIDADES ISOLADAS DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	50	IMPLANTAÇÕES REALIZADAS
PACI NAS EMPRESAS DE ENERGIA	50	SISTEMAS INSTALADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		5.268.092
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	5.268.092	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	5.268.092	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*

CAPACITAÇÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO

DEFINIR, ORGANIZAR, PLANEJAR E DESENVOLVER AÇÕES DIRIGIDAS À QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS ATORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM VISTAS A EFETIVAR A ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA, BEM COMO DOTAR DE QUALIDADE, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA O ATENDIMENTO PRESTADO À POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

JUSTIFICATIVA

A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DEVE DOTAR OS NÍVEIS ESTADUAL E MUNICIPAL, BEM COMO OS RESPECTIVOS FUNDOS, CONSELHOS E ENTIDADES, DE CONDIÇÕES GERENCIAIS E TÉCNICAS PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES COM EFICIÊNCIA E EFICÁCIA. ASSIM, A SEADS DEVE PROMOVER AÇÕES DE CAPACITAÇÃO, COM VISTAS A PROPICIAR CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL DOS ATORES DA ÁREA.

ÓRGÃO

SECR.EST. DE ASSISTÊNCIA E DESENV.SOCIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
CAPACITAR PESSOAS QUE EXECUTAM AÇÕES NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	843	10.080
MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE CAPACITAÇÃO NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	645	645

PÚLICO ALVO

GESTORES MUNICIPAIS, TÉCNICOS DA SEADS, DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS, DAS ENTIDADES SOCIAIS E CONSELHEIROS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAPACITAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL	10.080	PESSOAS CAPACITADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		16.426.055
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	16.406.055	20.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	16.406.055	20.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*

DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OBJETIVO

SUBSIDIAR E DELIBERAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, CONTROLANDO AS AÇÕES DECORRENTES; ASSIM COMO ARTICULAR E COLABORAR COM AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS DO ESTADO.

JUSTIFICATIVA

ATENDER A LEI FEDERAL 8.069/90 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE); ASSIM COMO DA LEI ESTADUAL 8.074/92 (CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONDECA), QUE DELINEIA ROTAS DE AÇÃO.

ÓRGÃO

GABINETE DO GOVERNADOR

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS,EVENTOS E OFICINAS TEMÁTICAS REALIZADAS OU APOIADAS PELO CONDECA.	7	10
CONSELHOS MUNICIPAIS E ENTIDADES DE ATENDIMENTO INSCRITOS NO PORTAL CONDECA	Não Disponível	600
DELIBERAÇÕES SOBRE AÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1	4
DIVULGAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO FUNDO ESTADUAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.	20.000	50.000
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, PESQUISA E CAPACITAÇÃO	239	400
NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES BENEFICIADOS PELAS AÇÕES DO CONDECA	25.000	40.000

PÚLICO ALVO

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CUSTEIO DAS AÇÕES E MANUTENÇÃO DO CONDECA	362.628	AÇÕES REALIZADAS
FIN. DE PROJETOS DIRECIONADOS AOS DIR. DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1.950	PROJETOS ATENDIDOS
PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	200.000	AÇÕES REALIZADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		172.800.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	172.800.000	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	172.800.000	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*

FAMÍLIA CIDADÃ

OBJETIVO

MELHORAR EFETIVAMENTE A QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA (ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO) COM AÇÕES INTEGRADAS - TRANSFERÊNCIA DE RENDA, SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR, ATENDIMENTO EMERGENCIAL PARA DESEMPREGADOS E CAPACITAÇÃO PARA JOVENS, POSSIBLITANDO MEIOS PARA A SUPERAÇÃO DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

JUSTIFICATIVA

.

ÓRGÃO

SECR.EST. DE ASSISTÊNCIA E DESENV.SOCIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO 'PROGRAMA RENDA CIDADÃ'	60.000	240.000

PÚLICO ALVO

FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR TOTAL ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
RENDA CIDADÃ	240.000	FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO, RECEBENDO O REPASSE MENSAL

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		22.475.000
	CORRENTES	**CAPITAL**
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	22.475.000	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	**22.475.000**	

PROGRAMA **DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS SOCIAIS

OBJETIVO

PRODUZIR INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS AÇÕES NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE DIVERSOS ÓRGÃOS DO GOVERNO E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE, DE FORMA A GARANTIR UMA POLÍTICA INTEGRADA.

JUSTIFICATIVA

A ESCASSEZ DE INFORMAÇÕES NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, AS QUAIS SÃO NECESSÁRIAS PARA A TOMADA DE DECISÕES E PARA SUBSIDIAR A FORMULAÇÃO E REFORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DA ÁREA, BEM COMO PARA DAR TRANSPARÊNCIA ÀS AÇÕES REALIZADAS.

ÓRGÃO

SECR.EST. DE ASSISTÊNCIA E DESENV.SOCIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
Nº DE BASES DE DADOS ADICIONADAS AO SISTEMA	Não Disponível	60
RELAÇÃO DO Nº DE PROGRAMAS SOCIAIS INTEGRADOS E EXISTENTES	Não Disponível	60

PÚLICO ALVO

GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES SOCIAIS E SOCIEDADE EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROG NA ÁREA DE ASSIST E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	100 %	SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO IMPLANTADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		8.974.928
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	7.798.928	1.176.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	7.798.928	1.176.000

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*

PROGRAMA DE QUALIDADE DA FEBEM

OBJETIVO

LEVANTAR, ANALISAR E DESENVOLVER SISTEMAS DE GESTÃO DE QUALIDADE APLICAVEIS AOS PROCESSOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS, ATRAVÉS DA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, VISANDO A REDUÇÃO DE CUSTOS, AUMENTO DA EFICIÊNCIA E MELHORIA DO ATENDIMENTO

JUSTIFICATIVA

FALTA DE MAPEAMENTO DE PROCESSOS, IDENTIFICAÇÃO DE FERRAMENTAS DE APOIO,APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS DE APURAÇÃO DE CUSTOS E NÍVEL INSATISFATÓRIO DE ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS VOLTADOS AO ATENDIMENTO DIRETO AO ADOLESCENTE INFRATOR

ÓRGÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
REDUÇÃO DO CUSTO ADMINISTRATIVO POR ATENDIMENTO	0,27	0,24
REDUÇÃO DO CUSTO INDIVIDUAL DO ADOLESCENTE POR ATENDIMENTO	1	0,95

PÚLICO ALVO

QUADRO FUNCIONAL DA FUNDAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
SISTEMAS ESTRATÉGICOS DE GERENCIAMENTO	9.368	FUNCIONÁRIOS CAPACITADOS E SISTEMAS GERENCIAIS IMPLANTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		477.450.062
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	476.598.876	851.186
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	476.598.876	851.186

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO

CONCEDER APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS E ÀS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL, GARANTINDO-LHES CONDIÇÕES MÍNIMAS DE ACESSO A BENS E SERVIÇOS INDISPENSÁVEIS À SOBREVIVÊNCIA.

JUSTIFICATIVA

O SISTEMA DESCENTRALIZADO E PARTICIPATIVO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO, PRESTA SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS E ÀS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DAS AÇÕES NO SETOR, VISANDO À CONSOLIDAÇÃO DE UMA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL AOS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS	100	100
PERCENTUAL DE PESSOAS ATENDIDAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ATENDIMENTO PREVISTO	21	21

PÚLICO ALVO

CRIANÇAS E ADOLESCENTES, IDOSOS, PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA, MIGRANTES E MORADORES DE RUA PERTENCENTES A FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA.

ÓRGÃO

CASA CIVIL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CASA DA SOLIDARIEDADE-AÇÕES EDUCATIVA, PSICOSSOCIAL, FAMILIAR, ASS.MÉDICA	4.600	CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM ASSIDUAMENTE A CASA DA SOLIDARIEDADE
CENTRO DE ATIVIDADES PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NA ESTAÇÃO ESPECIAL DA LAPA	10.000	PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E SUAS FAMILIAS
ESTAÇÃO ESPECIAL DA LAPA	14.000	PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS

ÓRGÃO

SECR.EST. DE ASSISTÊNCIA E DESENV.SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

ÓRGÃO

SECR.EST. DE ASSISTÊNCIA E DESENV.SOCIAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATENÇÃO BÁSICA	1.590	MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONVENIADAS
IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS	645	CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES SOCIAIS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		151.582.073
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	151.582.073	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	151.582.073	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

OBJETIVO

APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL AOS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE DESAMPARO E EXCLUSÃO SOCIAL, PROPICIANDO-LHES CONDIÇÕES MÍNIMAS DE ACOLHIMENTO E ABRIGAMENTO QUE LHES PERMITA VOLTAR AO CONVÍVIO DAS RESPECTIVAS FAMÍLIAS E ESTABELECER NOVAS FORMAS DE INSERÇÃO E CONVÍVIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO.

JUSTIFICATIVA

A SEADS, ÓRGÃO DE GESTÃO ESTADUAL DO SISTEMA DESCENTRALIZADO E PARTICIPATIVO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO, PRESTA SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS E ÀS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DAS AÇÕES NO SETOR, VISANDO À CONSOLIDAÇÃO DE UMA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL AOS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL.

ÓRGÃO

SECR.EST. DE ASSISTÊNCIA E DESENV.SOCIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE RECEBERAM APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO	100	100
PERCENTUAL DE PESSOAS ATENDIDAS PELAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	24	24

PÚLICO ALVO

CRIANÇAS E ADOLESCENTES, IDOSOS, PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA, MIGRANTES E MORADORES DE RUA DESAMPARADOS OU DESABRIGADOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATENÇÃO ESPECIAL	431	MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONVENIADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		800.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	800.000	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	800.000	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*

QUALIDADE DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS

OBJETIVO

INSTITUIR UMA POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS QUE APRIMORE, POTENCIALIZE, QUALIFIQUE, ARTICULE E INTEGRE AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS VISANDO A MELHORIA EFETIVA DA QUALIDADE DE VIDA DESTE SEGMENTO DA POPULAÇÃO, CONSIDERADAS AS SUAS ESPECIFICIDADES CULTURAIS.

JUSTIFICATIVA

OS POVOS INDÍGENAS NO ESTADO DE SÃO PAULO POSSUEM UMA BAIXA QUALIDADAE DE VIDA QUE AMEAÇA A SOBREVIVÊNCIA FÍSICA E CULTURAL.AS AÇÕES PROMOVIDAS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS SÃO LOCALIZADAS, NÃO INTEGRADAS ÀS SUAS ESPECIFICIDADES CULTURAIS RESULTANDO EM AÇÕES POUCO EFETIVAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DESTE QUADRO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE COMUNIDADES INDÍGENAS COM EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA IMPLANTADA	12	26
NÚMERO DE TERRAS INDÍGENAS COM REGISTRO DE EXPRESSÕES CULTURAIS REALIZADO.	Não Disponível	26
NÚMERO DE TERRAS INDÍGENAS COM SITUAÇÃO FUNDIÁRIA REGULARIZADA	15	26

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO INDÍGENA NO ESTADO DE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PROMOÇÃO DA ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE GOV.NAS COMUNIDADES INDÍGENAS	100 %	POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS CRIADA E IMPLANTADA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		11.112.897
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	7.472.368	3.640.529
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	7.472.368	3.640.529

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA *ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*

REDE SOCIAL

OBJETIVO

CONVERGIR E ATUAR CONJUNTAMENTE NAS DIFERENTES ÁREAS DE GOVERNO, DA INICIATIVA PRIVADA E DO TERCEIRO SETOR, DE MODO A TER UM ENFRENTAMENTO EFICAZ E EFETIVO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE SOCIAL.

JUSTIFICATIVA

AS INICIATIVAS NA ÁREA SOCIAL APRESENTAM AÇÕES FRAGMENTADAS, SUPERPOSTAS E PULVERIZADAS, BEM COMO POLÍTICAS PÚBLICAS ESTANQUES E CONSEQUENTEMENTE POUCO EFICAZES E EFETIVAS.

ÓRGÃO

SECR.EST. DE ASSISTÊNCIA E DESENV.SOCIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE INSTITUIÇÕES INTEGRADAS A REDE SOCIAL	Não Disponível	130
USUÁRIOS BENEFICIADOS	Não Disponível	508.000

PÚLICO ALVO

FAMILIAS COM RENDIMENTO MENSAL DE ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO COM PRESENÇA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 0 A 17 ANOS E JOVENS ATÉ 24 ANOS COM BAIXA ESCOLARIDADE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS E ESP NO PARQUE EST DAS FONTES DO IPIRANGA-PEFI	5.080.000	POPULAÇÃO EXCLUÍDA BENEFICIADA
ATUAÇÕES INTEGRADAS NOS 50 MUNICÍPIOS PAULISTAS COM PIORES IDH-M	20	PROJETOS SOCIAIS ARTICULADOS IMPLANTADOS P/FAMÍLIAS C/RENDA FAMILIAR ATÉ 1 SM
AVALIAÇÃO E APRIMORAMENTO DA POLÍTICA SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO	4	SISTEMAS IMPLANTADOS
INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE PROGRAMAS DA ÁREA SOCIAL	440	PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA E ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E ADOLESCENTE

CAPÍTULO IV
DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

4.1 Introdução
- 4.1.1 Parcerias Público-Privadas
- 4.1.2 Concessões e Parcerias Público-Privadas no Contexto Atual de São Paulo

4.2 Transportes
- 4.2.1 Diagnóstico da atual rede de transportes
- 4.2.2 Diretrizes Estratégicas da Secretaria dos Transportes

4.3 Transportes Metropolitanos
- 4.3.1 Diagnóstico da atual rede de transportes
- 4.3.2 Diretrizes Estratégicas e Ações da Secretaria dos Transportes Metropolitanos

4.4 Energia
- 4.4.1 Panorama Geral do Setor no Estado de São Paulo
- 4.4.2 Geração Hidrelétrica
- 4.4.3 Previsão da Demanda de Energia Elétrica para o Estado de São Paulo
- 4.4.4 Gás Natural
- 4.4.5 Outras Fontes de Energia
- 4.4.6 Universalização dos Serviços de Energia: Eletrificação Rural
- 4.4.7 Programas e Ações na Área de Energia

4.5 Recursos Hídricos
- 4.5.1 Ações estratégicas para a gestão de recursos hídricos no Estado de São Paulo
- 4.5.2 Aprimoramento da gestão da água e da alocação de investimentos

4.6 Saneamento
- 4.6.1 Situação atual
- 4.6.2 Perspectivas para o Setor
- 4.6.3 Definição dos Programas e Ações para o PPA 2004-2007

4.7 Programas e Ações do PPA

4.1 Introdução

As ações do Governo do Estado de São Paulo na área de infra-estrutura destacam-se não só pela sua vasta experiência de empreendedor como também por ter sido, no País, o pioneiro no estabelecimento de parcerias com agentes privados e na nova configuração do modelo de intervenção estatal nesse domínio. A criação do Programa de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infra-estrutura, em 1995, seguida da implementação do Programa Estadual de Desestatização (PED), a partir de 1996, implicaram novo ordenamento do papel do Estado e construção de um novo arcabouço legal. Foi possível, assim, fortalecer o setor público paulista como regulador nas atividades objeto de privatização/concessão e, ao mesmo tempo, ampliar investimentos públicos em infra-estrutura em associação com a iniciativa privada.

No âmbito do PED, vale destacar o enorme esforço realizado pelo governo no sentido de sanear as finanças públicas do Estado. No período de 1997/2002, a implementação do PED traduziu-se na privatização de seis empresas do setor de energia elétrica, uma de gás canalizado, quatro hotéis, um balneário e dois armazéns da Ceagesp, e na outorga de concessões nas áreas de gás canalizado (duas empresas de exploração dos serviços de distribuição), malha rodoviária estadual (dez lotes), corredor de transporte (um metropolitano), usinas hidrelétricas e em uma subconcessão de estação de tratamento de águas.

No tocante à regulação e fiscalização desses setores, foram criados pelo governo do Estado dois entes de grande importância: a Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE) e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP).

O aumento significativo da participação privada na provisão de serviços de infra-estrutura teve como contrapartida a redefinição do papel do Estado nessas áreas. O Estado cede espaço na exploração direta dessas atividades para melhor regulá-las e fiscalizá-las. Contribui, assim, para a criação do clima de segurança requerido pelo investidor privado – que poderá vir a se integrar no setor por meio de novos tipos de contrato, como as parcerias Público-Privadas (PPP) – e para a garantia da prestação dos serviços, em atendimento às necessidades do consumidor.

Destaque-se que entre as ações do Estado figura a redução de custos e dispêndios com utilidades (água, energia e também telefonia). Para tanto, o Governo deverá implementar mecanismos e procedimentos para pagar os correspondentes investimentos e serviços contratados com parte da economia gerada com o aumento da eficiência no consumo dessas utilidades.

Esse capítulo apresenta as ações do Governo de São Paulo em relação ao desenvolvimento da infra-estrutura, variável-chave para o aumento da competitividade. Após uma apreciação da conceituação e características das parcerias público-privadas e seus desafios no Estado, o capítulo expõe as ações nas atividades de transportes – com apreciação em separado dos transportes metropolitanos – energia, recursos hídricos e saneamento.

4.1.1 Parcerias Público-Privadas

As PPP são contratos entre os setores público e privado com o objetivo de entregar um projeto ou um serviço tradicionalmente provido apenas pelo setor público. As PPP procuram justamente tornar contratuais as especificidades inerentes a cada parceiro, de forma a garantir que o contribuinte possa dispor de um serviço mais

eficiente e de melhor qualidade, que resulte em melhor relação custo-benefício dos recursos públicos gastos.

As PPP podem oferecer as seguintes vantagens:

?? execução mais rápida;
?? redução de custos ao longo do ciclo de vida do projeto;
?? melhor alocação de risco, uma vez que este é atribuído ao parceiro mais hábil a gerenciá-lo;
?? maior incentivo à melhoria de desempenho;
?? melhor qualidade dos serviços;
?? maior transparência dos gastos públicos.

4.1.2 Concessões e Parcerias Público-Privadas no Contexto Atual de São Paulo

4.1.2.1 Perspectiva Geral

A ação do atual Governo do Estado de São Paulo diferencia-se pela agenda de tarefas prioritárias, traduzidas nas diretrizes principais do Governo Geraldo Alckmin já mencionadas. É importante ressaltar que o cumprimento dessas diretrizes tem como referência as seguintes estratégias:

?? **Enfoque Regional –** Parte do princípio de que o reconhecimento das diferentes características e demandas das regiões que compõem o Estado de São Paulo é fundamental para ampliação da eficácia das políticas e dos programas, no sentido de viabilizar um quadro socioeconômico mais equilibrado e democrático.

?? **Ótica Multissetorial –** Visa à consolidação de uma visão integrada dos problemas e estratégias de governo, rompendo os limites das ações segmentadas, restritas ao âmbito de cada órgão e/ou Secretaria de Estado. Pretende-se, dessa forma, ampliar o potencial das ações governamentais, aproveitando os respectivos pontos de interseção para justamente dinamizar sinergias e aumentar a eficiência das políticas.

?? **Integração com o Investimento Privado** – incentivando as novas formas de interação entre os setores público e privado como alternativas de alavancar a competitividade da economia paulista e promover o desenvolvimento social. Ao Estado cabe a tarefa de aprofundar cada vez mais essa parceria com a sociedade para ampliar a gama e a produtividade dos serviços prestados, levando-se em conta todo um leque de possibilidades, que envolve desde as concessões em geral até contratos mais específicos.

O desenvolvimento das parcerias Estado-Sociedade integra um ponto estratégico para o cumprimento das diretrizes de governo. Nesse sentido, as PPP representam uma alternativa inovadora, com grande potencial de ampliação da oferta de serviços de utilidade pública em São Paulo nos próximos anos. Esse sistema tem se revelado um instrumental de grande eficiência. Acrescente-se que as PPP significam maior flexibilidade para as contas públicas, permitindo aumentar os investimentos.

4.1.2.2 Antecedentes e Ambiente Atual

É possível constatar que desde 1995 o Governo do Estado de São Paulo tem sido pioneiro no que tange ao incentivo ao estabelecimento de parcerias e à construção de um novo modelo de intervenção estatal. Com efeito, já em março daquele ano foi criado o Programa de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infra-estrutura. Em seguida, no início de 1996, esse programa foi ampliado com a criação do Programa Estadual de Desestatização – PED, que funcionou exatamente como o pilar de um processo de reordenamento do papel do Estado.

A partir desse arcabouço, foi possível fortalecer o setor público paulista como regulador nas atividades objeto de privatização/concessão e, ao mesmo tempo, ampliar investimentos públicos em infra-estrutura realizados pela iniciativa privada. Vale a pena citar brevemente a consolidação das instituições responsáveis pela regulamentação, regulação e fiscalização do sistema derivado do PED:

?? **Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)**, criada em 1997 com a missão de regular, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços de energia.

?? **Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões de Serviços Públicos do Setor de Transportes**, voltada ao acompanhamento e fiscalização dos serviços transferidos à iniciativa privada, no âmbito das concessões de rodovias.

?? **Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP)**, com as funções de implementar a política estadual de transportes; exercer poder normativo; elaborar modelos de concessões, permissões e autorizações; gerenciar concessões, permissões e autorizações de serviços públicos de transporte.

Além das privatizações, tiveram destaque as seguintes concessões:

?? **Áreas 2 (Noroeste) e 3 (Sul) do Estado de São Paulo**, as quais foram objeto de outorga para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado.

?? **Doze lotes de trechos da malha rodoviária estadual –** Região de Campinas (Autoban), Região de Batatais (Autovias), Região de Jaú (Centrovias), Região de Itu (Colinas), Região da Baixada Santista (Ecovias), Região de Itapira (Intervias), Região de São João da Boa Vista (Renovias), Região de Itapetininga (SPVias), Região de Bebedouro (Tebe), Região de Araraquara (Triângulo do Sol), Região de Ribeirão Preto (Vianorte), Região de Sorocaba (Viaoeste).

?? **Operação do Corredor Metropolitano São Mateus/Jabaquara** por um período de 20 anos.

?? **Hidrelétricas de Canoas I e II** para a Companhia Brasileira de Alumínio.

?? **Subconcessão da Estação de Tratamento de Água no Ribeirão dos Cristais** (Cajamar)

Isso mostra que a experiência paulista não só foi bem sucedida, no sentido de reordenar o papel do Estado e auxiliar no saneamento das contas públicas, como também criou um ambiente muito profícuo para o avanço das concessões e de novos tipos de contratos, como é o caso das PPP.

4.1.2.3 Desafios e Oportunidades

As bem-sucedidas experiências internacionais mostram a progressiva consolidação de uma nova esfera pública, não necessariamente estatal ou totalmente subordinada às relações de mercado, possibilitando uma variada gama de ações em parceria. Por outro lado, a despeito de se desonerar de algumas atribuições, ao conceder à iniciativa privada a prestação de serviços públicos, ou mesmo de privatizá-los, o Estado não abdica de papéis que lhe são inerentes, como regulador e articulador dos interesses da sociedade.

Desafios

Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos no que concerne aos processos de desestatização no País, há certamente aspectos que devem ser aperfeiçoados para um impulso mais significativo das concessões e parcerias. Um ponto muito importante refere-se à necessidade de melhor aproveitamento logístico nos marcos das concessões em vigor. Tal fato é, até certo ponto, uma decorrência natural da estrutura vigente, que distribui o poder de concessão para a União, estados e municípios, conforme o setor ou segmento.

Assim, por exemplo, o setor de transporte muitas vezes congrega várias formas de concessão, envolvendo até as três esferas de governo. Ainda a título de ilustração, pode-se tomar o caso de São Paulo, onde portos, aeroportos e ferrovias sob poder de concessão federal, estão ligados a um sistema que abrange rodovias, trens metropolitanos, anéis viários, aeroportos, estradas vicinais estruturalmente submetidos à administração estadual. Nessas condições, torna-se fundamental o aprimoramento de convênios e de políticas integradas envolvendo as órbitas de governo responsáveis pelas concessões, para lograr melhores resultados em termos de integração intermodal e de logística de infra-estrutura.

Aspectos semelhantes podem ser identificados em setores como energia e saneamento, demandando esforços para um planejamento mais integrado das políticas públicas.

Outro ponto importante, que vem sendo cada vez mais destacado, reside no fato de que a legislação brasileira ainda não é adequada para novos tipos de contrato, sobretudo no campo de parcerias público-privadas. Há entraves relativos à Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) que, entre outros pontos, estabelece o prazo máximo de cinco anos para a duração dos contratos. Por seu turno, observa-se que a Lei Geral das Concessões (Lei nº 8.987/95) tão-somente vislumbra os serviços públicos auto-sustentáveis mediante a cobrança de tarifas dos usuários.

Ao mesmo tempo, deve-se esperar que o amadurecimento do processo de concessões e a ampliação das parcerias por meio de novos tipos de contrato, como as PPP, impliquem um aperfeiçoamento significativo do sistema de regulação e controle. Em termos resumidos, é desejável que os critérios para as revisões e/ou renovações contratuais tenham como base os seguintes fatores:

?? precisão na execução do cronograma;
?? metas e resultados atingidos;
?? eficiência na prestação do serviço;
?? correspondência entre remuneração e qualidade do serviço.

Em suma, está posto o desafio de se pôr em prática novas modelagens institucionais, jurídicas e de planejamento, de modo a combinar as capacidades privadas de investimento e gestão com a insubstituível função governamental de cuidar do benefício público.

Oportunidades

De uma forma geral, pode-se dizer que as transformações do ambiente econômico observadas no período recente conformam um quadro de boas oportunidades para a ampliação da oferta de serviços de utilidade pública pelo setor privado. Em particular, nota-se que a elevada demanda por investimentos em infra-estrutura torna o conjunto de fontes governamentais de recursos claramente insuficiente, indicando a urgência para a dinamização de concessões e de contratos de parceria.

Considerando-se as necessidades para o desenvolvimento, o marco institucional estabelecido e a experiência acumulada, tem-se que os setores de transportes, energia elétrica, petróleo e gás são prioritários para os contratos de parceria público-privadas (PPP).

No entanto, é perfeitamente plausível imaginar parcerias bem fundamentadas em setores como saúde, segurança e educação, considerando-se um horizonte de tempo mais longo. Apesar de maiores dificuldades iniciais para a inclusão desses setores em programas de PPP, deve-se ter claro que o setor público ainda é o responsável pela prestação do serviço, enquanto o setor privado opera e gerencia todo o conjunto relativo à infra-estrutura, envolvendo prédios, equipamento, terrenos, etc.

No caso do Estado de São Paulo, os projetos mais promissores envolvendo concessões e parcerias (PPP) concentram-se nas áreas de transportes e são de grande relevância não só para a ampliação da competitividade econômica da economia paulista em seu conjunto, como também para a melhoria das condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo. É interessante mencionar aqui concessões muito importantes no sistema de transportes metropolitanos, que estão previstas para os próximos anos:

?? **Metrô – Linha 4** (Morumbi – Luz), estendendo o serviço de metrô até Taboão da Serra, sendo que o trecho prioritário (Vila Sônia – Luz) conforma 12,8 km de extensão totalmente subterrânea.

?? **Expresso Aeroporto**, ligação ferroviária entre o centro de São Paulo e o aeroporto internacional de Guarulhos, incluindo uma via exclusiva, com cerca de 24 km de extensão e duas estações terminais.

?? **Concessão do Transporte Coletivo Intermunicipal na Região Metropolitana de São Paulo**, compreendendo a operação de linhas regulares intermunicipais, dos terminais de integração (a serem construídos) e do sistema viário de uso exclusivo do concessionário.

Ao mesmo tempo, também estão em pauta diversos projetos de parceria que devem gerar melhoras significativas na logística do sistema de transportes no Estado de São Paulo – como salientado na seção seguinte.

?? **Porto de São Sebastião** – Previsto um conjunto de obras de capacitação e integração, envolvendo a construção de um píer com recursos estaduais e um terminal integrado, a partir de recursos privados, contemplando um projeto de parceria com a iniciativa privada.

?? **Ferroanel** – Encontra-se em andamento o estabelecimento de convênio com o Governo Federal, o qual abarca estudos de viabilidade, projeto ambiental integrado, plano de desapropriação e um projeto de PPP.

?? **Rodoanel: Trecho Sul** – A alternativa atualmente pensada passa por uma integração com o Ferroanel, embora as obras tenham horizontes temporais distintos. Essa integração envolve estudos de viabilidade, unificação de projetos de EIA (Estudo de Impacto Ambiental) / RIMA (Relatório de Impactos Sobre o

Meio Ambiente) e projetos de PPP para a construção e operação das vias e terminais.

?? **Ajuste Operacional da Malha Ferroviária** – Atualmente, há pontos de estrangulamento envolvendo a operação de trens de passageiros (CPTM) e o transporte de carga (Ferroban), que disputam as mesmas vias de acesso, ou dificultam o transporte na margem do porto de Santos. Estão em andamento as negociações para um convênio com o Governo Federal para a realização de investimentos na Região Metropolitana de São Paulo e no Porto de Santos, envolvendo possivelmente projetos de PPP.

?? **Centro Logístico Integrado** – Formado a partir de terminais intermodais, construídos e operados pela iniciativa privada, mediante contatos de parceria.

4.1.2.4 Conclusão

O contexto atual indica a necessidade de avanços e consolidação dos sistemas de parcerias entre os setores público e privado para o suprimento de toda a gama de serviços de utilidade pública em níveis adequados e com maior padrão de qualidade. Nesse sentido, não é difícil perceber que o desenvolvimento da economia brasileira como um todo atualmente demanda vultosos investimentos, para os quais os recursos do Estado são insuficientes.

O Governo do Estado de São Paulo está consciente do fato de que a maior participação do setor privado nas políticas públicas, por meio do desenvolvimento de concessões e contratos de parceria, é fundamental para o cumprimento das diretrizes estabelecidas em seu programa de ação para os quatro anos de mandato.

É importante notar que o País vem nos últimos anos experimentando um processo de grande amadurecimento em praticamente todos os campos e, dentre inúmeros exemplos, podemos citar a conscientização da importância de fatores como responsabilidade fiscal e a maior integração entre os setores público e privado. Esse amadurecimento certamente permite um ambiente favorável para os sistemas de concessão e de novas formas de parceria. No caso do Estado de São Paulo, tem-se que o Programa Estadual de Desestatização desenvolvido entre 1995 e 2002 consolidou mudanças estruturais que servem de plataforma para novos avanços de integração das políticas públicas com a atividade privada.

Também é claro que uma das mais urgentes tarefas consiste no aprimoramento do sistema que conforma as concessões, licitações e contratos de parceria. Isso envolve desde aspectos jurídicos e institucionais (Lei de Licitações e Lei de Concessões), como questões de logística entre sistemas de concessões subordinadas a distintas esferas de governo, ou até mesmo a forma e metodologia de planejamento das políticas públicas em geral.

É factível esperar que o amadurecimento e a expansão das concessões e parcerias possam favorecer às mudanças nos sistemas de coordenação e controle. Mais precisamente, os processos de revisão e renovação do contrato devem adotar critérios fortemente vinculados a fatores estratégicos, tais como a execução precisa do cronograma, o cumprimento das metas de desempenho, os resultados alcançados, os padrões de eficiência e a adequação da remuneração à qualidade do serviço prestado.

Por sua vez, a elevada demanda por investimentos em serviços de infra-estrutura e a experiência acumulada nos processos de desestatização atuam no sentido de eleger os setores de transportes (gerais e metropolitanos), energia elétrica, petróleo e gás como candidatos mais imediatos para novas concessões e contratos de PPP.

Um rápido balanço entre desafios e oportunidades revela boas perspectivas para o desenvolvimento mais rápido das parcerias entre os setores público e privado. Em termos resumidos, pode-se dizer que, além da necessidade de grandes investimentos em serviços de utilidade pública, as notórias vantagens oferecidas por projetos mais ágeis e vinculados a índices de performance e qualidade do serviço prestado, indicam um quadro de perspectivas sólidas para as parcerias nos próximos anos.

Estão previstos para o Estado de São Paulo diversos projetos envolvendo concessões e contratos de PPP, considerando-se o período referente ao novo Plano Plurianual (2004-2007). No caso específico das parcerias público-privadas, os projetos atualmente estão concentrados na área dos transportes.

O novo Plano Plurianual do Governo do Estado de São Paulo é um passo importante para a consolidação do regime de parcerias e o cumprimento das diretrizes compromissadas.

4.2 Transportes

A relação entre investimento em infra-estrutura econômica e crescimento é bem conhecida e está suficientemente sedimentada na literatura. O capital aplicado em infra-estrutura – pelo governo, empresas do setor privado ou parcerias público-privadas – cria as condições e estimula a inversão produtiva e a geração de empregos.

Em particular, a infra-estrutura de transporte impulsiona o desenvolvimento e desempenha papel destacado na determinação das decisões de produção e consumo dos agentes econômicos. Importante elo da cadeia logística, o transporte influencia os fluxos de comércio, afetando os custos das relações negociais entre as firmas, seus fornecedores e consumidores. Mais ainda, em uma economia aberta que participa da competição internacional, o sistema de transporte é uma das variáveis-chave que compõem o sistema logístico do Estado e do País, e determinante básico da competitividade.

Entretanto, embora a infra-estrutura de transportes do Estado de São Paulo tenha redes físicas que podem ser comparadas às melhores do mundo, o sistema como um todo apresenta desequilíbrios entre modos e estrangulamentos operacionais e institucionais. O PPA atuará sobre essas deficiências, ajudando no processo de redução do custo São Paulo e, com isso, criará as condições para o aumento da competitividade da economia paulista e, conseqüentemente, do Brasil.

4.2.1 Diagnóstico da atual rede de transportes

A rede global de transportes de São Paulo conta com uma extensa e moderna malha rodoviária que alcança todo o território paulista; uma malha ferroviária formada por eixos radiais que interligam as zonas de produção agroindustrial do Estado e dos Estados vizinhos à Região Metropolitana de São Paulo e ao Porto de Santos; uma hidrovia com dupla vocação - de escoamento de granéis e de estímulo ao desenvolvimento regional, particularmente no campo do turismo e lazer - com grande potencial a ser ainda explorado; uma rede de aeroportos regionais e internacionais que vem sendo modernizada e equipada para dar apoio às demandas regionais de mobilidade e transporte de bens e pessoas; uma malha de dutos que exerce um importante papel na movimentação de produtos energéticos, especificamente os derivados de petróleo e álcool. Em período recente, essa rede, não obstante a evolução modesta do produto real (PIB), vem movimentando fluxos cada vez maiores de cargas, com taxas de crescimento expressivas (tabela 4.1).

Tabela 4.1

Evolução do transporte de Carga (milhões de ton)			
Modo	**1992**	**2002**	**%aa**
Transporte Rodoviário[1]	606,6	722,9	1,8%
Transporte Ferroviário	24,3	35,4	3,8%
Transporte Hidroviário	0,7	1,6	7,9%
Transporte Aeroviário[2]	0,1	0,4	12,7%
Mov. Porto de Santos	28,4	53,5	6,5%
Evolução do PIB (Brasil)[3]	903	1.200	2,9%

(1) Estimado com base em Matrizes OD associadas ao Valor Adicionado Fiscal
(2) Somente aeroportos do DAESP
(3) R$ bilhões em valores de 2001

O transporte ferroviário, após a concessão da malha ao setor privado e o transcurso do período inicial no novo regime, quando importantes ajustes foram efetuados, apresentou taxas médias de crescimento de 3,8% ao ano. O Estado procura, junto aos concessionários ferroviários, a criação de esquemas operacionais em território paulista que melhorem ainda mais esse desempenho, de modo a atender às necessidades do setor produtivo.

O transporte rodoviário tem crescido a taxas menores (1,8% a.a.) do que as do ferroviário e do hidroviário. Isso é natural, tendo em vista a participação relativa preponderante desse modo na realização de transporte. Importantes deficiências de infra-estrutura vêm sendo atacadas pela Secretaria dos Transportes, que concluiu recentemente a pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, a extensão da Rodovia dos Bandeirantes, o primeiro trecho do Rodoanel e tem agido no sentido de ampliar as demais conexões para o litoral do Estado. Merece menção também o Programa de Recuperação de Pavimento da Malha Viária, por meio do qual cerca de 1.400 km de rodovias passarão por um substancial melhoramento.

É importante salientar que o sistema de concessões rodoviárias, responsável por cerca de 48% dos transportes rodoviários do Estado, já vem produzindo bons indicadores de desempenho. Não só foram substancialmente melhoradas as condições de fluidez e segurança do tráfego, como foram implantados serviços aos usuários que apenas em 2002 foram responsáveis por cerca de 490.000 atendimentos mecânicos (guincho e socorro), 43.200 atendimentos médicos (ambulância) e 370.000 inspeções de tráfego. Desde a sua implantação em 1998, o Programa de Concessões já efetuou um total de 3.500.000 atendimentos no SAU – Serviço de Atendimento ao Usuário.

Dois dados são particularmente relevantes em relação às concessões rodoviárias estaduais: em primeiro lugar o fato de elas desonerarem o Estado relativamente a investimentos e serviços avaliados em R$ 7 bilhões até 2002, atingindo R$ 35,7 bilhões nos 20 anos de contrato; em segundo lugar, a demonstração de elevado retorno social.

As estatísticas do setor aeroportuário refletem avanços significativos neste segmento. A rede de aeroportos administrada pelo Estado tem sido objeto de constantes melhorias visando a atender ao crescimento da demanda e ao aperfeiçoamento da segurança, com investimentos significativos nos novos aeroportos de Bauru (Bauru-Arealva) e Itanhaém e na infra-estrutura dos aeroportos de São Carlos, Jundiaí e Registro. O Governo do Estado participa também das ampliações da infra-estrutura dos terminais de Guarulhos e Viracopos, administrados pela Infraero.

A hidrovia, após a finalização de pesados investimentos, experimentou vigoroso crescimento nos volumes movimentados (7,9% ao ano). O governo tem se preocupado

em melhorar as condições de navegabilidade da Hidrovia Tietê-Paraná, particularmente na rota São Simão-Pederneiras por onde escoam grandes fluxos de granéis de soja e seus derivados. Também desenvolve esforços junto às operadoras ferroviárias para assegurar a capacidade, a complementaridade e a confiabilidade das rotas que se comunicam com a hidrovia, particularmente a rota Pederneiras-Santos.

As principais questões a enfrentar decorrem das feições estruturais da demanda de transportes no Estado, marcada pela prevalência absoluta do segmento de carga geral de maior valor agregado no volume total veiculado, e pela alta concentração espacial da demanda. Uma área correspondente a apenas 8% do território paulista, formada pela Região Metropolitana de São Paulo e o quadrilátero Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Santos que a envolve, concentra algo como 50% das origens e destinos das viagens de carga.

A superação dos problemas que decorrem da primeira característica requer respostas apropriadas, uma vez que os fluxos de carga geral são muito exigentes em termos de prazos e confiabilidade de transporte. A segunda feição exige soluções tecnológicas de transporte adaptadas a viagens de curtas e médias distâncias. Além dessa exigência, a alta concentração espacial da demanda origina um dos pontos críticos cruciais do sistema de transporte paulista, ou seja, o deslocamento rodoviário e ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo.

Ainda como decorrência do predomínio da carga geral, mais de 90% do fluxo de transporte é veiculado pelo modo rodoviário. Embora apresente confiabilidade e flexibilidade, esse modo não é eficiente em todas as situações. Isso se deve aos seus custos unitários mais elevados e às externalidades negativas causadas (poluição, acidentes e congestionamentos).

É ainda oportuno observar que os sistemas de transportes brasileiro e paulista ainda se ressentem de anacronismo jurídico-institucional, com problemas de superposição de jurisdições sobre a mesma base geográfica, fragmentação de responsabilidades, ausência de fóruns de coordenação, distorções fiscais e necessidade de modernização administrativa.

4.2.2 Diretrizes Estratégicas da Secretaria dos Transportes

A Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo desenvolverá no período do PPA ações que objetivam utilizar de forma inteligente a rede física do Estado, equacionar os problemas estruturais e aumentar sua eficiência. Ela tanto atua diretamente para executar programas e projetos sob sua jurisdição como amplia sua interação com os demais órgãos e instituições de modo a impulsionar iniciativas que envolvem as três esferas de governo e agentes privados. Para tanto, utiliza-se de ferramentas de planejamento estratégico e gestão corporativa para avaliar e buscar soluções dos pontos críticos, apontando quatro diretrizes que deverão balizar as ações nos próximos anos.

A primeira diz respeito à continuidade e permanente atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento de Transporte – PDDT, instrumento aberto e cooperativo de formulação das políticas públicas do setor.

A segunda focaliza a dinamização da intermodalidade no Estado de São Paulo. Esta estratégia está calçada no conceito segundo o qual a eficiência e competitividade de qualquer sistema de transportes se traduzem na possibilidade de os usuários utilizarem sempre os modos mais rápidos e econômicos. Em São Paulo, como já foi mencionado, predomina a carga geral, cujo transporte porta a porta, para explorar as vantagens comparativas da ferrovia e da aquavia, impõe o transbordo caminhão-trem ou caminhão-embarcação ou ainda trem-embarcação. Essa combinação entre modos requer a

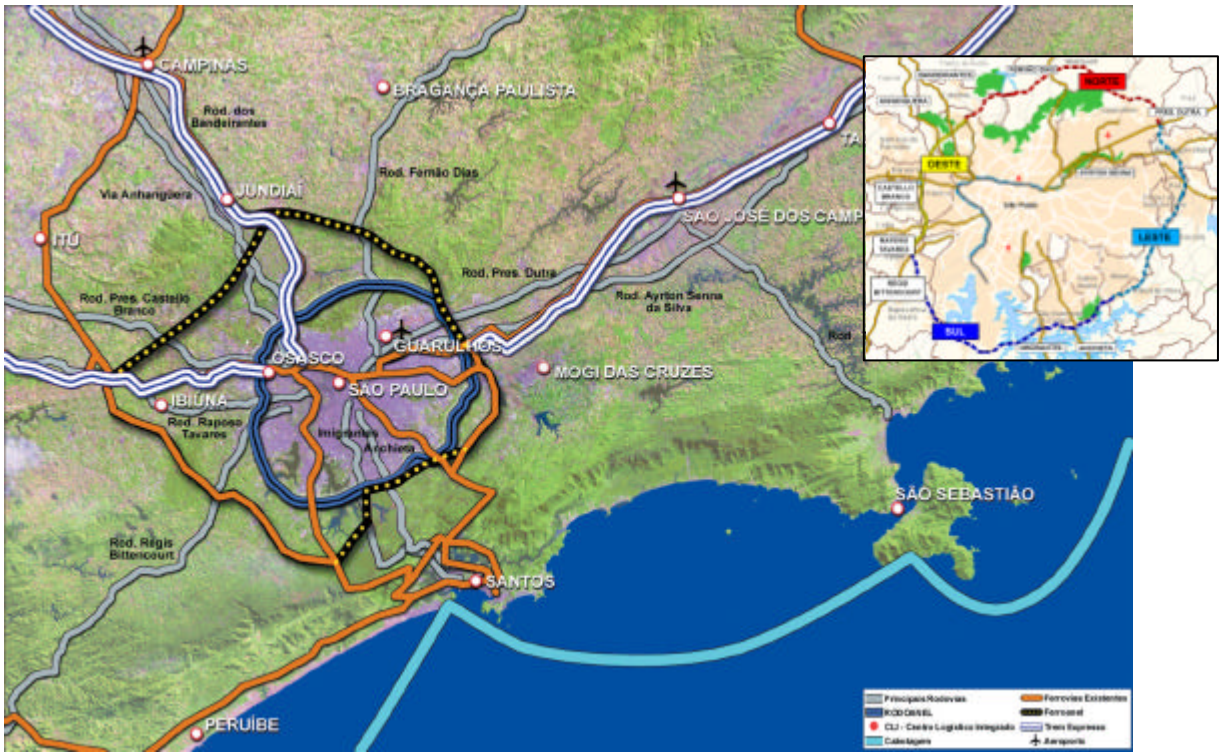
unitização da carga geral (em *conteiners*, *pallets*, *big-bags*, fardos, etc) ou a transferência de carretas inteiras. A conjugação eficiente entre modos é, exatamente, o cerne da intermodalidade, cuja implementação depende de fatores mercadológicos, regulatórios e operacionais.

Em termos físico-operacionais o arcabouço do complexo intermodal será formado por um conjunto de terminais inter e intramodais, dentre os quais se destacam três ou quatro de maior porte, em torno da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP (os chamados Centros Logísticos Integrados[1], CLI); melhoramentos no porto de Santos e infra-estruturas complementares no porto de São Sebastião; serviço ferroviário expresso de cargas entre a RMSP e mercados selecionados do Interior e de outros Estados; dinamização da hidrovia e do sistema aeroportuário de cargas. Merecem destaque como elementos indispensáveis do complexo intermodal os anéis rodoviário e ferroviário (Rodoanel e Ferroanel) completos em torno dessa Região, garantindo apoio logístico para os terminais e setor manufatureiro e fluidez no deslocamento em todas as direções da mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo (mapa 4.1).

A terceira diz respeito à prioridade das ações institucionais necessárias, em primeira instância, para estimular a intermodalidade e ampliar a participação de São Paulo na gestão das concessões federais em território paulista. No primeiro caso, o Governo de São Paulo intensificará sua interação com agentes setoriais e entidades de classe do setor manufatureiro para completar a identificação das medidas capazes de remover obstáculos formais, resolver distorções e desburocratizar os procedimentos. No segundo, ampliará sua capacidade de articulação com o Porto de Santos e com as concessionárias ferroviárias.

Mapa 4.1

Rodoanel e Ferroanel



[1] Centros Logísticos Integrados – CLI dependem de investimentos e ações articuladas dos setores público e privado. Os CLI serão empreendidos basicamente por empresas (indústrias manufatureiras e/ou operadores logísticos) que desempenharão, para si ou para terceiros, serviços logísticos dentro do *supply chain* como estocagem, consolidação e apoio à distribuição.

A quarta diretriz da Secretaria diz respeito à intensificação das parcerias com a iniciativa privada (PPP) para a viabilização dos projetos prioritários. Em um sistema de transportes em que a infra-estrutura é predominantemente pública e a operação privada, o investimento cooperativo nesses projetos é essencial e depende da construção de uma atmosfera de colaboração, capaz de harmonizar os objetivos da política pública de transportes com as expectativas comerciais das empresas operadoras. Tendo em vista a limitação dos recursos fiscais, as parcerias vão requerer novas abordagens de engenharia financeira, com criação de mecanismos que se atenham mais aos conceitos operacionais (microeconômicos) de determinação de riscos, garantias e demais aspectos relevantes.

Além disso, o Estado também está atraindo a colaboração dos municípios para a construção e recuperação de suas malhas de estradas vicinais. Essa é uma importante ação para melhorar o acesso aos serviços de saúde e educação e facilitar o escoamento da produção. Em particular, quando se dedica à pavimentação de estradas vicinais, a Secretaria dos Transportes ampara os municípios, perenizando o transporte e permitindo o usufruto dos benefícios econômicos e sociais dele decorrentes.

Como vimos, por meio do estímulo à formação de consórcios de municípios (dos quais já existem 75), São Paulo criou um poderoso instrumento para maximizar a atuação do Estado neste setor. Utilizando os consórcios intermunicipais com até seis municípios como unidade administrativa, o Estado disponibiliza máquinas e engenharia que podem ser utilizadas mediante pagamento que reverte para um fundo do próprio consórcio que se capitaliza para repor máquinas e/ou comprar outras para outros fins.

No âmbito desse esforço de planejamento e execução, o Estado também se empenha em reduzir os acidentes rodoviários, que causam freqüentes paralisações, enormes prejuízos econômicos, considerável número de mortes, grande contingente de feridos e um ainda desconhecido, mas ponderável, número de pessoas que ficam incapacitadas para o trabalho.

4.3 Transportes Metropolitanos

4.3.1 Diagnóstico da atual rede de transportes

Além de compor um dos comitês setoriais do Governo do Estado – o de desenvolvimento sustentável – a Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) terá participação relevante na realização das diretrizes do PPA. Uma das bases para a definição do contorno de uma região metropolitana é sua rede de transporte, pois a sustentabilidade, a realização do potencial econômico e cultural da metrópole e a qualidade de vida dependem, em boa medida, dessa rede. Assim, o transporte é um serviço público essencial de caráter social, um impulsionador:

?? **de empreendimentos**, ligando residências aos locais de trabalho, a demanda e a oferta e, portanto, um agente do desenvolvimento;

?? **de educação**, constituindo os ônibus, os trens, as estações e os terminais – onde se aglomeram milhões de cidadãos – um lócus privilegiado para a circulação de informações, campanhas educativas e ações para a cidadania;

?? **de solidariedade**, possibilitando o acesso de parcela significativa e carente da população aos equipamentos urbanos e sociais e integrando áreas isoladas e violentas ao convívio pacífico com a sociedade;

?? **de serviços de qualidade**, atestados já pela alta performance dos ônibus nos corredores da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), pelo

METRÔ – padrão de serviço de transporte – e pelos trens que se têm modernizado acentuadamente no período recente.

As três regiões metropolitanas de São Paulo formam, na verdade, uma megalópole, com ramificações em outras regiões importantes. Os problemas são comuns e a complementaridade entre suas atividades nesta extensa área de 14.097 km^2 exige um sistema de transportes de alta complexidade. A interdependência entre os diversos municípios gera a necessidade de que os serviços de interesse comum sejam coordenados pelo Estado.

Na Região Metropolitana de São Paulo, o transporte público é constituído pelo sistema metro-ferroviário e pelos ônibus municipais e intermunicipais os quais respondem por um terço dos deslocamentos na região. Outro terço é constituído pelos deslocamentos a pé e os restantes 33% pelo transporte particular. A participação dos **transportes metropolitanos** no total dos deslocamentos é de cerca de 17%. Outros 16% correspondem aos deslocamentos realizados por ônibus municipais, a cargo das Prefeituras da região.

Na Região Metropolitana de Campinas, o transporte público é executado somente por ônibus. Cerca de 63,5% desse transporte são da competência dos municípios e 36,5% são de responsabilidade do Estado, compreendendo: dois terços constituídos pelos ônibus intermunicipais e um terço pelos fretamentos.

Na Região Metropolitana da Baixada Santista, o transporte público é constituído por ônibus e pelo transporte hidroviário. Cerca de 70% são da competência dos municípios e os restantes 30%, da competência do Estado, compreendendo: 23% de ônibus intermunicipais, 3% de fretamentos e 4% de barcas.

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM oferece serviços de transporte coletivo sobre trilhos à população de 22 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. A rede operacional da CPTM é formada por seis linhas, onde estão localizadas 92 estações e possui 270 km de vias. A empresa transporta 1,2 milhão de passageiros a cada dia, em média.

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU tem como atribuição o gerenciamento, a fiscalização e a expansão dos serviços metropolitanos de transporte de passageiros sobre pneus e sistemas de média capacidade e suas conexões intermodais nas três regiões metropolitanas. Ela gerencia e fiscaliza os serviços oferecidos a 1,6 milhão de passageiros/dia nos 67 municípios das três regiões metropolitanas e o corredor metropolitano São Mateus-Jabaquara.

A Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô tem como objetivo a operação e expansão do sistema metroviário. As quatro linhas atuais se estendem por 57,6 km, onde se localizam 52 estações e atendem 2,6 milhões de passageiros/dia.

4.3.2 Diretrizes Estratégicas e Ações da Secretaria dos Transportes Metropolitanos

O Plano Integrado de Transportes Urbanos para 2020 – PITU 2020, já realizado para a RMSP e em realização para a Região Metropolitana de Campinas (RMC) é um plano que caminha para mudar a matriz dos transportes na região, voltando-se para a melhoria gradativa e continuada dos transportes públicos.

O PITU 2020 não é ainda um plano acabado, mas em processo, o qual teve início em 1995 na RMSP retomando e finalizando obras, realizando um extensivo programa de melhoria da ferrovia, construindo uma nova linha, 5 – Lilás no trecho Capão Redondo-Largo Treze e elaborando a primeira concessão à iniciativa privada de um corredor de ônibus: o corredor metropolitano São Mateus-Jabaquara.

Nesse contexto e dentro das diretrizes do PITU 2020 já elaborado para a RMSP, do Plano em elaboração para a RMC e dos projetos estabelecidos para a Região

Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), é que se estabelecem três grandes programas para os transportes metropolitanos no PPA 2004-2007:

Gestão Estratégica de Transporte Metropolitano: "PITU Vivo". Tendo em vista a necessidade de prover as Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo de qualidade de vida e competitividade, as ações de Governo para o transporte coletivo metropolitano são integradas e coerentes, de modo a garantir o máximo da ação e dos recursos das empresas vinculadas à STM, bem como atrair a participação da iniciativa privada nos empreendimentos. O Programa abrange principalmente a utilização pela própria STM de instrumentos atuais de planejamento e de modelos de gestão que orientam a monitoração dos custos e a qualidade dos serviços, aliada à implementação de um sistema de promoção do transporte público para as viagens entre os municípios metropolitanos.

Expansão do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano: "PITU em Marcha". Tendo em vista que o transporte coletivo nas Regiões Metropolitanas vem perdendo participação na divisão modal das viagens motorizadas, reduzindo a mobilidade e a acessibilidade da população (especialmente a de baixa renda), é necessário ampliar o sistema de transporte coletivo metropolitano e a sua participação na divisão modal das viagens motorizadas nestas regiões, oferecendo serviços de qualidade, maior acessibilidade e oportunidade de inclusão social à população, especialmente a de baixa renda.

Destacam-se na EMTU ações como a implantação de terminais e corredores de transporte coletivo intermunicipais, que tornam as viagens mais rápidas e confortáveis, a implantação do cartão inteligente Metropass que permitirá a adoção de políticas tarifárias que atendam à população mais carente, as pessoas portadoras de deficiências e um controle rigoroso da receita.

Mapa 4.2

Rede de Transportes sobre trilhos – METRÔ e CPTM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

METROPOLITANO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CPTM EMTU

Destaca-se na CPTM a implementação do Projeto Sul para ampliar qualitativa e quantitativamente a prestação dos serviços das linhas B, C, D e 5, a implantação da Integração Centro e também do Expresso Aeroporto para que, por meio do transporte ferroviário, se possa transpor toda região metropolitana de forma segura, confortável e confiável.

Destaca-se no METRÔ a construção da linha 4, das extensões da linha 2 e da linha 5 (mapa 4.2), para aumentar a oferta de lugares e a acessibilidade da metrópole à rede metroviária. Para a RMC e para a RMBS planeja-se a implantação do Trem Intrametropolitano (TIM).

Operação, Recapacitação e Modernização do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano: "Boa Viagem". O objetivo aqui é o de aumentar a utilização da infra-estrutura existente na rede de transporte coletivo, aprimorando o atendimento na prestação dos serviços e ampliando a oferta e os níveis de segurança e regularidade por meio de adequada operação do sistema, de sua recapacitação e modernização. As principais ações nesse sentido estão voltadas para: melhorar a infra-estrutura do corredor ABD aumentando o conforto e rapidez nas viagens, recapacitar a infra-estrutura de operação e manutenção dos trens para reduzir o intervalo entre as composições em toda a rede ferroviária e para dar continuidade às melhorias e complementações de obras nas principais linhas metroviárias melhorando as condições operacionais, visando a maior nível de conforto ao usuário. O público-alvo é toda a população das regiões metropolitanas que utilizam os sistemas de transporte metropolitano.

As ações propostas pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos para constarem deste Plano Plurianual 2004-2007 visam, portanto, a prover condições

adequadas para novos investimentos, para a melhoria da gestão dos transportes públicos sob a responsabilidade do Estado e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

4.4 Energia

O crescimento e a geração de empregos em São Paulo estão diretamente relacionados à quantidade e qualidade da oferta de serviços na área energética. Para tanto, o setor de Energia vem desenvolvendo atividades capazes de assegurar às demais áreas o insumo energético necessário ao desenvolvimento dos programas setoriais.

4.4.1 Panorama Geral do Setor no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo é responsável pela geração de mais de 20% da energia elétrica do País e pelo consumo de mais de 32% da oferta nacional de energia elétrica. A capacidade nominal instalada de produção de energia elétrica no Estado de São Paulo alcançou cerca de 14.200 MW, em 2003, sendo mais de 95% de origem hidráulica.

Quanto ao gás natural, a COMGÁS distribui cerca de 6 milhões de metros cúbicos por dia a 393 mil consumidores. A participação dessa fonte na matriz energética no Estado de São Paulo deverá ser ampliada com os novos investimentos em usinas termelétricas.[2]

Além dos combustíveis fósseis e da hidroeletricidade, São Paulo possui condição privilegiada para o uso de biomassa como fonte de energia, por meio da co-geração de eletricidade a partir do aproveitamento do bagaço da cana-de-açúcar, aumentando a participação das fontes renováveis de energia no Estado.

Igualmente relevante é o esforço que a área energética do Estado vem desenvolvendo na direção de incentivar o uso das fontes renováveis e não poluentes, como a energia solar térmica, solar fotovoltaica e eólica, especialmente no atendimento a comunidades isoladas das redes convencionais de distribuição de energia.

A tônica que o Estado de São Paulo imprimirá ao setor, e que o diferencia dos demais Estados, é integrar à Universalização do atendimento à Qualidade nos serviços ao consumidor final, em consonância com o Programa de Governo da atual gestão. A seguir um panorama dos segmentos específicos no Estado de São Paulo.

4.4.2 Geração Hidrelétrica

A capacidade instalada de produção de energia no Estado de São Paulo atingiu 13.805,6 MW em abril de 2002, representando um crescimento de 3,9 % em relação ao ano 2000 e de 12,5 % se comparado ao ano de 1995. Desta, 96,3% dizem respeito às usinas hidráulicas. A CESP domina 52,4 % do total da capacidade estadual, seguida pela AES Tietê com 19,2 % e a Duke Energy com 16,7%. A geração acumulada até abril de 2002 foi de 21.684 GWh com um aumento de 9,2% em relação ao mesmo período de 2001, tendo a CESP contribuído com 56,5 % a Duke Energy com 20,9 % e a AES Tietê com 18,3% (Tabela 4.2).

[2] O Gasoduto Bolívia-Brasil se estende por 3.150 km, sendo 1.000 km no Estado de São Paulo. Ao longo do percurso paulista, serão instaladas 13 Estações de Medição e Redução (ERM) ou citygates no interior e oito na Região Metropolitana de São Paulo, Vale do Paraíba e Baixada Santista. A ampliação da oferta de gás natural faz parte da atual política governamental que prevê uma participação da ordem de 12% na matriz energética do país, em 2010.

Tabela 4.2

Perfil das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – Acumulado Abril-2001/2002							
Discriminação	**Unid.**	**CESP**	**CGEET**	**DEGP**	**EMAE**	**DEMAIS**	**TOTAL**
Capacidade Nominal Instalada – Abril/2002	MW	**7.235,3**	**2.651,4**	**2.306,1**	**1.398,7**	**214,1**	**13.805,6**
Hidráulica	MW	7.235,3	2.651,4	2.306,1	926,7	178,1	13.297,6
Térmica	MW	-	-	-	472,0	36,0	508,0
Capacidade Nominal Instalada -1995	MW	5.078,5	2.583,0	1.764,6	1.395,7	182,7	11.004,5
Hidráulica	MW	5.078,5	2.583,0	1.764,6	923,7	150,7	10.500,5
Térmica	MW	-	-	-	472,0	32,0	504,0
Geração							
Acumulado até Abril/2002	GWh	**12.265**	**3.982**	**4.550**	**560**	**327**	**21.684**
Acumulado até Abril/2001	GWh	**10.802**	**4.105**	**3.803**	**879**	**276**	**19.865**

Fonte: Boletim Conjuntura Energia CESP : Companhia Energética de São Paulo - CGEET : Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê - DEGP: Duke Energy Internacional, Geração Paranapanema S.A. EMAE: Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

O parque hidrelétrico do Estado de São Paulo é composto das seguintes usinas:

?? **Ilha Solteira.** Concluída em 1978, é a maior usina da CESP e a terceira usina do Brasil. Localiza-se no Rio Paraná, entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS). Em conjunto com a UHE Engenheiro Souza Dias (Jupiá) compõe o sexto maior complexo hidrelétrico do mundo. Sua potência instalada alcança 3.444 MW distribuídos por 20 unidades geradoras. Seu alto desempenho operacional lhe proporcionou em março de 2000 o certificado pela NBR ISO 9002 / 1994.

?? **Engenheiro Souza Dias – Jupiá.** Concluída em 1974 com tecnologia totalmente brasileira, está localizada no Rio Paraná, entre as cidades de Andradina e Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). As suas 14 unidades geradoras permitem uma potência instalada de 1.551,2 MW completadas por dois grupos turbina– gerador, para serviço auxiliar, com potência instalada de 4.750 KW em cada grupo. Caracteriza-se, ainda, pela disponibilidade de eclusa, que possibilita a navegação no Rio Paraná e a integração hidroviária com o Rio Tietê. Também foi agraciada, em abril 2002, com a recomendação do Bureau Veritas Quality International para receber o certificado pela NBR ISO 9002 / 1994.

?? **Sérgio Motta – Porto Primavera.** Localizada no Rio Paraná, 28 km a montante da confluência com o Rio Paranapanema, a sua obra não está totalmente finalizada. Mas essa será a segunda maior hidrelétrica do Estado de São Paulo. A primeira etapa do enchimento do reservatório foi concluída em dezembro de 1998 e a segunda em março de 2001. As três primeiras unidades entraram em operação em março de 1999 e em janeiro de 2002 deu-se início à operação da unidade geradora 12 que detém uma potência instalada de 1.322 MW. Também, como a anterior possui eclusa para navegação no Rio Paraná.

?? **Três Irmãos.** Localizada entre os municípios de Andradina e Pereira Barreto (SP), a 28 km com o Rio Paraná, é a maior usina construída no Rio Tietê. A

primeira unidade geradora iniciou a operar em novembro de 1993 e a quinta em janeiro de 1999. A potência instalada de 807,50 MW é proveniente de cinco unidades geradoras. Possui duas eclusas para navegação.

?? **Paraibuna.** Concluída em 1978, está localizada no rio e no município do mesmo nome. Possui uma potência instalada de 85 MW e duas unidades geradoras. As barragens de Paraibuna e Paraitinga destacam-se como as mais altas do Brasil. A maior finalidade do reservatório da UHE Paraibuna é regular a vazão do Rio Paraíba do Sul, responsável pelo fornecimento de água para várias cidades do Vale do Paraíba e do Estado do Rio de Janeiro. Seu processo de geração de energia elétrica proporcionou-lhe, em maio de 2002, a recomendação do Bureau Veritas Quality International para receber o certificado pela NBR ISO 9002/1994.

?? **Jaguari.** Possui uma potência instalada de 27,6 MW distribuídas por duas unidades geradoras e está localizada no Rio Jaguari, entre os municípios de Jacareí e São José dos Campos. Em maio de 2002, seu processo de geração de energia elétrica foi recomendado pelo Bureau Veritas Quality International para receber o certificado pela NBR ISO 9002/1994.

4.4.3 Previsão da Demanda de Energia Elétrica para o Estado de São Paulo

A Secretaria de Energia construiu três cenários até o ano de 2012, tendo como base estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto e do crescimento populacional do Estado. A base é o Balanço Energético do Estado de São Paulo – 2001. Foram também utilizadas nas projeções outras variáveis: elasticidade renda/energia, elasticidade PIB/energia, população/energia e índices de eficiência projetados. Os dados que serviram de base para a construção dos cenários são mostrados a seguir:

Tabela 4.3

Taxa de crescimento do PIB – SP		
Cenário	**Crescimento do PIB em % 2001-2005**	**Crescimento do PIB em % 2005-2012**
Alto	3,0	3,5
Médio	2,0	2,5
Baixo	1,0	1,5

Tabela 4.4

Taxa de crescimento populacional – SP		
Cenário	**Crescimento populacional em % 2001-2005**	**Crescimento populacional em % 2005-2012**
Alto	2,0	1,9
Médio	1,8	1,7
Baixo	1,5	1,4

A partir desses cenários, foram projetadas as demandas de energia para o Estado de São Paulo até 2012. As tabelas a seguir reproduzem os resultados dessas projeções referentes ao cenário de médio crescimento, apresentando a distribuição setorial esperada.

Tabela 4.5

Evolução do Consumo de Energia no Estado de São Paulo-- Cenário médio (unidade: 10^9 kcal)												
CLASSES	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Setor Energético	24.715	24.981	25.255	25.538	25.831	26.133	26.445	26.767	27.100	27.444	27.799	28.167
Residencial	44.927	46.177	47.450	48.748	50.070	51.366	52.685	54.026	55.391	56.182	58.190	60.259
Comercial	17.946	18.504	19.075	19.662	20.264	21.004	21.769	22.558	23.372	23.037	23.864	24.717
Público	8.023	8.275	8.527	8.779	9.033	9.288	9.542	9.796	10.051	10.305	10.559	10.813
Agropecuário	12.072	12.391	12.717	13.052	13.394	13.836	14.292	14.762	15.247	15.747	16.262	16.793
Transportes	156.736	161.997	167.395	172.933	178.613	185.526	192.665	200.036	207.646	215.501	220.748	226.115
Industrial	180.790	185.734	190.774	195.912	201.149	207.132	213.255	219.519	225.928	232.486	239.193	246.056
Total	**445.210**	**458.058**	**471.194**	**484.624**	**498.354**	**514.285**	**530.652**	**547.465**	**564.735**	**580.700**	**596.615**	**612.920**

Esses resultados destacam a forte concentração da demanda em alguns setores, como a indústria e transportes. Mostram ainda que, nesse cenário de crescimento relativamente modesto do PIB estadual, o crescimento médio da demanda total alcança os 2,95% ao ano entre 2001 e 2012. Um contexto macroeconômico mais favorável, no qual o crescimento seja acelerado, pode vir a gerar descompasso entre demanda e oferta. Nesse sentido, é oportuno contar com novas fontes energéticas no médio e longo prazos.

4.4.4 Gás Natural

O Gás Natural vem apresentando significativo crescimento no Estado, especialmente nos últimos 4 anos – não por coincidência, após a privatização do setor. Existem 49 usinas térmicas à gás no Brasil, das quais 14 estão em construção. Planeja-se a duplicação do gasoduto que traz o combustível boliviano para o Brasil e a construção de um outro para a importação do gás argentino.

Até o mês de julho de 2003, o volume acumulado de gás canalizado distribuído no Estado de São Paulo pela COMGÁS – Companhia de Gás de São Paulo, Gás Natural São Paulo/Sul e Gás Brasiliano Distribuidora Ltda., foi de 1.936.331 mil m³ de GN (Gás Natural), superando em 21,2% o montante de 1.597.011 mil m³ registrado no mesmo período do ano 2002, com 398.865 consumidores atendidos.

As tabelas a seguir apresentam as informações disponíveis nesta data sobre o consumo de gás natural e sobre a participação dos diversos setores da economia paulista no consumo total.

Tabela 4.6

Consumo de Gás Natural – Total por Setor - Consumo em Mil m³ GNE			
Discriminação	**2001**	**2002**	**2003***
Residencial	71.965	78.755	86.206
Variação	(4,7%)	(9,4%)	(9,5%)
Industrial	1.445.207	1.953.874	2.521.118
Variação	13,7%	35,2%	29,0%
Comercial	58.982	66.881	76.962
Variação	5,2%	13,4%	15,1%
Automotivo	88.740	158.131	269.637
Variação	87,1%	78,2%	70,5%
Cogeração	65.334	105.378	109.756
Variação	142,1%	61,3%	4,2%
Termogeração	157.615	304.205	221.294
Variação	-	93,0%	(27,3%)
Total	**1.887.843**	**2.667.224**	**3.284.973**
Variação	**27,8%**	**41,3%**	**23,2%**

*previsão

FONTE: Coordenadoria do Sistema de Informações Energéticas - SE

Tabela 4.7

Participação dos setores no Total - %								
DISCRIMINAÇÃO	**ANOS**							
	1996	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003 (*)**
Residencial	5,8	5,4	5,7	5,7	4,5	3,3	2,8	2,5
Industrial	88,9	89,3	88,4	86,3	82,5	74,7	73,3	78,8
Comercial	4,2	4,1	4,3	4,1	3,5	2,8	2,4	2,3
Automotivo	1,1	1,2	1,6	2,5	3,9	5,1	6,8	8,9
Cogeração	0,0	0,0	0,0	1,4	2,6	4,1	3,5	3,3
Termogeração	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	10,0	11,2	4,2
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

(*) Até julho

4.4.5 Outras Fontes de Energia

É cada vez mais importante a participação das outras fontes de energia na matriz energética do Estado de São Paulo. Isso fortalece e garante maior versatilidade à estrutura do setor energético. Merecem destaque, nesse sentido:

?? **Biomassa.** O Estado de São Paulo possui um enorme potencial de fontes de biomassa: bagaço de cana, resíduos agrícolas, esgoto e lixo. No que se refere ao bagaço de cana deve-se pensar a cana-de-açúcar não mais apenas como um simples produto agrícola. Ela é também o principal tipo de biomassa energética representado por centenas de indústrias de açúcar e álcool com grande importância na criação de empregos diretos e indiretos. Estudos revelam que o potencial de geração de eletricidade a partir do bagaço de cana no Brasil é de aproximadamente 4.000 MW. A conjuntura do mercado de energia elétrica tem permitido condições mais favoráveis para a oferta de energia por produtores independentes, o que será de extrema importância para setor, tanto do ponto de vista de economia de recursos como de desempenho financeiro.
A eletricidade vinda do lixo vem a ser não somente uma solução como fonte de energia, mas uma solução para atenuar o problema crônico de disposição. Além do que, a engenharia química aponta o balanço nulo no ciclo de carbono como outra vantagem dessa fonte.

?? **Energia termoelétrica.** A termoeletricidade é uma nova forma adicional de suprir energia no Brasil, que desde a segunda metade do século XX teve a hidroeletricidade como principal fonte na sua matriz energética.[3]
Além do conhecido esgotamento das fontes originárias para energia hidráulica e a dependência de fatores climáticos, existem diversas razões que estimulam a termoeletricidade. O tempo de construção de uma usina a gás, por exemplo, é de 3 anos, em vez dos 5 a 7 das hidroelétricas. Por outro lado existem desvantagens associadas a aspectos técnicos: o Brasil ainda não domina a tecnologia e no mundo só existem 4 empresas que produzem as turbinas específicas. No entanto, isso não impede que o aumento da oferta dessa fonte energética faça parte da agenda de ações para o futuro.

4.4.6 Universalização dos Serviços de Energia: Eletrificação Rural

O Governo do Estado lançou em 1996 o Programa de Eletrificação Rural "Luz da Terra", objetivando levar energia a todos os consumidores da zona rural do Estado. Com projetos e padrões simplificados privilegiando o sistema monofásico com retorno pela terra (MRT) e a utilização da mão-de-obra local, além da contratação dos serviços e materiais pelos próprios interessados, foi obtida uma significativa redução de custos de instalação por ligação.

Para coordenar o programa de eletrificação rural no Estado de São Paulo, foi constituída a Comissão de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – CERESP, presidida pela Secretaria de Estado de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, contando, ainda, com a participação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e da Secretaria de

[3] De toda a energia produzida no mundo, 80% é gerada através das usinas termelétrica. Os principais combustíveis são o carvão, o gás natural, derivados de petróleo, além do urânio usado na energia nuclear.

Economia e Planejamento, empresas distribuidoras de energia elétrica, Banco Nossa Caixa, Universidade de São Paulo, Prefeituras Municipais, BNDES, Eletrobrás e outros.

Desde 1996 já foram eletrificadas cerca de 153 mil residências no campo. Além desses, já foram cadastrados interessados em mais de 400 municípios, sendo que em mais de 200 já existem projetos concluídos ou em andamento.

4.4.7 Programas e Ações na Área de Energia

O PPA da área de energia foi elaborado visando a atender compromissos expressos pela plataforma do atual Governo, a saber:

?? ampliar e diversificar a capacidade de geração de energia no Estado;

?? ampliar e modernizar o sistema de transmissão;

?? universalizar o acesso à energia elétrica na área rural;

?? ampliar a rede de distribuição e a oferta de gás canalizado;

?? fortalecer o poder regulador e fiscalizador do Estado por meio da Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE;

?? incentivar a co-geração de energia, especialmente a partir da biomassa;

?? estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação de fontes alternativas de energia;

?? promover o uso racional de energia;

?? fortalecer as funções e instrumentos de planejamento energético do Estado.

Além dessas diretrizes principais, e considerando a recente unificação das antigas Secretarias de Estado de Energia e a de Recursos Hídricos Saneamento e Obras, a área de energia desenvolverá suas ações no período do PPA partindo dos seguintes pressupostos:

?? integrar as ações desenvolvidas e programadas para a área de energia, com as demais ações de Governo, especialmente buscando consolidar a integração orgânica com os setores de recursos hídricos e saneamento;

?? desenvolver um instrumento orçamentário mais adequado aos desafios que a área energética estadual deverá enfrentar nos próximos 4 anos, tendo em vista as novas diretrizes do setor no nível nacional;

?? consolidar a liderança do Estado de São Paulo no cenário energético nacional, contribuindo para o estabelecimento de um novo modelo para o setor energético.

A partir dessas diretrizes e pressupostos serão dinamizadas ações dos seguintes Programas preexistentes:

?? **Política Estadual de Energia:** Implantar a política energética estadual, privilegiando a diversificação de fontes, especialmente as menos impactantes do ponto de vista ambiental e econômico, e a participação local, tendo em vista o desenvolvimento regional e a integração com as demais áreas do Estado.

?? **Racionalização do Uso de Energia:** Promover, articular e desenvolver ações visando a maior eficiência no uso da energia.

?? **Programa de Atendimento a Comunidades Isoladas – PACI:** Fomentar e executar projetos para o fornecimento de energia elétrica a comunidades isoladas e de baixa renda, não atendidas pelas empresas concessionárias de energia elétrica, por meio do uso de alternativas energéticas tais como a energia solar.

Finalmente, foram inseridos novos Programas visando à integração com os programas desenvolvidos no âmbito federal:

?? **Incentivo e Fomento ao Uso de Fontes Renováveis de Energia:** As ações aqui envolvem incentivar o uso de fontes renováveis de energia no Estado e incentivar a co-geração de energia no setor sucro-alcooleiro, buscando aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos.

?? **Inovação Tecnológica na Energia:** As ações contemplam o fomento da interação entre as empresas, o Estado, e os Centros de Pesquisa, visando a inovação tecnológica na área energética,com *know-how* nacional e voltada para a implantação de uma matriz energética sustentável.

?? **Política Estadual de Mineração:** As ações contribuirão para promover o desenvolvimento do setor mineral do Estado de São Paulo, buscando o incremento da produção, a dinamização do mercado e o crescimento das exportações.

4.5 Recursos Hídricos

Os princípios básicos da política estadual na área de recursos hídricos são, segundo a Constituição Estadual, os seguintes: gerenciamento integrado, descentralizado e participativo; adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento; reconhecimento do recurso hídrico como um bem público de valor econômico; e a compatibilização do gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente.[4]

Os atuais Comitês de Bacia Hidrográfica (21) foram instalados a partir de novembro de 1993. Instituiu-se, assim, a descentralização das ações do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH), com atuação nas 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI, em que o Estado foi dividido.

O plano estadual e o relatório de situação são os principais instrumentos orientadores para a gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas paulistas. A cada 4 anos o plano estadual define e estabelece os objetivos, as diretrizes e os critérios gerais de gerenciamento. Sua elaboração, implantação e controle representam um processo de planejamento dinâmico, em que está prevista a participação dos representantes dos diversos setores usuários da água. O relatório de situação, de periodicidade anual, é o instrumento que serve para acompanhar e avaliar os resultados das metas descritas no plano e, quando necessário, reavaliá-los.

[4] O primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos (1990) continha um diagnóstico sobre o uso e o controle dos recursos hídricos no território paulista e os cenários de utilização, controle e recuperação, indicando os Programas de Duração Continuada. Em 30 de dezembro de 1991 foi promulgada a Lei 7.663 que estabeleceu os objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos da política estadual de recursos hídricos, definiu os órgãos de coordenação e de integração participativa do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, além de estabelecer diretrizes para a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos e para o funcionamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO. Os órgãos de coordenação criados pela Lei 7.663/91 foram o CRH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de nível central, os Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH com atuação nas unidades hidrográficas, e o CORHI – Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Formalmente instalado em julho de 1993, o atual CRH Conselho Estadual de Recursos Hídricos é constituído por representantes de secretarias de Estado (11), dos Municípios eleitos por seus pares (11), e de entidades da sociedade civil (11) representativas de segmentos diretamente relacionados aos recursos hídricos.

Mapa 4.3
Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI)

O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) tem como fundamento a aplicação dos recursos financeiros com o intuito de alcançar as metas propostas para o Estado, com o foco em ações que devem resultar no equilíbrio do balanço disponibilidade/demanda e em ações de recuperação, conservação e preservação dos recursos hídricos. Esse trabalho é fruto de investimentos do Estado (FEHIDRO, Tesouro do Estado, SABESP e outros) e dos Municípios.

O exame da evolução dos usos da água no Estado de São Paulo na década de 90 indica que o aumento na demanda total de água no Estado deve-se basicamente ao crescimento urbano. A queda que se observa na água para uso no setor industrial pode ser creditada a uma maior racionalização do uso das águas, ao processo recessivo da economia nacional e a uma melhoria das informações do setor. Na irrigação, a queda pode ser justificada por uma melhor estimativa das áreas irrigadas.

4.5.1 Ações Estratégicas para a gestão de recursos hídricos

A política de recursos hídricos do Estado de São Paulo e seus mecanismos de implementação são constituídos por um Sistema de Gerenciamento; por Planos de Plurianuais de Recursos Hídricos (elaborados para o Estado e por Bacias Hidrográficas); e por um Fundo específico para financiamento das ações previstas. Esse sistema é pioneiro no País e foi referência para outros Estados e para a própria União. Entretanto, conforme previsto no próprio modelo, há necessidade permanente de adequações,

aprimoramentos e revisões, em função das alterações nas realidades sociais, econômicas, políticas, físicas, tecnológicas e institucionais.

Nesse sentido, a elaboração do PPA é oportunidade para inserção das diretrizes programáticas e ações imprescindíveis aos recursos hídricos, mantendo a necessária compatibilização do planejamento setorial com o planejamento geral do Estado.

Assim, os Programas de Duração Continuada do Plano Estadual de Recursos Hídricos, também considerados no respectivo Programa de Investimentos, foram inseridos no PPA, não necessariamente com as mesmas denominações, de maneira a garantir a continuidade das ações permanentes e iniciar outras recomendadas para os próximos anos. Em linhas gerais, foram previstos Programas e Ações de maneira a garantir:

?? a implementação da Política de Recursos Hídricos, coordenação e acompanhamento sistemático do funcionamento do Sistema Integrado de Gerenciamento e da execução das ações do Plano Estadual de Recursos Hídricos, com vistas a assegurar água em disponibilidade e qualidade em padrões satisfatórios, mediante ações de controle, comunicação, desenvolvimento institucional e viabilização de recursos financeiros;

?? o desenvolvimento do planejamento integrado e multidisciplinar do uso múltiplo, conservação, recuperação e proteção dos recursos hídricos;

?? aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão como o cadastro de usuários, a fiscalização, a outorga de direito de uso e o sistema de informações, em articulação com o licenciamento ambiental e a legislação federal;

?? implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e fomento ao desenvolvimento do uso racional da água;

?? operação, manutenção e modernização das redes de monitoramento dos recursos hídricos;

?? desenvolvimento tecnológico e capacitação de recursos humanos;

?? prevenção e defesa contra erosão;

?? desenvolvimento e proteção das águas subterrâneas mediante disciplinamento da perfuração de poços profundos e promoção da exploração sustentada dos aqüíferos;

?? combate às enchentes mediante estudos de macrodrenagem, manutenção e operação de estruturas hidráulicas, execução de obras de contenção de cheias, canalizações, desassoreamento e limpeza de cursos d'água e ações de apoio à defesa civil;

?? apoio aos municípios para ações em recursos hídricos mediante apoio técnico, transferência de recursos financeiros e renovação e recuperação de máquinas para serviços de infra-estrutura; e

?? implantação, operação, manutenção e ampliação de parques para conservação e/ou recuperação de várzeas inundáveis e desenvolvimento de ações de educação ambiental.

4.5.2 Aprimoramento da gestão da água e da alocação de investimentos

O objetivo central do Governo do Estado é o de assegurar que "a água, essencial à vida e ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social possa ser controlada e utilizada em padrões de qualidade satisfatórios por seus usuários naturais". Com esse

objetivo, a gestão descentralizada tem a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gestão[5].

Da população urbana do Estado de São Paulo, 97% é atendida por rede de água. Por outro lado, as perdas de água são elevadas (mais de 1/3 do total captado), daí resultando prejuízos financeiros e ambientais. Isso levou a SABESP a criar o Programa de Uso Racional da Água – PURA.

É dentro desta filosofia de extrema essencialidade que a questão da escassez dos recursos hídricos e da qualidade da água será enfrentada – como bens de custos ascendentes – o que dá à água um grande valor econômico.

No que diz respeito especificamente à RMSP, os cursos de água que cortam sua área urbana caracterizam-se pela baixa qualidade. Além disso, como vimos no Capítulo referente ao desenvolvimento regional, alguns mananciais se aproximam dos limites da capacidade de potabilização, fruto da ocupação desordenada e do uso inadequado do solo, afetando-os de forma maligna e destruindo suas características físico-territoriais. Os objetivos básicos na solução de regularizar o abastecimento de água requerem aumentar a capacidade dos mananciais, a capacidade de tratamento e ampliar a capacidade das reservas e distribuição de água.

O Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – Programa Mananciais – apresenta objetivos ambientais, sociais e de desenvolvimento urbano. Suas áreas de intervenção são as sub-bacias de mananciais situadas no interior da Região Metropolitana de São Paulo utilizadas para seu abastecimento público – Billings, Guarapiranga, Alto Tietê – Juqueri – Cantareira e Alto e Baixo Cotia. O arranjo institucional para a execução do Programa Mananciais está baseado na participação direta e organizações públicas de diferentes esferas de governo, do Estado de São Paulo e de municípios da RMSP.

Sua implementação envolverá ações estruturais e não estruturais, de curto, médio e longo prazos, e seu financiamento, além de previsão de empréstimo de valor significativo por parte do Banco Mundial – BIRD, deverá incluir fontes diversas de recursos locais, totalizando US$ 355 milhões na primeira fase de seis anos.

4.6 Saneamento

As ações de saneamento têm por objetivo central melhorar as condições de salubridade ambiental em todo o Estado. Sendo serviço essencial à saúde pública, o saneamento envolve atividades cujo desenvolvimento requer, cada vez mais, articulação entre os seus inúmeros agentes intervenientes, a fim de assegurar a saúde, o bem-estar, a produtividade e o desenvolvimento social e econômico no Estado de São Paulo.

Os gráficos, a seguir, mostram a estreita correlação inversa entre coleta de esgoto e mortalidade infantil, bem como a evolução da esperança de vida ao nascer no Estado de São Paulo.

[5] Muito embora esta política não se coadune com as divisões político administrativas do Estado, a Constituição Estadual incorporou os mesmos princípios básicos do gerenciamento integrado, descentralizado e participativo, considerando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e o estabelecimento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos segundo as peculiaridades de cada bacia hidrográfica.

GRÁFICO 4.1

Município de SP

(% de atendimentos X óbitos por 1000 nascidos vivos)

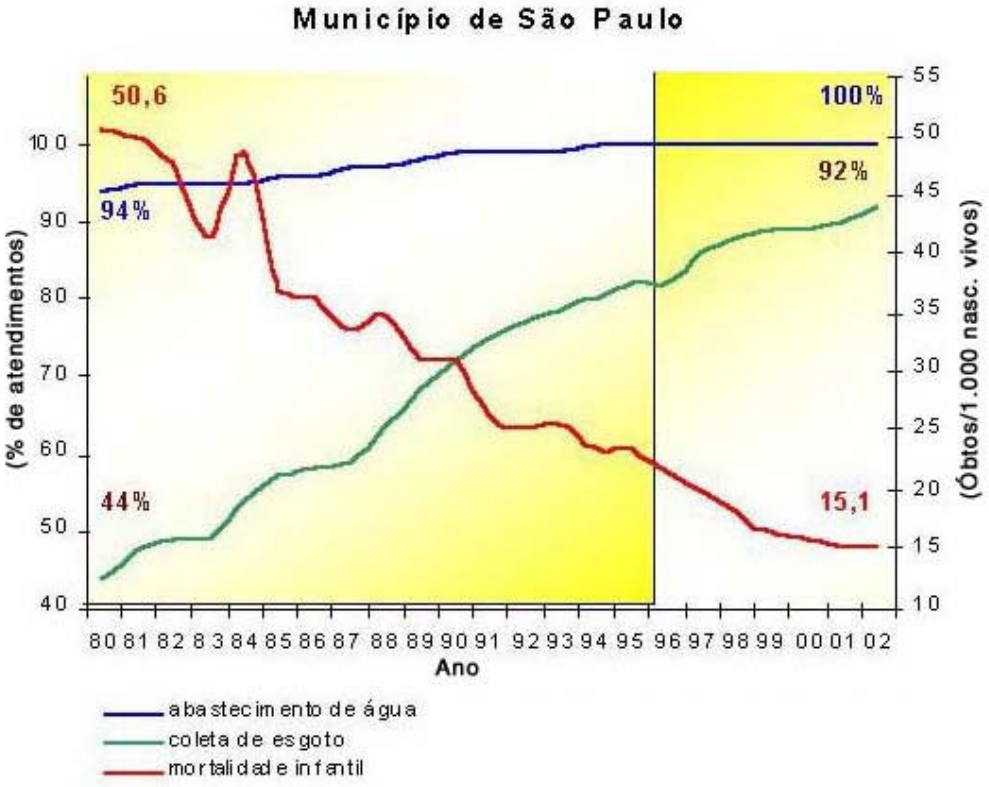
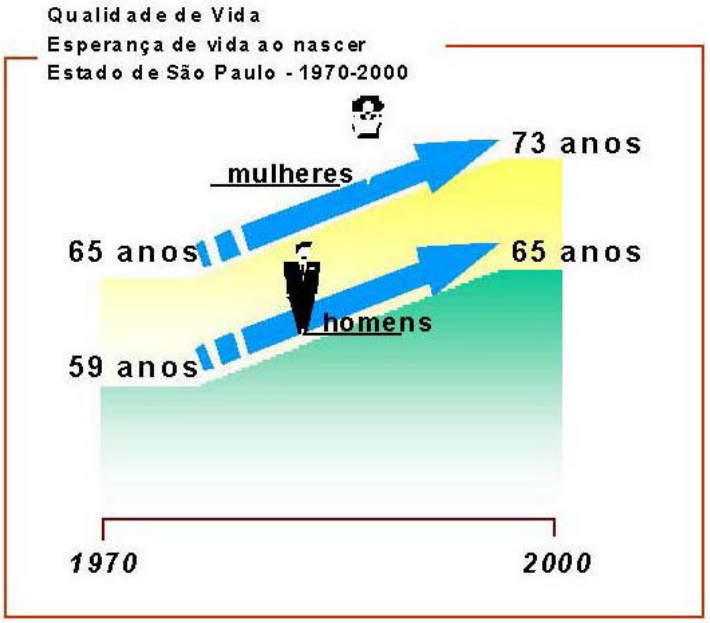


GRÁFICO 4.2

Qualidade de vida



A atuação da SABESP contribuiu para reduzir o índice de mortalidade infantil no Estado de São Paulo de 31,4 em 1990 para 15,1 óbitos por mil nascidos vivos em 2002.

A situação do saneamento básico no Estado de São Paulo pode ser caracterizada pelo conjunto de indicadores a seguir (dados de 2000):

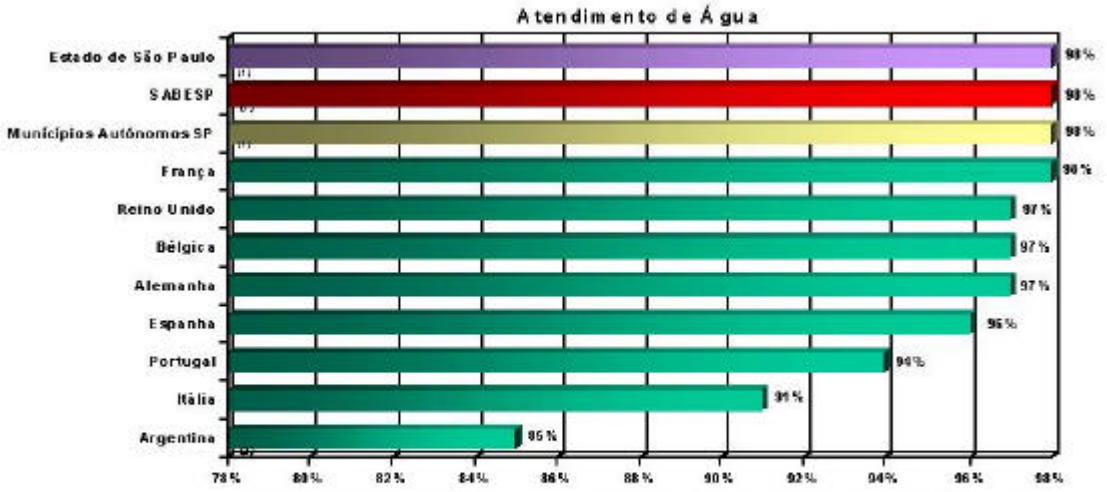
?? Abastecimento de água – 98% dos municípios paulistas dispunham de abastecimento público de água.

?? Coleta de Esgoto – A coleta de esgotos atingia 83% dos domicílios.

?? Tratamento de Esgotos – No caso dos municípios atendidos pela Sabesp, 62% dos esgotos coletados dispunham de tratamento adequado, e nos demais, a média de tratamento era de apenas 17,8%.

GRÁFICO 4.3

Saneamento do Estado de SP entre outros países – água



Fonte: The European Water Industry - A country-by-country analysis Financial Times Energy

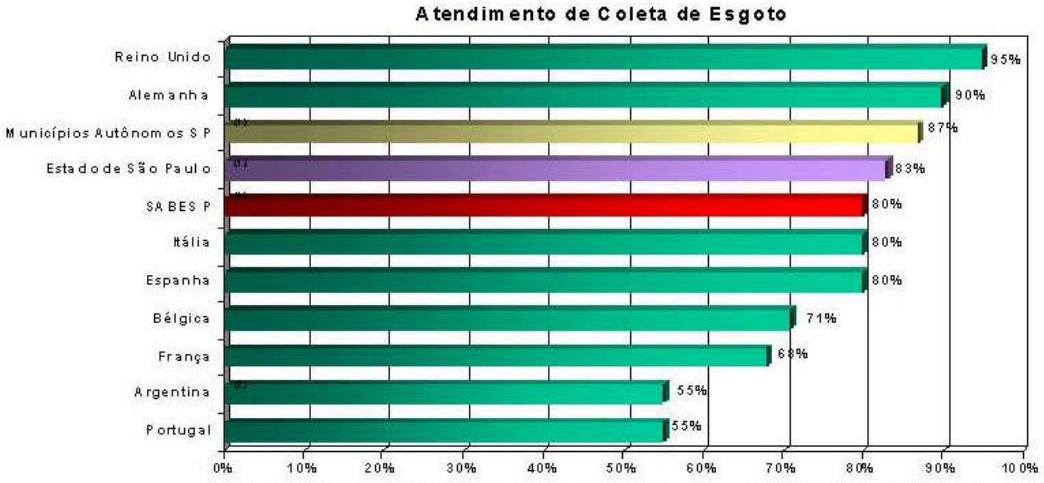
(1) IBGE - 2000

(2) AIDIS

Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS 1998

GRÁFICO 4.4

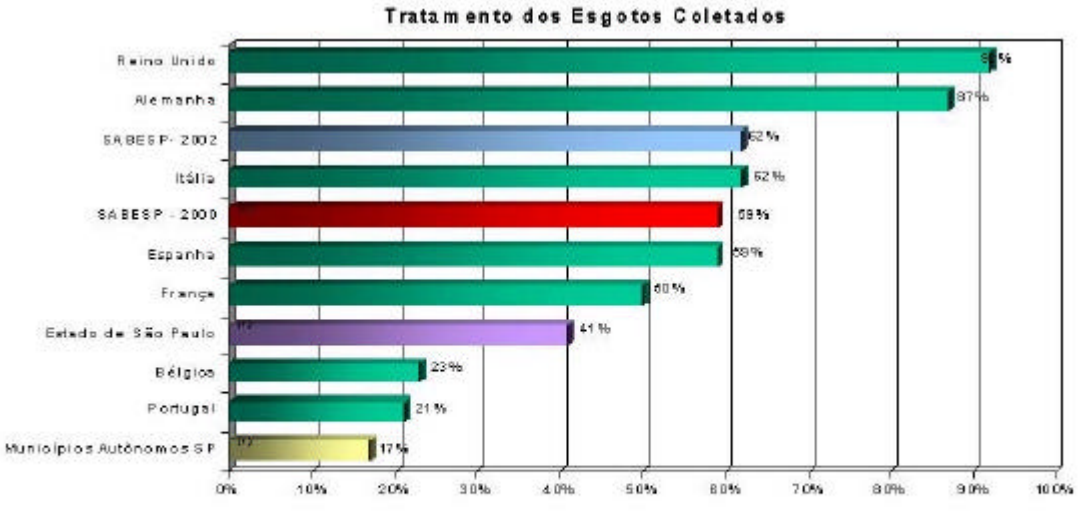
Saneamento do Estado de SP entre outros países – coleta de esgoto



Fonte: The European Water Industry - A country-by-country analysis Financial Times Energy
(1) IBGE - 2000
(2) AIDIS
Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS 1998

GRÁFICO 4.5

Saneamento do Estado de SP entre outros países – tratamento de esgoto



Fonte: The European Water Industry - A country-by-country analysis Financial Times Energy
(1) CETESB – 2000 (Relatório de Água Interiores)
Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS 1998

Como a situação dos municípios com serviços autônomos de saneamento é bastante heterogênea, com indicadores preocupantes especialmente no tocante ao tratamento de esgotos, [6] este quadro justifica uma política específica do Estado de apoio a esses municípios, que conta com a imprescindível participação de recursos federais.

Além disso, a gestão inadequada dos resíduos sólidos, embora da responsabilidade direta dos municípios, é responsável por impactos significativos nos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e na saúde pública, razão pela qual merecem atenção do Estado.

O último inventário feito pela CETESB aponta, quanto à situação dos resíduos sólidos, para a necessidade de ações prioritárias nessa área do saneamento. Essas ações seriam implementadas, preferencialmente de forma integrada, mediante programas de apoio técnico e repasse de recursos aos municípios, seja para aquisição de equipamentos de coleta, obras para adequação do destino final dos resíduos sólidos e/ou busca de novas formas de articulação entre os municípios para a solução de problemas comuns nessa questão.

Desta forma, o Governo do Estado estará empenhado, nos próximos 4 anos, na ampliação e fortalecimento dos programas de assistência técnica e financeira aos 280 municípios que operam autonomamente seus serviços de saneamento, paralelamente à atuação da SABESP – concessionária estadual que opera os serviços de saneamento em 365 municípios do Estado.

Outro aspecto diz respeito ao desenvolvimento de estratégias e ações voltadas para a implementação da Política e do Sistema Estadual de Saneamento. Nesse sentido, são também objeto de programa específico do presente Plano Plurianual de Investimentos: aprimorar os instrumentos básicos previstos na Lei 7750/92; elaborar o Plano Estadual de Saneamento; e promover a articulação entre os agentes intervenientes no setor.

4.6.1 Perspectivas para o Setor

O setor de Saneamento Básico ainda não acompanhou no âmbito federal as mudanças institucionais e legais que vêm ocorrendo em outros setores no que toca à prestação dos serviços públicos, ao meio ambiente em geral e aos recursos hídricos em particular. A falta de legislação que defina critérios e formatos para as concessões, as competências das esferas federal, estadual e municipal, os direitos e obrigações dos diversos atores envolvidos e sua regulação – condição essencial para que sejam alcançadas as metas de universalização – acarretam diversos problemas, dificultando as mudanças nos atuais padrões gerenciais da prestação dos serviços.

As metas de eficiência operacional para água e esgoto projetadas para 2004-2007 são apresentadas nos Gráficos 4.6 e 4.7.

[6] Cerca de 160 municípios paulistas, envolvendo uma população urbana da ordem de 7,3 milhões de habitantes, não contam com nenhum tipo de tratamento de esgoto.

GRÁFICO 4.6

Metas de eficiência operacional – água

GRÁFICO 4.7

Metas de eficiência operacional – esgoto

No Estado de São Paulo, os artigos 215 e 216 da Constituição do Estado são dedicados ao Saneamento, determinando que a Lei estabelecerá a política que deverá seguir os princípios de:

- criação e desenvolvimento de mecanismos institucionais e financeiros, destinados a assegurar os benefícios do saneamento à totalidade da população;

- prestação de assistência técnica e financeira aos municípios, para o desenvolvimento dos seus serviços;
- orientação técnica para os programas visando ao tratamento de despejos urbanos e industriais e de resíduos sólidos, e fomento à implantação de soluções comuns, mediante planos regionais de ação integrada.

4.6.2 Definição dos Programas e Ações para o PPA 2004-2007

As ações propostas nos Programas relativos ao Saneamento Básico no Plano Plurianual para o período 2004 a 2007 seguem a situação descrita, atendo-se ao que determinam a Constituição do Estado e a Lei específica. Assim, com vistas à universalização, estão propostos dois programas: o de mesmo nome, no âmbito da SABESP, e outro, **Saneamento para Todos**, de forma complementar para que esse objetivo comum nos serviços autônomos seja alcançado, aí incluindo a participação do Estado na melhoria das condições de saneamento dos municípios, por meio do **SANEBASE**, bem como, na capacitação técnica e gerencial para a prestação adequada dos serviços públicos.

Tabela 4.8

Plurianual de Investimentos – SABESP Recursos Previstos (R$ milhões)						
	2003[1]	2004	2005	2006	2007	Total
SABESP	655,7	825,0	810,0	810,0	770,0	3.870,7

Nota: (1) Investimentos aprovados pela DD 031/2003 do Orçamento.

A racionalização do uso da água, conforme prevista nos dispositivos legais, está contemplada neste PPA mediante a introdução de um novo programa que busca esse intento no âmbito das entidades públicas estaduais. Na área de atuação da SABESP, essa prática se estende a outras categorias de consumidores, incluindo iniciativas para o reuso e outras aplicações.

Como um passo a mais, no rumo da implementação das políticas públicas neste setor, encontra-se em desenvolvimento na SERHS um estudo que definirá as estratégias para a universalização dos serviços de água e esgoto que, juntamente com as iniciativas que vêm sendo empreendidas para a regulamentar a gestão dos resíduos sólidos, deverá subsidiar a elaboração do **Plano Estadual de Saneamento**, definido pela Lei como sendo "o conjunto de elementos de informação, diagnóstico, definição de objetivos, metas e instrumentos, programas, execução, avaliação e controle que consubstanciam, organizam e integram o planejamento e a execução das ações de Saneamento no Estado de São Paulo".

Dessa forma, vai também subsidiar a regulamentação e implementação do Sistema Estadual de Saneamento – SESAN, que a Lei define como sendo "o conjunto de agentes institucionais que, no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, interagem de modo articulado, integrado e cooperativo para formulação, execução e atualização do Plano Estadual de Saneamento...".

Sobre essa base, e considerando as estratégias a serem adotadas, contar-se-á com todos os elementos que permitam a regulamentação do Fundo E stadual de Saneamento – FESAN e, por conseguinte, o financiamento das ações de saneamento previstas no Plano Estadual.

Com a implementação desses instrumentos, o Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN estará em melhores condições para elaborar anualmente os **Relatórios de Situação da Salubridade Ambiental**, também previstos nas ações propostas para o PPA 2004-2007.

4.7 Programas e Ações: Desenvolvimento da Infra-Estrutura – 37 Programas

Transportes – 11 programas
Transportes Metropolitanos – 4 programas
Energia – 9 programas
Recursos Hídricos – 8 programas
Saneamento – 4 programas
Obras – 1 programa

Demonstrativo dos Programas e Ações do PPA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		197.600.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		20.000.000
DEMAIS RECURSOS	177.600.000	
TOTAL	177.600.000	20.000.000

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES

PROGRAMA

AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS TRAVESSIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETIVO

MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRÁFEGO E IMPLANTAR NOVAS TRAVESSIAS.

JUSTIFICATIVA

INSTALAÇÕES E EMBARCAÇÕES ANTIGAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÕES CONSTANTES, ALÉM DO AUMENTO DA DEMANDA.

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
INSTALAÇÕES MODERNIZADAS	Não Disponível	100
TEMPO DE ESPERA PARA TRAVESSIA EM MINUTOS	45	25

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO QUE SE UTILIZA DO SISTEMA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO E INSTALAÇÕES DAS TRAVESSIAS LITORÂNEAS	24	INSTALAÇÕES MODERNIZADAS
MELHORIA DAS INSTALAÇÕES OPERACIONAIS E EMBARCAÇÕES DAS TRAVESSIAS LITORÂNEAS	20 MINUTO	TEMPO DE ESPERA REDUZIDO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		482.527.542
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	482.527.542	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	482.527.542	

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES

PROGRAMA

CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA

OBJETIVO

GARANTIR QUALIDADE, CONFORTO E SEGURANÇA AOS USUÁRIOS

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DO PISO ASFÁLTICO E DA SINALIZAÇÃO NAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER/DERSA

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
QUILÔMETROS CONSERVADOS E ADEQUADAMENTE SINALIZADOS (POR ANO)	15.829	15.829

PÚLICO ALVO

USUÁRIOS DAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER/DERSA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONSERVAÇÃO, SINALIZAÇÃO E DEMAIS ELEMENTOS DE SEGURANÇA EM RODOVIAS	63.316 KM	CONSERVAÇÃO E SINALIZAÇÃO EXECUTADA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		261.852.792
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	260.110.556	1.742.236
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	260.110.556	1.742.236

PROGRAMA **DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA**

TRANSPORTES

FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS, PERMITIDOS E AUTORIZADOS

OBJETIVO

DESENVOLVER AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, REGULAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO DOS CONTRATOS DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS E TODAS AS PERMISSÕES DAS EMPRESAS QUE OPERAM LINHAS REGULARES DE TRANSPORTE COLETIVO E DE FRETAMENTO.

JUSTIFICATIVA

O PROGRAMA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS FOI CRIADO COMO SOLUÇÃO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE INVESTIMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES, ESSENCIAIS AO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO, BEM COMO O CONFORTO E SEGURANÇA DOS USUÁRIOS. COM A CRIAÇÃO DA ARTESP, ESTA PASSOU A GERENCIAR O SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL, EXCETO NAS REGIÕES METROPOLITANAS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERCENTUAL DA AVALIAÇÃO DA OPERAÇÃO DE RODOVIAS - EM FUNÇÃO DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS.	8	25
PERCENTUAL DE EMPRESAS FISCALIZADAS EM RELACAO AO TOTAL DE EMPRESAS AUTORIZADAS.	50	100
PERCENTUAL DE LINHAS FISCALIZADAS EM RELACAO AO TOTAL DE LINHAS PERMITIDAS	50	100
PERCENTUAL DE OBRAS EXECUTADAS EM RELACAO AO PREVISTO NOS CRONOGRAMAS.	71,52	81,56

PÚLICO ALVO

USUÁRIOS DE RODOVIAS E DE EMPRESAS DE ÔNIBUS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS EM TRANSPORTE	24	UNIDADES ADMINISTRADAS
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS	730	OBRAS E SERVIÇOS FISCALIZADOS
FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PERMITIDOS E AUTORIZADOS - TRANSPORTE COLETIVO	380	EMPRESAS FISCALIZADAS
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS EM TRANSPORTE	3.800	CONTRATOS FISCALIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		600.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		600.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL		600.000

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES

PROGRAMA

INFRA-ESTRUTURA PARA O FLUXO VIÁRIO

OBJETIVO

RESTABELECER O FLUXO VIÁRIO.

JUSTIFICATIVA

A INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA REGIONAL DO ESTADO NECESSITA DE PERMANENTE MELHORIA E AMPLIAÇÃO MEDIANTE A CONSTRUÇÃO DE PONTES, TRAVESSIAS, PASSARELAS, ALÉM DA RECONSTRUÇÃO, NO CASO DE FINAL DE VIDA ÚTIL OU EM DECORRÊNCIA DE EVENTOS METEOROLÓGICOS EXCEPCIONAIS.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE OBRAS REALIZADAS.	2	120

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E OBRAS DE ARTE	120	OBRA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		94.610.484
	CORRENTES	**CAPITAL**
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	29.199.411	65.411.073
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	**29.199.411**	**65.411.073**

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *TRANSPORTES*

MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

OBJETIVO

EXECUTAR OBRAS E SERVIÇOS DE MELHORIAS E SEGURANÇA NOS AEROPORTOS DO ESTADO EM PARCERIAS COM OS GOVERNOS FEDERAL (PROGRAMA FEDERAL DE AUXÍLIOS A AEROPORTOS - PROFAA), E MUNICIPAL (CONVÊNIOS)

JUSTIFICATIVA

REALIZAR MELHORIAS E AUMENTAR A SEGURANÇA DOS USUÁRIOS NOS AEROPORTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, ADMINISTRADOS PELO DAESP, BEM COMO EXPANDIR A INFRA-ESTRUTURA DE AEROPORTOS MUNICIPAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
KM DE PISTA PAVIMENTADA	6	9
NUMERO DE AEROPORTOS IMPLANTADOS/MODERNIZADOS	31	31

PÚLICO ALVO

USUÁRIO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE AEROPORTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	31	AEROPORTOS MODERNIZADOS
SEGURANÇA DA REDE DE AEROPORTOS ESTADUAIS	31	AEROPORTOS EM CONDICÕES ADEQUADAS DE SEGURANÇA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		42.000.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		20.000.000
DEMAIS RECURSOS	22.000.000	
TOTAL	22.000.000	20.000.000

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES

PROGRAMA

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO PAULISTA

OBJETIVO

CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO SISTEMA PORTUÁRIO PAULISTA.

JUSTIFICATIVA

O PORTO DE SANTOS MOVIMENTOU CERCA DE 53 MILHÕES DE TONELADAS EM 2002 E O DE SÃO SEBASTIÃO CERCA DE 370 MIL TONELADAS. INTERESSA AO ESTADO INCENTIVAR, FACILITAR AS EXPORTAÇÕES E MELHORAR A INTEGRAÇÃO ENTRE OS PORTOS E A INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES, CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO DO CHAMADO CUSTO BRASIL.

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
MOVIMENTAÇÃO DAS CARGAS DURANTE O ANO NOS PORTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO EM TONELADAS.	53.370.000	72.000.000

PÚLICO ALVO

OPERADORES LOGÍSTICOS E EMPRESAS DE COMÉRCIO EXTERIOR.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO	17.515 M2	NOVOS PIERS DE ATRACAÇÃO E INSTALAÇÕES
INCENTIVO À UTILIZAÇÃO E MELHORIA DO ACESSO AO PORTO DE SANTOS	13.600.000 TONELADAS	TONELADAS MOVIMENTADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		203.728.321
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	184.382.768	19.345.553
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	184.382.768	19.345.553

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES

PROGRAMA

OPERAÇÃO E CONTROLE DE RODOVIAS

OBJETIVO

PROVER SEGURANÇA E FLUIDEZ DO TRÂNSITO NAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER/DERSA

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE SERVIÇOS DE AUXÍLIO AOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER/DERSA, BEM COMO DO MONITORAMENTO DE PRAÇAS DE PEDÁGIO E POSTOS DE PESAGEM

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ÍNDICE(%) DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO COM RELAÇÃO A OPERAÇÃO, SEGURANÇA E FLUIDEZ DO TRÂNSITO NAS ROD. SOB JURISDIÇÃO DO DER/DERSA	91	93

PÚLICO ALVO

USUÁRIOS DAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER/DERSA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE POSTOS DE PESAGEM	28	POSTOS DE PESAGEM IMPLANTADOS
IMPLANTAÇÃO DE MONITORAMENTO EM RODOVIAS ESTADUAIS	100 %	RODOVIAS ESTADUAIS MONITORADAS EM TEMPO REAL
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE PRAÇAS DE PEDÁGIO	34	PRAÇAS DE PEDÁGIO IMPLANTADAS
OPERAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA POR MEIO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO	172	UNIDADES DE ATENDIMENTO IMPLANTADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		33.978.801
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	14.738.721	19.240.080
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	14.738.721	19.240.080

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES

PROGRAMA

OTIMIZAÇÃO DO USO DA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ

OBJETIVO

AUMENTAR A VELOCIDADE MÉDIA DE TRÁFEGO E DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE POR CICLO DE VIAGEM COM A IMPLANTAÇÃO DE OBRAS ESPECÍFICAS DE MELHORIA E DE MONITORIMENTO DO TRÁFEGO EM DIVERSOS LOCAIS. PROVIDENCIAR A MANUTENÇÃO DA VIA PARA GARANTIR AS OPERAÇÕES HIDROVIÁRIAS COM SEGURANÇA E DENTRO DOS LIMITES DE PROJETO E NORMAS VIGENTES, ATRAVÉS DA EXECUÇÃO DE CAMPANHAS INTEGRAIS.

JUSTIFICATIVA

COORDENAR AS VÁRIAS AÇÕES PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS VISANDO À ELIMINAÇÃO DE RESTRIÇÕES FÍSICAS,OPERACIONAIS E INSTITUCIONAIS EXISTENTES NA HIDROVIA, COM A FINALIDADE DE AMPLIAR A SUA PARTICIPAÇÃO NO TRANSPORTE DE CARGAS DE LONGAS E MÉDIAS DISTÂNCIAS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
EVOLUÇÃO DAS RESTRIÇÕES FÍSICAS, OPERACIONAIS E INSTITUCIONAIS NA HIDROVIA.	Não Disponível	96
TONELADA DE CARGA TRANSPORTADA ACUMULADA NA HIDROVIA.	1.981.000	14.330.000
ÍNDICES DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SINALIZAÇÃO NÁUTICA DA ROTA DE NAVEGAÇÃO DA HIDROVIA.	Não Disponível	16

PÚLICO ALVO

O BENEFICIÁRIO PRINCIPAL SERÁ A SOCIEDADE COMO UM TODO, PELO RESULTADO DA REDUÇÃO NO CUSTO FINAL DO PRODUTO PELA OTIMIZAÇÃO DA PARCELA DEVIDA AO TRANSPORTE.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ELIMINAÇÃO DAS RESTRIÇÕES OPERACIONAIS DA HIDROVIA TIETÊ PARANÁ	79	RESTRIÇÕES ELIMINADAS
ELIMINAÇÃO DAS RESTRIÇÕES OPERAC. DA HID.TIETÊ- PARANÁ NO TRECHO CONCEDIDO	17	RESTRIÇÃO ELIMINADA
FOMENTO À PARTICIPAÇÃO DA HIDROVIA TIETÊ PARANÁ NO TRANSPORTE DE CARGAS	14.330.000 TONELADAS	VOLUME DE CARGA TRANSPORTADA
MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DA HIDROVIA TIETÊ PARANÁ	16 %	CAMPANHA INTEGRAL DE MANUTENÇÃO REALIZADA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		834.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		467.000
DEMAIS RECURSOS		367.000
TOTAL		834.000

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES

PROGRAMA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETIVO

DESENVOLVER ESTRATÉGIAS DE LONGO PRAZO QUE SUBSIDIEM A SECRETARIA DOS TRANSPORTES NAS DECISÕES SOBRE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DIRETRIZES DE GESTÃO, BASEADAS EM CRITÉRIOS QUE PROCURAM INTERPRETAR AS ASPIRAÇÕES DA COMUNIDADE.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE AÇÕES ESTRATÉGICAS NOS CAMPOS OPERACIONAL, INSTITUCIONAL E DOS INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA DE TRANSPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PORTFÓLIO DE INVESTIMENTOS NO SETOR DE TRANSPORTES	Não Disponível	11.800

PÚLICO ALVO

TODA SOCIEDADE, MAS PARTICULARMENTE, OS SEGMENTOS EMPRESARIAIS PRODUTORES TANTO PARA O MERCADO DOMÉSTICO QUANTO PARA EXPORTAÇÃO, TRANSPORTADORES, OPERADORES LOGÍSTICOS E OPERADORES DE TERMINAIS PORTUÁRIOS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES - PDDT	100 %	PLANO DIRETOR ATUALIZADO
ESTUDOS PARA INTEGRAÇÃO E ADEQUAÇÃO OPERACIONAL DAS FERROVIAS	15	ESTUDOS E PROJETOS VIABILIZADOS
IMPLANTAÇÃO DE CENTROS LOGÍSTICOS INTEGRADOS	4	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS LOGÍSTICOS INTEGRADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		2.420.161.832
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	15.000.000	2.403.161.832
DEMAIS RECURSOS		2.000.000
TOTAL	15.000.000	2.405.161.832

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *TRANSPORTES*

RECUPERAÇÃO, AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA

OBJETIVO

GARANTIR O TRÁFEGO CONFORTÁVEL E SEGURO DE BENS E PESSOAS NA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ÍNDICES DE CONFORTO,SEGURANÇA E RAPIDEZ NO TRANSPORTE DE BENS E PESSOAS NAS RODOVIAS ESTADUAIS	5	7
ÍNDICES DE ECONOMIA E RAPIDEZ NO TRANSPORTE DAS DEMANDAS DO AGRONEGÓCIO NAS RODOVIAS ESTADUAIS	5	7

PÚLICO ALVO

SEGMENTO DA SOCIEDADE - USUÁRIOS DAS RODOVIAS BENEFICIADOS COM AS OBRAS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DUPLICAÇÃO BR.381 / RODOVIA FERNÃO DIAS - BID	15 KM	RODOVIA DUPLICADA, AMPLIADA E MODERNIZADA
IMPLANTAÇÃO E DUPLICAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	3.438,6 KM	RODOVIAS ESTADUAIS IMPLANTADAS E/OU DUPLICADAS
PATRULHA RODOVIÁRIA	3.300 KM	ESTRADAS RECUPERADAS
RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS - BID	2.000 KM	RODOVIAS ESTADUAIS RECUPERADAS
RESTAURAÇÃO E MELHORIAS DE RODOVIAS ESTADUAIS	2.914 KM	RODOVIAS ESTADUAIS RESTAURADAS
RODOVIAS VICINAIS E TERMINAIS RODOVIÁRIOS	606	RODOVIAS VICINAIS E TERMINAIS RODOVIÁRIOS IMPLANTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		232.727.729
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	147.877.585	84.850.144
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	147.877.585	84.850.144

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES

PROGRAMA

SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA

OBJETIVO

AUMENTAR A SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO NAS RODOVIAS, COM AÇÕES QUE VISEM À REDUÇÃO DO NÚMERO DE VÍTIMAS, PRINCIPALMENTE AS FATAIS

JUSTIFICATIVA

AUMENTAR OS NÍVEIS DE SEGURANÇA NAS RODOVIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE VÍTIMAS FATAIS / ANO	2.504	2.039

PÚLICO ALVO

USUÁRIOS DAS RODOVIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS VOLTADAS À REDUÇÃO DE ACIDENTES RODOVIÁRIOS	150.404	NÚMERO DE ACIDENTES REDUZIDO
POLICIAMENTO NAS RODOVIAS ESTADUAIS	40 %	REDUÇÃO DO ÍNDICE DE CRIMINALIDADE NAS RODOVIAS ESTADUAIS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		6.498.265.135
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.350.000	1.701.925.242
DEMAIS RECURSOS		4.794.989.893
TOTAL	1.350.000	6.496.915.135

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES METROPOLITANOS

PROGRAMA

EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO - PITU EM MARCHA

OBJETIVO

AMPLIAR O SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO E A SUA PARTICIPAÇÃO NA DIVISÃO MODAL DAS VIAGENS MOTORIZADAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, OFERECENDO SERVIÇOS DE QUALIDADE, MAIOR ACESSIBILIDADE E OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL À POPULAÇÃO, ESPECIALMENTE A DE BAIXA RENDA.

JUSTIFICATIVA

O SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO IMPLANTADO NAS REGIÕES METROPOLITANAS, FACE A SUAS LIMITAÇÕES, VEM PERDENDO PARTICIPAÇÃO NA DIVISÃO MODAL DAS VIAGENS MOTORIZADAS, REDUZINDO A MOBILIDADE E A ACESSIBILIDADE DA POPULAÇÃO, ESPECIALMENTE A DE BAIXA RENDA.

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

GRANDE SÃO PAULO	REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	SANTOS

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PARTICIPAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO NA DIVISÃO MODAL	23,4	30

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO RESIDENTE OU EM TRÂNSITO NAS REGIÕES METROPOLITANAS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	200 %	SISTEMA INTEGRADO IMPLANTADO
ACOMPANHAMENTO E COMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 5 - LILÁS - LARGO 13 - CHÁCARA KLABIN	65,13 %	PROJETO IMPLEMENTADO
CONCLUSÃO DO ANEL VIÁRIO METROPOLITANO (TRECHO LARGO LOS ANDES - AV. CONCEIÇÃO)	18,86 %	TRECHO IMPLANTADO
DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS VEICULARES	98,19 %	TECNOLOGIAS DESENVOLVIDAS
DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DA REDE INTEGRADA DE TRANSPORTE METROPOLITANO	11,5 %	ESTABELECIMENTO DA REDE INTEGRADA DE TRANSPORTE METROPOLITANO
EXPANSÃO DOS SISTEMAS DE BAIXA CAPACIDADE DAS REGIÔES METROPOLITANAS	100 %	SISTEMAS DE BAIXA CAPACIDADE IMPLANTADOS.
IMPLANTAÇÃO DA INTEGRAÇÃO CENTRO	100 %	INTEGRAÇÃO CENTRO IMPLANTADA
IMPLANTAÇÃO DA LINHA 1 - AZUL - TERMINAL DE ÔNIBUS TUCURUVI	60 %	TERMINAL IMPLANTADO
IMPLANTAÇÃO DA LINHA 2 - VERDE - ANA ROSA - SACOMÃ	75,25 %	TRECHO IMPLANTADO
IMPLANTAÇÃO DA LINHA 2 - VERDE - VILA MADALENA - CERRO CORÁ	12,35 %	EXTENSÃO IMPLANTADA
IMPLANTAÇÃO DA LINHA 4 - AMARELA - MORUMBI - LUZ	77,47 %	TRECHO MORUMBI - LUZ IMPLANTADO
IMPLANTAÇÃO DA LINHA 8 - ROSA - RAPOSO TAVARES - VL. GUILHERME	7,25 %	TRECHO IMPLANTADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *TRANSPORTES METROPOLITANOS*

EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO - PITU EM MARCHA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO DO EXPRESSO AEROPORTO E TREM DE GUARULHOS	100 %	EXPRESSO AEROPORTO E TREM DE GUARULHOS IMPLANTADO
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO METROPASS	80,71 %	METROPASS IMPLANTADO
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DE INTERESSE METROPOLITANO - SIVIM	100 %	SISTEMA VIÁRIO DE INTERESSE METROPOLITANO IMPLANTADO
IMPLANTAÇÃO DO TREM INTRAMETROPOLITANO - TIM DE SANTOS	100 %	TREM INTRAMETROPOLITANO IMPLANTADO
IMPLANTAÇÃO DO TREM REGIONAL INTERMETROPOLITANO SÃO PAULO-CAMPINAS - TRIM	100 %	TREM REGIONAL INTERMETROPOLITANO IMPLANTADO
IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS TRONCO-ALIMENTADORES DAS REGIÕES METROPOLITANAS	85,84 %	SISTEMAS TRONCO-ALIMENTADORES IMPLANTADOS
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO LESTE	100 %	PROJETO LESTE IMPLANTADO
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO SUL	100 %	PROJETO SUL IMPLANTADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		52.524.770
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	46.236.770	6.288.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	46.236.770	6.288.000

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *TRANSPORTES METROPOLITANOS*

GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRANSPORTE METROPOLITANO - PITU VIVO

OBJETIVO

PROVER A SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS, E AS EMPRESAS VINCULADAS, DE DIRETRIZES E INSTRUMENTOS QUE PROMOVAM A QUALIDADE E COMPETITIVIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO.

JUSTIFICATIVA

A NECESSIDADE DE PROVER AS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO DE QUALIDADE DE VIDA E COMPETIVIDADE,EXIGE QUE AÇÕES DO GOVERNO PARA TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO SEJAM INTEGRADAS E COERENTES,PARA GARANTIR O MÁXIMO APROVEITAMENTO DA AÇÃO E DOS RECURSOS DAS EMPRESAS, VINCULADAS À STM, RESPONSÁVEIS POR ESTE TRANSPORTE, BEM COMO, ATRAIR A PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NOS EMPREENDIMENTOS.

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

GRANDE SÃO PAULO | REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS | SANTOS

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
MÉDIA PONDERADA DAS NOTAS ATRIBUÍDAS, PELA POPULAÇÃO EM GERAL, A CADA EMPRESA VINCULADA, PELO VOLUME ANUAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS DE CADA EMPRESA.	71	89

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO RESIDENTE OU EM TRÂNSITO NAS REGIÕES METROPOLITANAS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ARTICULAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE METROPOLITANO	39	CONTRATO ELABORADO
COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	99	CONTRATO ELABORADO
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	4	UNIDADES ATENDIDAS
CORREDOR DE INTEGRAÇÃO OESTE	1	CONTRATO FINALIZADO
MONITORAÇÃO DE QUALIDADE E CUSTOS	12	CONTRATO ELABORADO
PLANEJAMENTO E GESTÃO	45	CONTRATO ELABORADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		7.088.014.248
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3.254.951.984	196.599.328
DEMAIS RECURSOS	3.269.894.000	366.568.936
TOTAL	**6.524.845.984**	**563.168.264**

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES METROPOLITANOS

PROGRAMA

OPERAÇÃO, RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO - BOA VIAGEM

OBJETIVO

AUMENTAR A UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SISTEMA, APRIMORANDO O ATENDIMENTO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E AMPLIANDO A OFERTA E OS NÍVEIS DE SEGURANÇA E REGULARIDADE, POR MEIO DE ADEQUADA OPERAÇÃO DO SISTEMA, DE SUA RECAPACITAÇÃO (RECUPERAR A CONDIÇÃO DE PROJETO, MODERNIZAR E ATUALIZAR O SISTEMA).

JUSTIFICATIVA

DESEQUILÍBRIO ENTRE OFERTA E DEMANDA NA REDE INTEGRADA DE TRANSPORTE METROPOLITANO PROVOCA,ATUALMENTE,MIGRAÇÃO DE USUÁRIOS PARA OUTROS MODAIS,COM SUBUTILIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE E O USO DO TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO, COM MAIORES NÍVEIS DE CONGESTIONAMENTOS,DANOS AO MEIO AMBIENTE,PERDA DE TEMPO EM DESLOCAMENTOS,QUEDA DE PRODUTIVIDADE E DESPERDÍCIO DE ENERGIA ENTRE OUTROS.

ÓRGÃO

SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

GRANDE SÃO PAULO	REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	SANTOS

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
MÉDIA DAS NOTAS ATRIBUIDAS PELOS USUÁRIOS DE CADA EMPRESA, PONDERADA PELO NÚMERO DE PASSAGEIROS DE CADA EMPRESA	84	87

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, QUE SE UTILIZAM DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ACESSIBILIDADE E MODERNIZAÇÃO DE ESTAÇÕES DA CPTM	100 %	ESTAÇÕES NORMALIZADAS, RECAPACITADAS E MODERNIZADAS
ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO METRÔ	98,76 %	EQUIPAMENTOS IMPLANTADOS
GERENCIAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO	2.087.000.000	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS
IMPLANTAÇÃO DA OPERAÇÃO DA EXTENSÃO DIADEMA-BROOKLIN	100 %	EXTENSÃO DIADEMA-BROOKLIN EM OPERAÇÃO
MELHORAMENTO E RECAPACITAÇÃO DO CORREDOR SÃO MATEUS/JABAQUARA	59,96 %	ELETRIFICAÇÃO COMPLETA DO CORREDOR JABAQUARA/SÃO MATEUS.
NORMALIZAÇÃO, REMOBILIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA FROTA DA CPTM	89	TRENS NORMALIZADOS, REMOBILIZADOS E MODERNIZADOS
OPERAÇÃO DAS LINHAS DA CPTM	1.720.000.000	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS
OPERAÇÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS	2.183.100.000	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS
RECAPACITAÇÃO DA EXTENSÃO LESTE	81,12 %	COMPLEMENTAÇÕES IMPLANTADAS
RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS LINHAS DO TREM METROPOLITANO	100 %	LINHAS DO TREM METROPOLITANO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *TRANSPORTES METROPOLITANOS*

OPERAÇÃO, RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO - BOA VIAGEM

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS	65,29 %	MELHORIAS E COMPLEMENTAÇÕES IMPLANTADAS
RESSARCIMENTO DE GRATUIDADES A USUÁRIOS DAS LINHAS METROVIÁRIAS	193.483.000	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS GRATUITAMENTE
RESSARCIMENTO DO SUBSÍDIO AOS USUÁRIOS ESTUDANTES DAS LINHAS METROVIÁRIAS	141.118.000	ESTUDANTES TRANSPORTADOS COM SUBSÍDIO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.935.633.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		722.333.000
DEMAIS RECURSOS		1.213.300.000
TOTAL		1.935.633.000

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *TRANSPORTES METROPOLITANOS*

TRANSPOSIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - RODOANEL/FERROANEL

OBJETIVO

CONSTRUIR SISTEMAS DE TRANSPORTES VISANDO A TRANSPOSIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO COM DIMINUIÇÃO DOS CONGESTIONAMENTOS, MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE TRÁFEGO E INTEGRAÇÃO DAS LINHAS FERROVIÁRIAS OPERADAS PELA MRS E FERROBAN OTIMIZANDO O PERCURSO ENTRE OS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS E SUL DO PAÍS

JUSTIFICATIVA

ALTO ÍNDICE DE CONGESTIONAMENTO DE VEÍCULOS DE CARGA E PASSEIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E NÃO EXISTÊNCIA DE INTERLIGAÇÃO ENTRE AS LINHAS FERROVIÁRIAS OPERADAS PELA MRS E FERROBAN

ÓRGÃO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

CAMPINAS | GRANDE SÃO PAULO | SANTOS | SOROCABA | SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
FERROANEL - PERCENTUAL DO PROJETO EXECUTADO	0	100
RODOANEL - PERCENTUAL DE OBRA EXECUTADA	0	100

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONSTRUÇÃO DO FERROANEL	100 %	EXECUÇÃO DO PROJETO
CONSTRUÇÃO DO RODOANEL MÁRIO COVAS	100 %	CONSTRUÇÃO DO RODOANEL

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		6.000.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	6.000.000	
TOTAL	6.000.000	

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *ENERGIA*

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETIVO

OFERECER MELHOR QUALIDADE DE VIDA E EVITAR O ÊXODO RURAL.

JUSTIFICATIVA

É IMPERATIVA A ADOÇÃO DE MEDIDAS QUE ASSEGUREM A EFETIVA DISPONIBILIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O EXPRESSIVO NÚMERO DE MORADIAS RURAIS, AINDA NÃO ELITRIFICADAS NO ESTADO; E CUMPRIR AS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO DO USO DE ENERGIA ELÉTRICA CONFORME A LEI Nº 10.438 DE 26/04/2002.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ENVIADAS PELAS EMPRESAS ATRAVÉS DA CERESP - COMISSÃO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.	162.118	254.118

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO RURAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ACOMPANHAMENTO AO PROGRAMA LUZ DA TERRA	20.000	NOVAS LIGAÇÕES RURAIS
ACOMPANHAMENTO AO PROGRAMA LUZ NO CAMPO	28.000	NOVAS LIGAÇÕES RURAIS
ACOMPANHAMENTO DA EXPANSÃO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL	44.000	NOVAS LIGAÇÕES RURAIS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		43.163.242
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	43.163.242	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	43.163.242	

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *ENERGIA*

FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA ELÉTRICA

OBJETIVO

OFERECER AOS USUÁRIOS ENERGIA ELÉTRICA DE QUALIDADE.

JUSTIFICATIVA

ASSEGURAR QUE AS EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO ATENDAM ÀS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E AOS OBJETIVOS PARA OS QUAIS FORAM CRIADAS.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS.	9,79	9,8

PÚLICO ALVO

USUÁRIOS DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATENDIMENTO ÀS RECLAMAÇÕES E CONSULTAS DOS USUÁRIOS E INTERESSADOS NOS SERVIÇOS	1.590.000	ATENDIMENTOS REALIZADOS
FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS DE DISTRIBUIÇÃO E AUTORIZADAS	4	RELATÓRIOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.200.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	1.200.000	
TOTAL	1.200.000	

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *ENERGIA*

INCENTIVO E FOMENTO AO USO DE FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA

OBJETIVO

ARTICULAR, FOMENTAR E INCENTIVAR O USO DAS FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA VISANDO UMA MAIOR EFICIÊNCIA DO SISTEMA.

JUSTIFICATIVA

É IMPRETERÍVEL AUMENTAR A OFERTA DE ENERGIA ATRAVÉS DO USO DE FONTES RENOVÁVEIS, DIVULGANDO EXPERIÊNCIAS JÁ DESENVOLVIDAS;INCENTIVANDO À CO-GERAÇÃO DE ENERGIA E O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA PRODUZIDA POR PRODUTORES INDEPENDENTES.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
MW	20	30
NUMERO DE UNIDADES DE GERAÇÃO IMPLANTADAS	0	4

PÚLICO ALVO

EMPRESAS DE ENERGIA,PRODUTORES DE AÇÚCAR E ÁLCOOL, PRODUTORES INDEPENDENTES AUTÔNOMOS E ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS DESCENTRALIZADAS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AMPLIAÇÃO DO USO DE FONTES RENOVÁVEIS PELAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA	2 MW/H	ENERGIA PRODUZIDA
DIVULGAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS EM FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA	4	PUBLICAÇÕES
IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE FONTES ALTERNATIVAS	2 MW/H	ENERGIA PRODUZIDA
INCENTIVO À CO-GERAÇÃO DE ENERGIA E FOMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE UTILIZAÇÃO	2 MW/H	ENERGIA PRODUZIDA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		600.000
	CORRENTES	**CAPITAL**
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	600.000	
TOTAL	**600.000**	

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *ENERGIA*

POLÍTICA ESTADUAL DE ENERGIA

OBJETIVO

ELABORAR E IMPLANTAR UMA SISTEMÁTICA DE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO NO ÂMBITO DO ESTADO, VISANDO SUBSIDIAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA ENERGÉTICA.

JUSTIFICATIVA

A CRESCENTE DEMANDA DE RECURSOS ENERGÉTICOS INDUZIU À IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA ESTADUAL DE ENERGIA PARA ASSEGURAR A OFERTA DO PRODUTO EM QUANTIDADE E QUALIDADE ADEQUADA.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO ENERGÉTICO NO ESTADO DE SÃO PAULO.	90	100

PÚLICO ALVO

SETOR ENERGÉTICO E POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ELABORAÇÃO DA MATRIZ ENERGÉTICA ESTADUAL	100 %	MATRIZ ENERGÉTICA ESTADUAL ELABORADA
INFORMAÇÕES ENERGÉTICAS	16	BALANÇO ENERGÉTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO MERCADO POR ENERGÉTICO	16	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO MERCADO POR ENERGÉTICO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.200.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	1.200.000	
TOTAL	1.200.000	

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *ENERGIA*

POLÍTICA ESTADUAL DE MINERAÇÃO

OBJETIVO

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERÁRIO, INTEGRANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS COM OS CENTROS DE PESQUISAS E EMPRESAS MINERADORAS.

JUSTIFICATIVA

ATENDIMENTO ÀS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO COM O DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERÁRIO DO ESTADO, ADOTANDO ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS APROPRIADAS ÀS DIRETRIZES DA POLÍTICA DE MINERAÇÃO.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
INCREMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL	0	5

PÚLICO ALVO

CENTROS DE PESQUISA, SETOR MINERÁRIO, EMPRESAS MINERADORAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS, ESTADUAL E MUNICIPAIS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA MINERÁRIA	12	PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
MAPEAMENTO GEOLÓGICO	8	RELATÓRIOS
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL	8	RELATÓRIOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.000.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	1.000.000	
TOTAL	1.000.000	

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *ENERGIA*

RACIONALIZAÇÃO DO USO DE ENERGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETIVO

PROMOVER, ARTICULAR E DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A MAIOR EFICIÊNCIA DO USO DA ENERGIA.

JUSTIFICATIVA

O DECRETO Nº 45.765 DE 04/2001 QUE INSTITUIU O PROGRAMA ESTADUAL DE REDUÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE ENERGIA.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ENERGIA ECONOMIZADA	19	20

PÚLICO ALVO

CONSUMIDORES DE ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES	24	PUBLICAÇÕES
RACIONALIZAÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20 %	ENERGIA ECONOMIZADA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		31.915.102
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	31.915.102	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	31.915.102	

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *ENERGIA*

REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DO GÁS CANALIZADO

OBJETIVO

OFERECER AOS USUÁRIOS UM SERVIÇO DE QUALIDADE.

JUSTIFICATIVA

ASSEGURAR QUE AS EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO ATENDAM ÀS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E AOS OBJETIVOS PARA OS QUAIS FORAM CRIADAS.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS.	9,79	9,8

PÚLICO ALVO

USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATENDIMENTO ÀS RECLAMAÇÕES E CONSULTAS DOS USUÁRIOS E INTERESSADOS NOS SERVIÇOS	4.900	ATENDIMENTOS REALIZADOS
FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO	4	RELATÓRIOS
REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO	3	PORTARIA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		260.738.600
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS		260.738.600
TOTAL		260.738.600

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *ENERGIA*

SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

OBJETIVO

AMPLIAR A GERAÇÃO DE ENERGIA, MANTER A QUALIDADE E AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DAS ESTRUTURAS E APRIMORAR OS SISTEMA DE CONTROLE E SUPERVISÃO.

JUSTIFICATIVA

É NECESSÁRIO A PROVISÃO DE RECURSOS PARA PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE OBRAS; E AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL, NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA HIDRÁULICO DE SUA RESPONSABILIDADE.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
MW	1.614	2.065

PÚLICO ALVO

CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADEQUAÇÃO DA USINA HENRY BORDEN E ESTRUTURAS HIDRÁULICAS ASSOCIADAS	11	UNIDADES GERADORAS/ELEVATÓRIAS MANTIDAS
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA USINA TERMOELÉTRICA PIRATININGA	4	GERADORAS MANTIDAS
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS PEQUENAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS	22,6 MW	MW AGREGADO
MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES GERADORAS	47	UNIDADES GERADORAS MANTIDAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.512.200.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	612.200.000	900.000.000
TOTAL	612.200.000	900.000.000

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *ENERGIA*

SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

OBJETIVO

MANTER A QUALIDADE, O EQUILÍBRIO E A CONFIABILIDADE DO SERVIÇO PRESTADO.

JUSTIFICATIVA

A EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA É ESSENCIAL PARA PERMITIR O CRESCIMENTO DA OFERTA E DA DEMANDA DO PRODUTO NO ESTADO DE SÃO PAULO E REALIZAR INTERCÂMBIOS COM OUTRAS REGIÕES.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
MVA´S ADICIONAIS DE CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO	36.424	39.670
PORCENTAGEM (%) ANUAL DE MODERNIZAÇÃO DOS ATIVOS EXISTENTES	3,9	6,2
QUILOMETROS (KM´S) ADICIONAIS DE LINHAS DE TRANSMISSÃO	11.617	11.807,5

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE E. ELÉTRICA	1.946 MVA	CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO EXPANDIDA
EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	27 KM	LINHAS DE TRANSMISSÃO
MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	24,8 %	SISTEMA MODERNIZADO E ADEQUADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		11.200.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		11.200.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL		11.200.000

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMA

ÁGUA E DESENVOLVIMENTO

OBJETIVO

CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS.

JUSTIFICATIVA

O FAVORECIMENTO AOS MUNICÍPIOS É IMPRESCINDÍVEL PARA QUE POSSAM REALIZAR SERVIÇOS E OBRAS DE INFRAESTRUTURA E RECEBEREM APOIO NO CAMPO DA ENERGIA, DOS RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE OBRAS OU SERVIÇOS REALIZADOS.	360	1.274

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS EM RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E ENERGIA	800	ATENDIMENTOS
RENOVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS	380	ATENDIMENTOS
ÁGUA LIMPA	94	ATENDIMENTOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		747.763.000
	CORRENTES	**CAPITAL**
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		548.083.000
DEMAIS RECURSOS	199.680.000	
TOTAL	**199.680.000**	**548.083.000**

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMA

COMBATE ÀS ENCHENTES

OBJETIVO

PREVENIR, CONTROLAR E COMBATER ÀS ENCHENTES.

JUSTIFICATIVA

O DESENVOLVIMENTO URBANO,AS ATIVIDADES ANTRÓPICAS E OS EVENTOS HIDROLÓGICOS CRÍTICOS COMPROMETEM A CAPACACIDADE NATURAL DOS CORPOS D´ÁGUA DE SUPORTAR AS CHEIAS, RESULTANDO NA PERMANENTE NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO PARA O CONTROLE OU MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS ADVERSOS DAS INUNDAÇÕES.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
POPULAÇÃO BENEFICIADA.	2.000.000	8.000.000

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO AFETADA PELAS ENCHENTES.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
BARRAGEM DO VALO GRANDE	100 %	BARRAGEM CONCLUÍDA
DEFESA CIVIL EM RECURSOS HÍDRICOS	4.000	Nº DE ALERTAS
DESASSOREAMENTO E CONSERVAÇÃO DE RIOS	10.000.000 M3	VOLUME DE MATERIAL RETIRADO
ESTUDOS DE MACRODRENAGEM	12	RELATÓRIOS
IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO - PISCINÕES	1.000.000.000 M3	VOLUME DE RETENÇÃO
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	100 %	ESTRUTURAS HIDRÁULICAS MANTIDAS E OPERADAS
OBRAS NA BACIA DO ALTO TIETÊ	100 %	OBRAS REALIZADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		21.580.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3.452.800	18.127.200
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	3.452.800	18.127.200

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMA

CONSERVAÇÃO DE VÁRZEAS E PARQUES

OBJETIVO

CONTROLAR AS CHEIAS E IMPLEMENTAR E AMPLIAR OS PARQUES.

JUSTIFICATIVA

AS ÁREAS, NATURALMENTE, INUNDÁVEIS SÃO SUSCETÍVEIS DE OCUPAÇÃO E USO PREDATÓRIO DO SOLO, COMPROMETENDO A SUA FUNÇÃO PRIMORDIAL DE ARMAZENAMENTO DE CHEIAS. ENQUANTO OS PARQUES NECESSITAM DE ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS VISANDO PROPORCIONAR O CONTROLE DE CHEIAS, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O LAZER DA POPULAÇÃO.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ÁREA DE PARQUE IMPLANTADO.	0	4.000.000

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO BENEFICIADA PELO CONTROLE DE CHEIAS E USUÁRIOS DOS PARQUES.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PARQUES	4.000.000 M2	ÁREA DE PARQUES IMPLANTADOS
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PARQUES	4.000.000 M2	ÁREA DE PARQUES CONSERVADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		5.245.150
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		5.245.150
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL		5.245.150

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMA

DESENVOLVIMENTO E PROTEÇÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

OBJETIVO

CONTROLAR A PERFURAÇÃO DE POÇOS PROFUNDOS E A EXPLORAÇÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS.

JUSTIFICATIVA

MUITO EMBORA, O CONHECIMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DOS AQUÍFEROS E SEU POTENCIAL DE EXPLOTAÇÃO SEJAM SATISFATÓRIOS NO ESTADO, A PERFURAÇÃO INDISCRIMINADA DE POÇOS, SEM RIGOR TÉCNICO-CONSTRUTIVO, E OS RISCOS PROPORCIONADOS PELA POLUIÇÃO E PELA DISPOSIÇÃO INADEQUADA DE RESÍDUOS, OBRIGA O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE EM GERAL A ADOTAR MEDIDAS DE PROTEÇÃO E CONTROLE.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
% USO RELAÇÃO POTENCIAL	18	25

PÚLICO ALVO

USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONTROLE E APROVEITAMENTO	10.000	POÇOS OUTORGADOS
USO SUSTENTADO DO AQUÍFERO GUARANÍ	50	RELATÓRIOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		53.167.550
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS		53.167.550
TOTAL		53.167.550

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMA

NOSSAS ÁGUAS

OBJETIVO

DESENVOLVER O PLANEJAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO.

JUSTIFICATIVA

O SISTEMA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS - SIGRH APERFEIÇOA OS INSTRUMENTOS DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS ATRAVÉS DE UM PROCESSO PERMANENTE; IMPLEMENTANDO AÇÕES RELATIVAS A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA E APERFEIÇOANDO ÀS DE OUTORGA DO DIREITO DE USO. ALÉM, DA FISCALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE RECURSOS, DO MONITORAMENTO DAS ÁGUAS E DA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ÍNDICE DE QUALIDADE (PÉSSIMA) DE ÁGUA BRUTA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - IAP	11	8
ÍNDICE DE QUALIDADE (REGULAR) DE ÁGUA BRUTA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - IAP	27	35
ÍNDICE DE QUALIDADE (RUIM) DE ÁGUA BRUTA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - IAP	16	12
ÍNDICE DE QUALIDADE (ÓTIMA/BOA) DE ÁGUA BRUTA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - IAP	46	45
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DAS VAZÕES MÍNIMAS.	39,5	39,5

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESENVOLVIMENTO DO USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	52	PUBLICAÇÕES
DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO	17.000	OUTORGAS
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	5.280	PESSOAS CAPACITADAS
INFORMAÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS	38	RELATÓRIOS
MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	4.800.000	NÚMERO DE INFORMAÇÕES
PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS	226	RELATÓRIOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		128.200.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		128.200.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL		128.200.000

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA

RECURSOS HÍDRICOS

POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO

COORDENAR A POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E IMPLEMENTAR AS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS.

JUSTIFICATIVA

O CRESCENTE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS AGRAVA A SUA DISPONIBILIDADE E QUALIDADE E INTENSIFICA OS CONFLITOS ENTRE OS USUÁRIOS. EM DECORRÊNCIA DISTO, É PRECÍPUO O SEU GERENCIAMENTO ATRAVÉS DOS INTRUMENTOS ESTABELECIDOS PELA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, VISANDO ASSEGURAR O CONTROLE DA ÁGUA E DE SUA UTILIZAÇÃO EM PADRÕES DE QUALIDADE SATISFATÓRIOS.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ÍNDICE DE QUALIDADE (PÉSSIMA)DE ÁGUA ÁGUA BRUTA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - IAP	11	8
ÍNDICE DE QUALIDADE (REGULAR) DE ÁGUA BRUTA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - IAP	27	35
ÍNDICE DE QUALIDADE (RUIM)DE ÁGUA BRUTA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - IAP	16	12
ÍNDICE DE QUALIDADE (ÓTIMA/BOA) DE ÁGUA BRUTA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - IAP	46	45
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DAS VAZÕES MÍNIMAS.	39,5	39,5

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO E PARTICIPANTES DO SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
COMUNICAÇÃO SOCIAL	120	PUBLICAÇÕES
COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	92	RELATÓRIOS
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	40	CONVÊNIOS
FINANCIAMENTO DE AÇÕES DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	1.680	CONTRATOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		5.245.150
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		5.245.150
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL		5.245.150

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMA

PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA EROSÃO

OBJETIVO

PREVENIR E DEFENDER O SOLO CONTRA A EROSÃO.

JUSTIFICATIVA

A EROSÃO VEM CAUSANDO GRAVES PREJUÍZOS À ECONOMIA PAULISTA, COM A PERDA DE SOLOS AGRICULTÁVEIS. O IMPACTO DA EROSÃO NAS REGIÕES DE MENOR PERMEABILIDADE TEM PROPORCIONADO O AUMENTO DAS ENCHENTES. ESTIMA-SE QUE HAJA NO ESTADO, CERCA DE SETE MIL CASOS DE VOÇOROCAS.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ÍNDICE DE ABRANGÊNCIA (RELAÇÃO ÁREA SUSCETÍVEL)(RELAÇÃO ÁREAS ERODIDAS)	10	5

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ESTUDOS E PROJETOS	44	RELATÓRIOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		400.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	400.000	
TOTAL	400.000	

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMA

RACIONALIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA POTÁVEL

OBJETIVO

ATINGIR NÍVEL SATISFATÓRIO DE CONSUMO DE ÁGUA POTÁVEL

JUSTIFICATIVA

EM FACE DA PREOCUPAÇÃO E DE EVIDÊNCIAS DE ESGOTAMENTO DOS MANANCIAIS DE ABASTECIMENTO, O ESTADO EXEMPLIFICA PRATICANDO O USO RACIONAL DA ÁGUA NAS ENTIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
VOLUME ECONOMIZADO (M3)	113.000	74.000
ÍNDICE DE REDUÇÃO DE CONSUMO (%)	0	30

PÚLICO ALVO

USUÁRIOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS ENTIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADEQUAÇÃO DO USO DA ÁGUA	351.000 M3	VOLUME DE ÁGUA POTÁVEL ECONOMIZADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		16.000.005
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	16.000.005	
TOTAL	16.000.005	

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *SANEAMENTO*

POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO

OBJETIVO

PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO SETOR DE SANEAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

JUSTIFICATIVA

A POLÍTICA DE SANEAMENTO EXIGE A ELABORAÇÃO DE UM PLANO ESTADUAL DE SANEAMENTO E DE 22 PLANOS REGIONAIS DAS BACIAS HIDROGRAFÍCAS E, AINDA, A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES. E COMO SUPORTE FINENCEIRO É INPRESCINDÍVEL A REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO -FESAN.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PLANOS ELABORADOS.	0	24

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ESTRATÉGIA PARA A UNIVERSALIZAÇÃO	23	RELATÓRIOS
FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DO PLANO ESTADUAL DE SANEAMENTO	0	CONTRATOS
INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO	40	RELATÓRIOS
PLANO ESTADUAL DE SANEAMENTO	24	PLANOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		26.324.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.470.000	24.854.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.470.000	24.854.000

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

SANEAMENTO

PROGRAMA

SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL

OBJETIVO

PLANEJAR, IMPLEMENTAR E COORDENAR AÇÕES INTEGRADAS DE MELHORIA, CONTROLE, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DOS MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL

JUSTIFICATIVA

A CONTÍNUA EXPANSÃO DA OCUPAÇÀO URBANA EM ÁREAS DE MANANCIAIS DO ESTADO COLOCA EM RISCO A MANUTENÇÃO DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO DEVIDO A POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
DOMICÍLIOS ATENDIDOS COM LIGAÇÃO REGULAR NA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, PELO PROGRAMA	0	0
DOMICÍLIOS ATENDIDOS COM LIGAÇÃO REGULAR NA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, PELO PROGRAMA	0	0
DOMICÍLIOS ATENDIDOS COM LIGAÇÃO REGULAR NA REDE DE ESGOTO, PELO PROGRAMA	0	0
IAP = ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO	60	65
IVA = ÍNDICE DE PROTEÇÃO DA VIDA AQUÁTICA	60	65

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO ABASTECIDA PELAS ÁGUAS DAS ÁREAS DE MANANCIAIS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
MANANCIAIS DO ALTO TIETÊ	19.424	FAMÍLIAS ATENDIDAS ATRAVÉS DE MELHORIAS URBANAS E HABITACIONAIS E UH.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL	55	INTERVENÇÕES REALIZADAS
RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS MANANCIAIS DO ALTO TIETÊ	14	INTERVENÇÕES REALIZADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		10.000.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		10.000.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL		10.000.000

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *SANEAMENTO*

SANEAMENTO PARA TODOS

OBJETIVO

ATENDER TÉCNICA E FINANCEIRAMENTE OS MUNICÍPIOS NÃO OPERADOS PELA SABESP E COMBATER A DEGRADAÇÃO DE ÁREAS E A CONTAMINAÇÃO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS EM TODO O ESTADO.

JUSTIFICATIVA

A "UNIVERSALIZAÇÃO" EXIGE, COMO PREVÊ A LEI, A ASSISTÊNCIA DO ESTADO NOS SERVIÇOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL, COMO OS RESÍDUOS SÓLIDOS. NO CASO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ESSA ASSISTÊNCIA É COMPLEMENTAR AO ATENDIMENTO DA SABESP.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ÍNDICES DE ATENDIMENTO COM ÁGUA E ESGOTO(SERVIÇOS MUNICIPAIS);IQR-CETESB (ÍNDICE DE QUALIDADE DE RESÍDUOS)	94	100

PÚLICO ALVO

USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS SÓLIDOS, NÃO OPERADOS PELA SABESP.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CAPACITAÇÃO TÉCNICA E GERENCIAL	2.800	PESSOAS CAPACITADAS
RESÍDUOS SÓLIDOS	40	CONVÊNIOS
SANEBASE	360	CONVÊNIOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		15.676.056.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	12.461.156.000	3.214.900.000
TOTAL	12.461.156.000	3.214.900.000

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

SANEAMENTO

PROGRAMA

UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO URBANO

OBJETIVO

ATENDER À POPULAÇÃO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E SANEAMENTO AMBIENTAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SABESP.

JUSTIFICATIVA

A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO ALÉM DE CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, PRODUZ EFEITOS MULTIPLICADORES NA ECONOMIA GERANDO INVESTIMENTOS SOCIALMENTE INDISPENSÁVEIS E ECONÔMICAMENTE RENTÁVEIS.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
POPULAÇÃO ATENDIDA COM COLETA DE ESGOTOS SANITÁRIOS.	4.304.000	5.242.500
POPULAÇÃO ATENDIDA COM ÁGUA POTÁVEL.	5.898.000	6.663.800
ÍNDICE DE TRATAMENTO DE ESGOTOS COLETADOS.	62	76

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA URBANA DE MUNICÍPIOS OPERADOS PELA SABESP E NAQUELES DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO QUE OBTÊM OS SERVIÇOS DE ÁGUA NO ATACADO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	6.663.800	LIGAÇÕES DE ÁGUA
AMPLIAÇÃO DO TRATAMENTO DE ESGOTOS COLETADOS	76	LIGAÇÕES COM TRATAMENTO DO ESGOTO COLETADO
COLETA DE ESGOTOS	5.242.500	LIGAÇÕES DE ESGOTO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		95.800.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	95.500.398	299.602
TOTAL	**95.500.398**	**299.602**

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA *OBRAS*

RACIONALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DO ESTADO

OBJETIVO

REALIZAR CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DO ESTADO.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE OTIMIZAR OS RECURSOS DO ESTADO POR MEIO DA PROPOSIÇÃO DE SOLUÇÕES DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUNTENÇÃO DE PRÓPRIOS DO ESTADO.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE CONTRATOS	3	200

PÚLICO ALVO

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	400	EQUIPAMENTOS
EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	160	OBRAS PÚBLICAS NO ESTADO
EXECUÇÃO DE PERÍCIAS E AVALIAÇÕES	40	LAUDOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO
MODERNIZAÇÃO DE INFORMÁTICA	48	RELATÓRIOS DE SERVIÇOS

CAPÍTULO V
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Introdução

5.1 Agropecuária e agronegócios
- 5.1.1 Dimensão e Principais Atividades
- 5.1.2 Recorte Espacial da Produção
- 5.1.3 Oportunidades e Limitações do Setor
- 5.1.4 Conclusão
- 5.1.5 Ações da Secretaria de Agricultura

5.2 Estratégia de Indústria
- 5.2.1 São Paulo: Desenvolvimento da Indústria e Mudanças nos Padrões Espaciais
- 5.2.2 As Perspectivas de Política Industrial e o Papel de São Paulo
- 5.2.3 Arranjos Produtivos Locais-O Espaço da Política Industrial Descentralizada
- 5.2.4 São Paulo: as oportunidades segundo as cadeias produtivas
- 5.2.5 Conclusão

5.3 Serviços
- 5.3.1 A relevância dos Serviços na Economia Paulista, Atual e Futura.
- 5.3.2 Serviços Relevantes e seu Papel para a Competitividade e para a Qualidade de Vida
- 5.3.3 Serviços e Centralidade da Região Metropolitana: Desafios e Riscos

5.4 Turismo
- 5.4.1 Introdução
- 5.4.2 Ações da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo no Âmbito do Turismo

5.5 Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação (Ações relacionadas à Economia do Conhecimento)
- 5.5.1 O sistema de C&T paulista e o desenvolvimento industrial
- 5.5.2 Uma estrutura universitária altamente qualificada
- 5.5.3 Uma Agenda para a Inovação e Competitividade
- 5.5.4 Programas de Pesquisa Agropecuária
- 5.5.5 Ações da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo
- 5.5.6 Conclusão

5.6 Recursos Naturais e Meio Ambiente
- 5.6.1 Saneamento Básico
- 5.6.2 Mananciais Utilizados para abastecimento público de água
- 5.6.3 Formas de contaminação nos principais mananciais
- 5.6.4 Resíduos Sólidos
- 5.6.5 Controle Ambiental
- 5.6.6 Recursos Minerais
- 5.6.7 Ações da Secretaria

5.7 Programas e Ações do PPA

Introdução: Fatores de Competitividade e Sustentabilidade do Desenvolvimento [1]

O Plano Plurianual do Estado de São Paulo para o período 2004-2007 é o instrumento do Executivo estadual destinado a ampliar o potencial competitivo da economia paulista e promover o desenvolvimento em bases sustentáveis. Como se sabe, os fatores que determinam a competitividade dos países e regiões têm variado com o tempo. Atualmente, as vantagens competitivas se apóiam crescentemente na criação e assimilação de conhecimento e da tecnologia e nas condições de infra-estrutura e logística, as quais permitem facilidade de intercâmbio entre empresas e territórios, tanto para fluxos materiais como virtuais.

Os principais fatores de competitividade compreendem:

(I) **Inovação** – Investimentos constantes em inovação, tanto nos processos como nos produtos, são requisitos para a manutenção e fortalecimento dos setores de alta tecnologia e com elevados índices de produtividade. Estes são, em geral, produtores de produtos diferenciados, voltados a mercados segmentados. Ambientes que favoreçam a geração e disseminação de informações são fundamentais para atrair setores de alto conteúdo tecnológico, pois a informação desempenha um papel imprescindível no processo de inovação. A geração desses ambientes requer investimentos em pesquisa e desenvolvimento, em conhecimento sobre a natureza e perfil dos mercados, em equipamentos e processos de disseminação e divulgação de conhecimentos etc.

(II) **Tecnologia da Informação** – A oferta adequada de infra-estrutura de comunicações é um importante fator na organização, coordenação e gestão da produção, além de uma ferramenta para a troca de informações e o intercâmbio de idéias e inovações. Em um cenário em que as etapas do processo de produção se acham distribuídas em diferentes localizações, a existência de redes eficientes de comunicação entre os setores e unidades produtivas é um fator primordial para a competitividade.

(III) **Logística e Infra-estrutura** – Igualmente importante é a existência de redes eficientes de transportes capazes de garantir a rápida conexão entre produtores, fornecedores e clientes em um modelo de produção em que funções antes internalizadas em uma mesma unidade de produção foram terceirizadas em unidades geograficamente dispersas. Em um cenário de globalização o papel das redes e equipamentos de transportes é igualmente relevante para o escoamento da produção em direção a mercados externos. Nesse contexto, a eficiência dos equipamentos portuários e aeroportuários, bem como dos retroportos, é essencial para o desempenho econômico de regiões e nações.

(IV) **Conhecimento** – A existência de bases científicas e tecnológicas e de disponibilidades de recursos humanos qualificados é hoje condição necessária para atrair investimentos em setores de alta produtividade, considerando não apenas a indústria, mas também as atividades primárias e o setor terciário. As associações entre empresas, universidades e centros de pesquisa propiciam o intercâmbio técnico-científico e de experiências, conformando círculos virtuosos que potencializam a disseminação de conhecimento e inovações.

(V) **Cooperação** – A existência, em uma mesma região, de setores correlatos e de apoio, que fornecem insumos e favorecem a distribuição de produtos, é fator que propicia interação vantajosa entre setores, conformando cadeias produtivas que potencializam a competitividade regional. É fator relevante, também, a existência de

[1] Os textos que serviram de base para a elaboração de diversas partes deste Capítulo estarão brevemente disponíveis no site da SEP na internet.

condições para o surgimento de Arranjos Produtivos Locais (*clusters*), ou seja: a concentração geográfica e setorial de empresas envolvendo ações de cooperação entre firmas, governos e instituições não-governamentais, potencializando a capacidade competitiva das empresas, especialmente as de pequeno e médio porte, que vêm ganhando relevância a partir da especialização flexível.

(VI) **Ambiência e Estabilidade** – Um ambiente de estabilidade econômica e social é, ao lado de outros, fator relevante na escolha locacional para investimentos. Nesse sentido, investimentos na área social e de segurança não são apenas fundamentais para a qualidade de vida, mas também altamente relevantes para a competitividade econômica.

O conjunto desses atributos sugere que a competitividade não depende apenas de condições exclusivas das empresas, mas decorre de um conjunto de condições favoráveis apresentadas pelo ambiente no qual elas se localizam, decorrente de iniciativas sinérgicas entre o setor empresarial, governo e setor não-governamental.

Além dos requisitos para a competitividade, um modelo de desenvolvimento sustentável tem como fundamentos básicos políticas de preservação do meio ambiente que garantam a biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas. Requerem também crescimento econômico com eqüidade, ampliação de oportunidades para todos os segmentos sociais a partir da criação de oportunidades de trabalho e emprego.

Ele pressupõe também o aumento da produção industrial com base em tecnologias ecologicamente adaptadas, poupadoras de energia e não danosas ao meio ambiente; o controle da urbanização perversa e fortemente concentrada em alguns poucos centros, em favor de padrões de urbanização mais equilibrados que promovam o desenvolvimento de redes urbanas integradas e complementares, com perfil de ocupação que respeite as limitações impostas pela capacidade de suporte do ambiente natural. É a partir desses princípios gerais que se organiza a ação do Estado em nível setorial com vistas ao desenvolvimento econômico. O restante deste capítulo apresenta essas orientações setoriais, com as ações das Secretarias respectivas.

5.1 Agropecuária e Agronegócio

5.1.1 Dimensão e Principais Atividades

O setor agropecuário *strictu senso* representa apenas 4% do PIB do Estado, mas isso não quer dizer que não seja um **setor dinâmico**. Ao contrário, quando visto em seu conjunto, o complexo agroindustrial paulista representa cerca de um terço do PIB estadual. Isso faz com que São Paulo seja fundamental para as exportações do agronegócio brasileiro, respondendo por mais de 30% do total nacional. Os principais agregados de cadeias de produção nas exportações do agronegócio paulista são bovinos, frutas (destaque para suco de laranja), produtos florestais e cana e sacarídeas.

O diferencial relativo do Estado de São Paulo, diante de outras regiões do país, decorre de três fatores. Em primeiro lugar, o Estado possui o **maior mercado consumidor** nacional, concentrado espacialmente nas áreas metropolitanas expandidas. Em segundo, o Estado concentra forte capacitação no **conhecimento técnico-científico** nas Universidades e Instituições de Pesquisas. Por fim, o Estado dispõe da **melhor infra-estrutura** do país, seja em estradas, portos e benfeitorias de maneira geral.

É possível, analisando-se o valor adicionado e as vantagens relativas do Estado, selecionar os **setores líderes** no desenvolvimento da agropecuária. Existem na agropecuária paulista atividades que são importantes — e continuarão a sê-lo — e outras que se tornarão importantes, pois permitem atuar em novos nichos competitivos. Entre

as atividades principais, **a cana-de-açúcar, a laranja e a pecuária** continuarão importantes e competitivas, desde que sejam superados os gargalos setoriais existentes. Além disto**, atividades não agrícolas**, mas a ela relacionadas, a exemplo do **turismo** rural tendem a ganhar espaço, além daquelas derivadas da preservação do meio ambiente. O **reflorestamento** cresce de importância no país em geral e no Estado de São Paulo em particular. Destaca-se ainda um conjunto de atividades como **olericultura, floricultura, fruticultura, piscicultura e orgânicos**, que buscam nichos de mercado e tendem a crescer, com graus variados de sucesso. De uma maneira geral, a agricultura paulista tende a aprofundar a especialização em atividades de maior valor agregado, com alta integração com a indústria e os sistemas avançados de distribuição.

Quanto à **irrigação**, o Governo do Estado, em articulação com as organizações de produtores, irá identificar as regiões e as culturas com mais potencial para serem irrigadas. Os objetivos principais são: (I) apoiar a elaboração de projetos de irrigação que busquem a captação de financiamento; (II) elaborar os planos de manejo por sub-bacias hidrográficas para compatibilização do uso agrícola da água com os demais usos, especialmente urbano; e (III) associar os projetos de irrigação ao bom manejo do solo de modo a garantir a redução da erosão e perda de solos.

A seguir, uma qualificação que permite detalhar essas afirmativas e contribui para a identificação das políticas públicas necessárias para amplificar as vantagens estaduais.

Cana-de-Açúcar e Álcool: o Estado de São Paulo é o maior produtor brasileiro de cana, açúcar e álcool e tem em seu território os maiores processadores de cana da Região Centro-Sul. O setor sucro-alcooleiro de São Paulo responde por 60% da produção nacional e por 70% das exportações. Essa atividade continuará importante no período desse PPA.

Para o açúcar, cujas exportações cresceram de forma significativa, ocupando mercados do leste europeu, a modernização do setor no Estado de São Paulo está, e deverá se manter, à frente dos demais Estados, com a disseminação de mecanização no plantio e corte da cana crua, automação e controle de processos industriais, produção de açúcar líquido e outros produtos de maior valor adicionado.[2]

No álcool, o Brasil , em geral, e São Paulo, em particular, também é o maior produtor e altamente competitivo. As possibilidades de exportação de álcool, embora crescentes, ainda são pequenas, a despeito do apelo não poluente do produto para ser usado como combustível ou como aditivo da gasolina em substituição ao MTBE e da pressão internacional para a redução das emissões de CO_2 que abre uma grande oportunidade para o setor, através do mecanismo do desenvolvimento limpo. Do ponto de vista do mercado interno, a produção tem se destinado ao consumo, cada vez menor, da atual frota de veículos e à mistura na gasolina. Aqui, o filão de crescimento do álcool combustível pode vir pela expansão da demanda derivada do lançamento do carro híbrido que permite o uso de álcool ou gasolina em qualquer proporção.[3]

Citricultura: O Brasil é o maior produtor mundial de laranja com cerca de 34% do total da produção mundial da fruta e 47% da produção mundial de suco de laranja. O

[2] Essa atividade apresenta duas características nos anos recentes: de um lado, com a expansão dos programas de co-geração, muitas usinas viram, na verdade, unidades de produção de energia de várias formas; de outro lado, diversas avançam na direção da agregação de valor na cadeia da alimentação.

[3] As vantagens comparativas do setor sucro-alcooleiro em termos de mão-de-obra barata, fertilidade e qualidade do produto são inquestionáveis. Essa competitividade impacta positivamente a indústria, especialmente de bens de capital e implementos agrícolas, que fazem de São Paulo o principal fornecedor internacional de tecnologia e equipamento para a expansão da produção de açúcar e álcool no plano internacional. Outra importante fonte de incrementos de produtividade é o investimento em P&D no sentido de melhorar as variedades agrícolas, tornando-as mais resistentes.

suco de laranja é um dos mais importante itens da pauta de exportações brasileiras, com uma média de US$ 1 bilhão ao ano. A citricultura brasileira está concentrada no Estado de São Paulo, particularmente nas regiões de Bebedouro, Araraquara e Limeira. O Estado responde por 80% da produção nacional e concentra 90% da capacidade de processamento da fruta. A indústria brasileira de suco de laranja é reconhecida como a mais competitiva do mundo. Além de ter um custo de produção menor do que o de seus principais competidores, a produtividade média cresceu 30% na última década, atingindo 600 caixas por hectare em 2002. O custo operacional em São Paulo é cerca de 70% do custo na Flórida, principalmente não necessitar de irrigação e pelo menor custo da mão-de-obra. Além disso, os custos de colheita e transporte são apenas 30% dos praticados na Flórida. Essa atividade também continuará importante no futuro. A ação pública, especialmente no âmbito do Estado de São Paulo, se focaliza no auxílio à solução de problemas tecnológicos do setor e na infra-estrutura de suporte à exportação.

A infra-estrutura de exportação é a mais moderna existente no Estado, com navios especializados e facilidades portuárias. Mas há necessidade de melhorias nos serviços e de uma nova logística para sucos pasteurizados, além do fato de que a diversificação de mercados internacionais exige um permanente investimento nessas atividades.

Em termos da agenda de pesquisa, sem dúvida os problemas fitossanitários são os mais importantes. Pragas como o "amarelinho" e o "cancro cítrico" aumentam o custo de produção e afetam a competitividade do setor. A FAPESP tem estimulado, em conjunto com a FUNDECITROS, redes de pesquisa do genoma nessas áreas, ainda que resultados mais expressivos, em termos econômicos, só devam surgir no futuro próximo. A estratégia de estimulo à inovação conta hoje com novas empresas apoiadas por fundos privados de capital de risco que se concentram na descoberta de aplicações de pesquisa do genoma para a citricultura. Em paralelo, o Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio de Citros Sylvio Moreira (CAPTACSM), em Limeira, desenvolveu, com apoio do CNPq, variedades e mudas resistentes de grande importância para o setor.[4]

Essa agenda de pesquisa também traz consigo a necessidade de desenvolver e adaptar novas variedades de frutas frescas que tirem proveito da maior competitividade da citricultura paulista nesses mercados, ainda que existam barreiras ao comércio mais elevadas nesse segmento. Por fim, há ainda que pesquisar novas formas de distribuição a granel de suco pasteurizado, que envolve riscos e custos elevados.

Ações estaduais que viabilizem consórcios e parcerias estratégicas na pesquisa sobre esses temas são mecanismos capazes de assegurar a competitividade a médio prazo da citricultura paulista, que está presente em grande número de municípios do Estado.

Do ponto de vista da atividade exportadora, o incentivo público tem que se situar no quadro mais geral de incentivo às exportações. A agenda aqui inclui posicionamento mais contundente nas negociações comerciais, busca de novos mercado e redução de custo Brasil.

Pecuária: A atividade pecuária no Estado de São Paulo vem se alterando, refletindo mudanças estruturais importantes. Entre essas se destaca a melhoria da qualidade das pastagens, que possibilitou a elevação do padrão genético do gado. Destacam-se ainda os cruzamentos industriais a partir de reprodutores de raças melhoradas e o aparecimento de uma atividade nova, altamente intensiva em conhecimento e sofisticada, que é a criação e melhoramento de raças puras. Dada a

[4] Apesar disso, a evolução de uma nova doença – a "morte súbita" – atesta que a maior dificuldade estrutural da citricultura paulista está na baixa variabilidade genética de suas plantas, praticamente todas baseadas no mesmo tipo de enxerto, o que as torna extremamente vulneráveis ao desenvolvimento de novos doenças.

perspectiva de crescimento devido aos incentivos à exportação e o aumento da demanda mundial por proteína animal nos países em desenvolvimento, a pecuária paulista apresenta boas perspectivas. Para tanto, ela deve se preparar, através da manutenção do controle da febre aftosa e da adoção de demais cuidados com questões sanitárias e também da introdução de mecanismos que permitam rastrear a cadeia produtiva até a origem do boi. Políticas públicas voltadas para a montagem de uma eficiente infra-estrutura de informação serão utilizadas nesse sentido, bem como no estímulo à rotação de pecuária com grãos, como já vem ocorrendo em algumas áreas do Estado.

Café: O Brasil é o país de menor custo de produção no cultivo de café arábica e o segundo maior em produtividade do café robusta, atrás apenas do Vietnã. No entanto, o país vem perdendo espaço no mercado externo para países com produto de melhor qualidade. O Estado de São Paulo é o terceiro maior produtor nacional, atrás de Minas Gerais e Espírito Santo. O Estado responde por cerca de 12% da produção nacional, toda ela concentrada na variedade arábica (5,8 milhões de toneladas de sacas).

A despeito de São Paulo ter perdido nos últimos anos peso relativo na produção nacional, existe espaço para expansão dessa atividade segundo dois caminhos. De um lado, o plantio da variedade robusta em áreas como o Oeste Paulista.[5] De outro lado há a trajetória de agregação de valor na variedade arábica, via fabricação de cafés de tipo especial, cuja demanda é crescente em escala mundial. Essa inserção exige pesquisa agronômica, melhoria nos padrões de classificação, marketing, abertura de novos canais de comercialização e esforço negocial internacional nas questões comerciais — todas elas, ações em relação às quais o Estado detém notório conhecimento.

Com relação ao processo industrial, apesar de o país possuir um segmento cafeeiro competitivo, as torrefadoras ainda estão voltadas basicamente para o atendimento do mercado interno. É necessário modernizar o parque instalado, através de processos informatizados, máquinas e equipamentos mais modernos na moagem, torrefação e embalagem do produto. A busca de competitividade exige acrescentar valor ao produto com a melhora da qualidade da bebida, sendo para isso necessário o desenvolvimento de novas misturas varietais (*blends*) para a obtenção de sabor e aromas mais sofisticados, adequados a novos consumidores.

O aprimoramento genético do parque cafeeiro também é importante, com o plantio de cultivares mais produtivos e resistentes a doenças e pragas. São Paulo possui excelentes condições de desenvolvimento tecnológico na área genética, através dos institutos de pesquisa e universidades, como o Instituto de Tecnologia de Alimentos – ITAL e o Instituto Agronômico de Campinas, além do suporte da FAPESP. Novos cultivares, novos métodos de cultivo e processamento de grãos (secagem e armazenamento) podem elevar a produtividade e melhorar a qualidade dos grãos de café.

O Governo de São Paulo e o setor privado irão, no âmbito desse PPA, reforçar as ações previstas no Plano de Marketing para cafés especiais organizado pela Associação Brasileira de Cafés Especiais, com apoio da APEX. Igualmente importante será auxiliar na organização e difusão das melhores práticas junto ao setor, que em São Paulo tem presença importante nas regiões da antiga Mogiana (Mococa, São Sebastião da Grama e Espírito Santo do Pinhal) e nas proximidades de Botucatu (Avaré, Tejupá e Piraju).

Reflorestamento: O Estado de São Paulo concentra 770 mil ha de área reflorestada (17% da área nacional reflorestada), o que corresponde a 3% de sua

[5] A variedade robusta, apesar de menos valorizada, tem condições melhores de desenvolvimento, sem problemas de doenças como o nematóide que assola os cafezais de variedade arábica, além de poder usufruir o clima, solo e infra-estrutura da região. O café robusta também tem um uso mais diversificado podendo ser usado na indústria de café solúvel e na confecção de *blends.*

superfície. O desenvolvimento dessa atividade, inclusive para o fornecimento de madeira com selo verde para fabricação de móveis e para uso como energético, depende do adequado encaminhamento de políticas públicas de apoio.[6] Adicionalmente, a exportação de móveis com selo verde tem boa aceitação no mercado internacional. O consorciamento de eucaliptos com pastagens destinadas a exploração extensiva de pecuária de corte deve ser estimulado, além da importância que o reflorestamento tem para a competitividade do setor de papel e celulose..

Borracha: São Paulo responde por 50% do total da borracha produzida no país. Tem condições climáticas adequadas para o desenvolvimento da cultura sem o ataque do "mal das folhas", doença que prejudica os seringais na Região Amazônica. A relativa imunidade da borracha paulista diante de doenças típicas não elimina a necessidade do desenvolvimento de melhoramentos genéticos, para fazer frente a novos problemas.[7]

Fruticultura: A fruticultura é um dos nichos com boas possibilidades de desenvolvimento no Estado. Sua vantagem deriva de dois conjuntos de fatores. De um lado, elevada rentabilidade e potencial gerador de empregos e, de outro, possibilidade de crescimento dada a demanda externa. Em São Paulo, a região formada pelos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Valinhos e Vinhedo forma o principal pólo da fruticultura paulista (excetuando-se a citricultura). Sua vantagem comparativa é dada pela localização próxima do maior mercado consumidor do país e pela disponibilidade de infra-estrutura de transporte. Também merece destaque a produção de frutas, especialmente maracujá, na região de Marília, no Centro-Oeste paulista. O gargalo na produção para exportação está na ainda deficiente estrutura de comercialização.

Floricultura: A produção brasileira de flores tem crescido a taxas superiores a 15% ao ano desde a década de 90. Essa produção tem importância pela capacidade geradora de empregos e pelo valor da produção, sendo São Paulo a principal região produtora do país com cerca de 70% da oferta total. A produção está concentrada em 20 municípios situados num raio de 100 km dos principais canais de escoamento: Veiling Holambra, Ceasa/Campinas e Ceagesp. Além do mercado interno, o crescimento das vendas externas da floricultura paulista é um filão a ser explorado, desde que se desenvolva uma ação coordenada de promoção setorial.[8] O produtor de flor, para atingir qualidade e competitividade, necessita estar familiarizado em termos de tecnologia e regras fitosanitárias, além de informações de mercado. Nesse sentido, o governo estadual e o setor privado farão esforços para atuar em conjunto para a formação de associações de produtores que partilhem conhecimento e custos.

Mandioca: Há um novo ímpeto para o mercado de mandioca, derivado do crescimento da demanda de amido de mandioca para uso substitutivo do amido de milho em vários processos industriais. O desenvolvimento de estudos e o incentivo ao uso da fécula modificada de mandioca na indústria de papel, alimentos, têxtil e química, podem fazer parte de um projeto estruturado mais global, que devem contar com apoio das instituições de pesquisa e das fontes de financiamento existentes em São Paulo, a exemplo da FAPESP.

---

[6] Vale lembrar que o m^3 de eucalipto tem o mesmo valor energético de um barril de petróleo.

[7] A pesquisa em São Paulo concentra-se na Embrapa e no IAC e centra-se no desenvolvimento de clones tolerantes a doenças.

[8] Com exceção de Holambra, que investe numa ação de curto e longo prazo para exportação, o restante das áreas ainda precisa se organizar.

Piscicultura: essa atividade, embora ainda de pequena expressão, é vista como promissora. Os grandes indutores da maior participação desta atividade no Estado têm sido os pesque-pague. São Paulo é um Estado rico em hidrografia, que tem boa infra-estrutura e comércio desenvolvido de materiais específicos. Como política pública, recentemente foi regularizada a criação de peixes em represas. Dado que São Paulo tem 1,5 milhão de hectares de represas passíveis de serem usados para consumo, industrialização e exportação de peixes, este estímulo adicional deve se transformar em resultados concretos de renda regional.

Apicultura: O Brasil tem aumentado sua participação no comércio exterior de mel natural. São Paulo, embora não seja o maior produtor nacional de mel, é expressivo no comércio exterior, respondendo por 45% das vendas deste produto em 2002. A manutenção e eventual ampliação das vendas externas do produto dependem de o Brasil conseguir manter o espaço aberto pela China e Argentina, no passado recente. O país possui tecnologia suficiente para um aumento de produção no curto prazo, mas será preciso esforço continuado de pesquisa para dar conta das restrições que ainda existem. O espaço para aumentar as exportações vem da venda de mel orgânico e de produtos de marca com mais valor agregado, inclusive a própolis.

Orgânicos: O Brasil, a exemplo do que ocorre no resto do mundo, tem apresentado taxas de crescimento na produção de orgânicos acima de 40% ao ano. É, certamente, um nicho de mercado num país com a distribuição de renda brasileira; que pode ser explorado, inclusive via comércio exterior. Visto que São Paulo, e mais particularmente a Região Metropolitana Expandida, detém potencial de consumo e que a pesquisa é diferencial positivo da região, a atividade orgânica pode vir a ter um crescimento importante nos próximos anos. A grande dificuldade para a expansão da agricultura orgânica, além da renda, está na restrição da oferta, ainda descontínua, de uma maneira geral. Para maior conversão de sistemas convencionais em orgânicos será necessária uma política que dê conta da construção de legislação, consolidação de padrões, diminuição de custos de certificação e incentivos direcionados para o aumento da oferta para os mercados internacional e interno. Além do fortalecimento de legislação é preciso organizar um sistema de informações ao mercado eficiente para auxiliar os produtores na escolha do que produzir, como comercializar e se adequar a padrões internacionais.

5.1.2 Recorte Espacial da Produção

A análise segundo o corte territorial permite distinguir sete áreas com características e problemas distintos:

?? A Região Oeste, englobando as meso-regiões de Presidente Prudente e de Araçatuba tem como características fundamentais o predomínio da pecuária de corte como atividade principal, a presença de explorações agropecuárias de tamanho mais elevado e a baixa presença de agroindústrias e de outras atividades industriais.

?? A Região Noroeste, conhecida antigamente como Mogiana, é composta pelas meso-regiões de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba e Campinas. Ela concentra a agricultura de maior valor comercial do Estado, em particular as atividades dos complexos agroindustriais da cana de açúcar e da laranja.

?? A Região Centro-Oeste, que engloba as mesorregiões de Bauru, Marília e Assis, tem na produção de grãos e de café suas atividades agropecuárias principais. As agroindústrias da região estão centradas na transformação em óleos e farelos.

?? A Região Centro-Sul, que reúne as mesorregiões de Itapetininga e Macro Metropolitana Paulista, concentra as atividades do cinturão verde do entorno metropolitano e as principais áreas de reflorestamento do Sul do Estado. Nela também são importantes a pecuária de pequenos animais e a suinocultura.

?? A Região Litoral Sul compreende a mesorregião do mesmo nome (Litoral Sul Paulista). Ela inclui, fundamentalmente, o Vale do Ribeira, onde os destaques são a produção de banana e espécies outras frutíferas, além do turismo ecológico.

?? A Região do Vale do Paraíba, que também compreende a mesorregião do mesmo nome, é uma importante produtora de leite.

?? A Região Metropolitana de São Paulo abrange a meso-região do mesmo nome. Em função da urbanização, sua participação na produção agropecuária paulista é menos expressiva, mas a agroindústria e a olericultura são muito relevantes.

5.1.3 Oportunidades e Limitações do Setor

Mercado de Trabalho: No conjunto da economia brasileira, a agropecuária responde por cerca de 16 milhões de pessoas empregadas (23% do total) e o agronegócio por 30 milhões (42% do total). O agronegócio, além de grande empregador em si, tem a vantagem comparativa de empregar de forma descentralizada, mantendo o emprego no interior do país. No Estado de São Paulo, da mesma forma, o meio rural continua a ser um empregador importante. O fato gerador do emprego é que está em transformação. Atualmente, as tradicionais atividades produtivas, a despeito do seu peso, já não são suficientes para explicar a dinâmica do emprego e da população que vive na área rural. Deve ser incorporado na análise além das atividades rurais não agrícolas como o turismo, todo o conjunto de atividades novas, de nicho, mas que são intensivas em mão-de-obra. Nesse grupo destaca-se a olericultura, fruticultura de mesa e floricultura. Não se deve confundir a aceleração da urbanização brasileira decorrente do êxodo rural com perda de dinamismo na agricultura. A população pode não ser rural, pode estar urbanizada, mas continua tendo a dinâmica de seu provento mensal nas atividades ligadas à produção rural.

Logística: São Paulo possui a melhor base de infra-estrutura do país. Tem 220 mil km de estradas rurais em terra e 30 mil km de rodovias asfaltadas. O Estado tem uma posição geográfica estratégica, como caminho, inclusive, do escoamento do grão do Centro-Oeste pelo porto de Santos. Nesse sentido, e condizente com uma política de incentivo ao comércio exterior, deve-se buscar o desenvolvimento da intermodalidade de transportes e a ampliação das atividades portuárias. O escoamento da safra do Centro-Oeste, pelo sistema ferroviário que passa por São Paulo, pode vir a ser indutor de desenvolvimento estadual, se atividades de logística forem desenvolvidas ao longo da ferrovia. Também é fundamental o deslanche do projeto do ferroanel. O escoamento por terra, para o porto de Santos, passa pela continuidade das obras do Rodoanel, na ala sul. Da mesma forma, o transporte fluvial, via hidrovia Tietê-Paraná também precisa ser estimulado. Se a política do governo federal visando ao fortalecimento do Mercosul se concretizar, haverá incentivo ao desenvolvimento de um sistema regional de transportes eficiente. Na área de armazenagem, São Paulo é bem servido de estrutura privada e pública. A estrutura de armazenagem do setor público, coordenada pela Ceagesp, embora venha perdendo peso relativo, ainda é a maior rede de armazéns do Estado de São Paulo, a serviço da agroindústria. São 40 unidades, de diferentes tipos (graneleiros, armazéns de carga geral), com destaque para o armazenamento de açúcar. O setor público continua

importante na rede de distribuição de "sacolões", que no interior tem o conceito Ceagesp: o produtor vende diretamente ao consumidor.

Comércio Exterior: a ampliação do comércio exterior brasileiro faz parte da agenda do país como um todo e também do Estado de São Paulo. Hoje, as exportações paulistas representam 32% das vendas totais do país, colocando o Estado na primeira posição por Estado. No setor do agronegócio, são importantes carnes, açúcar e suco de laranja. Além dos mercados tradicionais, como os EUA, novos mercados vêm ganhando espaço, a exemplo da China e Rússia. Dentro da linha de aumentar a exposição paulista no mercado externo, o Governo do Estado de São Paulo criou em abril de 2003 o Conselho Estadual de Relações Internacionais e Comércio Exterior - CERICEX, como órgão orientador da política de comércio exterior paulista. A idéia é facilitar a exportação em geral, e a das pequenas e médias empresas paulistas, em particular. Uma das linhas de ação é a construção, em parceria com o setor privado, do agroporto em Cubatão. Além disso, será prioritário a implantação de pólos industriais para exportação, reunindo empresas de uma mesma região e/ou setor e a criação de um centro estadual de logística para orientar e facilitar o acesso dos empresários menores ao exterior. Também serão incentivadas a organização de missões comerciais e a promoção de feiras e exposições. Além das medidas acima deverá fazer parte da estratégia pública o melhoramento do escoamento da produção do Estado pelo Porto de Santos, duplicação da Rodovia dos Imigrantes, a Asa Sul do Rodoanel e a instalação, junto com o Ministério dos Transportes, das obras do Ferroanel.

Disponibilidade de água: uma das limitações ao desenvolvimento do Estado é a oferta de água, dada a competição por sua utilização para diferentes finalidades. Nessa competição está inserida a agropecuária. O governo do Estado está atento à questão e procura projetar programas de racionalização do uso da água.[9] Finalmente existem problemas de assoreamento de barragens o que reduz o volume de água disponível para os diversos usos.

5.1.4 Conclusão

Um retrato do setor agrícola paulista revela a convivência de setores altamente desenvolvidos, sensíveis às sinalizações dos mercados doméstico e internacional e absorvedores de tecnologia de ponta, convivendo com segmentos menos dinâmicos e que possuem espaço para aumentar sua eficiência. Em diversas regiões há espaço para a introdução de tecnologias disponíveis no mercado e maximização dos recursos existentes. As políticas públicas irão colaborar nessa direção pela indução à difusão de tecnologias, incremento do associativismo e pesquisas. Há um espaço para que o Estado atue complementando e catalisando ações que os agentes individuais não estão conseguindo realizar, colaborando desta forma para que esse conjunto consiga maximizar seus resultados. Ademais, caso essas ações do Estado possibilitem melhor eficiência dos agentes individuais, certamente se observará uma maior disseminação das atividades no espaço do Estado de São Paulo, trazendo conseqüências positivas para redução da excessiva centralização das atividades nas áreas metropolitanas.

O foco da agropecuária e do agronegócio de São Paulo no futuro será a indução sustentável rumo à agregação de valor e das exportações. A agropecuária brasileira é uma das mais competitivas do mundo. O país é dinâmico em soja, açúcar, laranja, madeira, café e carnes e tem aberto espaço para novos produtos. Na realidade é a evolução recente

[9] Já existem atualmente no norte do Estado restrições por parte de algumas prefeituras ao uso da água para irrigação; ademais a regulação atual permite a cobrança pela utilização da água nas bacias hidrográficas.

do *agribusiness* em geral – e da agropecuária em particular – que tem permitido ao país crescer, uma vez que nos últimos anos, o *agribusiness*, principalmente o exportador, tem tido taxas de crescimento substancialmente superiores à média nacional. Dentro do agronegócio, o papel do Estado de São Paulo é decisivo. São Paulo produz e exporta a maior parte da cana-de-açúcar, da laranja e tem posição de destaque na pecuária. É também fundamental no processo de desenvolvimento e ocupação de nichos, diversificando a pauta de produção e de exportações. Nos próximos anos, será fundamental ampliar ainda mais a competitividade e diversificar o agronegócio paulista. São Paulo tem todas as condições para fazê-lo.

5.1.5 Ações da Secretaria de Agricultura

As intervenções estaduais para o desenvolvimento do agronegócio exigem um processo de ação convergente, a partir da articulação de políticas públicas, bem como a concretização da logística sobre a qual as cadeias de produção movimentarão seus processos de geração de renda e de emprego. O aprimoramento da logística implica manter São Paulo na vanguarda da excelência nacional. Isso implica implementar os projetos de Galpões e Pontes Metálicas, criação do CIASP e CIAFLORES, MELHOR CAMINHO, Promoção das Exportações, Articulação com Conselhos de Desenvolvimento Regional e Câmaras Setoriais entre outros projetos de agregação de valor direcionados para as cadeias de produção do agronegócio.

O agronegócio familiar é a mais importante alternativa de geração de emprego e renda na economia paulista. O Programa de fortalecimento do Agronegócio baseia-se na visão do desenvolvimento com democracia. Ele trabalha com capacitação, assistência técnica dirigida e disponibilização de máquinas, no sentido de dar igualdade de oportunidade a agricultores familiares, produtores e pequenas agroindústrias, dando-lhes condições de competir no mercado e ampliar a conquista de novos mercados; seu foco é dirigido para que pequenos produtores tenham acesso a financiamento e a seguro com taxas adequadas, estimulando as cadeias de produção do agronegócio, por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - FEAP, o Banco do Agronegócio Familiar, e articulando ações estaduais para obter recursos do PRONAF para financiamentos setoriais e para projetos regionais.

Já o Programa de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável busca o aumento da competitividade do agronegócio e fornecimento às comunidades locais dos meios necessários para deslanchar o processo de desenvolvimento econômico, promoção da cidadania e preservação ambiental. É imprescindível a atuação do Estado para garantir a qualidade das ações públicas, assegurar o cumprimento das metas previstas no acordo de empréstimo com o BIRD, implantar sistemas de produção agropecuária no conceito de Microbacias Hidrográficas, com participação da comunidade e garantia da sustentabilidade socioeconômica e ambiental. O plano de intervenção tem também como finalidade ampliar as oportunidades de ocupação, melhorar os níveis de renda, aumentar a produtividade e promover a reorientação técnico-agronômica. Outro aspecto é a identificação de oportunidades de turismo rural, organização de associações, capacitação de agentes, promoção de campanhas de divulgação e implantação de sistemas sustentáveis de turismo rural associados ao processamento artesanal de alimentos e de artesanato em geral. Assim, o desenvolvimento de sistemas de produção econômica de frutas de alto padrão e com qualidade controlada, com métodos ecologicamente mais seguros, por meio da organização das cadeias de produção, com criação de normas de padronização, visa a agregar valor à fruta como produto final processado, disponibilizar produtos mais seguros para o consumidor, melhorar a eficiência do manejo dos recursos naturais e aumentar a competitividade no mercado. Abastecer os agricultores com

sementes e mudas de culturas de alimentação básica e de frutíferas, comerciais ou silvestres e espécies florestais nativas, nas quais a iniciativa privada não atende ao mercado, também é função deste programa, que ainda abrange a implantação de sistema informatizado de informações técnicas do agronegócio paulista, mantendo atualizado pelo recadastramento anual de 60 mil propriedades rurais, o banco de dados do LUPA, com informações sobre área cultivada dos municípios, para fins de distribuição de ICMS.

No que toca à alimentação e nutrição, e atendendo ao objetivo de governo solidário, o Projeto VIVALEITE, direcionado a crianças e idosos de família de baixa renda, assegura o acesso a leite enriquecido, com qualidade monitorada, minimiza a ocorrência de desnutrição e dá oportunidade aos pecuaristas de auxiliar o escoamento da produção.

Conjugar o estímulo à produção de alimentos e seu escoamento a projetos de segurança alimentar, assegurando o acesso da população de baixa renda a alimentos com qualidade, diversidade e alto teor nutricional, também é objetivo de outros projetos como Cesta para Idosos, Bom Prato, Bom Lanche, uma vez que, no Estado de São Paulo, o PNAD 2001 identificou 2.350 mil famílias com renda insuficiente para garantir sua segurança alimentar, portanto, vulneráveis à fome.

Já a ação Certificação de Qualidade do Produto de São Paulo – Selo São Paulo – tem por escopo certificar produtos de origem agrícola, pecuária e agroindustrial visando à competitividade do agronegócio paulista nos mercados interno e externo.

A Defesa Sanitária do Agronegócio para Proteção da Saúde do Homem e do Meio Ambiente é um programa que reúne a maioria das ações que caracterizam o trabalho de defesa agropecuária no Estado. O Governo prestador de serviços de qualidade exige ações quanto ao controle uso de agrotóxicos, preservação de culturas, exploração do solo e da água, a qualidade dos alimentos e o combate às zoonoses para promoção da manutenção saúde humana e do meio ambiente.

A eliminação de barreiras sanitárias para exportação é um programa que reúne as ações que permitirão à defesa agropecuária atender aos setores exportadores do agronegócio paulista em seu objetivo de obter reconhecimento internacional da sanidade de seus produtos. Seus impactos, muito mais amplos que os diretamente gerados sobre saldos da balança comercial, refletem-se na capacidade de geração de emprego e renda do agronegócio paulista.

A Inovação Tecnológica para a Competitividade do agronegócio – AGROINOVA SÃO PAULO reflete a liderança paulista no Brasil. Essa liderança deriva da incorporação de inovações tecnológicas produzidas pela geração e transferência de conhecimentos aplicados ao conjunto das cadeias de produção e à diversidade de realidades regionais, com base na pesquisa pública. São Paulo é, como vimos, líder nacional na produção de cana, laranja e na pecuária, sendo a plataforma exportadora mais importante do agronegócio nacionais. Isso implica manter 58 laboratórios com padrões internacionais, implementar planos de desenvolvimento do agronegócio municipais nos 51 municípios paulistas de menor IDH, consolidar os pólos regionais de desenvolvimento, desenvolver pesquisas para geração e adaptação de conhecimentos aplicados às cadeias de produção especiais (visando a explorar oportunidades de mercado com produto diferenciado pela qualidade e a expansão das lavouras de grãos e fibras e de hortícolas), elevar a qualidade e a competitividade da cadeia de produção de proteína animal e de produção de açúcar e álcool. Outras ações da Secretaria incluem: atuar na redução da exclusão social pela transferência de tecnologia para jovens em processo de educação para o trabalho; implantação de produção de frutas e olerícolas de mesa em ambiente protegido – hidroponia; implantação do Sistema de Informações Hidrometeorológicas, estruturação para implantar rede telemétrica meteorológica com aproveitamento de estações existentes, disponibilizar banco de dados para apoiar os

produtores rurais com prognósticos do tempo e do clima, dando suporte aos estudos de preservação dos recursos hídricos e à defesa civil.

5.2 Estratégia de Indústria

5.2.1 São Paulo: Desenvolvimento da Indústria e Mudanças nos Padrões Espaciais

A história de São Paulo confunde-se com a história da indústria e da tecnologia no Brasil. Foi a partir do café que o Estado consolidou seu papel de liderança na industrialização brasileira. No pós-guerra, especialmente durante o período do Plano de Metas, os investimentos nos setores de bens de consumo duráveis – em particular na indústria automotiva – reforçaram ainda mais o papel do Estado. Esse processo foi reforçado durante o ciclo de crescimento do final da década de sessenta a meados da de setenta. Ao longo desses anos ocorreu também uma integração progressiva com todas as demais regiões do Brasil. Os fluxos internos de comércio se ampliaram significativamente e o desenvolvimento de São Paulo expandiu as oportunidades de crescimento nas demais regiões brasileiras.

Desde os anos setenta, no entanto, a forma de articulação de São Paulo com o restante do país foi se alterando segundo um processo caracterizado pela desconcentração regional da indústria. A participação do Estado na indústria do país decresceu sensivelmente desde então: depois de ter chegado a 58% em 1970, essa participação chegou a 52% em 1985.

Mas é importante e oportuno observar também que a redução de importância relativa se restringiu apenas à região metropolitana de São Paulo. De fato, enquanto o peso dessa região no total do país caía de 44% para 29% entre 1970 e 1985, o restante do Estado aumentava sua participação de forma extraordinária, passando de 15% para 23% do total e suplantando por larga margem, inclusive, o segundo pólo industrial do país, o Estado do Rio de Janeiro.

Isso indica que nem toda a indústria paulista foi afetada – ou, ao menos, foi afetada de forma diferenciada – durante o período que vai da fase de crescimento acelerado do começo dos anos 70 à fase inicial da crise da dívida externa dos anos 80, e seus desdobramentos internos no que toca às peculiares formas adotadas pela política econômica doméstica. A Tabela a seguir resume a evidência quanto à evolução da estrutura industrial nesse período.

Tabela 5.1

Distribuição Regional da Indústria de Transformação (%)				
Regiões e Estados Selecionados	**1970**	**1975**	**1980**	**1985**
BRASIL	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Norte	**0,8**	**1,3**	**2,4**	**2,5**
Nordeste	**5,7**	**6,6**	**8,1**	**8,6**
Nordeste (menos BA e PE)	2,0	2,3	2,6	2,8
Bahia	1,5	2,1	3,5	3,8
Pernambuco	2,2	2,2	2,0	2,0
Sudeste	**80,7**	**76,3**	**72,6**	**70,8**
Minas Gerais	6,5	6,3	7,7	8,2
Espírito Santo	0,5	0,6	0,9	1,2
Rio de Janeiro	15,5	13,5	10,6	9,5
São Paulo	58,2	55,9	53,4	51,9
RMSP	43,5	38,8	33,6	29,4
Restante do Estado	14,7	17,1	19,8	22,5
Sul	**12,0**	**14,8**	**15,9**	**16,7**
Paraná	3,1	4,0	4,4	4,9
Santa Catarina	2,6	3,3	4,1	3,9
Rio Grande do Sul	6,3	7,5	7,3	7,9
Centro-Oeste (1)	**0,8**	**1,0**	**1,1**	**1,4**

Fonte: Dados Brutos: Fundação IBGE. Censos Industriais de 1970, 1975, 1980 e 1985.
(1) Inclui o Estado de Tocantins.

Esse processo de desconcentração manteve-se, com maior ou menor intensidade, nas distintas fases que marcaram o restante das décadas de oitenta e noventa, dependendo do ritmo de crescimento da economia e do investimento. Isso é mostrado na Tabela 5.2 e no Gráfico que a acompanha,[10] onde se observa claramente que a redução do peso da indústria paulista no total do país diminui muito mais rapidamente do que o total do PIB de São Paulo no total do PIB brasileiro. Isso indica que os demais setores, à exceção da Indústria de Transformação, aumentaram de participação em relação ao total do país. Como veremos, o setor de serviços foi o principal beneficiário desse processo.

[10] Deve-se observar que os conceitos de valor adicionado a preço básico, que serviu de base para a construção dessa tabela, é diferente do conceito de Valor da Transformação Industrial, que serviu de base para os dados da Tabela 5.1. Dessa forma, os resultados não são estritamente comparáveis.

Tabela 5.2

Participação do Estado de São Paulo no Valor Adicionado Bruto do Brasil, a Preço Básico, na Indústria de Transformação e no PIB a preços de mercado (Em %)		
Anos	**Indústria de Transformação**	**PIB**
1985	51,58	36,12
1986	51,47	35,73
1987	52,79	37,72
1988	52,02	38,14
1989	49,87	37,77
1990	48,25	37,02
1991	46,41	35,26
1992	45,44	35,49
1993	45,49	34,88
1994	44,53	34,15
1995	45,71	35,47
1996	43,75	34,93
1997	43,96	35,47
1998	43,53	35,46
1999	41,79	34,94
2000	42,05	33,67

Fonte: SEADE; IBGE

Deve ser destacado que poucos setores (exemplo de áudio e vídeo) se mudaram de fato de São Paulo para outras regiões. Em geral, nos períodos de crescimento, essa desconcentração ocorreu porque novas plantas industriais eram implantadas em outros Estados. Assim foi durante o período do II PND, em meados da década de oitenta ou no miniciclo de investimentos da metade da década de noventa. Cada vez mais foi sendo moldado um padrão de evolução que de forma sintética se pode resumir da seguinte forma:

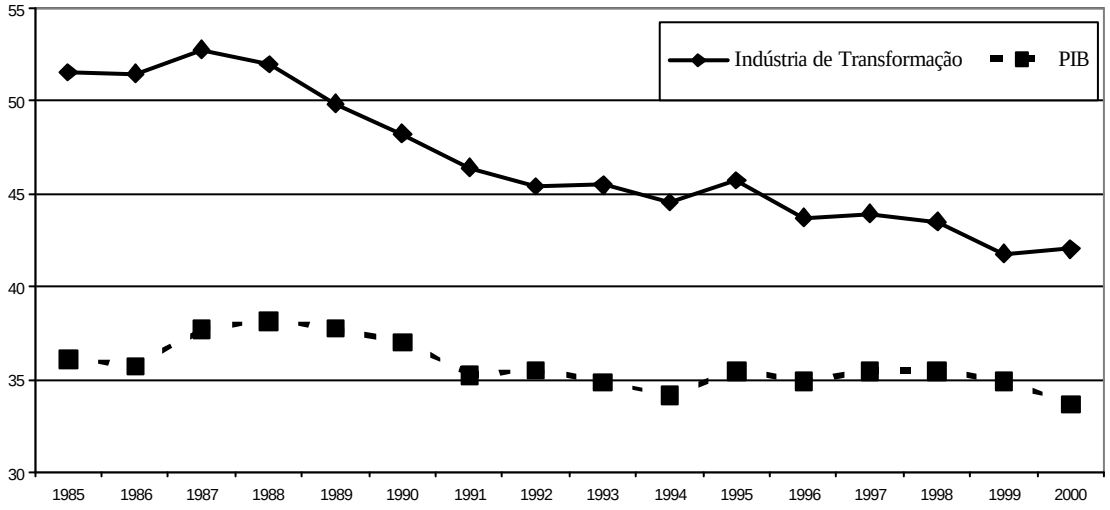
1. Setores intensivos em recursos naturais, como extração mineral, alumínio, celulose, agroindústria do segmento de grãos/carnes, muitos dos quais voltados ao mercado externo, ampliaram sua capacidade junto às fontes de matérias-primas ou em regiões portuárias associadas a essas fontes, em geral fora de São Paulo.
2. Segmentos de bens duráveis de consumo tenderam a apresentar uma desconcentração mais limitada ao Sul e Sudeste do Brasil, como ocorreu com o setor automotivo ou com a linha branca, mantendo, contudo, participação importante em São Paulo, que recebeu novos investimentos.
3. Segmentos de bens de consumo se desconcentraram de forma mais intensa, buscando reduzir custos de produção e atender ao crescimento de novos mercados.
4. Nas indústrias de bens intermediários mais intensivos em capital (siderurgia, petroquímica, refino, etc.), os investimentos consolidaram os pólos já existentes, sem grandes mudanças no panorama da distribuição regional.
5. Segmentos mais intensivos em tecnologia, com destaque para informática e telecomunicações, tenderam a se concentrar em São Paulo, aproveitando-se das externalidades existentes e da melhor logística para insumos.

Dentro de São Paulo, esse novo padrão de distribuição da atividade produtiva assumiu uma característica que pode ser denominada de "interiorização do desenvolvimento". Com a redução da participação relativa da Região Metropolitana de São Paulo no total indústria nacional, sobretudo da Capital, o interior foi um dos maiores beneficiários da desconcentração da indústria. Esse processo vem modificando o perfil das regiões desde a década de setenta. Suas causas encontram-se nas deseconomias de aglomeração e na mudança do perfil econômico da Grande São Paulo.

A Metrópole de São Paulo, sem deixar de ser a maior aglomeração industrial do país, com grande concentração em setores como automotivo, material elétrico, química, etc., característica que mantém, especialmente nos municípios da região do ABCD, passou a ser essencialmente uma metrópole de serviços, de dimensões nacionais e internacionais. Transformou-se em cidade global, com marcas de heterogeneidade próprias de um país em desenvolvimento. De um lado, apresenta carências e necessidades de investimentos na área social e na geração de empregos próprios do subdesenvolvimento. De outro, mostra um mercado consumidor sofisticado, serviços de escala nacional e assume um papel central no contexto sul-americano, como sede de negócios e espaço de decisões empresarias que extrapolam o mercado brasileiro.

GRÁFICO 5.1

Participação de São Paulo no Valor Adcionado da Indústria de Transformação e no PIB do Brasil (%)



No entorno da Metrópole de São Paulo consolidaram-se os processo de formação de quatro grandes aglomerações urbanas, duas dessas já convertidas em áreas metropolitanas formais, também fortemente influenciadas pela dinâmica da indústria.

Grande centro cafeeiro, Campinas cresceu, após a crise dos anos 30, com uma forte base agroindustrial – primeiro algodão e cana-de-açúcar, depois cana-de–açúcar, laranja e fruticultura, e pólos industrias importantes nos segmentos têxtil, metal-mecânico, químico e material elétrico e de comunicações. Com a interiorização do desenvolvimento, foi a região que mais se beneficiou, atraindo novos investimentos, em especial na área de tecnologias da informação.

Em São José dos Campos, a herança cafeeira escravista havia gerado uma agricultura pouco dinâmica e diversificada. Mas a proximidade com São Paulo e a posição privilegiada no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, acabaria por estimular uma transformação importante, atraindo investimentos significativos na química, material de

transportes, e sobretudo na área aeronáutica, tornando-a o centro do complexo aeroespacial brasileiro.

A Baixada Santista compartilhou desde cedo os ganhos da atividade exportadora cafeeira, estruturando o principal porto do país e recebendo um conjunto de serviços associados à atividade exportadora. Com o crescimento industrial, atraiu investimentos na siderurgia e na química, que marcaram as décadas de sessenta e setenta. Com o crescimento da Capital e seu entorno, a região também passou a desempenhar um papel-chave no turismo litorâneo, que representa outro componente dinâmico de seu desenvolvimento.

A região de Sorocaba, a quarta grande aglomeração urbana do entorno da capital, foi desde cedo um centro manufatureiro relevante, favorecido pela proximidade da produção algodoeira e pela disponibilidade de energia. Com a interiorização do desenvolvimento ganharia contornos ainda mais claros de centro industrial, sediando algumas das principais indústrias têxteis, mecânicas e metalúrgicas do país, além da agroindústria.

Todo o interior de São Paulo foi beneficiário desse movimento de interiorização do desenvolvimento. Regiões como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São Carlos e Araraquara ganharam extraordinário impulso, com o desenvolvimento de uma forte agroindústria sucro-alcooleira e de beneficiamento de sucos cítricos. Ao seu lado desenvolveu-se uma variada gama de atividades industriais para atender a esse desenvolvimento agrícola: implementos agrícolas, máquinas e processamento. Com o movimento para o interior de outros segmentos industriais, a região passou a receber investimentos também nas áreas de material de transporte, indústria mecânica, aeronáutica, etc.

No oeste do Estado, de passado eminentemente agrícola, também se desenvolveu uma forte agroindústria ou atividades de abate e criação pecuária de grandes proporções. É o caso de Araçatuba, Presidente Prudente e Marília, cada uma com características específicas. Também essas regiões ganharam novo dinamismo com o crescimento industrial do interior. A diversificação da base agroindustrial é seu aspecto mais relevante, tanto na produção animal como vegetal. Dentre esses segmentos, destacaram-se a produção de álcool, a criação e abate animal, a fruticultura e a produção de grãos. Uma série de outros segmentos foi se desenvolvendo, nas áreas de calçados e couro, metalurgia, móveis, cerâmica, além de uma diversificada indústria de alimentos.

Mesmo áreas de menor desenvolvimento relativo, como a região do Vale do Ribeira, do Pontal do Paranapanema ou do extremo Vale do Paraíba Paulista, também mudaram de perfil, com atividades industriais de menor porte e uma nova agroindústria.

Esse processo de transformação das características das atividades das diversas regiões de São Paulo consolidou-se na década de noventa e indica tendências importantes para a ação do Governo de São Paulo. Em particular é interessante notar certa especialização do perfil econômico de muitas regiões, com grande predomínio de poucos setores por regiões e em municípios dessas regiões. Mais relevante, ainda, é verificar as tendências dos investimentos no período mais recente, e perceber que esses investimentos reforçam vocações e perfis econômicos particulares para essas regiões e municípios.

Nos últimos seis anos São Paulo recebeu investimentos importantes. Em termos setoriais essas inversões foram marcantes nos casos da indústria automotiva, na geração de eletricidade, gás e saneamento, em produtos químicos, e em serviços de telecomunicações. Em menor escala são também relevantes os investimentos no setor aeronáutico, metalurgia, equipamentos de informática e telecomunicações, papel e celulose e na produção de álcool.

As diversas regiões do Estado reforçaram as especificidades de sua história industrial e agroindustrial, bem como as tendências já manifestas de receber novas atividades derivadas da desconcentração econômica. É o caso, por exemplo, da metalurgia e automotiva na região de Sorocaba; também da automotiva, e da produção de álcool e informática e telecomunicações em Campinas; alimentos e bebidas nas regiões de Marília, Presidente Prudente, Bauru; automotiva e aeronáutica em São José dos Campos. A própria área metropolitana de São Paulo, em que pese a desconcentração, recebeu importantes investimentos no segmento automotivo e na indústria química.

Essa especialização reforçou um conjunto de vocações regionais em indústrias mais tradicionais, em que são comuns tendências à aglomeração e que irão marcar o desenvolvimento de muitas cidades e regiões do Estado, abrindo inclusive inúmeras possibilidades de cooperação pública e privada, consoante a orientação das ações do PPA para o período 2004 a 2007.

São muitos os exemplos. Na área têxtil podem ser citadas as aglomerações de Ibitinga, Americana, Santa Bárbara d'Oeste, Águas de Lindóia, Guarulhos, Nova Odessa e Campos do Jordão; em confecções, destacam-se a Capital, São José do Rio Preto, Americana, Sorocaba, Santa Bárbara d'Oeste, Cerquilho, Indaiatuba, Bragança Paulista, Santos e Ibitinga; no setor de couros e calçados, são relevantes as concentrações de estabelecimentos em Franca, Jaú, Birigüi e Bocaina; em borracha e termoplásticos, destacam-se a cidade de São Paulo, Guarulhos, Diadema, Barueri, Ribeirão Preto e Santo André; em móveis e madeira, São José do Rio Preto, Limeira, Ribeirão Preto, Votuporanga, Mirassol, Araçatuba, São Caetano do Sul, Valentim Gentil e Taboão da Serra.

Essa regionalização progressiva indica um caminho. São Paulo pode e deve tirar proveito da diversidade geográfica que sua indústria vem assumindo, abrindo com isso possibilidades de desenvolvimento para todas as regiões do Estado. Caberá ao poder público colaborar para esse movimento de modo a potencializar essas vocações.

5.2.2 As Perspectivas de Política Industrial e o Papel de São Paulo

O Brasil precisa e irá contar com políticas ativas de desenvolvimento e políticas industriais setoriais, construídas na forma de parcerias entre União, Estados e setor privado. A base para o sucesso estará muito mais na capacidade de coordenação e entendimento desses atores, do que na volta a um dirigismo estatal. Sobre isso há uma convergência significativa de opiniões, criando um denominador comum para atuação firme dos governos e da sociedade.

São Paulo irá contribuir decisivamente para o êxito dessas políticas. Quase metade da indústria brasileira está situada no Estado, aqui estão presentes alguns dos segmentos mais dinâmicos da economia nacional e a retomada do investimento e uma inserção internacional que agregue mais valor às nossas exportações passa necessariamente por São Paulo.

A política industrial tem e terá foco no desenvolvimento do comércio exterior, com instrumentos e ações diferenciadas segundo as características de maior ou menor competitividade dos setores.

Para cadeias produtivas com deficiências competitivas, mas com potencial, as ações deverão estimular os investimentos, a reestruturação patrimonial e melhorias no sistema produtivo visando a obtenção de economias de escala, esforço concentrado de capacitação tecnológica (programas setoriais, consolidação de marcas e design, desenvolvimento de produtos), criação de redes de cooperação e alianças estratégicas, além do suporte à internacionalização das empresas líderes. Isso significa dar um passo além nas formas mais tradicionais de organização familiar das empresas, através da

capitalização e de fortes incentivos à inovação como estratégia competitiva, coordenando ações para superar elos deficientes, e tirando benefícios de aglomerações geográficas, na forma de Arranjos Produtivos Locais, ou de especializações macrorregionais.

Para setores já competitivos, haverá necessidade de investimentos que contemplem os estrangulamentos na capacidade produtiva, fortaleçam as empresas e estimulem sua internacionalização. Também aqui será necessário focar no avanço significativo da capacidade de inovar em produto/processos (P&D, agregação de qualidade, valor, marcas), além de investimentos em logística e na distribuição, de forma a permitir ampliar a participação em mercados externos.

Nas cadeias produtivas com alta participação de empresas estrangeiras, o desafio será incentivar uma maior contribuição das empresas à balança comercial e de serviços, valorizando a plataforma-Brasil na divisão do trabalho global intra-empresa, e buscando atrair para o país novas atividades de maior conteúdo tecnológico e maior agregação de valor. Para tanto é importante dispor de instrumentos coordenados de modo compatível e legal para a atração e alavancagem de novos ciclos de produto e serviços, buscando reforçar o papel das subsidiárias brasileiras nas estratégias tecnológicas e de mercado das matrizes.

Os desenhos de políticas públicas buscarão precisamente articular a dimensão macroeconômica e as políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior, buscando maximizar a eficiência do sistema. Não haverá espaço para praticar políticas altamente dependentes de protecionismo, de incentivos e subsídios fiscais, ou calcadas em burocratização discricionária e opaca, sem avaliação de custo-benefício.

Ao contrário, o que se deve e se pode esperar, porque é parte de um vasto consenso do país, é uma agenda intensiva em coordenação, que a partir do diálogo com Estados e setor privado, negocie metas e estabeleça resultados a serem alcançados, a partir do esforço de todos. Para isso, sem dúvida será preciso igualmente mobilizar instrumentos de financiamento e crédito, com redução de custos de capital, instituir novas formas de suporte à inovação, estabelecer forte coordenação intracadeias e no plano local, fortalecendo Arranjos Produtivos Locais, bem como dar suporte ao comércio exterior e à internacionalização das empresas nacionais, e moldar parcerias com as empresas estrangeiras.

5.2.3 Arranjos Produtivos Locais – O Espaço da Política Industrial Descentralizada

Será importante para o Estado agregar valor a muitos segmentos industriais tradicionais, em que predomina a pequena empresa. As inúmeras aglomerações existentes em São Paulo dão uma base animadora para a ação do governo e do setor privado, em que pese problemas de competitividade, de coordenação e articulação de atores.

A revitalização de Arranjos Produtivos Locais (APL) nas áreas de couro e calçados, produtos termoplásticos, têxteis e confecções, ou móveis e madeira, que contemplam várias regiões do Estado, mostram o caminho a seguir nessa direção. É uma agenda de cooperação entre setor produtivo, agências governamentais, institutos, Universidades e entidades de representação setoriais e locais. A indústria têxtil e de confecções de Americana e Nova Odessa, a de calçados em Franca, Jaú e Birigüi, os bordados de Ibitinga, a cerâmica de Itu, Tambaú, Pedreira, Porto Ferreira, e Santa Gertrudes, a produção de luvas de Bocaina, ou de móveis em Votuporanga e Mirassol são outros exemplos das inúmeras possibilidade. O reforço às tecnologias Industriais Básicas e aos serviços tecnológicos, o incentivo à inovação, o estímulo e suporte aos Arranjos Produtivos Locais e a Parques Tecnológicos, são alguns meios e instrumentos de apoio.

APLs têm por pressuposto ir além da mera proximidade geográfica entre as indústrias. Pressupõem um processo coletivo, que envolve um conjunto diferenciado de atores, ações, interesses, estratégias e negociações voltadas para a obtenção de resultados acordados. As ações de apoio aos APLs partem do reconhecimento da diversidade e do caráter local dos processos de aprendizado e, portanto, da dimensão local da inovação. A inovação requer uma ação coletiva, que envolve aprendizado. É um fenômeno cumulativo e essencialmente dinâmico, que tem no conhecimento da realidade local seu principal insumo. Os resultados são propostas concretas de intervenção, através do desenvolvimento de projetos cooperativos entre agentes responsáveis pela geração, adaptação, difusão e uso do conhecimento. Projetos cooperativos que apontam soluções para os gargalos identificados e priorizados.

A consolidação de Arranjos Produtivos Locais deve aprimorar a capacidade associativa e os laços de cooperação entre os empresários; fortalecer os laços entre empresas e o setor público; propiciar a modernização tecnológica e gerencial das empresas; aprofundar o conhecimento do mercado interno e externo; e, fomentar a construção de políticas articuladas.

Organizar APLs dessa natureza vai no sentido de desenvolver uma forte identidade da empresa com o local. Implica trabalhar intensamente as dimensões de cooperação e concorrência que se estabelecem localmente, procurando ir além da empresa, na medida que o êxito depende também da maior cooperação no âmbito dessas sociedades locais.

Ou seja, criar uma atmosfera cooperativa, que estimule sinergias através da cooperação, e que a partir dessas ações possibilite ganhos que dificilmente as empresas teriam individualmente. Trabalhar no sentido de criar não apenas um aglomerado de empresas, mas redes de empresas articuladas, que se beneficiem mutuamente, aproveitando as vantagens da diversificação e da diferenciação, para obter como resultado final uma maior participação no mercado.

5.2.4 São Paulo: as oportunidades segundo as cadeias produtivas

Além dos setores já mencionados nos agronegócios, relacionam-se a seguir 14 cadeias produtivas em relação às quais o Estado de São Paulo apresenta vantagens competitivas reais e/ou potenciais, listando-se as oportunidades e desafios que as caracterizam. Via de regra, essas cadeias têm fortes imbricações regionais devido aos efeitos de encadeamento para frente e para trás geralmente concentrados no espaço.

(I) Automobilística e autopeças. São Paulo tem um papel fundamental no setor automotivo brasileiro. Ainda que muitas das plantas recentes (entre 1996 e 2002 foram inauguradas 22 novas plantas de veículos e motores) tenham se instalado fora de São Paulo, muito em função de uma acirrada guerra fiscal, o Estado é ainda o principal produtor nacional. Em 2001 foram fabricados em São Paulo 55% dos automóveis, 71% dos comerciais leves, 85% dos ônibus e 84% dos caminhões produzidos no País. É certo que em 1980, esses percentuais eram bem mais elevados: 85% para automóveis, 84% para comerciais leves, 96% de ônibus e 94% de caminhões. De qualquer forma, das 27 unidades produtoras de autoveículos, 11 estão em São Paulo.

O setor de autopeças, que também se desconcentrou muito em função das novas práticas de integração de sistemas e subsistemas, continua fortemente localizado no Estado onde estão 451 unidades de produção das 615 registradas pelo SINDIPEÇAS. A grande mudança foi a redução do número de unidades localizadas na Capital do Estado, que eram 189 em 1992 e hoje são 132 e o simultâneo aumento de plantas em outros municípios da Grande São Paulo (exceto ABCD) e no interior do Estado.

Oportunidades. A ampliação do mercado interno deverá ser combinada com o aumento substancial das exportações. A atual especialização do Brasil em carros compactos é fundamental para permitir ao setor usufruir economias de escala e elevar sua competitividade. No caso das autopeças, além das exportações de motores e de outros componentes por parte das próprias montadoras, há espaço para ampliar e diversificar a presença no mercado externo das próprias empresas de autopeças (freios, pistões, válvulas, componentes metálicos e plásticos).

É necessário superar as dificuldades das empresas nacionais de participar como fornecedor de primeiro nível das montadoras. No plano estadual é importante reforçar a infra-estrutura de serviços tecnológicos, assegurando qualidade e maior rapidez no desenho e aprimoramento de produtos, através de projetos cooperativos entre centros de serviços universitários, Anfavea e Sindipeças. Volumes maiores de exportação por parte das montadoras podem abrir espaço para integradoras de sistemas, subsistemas vinculadas às montadoras, e também para peças e componentes nacionais. Há espaço, igualmente, para substituição de importações de componentes e insumos importados, sobretudo, no caso de fornecedores das empresas entrantes.

As oportunidades de São Paulo são muitas, porque as plantas instaladas no Estado foram atualizadas e seu setor de autopeças é o principal do País. Os maiores efeitos de uma elevação das exportações se farão sentir no ABC e no Vale do Paraíba paulista, mas também no interior, que hoje conta com muitas plantas de peças e motores, especialmente nas regiões de Campinas e São Carlos. Nesse cenário, demandas adicionais se colocarão para a infra-estrutura de transporte, especialmente no tocante às exportações, quer através do porto de Santos ou de São Sebastião.

(II) Indústria Aeronáutica. Quase a totalidade da produção aeronáutica brasileira está em São Paulo, centrada na EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. que, no final dos anos 90, se consolidou como a quarta maior indústria aeronáutica do ocidente, atrás da Boeing norte-americana, do consórcio europeu Airbus e da canadense Bombardier, disputando com esta última a liderança no mercado de jatos regionais. A Embraer realiza mais de 90% das suas vendas no exterior, ocupando em 2002 a segunda posição entre as empresas exportadoras brasileiras.

Além de instalações produtivas na Alemanha e na China, a Embraer conta com unidades em São José dos Campos, onde se projeta, fabrica e dá suporte a aeronaves para os mercados de aviação comercial, executiva e de defesa; em Eugênio de Melo, que abriga as atividades de desenvolvimento e fabricação de ferramental e alguns componentes; em Gavião Peixoto, onde será realizada a montagem final das aeronaves destinadas aos mercados corporativos e de defesa; e em Botucatu, através da Aeronáutica Neiva, subsidiária responsável pela fabricação do das aeronaves leves e componentes e subconjuntos para a família ERJ 145.

Oportunidades e Riscos. Grande parte das oportunidades do desenvolvimento da indústria aeronáutica em São Paulo decorre dos próprios problemas ou de características do setor. Esse é um setor concentrado em uma única empresa montadora de aviões, com boa parte de fornecedores estrangeiros. Se essa estratégia tem sido importante no *funding* dos projetos e abertura de mercados, também coloca a oportunidade de atrair novos investimentos e adensar o *cluster* aeronáutico de São José dos Campos.

Sua forte concentração em São Paulo e sua dependência de inversões em P&D, irão exigir atenção muito especial do Estado para com a indústria. Ações no plano estadual serão importantes para o setor. Nesse sentido é especialmente importante atentar para as aplicações do recém-criado Fundo de Pesquisa do Setor Aeronáutico, e a necessidade de criar uma Agência Local de estímulo à inovação —mobilizando para

tanto o Governo Federal, o Governo Estadual, a Prefeitura Municipal, as instituições de pesquisa e a indústria — capaz de planejar e atuar de forma sistemática no planejamento das ações e no reforço da infra-estrutura tecnológica de suporte à indústria.

(III) Bens de Capital. Mais de 60% da indústria mecânica do País está localizada em São Paulo. Além da região do ABC, alguns pólos importantes no interior do Estado de São Paulo, a exemplo de Limeira, Piracicaba, Sorocaba, região de Ribeirão Preto, se destacam pela densidade da indústria mecânica nos segmentos de máquinas e implementos agrícolas, equipamentos pesados, transmissão mecânica, refrigeração, embalagens, motores, válvulas e acessórios, automação industrial, máquinas-ferramenta ou ferramentaria, atendendo não apenas ao mercado nacional, mas exportando.

Oportunidades. A organização desses *clusters* permitiria explorar os ganhos derivados da proximidade geográfica das empresas, para reduzir custos e para melhorar a cooperação entre si. Concentradas espacialmente, o melhor conhecimento entre elas pode gerar um ambiente propício para a cooperação, desde o intercâmbio técnico até a prática de operações de crédito coletivo com solidariedade entre os mutuários (*cluster banking*).

Clusters regionais e setoriais poderiam contar com uma fundição de qualidade, prestação de serviços de usinagem e diversas empresas fornecedoras de partes, peças e componentes e outras empresas montadoras de bens de capital. Boa parte dos atuais produtores de bens de capital são empresas de pequeno e médio porte, que se beneficiariam deste tipo de arranjo institucional. Entidades do setor, como a própria ABIMAQ, poderiam ser responsáveis pela formação desses APLs, contando com apoio dos governos federal, estadual e municipais.

Ações estaduais serão igualmente importantes, em especial no que diz respeito ao estímulo à inovação, através de programas das agências estaduais de fomento. Essas ações podem ser muito efetivas, especialmente quando voltadas para a indústria fornecedora de máquinas e equipamentos para setores com grande predomínio de pequenas e médias indústrias, como irrigação, alimentos e bebidas, plásticos, cerâmica, couro, construção civil, indústria gráfica, madeira ou mármore e granito. A recente organização de iniciativas ainda incipientes de clusters nesses segmentos da indústria, não obrigatoriamente no Estado de São Paulo, mostra que a proximidade do fabricante de bens de capital com seus clientes facilita a introdução de pequenas inovações incrementais, que diferenciam o fornecedor nacional do equipamento importado. Essa proximidade deve ser estimulada e representa a possibilidade não apenas de ganhos imediatos de mercado, substituindo importações, mas é fundamental para ampliar a competitividade da pequena e média empresa usuária do equipamento. Não é gratuito que a relação entre fornecedores e demandantes de bens de capital é indicada como sendo um dos principais vetores de introdução de inovações, tanto na indústria de equipamento quanto no usuário final.

(IV) Cerâmica de Revestimento. O Brasil exporta atualmente cerca de 10% de sua produção, aparecendo entre os quatro maiores exportadores mundiais. Entre os anos de 1990 e 2000 a capacidade instalada do parque produtivo brasileiro expandiu-se em 80%. O volume de produção e de exportação aumentou em 160% e em 270%, respectivamente. Nesse período, o mercado interno foi abastecido quase que totalmente por produção doméstica.

Em seu segmento organizado, a produção brasileira de cerâmicos de revestimentos conta com cerca de 130 empresas distribuídas por todas as regiões do país, todavia concentradas nas regiões Sul e Sudeste. As duas principais concentrações de empresas produtoras estão na região de Criciúma (SC) e de Santa Gertrudes (SP). A

segunda, localizado nos municípios paulistas de Santa Gertrudes, Cordeirópolis, Rio Claro e Limeira, responde por cerca de 50% da produção nacional e 15% do total das exportações. Há também um significativo número de novas empresas na região de São Carlos, o que reforça a dimensão do setor para o Estado de São Paulo.

O conjunto das empresas do pólo de Santa Gertrudes expandiu-se produzindo revestimentos mais baratos do que o pólo catarinense, destinados aos consumidores de renda média/baixa. Na década de 1990, essa estratégia permitiu que a capacidade produtiva instalada na região crescesse à taxas superiores à média nacional, principalmente após a estabilização monetária resultante do Plano Real. Nos últimos cinco anos os investimentos dirigiram-se à expansão da capacidade produtiva por intermédio de aquisição, instalação de novas plantas e modernização de plantas pre-existentes. A expansão recente implicou, concomitantemente, um processo de modernização tecnológica, ainda em curso, que contribuiu para o aumento da produtividade de um importante núcleo de empresas locais.

Oportunidades. As ações de fomento à elevação da competitividade são o elemento mais importante para garantir um bom desempenho, interno e externo, da indústria de cerâmicos de revestimento brasileira, no médio e longo prazos. Algumas dessas estão no âmbito de ação direta do setor empresarial (desverticalização, uso eficiente de recursos energéticos, estabelecimento de redes cooperativas, elevação da capacidade inovadora em atividades importantes como o design etc.). Há, evidentemente, que atuar também na esfera da distribuição e da comercialização internacional, articulando ações públicas e privadas (prospecção, definição de nichos e segmentos de mercado-alvo, canais de comercialização e distribuição eficientes, financiamento etc.).

As demandas para ações de governo têm sido colocadas na infra-estrutura de transportes, na garantia de acesso a fontes energéticas importantes, na política tributária e de financiamento. Mas a ação pública pode e deve ir além, como revela o apoio governamental ao CCB – Centro Cerâmico do Brasil.[11] O CCB atua com uma Entidade Tecnológica Setorial, sensibilizando o setor para a necessidade da conformidade com normas e a importância estratégica da Qualidade Certificada, participando na elaboração e atualização das normas técnicas, na divulgação de informações junto às indústrias e consumidores. A Universidade Federal de São Carlos, o CCB e a Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento (Aspacer) inauguraram, em Santa Gertrudes, o Centro de Inovação Tecnológica em Cerâmica do Estado de São Paulo. O Citec conta com o apoio de diversas entidades do setor e surge com o objetivo de contribuir para aumentar a competitividade da cerâmica brasileira.

(V) Indústria de Cosméticos. A indústria de cosméticos é parte do complexo químico, que envolve as atividades de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos. Em 2002 o setor apresentou um faturamento de US$ 2,8 bilhões, representando 7,7% do total da indústria química. O Brasil é o sexto maior mercado consumidor de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, com faturamento total avaliado em US$ 8,5 bilhões (dados de 2000), mas com uma posição marginal no volume de comércio internacional. Além disso, é um setor que apresenta alta elasticidade-renda, com grande potencial de crescimento. Outra característica marcante da indústria de cosméticos é a sua elevada

[11] O CCB foi criado há 10 anos pela ANFACER - Associação Nacional de Fabricantes de Cerâmica para Revestimento - para atuar como organismo certificador da qualidade de pisos e azulejos, a partir de credenciamento do INMETRO. Desde então, o CCB se consolidou como um Organismo Certificador Credenciado (OCC) da Qualidade, baseado numa estrutura tripartite, reunindo representantes dos fabricantes de placas cerâmicas, dos consumidores e de entidades neutras - Universidades, Escolas Técnicas e Institutos de Pesquisa.

capacidade de criação de empregos indiretos, especialmente nas etapas relacionadas com a comercialização do produto.

Oportunidades. Algumas empresas brasileiras possuem parcelas significativas de mercado. Essas empresas têm sua competitividade baseada na combinação entre as capacidades técnicas e produtivas expressivas e a posse de ativos comerciais intangíveis singulares, notadamente marca e canais de comercialização específicos e bastante eficientes. Entre os casos de maior êxito, destacam-se as empresas Natura e O Boticário.[12]

Além das experiências de Natura e O Boticário, cabe destacar a presença de empresas de pequeno e médio porte que também têm participação expressiva no mercado. Essa presença de PME é uma característica importante da estrutura industrial da indústria brasileira de cosméticos, decorrente da simplicidade da base técnica produtiva que envolve a fabricação de produtos cosméticos. Algumas dessas empresas possuem capacidades técnicas e produtivas e seu crescimento está associado à construção e à consolidação de ativos comerciais, como a marca e os canais de comercialização, que sejam capazes de dar suporte às capacitações na área produtiva.

Um elemento-chave para o desenvolvimento do setor é o apoio à geração e difusão de novas tecnologias. Para isso, precisam ser utilizados intensamente os instrumentos existentes de fomento à inovação e de estímulo à instalação de laboratórios corporativos de pesquisa.[13] Há, além disso, grande interesse das empresas por parcerias com Universidades e inclusive possibilidade da criação de novas empresas, destinadas exclusivamente à gerenciar o processo de pesquisa.

(VI) Cadeia do Couro e Calçado. São Paulo é o segundo produtor brasileiro de calçados e de couro, com cerca de 20% da produção em cada segmento. Alguns dos pólos calçadistas mais importantes do País se localizam no Estado, a exemplo de Franca, Birigüi e Jaú. Junto com o Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, essas regiões respondem por grande parte das exportações brasileiras de calçados. Ambas apresentam uma organização industrial em forma de aglomerados — ou *clusters* — de empresas vinculadas aos segmentos da cadeia e de auxiliares que têm no calçado o principal produto de articulação do arranjo produtivo.

O Brasil tem a oportunidade de se constituir em um dos principais fornecedores de couro acabado para o mundo, devido à sua capacidade produtiva, ao tamanho de seu rebanho bovino e da previsão de estagnação no crescimento de rebanhos nos países desenvolvidos. Os curtumes brasileiros deverão desenvolver esforços no sentido de observar os requisitos de preservação ecológica, pois a consciência sobre um meio ambiente saudável está cada vez mais presente entre os consumidores. Para isso, os produtores de couros deverão buscar tecnologias e insumos de produção adequados.

Oportunidades. É de se esperar que a política industrial para a cadeia de couro-calçados induza o investimento, a atualização tecnológica, e a maior presença das empresas nos mercados internacionais, utilizando para tanto mecanismos de financiamento. Pode-se trabalhar com um cenário de política que contemple medidas como: substituição de exportações de matéria-prima por produtos manufaturados ou acabados, com o objetivo de aumentar o valor agregado dos couros exportados;

---

[12] Essas empresas possuem unidades produtivas de cosméticos importantes e, além disso, realizam esforços de desenvolvimento de produto no Brasil. A Natura, por exemplo possui um expressivo laboratório de desenvolvimento de novos produtos anexo à sua unidade produtiva na cidade de Cajamar, na Grande São Paulo, que é responsável pelo lançamento de 200 novos produtos anualmente. Como suporte a essa capacidade técnica e produtiva, pode-se verificar a presença de imprescindíveis ativos comerciais, notadamente a marca e os canais de comercialização.

[13] As ações da Natura nessa área, mobilizando projetos de pesquisa de Fundos Setoriais e da FAPESP, mostram o caminho a seguir.

desoneração tributária das exportações; manutenção de estoques reguladores da matéria-prima couro; adensamento da cadeia produtiva e de atividades auxiliares para aumentar a eficiência produtiva da cadeia, bem como apoio e fortalecimento às atividades de infra-estrutura tecnológica e de formação de mão-de-obra.

Ações no âmbito estadual podem se inspirar em medidas adotadas em vários países, tanto na promoção de produtos no exterior como no apoio a arranjos cooperativos que facilitem o acesso de empresas a tecnologias de produção de difícil acesso a PME. Há bons exemplos nacionais de fortalecimento das atividades de infra-estrutura tecnológica, prestação de serviços tecnológicos e formação de mão-de-obra, como os centros de calçados e de curtumes do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o Centro Tecnológico do Couro, Calçados e Afins (CTCCA) de Novo Hamburgo. Para São Paulo esse aspecto é importante porque o custo de produção, em última instância, foi e continua sendo o elemento definidor da competitividade dos calçados brasileiros no exterior. Esse fato tem levado diversas empresas a se deslocarem ou decidirem por novas plantas em outros Estados, na busca por localidades com menor custo salarial.

(VII) Equipamentos de Informática e Microeletrônica. A indústria de informática mundial passa por intenso processo de concentração, acentuando características oligopólicas. Assim, um dos principais problemas do país, o déficit nas contas externas, dificilmente poderá ser resolvido apenas com substituição de importações, competitivas ou não. É imprescindível que se aumentem as exportações.

Apesar das dificuldades, alguns nichos de mercado têm sido ocupados com grande competência por pequenas e médias empresas brasileiras, especialmente no sub-segmento de opto-eletrônica. No entorno de Campinas, em função de desdobramentos das atividades da UNICAMP e do CPqD (ex centro de pesquisa da Telebrás), uma série de empresas estão voltadas para esses produtos, com destaque para a AsGa. A pesquisa em fotônica já foi responsável pelo *spin-off* da UNICAMP de mais de 40 empresas apenas nesse segmento, o que reforça o papel da região na atração de novos investimentos.

Oportunidades. A análise das oportunidades nesse setor deve considerar seus distintos sub-segmentos. O Estado é líder na produção de computadores e periféricos, tendo recebido investimentos importantes tanto de grandes fabricantes de "marca" como de empresas terceirizadas, responsáveis hoje pela maior parte da montagem final. A questão central aqui é a logística de abastecimento e escoamento da produção, que assumiu as características de linhas de montagem. As ações de âmbito nacional para reduzir a tributação e os diferenciais de custo com relação ao mercado cinza são importantes para São Paulo, não só porque permitem conquistar novos mercados, mas porque também evitam a concorrência baseada exclusivamente em regimes incentivados.

As opções que busquem reduzir o déficit comercial do setor, exigem incentivos fiscais, como redução ou deferimento de taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e locais, além de crédito em condições favorecidas, como tem ocorrido em todo o mundo. Novos procedimentos alfandegários e regimes aduaneiros especiais também são decisivos. Além disso, é necessário realizar investimentos na formação e treinamento de recursos humanos, em atividades de P&D correlatas e na infra-estrutura tecnológica. É importante trabalhar em conjunto com o governo federal e auxiliar a criar as condições para investimentos dessa magnitude. Para tanto as ações estaduais na área de RH, P&D e infra-estrutura são decisivas. Um rearranjo institucional, que fortaleça ou mesmo crie centros voltados a essas atividades, pode ser um instrumento fundamental para atrair esses investimentos.

É importante frisar que a produção local de componentes não só abre possibilidade de reverter o déficit comercial do setor, mas reduz custos para a indústria

eletrônica em razão da sinergia proporcionada ao longo da cadeia produtiva. Esses investimentos tendem a adensar a cadeia produtiva do complexo eletrônico, com tendências, no caso brasileiro, de reforçar a aglutinação em localidades (*clusters*), através da instalação de outras plantas do setor eletrônico.

Um investimento dessa natureza tende a se localizar na região de Campinas. As razões são a concentração de indústrias de telecomunicações e informática, a existência de um mercado de trabalho profissional na área, a infra-estrutura de pesquisa existente e a logística possibilitada pelo aeroporto de Viracopos. É preciso evitar, em benefício do país, que esses investimentos se sujeitem a uma lógica de guerra fiscal. Para favorecer a decisão mais racional de localizá-lo em Campinas, caberá aos governos estadual e municipal não apenas acompanhar as ações federais, mas viabilizar a infra-estrutura necessária e acelerar programas de desenvolvimento e capacitação tecnológicos, voltados ao apoio à indústria, envolvendo Universidades, Institutos e Centros Tecnológicos. É preciso fortalecer iniciativas já existentes, como o Centro Renato Archer - MCT, em Campinas e o "Centro de Apoio a Projeto e Processo", que aglutina ações da UNICAMP – LED e da USP- LSI, como também analisar a necessidade de criação de novas instituições.

(VIII) Indústria de Móveis. A indústria moveleira brasileira, assim como suas congêneres estrangeiras, é pouco concentrada, contando com mais de 15 mil estabelecimentos industriais e empregando mais de 180 mil funcionários. A maior parte desta indústria é composta por micros e pequenas empresas, produtoras de móveis de madeira (mais de 11 mil estabelecimentos contam com menos de 10 empregados). Essa indústria vem apresentando um crescimento considerável: seu faturamento cresceu mais de 60% nos últimos 5 anos.

A produção de móveis encontra-se geograficamente dispersa por todo o território nacional e, assim como em outros países, caracteriza-se pela organização em pólos regionais. Em São Paulo, destacam-se os pólos de Votuporanga, Mirassol e Grande São Paulo. No segmento de móveis para escritórios a fabricação está concentrada na Grande São Paulo, que responde por aproximadamente 80% da produção nacional.

Oportunidades. São Paulo detém cerca de 40% do faturamento nacional do setor. Além da produção de móveis de escritório na RMSP, o maior destaque é o pólo do Noroeste Paulista, voltado, principalmente, para a produção de móveis residenciais de madeira, onde são gerados mais de 10 mil empregos diretos. As dificuldades e oportunidades com que se deparam as empresas desse pólo são uma demonstração de potenciais ações para alavancar o desenvolvimento de APL.

O pólo do Noroeste produz, principalmente, cadeiras, mesas, armários, dormitórios, estantes, salas e móveis sob encomenda, para o mercado doméstico. Não há exportação, em função basicamente da necessidade de aprimorara a qualidade e da pouca experiência comercial externa. As matérias-primas utilizadas são tradicionais (madeira serrada e painéis), muitas delas nativas, oriundas do Mato Grosso do Sul, mais baratas que a madeira serrada de pinus. Também não se pratica a certificação da madeira, inclusive porque não há exportação. Ainda assim, há um uso crescente de MDF em substituição aos aglomerados e madeiras serradas, em função da melhor qualidade. O pólo é constituído basicamente por PME, que empregam um volume significativo de mão-de-obra feminina. Recentemente, foi inaugurado o Centro Tecnológico de Formação Profissional da Madeira e do Mobiliário – CEMAD, ligado à FUVEC – Fundação Votuporanguense de Educação e Cultura, que está reciclando a mão-de-obra do setor.

Em termos de processo, os avanços tecnológicos mais relevantes estão na área de acabamento. Contudo, os equipamentos de processamento mecânico são convencionais,

principalmente nas linhas que utilizam madeira maciça. Os mais modernos são empregados nas linhas que utilizam MDF. Em geral, o design é feito a partir de móveis estrangeiras. Como não há normas técnicas para a maioria dos produtos do pólo, não existe padronização, o que dificulta ainda mais a exportação.

As entidades locais têm tido dificuldade no acesso a informações atualizadas, normas e programas de qualidade. Também não há interação com o consumidor interno, com a montagem feita por equipes terceirizadas. Há ainda a necessidade de racionalização do sistema de cargas (com adequação de lotes e volumes, através de uma central de cargas) e de adequação do transporte ferroviário, de menor custo. Uma forte ação de promoção desse Arranjo Local traz a oportunidade de ganhos de renda e emprego significativos.

(IX) Papel e Celulose. O Brasil se destaca como líder mundial em um dos segmentos do complexo – celulose de fibra curta de eucalipto, no qual participa com mais de 50% da produção mundial, enquanto contribui com 9% da produção de celulose de mercado. O complexo gera mais de 100 mil empregos diretos. As exportações têm evoluído favoravelmente, contribuindo de modo decisivo para o equilíbrio do balanço de pagamentos do país.

São Paulo, Paraná e Bahia concentram a maior parte das florestas plantadas do Brasil (56%), sendo que em termos de eucalipto as principais áreas estão localizadas em São Paulo (24%). Ainda que a expansão das plantações ligadas a grandes projetos ainda em instalação tenha reduzido a participação de São Paulo, especialmente pelos investimentos na Bahia e Espírito Santo, esses ativos florestais são decisivos para a *performance* da indústria paulista.[14]

Oportunidades. As vantagens derivadas da competitividade da indústria brasileira, especialmente a produção de celulose de fibra curta, tem levado governo e setor privado a formular um conjunto de medidas que objetivam estruturar um plano de investimentos que tire proveito das oportunidades existentes no mercado internacional. Para tanto, as demandas do setor envolvem: redução do custo de capital, de forma isonômica aos principais concorrentes; melhorias nas condições logísticas e infra-estruturais, notadamente transportes, portos, energia; eliminação da incidência cumulativa de tributos; e apoio ao desenvolvimento tecnológico, em condições semelhantes ao tratamento existente nos países desenvolvidos.

Grande parte de dar resposta a essa agenda está concentrada na capacidade de financiamento do BNDES. No plano estadual, colocam-se duas linhas de ação: os investimentos em infra-estrutura e a questão tecnológica. No tocante à infra-estrutura para exportação, o grande gargalo é a redução de custos associados aos acessos ao Porto de Santos e a travessia da Área Metropolitana de São Paulo. No que se refere ao desenvolvimento tecnológico, já há um esforço das empresas para ampliar as vantagens associadas à matéria-prima, através do investimento em preparo de mudas com auxílio de biotecnologia. [15]

---

[14] O Estado também é o maior produtor de celulose do Brasil, com 30,5% da produção e o principal produtor de papel do Brasil, sendo líder nos segmentos de imprimir e de escrever, cartões e cartolinas e papéis especiais produzidos com fibra curta. Os quatro grandes conglomerados que controlam a produção de papel de imprimir e escrever no Brasil (Suzano, Votorantim, International Paper e Ripasa) estão todos estão instalados em São Paulo. A especificidade de São Paulo é que além de atender ao mercado doméstico suas exportações estão muito mais concentradas em produtos de maior valor agregado, como papel, cartão e sub produtos da indústria gráfica, do que em pasta de celulose.

[15] Atualmente o país possui dois grandes projetos associando a iniciativa privada e as Universidades. Dois exemplos são o projeto Forest, em São Paulo, de pesquisa básica de seqüenciamento do genoma do eucalipto e o projeto Genolyptus, em Brasília. Esse último tem como objetivo diminuir a poluição das indústrias e criar eucaliptos mais resistentes e adequados aos diferentes usos das plantações.

(X) Indústria de Transformados Plásticos. A indústria de produtos termoplásticos está fortemente concentrada em São Paulo onde respondia, em 2000, por 47% dos estabelecimentos e igual percentual de empregados existentes no país. São cerca de 3,6 mil estabelecimentos, que empregam diretamente mais de 100 mil trabalhadores formais, em sua maioria (70%) produtores de artefatos diversos, dos quais 60% com menos de 100 empregados. O segmento de embalagens representava, nesse mesmo ano, 24% dos estabelecimentos e 31% dos empregos, também com predomínio de PME, embora de porte ligeiramente maior.[16]

Esse setor é caracterizado pela presença e liderança de algumas grandes empresas em mercados específicos (calçados de plástico, autopeças e embalagens, por exemplo) e uma grande massa de pequenas e médias empresas, que constituem parte significativa do tecido industrial, geograficamente concentradas em determinadas regiões do país, com claro destaque para o ABC paulista, ou, em menor escala, para Birigüi.

Oportunidades. A cooperação entre essas empresas em atividade em que há complementaridades (pesquisa e desenvolvimento, consórcios de exportação, marketing, etc.) pode constituir vantagem competitiva para o conjunto de produtores de cada uma das aglomerações, ainda que a competição prevaleça nas demais atividades. Isso é essencial para que o conjunto de empresas seja constantemente estimulado a buscar diferenciação e inovação. Caso arranjos desse tipo consigam se consolidar nas áreas em que se verifica concentração de produtores de transformados plásticos, eles podem vir a representar um forte fator de competitividade da indústria nacional.

O estímulo à consolidação de *clusters* dessa natureza vem recebendo apoio de órgãos de governo e do sistema "S", como IPT e Sebrae. Um exemplo é o Programa Alquimia, experiência que está sendo desenvolvida no Grande ABC, com vistas ao aperfeiçoamento da mão-de-obra e dos dirigentes de pequenas empresas do setor.

Mas diversas ações podem ser aprimoradas no sentido de estruturar esses aglomerados e incrementar a cooperação entre empresas e instituições de serviço tecnológico e pesquisa. Há, nesse sentido, que dar destaque às atividades de desenvolvimento e design, essenciais quando se busca maior diferenciação. O essencial aqui é a formação técnica adequada, ou ao menos com uma sólida formação básica para que os empregados possam ser treinados posteriormente pelas próprias empresas.

(XI) Cadeia de Tele-equipamentos. Esse foi talvez o único setor industrial em que a participação de São Paulo no valor adicionado nacional aumentou nos últimos anos. Isso ocorreu em função da implantação, especialmente na região de Campinas, de praticamente quase todas as novas empresas que se instalaram no país: Motorola, Lucent, Nortel, entre outras.

Oportunidades. As medidas cabíveis, no plano estadual, para reforçar essas decisões privadas de inversão em São Paulo, estão quase todas associadas a reforçar as externalidades existentes na região de Campinas. Ao lado da infra-estrutura de transporte — em particular, o aeroporto de cargas de Viracopos — as demais deverão estar voltadas

[16] Só o município de São Paulo, individualmente, contava nesta data com quase 1,5 mil estabelecimentos formais, o que representava aproximadamente 40% do total, e quase 30 mil empregos (29% do total de empregados do setor no Estado). O segundo principal município no setor de transformação era Diadema seguido por Guarulhos. A Região Metropolitana de São Paulo, de acordo com a RAIS de 2000, contava com quase 2,5 mil estabelecimentos, que empregavam 66 mil trabalhadores formais, em atividades de transformação plástica. Em outras regiões, como Campinas, Sorocaba e Jundiaí, a presença de empresas e a geração de empregos é também relevante, em alguns casos também em função da presença de grandes empresas. Mas em termos de aglomeração, o caso que chama mais atenção é número significativo de empresas do segmento de fabricação de calçados de plásticos em Birigüi, na região de Araçatuba, onde há um grande número de fabricantes de calçados infantis.

para agilizar a área alfandegária e o ambiente de pesquisa na região. A efetivação do parque tecnológico que se situa ao lado da Unicamp e do CPqD é uma ação importante nesse sentido. De outro lado, a promoção de novos negócios e empresas em nichos específicos de mercado, como a opto-eletrônica, as novas tecnologias de IP sobre voz, o desenvolvimento de *softwares* para gerenciamentos de redes e *middleware* são componentes importantes para reforçar, inclusive, o interesse das grandes empresas pelo ambiente empresarial e de pesquisa existente no Estado.

(XII) Cadeia Têxtil e de Confecções. Essa é uma indústria muito importante para São Paulo, em termos de valor agregado e de emprego, apesar da desconcentração recente de parte do complexo têxtil para o Nordeste. Localiza-se em São Paulo quase toda a indústria de fibras químicas brasileira. O Estado também responde por pouco mais da metade do valor agregado em produtos têxteis e cerca de 40% da produção no segmento de vestuário e confecções, além de uma parte pequena, mas relevante da produção algodoeira.

Oportunidades. Esse é um setor de forte predomínio de PME, com tendências de aglomeração, em que a trajetória de evolução é importante para vários municípios, candidatos, muitos deles, a organizar Arranjos Produtivos Locais que reforcem a sinergia entre empresas e instituições. Além da grande presença da indústria de confecções na capital do Estado, cabe destacar os aglomerados locais de Ibitinga e de Americana e Santa Bárbara d'Oeste, o primeiro com cerca de 700 empresas e o segundo com mais de 1,2 mil.

A forte presença de Pequenas e Médias Empresas (PME) nos diversos segmentos da indústria têxtil (malharias, confecções de vestuário, tecelagem e acabamento) é reforçada pela terceirização de fases do processo produtivo, ampliando ainda mais seu potencial de geração de empregos e de pequenos negócios. Com essas características, os maiores problemas do setor são tipicamente aqueles que afetam a PME e que geram alta mortalidade — alguns decorrentes do ambiente macroeconômico e de problemas de acesso ao financiamento, outros das deficiências de gestão.

As oportunidades que se colocam estão associadas a essas características e sugerem uma agenda de intervenção para o fortalecimento de clusters e cadeias, na forma de Arranjos Produtivos Locais, com grande ênfase na aprendizagem coletiva e no compartilhamento de serviços e infra-estrutura, tirando proveito da própria tendência de terceirização já existe em segmento do complexo têxtil ou da exploração de nichos específicos de mercado.

(XIII) Farmacêuticos. São Paulo conta com diversas fábricas e laboratórios farmacêuticos, como atestado pelo Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo (Sindusfarma), que possui 120 associados.

Oportunidades. A intensidade e o volume de recursos de P&D exigido nesse setor colocam duas questões fundamentais. A primeira é que, pela sua própria natureza, as estratégias de desenvolvimento das empresas do setor interagem com a infra-estrutura de Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, a existência de competências e capacidade de pesquisa das universidades e institutos de pesquisa do Estado é um fator importante. O Governo procurará criar mecanismos para que a interação entre o sistema público e privado seja mais estreita, resultando por um lado em capacitações competitivas efetivas por parte da indústria e, por outro, em reforço das competências já existentes nas universidades e institutos de pesquisa. A segunda questão diz respeito às formas de financiamento das atividades de pesquisa. Os recursos são elevados, principalmente quando se leva em conta a escala empresarial dos agentes privados. Dessa maneira, devem ser estudadas formas de articulação entre as esferas federal e estadual para

canalizar recursos para as atividades de pesquisa e fomentar a interação dos esforços com o setor privado.

(XIV) Química e Petroquímica. O Estado de São Paulo responde por cerca de 30% do número de empresas e por 50% do total da mão-de-obra empregada na indústria química. No caso da indústria Petroquímica, localiza-se em São Paulo (região do ABC) um dos três pólos petroquímicos do país.

Oportunidades. Apesar de ser o mais antigo, existem projetos para a expansão e a maior integração do pólo do ABC. Os investimentos projetados podem elevar a capacidade de produção de eteno de 520 mil para 720 mil ton. Essa expansão exigiria aumento do fornecimento de matéria-prima por parte da Recap e da Revap. Além disso, viabilizaria a expansão da produção de polietilenos do pólo. Além da expansão, um aspecto que pode aumentar a eficiência do pólo de São Paulo é a iniciativa de integração patrimonial entre as empresas de primeira e segunda geração, com o intuito de reproduzir os ganhos ocorridos principalmente no pólo de Camaçari na Bahia. Embora esteja somente em estudo, e apesar das dificuldades em razão do grande número de empresas de segunda geração que atuam no pólo, a integração de ativos poderia levar a importantes ganhos de eficiência e criar novas oportunidades de investimento. Em um futuro mais distante, existe ainda a possibilidade de integração do pólo do ABC com o projeto Rio Polímeros, o que daria origem a um grande grupo com escala elevada para enfrentar a concorrência no mercado interno e internacional.

Nos demais segmentos químicos existem nichos específicos na química de especialidades e na química fina que podem ser incentivados através do apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento e de apoio à interação com o sistema público de ensino e pesquisa do Estado.

5.2.5 Conclusão

A economia de São Paulo é cada vez mais dependente do setor terciário. É no desenvolvimento de novos serviços que se encontra o caminho para gerar empregos e construir uma sociedade melhor e mais justa. São muitas as possibilidades nessa área: no turismo, no financeiro, nas comunicações, na área cultural, no lazer, nos serviços de apoio à produção e na área social.

Mas para ter sucesso no setor terciário, São Paulo precisa de uma indústria competitiva. As perspectivas são de que o Estado terá êxito crescente em segmentos manufatureiros caracterizados por maior valor agregado e mais intensivos em tecnologia: equipamentos para telecomunicações, informática, biotecnologia e a promissora indústria de nanotecnologia. Esse é o espaço natural de São Paulo, que saberá aproveitar as externalidades criadas por décadas de investimento na infra-estrutura, na capacitação de pessoal e na pesquisa. Esse sucesso irá ocorrer mesmo que continue a tendência à desconcentração espacial da indústria.

A indústria brasileira vem passando nos últimos 30 anos por um processo de desconcentração regional que tem como um dos traços principais a expansão para fora do eixo Rio – São Paulo em direção a outras regiões e Estados da Federação. Esse movimento teve como fator de peso as políticas do Governo Federal de direcionamento dos investimentos industriais para a base dos recursos naturais dos anos 70, bem como restrições ambientais à instalação de empresas na Região Metropolitana de São Paulo ou o aumento das deseconomias de aglomeração da metrópole.

Os impactos sobre São Paulo só não foram maiores porque simultaneamente o interior do Estado experimentou um intenso desenvolvimento industrial em decorrência

de políticas de interiorização do desenvolvimento,[17] auxiliado por um conjunto de fatores e políticas públicas que inclui:

1. a criação e financiamento de infra-estrutura e ampliação da malha viária;
2. políticas municipais de atração (isenções, criação de distritos, concessões de áreas);
3. investimentos estatais no setor produtivo e no desenvolvimento de ciência e tecnologia (das quais são exemplos a instalação e modernização de refinarias, implantação da Embraer e programas de desenvolvimento cientifico e tecnológico nas regiões de São José dos Campos e Campinas).
4. transformações na agricultura e na agroindústria voltadas para a expansão de produtos exportáveis e busca de novas fontes de energia (Proalcool), com efeitos significativos na instalação de indústrias produtoras de máquinas.

Durante os anos 80, o processo de desconcentração avançou graças à maturação dos investimentos em outros Estados e, principalmente, devido à crise econômica que atingiu mais diretamente o Estado de São Paulo, dada sua estrutura produtiva.[18] O resultado é que no início dos anos 90 a indústria paulista apresentava os mesmos níveis de produção do inicio da década anterior. A expansão do PIB estadual na última década deveu-se muito à expansão da atividade terciária.

A recessão dos primeiros anos da década de 90, associada ao movimento de reestruturação produtiva, teve forte impacto no emprego industrial. Em meados daquela década, com a consolidação do processo de abertura econômica, alguns segmentos sofreram forte concorrência de produtos importados, o que inibiu a expansão da produção física industrial. Mas uma decorrência positiva desse processo foi que as empresas foram forçadas a se modernizar. Além disso, a concorrência entre Estados por novos investimentos industriais, com a outorga de incentivos (usualmente fiscais), vem promovendo alterações no quadro da distribuição espacial da indústria.

Apesar disso, a indústria paulista continua tendo forte presença nos setores mais expressivos quanto ao conteúdo tecnológico e à capacidade de geração de valor adicionado. Esse aspecto é importante para a política de desenvolvimento tecnológico, dadas as economias de aglomeração características das atividades de C&T.

5.3 Serviços

5.3.1 A relevância dos serviços na economia paulista, atual e futura.

O grande, diversificado e heterogêneo setor de serviços tem, como já mencionado, um peso dominante na configuração da economia paulista, onde desempenha múltiplos papéis: gera renda e emprega amplo contingente de população,

[17] A interiorização do desenvolvimento é cada vez mais espacialmente concentrada, pois se localiza, sobretudo, num raio de 150 km a partir do centro da RMSP, abrangendo as regiões administrativas de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba. Estas, em conjunto com a RMSP, representam 82% do total das unidades industriais, 85% do pessoal ocupado e 90% do valor adicionado da indústria paulista

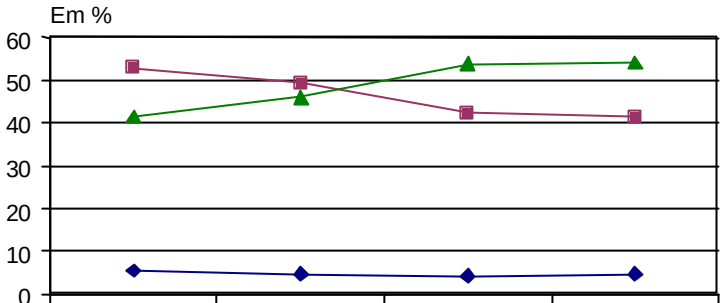
[18] Mas é marcante a presença da produção industrial na RMSP que, mesmo com a crise de 80 e das transformações gerenciais dos anos 90, mantém uma participação de 60% do valor adicionado do Estado e 57% do pessoal ocupado. E mais, é marcante a presença nesta região daquelas divisões que formam a dinâmica da Indústria de transformação nacional: os complexos metal - mecânico, eletroeletrônico e de comunicações e petroquímico. Deve-se ainda notar que a participação do município de São Paulo é extremamente importante qualquer que seja a variável analisada, enquanto a participação do ABC e demais municípios da RMSP é mais importante em termos do valor adicionado.

além de produzir sinergias e gerar eficiência. Isso melhora a competitividade e a qualidade de vida da sociedade.

Também como já assinalado, a partir de meados da década de 80 se processou no Estado uma mudança na sua estrutura produtiva. Os resultados para o período 1985-97 mostram crescimento do setor serviços e decréscimo da indústria, chegando esta a alcançar em 1997 o mesmo valor relativo dos serviços em 1985 (41%). Ou seja, o setor serviços superou a posição da indústria entre 1990 e 1996 e a agropecuária apresentou uma pequena redução em sua posição relativa no período 1985-97, passando de 5,6% para 4,6% do Valor Adicionado do Estado.

Gráfico 5.2

Distribuição do Valor Adicionado Bruto, segundo Setores de Atividade Econômica Estado de São Paulo 1985-1997



	1985	1990	1996	1997
Agropecuária	5,6	4,6	4,2	4,6
Indústria	52,8	49,3	42,2	41,3
Serviços	41,5	46,1	53,6	54,1

Fonte: Fundação IBGE. Contas Regionais do Brasil 1985-1997.

Destacam-se nos serviços os segmentos vinculados aos novos requisitos derivados da modernização da economia, tais como serviços prestados às empresas; serviços de comunicação; e serviços de intermediação financeira. Essas atividades vêm sendo desde a década passada importantes nas transformações estruturais e tecnológicas e produtivas do Estado e do país.[19] Dado significativo é o crescimento dos serviços de comunicação que, no período 1985-97, aumentou cerca de 300% (no Brasil, este segmento cresceu aproximadamente 200%).

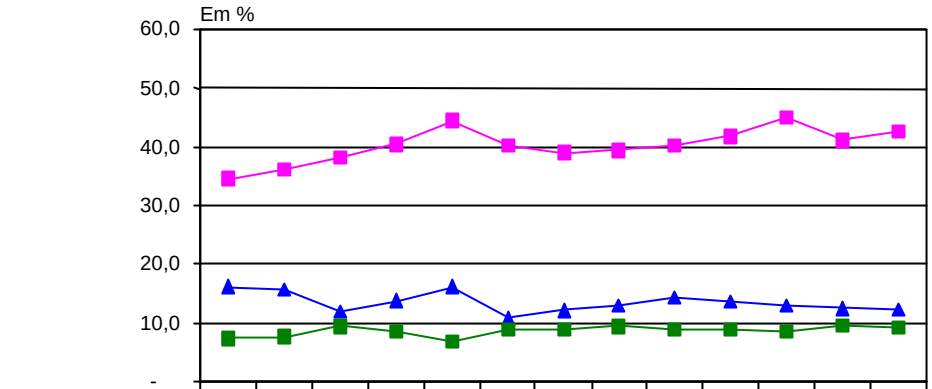
Por outro lado, os serviços financeiros, mesmo reduzindo relativamente sua presença na estrutura produtiva e apresentando evolução abaixo do índice do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado, ampliaram seu grau de concentração. São Paulo consolidou-se como principal centro financeiro do país, aumentando sua distância com relação a outros centros de importância nacional, como mostra o Gráfico seguinte.

Aumentou também significativamente a participação de São Paulo na produção dos serviços especializados, chegando a 42,7% do VAB dessa atividade em 1997, contra 34,6% em 1985 (Gráfico 5.3).

[19] O caráter pioneiro que os bancos tiveram na informatização de seus processos de trabalho e de produção, aliado à crescente concentração deste segmento na RMSP, contribuiu para a rápida difusão do uso de tecnologias de informação e de automação para outros segmentos.

Gráfico 5.3

Participação no Valor Adicionado Bruto das Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas
Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais
1985-1997



	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
São Paulo	34,6	36,2	38,2	40,5	44,5	40,3	39,0	39,5	40,2	41,9	45,1	41,2	42,7
Rio de Janeiro	16,1	15,6	11,9	13,7	16,1	10,7	12,2	12,9	14,4	13,6	12,9	12,4	12,2
Minas Gerais	7,3	7,5	9,3	8,5	6,7	8,9	8,9	9,3	8,7	8,9	8,4	9,4	9,1

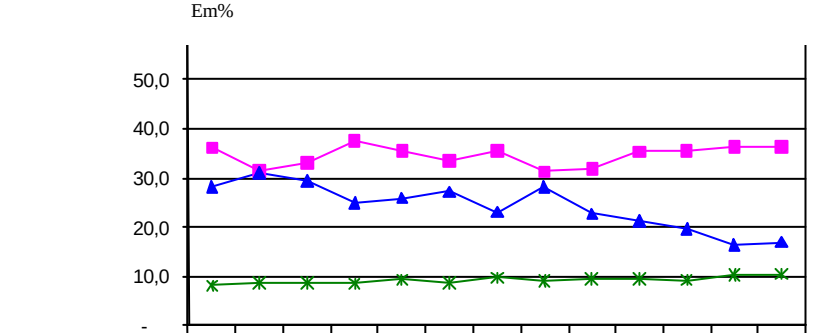
Fonte: Fundação IBGE. Contas Regionais do Brasil 1985-97.

A participação de São Paulo no VAB de comunicações é estável relativamente ao Brasil, acompanhando o crescimento dos investimentos realizados neste segmento durante este período (ver Tabela a seguir). Os demais Estados importantes na produção deste setor – Rio de Janeiro e Minas Gerais – encontram-se em patamares muito distantes da produção paulista (Gráfico 5.4).

As atividades de comunicação (serviços de telefonia, correios, telégrafos e demais serviços afins), no Estado de São Paulo, respondiam por 36% do VA nacional, em 1997. A manutenção dessa *performance* deve-se ao crescimento de aproximadamente 300% no volume acumulado do produto desse segmento, no período 1985-97.

Gráfico 5.4

Participação no Valor Adicionado Bruto de Comunicação
Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais
1985-1997



	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
São Paulo	36,2	31,4	33,1	37,5	35,6	33,4	35,6	31,3	31,8	35,4	35,6	36,3	36,2
Rio de Janeiro	28,3	31,1	29,3	24,9	25,8	27,3	23,1	28,2	22,7	21,2	19,7	16,3	17,0
Minas Gerais	8,1	8,8	8,8	8,5	9,3	8,8	9,8	9,2	9,6	9,4	9,2	10,4	10,4

Fonte: Fundação IBGE. Contas Regionais do Brasil 1985-97.

Tabela 5.3

Evolução do Volume do Valor Adicionado Bruto, segundo Setores e subsetores de Atividade Econômica Estado de São Paulo 1985-1997

	Base 1985=100		
Setores e Subsetores de Atividade Econômica	**1990**	**1996**	**1997**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**105,7**	**123,9**	**128,7**
Agropecuária	**113,4**	**141,1**	**146,3**
Indústria	**100,7**	**113,0**	**119,2**
Extrativa Mineral	106,0	108,3	120,3
Transformação	**96,7**	**107,1**	**113,0**
Minerais Não Metálicos	114,1	139,7	155,6
Mecânica	91,6	99,6	105,8
Material Elétrico e de Comunicação	92,6	82,1	85,6
Material de Transporte	88,3	119,2	129,3
Papel e Papelão	117,5	137,0	143,0
Borracha	104,1	116,2	120,3
Química	93,7	102,0	109,7
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	99,1	106,7	124,1
Perfumaria, Sabões e Velas	142,3	189,8	204,6
Produtos de Matérias Plásticas	96,9	131,6	133,1
Têxtil	86,9	81,5	76,0
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	71,4	56,6	51,7
Produtos Alimentares	113,3	120,8	125,2
Bebidas	155,8	259,7	280,3
Fumo	104,8	123,5	112,2
Editorial e Gráfica	117,5	137,0	143,0
Indústrias Diversas (1)	98,0	108,3	113,1
Serviços de Eletricidade, Gás e Água	152,0	179,5	189,9
Construção Civil	115,7	128,7	135,7
Serviços	**114,2**	**136,7**	**140,2**
Comérc. e Repar. de Veículos e de Obj. Pessoais e de Uso Domético	108,9	145,5	148,8
Alojamento e Alimentação	110,7	121,4	123,2
Transportes e Armazenagem	120,2	176,6	186,0
Comunicações	174,4	393,4	401,1
Instituições Financeiras	102,7	118,2	123,8
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	124,9	147,0	149,9
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	110,5	122,2	124,0
Saúde e Educação Mercantis	110,5	122,2	124,0
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	123,0	12,8	127,0
Serviços Domésticos Remunerados	88,0	118,3	129,8

Fonte: Fundação Seade; Fundação IBGE. Contas Regionais do Brasil 1985-1997.
(1) Agregam os gêneros Madeira, Mobiliário, Couros e Peles.
Nota: Ver Anexo Estatístico – Tabulações complementares (II – Tabela 3).

O desempenho deste serviço foi crucial para o desenvolvimento do novo paradigma de produção. De fato, sua trajetória no Estado de São Paulo sinaliza que, apesar dos gargalos, a infra-estrutura de comunicações deu apoio às transformações na estrutura de produção.

Esses indicadores mostram maior concentração no Estado de São Paulo, não somente da indústria – que perde participação relativa –, mas também dos serviços, especialmente aqueles voltados para o apoio aos novos paradigmas de produção e dos processos de gestão e tomadas de decisão.

5.3.2 Serviços Relevantes e seu Papel para a Competitividade e para a Qualidade de Vida

Ao enfocar as cadeias de serviços relevantes para o dinamismo econômico e para a qualidade de vida destaca-se seu papel-chave como vetores de transformações, de inovações e de criação de vantagens competitivas para o Estado de São Paulo. Merecem menção, nesse contexto, os seguintes:

?? Serviços de Comunicação/Telecomunicações
?? Serviços de Correlatos de Tecnologia da Informação
?? Serviços Logísticos
?? Serviços Financeiros

Além desses devem ser também mencionados aqueles de caráter sistêmico-positivo mais diretamente associados à qualidade de vida:

?? Serviços de Educação
?? Serviços de Saúde

A esses conjuntos é importante adicionar outros serviços de apoio relevantes para a competitividade e/ou para a qualidade de vida das populações. Entre esses, deve-se destacar um bloco mais diretamente ligado à produção industrial:

?? Serviços Associados à Construção Civil
?? Serviços de Engenharia
?? Serviços Industriais Específicos de Suporte à Produção
?? Serviços de Comercialização Atacadista
?? Serviços de Comercialização Varejista

Um último bloco é composto daqueles cuja dinâmica responde ao conjunto da economia ou depende de fatores específicos, inclusive de outros serviços:

?? Serviços de Turismo
?? Serviços de Hotelaria
?? Serviços de Gastronomia
?? Serviços de Cultura e de Lazer
?? Serviços Profissionais Liberais e de Consultoria
?? Serviços Pessoais Sofisticados e Empresarialmente Estruturados

A simples enumeração desses conjuntos relevantes para o dinamismo econômico e para a qualidade de vida indica, além da importância e da expressão que já têm, que a continuada incorporação de inovações tecnológicas é condição para assegurar no futuro a oferta desses serviços em condições mínimas de qualidade e, possivelmente, de excelência. Nesse sentido, o progresso tecnológico e o desenvolvimento das atividades no setor de serviços têm muito em comum, sendo que em larga medida os serviços são um meio de propagação das inovações ou são, eles próprios, portadores de avanços tecnológicos.

5.3.3 Serviços e Centralidade da Região Metropolitana: desafios e riscos

Ao se constituírem em geral sob a forma de redes – especialmente, mas não apenas, no caso dos serviços-meio – os serviços são estruturados sob o comando ou sob a centralidade de instituições-mãe (sejam elas matrizes de empresas ou sedes de estruturas burocráticas) geralmente localizadas na região metropolitana. Assim é que os serviços de comunicação e telecomunicações, serviços de tecnologias da informação, serviços financeiros e todas as demais estruturas sob organizações empresariais (i.e. construção, engenharia, atacado, varejo, hotelaria, cultura, lazer, consultoria e liberais especializados, etc.) têm, via de regra, suas sedes instaladas na área metropolitana. Também no caso dos serviços públicos e privados de educação e de saúde há uma centralização de sedes institucionais e empresariais na região metropolitana.

Essa concentração espacial das estruturas hierárquicas das redes aglutina na Grande São Paulo um elevado volume de ocupações de alta qualificação e de alta renda que, por sua vez, induzem uma forte concentração correlata da demanda por serviços por parte desses segmentos sociais na própria região. Por isso, é previsível que no mínimo se mantenha e possivelmente se intensifique a centralização nos serviços na área metropolitana, o que coloca em foco a questão da qualidade das condições infra-estruturais de suporte a esses serviços.

A intensificação da centralização na metrópole não deve, porém, ser tomada como um dado. O grande avanço das telecomunicações e especialmente da Internet permite que determinados centros de atividade possam vir a ser re-localizados em um cenário em que a GSP acumule externalidades negativas (por exemplo: deterioração da infra-estrutura viária, de mobilidade e de acessibilidade, de segurança, de meio ambiente, de infra-estrutura de serviços públicos, etc.). Há, portanto, o risco de que se forme um círculo vicioso em detrimento da GSP, qual seja o de seu relativo esvaziamento em razão de deseconomias externas que tendem a se auto-reforçar. Nesse sentido, a manutenção e a evolução da base econômica, com crescente participação dos serviços, requer que a políticas públicas zelem pela sustentação de condições infra-estruturais satisfatórias.

5.4 Turismo

5.4.1 Introdução

O Estado de São Paulo é o que mais gasta e o que mais arrecada com a atividade turística no país. Dos quase 114 mil estabelecimentos brasileiros relacionados à indústria do turismo no Brasil, 32% encontram-se em São Paulo. O Estado detém 35,5% do fluxo de turistas internacionais ao Brasil e é responsável por quase 19% do total do turismo interno (40 milhões de pessoas). Para atender aos turistas que o visitam, São Paulo contava em 1998 com uma infra–estrutura básica composta por 3.794 hotéis, e mais de 8.000 restaurantes, além de 1.974 agências de viagem e 391 locadoras de automóveis.

A cidade de São Paulo é a que detém mais oportunidades para o setor hoteleiro devido ao crescimento do turismo de negócios. Desses turistas que vêm ao Brasil, 43% são recebidos na capital paulista, onde se encontram os maiores e mais disputados centros de exposição e eventos (68% das feiras e exposições do país).

Os atrativos do Estado não se resumem apenas aos negócios. Localizado em região privilegiada, São Paulo também possui uma diversificada riqueza natural que favorece as atividades voltadas à exploração dos recursos naturais, principalmente o ecoturismo e o turismo de aventura.

As características do turismo predominante no Estado – o de negócio – fazem com que este se concentre basicamente na RMSP, particularmente na Capital. Diversas regiões do Estado apresentam atividade turística ainda pouco desenvolvida, apesar do potencial. O turismo é uma atividade desenvolvida basicamente pela iniciativa privada. Caberá ao Estado atuar pontualmente de forma a articular ações do setor, ou contribuir para, em parceria com o setor privado ou isoladamente, gerar uma infra-estrutura (centros de convenção, estradas, aeroportos, etc) necessária ao seu bom desempenho. É de se supor que a natureza do turismo em São Paulo deva continuar sendo principalmente um turismo de negócios no horizonte de tempo previsível.

Ecoturismo

O Estado tem potencial para o desenvolvimento de muitas modalidades de ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural. O turismo no meio rural é uma atividade que surge como alternativa às economias das regiões onde atividades tradicionais a exemplo da pequena agricultura familiar estejam se esgotando. Tem sido visto, cada vez mais, como uma alternativa na geração de renda do interior, seja diretamente, seja pelos efeitos da melhoria da infra-estrutura e serviços públicos. São Paulo tem espaço para o desenvolvimento de várias modalidades, derivadas da hidrologia e estrutura geológica diversificada, além da riqueza cultural. No setor de turismo rural, existem mais de 40 municípios que desenvolvem a atividade, cadastrados no Guia de Turismo Rural. Como política pública, o desenvolvimento do turismo rural deve ter uma preocupação com o uso sustentável do espaço local, valorizando a proteção do meio ambiente e a conservação do patrimônio do meio rural. Deve-se aproveitar as especificidades de cada localidade, ou seja, criar nichos turísticos.

5.4.2 Ações da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo no Âmbito do Turismo

O Turismo faz parte, no âmbito das ações do PPA, do esforço de desenvolvimento dos demais setores quanto à geração de emprego, renda e divisas, sendo um importante vetor para o desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo. O objetivo do programa da Secretaria é formatar, organizar e direcionar os segmentos turísticos do Estado. As ações desse programa, a serem articuladas com as demais secretarias, compreendem:

- ?? Promover a implantação do plano estadual de turismo e de marketing
- ?? Aprimoramento os atuais produtos turísticos e o desenvolvimento de novos produtos
- ?? Articular e estimular a educação ambiental para o turismo e para o cooperativismo
- ?? Consolidar circuitos turísticos em parceria com os consórcios de municípios
- ?? Estimular o desenvolvimento do turismo náutico com marinas e atividades da pesca

?? Estimular a produção de artigos artesanais como fator de renda nos municípios
?? Promover a qualificação de agentes multiplicadores regionais
?? Desenvolvimento do turismo sobre trilhos
?? Implantação de pólos receptivos
?? Promover o desenvolvimento de Parques Turísticos
?? Desenvolver projeto de pólos turísticos culturais

5.5 Ciência, Tecnologia e Informação (Ações relacionadas à Economia do Conhecimento)

No início do Século XXI vem ganhando corpo a idéia de que as possibilidades de produção estão inseridas em um contexto em que a informação e o conhecimento aparecem como agentes essenciais de mudança econômica e social. O desenvolvimento contemporâneo revela-se proporcional à capacidade das sociedades de gerar conhecimento no campo da ciência e da tecnologia. Igualmente, o progresso dos países e a geração de riqueza e de empregos qualificados dependem da capacidade de produção e difusão de inovações tecnológicas, da cooperação entre as universidades, institutos de pesquisa e setor empresarial.

As nações dividem-se hoje entre aquelas que controlam o mercado internacional, porque detêm os conhecimentos e conseguem transformá-los em bens e serviços de uso internacional, e aquelas situadas na periferia do conhecimento científico e do mercado, condenadas à condição de consumidoras de produtos do desenvolvimento cientifico e tecnológico realizado fora de suas fronteiras.

Quatro fatores têm sido identificados como determinantes do crescimento econômico: investimento em capital físico, educação, boas instituições (regras do jogo) e tecnologia. Dentre esses fatores, a educação da população e o desenvolvimento cientifico e tecnológico dependem diretamente da vontade política e das prioridades dos governantes. Para que o conhecimento científico possa se transformar em tecnologia, bens e produtos é preciso investimento e visão de longo prazo. Nesse sentido, o Brasil avançou bastante, embora ainda esteja distante da situação existente nos EUA, Europa e países asiáticos.[20]

5.5.1 O sistema de C&T paulista e o desenvolvimento industrial

São Paulo responde por grande parte da produção científica e do esforço tecnológico do Brasil. Cerca de 40% dos mestrados e 60% dos títulos de doutorado do país são concedidos por instituições paulistas. É aqui também que as empresas mais investem em P&D e onde estão localizadas as empresas com maior grau de inovação em produto e processo.

Mas, se, por um lado, SP apresenta um quadro relativo favorável, existe um aspecto preocupante, decorrente da frágil integração entre o sistema público de C&T e os setores produtivos, tal como ocorre no Brasil como um todo. O quadro atual demonstra grandes deficiências nos mecanismos de inovação nas empresas, naquelas atividades que permitem a transformação do conhecimento científico em inovações de produtos e processos e que mantêm a competitividade da indústria. Certamente, as causas desse

[20] Os dispêndios totais brasileiros em P&D alcançam 1,1% do PIB, contra 2,6% nos EUA e 2,2%, em média, na Europa. Ainda assim, o percentual do Brasil é próximo ou superior ao de Espanha, Itália e China.

descompasso são bastante complexas e transcendem o campo estrito das atividades acadêmico – científico – empresariais.

No Brasil, a taxa de participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisas e desenvolvimento está na faixa de 40%[21] embora as grandes empresas paulistas demonstrem maior capacidade para inovação tecnológica. Esse quadro vem mudando e mostra que, estimuladas pela ação pública, inúmeras empresas podem e irão ser progressivamente mais ativas, em termos de inovação, como parte de suas estratégias para conquista e manutenção de seus mercados.

Para ampliar a cooperação entre o setor produtivo e as instituições acadêmicas de pesquisa, é necessário uma clara política estratégica de ciência e tecnologia e sua continuidade; que contemple incentivos fiscais significativos à participação do setor privado; financiamentos projetos empresa/universidade; utilização do poder de compra do Estado para desenvolvimento de projetos específicos; intensificação de projetos mobilizadores; atração de centros de pesquisas de empresas transnacionais; ampliação do projeto de incubadoras de empresas; mecanismos de garantia de compra pelo Estado de produtos de empresas locais.

O PPA 2004-2007 de São Paulo para a área de C&T contempla essa visão. São ações que, para além do binômio tradicional de ciência e tecnologia, incorporam definitivamente a questão da inovação na agenda da ação pública, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, bem como das Universidades, Institutos Tecnológicos e da FAPESP. Seu eixo central de atuação é reforçar ao máximo essa aliança universidade-empresa, como mecanismo de fortalecimento da competitividade e da elevação da produtividade.

5.5.2 Uma estrutura universitária altamente qualificada

O Estado de SP é o único no país onde as mais importantes instituições universitárias e de pesquisa não são federais. O sistema de pesquisa é basicamente estruturado em três instituições (USP, UNICAMP, UNESP), sendo complementado por outros institutos de pesquisa e duas importantes universidades federais. O sistema universitário paulista é financiado preponderantemente por recursos orçamentários (9,58% da arrecadação de ICMS). São aproximadamente 11 mil pesquisadores, que têm contribuído com cerca de metade da produção científica do país.

Os institutos de pesquisa, por sua vez, são mais voltados para a pesquisa aplicada e o desenvolvimento tecnológico, atendendo a demandas da sociedade e do sistema produtivo. Há tanto importantes institutos estaduais (IPT, Agronômico, ITAL, Biológico, Adolfo Lutz, Butantã, Biológico, etc.), como federais (INPE, IPEN, etc.). As instituições federais estão orientados em sua maioria para áreas estratégicas – espaço, aeronáutica, energia nuclear- enquanto os estaduais concentram-se mais nas áreas sociais ou setores econômicos com forte dimensão social como agricultura ou alimentação.[22]

As agências de fomento vêm cumprindo papel importante no financiamento à pesquisa científica. A Fapesp foi criada em 1962 e se mantém até hoje como instituição-modelo em todo o mundo acadêmico, tanto pela eficácia de seus investimentos, transparência e qualidade nos mecanismos de seleção de projetos quanto pela eficiência na gestão administrativa. Sua fonte de recursos é uma parcela fixa da arrecadação de impostos, atualmente em 1%. Sua ação assegura forte apoio à pesquisa, à infra-estrutura (equipamentos, livros e *softwares*) e à busca de projetos de cooperação com o setor produtivo para o desenvolvimento de inovação tecnológica. Destaca-se o papel de

[21] Na Coréia está em 75%, Japão 62%, EUA 62%, Alemanha 59%.

indução exercido nos últimos anos em pesquisas de grande interesse social e econômico, a exemplo das pesquisas genômicas aplicadas à saúde humana e ao agronegócio.

5.5.3 Uma Agenda para a Inovação e Competitividade

A ação do Governo de São Paulo tem apoiado as áreas de inovação, exportações e substituição de importações, ciência e tecnologia. É a visão de um governo empreendedor, que busca a geração de empregos e realiza uma ação afirmativa em prol do desenvolvimento do País e de São Paulo.

Nesse sentido, o PPA contempla instrumentos institucionais e gerenciais para alavancar a competitividade da economia paulista, suas exportações e atrair novos investimentos, atuando, sobretudo, no desenvolvimento do ambiente econômico e na mobilização e articulação de esforços das empresas, de órgãos do governo estadual e federal, de instituições de pesquisa e universidades, para gerar um conjunto favorável de externalidades que reforcem a competitividade do Estado de São Paulo.

Como se sabe, a competitividade empresarial depende, em primeiro lugar, de um conjunto de fatores internos à empresa, relacionados às características da organização da produção, da tecnologia adotada e dos ativos intangíveis que a empresa é capaz de mobilizar (know-how, mão-de-obra qualificada, etc.). Submetida a um ambiente competitivo e dispondo de capital a custos compatíveis, o desenvolvimento desses fatores internos está condicionado às estratégias empresarias, que podem e devem ser favoravelmente influenciadas por condutas governamentais pró-ativas.

Evidentemente, a competitividade depende também de um amplo conjunto de fatores sistêmicos, que vão desde aspectos macroeconômicos (custo de capital, risco, sistema tributário, etc.), passando por questões de infra-estrutura e logística até uma série de externalidades próprias do ambiente no qual se situa a empresa. As ações no plano macroeconômico são fortemente dependentes de decisões tomadas, no âmbito federal, quer pela área econômica do Executivo, quer pelo Legislativo. O ambiente no qual se situa a empresa, ao contrário, está fortemente condicionado às políticas de âmbito local. Essas ações locais vêm ganhando destaque na agenda de vários governos e tem derivado um vasto leque de "novas políticas industriais". Apoio à competitividade e à inovação em *clusters* ou cadeias produtivas, estruturação de parques e pólos tecnológicos, suporte a sistemas locais de inovação e serviços tecnológicos, fazem hoje parte da ação permanente de governos estaduais e locais, em muitos países.

Em São Paulo, há avanços nessa direção, decorrentes da elevada densidade de competências empresariais e institucionais do Estado. Mas há que se reconhecer que grande parte desses avanços são muito mais conseqüências históricas da concentração em São Paulo da atividade industrial e de pesquisa do que de ações explícitas, quer do governo, quer do setor privado. Nesse sentido, São Paulo avançará futuramente na articulação das competências existentes, maximizando os investimentos já feitos em infra-estrutura e logística, ensino, pesquisa e serviços tecnológicos.

A própria institucionalidade pública deverá refletir essa nova realidade, delegando responsabilidade clara para os temas de inovação e competitividade a entidades pré-selecionadas ou criadas para esse fim. Essa agenda de articulação pública-privada será decisiva para manter a capacidade de atrair investimentos, ampliar exportações e melhorar o perfil do emprego, em direção a ocupações mais qualificadas. São Paulo deve se destacar por atrair cada vez mais atividades intensivas em tecnologia, com perfis crescentes de qualificação e alto valor agregado. Já não é, e não será possível, disputar, com regiões menos desenvolvidas do País, investimentos cujas decisões locacionais sejam determinadas por baixo custo de mão-de-obra, ou por outros fatores locacionais normalmente identificados com aspectos de competitividade espúria.

O Brasil tem condições de atrair investimentos em áreas de alta tecnologia. O imperativo de realizar esses investimentos decorre da necessidade de substituir importações e criar capacidade exportadora adicional em setores como componentes microeletrônicos e química fina (fármacos, principalmente). Esses investimentos deverão ser negociados com grandes empresas nacionais e internacionais. A necessidade de reduzir a vulnerabilidade externa vai também impulsionar outras atividades de alto valor agregado, como aeroespacial, automotivo, energia (especialmente fontes renováveis), informática e telecomunicações. Estar preparado para esse ambiente pressupõe formular e implementar uma estratégia ativa, negociada e articulada com o setor empresarial e com o governo federal, para maximizar as vantagens relativas de São Paulo, em benefício, inclusive, do conjunto do País.

A redução do déficit comercial na área de componentes microeletrônicos, por exemplo, irá exigir a atração de um ou mais grandes produtores de circuitos integrados nos próximos anos. Essa negociação irá depender da recuperação do mercado internacional e de uma conduta muito ativa do governo federal. Estar preparado para atrair esses investimentos, implica avaliar infra-estrutura, logística, mão-de-obra e serviços tecnológicos de suporte. Evidente que São Paulo reúne condições para receber esses investimentos. Esse PPA se propõe a orientar a organização dessas ações, utilizando melhor as instalações da USP, UNICAMP, CPqD e CENPRA (antigo CTI) em São Paulo, para treinar pessoal; como maximizar os benefícios de Viracopos e da proximidade de grandes empresas área de telecomunicações e informática. Essa é uma ação importante para São Paulo, inclusive pela capacidade de atrair outras atividades de apoio e empresas de projeto em circuito integrado (*design houses*).

Outro exemplo relevante para São Paulo é a necessidade de atuar firmemente na viabilidade econômica e financeira dos Parques Tecnológicos que o Estado pode empreender. O país não tem condições de construir um número elevado de grandes parques tecnológicos. Esses parques são grandes empreendimentos imobiliários, com engenharias financeiras sofisticadas, envolvendo interesses privados de bancos de investimentos, empresas de alta tecnologia, construtores e incorporadores, em geral situados ao lado de grandes universidades e centros de pesquisa.[23] Essas são iniciativas que exigem planejamento e intervenção estatal, com a mobilização de equipes profissionais altamente dedicadas e que entendam que tecnologia significa oportunidades de negócios e investimentos.

São Paulo reúne condições para viabilizar parques tecnológicos na Capital, em Campinas, São José dos Campos e São Carlos. Mas é preciso aliar à alta competência científica instalada no Estado uma visão de negócios, que observe o potencial econômico das atividades de pesquisa. Para tanto, o governo de São Paulo irá identificar, criar ou fazer parcerias com instituições que tenham a missão central de mobilizar o setor público e privado em torno da agenda da competitividade e da inovação, com claras intervenções nas seguintes dimensões:

a) **Implantação dos Parques Tecnológicos do Estado de São Paulo** (São Paulo, Campinas, São José dos Campos e São Carlos). É necessário definir estratégias de implantação dos parques tecnológicos do Estado, através da definição das áreas, coordenação dos estudos de viabilidade técnica e econômica, mobilização dos atores envolvidos, modelagem financeira e institucional, contratação e supervisão dos serviços técnicos, montagem de empresas de propósitos específicos (SPE) para cada empreendimento.

[23] Estima-se que o custo de implantação de parques desse tipo (mil hectares de área total) seja da ordem de U$ 100 a 300 milhões, gerando negócios da ordem de bilhões de dólares.

Essas estratégias devem se valer das possibilidades de estruturação de operações urbanas de grande porte, autofinanciáveis, articulando interesses de incorporadoras e do segmento de construção civil, seguindo a experiência internacional. É relevante também mobilizar e contratar especialistas, instituições e empresas com experiência nacional em projetos imobiliários de porte, como grandes incorporações, ou construções de *shopping centers* e parques temáticos do segmento de lazer. Seriam avaliadas as possibilidades de utilizar legislações específicas de solo criado ou a comercialização do potencial construtivo dessas áreas, para viabilizar os empreendimentos.

Esses empreendimentos fogem à capacidade de investimento isolada do setor público e precisam ser constituídos em parcerias com o setor privado. De outro lado, seus impactos sociais e econômicos são de tal ordem que podem mudar a fisionomia do Estado de São Paulo. Essa é uma agenda de futuro, capaz de gerar novos espaços de investimento, que representaria uma marca inconteste e mudaria a feição de São Paulo.

b) **Apoio a Arranjos Produtivos Locais** (*clusters* e cadeias produtivas). Muitas regiões e cidades de São Paulo adquiriram, ao longo de décadas, uma certa especialização econômica setorial, tal como o pólo calçadista de Franca, o setor cerâmico de Santa Gertrudes, a indústria de porcelana e vidro de Pedreira, a indústria têxtil de Americana e Santa Bárbara, a bananicultura e o chá em Ribeira, etc. Essa especialização local, muitas vezes identificada pela noção de *clusters*, permite uma ação pública e privada de suporte à competitividade local de grande eficácia e que tem sido objeto de políticas em inúmeros países, inclusive no Brasil.

O Governo de São Paulo irá induzir a estruturação – em conjunto com o setor privado, SEBRAE, órgãos federais, universidades e centros tecnológicos – de uma ação permanente de suporte a esses *clusters*, através do fomento à inovação e serviços de apoio ao setor privado, capazes de alavancar a competitividade dessas economias. Essas medidas seriam negociadas caso a caso, dentro do compromisso mútuo dos atores envolvidos com metas e desempenho, focalizando as ações nos gargalos e oportunidades do conjunto da indústria, seja na área de design, de qualidade de produto, de serviços tecnológicos ou de treinamento e qualificação.

Essa ação reproduz as mais modernas políticas industriais de corte local em vigor em vários países. Ela retrata de forma concreta a agenda local de desenvolvimento e maximiza os esforços que o Estado de São Paulo tem feito em seu sistema de pesquisa e de ensino superior, mobilizando essas competências para temas e problemas capazes de gerar novos empregos e melhorar o perfil ocupacional do Estado. De outro lado, representa uma política regional que fortalece as regiões e as cidades médias, incentivando um desenvolvimento mais equilibrado e mais equânime.

c) **Fomento a Serviços Tecnológicos de Apoio à Competitividade (Tecnologias Industriais Básicas).** As práticas de comércio mundial, com crescentes barreiras técnicas, e a necessidade de proteger o mercado nacional da concorrência desleal ou fazer valer as leis de defesa do consumidor exigem investimentos crescentes na metrologia, em laboratórios de ensaios e calibração, e em certificação de conformidade. Ao lado dessas infra-estruturas, uma série de ações públicas de apoio à gestão tecnológica e à difusão das regras de propriedade industrial também têm sido adotadas como meio de criar um ambiente externo favorável à inovação empresarial. Essa é essencialmente uma função pública.

A metrologia legal e os padrões primários das principais grandezas metrológicas são, normalmente, de responsabilidade de órgãos nacionais, como o INMETRO no Brasil, o NIST nos EUA ou o PTB na Alemanha. Mas para cada R$ 1 aplicado no órgão central, são necessários R$ 2 de investimentos nas redes de ensaios e calibragem, ou nas

instituições capazes de certificar produtos e processos. A necessidade dessa capilaridade é decorrente dos requisitos crescentes de certificação para exportação ou para atender às regras nacionais de qualidade. Isso não é válido mais apenas para medidas metrológicas tradicionais, como resistência e dureza, mas abarca cada vez mais outras variáveis e produtos, a exemplo da fitosanidade animal e vegetal, consumo de energia, impacto no meio ambiente, etc.

São as redes metrológicas estaduais que atendem na ponta à indústria e à agropecuária. Em São Paulo uma série de instituições forma esse sistema: o IPT, o ITAL, o Instituto Adolpho Lutz ou o CTA, entre outras.

O governo auxiliará na implantação do sistema metrológico estadual, através de investimentos que melhorem e ampliem os serviços prestados ao setor privado. Por abarcar a parcela mais importante da indústria nacional e a que mais irá requerer serviços dessa natureza, é fundamental que se fomente esses serviços, de forma complementar aos recursos da União, criando condições para uma efetiva ampliação das exportações do Estado de São Paulo.

d) **Estímulos à Interação Universidade – Empresa.** A agenda de desenvolvimento paulista torna imperativo fortalecer e tirar proveito da capacidade instalada de pesquisa, ampliando a interação entre instituições, universidades e empresas. Para tanto, é preciso debater e propor às instituições de pesquisa e Universidades paulistas modelos de interação público-privado mais efetivos, organizar e implementar parcerias público-privadas em setores estratégicos (fármacos, microeletrônica, materiais, etc.) e elaborar e discutir um ante projeto de Lei de Inovação a ser debatido à Assembléia Legislativa de São Paulo, de forma a facilitar parcerias e estimular a cooperação.

5.5.4 Programas de Pesquisa Agropecuária

É inequívoca a importância da pesquisa agrícola para o consumidor, para o meio ambiente e para o desenvolvimento econômico em geral. No caso do consumidor, a pesquisa implica redução de crises de abastecimento, queda real de preços e melhoria de qualidade da produção. Para o crescimento do agronegócio como um todo, a pesquisa garante o desenvolvimento de novas variedades e a adaptação das culturas às diferentes regiões do Brasil. Atualmente, avanços estruturais são demandados, visando a estabelecer uma nova sinergia entre as entidades de pesquisa estaduais e entre estas e o comando nacional. Na medida em que a pesquisa estadual é geração local de tecnologia adaptada às condições de clima, solo e manejo cultural, é fundamental cobrir as lacunas e dotar os institutos dos recursos necessários. Atualmente, as linhas de pesquisa estão centradas em três tipos: a) sinergia positiva entre a produção de *commodities* baseada em economias de escala com nichos de agregação de valor. Isso vale para grãos, pecuária, cítricos e cana-de-açúcar; b) tentativas de tratar alguns produtos como não *commodities* visando a melhorar sua inserção internacional: caso típico do café e suas variedades mais finas e c) pesquisa em certificação de qualidade para aqueles produtos onde as exigências impõem, a exemplo de frutas e olerícolas de mesa. O Estado dispõe de uma infra-estrutura sofisticada de pesquisas. Existem em São Paulo, 6 institutos de pesquisa ligados à Agência Paulista de Tecnologia do agronegócio (APTA): Instituto Agronômico (IAC); Instituto Biológico (IB); Instituto de Economia Agrícola (IEA); Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAC); Instituto de Pesca (IP) e Instituto de Zootecnia (IZ). Além disso, no segundo semestre de 2002, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo implantou 15 Pólos Regionais de Pesquisa com objetivo de subsidiar o desenvolvimento regional.

5.5.5 Ações da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo

A agenda da Secretaria para o período do PPA nesse setor inclui o aprimoramento da infra-estrutura e logística, a implementação de ações visando à modernização do parque industrial paulista, a identificação e o saneamento dos problemas das cadeias produtivas e a incorporação do conhecimento científico e tecnológico no conjunto do Sistema Produtivo Paulista, visando a aumentar a competitividade do sistema produtivo e promover a inovação tecnológica em todos os setores da atividade econômica.

A incorporação do conhecimento ao setor produtivo se dará através da oferta de recursos humanos qualificados, da incorporação das novas tecnologias da informação e comunicação e da promoção de pesquisas científicas e tecnológicas no âmbito das empresas, de modo a promover o aumento da competitividade dos setores econômicos. O Sistema Paulista de Ciência e Tecnologia desempenhará papel da maior relevância nesse contexto.

Em adição aos atuais investimentos do governo em Ciência e Tecnologia, a Secretaria promoverá o desenvolvimento de P&D nas empresas, a exemplo do que se pratica nos países com economias mais competitivas, onde o maior percentual de investimentos é do setor privado. A SCTDET estruturou um conjunto de programas e ações que contribuirão de forma significativa para o desenvolvimento do Estado de São Paulo, a seguir descrito de forma sucinta.

Gestão da Política de C&T&I. O objetivo é formular a política de C&T&I de São Paulo e executar as atividades de coordenação, acompanhamento e avaliação dessas políticas, bem como: (I) criar, difundir e implementar ferramentas de planejamento e gestão para a consolidação do Sistema Paulista de C&T&I; (II) criar mecanismos de comunicação e difusão científica e tecnológica das unidades paulistas de C&T&I.

O público-alvo desse programa é a própria administração superior da secretaria, as universidades estaduais, as faculdades vinculadas, a FAPESP, os institutos públicos estaduais ligados à secretaria, as instituições de ensino e pesquisa federais, outras secretarias de governo, associações empresariais, a FIESP e outras entidades diretamente envolvidas com a política e a organização do Sistema Estadual de C&T&I. Ações que integram esse programa são:

?? Articulação e coordenação das universidades públicas, institutos de pesquisa públicos e privados e da FAPESP.
?? Desenvolvimento do plano diretor para a expansão do ensino público superior do ESP.
?? Desenvolvimento do plano de expansão de atividades das FATECs articulado com o Plano Diretor
?? Desenvolvimento e disseminação de práticas de avaliação e de indicadores de desempenho.
?? Acompanhamento das ações do Governo Federal na área de C&T&I e promover a cooperação com os Estados e com a União.
?? Aprimoramento do sistema de suporte à inovação no ESP.
?? Desenvolvimento do plano de expansão para as escolas técnicas estaduais.

Ensino Público Superior. O objetivo é manter e ampliar a oferta de vagas e cursos superiores em áreas estratégicas e o suporte à pesquisa científica e tecnológica, aperfeiçoando constantemente a qualidade da formação em graduação e pós-graduação. As ações que integram esse programa são:

?? Ensino de graduação
?? Ensino de pós-graduação e pesquisa
?? Atividades em cursos de difusão científica e cultural e manutenção de diversos órgãos voltados à difusão cultural, científica e tecnológica
?? Atividades em museus
?? Expansão do ensino superior
?? Serviços de informatização

Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários. Os indicadores de desempenho mostram que os hospitais de ensino se encontram num limite próximo de sua capacidade máxima de atendimento e financiamento. As mudanças do perfil de atendimento dos hospitais provocaram um forte crescimento de procedimentos de alta complexidade, exigindo a implantação de programas e serviços com elevado grau de incorporação de novas tecnologias. O objetivo desse programa é promover a formação de pessoal qualificado na área de saúde, em nível de graduação e pós-graduação, concomitantemente com a prestação de assistência ambulatorial, médico-hospitalar, odontológica e procedimentos hospitalares de alta complexidade nos hospitais universitários da USP, UNESP, UNICAMP, FAMEMA e FAMERP. Suas ações compreendem:

?? Assistência médica, hospitalar e ambulatorial
?? Procedimentos de alta complexidade
?? Promover a incorporação de novas tecnologias para atenção à saúde
?? Promover a cooperação técnico gerencial com órgãos gestores do sistema de saúde

Ensino Público Tecnológico e Ensino Público Técnico. A manutenção e a ampliação da oferta de cursos tecnológicos e técnicos visam a capacitar para o trabalho, a formação de profissionais em nível superior e técnico em diversas áreas do conhecimento de modo a promover a inserção em diferentes setores profissionais do mercado de trabalho. As ações desses dois programas contemplam:

?? Manutenção com qualidade dos cursos existentes
?? Expansão do ensino público tecnológico e técnico
?? Implantar novos cursos tecnológicos e técnico
?? Promover inclusão digital
?? Implantar a rede corporativa
?? Descentralização organizacional do CEETEPS
?? Atender à demanda de técnicos em química pela FAENQUIL
?? Ensino técnico de nível médio da UNICAMP e sua expansão
?? Formação técnica de nível nédio para o setor secundário pela UNESP

Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. O objetivo desse programa é capacitar o Estado de São Paulo para os grandes desafios científicos e tecnológicos

através do desenvolvimento e apoio de atividades que favoreçam a pesquisa e o aumento do conhecimento. As ações desse programa são desenvolvidas prioritariamente pela FAPESP e compreendem:

?? Concessão de auxílio à pesquisa
?? Concessão de bolsas de estudo
?? Financiamento de programas de modernização da infra-estrutura física do sistema estadual de pesquisa e a pesquisas em áreas de importância estratégica

Desenvolvimento Tecnológico. A manutenção e atualização da capacitação instalada nas universidades e instituições públicas de pesquisa, em especial àquelas reunidas nos institutos que lidam com tecnologia e possuem maior proximidade com o setor produtivo, é fundamental para assegurar que a produção industrial e agroindustrial paulista seja competitiva e cada vez mais tenha classe mundial. O objetivo a curto e médio prazos é o desenvolvimento de pesquisa e difusão tecnológica para aumentar a competitividade do setor produtivo do ESP. As ações desse programa compreendem:

?? Manutenção e atualização da infra-estrutura e da capacitação do IPT
?? Adaptação da infra-estrutura tecnológica dos institutos de pesquisa ligados a SCTDET
?? Atendimento tecnológico local para micros e pequenas empresas
?? Desenvolvimento de projetos em áreas estratégicas, incluindo novos materiais, biotecnologia, energia, tecnologia da informação e aplicações industriais e agroindustriais
?? Melhoria da qualidade de produtos e processos de empresas paulistas
?? Melhoria da qualidade da pauta de exportação do ESP
?? Promoção e divulgação da capacitação e da infra-estrutura tecnológicas paulistas

Tecnologia Industrial Básica. Um moderno sistema de metrologia, normalização, certificação e qualidade tem um papel central de indutor da competitividade industrial, através de serviços que assegurem a qualidade e a confiabilidade dos produtos, processos e serviços oferecidos no mercado interno e de exportação, viabilizando o acesso a novos mercados e minorando o impacto das barreiras técnicas ao mercado internacional. O objetivo desse programa é modernizar a infra-estrutura e a capacitação de recursos humanos em metrologia, certificação de conformidade e qualidade industrial, aprimorando os serviços tecnológicos de apoio à competitividade da economia paulista, difundindo a cultura da certificação e das boas práticas nas industrias paulistas para satisfazer as exigências técnicas e internacionais e promover sua maior inserção no mercado internacional. As ações desse programa compreendem:

?? Adequação dos sistemas de qualidade dos institutos de pesquisa do ESP
?? Ampliação e modernização da infra-estrutura metrológica e de certificação do ESP
?? Atualização do acervo de normas, regulamentos e informações tecnológicas do IPT
?? Implantar o serviço paulista de resposta técnica
?? Organizar o sistema paulista de qualidade industrial

Inovação para a Competitividade. As crescentes demandas do mercado globalizado requerem associar o conhecimento científico-tecnológico ao setor produtivo e às políticas públicas governamentais. Esse programa visa a criar condições para o desenvolvimento da inovação em São Paulo, ampliando a interação entre universidades, institutos de pesquisa, o setor privado e os órgãos públicos. As ações desse programa compreendem:

?? Implantar parques tecnológicos em São Paulo
?? Estimular o crescimento das empresas de base tecnológica e integrá-las em rede cooperativa paulista
?? Implantar políticas públicas de estímulo à inovação
?? Estimular atividades de pesquisa para a inovação tecnológica
?? Apoiar o desenvolvimento de e a consolidação de empresas de base tecnológica
?? Atrair e estimular os investimentos em setores de alta tecnologia
?? Implantar mecanismos de acesso às informações tecnológicas para MPEs.
?? Implantar serviço de resposta técnica e difusão científica e tecnológica
?? Implantar a rede paulista de propriedade intelectual para a difusão da inovação
?? Desenvolvimento de políticas públicas de estímulo à inovação
?? Propiciar a ampliação de oportunidades de incubação para as empresas de base tecnológica

Tecnologia da Informação e Comunicação. Na sociedade do conhecimento é necessário desenvolver a produção e a comercialização interna e externa de bens de serviços da tecnologia da informação e comunicação, incluindo *software-hardware* e criar conteúdos educacionais, bem como é necessário informatizar serviços de governo e promover a inclusão digital e o desenvolvimento de novas plataformas oriundas da convergência digital – TV digital – Internet – Telecom, ou de redes avançadas. O objetivo é desenvolver a indústria de *hardware e software* em São Paulo, avançar nas aplicações e programas de inclusão digital e apoiar programas de desenvolvimento tecnológico em setores estratégicos da tecnologia da informação e comunicação. As ações desse programa compreendem:

?? Desenvolvimento de conteúdos educacionais e meios de difusão do conhecimento
?? Integração digital empresarial
?? Assegurar a consolidação da produção de *hardware* no ESP
?? Implantar centro de referência, especificação, certificação de qualidade e testes
?? Criação de novas incubadoras em TIC nas áreas de *software* e microeletrônica
?? Estabelecer modelo de negócio e padrões de financiamento para ambiente de TV digital
?? Promover a produção de *software* especializados para ambientes WEB
?? Promover e estimular a produção e a exportação de *software*
?? Promover maior conectividade com a rede Intragov
?? Promover o uso crescente da infra-estrutura de comunicações no ESP
?? Desenvolver redes e sistemas de TI para apoio às atividades do turismo e do meio ambiente
?? Promover o uso de redes colaborativas para inovação, incubação, inteligência e inclusão

Arranjos Produtivos Locais. A promoção de arranjos produtivos locais (APLs) é, como vimos, um importante instrumento de política industrial. O objetivo desse programa é o de integrar a capacidade local existente de oferta, de apropriação e de serviços, entre outros, das universidades, dos institutos de pesquisa e de cooperativas, de modo a fortalecer as PMEs para ampliar a competitividade e fortalecer as vocações regionais.As ações desse programa compreendem:

?? Mapear os arranjos organizados e fortalecer as vocações econômicas regionais
?? Apoiar a implantação e o desenvolvimento de cerca de 20 (vinte) APLs
?? Criar mecanismos para apoiar a formação e organização de APLs
?? Criar e ampliar as competências locais, mobilizando o conhecimento para a competitividade
?? Diagnosticar a situação de setores produtivos, definindo metas e estratégias de P&D
?? Inserir competitividade nos APLs organizados para atrair parcerias com apoio de outros países

Micros e Pequenas Empresas. Importante fonte de geração de emprego e renda, as Micros e Pequenas Empresas enfrentam obstáculos ao seu desenvolvimento que podem ser minimizados através da implantação de políticas públicas concertadas entre o Governo e a Sociedade. O objetivo desse programa é a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento das MPE em todos os setores e em todas as regiões do ESP. As ações desse programa compreendem:

?? Avaliar as demandas dos vários setores e regiões do ESP
?? Criar redes de fornecimento locais para suprir demanda de grandes empresas
?? Estruturar centros de apoio e serviços tecnológicos em parceria com os setores públicos e privados
?? Promover a aplicação da “Qualidade São Paulo” nas MPEs
?? Estimular a capacitação profissional dos quadros das MPEs
?? Apoiar a incorporação da gestão pela qualidade e do design nas MPEs
?? Apoiar a instalação de MPEs no ESP
?? Promover a criação de instrumentos para uma política de compra governamental

Fatores Estruturais de Competitividade: Novas tecnologias permitem aumentar a atividade econômica através da oferta de produtos e serviços adicionais ou através da redução de custos por meio de métodos produtivos mais eficientes. O objetivo desse programa é promover a implantação de novas tecnologias em rede e cooperar na viabilização de recursos de capital e de recursos financeiros para a modernização e expansão do setor produtivo paulista. As ações desse programa compreendem:

?? Desenvolvimento da rede de comunicação de alta velocidade
?? Desenvolvimento de sistemas energéticos para o desenvolvimento regional
?? Implantar o Agroporto em área disponível na bacia de Cubatão
?? Implantar sistemas multimodais de transporte de carga

Comércio Exterior As empresas ainda têm participação pequena na pauta de exportação do ESP, sendo necessário criar condições para estimular a participação dessas

empresas, de modo a promover o aumento do valor total das exportações e do aumento do valor agregado dos produtos exportados como instrumento de geração de trabalho e renda e geração de superávits comerciais. O objetivo desse programa é o aumento no valor agregado dos produtos paulistas de exportação, criar condições favoráveis ao comércio exterior e o aumento do volume de exportação em especial pelo aumento do número de empresas exportadoras. As ações desse programa compreendem:

?? Criar e disponibilizar informações comerciais
?? Criar mecanismos para dar maior visibilidade aos produtos paulistas no exterior
?? Estimular a participação de empresas paulistas em eventos internacionais
?? Implantar o centro de logística das exportações – o PoupaTempo das exportações
?? Adequar as condições logísticas para a promoção das exportações
?? Estimular a cooperação da PMEs para o comércio exterior
?? Estimular e promover a capacitação gerencial de RH para empresas exportadoras
?? Ampliar o Programa de Apoio Tecnológico à Exportação – PROGEX
?? Promover o acesso das MPEs às linhas de financiamento das agências de crédito

São Paulo Oportunidade. O Estado de São Paulo exerce forte atração para as atividades econômicas devido à sua excelente infra-estrutura e disponibilidade de Recursos Humanos com muito boa qualificação. Nesse contexto, este programa visa a apoiar e promover o desenvolvimento de projetos que estimulem a criação de trabalho e renda. As ações do programa compreendem:

?? Apoiar iniciativas para a instalação de novas indústrias e negócios no ESP
?? Desenvolver o componente "design" no ensino profissional e na incorporação aos produtos paulistas
?? Estimular e orientar a adequação de legislação em suporte a novas modalidades de empreendimentos

5.5.6 Conclusão

Vivemos um período em que o avanço tecnológico e a geração de informação e conhecimento têm impactos socioeconômicos de enorme importância. A geração, incorporação e difusão de tecnologia assumem papel de destaque único no desenvolvimento das nações.

Os dispêndios brasileiros com C&T e P&D vêm crescendo, mas são ainda significativamente inferiores aos despendidos pelos países desenvolvidos, embora estejam próximos a países como Espanha e Itália. Independentemente disso, o Estado de São Paulo está numa situação muito melhor do que a do restante do País.

Os resultados alcançados em nosso Estado devem-se, em boa parte, à excelência de seu sistema universitário e dos institutos de pesquisa, e do apoio financeiro recebido de instâncias estaduais e federais. A integração entre a Universidade, institutos de pesquisa e empresas é ainda muito frágil, mas tende a aumentar no período do PPA, pois será uma das maiores prioridades da política estadual de C&T&I.

As ações da Secretaria visam precisamente a concorrer para a modernização do sistema produtivo paulista, a identificação e o saneamento dos problemas das cadeias produtivas e a incorporação do conhecimento científico e tecnológico para aumentar a competitividade desse sistema e promover a inovação tecnológica em todos os setores da atividade econômica.

5.6 Recursos Naturais e Meio Ambiente

O desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo tem-se caracterizado pela formação de grandes concentrações urbanas, particularmente na região leste do Estado. Isso tem colocado problemas relacionados ao abastecimento de água, saneamento básico e utilização dos recursos minerais cujo equacionamento no contexto de preservação do meio ambiente faz parte das atribuições do Estado.

Nosso Estado é coberto em 86% do território pela bacia do Rio Paraná. Os restantes 14%, na faixa litorânea, são cobertos pela bacia Leste e em parte pela Sudeste. O principal tributário paulista do rio Paraná é o Tietê, cujas cabeceiras encontram-se próximas ao município da capital.

Isso faz com que a disponibilidade de água bruta no Estado seja generosa, considerados os grandes aqüíferos subterrâneos na parte oeste do Estado. No entanto, a intensa utilização urbana e industrial dos recursos nas bacias do Leste e sua maior dependência com respeito a mananciais de superfície implicam baixa disponibilidade efetiva, havendo a necessidade de medidas de controle. O problema não é novo, e a estruturação institucional dos sistemas de recursos hídricos e de saneamento básico no Estado reflete a importância que a sociedade confere ao tema.

Dada a forte pressão da urbanização sobre os mananciais, é imprescindível a aproximação entre os sistemas de meio ambiente e gestão urbana. Isso se tornou possível com a Lei 9.866/97, através da qual a Secretaria de Estado e Meio Ambiente coordena a política de gerenciamento de recursos hídricos e o sistema regional do Estado, que inclui as regiões metropolitanas, as aglomerações urbanas e as microrregiões, visando à proteção dos mananciais.

5.6.1 Saneamento Básico

Os serviços de abastecimento público de água e esgotamento são componentes centrais do saneamento básico, juntamente com a drenagem e a limpeza urbana. O acesso à água tratada e à coleta de esgoto é condição básica de saúde pública, necessária ao controle de doenças de veiculação hídrica. Destaque-se que o Estado apresenta indicadores favoráveis em relação a essas coberturas. Já o tratamento de águas residuais – condição de saneamento ambiental necessária à preservação e recuperação dos mananciais – apresenta um quadro menos favorável. Para revertê-lo, destacam-se os controles de uso e ocupação do solo em áreas de proteção a mananciais, o zoneamento industrial e a restrição ao uso de defensivos agrícolas.

O desenvolvimento acelerado tem também levado a uma certa degradação dos mananciais disponíveis para o abastecimento público. A descarga de esgotos domésticos e de efluentes industriais sem tratamento adequado, aliada à disposição inadequada de resíduos sólidos, vem cada vez mais comprometendo a qualidade dos recursos hídricos para atender aos objetivos do fornecimento de água de boa qualidade, gerando dificuldades e custos crescentes.

5.6.2 Mananciais Utilizados para abastecimento público de água

As águas subterrâneas do Estado - que possuem baixa salinidade, e características adequadas para abastecimento - apresentam ainda grande potencial de utilização. Cerca de 61% da população do Estado é atendida por sistemas de abastecimento com captação totalmente superficial. Outros 25%, por sistema com captação predominantemente superficial. A região Oeste do Estado aproveita a abundância de água proporcionada pelos aqüíferos Bauru/ Cauiá e Botucatu. O uso de

recursos hídricos subterrâneos tem importância estratégica ampliada se considerarmos a deterioração crescente da qualidade das águas superficiais.

5.6.3 Formas de contaminação nos principais mananciais

Cerca de 50% dos municípios que realizam captação superficial de água apontaram para a existência de contaminação dos mananciais.[24] Das 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado (UGRHI) as seguintes apontam os maiores índices de contaminação: Mantiqueira, Litoral Norte, Ribeira do Iguape, Paraíba do Sul, Pardo e Alto Tietê. Dessas, a mais preocupante é a do Alto Tietê, dada a sua dependência quase absoluta dos mananciais de superfície e a grande intensidade de uso de água disponível.

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário têm, respectivamente, cobertura de cerca de 90% e 70% em relação à população urbana no Estado. Com relação ao tratamento dos efluentes urbanos, fica evidente a situação crítica em que se encontram as principais UGRHI do Estado. Para o conjunto do Estado, apenas cerca de 23% dos domicílios cobertos pela coleta de esgoto têm efluentes tratados. Os esgotos domésticos poluem os recursos hídricos de praticamente todas as UGRHIs do Estado, excetuando-se as do Litoral Norte e Baixada Santista, onde a maior parte dos efluentes é disposta por meio de emissários submarinos. Observam-se, no caso da UGRHI do Alto Tietê, progressos no tratamento de efluentes industriais urbanos e industriais.

5.6.4 Resíduos Sólidos

O grande desafio no que toca aos sistemas de limpeza pública são relacionados à disposição final dos resíduos sólidos, pois a coleta ocorre na maioria dos municípios paulistas. A disposição inadequada desses resíduos pode ocasionar danos ao meio ambiente urbano e à saúde pública pela contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas, assim como pela proliferação de vetores (insetos, roedores, etc.) e interferência física com os sistemas de drenagem urbana.[25] O manejo desses resíduos é da alçada municipal e constitui um sério problema ambiental, que requer articulação entre esferas de governo para sua superação.

5.6.5 Controle Ambiental

Uma das características marcantes da questão ambiental no país – e, sobremaneira, no Estado de São Paulo - é a existência de um complexo aparato de legislações que procuram tanto promover a regulamentação dos usos dos recursos naturais quanto estabelecer sanções e penalidades para seus infratores. Além das infrações impostas, o Estado instituiu um rigoroso processo de licenciamento de atividades que são consideradas potencialmente causadoras de danos ao meio ambiente. Esses licenciamentos são coordenados a partir do Sistema Estadual do Meio ambiente,

[24] Desses, cerca de 36% indicaram a contaminação por outros cursos d'água, 30% indicaram recebimento de esgoto sanitário, 20% o recebimento de despejo industrial, 19% a contaminação por agrotóxicos, 16% a contaminação por destinação inadequada do lixo e 5% por outras formas.

[25] Segundo dados da CETESB, no Estado de São Paulo, onde a produção média é de 0,58 quilo por habitante, apenas 10,9 % dos resíduos domiciliares/ comerciais estão dispostos em sistemas adequados, 54,8% em sistemas controlados, e 30,7 % em sistemas inadequados.

estando as atribuições distribuídas entre a própria Cetesb e a Coordenadoria de Proteção dos Recursos Naturais – CPRN.[26]

Para poder usufruir das vantagens decorrentes do Protocolo de Kyoto, o Governo Estadual dará início aos estudos da linha de base de emissões de monóxido de carbono. Poderá assim fazer jus à emissão de certificados junto aos órgãos competentes de implementação do Protocolo no país.

5.6.6 Recursos Minerais

A participação da produção mineral do Estado de São Paulo no Brasil tem oscilado entre 10 e 13% dos recursos produzidos desde a década de 70, sendo Minas Gerais e Bahia os principais produtores. Mais recentemente o Estado do Rio de Janeiro vem se destacando devido à produção de recursos energéticos. A quase totalidade da produção paulista é constituída de minerais não metálicos, que em sua maior parte se destinam à Indústria de construção civil. Essas reservas, localizadas na UGRHI do Alto Tietê (em especial, a RMSP), têm propiciado explorações de argilas, areias e britas. Mas a intensificação da demanda por esses bens tem ocasionado um aumento de danos ao meio ambiente.

No Estado de São Paulo, a UGRHI 11 (Ribeira do Iguape e Litoral Sul) é a que apresenta melhores condições para a expansão da indústria de mineração (apatita, dolomita prata, chumbo, calcário, manganês), seja pelas condições geológicas favoráveis, seja pela proximidade dos grandes centros consumidores. Porém, essa expansão é dificultada pela inexistência de um sistema viário adequado e, principalmente, pelo conflito entre as áreas potencialmente produtoras e as áreas de conservação ambiental.

As propostas de solução dessas questões têm sido:

?? gerenciamento dos recursos hídricos a partir de planos de bacia hidrográfica aprovados pelos comitês de bacia;
?? introdução da cobrança pelo uso da água;
?? controle integrado (Estado e Municípios) de uso e ocupação do solo nas bacias mais densamente povoadas;
?? controle de uso do solo agrícola nas bacias sujeitas à poluição por agrotóxicos;
?? prioridade ao tratamento de esgoto sanitário.

5.6.7 Ações da Secretaria

A ação da Secretaria do Meio Ambiente, nos próximos quatro anos, se orienta no sentido de garantir que o desenvolvimento econômico e social do Estado seja sustentável. Sua função é essencialmente a de planejar e licenciar adequadamente novos investimentos industriais e proteger as áreas verdes do Estado. Se essas atividades não forem ampliadas de forma adequada o desenvolvimento vai acarretar ainda mais poluição atmosférica, mais disposição de lixo e esgotos de forma inapropriada e a destruição gradativa da área verde remanescente do Estado.

Para o licenciamento das indústrias, a SMA trabalha em conjunto com a CETESB, que conseguiu, no passado, reduzir a degradação ambiental em Cubatão e na Grande São Paulo. Para agilizar e modernizar essa ação, foi introduzida em 2002 a sistemática de licenças renováveis que garantirão um acompanhamento contínuo do desempenho das indústrias. Trabalhando junto com o setor empresarial, isso garantirá a

[26] A análise das 60 mil ocorrências de ações sobre a natureza realizada no período 1990-98 revelou que 88,3% das ações incidiram sobre a vegetação, 5,3% sobre a fauna e 5,3% sobre os recursos hídricos.

introdução de tecnologias mais limpas e eficientes. O estabelecimento de prazos para emissão de licenças pela SMA/CETESB, reivindicado há muito pelos industriais, será também implementado.

O grande problema aqui é o de permitir a expansão do parque industrial paulista e da infra-estrutura necessária, como usinas de geração de energia sem aumento da carga de poluentes lançados na atmosfera ou nos cursos da água. A solução adotada, sobretudo nas áreas consideradas "saturadas", é a de não obstar a expansão industrial, desde que sejam tomadas outras medidas na mesma área que reduzam emissões de forma a compensar as emissões adicionais. Em todos os casos, o uso de tecnologias modernas tem permitido soluções apropriadas.

O principal problema remanescente é o da poluição ambiental provocada pelos automóveis e caminhões (fontes móveis de poluição), que rodam pelas grandes cidades, principalmente na região metropolitana de São Paulo. Nesta área a SMA/CETESB vai introduzir, a partir de 2004, a inspeção ambiental dos veículos em todo o Estado de forma a gradualmente desencorajar o uso de veículos velhos e poluentes.

Outra ação, na mesma área, é a de atacar o problema na sua origem, melhorado a frota de ônibus em São Paulo. O que se pretende fazer é introduzir "ônibus híbridos", que funcionam com baterias elétricas carregadas por um pequeno motor movido a óleo diesel. Espera-se, dessa forma, reduzir à metade as emissões dos ônibus. Esse programa tem o suporte de fundações filantrópicas dos Estados Unidos e seu acompanhamento será feito pela CETESB.

Quanto às áreas contaminadas – cerca de 250 – já identificadas pela CETESB, destaque-se que são uma herança do passado, quando não havia ainda controle ambiental. Com a exigência de licenças renováveis, é pouco provável que surjam outras áreas contaminadas no futuro.

Pretende-se também, na vigência do PPA, reabilitar todas as unidades de conservação da Secretaria do Meio Ambiente – em número superior a 90. Para isso, o Estado solicitou um empréstimo de 10 milhões de dólares ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) que serão dedicados às unidades do Vale do Ribeira. Nas outras, uma dinâmica ação da Fundação Florestal está gerando recursos da venda da madeira de estações experimentais; também recursos de compensações ambientais serão utilizados. Planos de manejo para todos eles serão concluídos nesse período, bem como serão instalados os Conselhos Consultivos envolvendo a comunidade local.

Um resultado já evidente da ação da Secretaria é a recuperação da Mata Atlântica na área do litoral. Essa área decaiu continuamente desde 1950, estabilizou se em 1990 e, a partir do ano 2000, começou a aumentar. Espera-se obter resultados análogos no resto do Estado.

Finalmente, serão concluídos os planos de macrozoneamento das diferentes regiões do Estado, com prioridade para o Litoral Norte e Vale do Ribeira. Associados com essas ações e visando a orientar os empreendedores de acordo com a vocação de cada região e o público em geral, trabalhos de educação ambiental serão desenvolvidos em conjunto com as Prefeituras e organizações não-governamentais. Nesse contexto se enquadra a recuperação das matas ciliares do Estado que protegem as margens dos rios e lagos, para o que estão sendo solicitados recursos do Banco Mundial.

5.7 Desenvolvimento Econômico – 31 PROGRAMAS

Agropecuária e Agronegócios – 5 programas
Estratégia de Indústria – 7 programas
Serviços – 3 programas
Turismo – 1 programa
Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação (Ações relacionadas à Economia do Conhecimento) – 10 programas
Recursos Naturais e Meio Ambiente – 5 programas

Demonstrativo dos Programas e Ações do PPA

Demonstrativos

Índice Remissivo dos Programas aos Temas

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		162.171.310
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	110.601.515	51.569.795
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	110.601.515	51.569.795

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

AGROPECUÁRIA E AGRONEGÓCIOS

PROGRAMA

DEFESA SANITÁRIA DO AGRONEGÓCIO P/ PROTEÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE

OBJETIVO

CONTROLAR AS ZOONOSES, O USO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS E A INOCUIDADE DOS ALIMENTOS, PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

JUSTIFICATIVA

A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, EXIGEM AÇÕES QUANTO AO USO DOS AGROTÓXICOS, A EXPLORAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA, A QUALIDADE DOS ALIMENTOS E O COMBATE ÀS ZOONOSES. COM FISCALIZAÇÃO, CADASTROS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DE CONTROLE E VIGILÂNCIA, REDUZINDO PRÁTICAS DE RISCO, ALÉM DE AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DO PRODUTO AGRÍCOLA PAULISTA NOS MERCADOS CONSUMIDORES.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
AUMENTO DA IMUNIDADE DOS ANIMAIS	10.920.000	14.000.000
AUMENTO DO NÚMERO DE ENCAMINHAMENTO CORRETO DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS	5.140.000	20.000.000
AUMENTO DO NÚMERO DE PROPRIEDADES COM ÁREAS DEGRADADAS FISCALIZADAS	1.426	2.290
INEXISTÊNCIA DE OCORRÊNCIA DE RAIVA EM SERES HUMANOS.	0	0
REDUÇÃO DO NÚMERO DE CONTAMINAÇÕES POR AGROTÓXICOS	52	16
REDUÇÃO DO NÚMERO DE CONTAMINAÇÕES POR ALIMENTOS	882.000	450.000
REDUÇÃO DO NÚMERO DE FOCOS DE RAIVA DOS HERBÍVOROS.	600	20
REDUÇÃO DO NÚMERO DE OCORRÊNCIA DE DOENÇAS CONTAGIOSAS EM ANIMAIS.	240.700	142.000
REDUÇÃO NO NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO POR IRREGULARIDADES NOS ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL	1.000	100

PÚLICO ALVO

AGENTES DAS CADEIAS DE PRODUÇÃO E A SOCIEDADE EM GERAL

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ANÁLISE DE RISCO EPIDEMIOLÓGICO	9.600	ÁREAS CERTIFICADAS
CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS	285	FOCOS DE RAIVA DETECTADOS
CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E DA TUBERCULOSE	3.900.000	ANIMAIS VACINADOS
FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE ANIMAIS	337.836	INSPEÇÕES REALIZADAS
FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE VEGETAIS	400.880	INSPEÇÕES REALIZADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *AGROPECUÁRIA E AGRONEGÓCIOS*

DEFESA SANITÁRIA DO AGRONEGÓCIO P/ PROTEÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
GARANTIA DA INOCUIDADE DOS ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL	32.000	INSPEÇÕES REALIZADAS
IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS E SUB-PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	8.000	ESTABELECIMENTOS CERTIFICADOS
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE SEMENTES E MUDAS	28.000	SEMENTES E MUDAS ANALISADAS
MONITORAMENTO DO USO DO SOLO E DA ÁGUA	7.680	PROPRIEDADES COM ÁREAS DEGRADADAS FISCALIZADAS E RECUPERADAS
MONITORAMENTO DO USO DOS AGROTÓXICOS	9.008	PROPRIEDADES E PRODUTORES MONITORADOS E FISCALIZADOS
OBRAS E REFORMAS DE IMÓVEIS	132	UNIDADES CONSTRUÍDAS, AMPLIADAS E/OU RECUPERADAS
QUALIDADE DA AÇÃO PÚBLICA EM DEFESA AGROPECUÁRIA	1.000	UNIDADES EM OPERAÇÃO
REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA AQUICULTURA	2.000	PROPRIEDADES CADASTRADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		2.209.664
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2.209.664	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	2.209.664	

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

AGROPECUÁRIA E AGRONEGÓCIOS

PROGRAMA

ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS SANITÁRIAS PARA EXPORTAÇÃO

OBJETIVO

AUMENTAR AS VANTAGENS COMPETITIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO PAULISTA, CERTIFICANDO ÁREAS LIVRES DE DOENÇAS E PRAGAS, COM VISTAS A ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS SANITÁRIAS PARA AS EXPORTAÇÕES

JUSTIFICATIVA

É NECESSÁRIO OBTER O RECONHECIMENTO NACIONAL E INTERNACIONAL DE QUE NOSSOS PRODUTOS SÃO GERADOS EM ÁREAS LIVRES DE DOENÇAS E PRAGAS, EVITANDO QUE QUALQUER NEGOCIAÇÃO SEJA INVIABILIZADA POR QUESTÕES SANITÁRIAS, TAIS COMO A OCORRÊNCIA DE CASOS DE FEBRE AFTOSA, PESTE SUÍNA CLÁSSICA, DOENÇA DA VACA LOUCA, CÂNCRO CÍTRICO E TANTAS OUTRAS QUE CONSTITUEM BARREIRAS ÀS EXPORTAÇÕES.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
AUMENTO DAS CERTIFICAÇÕES DE PROPRIEDADES LIVRES DE DOENÇAS DOS ANIMAIS.	0	30.000
AUMENTO DAS CERTIFICAÇÕES DE PROPRIEDADES LIVRES DE DOENÇAS E PRAGAS DOS VEGETAIS.	8.260	13.266
REDUÇÃO DE OCORRÊNCIAS DE DOENÇAS E PRAGAS QUE CONSTITUAM BARREIRAS SANITÁRIAS ÀS EXPORTAÇÕES	10	2

PÚLICO ALVO

AGROPECUÁRISTA, INDÚSTRIA E COMERCIO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CERTIFICAÇÃO DE ÁREAS LIVRES DE DOENÇAS DOS ANIMAIS	4	DOENÇAS ERRADICADAS OU CONTROLADAS
CERTIFICAÇÃO DE ÁREAS LIVRES DE DOENÇAS E PRAGAS DOS VEGETAIS	4	PRAGAS E DOENÇAS ERRADICADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		233.088.693
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	135.539.090	97.549.603
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	135.539.090	97.549.603

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

AGROPECUÁRIA E AGRONEGÓCIOS

PROGRAMA

FORTALECIMENTO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR

OBJETIVO

FORTALECER O AGRONEGÓCIO FAMILIAR COMO ALTERNATIVA CONSISTENTE DE GERAÇÃO DE EMPREGO E DE RENDA, COM BASE NO FINANCIAMENTO E NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DIRIGIDA.

JUSTIFICATIVA

O AGRONEGÓCIO FAMILIAR É A MAIS IMPORTANTE ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA ECONOMIA PAULISTA.TRATA-SE DE UM SEGMENTO DE EMPREENDEDORES DE AUTONEGÓCIOS FAMILIARES, NO CAMPO E NA CIDADE, QUE AMPLIA AS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM INCLUSÃO SOCIAL.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE AGRICULTORES E OUTROS EMPREENDEDORES FAMILIARES QUE RECEBERAM ORIENTAÇÃO EM PROJETOS SUBMETIDOS AO FEAP E AO PRONAF	17.600	45.000
NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS ASSISTIDAS	450	500
NÚMERO DE CONTRATOS DE CRÉDITO COM EMPREENDEDORES FAMILIARES REALIZADOS POR MEIO DO FUNDO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA (FEAP), O BANCO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR.	2.871	4.000
NÚMERO DE CONTRATOS REALIZADOS PELA REDE BANCÁRIA CUJOS BENEFICIÁRIOS SEJAM CLASSIFICADOS COMO AGRICULTORES FAMILIARES.	13.731	38.500
NÚMERO DE KITS DE MÁQUINAS DISTRIBUÍDAS	0	800
NÚMERO DE PROFISSIONAIS E AGRICULTORES TREINADOS EM TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO E GERENCIAMENTO SUSTENTÁVEL	0	80.000
NÚMERO MUNICÍPIOS QUE ADERIRAM AO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO MUNICIPAL PARA DISSEMINAR INOVAÇÕES E IMPLANTAR AÇÕES LOCAIS ESPECÍFICAS	450	450
UNIDADES AGROINDUSTRIAIS CRIADAS	0	500
VALOR DA PRODUÇÃO CUJA APÓLICE DE SEGURO RECEBEU SUBVENÇÃO DO FUNDO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA (FEAP), O BANCO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR.	0	400.000.000
VALOR DOS CONTRATOS DE CRÉDITO REALIZADO PELA REDE BANCÁRIA CUJOS BENEFICIÁRIOS SEJAM CLASSIFICADOS COMO AGRICULTORES FAMILIARES.	72.479.175	300.000.000
VALOR DOS CONTRATOS DE CRÉDITO OBTIDOS JUNTO À REDE BANCÁRIA CUJO AVAL FOI CONCEDIDO POR MEIO DO FUNDO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA (FEAP), O BANCO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR.	0	50.000.000

PÚLICO ALVO

EMPREENDEDORES FAMILIARES

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ASSISTÊNCIA À ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	2.000	ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *AGROPECUÁRIA E AGRONEGÓCIOS*

FORTALECIMENTO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AVAL PARA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR	6.000	CONTRATOS DE CONCESSÃO DE AVAL, REALIZADOS C/RECURSOS DO BANCO DO AGRON.FAMILIAR
CIDADANIA E PROFISSIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA	36.500	PRODUTORES E TRABALHADORES RURAIS CAPACITADOS
CRÉDITO PARA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR	14.770	CONTRATOS DE FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADOS COM RECURSOS DO BANCO DO AGR
DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS MUNICIPAIS	2.580	CONVÊNIOS REALIZADOS
FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR PAULISTA	150.000	CONTRATOS DE FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES DO AGRONEGÓCIOS FAMILIA.
GANHOS DE ESCALA NA LAVOURA FAMILIAR	1.600	ORGANIZAÇÕES E PRODUÇÃO ATENDIDAS
INCENTIVO À AGROINDÚSTRIA FAMILIAR	165	PEQUENAS AGROINDÚSTRIAS CRIADAS
ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR	100.000	AGROPECUARISTAS FAMILIARES ATENDIDOS
SUBVENÇÃO DO PRÊMIO DO SEGURO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR	80.000	CONTRATOS DE SUBVENÇÃO DE SEGUROS
SUBVENÇÕES AOS PRODUTORES RURAIS PELO FEAP MICROBACIAS	36.000	PRODUTORES ATENDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		283.320.951
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	43.051.087	80.269.864
DEMAIS RECURSOS	158.000.000	2.000.000
TOTAL	201.051.087	82.269.864

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

AGROPECUÁRIA E AGRONEGÓCIOS

PROGRAMA

GESTÃO DAS AGROPOLÍTICAS PÚBLICAS

OBJETIVO

REALIZAR AÇÕES GOVERNAMENTAIS CATALIZADORAS DA CONVERGÊNCIA DE PROPÓSITOS E INTERÊSSES DOS AGENTES DAS CADEIAS DE PRODUÇÃO E DE APRIMORAMENTO DA LOGÍSTICA SETORIAL.

JUSTIFICATIVA

AS INTERVENÇÕES DO GOVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS EXIGEM UM PROCESSO DE AÇÃO CONVERGENTE DERIVADO DA ARTICULAÇÃO DOS INÚMEROS INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS,BEM COMO,A CONCRETIZAÇÃO DA LOGÍSTICA SOBRE A QUAL AS CADEIAS DE PRODUÇÃO MOVIMENTARÃO SEUS PROCESSOS DE GERAÇÃO DE RENDA E DE EMPREGO. O APRIMORAMENTO DA LOGÍSTICA IMPLICA EM MANTER SÃO PAULO NA VANGUARDA DA EXCELÊNCIA NACIONAL.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
KM. DE ESTRADAS TRABALHADOS, INDICADOR DIRETO DO ESFORÇO REALIZADO NA BUSCA DE GARANTIR TRAFEGABILIDADE À MALHA VIÁRIA RURAL.	965	1.500
NÚMERO DE ENTREPOSTOS TERMINAIS ATACADISTAS,REPRESENTANDO O NÚMERO DE UNIDADES INSTALADAS.	0	2
NÚMERO DE GALPÕES DOS AGRONEGÓCIOS, REPRESENTANDO O NÚMERO DE UNIDADES EM PLENO FUNCIONAMENTO.	0	600
NÚMERO DE PARQUES REESTRUTURADOS, MENSURANDO O ESFORÇO DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DE UNIDADES PARA VISITAÇÃO PÚBLICA.	0	2
NÚMERO DE PONTES METÁLICAS, REPRESENTANDO O NÚMERO DE UNIDADES INSTALADAS.	1.080	2.680
NÚMERO DE PRODUTORES ATENDIDOS NO MONITORAMENTO DO ABASTECIMENTO.	10.500	12.080
NÚMERO DE REUNIÕES SETORIAIS.	573	720
SUPERFÍCIE DE ESPELHOS DE ÁGUA CONSTRUÍDOS, RESULTANTE DAS AÇÕES PÚBLICAS.	0	2.000
SUPERFÍCIE DE ÁREAS DEGRADADAS RECUPERADAS, RESULTANTES DA INTERVENÇÃO PÚBLICA.	0	40.000

PÚLICO ALVO

INSTITUIÇÕES ATUANTES NOS AGRONEGÓCIOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS AGRONEGÓCIOS	2.880	REUNIÕES SETORIAIS
COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS GALPÕES DO AGRONEGÓCIO	600	GALPÕES EM ATIVIDADE
CRIAÇÃO DE PEIXES EM ÁGUA DOCE	480 HECTARES	SUPERFÍCIE DE ESPELHOS DE ÁGUA PARA CRIATÓRIOS DE PEIXES
ESTRUTURAÇÃO DA PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DOS AGRONEGÓCIOS	500	EMPRESAS E INSTITUIÇÕES ASSISTIDAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *AGROPECUÁRIA E AGRONEGÓCIOS*

GESTÃO DAS AGROPOLÍTICAS PÚBLICAS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA, OPERACIONAL E DE TREINAMENTO DE REC. HUMANOS	513	MODERNIZAÇÃO E IMAGEM EXTERNA
GALPÕES DOS AGRONEGÓCIOS	600	GALPÕES EM FUNCIONAMENTO
LOGÍSTICA DE ABASTECIMENTO DA GRANDE SÃO PAULO	2	ENTREPOSTOS TERMINAIS IMPLANTADOS
MELHOR CAMINHO	5.130 KM	ESTRADAS RECUPERADAS
MELHORIA DA ESTRUTURA DE VISITAÇÃO DOS PARQUES DA ÁGUA BRANCA E ÁGUA FUNDA	2	PARQUES RECUPERADOS
PONTES METÁLICAS	1.600	PONTES INSTALADAS
PROMOÇÃO E MONITORAMENTO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA	84.120	PRODUTORES ATENDIDOS
PRÓ-ESTRADA	320	CONSÓRCIOS ATENDIDOS
RECUPERAÇÃO DE MANANCIAIS PARA PRODUÇÃO DE ÁGUA LIMPA	40.000 HECTARES	ÁREA RECUPERADA
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E MONITORAMENTO DE MANANCIAIS	1.200 KM	SUPERFÍCIE DE ÁREAS DEGRADADAS RECUPERADAS
REPRESENTAÇÕES SETORIAIS E REGIONAIS DO AGRONEGÓCIO	780	EVENTOS REALIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		403.113.703
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	359.909.727	15.203.976
DEMAIS RECURSOS	28.000.000	
TOTAL	**387.909.727**	**15.203.976**

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

AGROPECUÁRIA E AGRONEGÓCIOS

PROGRAMA

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA COMPETITIVIDADE DOS AGRONEGÓCIOS-AGROINOVA SÃO PAULO

OBJETIVO

INCREMENTAR A PRODUTIVIDADE E A QUALIDADE DE PRODUTOS E PROCESSOS PELA INTERNALIZAÇÃO AO PROCESSO PRODUTIVO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS PRODUZIDAS PELA AÇÃO DE GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS APLICADOS AO CONJUNTO DAS CADEIAS DE PRODUÇÃO DOS AGRONEGÓCIOS E À DIVERSIDADE DE REALIDADES REGIONAIS DO TERRITÓRIO PAULISTA.

JUSTIFICATIVA

AS AÇÕES DE P&D, TÊM IMPACTO DIRETO NO DESENVOLVIMENTO SETORIAL. A ÁREA AGRÍCOLA PAULISTA TEM SE MANTIDO EM 18 MILHÕES DE HECTARES DESDE OS ANOS 80. MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS PELA INOVAÇÃO DE QUALIDADE, PRODUTIVIDADE E AGREGAÇÃO DE VALOR PODEM ALAVANCAR A RENDA SETORIAL.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE ACESSO ÀS HOMEPAGES DA APTA NA BUSCA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS SOBRE OS AGRONEGÓCIOS	376.128	410.000
NÚMERO DE ANÁLISES LABORATORIAIS PARA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE, EXECUTADAS PELA REDE ANÁLISE APTA COMPOSTA DE 58 LABORATÓRIOS COM PADRÃO INTERNACIONAL	311.172	430.000
NÚMERO DE ATENDIMENTOS DIRETOS REALIZADOS, COM A PRESENÇA FÍSICA DAS PESSOAS NAS UNIDADES EXPERIMENTAIS, BUSCANDO INFORMAÇÕES SOBRE ASSUNTOS RELEVANTES E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	38.367	150.000
NÚMERO DE CENTROS APTA POR CADEIA DE PRODUÇÃO CONSOLIDADOS	0	12
NÚMERO DE HIDROPONIAS IMPLANTADAS EM IGUAL NÚMERO DE COMUNIDADES PERIFÉRICAS DA CAPITAL PAULISTA	0	50
NÚMERO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, REPRESENTANDO OS RESULTADOS CONSOLIDADOS INCORPORÁVEIS AOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO COM BASE EM TESTES EM ESCALA COMERCIAL	105	120
NÚMERO DE PESQUISAS EM ANDAMENTO NA APTA EM CADA ANO AGRÍCOLA	1.121	1.400
NÚMERO DE PESSOAS TREINADAS, ENTENDIDO COMO INDICADOR SÍNTESE DAS VÁRIAS REALIZAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO	33.362	53.000
NÚMERO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS MUNICIPAIS IMPLANTADOS NOS 51 MUNICÍPIOS PAULISTAS DE MENOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO-IDH	0	51
NÚMERO DE PÓLOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DOS AGRONEGÓCIOS CONSOLIDADOS.	0	15
QUANTIDADE DE SEMENTES BÁSICAS PRODUZIDAS, INDICADOR UTILIZADO COMO SÍNTESE DE UMA AMPLA GAMA DE INSUMOS MULTIPLICADOS TENDO EM VISTA SEREM RESULTANTES DA PROGRAMAÇÃO INSTITUCIONAL.	813.000	1.000.000
ÍNDICE DAS EXPORTAÇÕES DOS AGRONEGÓCIOS PAULISTAS, ANO BASE 2000=100	169,38	216,18
ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DA TERRA, INDICE COMPOSTO,ANO BASE 2000=100.	110,22	134,1
ÍNDICE DO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, ÍNDICE SIMPLES ANOBASE 2000=100	123,19	149,88

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

AGROPECUÁRIA E AGRONEGÓCIOS

PROGRAMA

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA COMPETITIVIDADE DOS AGRONEGÓCIOS-AGROINOVA SÃO PAULO

PÚLICO ALVO

AGENTES DAS CADEIAS DE PRODUÇÃO DOS AGRONEGÓCIOS

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ANÁLISES LABORATORIAIS PARA A QUALIDADE	1.600.000	ANÁLISES LABORATORIAIS REALIZADAS
CONHECIMENTO EM BENS DE CAPITAL E INFORMAÇÕES DOS AGRONEGÓCIOS	630	PESQUISAS REALIZADAS
CONHECIMENTO EM GRÃOS E FIBRAS	740	PESQUISAS REALIZADAS
CONHECIMENTO EM HORTÍCOLAS E AGRONEGÓCIOS ESPECIAIS	1.040	PESQUISAS REALIZADAS
CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	660	PESQUISAS REALIZADAS
CONHECIMENTO EM PROTEÍNA ANIMAL	1.150	PESQUISAS REALIZADAS
CONHECIMENTO NA AGROINDÚSTRIA DE EXPORTAÇÃO	870	PESQUISAS REALIZADAS
CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	210	PESQUISAS REALIZADAS
CONSOLIDAÇÃO DOS CENTROS APTA DE INOVAÇÕES POR CADEIAS DE PRODUÇÃO	12	UNIDADES REGIONAIS CONSOLIDADAS
CONSOLIDAÇÃO DOS PÓLOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DOS AGRONEGÓCIOS	15	UNIDADES REGIONAIS CONSOLIDADAS
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA OS AGRONEGÓCIOS	1.855.000	ACESSOS EM HOMEPAGES
LAVOURA URBANA COMO OPÇÃO DE EMPREGO E RENDA	170	HIDROPONIAS INSTALADAS
MODERNIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE LABORATORIAL	100 %	SISTEMA DE UNIDADES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CONSOLIDADO
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE PRODUTOS E PROCESSOS	100 %	SISTEMA DE MONITORAMENTO IMPLANTADO
MULTIPLICAÇÃO DE INSUMOS TECNOLÓGICOS	3.570.000	SEMENTES PRODUZIDAS
NOVOS NEGÓCIOS PARA INCLUSÃO SOCIAL	219	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
POUPATEMPO DOS AGRONEGÓCIOS	440.000	NÚMERO DE ATENDIMENTOS DIRETOS
QUALIDADE DA AÇÃO PÚBLICA EM CONHECIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS	168.000	ATENDIMENTOS DIRETOS EFETUADOS
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE HIDROMETEOROLÓGICAS	100 %	SISTEMA DE INFORMAÇÕES HIDROMETEOROLÓGICAS IMPLANTADO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DOS AGRONEGÓCIOS	100 %	SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DOS AGRONEGÓCIOS - CONSOLIDADO E APRIMORADO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DE P&D DOS AGRONEGÓCIOS	100 %	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS IMPLANTADO
TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO	182.000	PESSOAS TREINADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		5.759.359
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	5.759.359	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	5.759.359	

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

ESTRATÉGIA DE INDUSTRIA

PROGRAMA

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

OBJETIVO

DESENVOLVER A CAPACIDADE LOCAL DE OFERTA E DE APROPRIAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE SERVIÇOS, BEM COMO PROMOVER CENTROS COOPERADOS ENTRE EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES DE PESQUISA E DE SERVIÇOS (UNIVERSIDADES, INSTITUTOS DE PESQUISA, COOPERATIVAS ETC.). FORTALECER AS VOCAÇÕES REGIONAIS E SETORIAIS ATRAVÉS DOS MUNICÍPIOS E DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, PARA AMPLIAR A COMPETITIVIDADE.

JUSTIFICATIVA

A PROMOÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS É UM IMPORTANTE INSTRUMENTO DE POLÍTICA INDUSTRIAL, QUE ESTIMULA MAIOR COOPERAÇÃO E ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO E LOCALIZAÇÃO.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE AGENTES LOCAIS QUALIFICADOS E TREINADOS.	100	150
APL APOIADO E NÚMERO DE EMPRESAS PARTICIPANTES DE CADA APL.	3	20

PÚLICO ALVO

EMPRESAS DE ATUAÇÃO REGIONAL; INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE PESQUISA E SERVIÇOS; UNIVERSIDADES E SUAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS, SEBRAE, SENAI, PREFEITURAS E GOVERNO ESTADUAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO À IMPLANTAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	20	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL APOIADO
CRIAÇÃO DE MECANISMOS PARA APOIAR A FORMAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS ORGANIZADOS	4	MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA DE CT E I AOS ARRANJOS PRODUTIVOS
CRIAÇÃO, AMPL.DAS COMPETÊNCIAS LOCAIS E MOBILIZ.DO CONHECIM. P/A COMPETITIVIDADE	14	VISITAS, REUNIÕES E EVENTOS PARA INSTRUÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO.
DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO SETOR PROD. DEFININDO METAS E ESTRAT.DE PESQ.E DES.	20	DIAGNÓSTICOS REALIZADOS COM PREVISÃO DE METAS E DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS.
INSERÇÃO DE COMPETITIVID.NOS APOIOS PRODUT.P/ATRAIR PARCERIAS COM OUTROS PAÍSES	20	ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS ENTRE APOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS.
MAPEAMENTO DOS ARRANJOS ORGANIZADOS E FORTALEC. DAS VOCAÇÕES ECONÔM. REGIONAIS	35	POLITICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		14.990.449
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3.686.725	11.303.724
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	**3.686.725**	**11.303.724**

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

ESTRATÉGIA DE INDUSTRIA

PROGRAMA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

OBJETIVO

POTENCIALIZAR AS VOCAÇÕES REGIONAIS DO ESTADO, REDUZIR DIFERENÇAS REGIONAIS E CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO PARA TODAS AS REGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO.

JUSTIFICATIVA

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE SÃO PAULO OCORREU SEM A PERCEPÇÃO ESPACIAL LEVANDO A DISTORÇÕES REGIONAIS QUE SE APROFUNDARAM PELA ADOÇÃO DIFERENCIADA DAS TECNOLOGIAS , PELAS DEFICIÊNCIAS DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E DO CAPITAL INTELECTUAL, E PELO MANEJO IMPRÓPRIO DOS RECURSOS NATURAIS.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
RELAÇÃO PERCENTUAL DE EMPRESAS BENEFICIADAS	100	150

PÚLICO ALVO

TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

ESTRATÉGIA DE INDUSTRIA

PROGRAMA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APRIMORAMENTO TÉCNICO E TECNOLÓGICO AOS MUNICÍPIOS PARA GESTÃO	500	PESSOAL QUALIFICADO, NOVAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
ARTICULAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE AGÊNCIAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	40	AGÊNCIAS CRIADAS OU ESTIMULADAS
CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE, IDENTIFICANDO E MONITORANDO AS AÇÕES	120	COMPETIT., MAIOR EFIC. MÃO DE OBRA, GERAÇÃO EMPREGO E RENDA
DESENV.DE PROJETOS QUE PODEM SER BENEFICIADOS PELO MECANISMO DE DESENV. LIMPO	80	ÁREA DE COBERTURA, VOLUME DE CAPTAÇÃO DE CO^2, RENDA POR HECTARE
DESENVOLV. DE PROJETOS PARA ORIENTAR A APLICAÇÃO DE RECURSOS DE FUNDOS REGIONAIS	400	PROJETOS ELABORADOS, FINANCIADOS OU IMPLEMENTADOS
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PRODUÇÃO MAIS LIMPA NAS INDÚSTRIAS PAULISTAS	92	MENOR POLUIÇÃO POR UNIDADE, MENOR CUSTO, QUALIDADE DE VIDA
ESTUDOS, PESQUISA E MONITORAMENTO DE REGIÕES SUJEITAS A SITUAÇÕES DE RISCO	67	LAUDOS TÉCNICOS
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE HIDROMETEOROLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	4	MAPAS CONTENDO INFORMAÇÕES PARA PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E APOIO AO SETOR PRODUTIVO
INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISAS REGIONAIS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	20	ANÁLISES TÉCNICAS
PATEM - APOIO TECNOLÓGICO AOS MUNICÍPIOS	190	LAUDOS, PARECERES E RELATÓRIOS TÉCNICOS
PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE DEMANDAS LOCAIS E REGIONAIS	120	MAIOR EFICIÊNCIA NOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS
PRUMO - PROJETO UNIDADES MÓVEIS	4.560	APOIO TECNOLÓGICO ÀS MPES
SISTEMAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL AOS RECURSOS HÍDRICOS E À SEGURANÇA INDUSTRIAL	150	PRODUTOS DE INOCUIDADE CONFIRMADA, IMPLANTAÇÃO DE MATAS CILIARES

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
REPASSE DE RECURSOS AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA	1.000	CONVÊNIOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERIODO R$		63.864.648
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	23.864.648	40.000.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	23.864.648	40.000.000

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

ESTRATÉGIA DE INDUSTRIA

PROGRAMA

EMPREENDEDORISMO

OBJETIVO

CRIAR CONDIÇÕES PARA GERAÇÃO DE NOVOS EMPREENDEDORES ATRAVÉS DA CAPACITAÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO E COOPERAÇÃO E DO FINANCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES VIÁVEIS E DE ATIVIDADE PRODUTIVA.

JUSTIFICATIVA

EXISTÊNCIA DE GRANDE NÚMERO DE PESSOAS DESEMPREGADAS, QUE POR FALTA DE CAPACITAÇÃO, PREPARO E MÍNIMAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS PARA GERIR SEUS PROPRIOS NEGÓCIOS ESTÃO FORA DO MERCADO DE TRABALHO.

MULTISETORIAL

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
CONTRATOS ASSINADOS	11.997	33.400
EMPREENDEDORES ATENDIDOS	849	8.000
EVENTOS REALIZADOS	2	10

PÚLICO ALVO

DESEMPREGADOS

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
REPASSE DE RECURSOS AO BANCO DO POVO	133.600	CONVÊNIOS

ÓRGÃO

SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO AO AUTO-EMPREGO	25.600	EMPREENDEDORES CAPACITADOS
BANCO DO POVO	133.600	CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS
COOPERATIVISMO/ASSOCIATIVISMO	34	EVENTOS REALIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		6.265.765
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	6.265.765	
TOTAL	6.265.765	

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *ESTRATÉGIA DE INDUSTRIA*

FATORES ESTRUTURAIS DE COMPETITIVIDADE

OBJETIVO

PROMOVER A IMPLANTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS EM REDE E COOPERAR NA VIABILIZAÇÃO DE RECURSOS DE CAPITAL E FINANCEIRO PARA A MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO SETOR PRODUTIVO.

JUSTIFICATIVA

NOVAS TECNOLOGIAS SÃO INCORPORADAS AO SETOR PRODUTIVO ATRAVÉS DE NOVOS INVESTIMENTOS. ESSAS TECNOLOGIAS PERMITEM AUMENTAR A ATIVIDADE ECONÔMICA ATRAVÉS DA OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS ADICIONAIS E PERMITEM REDUZIR OS CUSTOS ATRAVÉS DE MÉTODOS PRODUTIVOS MAIS EFICIENTES.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
REDES INSTALADAS	0	1

PÚLICO ALVO

SERVIÇOS PÚBLICOS, EMPRESAS QUE QUEIRAM MODERNIZAR OU AMPLIAR SUAS INSTALAÇÕES, AUMENTAR SEU NÍVEL DE ATIVIDADES, ENTRAR EM NOVOS MERCADOS E/OU EXPORTAR.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESENVOLVIMENTO DA REDE DE COMUNICAÇÃO DE ALTA VELOCIDADE.	40	FIBRAS ÓTICAS, ROTEADORES, BANCOS DE SERVIDORES, TRANSPONDERS DE SATÉLITES
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS ENERGÉTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	40	PROJETOS REALIZADOS
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS MULTIMODAIS DE TRANSPORTE DE CARGA	20	PROJETOS REALIZADOS
IMPLANTAÇÃO DO AGROPORTO	2	INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS, ARMAZÉNS E PÁTIOS DE MANOBRA IMPLANTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		645.928
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		645.928
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL		645.928

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

ESTRATÉGIA DE INDUSTRIA

PROGRAMA

FOMENTO À ATIVIDADE INDUSTRIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

OBJETIVO

PROPICIAR O INCREMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, AGRO-INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS E A DISPONIBILIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA.

JUSTIFICATIVA

FOMENTAR AS ATIVIDADES INDUSTRIAIS,AGRO-INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS CONSIDERANDO SEU DESEMPENHO ECONÔMICO, CARACTERÍSTICAS TECNOLÓGICAS E RELEVÂNCIA NO CONTEXTO DA ECONOMIA ESTADUAL.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
CONTRATOS/CONVÊNIOS FIRMADOS	Não Disponível	2.512

PÚLICO ALVO

MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS E COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
REPASSE DE RECURSOS AO FIDEC - FUNDO EST. DE INCENTIVO AO DESENV. ECONÔMICO	4	REPASSE ANUAL
REPASSE DE RECURSOS AO FIDES - FUNDO EST. DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	4	REPASSE ANUAL
REPASSE DE RECURSOS AO FUNAC-FUNDO DE APOIO A CONTRIBUINTES DO EST. DE SÃO PAULO	4	REPASSE ANUAL
REPASSE DE RECURSOS AO FUNDO DE AVAL	2.000	EMPREENDIMENTOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		22.170.850
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	22.170.850	
TOTAL	22.170.850	

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

ESTRATÉGIA DE INDUSTRIA

PROGRAMA

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

OBJETIVO

CRIAR CONDIÇÕES FAVORÁVEIS AO DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM TODOS OS SETORES E EM TODAS AS REGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO.

JUSTIFICATIVA

IMPORTANTE FONTE DE GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA, AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ENFRENTAM OBSTÁCULOS AO SEU DESENVOLVIMENTO QUE PODEM SER MINIMIZADOS POR POLÍTICAS PÚBLICAS CONCERTADAS ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE EMPRESAS BENEFICIADAS (PESSOAL QUALIFICADO E VOLUME DE CRÉDITO OBTIDO)	100	150

PÚLICO ALVO

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO À INCORP. DA GESTÃO PELA QUALIDADE E DO DESIGN NAS MICRO E PEQ. EMPRESAS	180	EVENTOS REALIZADOS
APOIO À INSTALAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	115	MATERIAL DE INFORMÁTICA
AVALIAÇÃO DAS DEMANDAS DOS VÁRIOS SETORES E REGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO	20	EVENTOS REALIZADOS E DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS ELABORADOS
CRIAÇÃO DE REDES DE FORNECIMENTO LOCAIS P/ SUPRIR DEMANDA DE GRANDES EMPRESAS	40	VÍNCULOS COMERCIAIS E DE TUTORIAGEM COM GRANDES EMPRESAS
ESTRUTURAÇÃO CENTROS DE APOIO E SERV.TÉCN.EM PARCERIA C/OS SETORES PÚB.E PRIV.	40	SERVIÇOS DE LABOR. DE TESTES, IMPL.DE NORMAS, PADRÕES E CERTIFICAÇÃO DE PROD.
PROMOÇÃO DA APLICAÇÃO DA "QUALIDADE SÃO PAULO" NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	100	CRIAÇÃO DE REDE DE ENTIDADE CERTIF.DE QUALID. DE PROD. E DA CULTURA DA GESTÃO
PROMOÇÃO DA CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA UMA POLÍTICA DE COMPRA GOVERNAMENTAL	120	INSTRUMENTOS LEGAIS PROMOVIDOS
PROMOÇÃO DE CURSOS DE FORM.PROF.DE FORMA CONTINUADA E ESTÍMULO À CERTIF.PROFIS.	170	CURSOS REALIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		23.616.775
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	23.616.775	
TOTAL	23.616.775	

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *ESTRATÉGIA DE INDUSTRIA*

TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA

OBJETIVO

AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA E A CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM NORMALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO, APRIMORANDO OS SERVIÇOS TECNOLÓGICOS DE APOIO À COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA PAULISTA E SUA INSERÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL, DIFUNDINDO A CULTURA DA CERTIFICAÇÃO E DAS BOAS PRÁTICAS, PARA SATISFAZER AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS INTERNACIONAIS.

JUSTIFICATIVA

UM SISTEMA MODERNO DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO, CERTIFICAÇÃO E QUALIDADE TEM UM PAPEL CENTRAL COMO INDUTOR DA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, ATRAVÉS DE SERVIÇOS QUE ASSEGUREM A QUALIDADE E CONFIABILIDADE DOS PRODUTOS, PROCESSOS E SERVIÇOS OFERECIDOS NOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO, VIABILIZANDO ACESSO A NOVOS MERCADOS E MINORANDO O IMPACTO DAS BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS ATENDIDAS	100	150

PÚLICO ALVO

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS; EMPRESAS EXPORTADORAS; INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS; UNIVERSIDADES; INSTITUIÇÕES DE NORMALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADEQUAÇÃO SIST. DE QUAL. INSTIT. PESQ. EST. ÀS NOVAS NORMAS ISO 9000 E ISO 17025	3	INSTITUTOS/LABORATÓRIOS CERTIFICADOS ISO 9000 E ISO 17025.
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA METROLÓGICA E DE CERTIFICAÇÃO DO EST	62.900	ENSAIOS E SERVIÇOS DE CALIBRAÇÃO NORMALIZADOS
ATUALIZAÇÃO DO ACERVO DE NORMAS, REGULAMENTOS E INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS DO IPT.	20	ACERVO E BANCO DE INFORM. TECNOL. EM FORMATO DIGITAL, COM ACESSO PELA INTERNET.
IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO PAULISTA DE RESPOSTA TÉCNICA	185.000	SISTEMAS INOVADORES DE ACESSO E DE INTERAÇÃO USUÁRIO PRODUTOR DE SERV. TECNOL.
ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PAULISTA DE QUALIDADE INDUSTRIAL	180	PRODUTOS E SERVIÇOS CERTIFICADOS (COM SELO DE QUALIDADE) OFERECIDOS À POPULAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		3.441.639.000
	CORRENTES	**CAPITAL**
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	3.431.339.000	10.300.000
TOTAL	**3.431.339.000**	**10.300.000**

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *SERVIÇOS*

COMERCIALIZAÇÃO DE SEGUROS

OBJETIVO

AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DA COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP, NO RAMO DE SEGUROS.

JUSTIFICATIVA

ATENDER AOS CLIENTES COM PRODUTOS E SERVIÇOS ADEQUADOS, QUALIDADE E EFICIÊNCIA.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
TAXA DE CRESCIMENTO PERCENTUAL DE RECEITAS	100	140

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEGUROS	40 %	SEGUROS DE PESSOAS, HABITACIONAL, RURAL E OUTROS
MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SISTEMAS ADMINISTRATIVOS	100 %	MELHORIA DA COMPETIVIDADE

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		19.385.425
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	19.385.425	
TOTAL	19.385.425	

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *SERVIÇOS*

COMÉRCIO EXTERIOR

OBJETIVO

AUMENTAR O VALOR AGREGADO DOS PRODUTOS PAULISTAS DE EXPORTAÇÃO.CRIAR CONDIÇÕES FAVORÁVEIS AO COMÉRCIO EXTERIOR. AUMENTAR O VOLUME DE EXPORTAÇÃO, EM ESPECIAL PELO AUMENTO DO NÚMERO DE EMPRESAS EXPORTADORAS.

JUSTIFICATIVA

MUITAS EMPRESAS TEM PARTICIPAÇÃO PEQUENA NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DO ESTADO.É NECESSÁRIO CRIAR CONDIÇÕES PARA ESTIMULAR SUA PARTICIPAÇÃO. PODEMOS DESTACAR A IMPORTÂNCIA DO AUMENTO DO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES E DO AUMENTO DO VALOR AGREGADO DOS PRODUTOS EXPORTADOS COMO INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, E GERAÇÃO DE SUPERAVITS COMERCIAIS.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMEROS DE EMPRESAS EXPORTADORAS E VOLUME DE EXPORTAÇÃO	100	120

PÚLICO ALVO

EMPRESAS TRADICIONAIS OU INICIANTES EM COMÉRCIO EXTERIOR. ÊNFASE NA PARTICIPAÇÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADEQUAÇÃO DAS CONDIÇÕES LOGÍSTICAS PARA A PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	18	REUNIÕES C/ EMPRESAS P/ IDENT GARGALOS PREPARAR ESTUDOS E ART. SOLUÇÕES
CRIAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMERCIAIS	4	REDE DE INFORMAÇÃO E ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO NO EXTERIOR
ESTÍMULO A COOPERAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR	90	REUNIÕES E ORIENTAÇÕES
ESTÍMULO A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS PAULISTAS EM EVENTOS INTERNACIONAIS	18	BANCO DE DADOS DE EVENTOS
ESTÍMULO E PROMOÇÃO DA CAPACITAÇÃO GERENCIAL DE R.H. PARA EMPRESAS EXPORTADORAS	18	TREINAMENTOS EFETUADOS
IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE LOGÍSTICA E DO POUPATEMPO DAS EXPORTAÇÕES	1	LOCAL DE ORIENTAÇÃO P/ DIVERSOS SERV LIGADOS A ATIVIDADE COMÉRCIO EXTERIOR
PROGEX - PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO À EXPORTAÇÃO	1.660	ADEQUAÇÃO DO PRODUTO AO MERCADO EXTERNO
PROMOÇÃO DE MAIOR VISIBILIDADE AOS PRODUTOS PAULISTAS NO EXTERIOR	24	CAMPANHAS DE MARKETING INTERNACIONAL
PROMOÇÃO DO ACESSO DAS MICRO E PEQ.EMPR. ÀS LINHAS DE FINANC. DAS AG. DE CRÉDITO	20	LINHAS DE CRÉDITO C/ CONDIÇÕES

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.134.254.185
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	511.874.951	622.379.234
TOTAL	511.874.951	622.379.234

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *SERVIÇOS*

OPERAÇÕES DO BANCO NOSSA CAIXA

OBJETIVO

SUPRIR NECESSIDADES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO PÚBLICO DE BAIXA RENDA E POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS BUSCAR O DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS APLICATIVOS QUE INTEGRARÃO A SOLUÇÃO COMPLETA DE AUTOMAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO PAULISTA.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE OFERECER, AO PÚBLICO DE BAIXA RENDA, LINHAS DE CRÉDITO HABITACIONAL, RURAL, BEM COMO, O OFERECIMENTO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA MODERNIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA FAZENDA

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
FINANCIAMENTO DE MORADIA PRÓPRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.	Não Disponível	100

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO COM RENDA FAMILIAR ATÉ R$4.500,00; PRODUTORES RURAIS(PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS) E TRABALHADORES RURAIS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS QUE ATUAM NA INDUSTRIA E NA AGROPECUÁRIA; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AGÊNCIAS E POSTOS DE SERVIÇOS	3.668	AGÊNCIAS E POSTOS
AUTOMAÇÃO DE AGÊNCIAS E ESCRITÓRIOS	3.592	UNIDADES ADMINISTRATIVAS E AGÊNCIAS
COOPERAÇÃO COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA	100 %	TRIBUNAL DE JUSTIÇA INFORMATIZADO
CRÉDITO RURAL	54.082	CONTRATO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS
FINANCIAMENTO HABITACIONAL COM RECURSOS DO FGTS	3.000	CONTRATOS FORMALIZADOS
REPASSE BNDES	10.715	CONTRATOS FORMALIZADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		524.542.350
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	227.174.219	297.368.131
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	227.174.219	297.368.131

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *TURISMO*

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

OBJETIVO

FORMATAR, ORGANIZAR E DIRECIONAR OS SEGMENTOS TURÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

JUSTIFICATIVA

FACE AO AUMENTO DO ÍNDICE DE DESEMPREGO E DAS DIFERENÇAS REGIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO, O TURISMO SUSTENTÁVEL PODE AMENIZAR A DISCREPÂNCIA REGIONAL, GERANDO EMPREGO E RENDA.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
AUMENTO DO FLUXO TURÍSTICO , ATRAVÉS DOS INDICES DA FIPE/USO/EMBRATUR	100	110

PÚLICO ALVO

COMUNIDADE RESIDENTE E TURISTAS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APRIMORAMENTO DOS ATUAIS PRODUTOS TURÍSTICOS E DESENVOLVIM. DE NOVOS PRODUTOS	2.800	CONSTR. DE RECINTOS, ADEQ. DE IMÓVEL, AQUIS. DE BENS DURÁVEIS, RECUP.ÁREAS NAT.
ARTICULAÇÃO E ESTÍMULO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AO TURISMO	7.425.600	VISITANTES
CONSOLIDAÇÃO DE CIRCUITOS DE TURISMO EM PARCERIA COM OS CONSÓRCIOS DE MUNICÍPIOS	645	NOVA LEITURA GEOGRÁFICA, MELHORIA NA QUALIDADE DE OBRAS E SERVIÇOS TURÍSTICOS.
CRIAÇÃO DE PARQUES TEMÁTICOS	223.955	USUÁRIOS ATENDIDOS
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SOBRE TRILHOS	20	ESTUDOS DE VIABILIDADE E PLANO DE NEGÓCIOS
DUPLICAÇÃO DA ÁREA DE VISITAÇÃO NO PARQUE ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO	16	OBRAS EM NOVOS RECINTOS E RUAS DE ACESSO
ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE TURISMO E MARKETING PARA TODOS OS SEGMENTOS	645	PLANO DIRETOR, FOLHETERIA, CD-ROOM, WORKSHOP, DADOS ESTATÍSTICOS.
ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NÁUTICO COM MARINAS E ATIVIDADES DA PESCA	20	MARINA E PESQUEIRO CONSTR., EVENTOS REALIZ., MATERIAL DE DIVULG. E QUAL.PROFIS.

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *TURISMO*

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ESTÍMULO À PRODUÇÃO DE ARTIGOS ARTESANAIS COMO FATOR DE RENDA NOS MUNICÍPIOS	170	CURSOS REALIZADOS, IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS E PRODUTOS ARTESANAIS
FUNDO DE MELHORIA DAS ESTÂNCIAS	268	PROJETOS , PLANOS DIRETORES E PLANOS DE MARKETING E PROMOÇÃO.;
IMPLANTAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO AO TURISMO	2	PLANOS DE NEGÓCIOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE
IMPLANTAÇÃO DE PARQUES TURÍSTICOS	1.308.000	USUÁRIOS ATENDIDOS
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA /RECICLAGEM DE RESÍDUOS COMO FATOR DE RENDA	340	MATERIAL DIDÁTICO, COLETA SELETIVA E PONTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E RECICLAGEM
POLO TURÍSTICO CULTURAL	20.860	USUÁRIOS ATENDIDOS
POLOS RECEPTIVOS	220.656	USUÁRIOS ATENDIDOS
PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O TURISMO E PARA O COOPERATIVISMO	30	COOPERATIVAS IMPLANTADAS
QUALIFICAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES REGIONAIS	1.450	AGENTES QUALIIFICADOS
TRANSPORTE FERROVIÁRIO ENTRE PINDAMONHANGABA E CAMPOS DO JORDÃO	4	PROJETO DE VIABILIDADE E PLANO DE NEGÓCIO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.536.813.784
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	1.536.813.784	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	1.536.813.784	

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *CIÊNCIA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA DO CONHECIMENTO)*

DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

OBJETIVO

CAPACITAR O ESTADO DE SÃO PAULO PARA OS GRANDES DESAFIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO E APOIO DE ATIVIDADES QUE FAVOREÇAM A PESQUISA E O AUMENTO DO CONHECIMENTO.

JUSTIFICATIVA

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO NÃO PODE PRESCINDIR DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PERC.DA DESPESA COM MANUTENÇÃO DE BOLSISTAS REALIZADA NO ANO, SOBRE A MESMA DESPESA PREVISTA NO PPA	100	100

PÚLICO ALVO

ALUNOS DE GRADUAÇÃO, GRADUADOS, PÓS-GRADUADOS, MESTRES, DOUTORES E PESQUISADORES COM EXPRESSIVA PRODUÇÃO CIENTÍFICA OU TECNOLÓGICA, VINCULADOS À INSTITUIÇÕES DE PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONCESSÃO DE AUXÍLIO À PESQUISA	12.197	AUXILIOS CONCEDIDOS
CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	29.000	BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS
PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	2.060	AUXILIOS CONCEDIDOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		433.294.408
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	406.532.445	26.761.963
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	406.532.445	26.761.963

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *CIÊNCIA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA DO CONHECIMENTO)*

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

OBJETIVO

AUMENTAR A CURTO E MÉDIO PRAZO, ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA E DIFUSÃO TECNOLÓGICA, A COMPETITIVIDADE DO SETOR PRODUTIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SOBRETUDO OS SETORES INDUSTRIAIS E AS CADEIAS DO NEGÓCIO AGRÍCOLA.

JUSTIFICATIVA

A MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA CAPACITADADE INSTALADA NAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES PUBLICAS DE PESQUISA -- EM ESPECIAL A REUNIDA NOS INSTITUTOS QUE LIDAM COM TECNOLOGIA E POSSUEM MAIOR PROXIMIDADE COM O SETOR PRODUTIVO -- É FUNDAMENTAL PARA ASSEGURAR QUE A PRODUÇÃO INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL PAULISTA SEJAM COMPETITIVAS E, CADA VEZ MAIS, TENHAM PADRÃO INTERNACIONAL.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE PROJETOS DE PARCERIA COM SETOR PRODUTIVO,NÚMERO DE ENSAIOS REALIZADOS PARA EMPRESAS E PRODUTOS E PROCESSOS APRIMORADOS	100	150

PÚLICO ALVO

SETOR PRODUTIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ADAPTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA DOS INSTITUTOS LIGADOS À SCTDET	25.620	PROJETOS EM PARCERIA COM O SETOR PRODUTIVO REALIZADOS
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	513	RELATÓRIOS TÉCNICOS DE PROJETOS DE P&D E NOVOS PRODUTOS, PROCESSOS E SOFTWARES
MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E DA CAPACITAÇÃO DO IPT	94.070	RELATÓRIOS E PARECERES TÉCNICOS/RELATÓRIOS DE ENSAIOS/CERTIFICADOS DE CALIBRAÇÃO
MELHORIA DA QUALIDADE DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DO ESTADO	1.080	MELHORIA EM PRODUTOS EXPORTADOS
MELHORIA DA QUALIDADE DE PRODUTOS E PROCESSOS DE EMPRESAS PAULISTAS	140	PRODUTOS E PROCESSOS MELHORADOS
PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CAPACITAÇÃO E DA INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICAS PAULISTAS	269	FOLDERS PUBLICADOS/PORTAIS DESENVOLVIDOS/PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS/GUIAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		300.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	300.000	
TOTAL	300.000	

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *CIÊNCIA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA DO CONHECIMENTO)*

GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES

OBJETIVO

DIVULGAR AS INFORMAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS DA SERHS ATRAVÉS DE MEIOS ELETRÔNICOS E DE EMISSÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE UNIFICAR E CONSOLIDAR AS INFORMAÇÕES DA SERHS.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
RELATÓRIOS GERENCIAIS	100	100

PÚLICO ALVO

DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONSOLIDAÇÃO DE INFORMAÇÕES	100	RELATÓRIOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		110.774.688
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	84.774.688	26.000.000
TOTAL	**84.774.688**	**26.000.000**

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *CIÊNCIA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA DO CONHECIMENTO)*

GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

OBJETIVO

FORMULAR A POLÍTICA DE C&T&I DE SÃO PAULO E EXECUTAR AS ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DESSAS POLÍTICAS. CRIAR, DIFUNDIR E IMPLEMENTAR FERRAMENTAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA PAULISTA DE C&T&I. CRIAR MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DAS UNIDADES PAULISTAS DE C&T&I.

JUSTIFICATIVA

SÃO PAULO TEM O MAIS DIVERSIFICADO SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO PAÍS. ESTRUTURAR, COORDENAR E ARTICULAR ESSE SISTEMA DE C,T&I É UMA CLARA AÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA NO ESTADO, COM CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
PLANOS DIRETORES PARA A EXPANSÃO DOS ENSINOS PÚBLICOS TÉCNICO,TECNOLÓGICO E SUPERIOR CONCLUÍDOS, DEFINIDO O CONJUNTO DE DIRETRIZES DE POLÍTICA .	0	3

PÚLICO ALVO

UNIVERSIDADES ESTADUAIS; FAPESP; INSTITUTOS PÚBLICOS ESTADUAIS LIGADOS À SECRETARIA; INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA FEDERAIS; OUTRAS SECRETARIAS DO GOVERNO DO ESTADO; ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS SETORIAIS; FIESP E OUTRAS ENTIDADES DIRETAMENTE ENVOLVIDAS COM A POLÍTICA E A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE C,T&I

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ACOMP.AÇÕES DE INIC.DO GOV.FED.NA ÁREA DE CIÊNCIA E TEC.PROM.COOP.C/UNIÃO E EST.	90	AÇÕES ARTICULADAS ENTRE SÃO PAULO, OUTROS ESTADOS E A ESFERA FEDERAL
APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE SUPORTE À INOVAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO	77	ESTRUTURAS E COMPETÊNCIAS PROFIS. JUNTO A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS
ARTICULAÇÃO E COORD. DA AÇÃO DAS UNIV.,INST.DE PESQ.PÚBL.E PRIVADAS E DA FAPESP	60	FERRAMENTAS P/ COORDENAÇÃO
DESENV. PLANO DE EXPANSÃO DE ATIVID.DAS FATECS, ARTICULADO COM O PLANO DIRETOR	1	PLANO ELABORADO E VALIDADO ENTRE AS INSTITUIÇÕES DIRETAMENTE ENVOLVIDAS
DESENVOLVIM. E DISSEMINAÇÃO DE PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO E INDICAD. DE DESEMPENHO	25	MÉTODOS E RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DESENVOLVIDOS
DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE EXPANSÃO PARA AS ESCOLAS TÉCNICAS ESTADUAIS	1	PLANO ELABORADO E VALIDADO ENTRE AS INSTITUIÇÕES DIRETAMENTE ENVOLVIDAS
DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR PARA A EXPANSÃO DO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR	100 %	PLANO ELABORADO E VALIDADO ENTRE AS INSTITUIÇÕES DIRETAMENTE ENVOLVIDAS.
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LEI DE INOVAÇÃO PARA SÃO PAULO	10	LEGISLAÇÃO FACILITADORA DO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *CIÊNCIA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA DO CONHECIMENTO)*

GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
EST. E PROM. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE GESTÃO E POLÍTICAS DE C,T&I.	60	PROG.DE COOP. INTERNACIONAL VOLTADOS À EXCELÊNCIA EM POLÍTICA E GESTÃO DE C,T&I
IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	1	OBSERVATÓRIO IMPLEMENTADO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		315.637.353
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	315.637.353	
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	315.637.353	

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *CIÊNCIA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA DO CONHECIMENTO)*

INOVAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE

OBJETIVO

CRIAR CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO EM SÃO PAULO, AMPLIANDO A INTERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES, INSTITUTOS DE PESQUISA, SETOR PRIVADO E ÓRGÃOS PÚBLICOS.

JUSTIFICATIVA

HÁ NECESSIDADE DE ASSOCIAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO/TECNOLÓGICO AO SETOR PRODUTIVO E ÀS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
AUXÍLIOS CONCEDIDOS	100	100

PÚLICO ALVO

PESQUISADORES LIGADOS ÀS UNIVERSIDADES, INSTITUTOS DE PESQUISA, PEQUENAS E MICRO EMPRESAS.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
AMPLIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE INCUBAÇÃO PARA AS EMPR. DE BASE TECNOLÓGICA	70	VAGAS PARA INCUBAÇÃO AMPLIADAS
APOIO AO DESENVOLVIMENTO E À CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA	30	AMBIENTES ADEQUADOS PARA PRODUÇÃO E COMERCILAIZAÇÃO DE PRODUTOS DE BASE TECNOLÓG
ESTÍMULO AO CRESC.DAS EMPR.DE BASES TECNOL. E INTEGRAR REDE COOPER. PAULISTA	13	INCUBADORAS DE BASE TECNOLÓGICA
ESTÍMULO AOS INVESTIMENTOS EM SETORES DE ALTA TECNOLOGIA	24	PLANOS SETORIAIS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E APORTE FINANCEIRO DESENVOLVIDOS
IMPLANTAÇÃO DE MECANISMOS DE ACESSO ÀS INFORM.TECNOLÓGICAS P/PEQ.E MÉDIAS EMPR.	17.000	PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS ATENDIDAS
IMPLANTAÇÃO DE PARQUES TECNOLÓGICOS EM SÃO PAULO	5	NÚCLEOS OU PARQUES IMPLANTADOS
IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO DE RESPOSTA TÉCNICA E DIFUSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	1	BANCOS DE DADOS E SERVIÇO DE RESPOSTA TÉCNICA IMPLANTADOS
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	880	AUXILIOS CONCEDIDOS
OPERAÇÃO DA REDE PAULISTA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA DIFUSÃO DA INOVAÇÃO	6	AMBIENTES ADEQUADOS PARA P&D&I
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO	6	AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELA FAPESP NAS MODALIDADES DE APOIO À INOVAÇÃO E À PARCERIA

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		800.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	800.000	
TOTAL	800.000	

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *CIÊNCIA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA DO CONHECIMENTO)*

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA ENERGIA

OBJETIVO

FOMENTAR A INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESTADO/CENTROS DE PESQUISAS VISANDO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA ÁREA ENERGÉTICA.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE RENOVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO, VOLTADA PARA À IMPLANTAÇÃO DE UMA MATRIZ ENERGÉTICA LIMPA E SUSTENTÁVEL, COM ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS APROPRIADAS, CONFORME OS PRECEITOS DA LEI FEDERAL Nº 9.991 DE 24 DE JULHO DE 2000 E DO DECRETO Nº 3.867 DE 16 DE JULHO DE 2001.

ÓRGÃO

SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE PROJETOS DE P & D	0	10

PÚLICO ALVO

SETOR ENERGÉTICO, CENTROS DE PESQUISA DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIA ENERGÉTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ACOMP. E SUPORTE DAS ATIV. DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE PESQUISA EM ENERGIA	16	RELATÓRIOS
ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS DE P&D EM ENERGIA	16	RELATÓRIOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		47.985.729
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	35.847.329	12.138.400
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	35.847.329	12.138.400

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *CIÊNCIA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA DO CONHECIMENTO)*

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

OBJETIVO

COORDENAR AS ATIVIDADES DE PESQUISA E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO ESTADO, ATRAVÉS DE SUBVENÇÕES A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE DE DESENVOLVER ESTUDOS, PESQUISAS, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE DE ATENÇÃO Á SAÚDE DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ÓRGÃO

SECRETARIA DA SAÚDE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE MESTRES E DOUTORES TITULADOS NO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DA COORDENADORIA DOS INSTITUTOS DE PESQUISA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	10	23
NÚMERO DE PESQUISAS DESENVOLVIDAS NA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E CADASTRADAS NO DIRETÓRIO DO CNPQ	10	100
NÚMERO DE TRABALHOS APRESENTADOS EM CONGRESSOS E EVENTOS CIENTÍFICOS PELOS PESQUISADORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	10	100
NÚMERO DE TRABALHOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS INDEXADOS, ELABORADOS POR PESQUISADORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	100	200

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ESTUDOS E PESQUISA DE INTERESSE EM SAÚDE PÚBLICA	100	ESTUDOS E PESQUISAS REALIZADOS
EXPANSÃO ESTADUAL DO CARTÃO SUS	25.000.000	POPULAÇÃO CADASTRADA
TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO	3.000	TERMINAIS IMPLANTADOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		30.846.400
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	30.846.400	
TOTAL	30.846.400	

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *CIÊNCIA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA DO CONHECIMENTO)*

INSTRUMENTOS DE MERCADO PARA ESTÍMULO E GARANTIA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

OBJETIVO

COOPERAR NA VIABILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO SETOR PRODUTIVO.

JUSTIFICATIVA

NOVAS TECNOLOGIAS SÃO INCORPORADAS AO SETOR PRODUTIVO ATRAVÉS DE NOVOS INVESTIMENTOS QUE PERMITEM AUMENTAR A ATIVIDADE ECONÔMICA PARA OFERTA DE PRODUTOS ADICIONAIS OU REDUZIR CUSTOS PARA MÉTODOS PRODUTIVOS MAIS EFICIENTES.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
ACESSOS NA OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTOS DAS LINHAS DE FINANCIAMENTOS	100	150

PÚLICO ALVO

EMPRESAS QUE QUEIRAM MODERNIZAR OU AMPLIAR SUAS INSTALAÇÕES, AUMENTAR SEU NIVEL DE ATIVIDADES, ENTRAR EM NOVOS MERCADOS E/OU EXPORTAR.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ESTÍMULO AOS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO P/PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO	5	LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTO EM PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO
IMPLANTAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO	100 %	AGÊNCIA DE FOMENTO IMPLANTADA
PROMOÇÃO DO SEGURO DE CRÉDITO DE EXPORTAÇÃO	140	ACESSO AO SEGURO EXPORTAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		2.655.863
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	2.655.863	
TOTAL	2.655.863	

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *CIÊNCIA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA DO CONHECIMENTO)*

SÃO PAULO OPORTUNIDADES

OBJETIVO

APOIAR E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS QUE ESTIMULEM A CRIAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.

JUSTIFICATIVA

O ESTADO DE SÃO PAULO --POR SUA INFRAESTRUTURA, NIVEL DE INSTRUÇÃO, RENDA DISPONÍVEL E TAMANHO DE SUA POPULAÇÃO -- ATRAI FORTEMENTE ATIVIDADES ECONÔMICAS.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMEROS DE EMPRESAS INVESTINDO EM SÃO PAULO ATENDIDAS	100	120

PÚLICO ALVO

EMPRESAS QUE ESCOLHERAM OU FORAM INDUZIDAS A INVESTIR NO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO ÀS INICIATIVAS PARA INSTALAÇÃO DE NOVAS INDÚSTRIAS E NEGÓCIOS	820	REUNIÕES DE ESCLARECIMENTO REALIZADAS COM EMPREENDEDORES
DESENV.DA COMPONENTE"DESIGN" NO ENSINO PROFISSIONAL E NA INCORP.DE PROD.PAULISTA	100	OBJETOS QUE ALEM DA FUNCIONALIDADE AGRADEM À VISTA E SEJAM BONITOS
ESTÍMULO E ORIENTACÃO P/O DESENVOLV.DE LEGISLAÇÃO EM SUPORTE A NOVAS MODALIDADES	275	NOVOS AGRUPAMENTOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS ESTIMADAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		38.715.550
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
DEMAIS RECURSOS	31.585.550	7.130.000
TOTAL	31.585.550	7.130.000

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *CIÊNCIA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA DO CONHECIMENTO)*

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

OBJETIVO

DESENVOLVER A INDÚSTRIA DE HARDWARE E SOFTWARE EM SÃO PAULO, AVANÇAR NAS APLICAÇÕES E PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL E APOIAR PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SETORES ESTRATÉGICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

JUSTIFICATIVA

DESENVOLVER A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA DE BENS E SERVIÇOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO--TIC E CRIAR CONTEÚDOS EDUCACIONAIS PARA ATENDER À DEMANDA ESPECIAL POR CONHECIMENTO, BEM COMO INFORMATIZAR SERVIÇOS DE GOVERNO, PROMOVER INCLUSÃO DIGITAL E DESENVOLVER NOVAS PLATAFORMAS ORIUNDAS DA CONVERGENCIA DIGITAL (TVDIG/INTERNET/TELECOM) OU DE REDES AVANÇADAS.

ÓRGÃO

SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
AMBIENTES WEB IMPLANTADOS	0	20

PÚLICO ALVO

SETOR EMPRESARIAL, INSTITUIÇÕES DE PESQUISA, UNIVERSIDADES, GOVERNO E TERCEIRO SETOR.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CENTROS DE REFERÊNCIA, ESPECIFICAÇÃO, CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE E TESTES	4	PRODUTOS DE EGOV CERTIFICADOS E PROVIDOS PRIMORDIALMENTE PELOS PRODUTORES DE SP
CONSOLIDAÇÃO DA PRODUÇÃO DE HARDWARE	30 %	HARDWARE PRODUZIDO
CRIAÇÃO DE NOVAS INCUBADORAS EM TEC.INF. NAS ÁREAS DE SOFTWARE E MICROELETRÔNICA	8	INCUBADORAS DE SOFTWARE E INCUBADORA DE DESIGN DE MICROELETRÔNICA
DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDOS EDUCACIONAIS E MEIOS DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	35	MIGRAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS EM TIC EM AMBIENTE WEB
INTEGRAÇÃO DIGITAL EMPRESARIAL	20	AMBIENTE PILOTO IMPLANTADO NO APL E EXPANSÃO AOS DEMAIS PARTICIPANTES DO MERCADO
MODELO DE NEGÓCIO E PADRÕES DE FINANCIAMENTO PARA AMBIENTE DE TV DIGITAL	3	REDE DE LABORATÓRIOS DE PRODUÇÃO/PÓS-PRODUÇÃO/ WEBCASTING DE CONTEÚDOS DIGITAIS
PRODUÇÃO DE SOFTWARE ESPECIALIZADOS PARA AMBIENTES WEB	20	SOFTWARES PRODUZIDOS
PROMOÇÃO DE MAIOR CONECTIVIDADE COM A REDE INTRAGOV	3	NOVOS PONTOS DE INTERCONEXÃO E

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *CIÊNCIA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA DO CONHECIMENTO)*

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
PROMOÇÃO DO USO CRESCENTE DA INFRA-ESTRUTURA DE COMUNICAÇÕES	15 %	EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
PROMOÇÃO E ESTÍMULO À PRODUÇÃO E À EXPORTAÇÃO DE SOFTWARE	40 %	EXPANSÃO DA EXPORTAÇÃO DE SOFTWARE
REDES E SIST. DE TEC.DA INFORM. PARA APOIO ÀS ATIV.DO TURISMO E DO MEIO AMBIENTE	6	SISTEMAS INTEGRADOS EM REDES
USO DE REDES COLABORATIVAS PARA INOVAÇÃO, INCUBAÇÃO, INTELIGÊNCIA E INCLUSÃO	20	PROJETOS NOS EIXOS SOCIAL, EDUCACIONAL, ECONÔMICO,BIOPOLÍTICO E GEOPOLÍTICO

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		101.328.700
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	91.366.881	9.961.819
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	**91.366.881**	**9.961.819**

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

PROGRAMA

CONTROLE DO USO DOS RECURSOS NATURAIS

OBJETIVO

GARANTIR O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

JUSTIFICATIVA

O RISCO DE DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM DECORRÊNCIA DE OBRAS, ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL EXIGE AÇÕES DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO POR PARTE DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, AÇÕES ESTAS PREVISTAS PELA LEI Nº 9505, DE 20 DE MARÇO DE 1997.

ÓRGÃO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
AUTOS DE INFRAÇÃO	16.619	13.296

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
CONTROLE DE OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS DA RMSP	0,4 KM2	ÁREAS DESOCUPADAS E RECUPERADAS
DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	80	MUNICÍPIOS CONVENIADOS
LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAIS	28.004	LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		1.309.842
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	825.777	484.065
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	825.777	484.065

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

PROGRAMA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

OBJETIVO

IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, BUSCANDO CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO DA NECESSIDADE DE PRESERVAR O MEIO AMBIENTE.

JUSTIFICATIVA

AS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL ESTABELECEM A OBRIGATORIEDADE DE O ESTADO PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONSCIENTIZAÇÃO PÚBLICA PARA A PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, NO ÂMBITO DO ENSINO E JUNTO À POPULAÇÃO, RESPONSABILIDADE ESTA TAMBÉM CONSTANTE DA AGENDA 21.

ÓRGÃO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE CURSOS	40	40

PÚLICO ALVO

PROFESSORES E ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS, REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, AGENTES GOVERNAMENTAIS, LIDERANÇAS SOCIAIS, DIRIGENTES EMPRESARIAIS E POPULAÇÃO EM GERAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATUALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	12.000	AGENTES MULTIPLICADORES FORMADOS
GESTÃO DE NÚCLEOS DE EDUC. AMBIENTAL COM CRIAÇÃO DE CENTRO REG.TRIAG.E REC.FAUNA	196	NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL IMPLANTADOS
MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2.400	TÍTULOS DE VÍDEOS E DE PUBLICAÇÕES PARA CONSULTA
OPERAÇÃO MATA FOGO	240	EVENTOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		730.229.000
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	721.629.000	8.600.000
DEMAIS RECURSOS		
TOTAL	721.629.000	8.600.000

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

PROGRAMA

GESTÃO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL

OBJETIVO

ASSEGURAR O ATENDIMENTO EM TODAS AS REGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO, DOS PADRÕES DE QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

JUSTIFICATIVA

A POLUIÇÃO DAS ÁGUAS, DO AR E DO SOLO QUE AFETA A SAÚDE, A SEGURANÇA E O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO, BEM COMO A NECESSIDADE DE SE ESTABELECER UMA UTILIZAÇÃO ADEQUADA DOS RECURSOS NATURAIS, IMPÕE O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E PROTEÇÃO, VISANDO COMBATER O EFEITO NEGATIVO DESSES FATORES NA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE.

ÓRGÃO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
INDICADOR DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS	43	80
MELHORIA DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO AR NO ESTADO DE SÃO PAULO MEDIANTE O INCREMENTO DO NÚMERO DE ESTAÇÕES DE MONITORAMENTO AUTOMÁTICO DE POLUIÇÃO DO AR	29	33
ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS BRUTAS PARA FINS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO (IAP) MÉDIO DAS UGRHS - UNIDADES DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS 1,3,4,8,9,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21 E 22	59	64
ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS BRUTAS PARA FINS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO (IAP) MÉDIO DAS UGRHS - UNIDADES DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS 2,5,6,7 E 10	42	52

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS PÚBLICAS	100 %	DEMANDA ATENDIDA
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL	40	RELATÓRIOS
FINANCIAMENTO DE PROJETOS AMBIENTAIS PELO FUNDO EST. DE PREV. E CONTROLE-FECOP	800	PROJETOS FINANCIADOS
INSPEÇÕES EM FONTES POLUIDORAS DO MEIO AMBIENTE	180.000	FONTES INSPECIONADAS
LICENCIAMENTO AMBIENTAL	60.000	LICENÇAS CONCEDIDAS
SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO ÀS ATIVIDADES DA CETESB	100 %	NECESSIDADES ATENDIDAS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		233.657.095
	CORRENTES	CAPITAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	169.081.429	9.605.666
DEMAIS RECURSOS		54.970.000
TOTAL	169.081.429	64.575.666

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

PROGRAMA

GESTÃO, PESQUISA, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

OBJETIVO

GARANTIR A PROTEÇÃO, MANUTENÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E ÁREAS AFINS E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS PARA SUBSIDIAR A GESTÃO AMBIENTAL DO ESTADO.

JUSTIFICATIVA

HÁ 96 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, NUM TOTAL DE 914.263 HA, QUE DEMANDAM AÇÕES DE PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE, BEM COMO O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NA ÁREA AMBIENTAL PARA SUBSIDIAR ESTAS AÇÕES.

ÓRGÃO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
HECTARES DE ÁREA PROTEGIDA	914.263	914.263

PÚLICO ALVO

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS	40	ALDEIAS ATENDIDAS
AVALIAÇÃO E MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	70	MUNICÍPIOS COM MAPEAMENTO DE RISCO REALIZADO
DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA REGIÃO DA MATA ATLÂNTICA	3.000	POSTOS DE TRABALHO GERADOS
DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	9.300 HECTARES	FLORESTAS DE PRODUÇÃO RENOVADAS
GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL E DE USO SUSTENTÁVEL	1.240	UNIDADES ATENDIDAS
MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E MANEJO DE ANIMAIS SILVESTRES - CEMAS	14.500	ANIMAIS MANEJADOS
PESQUISA E DIAGNÓSTICO DE RECURSOS NATURAIS	2.562	ESTUDOS E PESQUISAS REALIZADOS
PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA	8.800.004 HECTARES	ÁREA DA MATA ATLÂNTICA CONSERVADA
RECUPERAÇÃO DE ZONAS CILIARES DO ESTADO DE SÃO PAULO	6	BACIAS COM PROJETOS DEMONSTRATIVOS

PLANO PLURIANUAL 2004 2007

VALOR DO PROGRAMA NO PERÍODO R$		9.124.292
	CORRENTES	**CAPITAL**
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	6.854.292	
DEMAIS RECURSOS		2.270.000
TOTAL	**6.854.292**	**2.270.000**

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA *RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE*

PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTADO

OBJETIVO

PROTEGER, RECUPERAR E GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS PELA ADEQUAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA ATIVIDADE HUMANA, BUSCADA POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, AÇÕES E PROJETOS VOLTADOS AO PLANEJAMENTO AMBIENTAL ESTRATÉGICO.

JUSTIFICATIVA

AS ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, ÓRGÃOS E SETORES DA SOCIEDADE QUE ATUAM SOBRE O MEIO AMBIENTE, OU TEM RESPONSABILIDADE SOBRE ELE, NECESSITAM DE ORIENTAÇÃO, PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO DE SUAS AÇÕES. TORNA-SE NECESSÁRIA A ORDENAÇÃO DE SUAS ATUAÇÕES E A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS QUE POSSAM AUXILIÁ-LOS, BUSCANDO, ASSIM, A INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO ATRAVÉS DE PARCERIAS.

ÓRGÃO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

ESTADO

INDICADORES	INDICADOR MAIS RECENTE	INDICADOR AO FINAL DO PLANO
NÚMERO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA'S	6	8

PÚLICO ALVO

TOMADORES DE DECISÃO, AGENTES TÉCNICOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICA E PRIVADA, REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, GRUPOS ORGANIZADOS E A POPULAÇÃO EM GERAL.

AÇÕES	META DO PERÍODO	PRODUTO
APOIO À IMPLANTAÇÃO DE PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	6	PLANOS REGIONAIS IMPLANTADOS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	66	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS.
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA A MUNICÍPIOS	640	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	140	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
PLANEJAMENTO AMBIENTAL ESTRATÉGICO	5	PLANOS E NORMAS AMBIENTAIS ELABORADOS
PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁGUAS DOCES	22	NORMAS PARA PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAIS
SISTEMATIZAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	4	RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

PLANO PLURIANUAL 2004 - 2007

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMAS

VALORES EM R$ 1.000

CÓD.	PROGRAMA	RECURSOS DO ESTADO			DEMAIS RECURSOS			TOTAL
		CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	
0	ENCARGOS GERAIS	24.653.977	6.737.498	31.391.475				31.391.475
100	SUPORTE ADMINISTRATIVO	14.651.970	687.554	15.339.524				15.339.524
101	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	28.861.939		28.861.939				28.861.939
102	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO	2.404.027		2.404.027				2.404.027
150	PROCESSO LEGISLATIVO	1.096.556	24.683	1.121.239				1.121.239
151	PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA	12.350	3.000	15.350				15.350
200	CONTROLE EXTERNO	669.703	28.228	697.931				697.931
302	FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO PODER JUDICIÁRIO	8.400		8.400				8.400
303	PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	9.607.768	129.244	9.737.012				9.737.012
401	PROCESSO JUDICIÁRIO NO PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL	357.017	2.499	359.516				359.516
501	PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL	382.776	349	383.126				383.126
600	PROCESSO JUDICIÁRIO MILITAR	63.517	151	63.667				63.667
701	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	16.406	20	16.426				16.426
801	PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO-MUNICÍPIO	2.151.744		2.151.744				2.151.744
802	MERENDA ESCOLAR	432.387	16.966	449.353				449.353
803	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL	18.154.979	636.647	18.791.626				18.791.626
804	MELHORIA E EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO	6.125.877	158.213	6.284.090				6.284.090
805	ESCOLA DA FAMÍLIA	420.464		420.464				420.464
807	INFORMATIZAÇÃO ESCOLAR	96.319	73.158	169.477				169.477
808	FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES - TEIA DO SABER	449.106		449.106				449.106
809	PROGRAMA DE QUALIDADE DA FEBEM	7.799	1.176	8.975				8.975
810	ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	1.125.734	75.600	1.201.334				1.201.334
811	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL	3.925		3.925				3.925
910	PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS	589.072	31.004	620.076				620.076
914	PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS	145.961	4.506	150.467				150.467
926	APOIO À ATENÇÃO BÁSICA DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL COM O OBJETIVO DE UNIVERSALIDADE	435.355		435.355				435.355
927	ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	1.319.609	10.000	1.329.609				1.329.609
928	ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM RIB. PRETO	526.539	22.561	549.099				549.099
929	ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM SÃO PAULO	2.133.114	90.122	2.223.237				2.223.237
930	ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	7.186.118	386.646	7.572.763				7.572.763

PLANO PLURIANUAL 2004 - 2007

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMAS

VALORES EM R$ 1.000

CÓD.	PROGRAMA	RECURSOS DO ESTADO			DEMAIS RECURSOS			TOTAL
		CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	
931	CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	366.391		366.391				366.391
932	CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAÚDE	2.433.860	347.172	2.781.032				2.781.032
933	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	35.847	12.138	47.986				47.986
934	PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO, ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO EM CÂNCER	25.516	4.506	30.022				30.022
935	PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS, BIOFÁRMACOS E HEMODERIVADOS	21.326	236.924	258.250				258.250
936	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SANGUE E HEMOCOMPONENTES	225.534		225.534				225.534
1015	DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	3.687	11.304	14.990				14.990
1016	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	5.759		5.759				5.759
1017	ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS	1.444.047	4.000	1.448.047				1.448.047
1018	COMÉRCIO EXTERIOR				19.385		19.385	19.385
1019	DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA	1.536.814		1.536.814				1.536.814
1020	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	227.174	297.368	524.542				524.542
1021	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	406.532	26.762	433.294				433.294
1022	ENSINO PÚBLICO SUPERIOR	7.065.193	302.340	7.367.533				7.367.533
1023	ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO	14.337	3.879	18.216				18.216
1024	ENSINO PÚBLICO TÉCNICO	109.195	118.491	227.685				227.685
1025	FATORES ESTRUTURAIS DE COMPETITIVIDADE				6.266		6.266	6.266
1026	GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO				84.775	26.000	110.775	110.775
1027	INOVAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE	315.637		315.637				315.637
1028	INSTRUMENTOS DE MERCADO PARA ESTÍMULO E GARANTIA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				30.846		30.846	30.846
1029	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS				22.171		22.171	22.171
1030	SÃO PAULO OPORTUNIDADES				2.656		2.656	2.656
1031	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				31.586	7.130	38.716	38.716
1032	TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA				23.617		23.617	23.617
1201	DIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL	177.294	3.949	181.243				181.243
1202	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	40.198	288	40.486				40.486
1203	FORMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL	136.645	6.701	143.345				143.345
1205	INTEGRAÇÃO DAS CULTURAS LATINO-AMERICANAS	31.010	60	31.070				31.070
1206	RÁDIO E TV EDUCATIVOS	436.148	37.172	473.320				473.320
1207	CULTURA E CIDADANIA PARA INCLUSÃO SOCIAL-FÁBRICAS DE CULTURA	32.920	25.498	58.418				58.418

PLANO PLURIANUAL 2004 - 2007

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMAS

VALORES EM R$ 1.000

CÓD.	PROGRAMA	RECURSOS DO ESTADO			DEMAIS RECURSOS			TOTAL
		CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	
1208	DIVERSIDADE E HERANÇA CULTURAL AFRO-BRASILEIRA	678		678				678
1209	MONUMENTA	1.620		1.620				1.620
1210	SÃO PAULO : UM ESTADO DE LEITORES	5.298		5.298				5.298
1301	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA COMPETITIVIDADE DOS AGRONEGÓCIOS-AGROINOVA SÃO PAULO	359.910	15.204	375.114	28.000		28.000	403.114
1307	DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL	325.033	5.504	330.537				330.537
1308	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	903.008	60	903.068				903.068
1309	FORTALECIMENTO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR	135.539	97.550	233.089				233.089
1310	GESTÃO DAS AGROPOLÍTICAS PÚBLICAS	43.051	80.270	123.321	158.000	2.000	160.000	283.321
1311	DEFESA SANITÁRIA DO AGRONEGÓCIO P/ PROTEÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE	110.602	51.570	162.171				162.171
1312	ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS SANITÁRIAS PARA EXPORTAÇÃO	2.210		2.210				2.210
1601	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO		467	467		367	367	834
1602	OTIMIZAÇÃO DO USO DA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ	14.739	19.240	33.979				33.979
1603	FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS, PERMITIDOS E AUTORIZADOS	260.111	1.742	261.853				261.853
1604	SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	147.878	84.850	232.728				232.728
1605	OPERAÇÃO E CONTROLE DE RODOVIAS	184.383	19.346	203.728				203.728
1606	RECUPERAÇÃO, AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	15.000	2.403.162	2.418.162		2.000	2.000	2.420.162
1607	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	29.199	65.411	94.610				94.610
1608	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS TRAVESSIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO		20.000	20.000	177.600		177.600	197.600
1609	CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	482.528		482.528				482.528
1610	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO PAULISTA		20.000	20.000	22.000		22.000	42.000
1611	TRANSPOSIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - RODOANEL/FERROANEL		722.333	722.333		1.213.300	1.213.300	1.935.633
1701	INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA CIDADANIA-CIC'S	5.585	20.000	25.585				25.585
1702	ASSISTÊNCIA À VÍTIMA	1.855		1.855				1.855
1703	PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS	16.033		16.033				16.033
1704	PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO À TESTEMUNHAS	8.031		8.031				8.031
1705	REGISTRO DO COMÉRCIO	17.504		17.504				17.504
1707	DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E QUILOMBOLAS	12.700		12.700				12.700
1708	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS				400		400	400

PLANO PLURIANUAL 2004 - 2007

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMAS

VALORES EM R$ 1.000

CÓD.	PROGRAMA	RECURSOS DO ESTADO			DEMAIS RECURSOS			TOTAL
		CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	
1709	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	3.242		3.242				3.242
1710	ASSENTAMENTO FUNDIÁRIO	14.188		14.188				14.188
1711	GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA DO CONSUMIDOR	11.552		11.552				11.552
1712	ACESSO AOS SERVIÇOS DE DEFESA DO CONSUMIDOR	33.418		33.418				33.418
1713	EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL PARA O CONSUMO	1.150		1.150				1.150
1714	PERÍCIA JUDICIAL	28.089		28.089				28.089
1717	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES FORENSES DO JUDICIÁRIO		80.000	80.000				80.000
1719	APOIO AOS CONSELHOS	389		389				389
1720	CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE FUNCIONÁRIOS	112		112				112
1721	INSPEÇÃO E CAPACITAÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS				3.640	660	4.300	4.300
1722	METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE INDUSTRIAL				125.793	6.371	132.163	132.163
1723	MODERNIZAÇÃO DO COMPLEXO BARRA FUNDA	10.229		10.229				10.229
1724	QUALIDADE, CERTIFICAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DE PRODUTOS				2.781	280	3.061	3.061
1801	PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	4.715.159	63.300	4.778.459				4.778.459
1804	SINAL VERDE	220.071	60.950	281.021				281.021
1806	EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO	918	50	968				968
1807	POLICIAMENTO OSTENSIVO	9.218.660	119.071	9.337.731				9.337.731
1808	SEGURANÇA ESCOLAR	63.643		63.643				63.643
1811	PROTEÇÃO DA VIDA, DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO	57.094	111.650	168.744	114.100	33.350	147.450	316.194
1814	MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	558.494	4.150	562.644				562.644
1816	ATENDIMENTO DE SAÚDE AOS POLICIAIS MILITARES	24.728	5.000	29.728				29.728
1817	ASSISTÊNCIA À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	2.573.111	1.000	2.574.111				2.574.111
1818	MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	9.547	127.630	137.177		855.000	855.000	992.177
2001	MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA					8.289	8.289	8.289
2002	CONTROLE INTERNO	85.930		85.930				85.930
2003	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E EDUCAÇÃO FISCAL PARA CIDADÃOS	860		860				860
2004	FISCO E CIDADANIA	2.764.379		2.764.379				2.764.379
2005	FOMENTO À ATIVIDADE INDUSTRIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO		646	646				646
2007	GESTÃO FINANCEIRA	39.868		39.868				39.868
2009	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DA FAZENDA	217.098	5.882	222.980				222.980
2010	CARTEIRAS AUTÔNOMAS DE PREVIDÊNCIA	1.661.362		1.661.362				1.661.362
2011	COMERCIALIZAÇÃO DE SEGUROS				3.431.339	10.300	3.441.639	3.441.639
2012	FORTALECIMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO	114.400		114.400				114.400

PLANO PLURIANUAL 2004 - 2007

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMAS

VALORES EM R$ 1.000

CÓD.	PROGRAMA	RECURSOS DO ESTADO			DEMAIS RECURSOS			TOTAL
		CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	
2013	OPERAÇÕES DO BANCO NOSSA CAIXA				511.875	622.379	1.134.254	1.134.254
2014	GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HUMANOS	91.475		91.475				91.475
2015	PREVIDÊNCIA ESTADUAL	6.855.811	4.000	6.859.811				6.859.811
2101	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	57.338.501		57.338.501				57.338.501
2102	ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA DE CARÁTER ESPECIAL	178.875		178.875				178.875
2103	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	90.631		90.631				90.631
2104	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR A INATIVOS - CLT	1.358.830		1.358.830				1.358.830
2201	PROCESSO JUDICIÁRIO NO SEGUNDO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL	358.277	1.242	359.519				359.519
2301	DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E METODOLÓGICO PARA A EMPREGABILIDADE	9.523		9.523				9.523
2302	FOMENTO AO EMPREGO E RENDA	556.379	551	556.930				556.930
2303	QUALIDADE DO TRABALHO	15.618	15	15.632				15.632
2305	FOMENTO AO TRABALHO ARTESANAL	1.577	12	1.589				1.589
2308	EMPREENDEDORISMO	23.865	40.000	63.865				63.865
2505	GESTÃO HABITACIONAL	1.524		1.524	1.200		1.200	2.724
2506	PRÓ-LAR	2.653	2.954.314	2.956.967	540.444	1.366.807	1.907.252	4.864.218
2507	REGULARIZAÇÃO DE NÚCLEOS HABITACIONAIS	12.210		12.210				12.210
2601	CONTROLE DO USO DOS RECURSOS NATURAIS	91.367	9.962	101.329				101.329
2602	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	826	484	1.310				1.310
2603	GESTÃO, PESQUISA, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	169.081	9.606	178.687		54.970	54.970	233.657
2604	GESTÃO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL	721.629	8.600	730.229				730.229
2605	PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTADO	6.854		6.854		2.270	2.270	9.124
2701	DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS E DA ORDEM JURÍDICA	2.489.419	18.079	2.507.498				2.507.498
2801	DEFESA CIVIL	4.633	9.367	14.000				14.000
2802	ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO CARENTE	1.001	5.970	6.971				6.971
2803	GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO	14.000		14.000				14.000
2804	RECOMPOSIÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO E DA GESTÃO DE PESSOAS	162.004	4	162.008		120.000	120.000	282.008
2805	COMUNICAÇÃO SOCIAL	121.971	34	122.005				122.005
2806	CENTRO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA	112.782	1.800	114.582	12.000		12.000	126.582
2809	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.499.863		1.499.863				1.499.863
2813	MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DA IMPRENSA OFICIAL				8.860	47.374	56.234	56.234
2814	CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL DA PRODESP				15.720		15.720	15.720
2815	GOVERNO ELETRÔNICO I - INFRA-ESTRUTURA	496.909	181.363	678.272	181.201	518.647	699.848	1.378.119
2816	GOVERNO ELETRÔNICO II - TRANSAÇÕES INTERNAS	147.985	4.364	152.349	16.243	4.858	21.101	173.450
2817	GOVERNO ELETRÔNICO III -	268.872	24.365	293.236	170.079	29.686	199.765	493.001

PLANO PLURIANUAL 2004 - 2007

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMAS

VALORES EM R$ 1.000

CÓD.	PROGRAMA	RECURSOS DO ESTADO			DEMAIS RECURSOS			TOTAL
		CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	
2818	GOVERNO ELETRÔNICO IV - INCLUSÃO DIGITAL	9.711	23.082	32.794	14.142	6.645	20.787	53.581
2901	PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO	13.201	11	13.212				13.212
2902	PLANEJAMENTO E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	30.880	260.000	290.880		200.000	200.000	490.880
2903	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS	118.998	1.558	120.556				120.556
2904	SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS	157.390	1.949	159.339				159.339
2905	MODERNIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO	16.700	11.300	28.000				28.000
2906	SISTEMA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	3.159		3.159		60.000	60.000	63.159
2907	SISTEMA DE PLANEJAMENTO REGIONAL / METROPOLITANO	78.807	150	78.957				78.957
2908	SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E CARTOGRÁFICAS	7.018	178	7.197		4.050	4.050	11.247
2909	GESTÃO EM ECONOMIA E PLANEJAMENTO	84.525	1.124	85.649				85.649
2910	QUALIDADE DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS	800		800				800
3505	GERAÇÃO DE RENDA	21.681		21.681	20.030		20.030	41.711
3511	CAPACITAÇÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.268		5.268				5.268
3512	INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS SOCIAIS	22.475		22.475				22.475
3513	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	476.599	851	477.450				477.450
3514	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	151.582		151.582				151.582
3515	REDE SOCIAL	7.472	3.641	11.113				11.113
3516	FAMÍLIA CIDADÃ	172.800		172.800				172.800
3701	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO - PITU EM MARCHA	1.350	1.701.925	1.703.275		4.794.990	4.794.990	6.498.265
3703	GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRANSPORTE METROPOLITANO - PITU VIVO	46.237	6.288	52.525				52.525
3704	OPERAÇÃO, RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO - BOA VIAGEM	3.254.952	196.599	3.451.551	3.269.894	366.569	3.636.463	7.088.014
3705	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA DESENVOLVIMENTO DA BAIXADA SANTISTA	3.595	2.441	6.036				6.036
3801	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO		137.552	137.552		810.500	810.500	948.052
3805	ASSISTÊNCIA AO PRESO E REINTEGRAÇÃO DO EGRESSO	887.219	10.000	897.219				897.219
3806	SUPORTE À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	2.762.324	89.451	2.851.775				2.851.775
3808	RACIONALIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	7.997		7.997				7.997
3902	INFRA-ESTRUTURA PARA O FLUXO VIÁRIO		600	600				600
3903	POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS		128.200	128.200				128.200
3904	SANEAMENTO PARA TODOS		10.000	10.000				10.000
3905	ÁGUA E DESENVOLVIMENTO		11.200	11.200				11.200
3906	SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE	1.470	24.854	26.324				26.324

PLANO PLURIANUAL 2004 - 2007

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMAS

VALORES EM R$ 1.000

CÓD.	PROGRAMA	RECURSOS DO ESTADO			DEMAIS RECURSOS			TOTAL
		CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	
3907	COMBATE ÀS ENCHENTES		548.083	548.083	199.680		199.680	747.763
3908	RACIONALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DO ESTADO				95.500	300	95.800	95.800
3909	UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO URBANO				12.461.156	3.214.900	15.676.056	15.676.056
3910	POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO				16.000		16.000	16.000
3911	CONSERVAÇÃO DE VÁRZEAS E PARQUES	3.453	18.127	21.580				21.580
3912	DESENVOLVIMENTO E PROTEÇÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS		5.245	5.245				5.245
3913	NOSSAS ÁGUAS					53.168	53.168	53.168
3914	PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA EROSÃO		5.245	5.245				5.245
3915	RACIONALIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA POTÁVEL				400		400	400
3916	GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES				300		300	300
3917	RACIONALIZAÇÃO DO USO DE ENERGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO				1.000		1.000	1.000
3918	INCENTIVO E FOMENTO AO USO DE FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA				1.200		1.200	1.200
3919	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA ENERGIA				800		800	800
3920	POLÍTICA ESTADUAL DE MINERAÇÃO				1.200		1.200	1.200
3921	POLÍTICA ESTADUAL DE ENERGIA				600		600	600
3922	ATENDIMENTO A COMUNIDADES ISOLADAS - PACI				800		800	800
3923	ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO				6.000		6.000	6.000
3924	SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA				612.200	900.000	1.512.200	1.512.200
3925	SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA					260.739	260.739	260.739
3926	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA ELÉTRICA	43.163		43.163				43.163
3927	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DO GÁS CANALIZADO	31.915		31.915				31.915
4001	ADVOCACIA DO ESTADO	898.489		898.489				898.489
4002	ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AOS LEGALMENTE NECESSITADOS	786.301	22.608	808.909				808.909
4003	APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA ADVOCACIA DO ESTADO	202.506	400	202.906				202.906
4101	ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA	16.000		16.000				16.000
4102	INFRA-ESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER	8.035	62.982	71.017				71.017
4103	JUVENTUDE PRESENTE	8.000		8.000				8.000
4104	SÃO PAULO POTÊNCIA ESPORTIVA	57.336		57.336				57.336
TOTAIS		248.296.108	21.324.192	269.620.300	22.443.479	15.603.897	38.047.375	307.667.675

A SOMA DAS PARCELAS PODEM NÃO COINCIDIR COM O TOTAL EM FUNÇÃO DE ARREDONDAMENTOS EFETUADOS NOS DADOS PARCIAIS.

PLANO PLURIANUAL 2004 - 2007

DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO OS ORGÃOS

VALORES EM R$ 1.000

ÓRGÃO	RECURSOS DO ESTADO			DEMAIS RECURSOS			TOTAL
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	
1000 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	1.490.977	27.683	1.518.660				1.518.660
2000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	986.086	28.228	1.014.314				1.014.314
3000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	12.084.838	129.244	12.214.083				12.214.083
4000 - PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL	467.812	2.499	470.311				470.311
5000 - TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL	514.155	349	514.505				514.505
6000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	86.982	151	87.133				87.133
7000 - GABINETE DO GOVERNADOR	33.040	20	33.060				33.060
8000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	40.404.178	1.112.132	41.516.310				41.516.310
9000 - SECRETARIA DA SAÚDE	24.118.635	1.261.705	25.380.340	24.140	15.445	39.585	25.419.925
10000 - SEC.DA CIÊNCIA,TECNOL.,DESENV. ECON.E TURISMO	17.622.692	1.102.813	18.725.505	221.301	38.130	259.431	18.984.936
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	977.889	77.974	1.055.863				1.055.863
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	2.219.342	250.158	2.469.500	190.200	4.800	195.000	2.664.500
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	2.505.310	3.477.328	5.982.638	199.600	1.215.867	1.415.467	7.398.105
17000 - SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA	547.073	100.000	647.073	132.614	7.311	139.924	786.997
18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	24.559.090	579.801	25.138.891	114.100	888.350	1.002.450	26.141.341
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	14.603.232	75.581	14.678.813	3.943.214	690.968	4.634.182	19.312.995
21000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO	79.482.908	5.261.309	84.744.217				84.744.217
22000 - SEGUNDO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL	473.710	1.242	474.953				474.953
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	693.990	2.691	696.681				696.681
25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO	41.229	2.974.768	3.015.997	565.548	1.385.702	1.951.250	4.967.247
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	1.163.209	31.010	1.194.219	2.893	57.240	60.133	1.254.352
27000 - MINISTÉRIO PÚBLICO	3.361.377	18.079	3.379.456				3.379.456
28000 - CASA CIVIL	2.591.890	71.194	2.663.085	362.492	619.536	982.028	3.645.112
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	528.425	276.270	804.696		264.050	264.050	1.068.746
35000 - SECR.EST. DE ASSISTÊNCIA E DESENV.SOCIAL	1.055.800	3.641	1.059.441	20.030		20.030	1.079.471
37000 - SEC.EST.DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	3.629.362	2.644.480	6.273.842	3.269.894	5.162.009	8.431.903	14.705.745
38000 - SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	3.718.864	255.997	3.974.862	616	825.384	826.000	4.800.862
39000 - SEC.DE ENERGIA,REC.HÍDRICOS E SANEAMENTO	2.569.673	1.069.619	3.639.292	13.396.836	4.429.106	17.825.942	21.465.234
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	5.601.643	424.400	6.026.043				6.026.043
41000 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	162.695	63.825	226.520				226.520
TOTAIS	248.296.108	21.324.192	269.620.300	22.443.479	15.603.897	38.047.375	307.667.675

A SOMA DAS PARCELAS PODEM NÃO COINCIDIR COM O TOTAL EM FUNÇÃO DE ARREDONDAMENTOS EFETUADOS NOS DADOS PARCIAIS.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
PLANO PLURIANUAL - 2004-2007
INVESTIMENTOS

19/12/03 12:34

Valores em R$ Milhões

ÓRGÃOS	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		TOTAL	DEMAIS FONTES	TOTAL
	TESOURO (1)	VINC + PRÓP + OPER (2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5) = (3) + (4)
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	27,7	0,0	27,7	0,0	27,7
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	27,7	0,5	28,2	0,0	28,2
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	0,0	129,2	129,2	0,0	129,2
1º TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL	0,0	2,5	2,5	0,0	2,5
TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL	0,0	0,3	0,3	0,0	0,3
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
GABINETE DO GOVERNADOR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SEC. DA EDUCAÇÃO	680,0	432,2	1.112,2	0,0	1.112,2
SEC. DA SAÚDE	1.081,2	171,4	1.252,6	15,4	1.268,0
SEC. DA CIÊNCIA, TECNOL., DESENV. ECONÔMICO E TURISMO	860,4	238,3	1.098,7	38,1	1.136,8
SEC. DA CULTURA	52,1	25,9	78,0	0,0	78,0
SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	89,0	161,1	250,1	4,8	254,9
SEC. DOS TRANSPORTES	2.214,5	1.262,7	3.477,2	1.215,9	4.693,1
SEC. DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA	100,0	0,0	100,0	7,3	107,3
SEC. DA SEGURANÇA PÚBLICA	505,6	74,2	579,8	888,3	1.468,1
SEC. DA FAZENDA	71,6	4,0	75,6	691,0	766,6
SEGUNDO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL	0,0	1,2	1,2	0,0	1,2
SEC. DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	2,3	0,3	2,6	0,0	2,6
SEC. DA HABITAÇÃO	2.863,5	111,3	2.974,8	1.385,7	4.360,5
SEC. DO MEIO AMBIENTE	8,8	22,2	31,0	57,2	88,2
MINISTÉRIO PÚBLICO	12,0	6,0	18,0	0,0	18,0
CASA CIVIL	60,6	10,6	71,2	619,5	690,7
SEC. DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	265,5	10,7	276,2	264,0	540,2
SEC. ESTADUAL DE ASSIST. E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3,6		3,6	0,0	3,6
SEC. DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	1.163,1	749,4	1.912,5	5.162,0	7.074,5
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	178,2	77,7	255,9	825,4	1.081,3
SEC. DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO	524,6	213,2	737,8	4.429,1	5.166,9
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	0,0	24,4	24,4	0,0	24,4
SEC. DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	63,9		63,9	0,0	63,9
TOTAL	10.855,9	3.729,3	14.585,2	15.603,7	30.188,9

PLANO PLURIANUAL 2004 - 2007

ÍNDICE REMISSIVO DOS PROGRAMAS AOS TEMAS

CÓD.	PROGRAMA	TEMA
927	ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	1.1
1816	ATENDIMENTO DE SAÚDE AOS POLICIAIS MILITARES	1.1
2014	GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HUMANOS	1.1
2803	GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO	1.1
2804	RECOMPOSIÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO E DA GESTÃO DE PESSOAS	1.1
2806	CENTRO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA	1.1
2809	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.1
2815	GOVERNO ELETRÔNICO I - INFRA-ESTRUTURA	1.1
2816	GOVERNO ELETRÔNICO II - TRANSAÇÕES INTERNAS	1.1
2817	GOVERNO ELETRÔNICO III - TRANSAÇÕES COM A SOCIEDADE	1.1
2818	GOVERNO ELETRÔNICO IV - INCLUSÃO DIGITAL	1.1
101	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1.2
102	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO	1.2
1817	ASSISTÊNCIA À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	1.2
2010	CARTEIRAS AUTÔNOMAS DE PREVIDÊNCIA	1.2
2015	PREVIDÊNCIA ESTADUAL	1.2
2102	ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA DE CARÁTER ESPECIAL	1.2
2103	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	1.2
2104	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR A INATIVOS - CLT	1.2
4001	ADVOCACIA DO ESTADO	1.3
4002	ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AOS LEGALMENTE NECESSITADOS	1.3
4003	APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA ADVOCACIA DO ESTADO	1.3
2901	PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO	1.4
2903	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS	1.4
2904	SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS	1.4
2905	MODERNIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO	1.4
2906	SISTEMA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	1.4
2908	SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E CARTOGRÁFICAS	1.4
2909	GESTÃO EM ECONOMIA E PLANEJAMENTO	1.4
2001	MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	1.5
2002	CONTROLE INTERNO	1.5
2003	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E EDUCAÇÃO FISCAL PARA CIDADÃOS	1.5
2004	FISCO E CIDADANIA	1.5
2007	GESTÃO FINANCEIRA	1.5
2009	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DA FAZENDA	1.5
2012	FORTALECIMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1.5
2801	DEFESA CIVIL	1.6
2805	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.6
2813	MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DA IMPRENSA OFICIAL	1.6
2814	CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL DA PRODESP	1.6
0	ENCARGOS GERAIS	1.7
100	SUPORTE ADMINISTRATIVO	1.7
2101	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.7
101	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1.8
150	PROCESSO LEGISLATIVO	1.8
151	PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA	1.8
200	CONTROLE EXTERNO	1.8
101	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1.9
302	FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO PODER JUDICIÁRIO	1.9
303	PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.9
401	PROCESSO JUDICIÁRIO NO PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL	1.9

PLANO PLURIANUAL 2004 - 2007

ÍNDICE REMISSIVO DOS PROGRAMAS AOS TEMAS

CÓD.	PROGRAMA	TEMA
501	PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL	1.9
600	PROCESSO JUDICIÁRIO MILITAR	1.9
2201	PROCESSO JUDICIÁRIO NO SEGUNDO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL	1.9
101	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1.10
2701	DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS E DA ORDEM JURÍDICA	1.10
1307	DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL	2.1
2902	PLANEJAMENTO E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2.1
2907	SISTEMA DE PLANEJAMENTO REGIONAL / METROPOLITANO	2.2
3705	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA DESENVOLVIMENTO DA BAIXADA SANTISTA	2.3
801	PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO-MUNICÍPIO	3.1
802	MERENDA ESCOLAR	3.1
803	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.1
804	MELHORIA E EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO	3.1
805	ESCOLA DA FAMÍLIA	3.1
807	INFORMATIZAÇÃO ESCOLAR	3.1
808	FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES - TEIA DO SABER	3.1
1022	ENSINO PÚBLICO SUPERIOR	3.1
1023	ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO	3.1
1024	ENSINO PÚBLICO TÉCNICO	3.1
910	PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS	3.2
914	PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS	3.2
926	APOIO À ATENÇÃO BÁSICA DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL COM O OBJETIVO DE UNIVERSALIDADE	3.2
928	ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM RIB. PRETO	3.2
929	ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM SÃO PAULO	3.2
930	ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	3.2
931	CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	3.2
932	CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAÚDE	3.2
934	PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO, ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO EM CÂNCER	3.2
935	PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS, BIOFÁRMACOS E HEMODERIVADOS	3.2
936	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SANGUE E HEMOCOMPONENTES	3.2
1017	ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS	3.2
1308	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	3.2
2505	GESTÃO HABITACIONAL	3.3
2506	PRÓ-LAR	3.3
2507	REGULARIZAÇÃO DE NÚCLEOS HABITACIONAIS	3.3
1201	DIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL	3.4
1202	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	3.4
1203	FORMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL	3.4
1205	INTEGRAÇÃO DAS CULTURAS LATINO-AMERICANAS	3.4
1206	RÁDIO E TV EDUCATIVOS	3.4
1207	CULTURA E CIDADANIA PARA INCLUSÃO SOCIAL- FÁBRICAS DE CULTURA	3.4
1208	DIVERSIDADE E HERANÇA CULTURAL AFRO-BRASILEIRA	3.4
1209	MONUMENTA	3.4
1210	SÃO PAULO : UM ESTADO DE LEITORES	3.4
4101	ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA	3.4
4102	INFRA-ESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER	3.4
4103	JUVENTUDE PRESENTE	3.4
4104	SÃO PAULO POTÊNCIA ESPORTIVA	3.4
810	ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	3.5
1702	ASSISTÊNCIA À VÍTIMA	3.5
1801	PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	3.5

ÍNDICE REMISSIVO DOS PROGRAMAS AOS TEMAS

CÓD.	PROGRAMA	TEMA
1807	POLICIAMENTO OSTENSIVO	3.5
1808	SEGURANÇA ESCOLAR	3.5
1811	PROTEÇÃO DA VIDA, DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO	3.5
1814	MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	3.5
1818	MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	3.5
3801	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	3.5
3805	ASSISTÊNCIA AO PRESO E REINTEGRAÇÃO DO EGRESSO	3.5
3806	SUPORTE À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	3.5
3808	RACIONALIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	3.5
1701	INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA CIDADANIA-CIC'S	3.6
1703	PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS	3.6
1704	PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO À TESTEMUNHAS	3.6
1705	REGISTRO DO COMÉRCIO	3.6
1707	DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E QUILOMBOLAS	3.6
1708	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS	3.6
1709	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	3.6
1710	ASSENTAMENTO FUNDIÁRIO	3.6
1711	GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA DO CONSUMIDOR	3.6
1712	ACESSO AOS SERVIÇOS DE DEFESA DO CONSUMIDOR	3.6
1713	EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL PARA O CONSUMO	3.6
1714	PERÍCIA JUDICIAL	3.6
1717	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES FORENSES DO JUDICIÁRIO	3.6
1719	APOIO AOS CONSELHOS	3.6
1720	CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE FUNCIONÁRIOS	3.6
1721	INSPEÇÃO E CAPACITAÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS	3.6
1722	METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE INDUSTRIAL	3.6
1723	MODERNIZAÇÃO DO COMPLEXO BARRA FUNDA	3.6
1724	QUALIDADE, CERTIFICAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DE PRODUTOS	3.6
1804	SINAL VERDE	3.6
1806	EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO	3.6
2301	DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E METODOLÓGICO PARA A EMPREGABILIDADE	3.7
2302	FOMENTO AO EMPREGO E RENDA	3.7
2303	QUALIDADE DO TRABALHO	3.7
2305	FOMENTO AO TRABALHO ARTESANAL	3.7
3505	GERAÇÃO DE RENDA	3.7
701	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	3.8
809	PROGRAMA DE QUALIDADE DA FEBEM	3.8
811	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL	3.8
2802	ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO CARENTE	3.8
2910	QUALIDADE DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS	3.8
3511	CAPACITAÇÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.8
3512	INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS SOCIAIS	3.8
3513	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	3.8
3514	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	3.8
3515	REDE SOCIAL	3.8
3516	FAMÍLIA CIDADÃ	3.8
3922	ATENDIMENTO A COMUNIDADES ISOLADAS - PACI	3.8
1601	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO	4.1
1602	OTIMIZAÇÃO DO USO DA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ	4.1
1603	FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS, PERMITIDOS E AUTORIZADOS	4.1
1604	SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	4.1

ÍNDICE REMISSIVO DOS PROGRAMAS AOS TEMAS

CÓD.	PROGRAMA	TEMA
1605	OPERAÇÃO E CONTROLE DE RODOVIAS	4.1
1606	RECUPERAÇÃO, AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	4.1
1607	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	4.1
1608	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS TRAVESSIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	4.1
1609	CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	4.1
1610	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO PAULISTA	4.1
3902	INFRA-ESTRUTURA PARA O FLUXO VIÁRIO	4.1
1611	TRANSPOSIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - RODOANEL/FERROANEL	4.2
3701	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO - PITU EM MARCHA	4.2
3703	GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRANSPORTE METROPOLITANO - PITU VIVO	4.2
3704	OPERAÇÃO, RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO - BOA VIAGEM	4.2
3917	RACIONALIZAÇÃO DO USO DE ENERGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO	4.3
3918	INCENTIVO E FOMENTO AO USO DE FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA	4.3
3920	POLÍTICA ESTADUAL DE MINERAÇÃO	4.3
3921	POLÍTICA ESTADUAL DE ENERGIA	4.3
3923	ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO	4.3
3924	SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	4.3
3925	SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	4.3
3926	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA ELÉTRICA	4.3
3927	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DO GÁS CANALIZADO	4.3
3903	POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	4.4
3905	ÁGUA E DESENVOLVIMENTO	4.4
3907	COMBATE ÀS ENCHENTES	4.4
3911	CONSERVAÇÃO DE VÁRZEAS E PARQUES	4.4
3912	DESENVOLVIMENTO E PROTEÇÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	4.4
3913	NOSSAS ÁGUAS	4.4
3914	PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA EROSÃO	4.4
3915	RACIONALIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA POTÁVEL	4.4
3904	SANEAMENTO PARA TODOS	4.5
3906	SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL	4.5
3909	UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO URBANO	4.5
3910	POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO	4.5
3908	RACIONALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DO ESTADO	4.6
1301	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA COMPETITIVIDADE DOS AGRONEGÓCIOS-AGROINOVA SÃO PAULO	5.1
1309	FORTALECIMENTO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR	5.1
1310	GESTÃO DAS AGROPOLÍTICAS PÚBLICAS	5.1
1311	DEFESA SANITÁRIA DO AGRONEGÓCIO P/ PROTEÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE	5.1
1312	ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS SANITÁRIAS PARA EXPORTAÇÃO	5.1
1015	DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	5.2
1016	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	5.2
1025	FATORES ESTRUTURAIS DE COMPETITIVIDADE	5.2
1029	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	5.2
1032	TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA	5.2
2005	FOMENTO À ATIVIDADE INDUSTRIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO	5.2
2308	EMPREENDEDORISMO	5.2
1018	COMÉRCIO EXTERIOR	5.3
2011	COMERCIALIZAÇÃO DE SEGUROS	5.3
2013	OPERAÇÕES DO BANCO NOSSA CAIXA	5.3
1020	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	5.4
933	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	5.5
1019	DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA	5.5

ÍNDICE REMISSIVO DOS PROGRAMAS AOS TEMAS

CÓD.	PROGRAMA	TEMA
1021	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	5.5
1026	GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	5.5
1027	INOVAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE	5.5
1028	INSTRUMENTOS DE MERCADO PARA ESTÍMULO E GARANTIA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	5.5
1030	SÃO PAULO OPORTUNIDADES	5.5
1031	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	5.5
3916	GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES	5.5
3919	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA ENERGIA	5.5
2601	CONTROLE DO USO DOS RECURSOS NATURAIS	5.6
2602	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	5.6
2603	GESTÃO, PESQUISA, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	5.6
2604	GESTÃO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL	5.6
2605	PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTADO	5.6